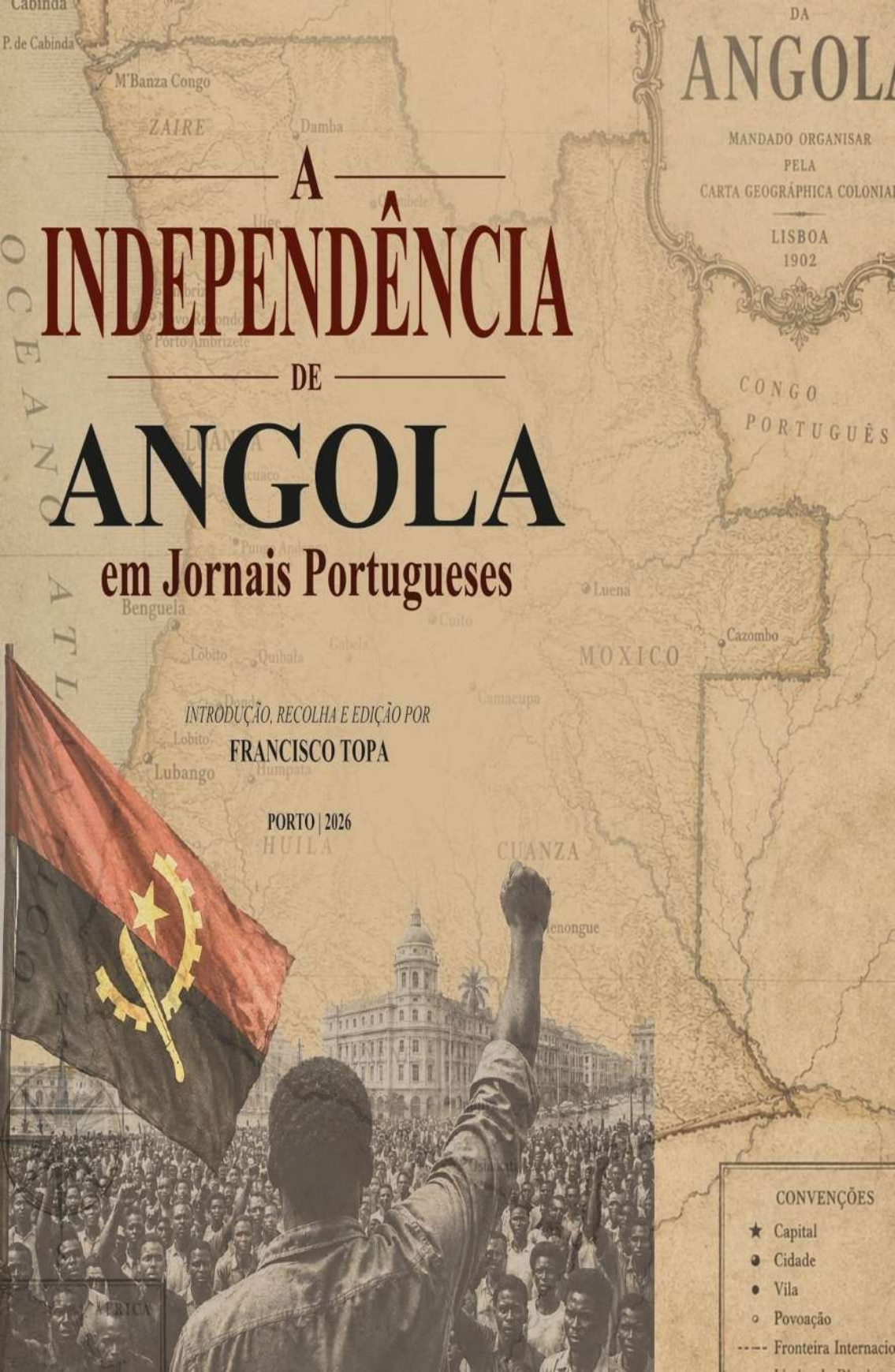




DA
ANGOLA

MANDADO ORGANISAR
PELA
CARTA GEOGRÁFICA COLONIAL

LISBOA
1902

CONGO
PORTUGUÊS

MOXICO

CUANZA

HUILA

— A —
INDEPENDÊNCIA
— DE —
ANGOLA
em Jornais Portugueses

INTRODUÇÃO, RECOLHA E EDIÇÃO POR
FRANCISCO TOPA

PORTO | 2026



CONVENÇÕES

- ★ Capital
- Cidade
- Vila
- Povoação
- Fronteira Internacional

A independência de Angola em jornais portugueses

Introdução, recolha e edição por Francisco Topa



Porto

2026

Design gráfico da capa: Mónica Andrade Brown

ISBN
978-989-53997-5-8

Porto • 2026

Índice

INTRODUÇÃO	13
OPINIÃO	33
<i>África e o complexo de Pilatos</i> , F. Correia da Silva	35
<i>Angola: um Abril que não chegou</i> , Humberto Lopes	38
<i>Angola à espera da decisão de Lisboa</i> , Rui Viana Jorge	41
<i>Um abraço para longe</i> , José Cardoso Pires	45
<i>Angola angústia: que diálogo e para quem?</i> , Luís Alberto Ferreira	48
<i>Portugal visto de fora: o problema africano</i> , António de Figueiredo	51
<i>SPE/65, fls. 1 — verso</i> , José Cardoso Pires	56
<i>O discurso do presidente e os caminhos de África</i> , Luís Alberto Ferreira	60
<i>Um problema chamado ultramar</i> , Francisco Pinto Balsemão	63
<i>Para Angola e com inteligência</i> , Augusto de Carvalho	66
<i>Cartoon</i> , Augusto Cid	70
<i>De um abraço de Agostinho Neto aos quatro beijos de uma mestiça</i> , Nuno Teixeira Neves	71
<i>A lusofonia em África e no Oriente</i> , M. António	76
<i>A via sinuosa na descolonização de Angola</i> , Vicente Jorge Silva	80
<i>Os perigos da independência de Cabinda</i> , João Bravo da Costa	87

<i>O momento atual da geografia política portuguesa: dificuldades específicas de Angola</i> , Orlando Ribeiro	91
<i>Na estrada para Nambo (Retalho de uma narrativa)</i> , Manuel Beça Múrias	98
<i>Descolonização, ensino e ciência</i> , Orlando Ribeiro	102
<i>PCP com os olhos postos na independência de Angola</i> , M. Castelo Branco	108
<i>O mito do desenvolvimento económico de Angola</i> , José Manuel Serrão	112
<i>O cântico do MPLA</i> , Luís Alberto Ferreira	119
<i>A cidadania dos colonos na era pós-colonial</i> , João Bravo da Costa	121
<i>Cabinda: o imperialismo não quer perder o filão...</i> , José Saraiva	125
<i>“Dum angolano sobre a descolonização de Angola”</i> , A. A. F. Barbosa Pinheiro	129
<i>Os dramas desconhecidos</i> , Luís Alberto Ferreira	133
<i>Angola: a lanterna vermelha</i> , Manuel Beça Múrias	134
<i>Luandino Vieira dez anos depois (1964-1974)</i> , Alexandre Pinheiro Torres	138
<i>Angola</i> , Luís Alberto Ferreira	147
<i>Um angolano exemplar</i> , Araújo Dantas	150
<i>Quem escreve nos jornais de Angola?</i> , Luís Alberto Ferreira	156
<i>Angola: o opróbrio</i> , Luís Alberto Ferreira	158
<i>O MFA e os movimentos de libertação</i> , Robert Keith Middlemas	160
<i>Porquê a sanha de “desbandeirar” o MPLA?</i> , Luís Alberto Ferreira	164
<i>Camarada Gica</i> , Mário Ventura Henriques	167
<i>“Angola: com o coração nas mãos”</i> , Luís Alberto Ferreira	169
<i>Em Luanda e Rio Maior</i> , Mário Ventura Henriques	171
<i>Angola e a revolução portuguesa</i> , Manuel Lucena	175

<i>A prima e as “destruições”, Luís Alberto Ferreira</i>	181
<i>Angola: a via dolorosa dos portugueses, Carlos Soares</i>	184
<i>Independência de Angola: a decidir até 11 de Novembro, M. Castelo Branco</i>	187
<i>Portugal não pode não reconhecer o governo do MPLA, Aquino de Bragança</i>	192
<i>A independência de Angola: quid juris?, M. Castelo Branco</i>	196
<i>Angola independente, viva o MPLA!, Álvaro Bandarra</i>	201
<i>Portugal e Angola: um mesmo combate, Maria Teresa Sampaio</i>	203
<i>Do 11 de Novembro ao 18 do Brumário, João Isidro</i>	210
<i>Carta aberta à saudade de Angola, Manuel de Portugal</i>	216
<i>Angola: vã cobiça, Ribeiro Soares</i>	220
<i>A igreja católica em Angola, C. V.</i>	225
ENTREVISTAS	229
<i>Pretos e brancos são povo de Angola — declara ao Expresso Agostinho Neto, Augusto de Carvalho</i>	231
<i>Homens & Ideias: Pinto Machado — As colónias prosseguem no caminho da independência, José Saraiva</i>	239
<i>Salvar quanto haja de positivo nos escombros da descolonização</i>	243
<i>Reveladas por um democrata de Malanje fotografias inéditas de 1936 do curso jurídico a que pertenceu Álvaro Cunhal e que a polícia tentou apreender</i>	246
<i>Angola é um dos maiores laboratórios políticos do mundo atual — na opinião do prof. Nunes Pereira, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Rio de Janeiro</i>	250
<i>O MPLA considera viável a constituição em Angola de um governo de transição com as outras organizações — declarou ao</i>	253

Diário de Notícias <i>Paulo Jorge, membro da Comissão de Relações Exteriores daquele movimento</i>	
<i>A cooperação luso-angolana é necessária e desejável — afirmou Agostinho Neto à partida de Lisboa</i>	258
<i>Agostinho Neto ao Expresso: “Uma guerra civil em Angola só pode ser imposta do exterior”, Augusto de Carvalho</i>	260
<i>Os destinos de Angola e as relações com Portugal analisados por Tito de Moraes</i>	271
<i>A revolução socialista portuguesa não poderá ser vitoriosa se o processo de Angola não for honestamente conseguido — afirmou ao DN o dr. José Campelo, secretário da Economia no governo do almirante Rosa Coutinho, Pedro Rafael</i>	274
<i>Na hora da verdade: Nito Alves / MPLA abre o “Dossier Angola”</i>	286
<i>Os acontecimentos de Angola e a posição da UNITA</i>	291
<i>Angola, terra mártir: “Cerca de trinta e cinco mil mortos entre negros, mulatos e brancos”</i>	296
<i>A UNITA fala ao Tempo</i>	303
<i>“Em Angola não há guerra civil e sim invasão estrangeira” — afirmou ao DN o ministro Saúde Mingas, do MPLA, José Jorge Letria</i>	311
<i>David Bernardino ao Diário de Notícias: Para o povo angolano, antes mesmo do 25 de Abril, o MPLA era já o único movimento de libertação</i>	316
<i>Agostinho Neto ao Expresso: “A independência tem de vir para Angola através do MPLA”, Augusto de Carvalho</i>	322
<i>Portugal reconhecerá o governo do povo angolano — afirmou ao DN o dr. Arménio Ferreira, do Órgão Coordenador do MPLA para a Europa</i>	334
<i>Rosa Coutinho ao DN; “FNLA só representa interesses estrangeiros”</i>	343
<i>11 de Novembro: como será Angola daqui a seis meses?</i>	359

NOTÍCIAS	373
<i>Os maus dias de Chão Bom, o presídio de Cabo Verde que passa a estância turística</i>	375
<i>Admite o Prof. Pereira de Moura — Angola virá a ser um novo grande Brasil</i>	378
<i>Angola: os claros-escuros do 25 de Abril</i>	380
<i>Uma stickada de alcance internacional — Transferido para Lisboa o “Mundial” de Luanda</i>	383
<i>Situação política angolana no limiar da descolonização — As condições objetivas fazem aparecer um inimigo diferenciado</i>	386
<i>Reunião de convívio inaugurou a Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias</i>	394
<i>Os 18 anos do MPLA comemorados em Lisboa</i>	396
<i>A luta imperialista na África Austral está longe de terminar — afirmou o prof. François Houtart, da Universidade de Lovaina, durante uma mesa-redonda na Semana da Solidariedade com os povos das colónias portuguesas</i>	398
<i>Dirigentes do MPLA no PCP e na Casa de Angola</i>	404
<i>A fase pré-colonial da sociedade angolana — tema de colóquio na Casa de Angola</i>	405
<i>Delegação do MPLA recebida na sede do PS</i>	407
<i>Conferência de imprensa do MPLA — Serão revistos os acordos que não sirvam a economia angolana</i>	409
<i>A descolonização abriu a Portugal os caminhos da solidariedade com todos os povos do mundo, Carlos Pinto Coelho</i>	412
<i>“Bacalhau com todos” no primeiro almoço</i>	426
<i>Agostinho Neto visitou no Porto o advogado que há 18 anos o defendeu no plenário fascista</i>	428
<i>Recebido no PS e no PC por antigos companheiros de cárcere — Agostinho Neto visitou em Portugal lugares e pessoas relacionados com o seu passado de resistente</i>	431

<i>Catorze anos depois — O dr. Agostinho Neto voltou ao Hospital de Santa Marta</i>	439
<i>Angola não pode existir independente sem um Portugal progressista — afirmou Agostinho Neto na Associação Portuguesa de Escritores</i>	441
<i>Angola: corrida às armas e contrabando, N. Costa</i>	446
<i>Esgotou-se em Luanda o stock de caixões! — Apelo a carpinteiros e pessoal das agências funerárias</i>	449
<i>As potencialidades económicas de Angola</i>	452
<i>Castro Soromenho escritor de Angola: de Terra Morta (agora re-editado) ao Movimento Popular de Libertação</i>	456
<i>Letra do hino nacional angolano</i>	459
<i>Anunciada a criação da Associação de Amizade Portugal-Angola</i>	461
<i>Angola: 11 de Novembro — Poder para quem?, Miguel Reis</i>	466
<i>O povo angolano em festa — Liberdade e vigilância, José António Santos</i>	472
<i>Angola já é independente — Caiu o último bastião do colonialismo português no continente africano, Miguel Reis</i>	475
<i>Grandiosos festejos do MPLA — Nasceu à meia-noite mais uma República</i>	478
<i>Angola em discussão no CR — Acentuadas divergências entre diversos membros</i>	481
<i>Um só povo, uma só nação sob a bandeira do MPLA — gritaram milhares de pessoas num comício no Porto</i>	484
<i>Governo português não reconhece governo do MPLA</i>	488
<i>Os líderes dos três movimentos</i>	493
<i>Síntese dos caminhos sinuosos que conduziram a esta independência</i>	500
<i>O caso do avião que não aterrou em Luanda</i>	515
<i>Luandino Vieira</i>	517

<i>Angola já não é nossa</i>	519
<i>Independência de Angola em análise</i>	522
<i>Agostinho Neto ao povo português por intermédio do DN — Assegurada a vitória</i>	528
<i>O general Silvério Marques responde ao comandante “Juju” do MPLA</i>	530
REPORTAGENS	535
<i>Angola: à espera do dia “D”, Carlos Pina</i>	537
<i>Angola: os abutres estudam o futuro, José Saraiva</i>	539
<i>Angola não é apenas diamantes e petróleo, José Saraiva</i>	542
<i>Uma máquina revolucionária que luta em várias frentes, José Saraiva</i>	545
<i>UNITA: o povo é quem faz a luta, José Saraiva</i>	548
<i>Angola: irá ou não prosseguir a guerra?, José Saraiva</i>	551
<i>Os maus dias de Chão Bom, o presídio de Cabo Verde que passa a estância turística, Marie Joannides</i>	554
<i>Luanda: segunda tentativa de uma história ambientada com 54 mortos e 200 feridos</i>	558
<i>Angola na hora da descolonização (1): Uma reação em moldes diferentes, Manuel Beça Múrias</i>	575
<i>Angola na hora da descolonização (2): Que pretende a FNLA, Manuel Beça Múrias</i>	579
<i>Angola na hora da descolonização (Conclusão): O colonialismo deve acabar e não apenas mudar de cor, Manuel Beça Múrias</i>	584
<i>Angola com o coração nas mãos (1): Luanda mártir — campo de reacionários, Luís Alberto Ferreira</i>	588
<i>Angola com o coração nas mãos (2): O labirinto dos desaforos e os sofrimentos do povo, Luís Alberto Ferreira</i>	592
<i>Angola com o coração nas mãos (3): Sobrevivência da UNITA nos rumos do oportunismo, Luís Alberto Ferreira</i>	595

<i>Angola com o coração nas mãos (4): Os caminhos sombrios duma contrarrevolução desafinada, Luís Alberto Ferreira</i>	599
<i>Angola com o coração nas mãos (5): Da Camunda ao Bié — Do peixe seco à opressão, Luís Alberto Ferreira</i>	602
<i>Angola com o coração nas mãos (6): Mística do MPLA — Argamassa do poder popular, Luís Alberto Ferreira</i>	605
<i>Angola com o coração nas mãos (7): “Mundo em Guerra” e outros camaradas fogosos, Luís Alberto Ferreira</i>	609
<i>Angola com o coração nas mãos (8): Reaprender os sofrimentos, recusar humilhações, garantir o triunfo da revolução, Luís Alberto Ferreira</i>	612
<i>Angola com o coração nas mãos (9): “O camarada presidente e a dignidade do MPLA”, Luís Alberto Ferreira</i>	616
<i>Angola com o coração nas mãos (10): O Lubango e o Cunene — esta terra prodigiosa, Luís Alberto Ferreira</i>	620
<i>Angola com o coração nas mãos (Fim): Nas matas do Huambo com os revolucionários, Luís Alberto Ferreira</i>	624
<i>Angola: extensão de uma tragédia, Varela Soares</i>	628
<i>Angola — tormenta em julho (1): Tribalismo e racismo na trincheira dos oportunistas, Luís Alberto Ferreira</i>	635
<i>Angola — tormenta em julho (2): Portugueses bloqueados e enganados pelo tribalismo, Luís Alberto Ferreira</i>	639
<i>Angola — tormenta em julho (3): Começam a descarrilar as “vagonetas” do Centro-Sul Luís Alberto Ferreira</i>	643
<i>Angola — tormenta em julho (4): Uma independência que interessa à humanidade, Luís Alberto Ferreira</i>	647
<i>Angola — tormenta em julho (5): Do “exército angolano” ao aeroporto de Belas, Luís Alberto Ferreira</i>	651
<i>Angola — tormenta em julho (6): O perfil de Valódia e a profundidade da luta, Luís Alberto Ferreira</i>	656
<i>Angola — tormenta em julho (7): A farsa de Nakuru e os milionários do “capoloto”, Luís Alberto Ferreira</i>	660

<i>Angola — tormenta em julho (8): Das lutas dos estudantes ao grande executivo militar, Luís Alberto Ferreira</i>	664
<i>Angola — tormenta em julho (9): ... Vultos de verdadeiros heróis, Luís Alberto Ferreira</i>	668
<i>Angola — tormenta em julho (10): Os progressistas não morrem em vão, Luís Alberto Ferreira</i>	671
<i>Angola — tormenta em julho (11): Mais frentes de luta — Mais gente motivada, Luís Alberto Ferreira</i>	673
<i>Angola, 38 dias antes da independência: Nova Lisboa: a agonia (lenta) de uma cidade semifantasma, Alexandre Cordeiro</i>	677

Introdução

Nos seus contornos gerais, o processo de independência de Angola é conhecido, ainda que a sua avaliação continue a não ser consensual. Uma série de circunstâncias explica que esta tenha sido a última das antigas colónias portuguesas a proclamar a sua soberania, pouco mais de ano e meio depois da Revolução dos Cravos. Para isso contribuiu o facto de se tratar do território mais rico em matérias-primas, o mais desenvolvido e o que apresentava melhores perspectivas de crescimento económico e, por outro lado, a circunstância de nele viverem à época mais de meio milhão de colonos brancos. Considerada a joia da coroa do império colonial português, Angola apresentava ainda uma situação militar bastante diferente dos outros dois palcos da chamada guerra colonial: as forças portuguesas estavam numa posição de superioridade e, em lugar de um, havia três movimentos independentistas, que estavam divididos, um tanto enfraquecidos e dependentes de apoios externos oriundos de campos políticos e estratégicos opostos.

Estes e outros fatores explicam que tenha havido uma série de planos até se chegar à solução posta em prática a 11 de novembro de 1975, desde o desejo de Spínola de entregar o poder a figuras ligadas à União Nacional de Angola, ao Partido Cristão para a Democracia e à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda — solução derrotada a 28 de Setembro de 1974; até à tentativa de golpe, em outubro desse mesmo ano, de colonos brancos da Frente de Resistência Angolana; e ao Acordo de Alvor, assinado pelos três movimentos em 15 de janeiro de 1975, em que ficou definido um cessar-fogo e se fixou a data da independência, estabelecendo-se também um Governo de Transição com elementos de todas as partes e prevendo-se a eleição em outubro de uma Assembleia Constituinte.

No entanto, os incidentes entre os três movimentos foram-se multiplicando, dando origem a um conflito aberto e à repartição do território em zonas contro-

ladas por cada um deles. A independência seria assim proclamada unilateralmente e de modo tríplice, assumindo o MPLA o poder em Luanda, em ambiente de guerra civil que só terminaria em 2002. Portugal — a braços com uma profunda divisão no Conselho da Revolução, noutros órgãos políticos e na sociedade — adotou uma posição de neutralidade formal e só reconheceria a República Popular de Angola e o governo de Agostinho Neto a 22 de fevereiro de 1976.

Meio século depois, o acontecimento poderia ser um facto histórico mais ou menos adormecido, mesmo sendo certo que as suas consequências para ambos os países permanecem vivas e atuantes na memória coletiva e nas memórias e pós-memórias individuais. Acontece, porém, como lembra Miguel Real no subtítulo de um seu romance de 2018, que “O passado demora uma eternidade a morrer”. É isso talvez que explica o regresso, em Portugal, de um discurso antidescolonização de registo populista, que volta a falar nos espoliados do ultramar e esquece tudo o resto, guerra colonial incluída. Será isso também que ajuda a compreender o *boom* registado há alguns anos de uma literatura do retorno e a persistência de tanta publicação saudosista (em papel e nas redes sociais) sobre a vida na colónia. Será ainda por isso que

Cinquenta anos depois da descolonização, a ideia de que Portugal deveria ter um império não se extinguiu. Uma sondagem desenvolvida pelo Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-NOVA) e pela DOMP-Instituto de Estudos mostra que 31,5% dos 1116 inquiridos, numa amostra representativa da população portuguesa, afirmam que gostariam que Portugal ainda tivesse um império colonial. (Henriques, 2025)

Alinhamento semelhante, aliás, se observa em relação à descolonização. Segundo uma outra sondagem, feita em Portugal, Angola e Cabo Verde e divulgada em julho de 2025, a independência das antigas colónias é vista positivamente nos três países, mas com uma diferença significativa quanto à descolonização:

Enquanto em Portugal apenas 36% dos inquiridos considera que a descolonização foi “boa” ou “muito boa”, 76% da população angolana inquirida respondeu desta forma. No caso de Cabo Verde, foram 88% que responderam afirmativamente. (Valença, 2025)

Mas não faltam também os exercícios de confronto com esse passado que não acaba de passar. Um dos mais interessantes é *Nação Valente*, uma longa-metragem de 2022 do luso-angolano Carlos Conceição. Contrapondo dois tempos e dois espaços, o filme ilustra o trauma — pessoal e coletivo — da guerra colonial, o trauma que se fecha sobre si próprio, atrás de um muro, para lá do qual a vida seguiu o seu rumo e o inimigo de guerra desapareceu.

A leitura da independência de Angola a partir de jornais portugueses é também uma tentativa de compreender melhor um período complexo da história de Portugal e de Angola, com a distância do meio século que passou entretanto. Eu não seria a pessoa mais indicada para desenvolver esta tarefa, uma vez que não sou historiador nem especialista em ciências da comunicação, mas apenas um estudioso da literatura e da cultura angolanas. Verifiquei, contudo, que o cinquentenário do acontecimento teve uma repercussão pública relativamente escassa em Portugal, circunscrevendo-se sobretudo a círculos académicos especializados, em nítido contraste com o que se verificou em 1975. Dir-se-ia que os dois países, ao contrário das previsões feitas no primeiro 11 de novembro, são apenas vagos e distantes conhecidos. Pareceu-me assim que poderia ter alguma utilidade dar a ler uma parte do que se escreveu na época do lado de cá, não para fazer uma espécie de ajuste de contas e ver quem acertou e quem falhou na posição assumida, mas antes para atingir dois outros objetivos: por um lado, reconstituir de algum modo o ambiente que marcou, em Portugal, a preparação para a independência de Angola, e, por outro, fazer notar o contraste com a relativa indiferença e frieza que marcam hoje as relações entre os dois países.

Não se trata, pois, de fazer história propriamente dita, tanto mais que o acontecimento está há muito bem consolidado do ponto de vista historiográfico. Quando muito, é possível esperar a recuperação de certos pormenores relativos a acontecimentos e figuras que a memória histórica foi apagando. Um trabalho deste tipo não é, aliás, pioneiro. Há muito que a imprensa escrita é utilizada por várias disciplinas das ciências sociais não só como fonte mas também como objeto de investigação, no pressuposto de que jornais e revistas são, ao mesmo tempo, registos históricos e agentes que ajudam a formar narrativas históricas. No caso concreto da independência de Angola, já havia trabalhos, em forma de livro ou de artigo, sobre o modo como alguma imprensa

do Brasil (Carvalho, 2009), da antiga RDA (Seidel, 2010) ou da Polónia (Działak-Szubińska, 2021) representaram o acontecimento.

Este é um trabalho um pouco diferente, por duas razões: pelo facto de ter como principal objetivo, mais do que analisar, dar a ler o material que foi produzido entre abril de 1974 e novembro de 1975; e pela circunstância de contemplar, não um, mas vários periódicos. Procurei constituir uma amostra tanto quanto possível representativa, escolhendo dois diários de grande circulação — o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* —, um de Lisboa e outro do Porto, o primeiro mais institucional e de referência, o segundo mais popular. À época, ambos os jornais estavam politicamente à esquerda, o primeiro mais que o segundo, cabendo ressaltar que o *Diário de Notícias* passou por momentos conturbados durante o período revolucionário português (cf., por exemplo, Gomes, 2012). A esses dois jornais, juntei dois semanários, o *Expresso* e o *Tempo*, ambos de Lisboa, o primeiro de centro-esquerda e o segundo de direita. Note-se que o *Tempo* teve a sua primeira edição a 29 de maio de 1975, o que significa que não cobre todo o período considerado neste trabalho.

Os textos recolhidos surgem agrupados em quatro secções: opinião, entrevistas, notícias e reportagens¹. É possível que um especialista em ciências da comunicação discorde desta categorização, tanto mais que as fronteiras entre os géneros são muitas vezes ténues, tornando difícil, por exemplo, a distinção entre uma reportagem e um artigo de opinião, entre uma crónica e uma reportagem. O seu número também poderá parecer excessivo: um total de 116 peças, resultantes da soma de 48 artigos de opinião², 20 entrevistas, 39 notícias³ e 9 reportagens (algumas delas publicadas ao longo de vários dias). Curiosamente, só uma das peças assinadas é de autoria feminina, facto que comprova a distância que separa o jornalismo atual daquele que se fazia na época. Ainda que o número de textos nos possa parecer considerável, basta folhear os jornais respetivos para perceber que Angola suscitou uma atenção relativamente diminuta, o que é facilmente compreensível se pensarmos que esta foi uma de

¹ Na transcrição, limitei-me a atualizar a ortografia e a corrigir gralhas evidentes. Acrescentei também algumas notas para identificar figuras hoje pouco conhecidas em Portugal.

² Na verdade, nem sempre artigos (há um *cartoon*, por exemplo), nem sempre propriamente opinião (às vezes os textos estão mais próximos da crónica) e nem sempre especificamente sobre a independência de Angola (uma vez que o tema pode ser a descolonização em geral).

³ Sobreretudo nesta secção, fiz uma triagem dos textos, recolhendo apenas aqueles cujo interessante ultrapassava a dimensão dos acontecimentos quotidianos.

várias independências e, sobretudo, se tivermos em conta as atribuições da revolução portuguesa e as movimentações que estiveram na base de acontecimentos como o 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março de 1975 ou o 25 de Novembro do mesmo ano.

Outro elemento interessante tem que ver com o tipo de autores: há um número considerável de jornalistas relativamente jovens que obteriam grande notoriedade nos anos seguintes, como Luís Alberto Ferreira, Nuno Teixeira Neves, Vicente Jorge Silva, Manuel Beça Múrias, José Saraiva, Mário Ventura Henriques, José Jorge Letria ou Carlos Pinto Coelho; há artigos de opinião de figuras importantes das ciências sociais, como Orlando Ribeiro, Robert Keith Middlemas⁴ ou Manuel Lucena⁵; e há, sobretudo sob a forma de entrevista, a participação de figuras importantes do cenário político da época, tanto das ligadas aos movimentos angolanos de libertação, como da esfera político-militar portuguesa (como Rosa Coutinho, Silvério Marques, Tito de Moraes, Pinto Balsemão ou Freitas do Amaral).

O primeiro texto de opinião, publicado exatamente um mês depois da Revolução dos Cravos, no *Expresso*, é da autoria do escritor Fernando Correia da Silva, oposicionista ao Estado Novo, que o forçara ao exílio no Brasil. Intitulado “África e o complexo de Pilatos”, há nele duas afirmações que vale a pena ressaltar, até porque serão frequentemente retomadas por outros autores. A primeira é a seguinte: “Se a África fez a revolução portuguesa, também a África irá consolidá-la ou destruí-la.”⁶ A segunda tem que ver com a “circunstância de a maioria dos líderes africanos ter lutado em Lisboa, vai para 25 anos, e juntamente com os seus camaradas portugueses, contra o fascismo de Salazar.”

Esta última observação ajuda a compreender um dado muito evidente no conjunto do material e que pode surpreender o leitor atual: o destaque atribuído ao MPLA, às suas figuras e às suas ideias e o quase total apagamento da UNITA (com a exceção do *Tempo*) e da FNLA. De facto, há vários textos em que o respetivo autor evoca a sua ligação a Agostinho Neto ou a outras figuras

⁴ Robert Keith Middlemas (1935-2013) foi um historiador inglês e professor da Universidade de Sussex, especializado na história política moderna da Europa.

⁵ Manuel Lucena (1938-2015) foi um importante pensador e sociólogo. Participou na crise académica de 1962 e foi um dos fundadores das revistas *O Tempo e o Modo* e *Polémica*. Esteve exilado devido à sua oposição à política colonial de Salazar.

⁶ *Expresso*. 25 de maio de 1974, p. 10. Cf. adiante p. 35-37.

do MPLA (o Comandante Gika⁷, Luandino Vieira ou Paulo Teixeira Jorge⁸). Essa não é, porém, a única razão daquilo a que hoje chamaríamos enviesamento, tanto mais que algumas dos integrantes dos outros dois movimentos também tinham ligações a Portugal, pelo facto de aqui terem estudado ou vivido. O principal motivo é de natureza político-ideológica: a orientação dos jornais, dos jornalistas e dos colunistas estava maioritariamente à esquerda, justificando assim a simpatia por um movimento que defendia a revolução popular.

A título meramente exemplificativo, sem que vá nisto nenhuma intenção de censura, veja-se esta passagem de uma crónica do jornalista luso-angolano Luís Alberto Ferreira datada de 12 de novembro de 1974:

O MPLA não é só um “Movimento”. É uma consciência. É uma biblioteca de costumes, de saudades, de pudor viril. É uma Voz da Honra de pessoas e de valores culturais. Feito, desde sempre, do equilíbrio que distingue os verdadeiros humanistas, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) con-graça no seu cântico a experiência direta da vida construída todos os dias, garantida no sopro moral de cada instante, e o fulgor duma vontade inquebrantável superiormente dirigida ao ideal do Homem e à Dignificação do Homem.⁹

Ou, do mesmo autor, estoutra, de uma peça de 15 de julho de 1975:

A prosa de Savimbi corre torrencialmente nos circuitos onde a contrarrevolução angolana sempre teve alimento garantido. Os taxistas e os comerciantes, os mercenários, os perigosos iletrados, até as prostitutas que infestam as *boîtes* e os bares do território, berraram abundantemente a sua adesão à UNITA, mas toda a gente deve recordar-se das acusações ultimamente feitas a propósito de mais um caudaloso discurso de Savimbi.¹⁰

Este tipo de orientação não retira interesse ao material recolhido, tanto mais que, ao pôr em destaque personalidades do MPLA que pouco depois iriam

⁷ Gilberto Aires Teixeira da Silva (1943-1974), conhecido como Comandante Gika, foi um líder independentista angolano, membro do Comité Central do MPLA.

⁸ Paulo Teixeira Jorge (1934-2010) foi um engenheiro químico, diplomata, militar e político angolano. Tendo lutado pela independência do território como militante do MPLA, viria a ser o segundo ministro dos Negócios Estrangeiros (de 1976 até 1984) do país, desempenhando depois outras funções, entre as quais a de deputado da Assembleia Nacional.

⁹ O cântico do MPLA. *Jornal de Notícias*. 12 de novembro de 1974, última página. Cf. adiante p. 119-120.

¹⁰ “Angola: com o coração nas mãos”. *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1975, última página. Cf. adiante p. 169-170.

assumir a governação do novo país, nos permite aceder hoje a uma série de elementos importantes para o entendimento da atuação de cada uma delas. É esse o caso de Agostinho Neto, de quem são publicadas três longas entrevistas (para além de declarações mais curtas e circunstanciais), todas no *Expresso*. Da primeira, feita em Londres e vinda a lume logo a 4 de maio de 1974, destaca-se a definição de *angolano* feita pelo “líder da principal organização de guerrilheiros de Angola”:

Evidentemente quando eu digo o “nosso povo” são todos os que nasceram em Angola e se consideram angolanos. Quer dizer: os pretos (houve uma hesitação de voz na palavra *pretos*, talvez devido à carga sociocultural, fruto de dominação que destruiu identidades) que tradicionalmente são considerados africanos e angolanos e os brancos que estão há cinco séculos no nosso continente e no nosso país. Portanto, esse é o nosso povo.¹¹

Outro aspeto importante das declarações de Neto tem que ver com a defesa de uma independência sem tutelas:

Eu não advogo a rutura nem mediata nem imediata. Há dois problemas a considerar: um é o da independência, outro o da organização do país.

A independência deve ser imediata para nos permitir a nós reorganizar o nosso país. Não pondo o problema ao contrário, que é como quem diz organizar primeiro para depois haver independência. Nós devemos ser os responsáveis dessa reorganização.

A estes dois destaques soma-se ainda uma curiosidade: o jornalista, Augusto de Carvalho, manifesta por duas vezes — talvez de forma involuntária — a sua surpresa perante o português falado por Agostinho Neto, o que não deixa de ser uma forma inconsciente de racismo, hoje facilmente detetável. Logo de início, escreve que o líder angolano se exprime “num português correto, fácil e arrastado”. Mais à frente, observa: “Estou a notar que o dr. Agostinho Neto consegue falar um português melhor que o meu, de acentuado sotaque beirão, o que significa que há laços muito fortes entre nós.” O comentário parece não ter agradado ao entrevistado, que replica de imediato: “O meu sotaque é angolano.”

¹¹ CARVALHO, Augusto de. Pretos e brancos são povo de Angola — declara ao *Expresso* Agostinho Neto. *Expresso*. 4 de maio de 1974, p. 1 e 14. Cf. adiante p. 231-238.

A segunda entrevista foi publicada a 25 de janeiro do ano seguinte, já depois do Acordo de Alvor, e tem como tema de maior destaque a possibilidade de uma guerra civil, que Agostinho Neto considera que “só pode ser imposta do exterior. O nosso povo não quer a guerra. Nem está disposto a fazer mais guerras. O nosso povo quer a paz e vai defender a paz.”¹² Outro aspeto que merece referência é o modo inteligente — embora não rigoroso — como o autor de *Sagrada Esperança* desmonta e devolve o argumento *tribal*, frequentemente colocado na imprensa da época:

O obstáculo tribal não é intransponível. Podemos estabelecer, por exemplo, um paralelo com os tribalismos que existem na Europa. Temos na Grã-Bretanha um tribalismo, temo-lo na Bélgica e em Itália, o que não impede que esses países vivam como nações unas e independentes. Temos de reconhecer, de facto, que há contradições na sociedade angolana de carácter étnico, linguístico e racial, e contradições de classe. Do ponto de vista sociológico e histórico, as diferenças étnicas, etc. nunca constituíram para nenhum país um obstáculo intransponível.

Na entrevista seguinte, dada ao prelo a 25 de outubro, pouco antes da proclamação da independência, portanto, Neto confirma a morte do Acordo de Alvor:

Evidentemente que os Acordos do Alvor foram suspensos unilateralmente por Portugal; evidentemente que não eram respeitados nem pela UNITA nem pela FNLA. Estão enterrados e creio que bem enterrados. Não valerá mais a pena falar nem do espírito nem da letra do Acordo, porque esse Acordo acabou. Teve a sua época, fez o seu caminho e morreu. Em Angola existe apenas uma autoridade. Não existem duas nem três. Essa autoridade é o MPLA.¹³

E, por outro lado, reivindica o direito a declarar a independência na data prevista:

Nós não vamos receber uma independência de bandeja. Nós conquistámos esse direito à independência e o reconhecimento de Portugal do nosso direito à

¹² CARVALHO, Augusto de. Agostinho Neto ao *Expresso*: “Uma guerra civil em Angola só pode ser imposta do exterior”. *Expresso*. 25 de janeiro de 1975, Revista, p. 1 e 18. Cf. adiante p. 260-270.

¹³ CARVALHO, Augusto de. Agostinho Neto ao *Expresso*: “A independência tem de vir para Angola através do MPLA”. *Expresso*. 25 de outubro de 1975, Revista, p. 1. Cf. adiante p. 322-333.

independência só chegou depois de catorze anos de luta. Nós sentimos que a merecemos e vamos declará-la. Quer Portugal queira quer não, seremos independentes no dia 11. Não é, portanto, Portugal quem vai oferecer-nos os instrumentos do poder. Nós vamos criá-los e assumir a nossa responsabilidade.

Para além dessas entrevistas, a imprensa dá nota de um minipériplo que Agostinho Neto realizou por Portugal, depois da cimeira de Alvor, e que incluiu uma passagem pelo Porto, com visita à cadeia da PIDE onde esteve preso e um encontro com António Macedo, o advogado que o defendeu¹⁴; a Coimbra; às sedes do PS e do PCP¹⁵, ao Hospital de Santa Marta, onde tinha trabalhado, e ao PSD¹⁶; e à Associação Portuguesa de Escritores¹⁷, para além de um encontro de trabalho com dirigentes do MDP/CDE. Todas estas notícias são acompanhadas de fotos e de curtas declarações, sobretudo de Neto. Vale a pena destacar as considerações do líder do MPLA nessa última instituição, acerca da sua atividade de escritor:

Não por modéstia, mas por orgulho, eu não me considero escritor, e digo isso porque, se fosse por modéstia, eu diria que, enfim, aquilo que escrevi não é nada, escrevi alguns versos, queimei muitos outros por vergonha de os apresentar ao público. Foram publicados agora, aqui, alguns. Mas não foi a qualidade de escritor que me levou a escrever, foi a qualidade de combatente. Por isso, eu recuso a posição de modéstia, e é com orgulho que digo que o combate, afinal, resultou.

Há também, geralmente a propósito da situação política do momento, entrevistas ou declarações curtas de outros dirigentes do MPLA, como Paulo Teixeira Jorge, que sublinha a certa altura o princípio não racista do MPLA:

Sendo bem claro que nunca lutámos contra o povo português nem contra o homem branco, é evidente que praticamos dentro das nossas fileiras um princípio não racista, e assim se verifica que desde a fundação do movimento,

¹⁴ Agostinho Neto visitou no Porto o advogado que há 18 anos o defendeu no plenário fascista. *Diário de Notícias*. 18 de janeiro de 1975, p. 11. Cf. adiante p. 428-430.

¹⁵ Recebido no PS e no PC por antigos companheiros de cárcere: Agostinho Neto visitou em Portugal lugares e pessoas relacionados com o seu passado de resistente. *Diário de Notícias*. 20 de janeiro de 1975, p. 1 e 14. Cf. adiante p. 431-438.

¹⁶ Catorze anos depois: O dr. Agostinho Neto voltou ao Hospital de Santa Marta. *Diário de Notícias*. 21 de janeiro de 1975, p. 3. Cf. adiante p. 439-440.

¹⁷ Angola não pode existir independente sem um Portugal progressista — afirmou Agostinho Neto na Associação Portuguesa de Escritores. *Diário de Notícias*. 22 de janeiro de 1975, p. 3. Cf. adiante p. 441-445.

elementos brancos, mestiços e negros são seus militantes. E mais: posso afirmar categoricamente que o MPLA é o único movimento em Angola que desde o princípio admitiu elementos sem ter em conta a sua cor.¹⁸

Foram também publicadas entrevistas com Nito Alves¹⁹ e Saíde Mingas²⁰, abordando este último, por exemplo, as dificuldades de funcionamento do Governo de Transição:

Os obstáculos que eram constantemente criados pelos ministros da UNITA e da FNLA deixaram de existir uma vez que eles abandonaram o governo. As reuniões do Conselho de Ministros eram verdadeiras batalhas campais, que muitas vezes chegavam a provocar o riso. Neste momento, temos um governo coeso e liberto que trabalha para uma efetiva transformação socioeconómica de Angola.²¹

Outros entrevistados foram David Bernardino²² e Arménio Ferreira²³.

¹⁸ O MPLA considera viável a constituição em Angola de um governo de transição com as outras organizações. *Diário de Notícias*. 11 de dezembro de 1974, p. 11. Cf. adiante p. 253-257.

¹⁹ SOARES, Varella. Na hora da verdade: Nito Alves / MPLA abre o “Dossier Angola”. *Tempo*. 29 de maio de 1975, p. 10. Cf. adiante p. 286-290.

²⁰ Avelino Henrique Saíde Vieira Dias Rodrigues Mingas (1934-1977) foi um economista, escritor, militar e político, ocupando um lugar de destaque na luta anticolonial angolana. Depois de ter integrado o Governo de Transição, seria o primeiro ocupante do cargo de ministro das Finanças de Angola independente, além de membro do Comité Central do MPLA. Próximo de Agostinho Neto e Lúcio Lara, e um dos principais pensadores do marxismo em Angola, foi morto pela facção nitista no âmbito dos acontecimentos de 27 de maio de 1977.

²¹ LETRIA, José Jorge. “Em Angola não há guerra civil e sim invasão estrangeira” — afirmou ao *DN* o ministro Saíde Mingas, do MPLA. *Diário de Notícias*. 10 de outubro de 1975, p. 10. Cf. adiante p. 311-315.

²² David Bernardino ao *Diário de Notícias*: Para o povo angolano, antes mesmo do 25 de Abril, o MPLA era já o único movimento de libertação. *Diário de Notícias*. 14 de outubro de 1975, p. 3. Cf. adiante p. 316-321.

David Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino (1932-1992) foi um antifascista e anticolonialista angolano. Formado em Medicina, foi pioneiro em Angola dos cuidados primários. Segundo se diz, morreu assassinado por um comando da UNITA.

²³ Portugal reconhecerá o governo do povo angolano — afirmou ao *DN* o dr. Arménio Ferreira, do Órgão Coordenador do MPLA para a Europa. *Diário de Notícias*. 6 de novembro de 1975, p. 7. Cf. adiante p. 334-342.

Arménio dos Santos Ferreira (1920-2002) foi um médico e antifascista, nascido em Luanda. Esteve ligado às primeiras atividades dos nacionalistas africanos na Casa dos Estudantes do Império, colaborou na fuga de Agostinho Neto em 1962 e, pouco antes da independência de Angola, dirigiu em Portugal o Comité 4 de Fevereiro e o Órgão Coordenador do MPLA para a Europa. Depois da independência, criou as condições para a abertura da primeira

Embora em menor número e apenas no *Tempo*, também há entrevistas com dirigentes da UNITA, como Tony da Costa Fernandes, que em junho de 1975 definiu assim a ideologia do seu movimento:

Eu poderia dizer que a UNITA é um movimento marxista-leninista, que o nosso movimento é da linha revolucionária, mas que representa isso no fundo? O que significa dizer que somos isto ou aquilo só por dizer? Será que o nosso povo já encontrou a maneira ou o esquema para funcionar como nação? Não, nós somos um movimento que lutou pelo povo e pelos direitos das classes mais oprimidas, que são a classe campestre. Se isto é ser progressista, nós somos progressistas; se isto é ser marxista-leninista, verdadeiramente que o somos, mas podemos afirmar orgulhosamente, sem desmentido, que somos a vanguarda revolucionária do povo angolano, pois queremos, como sempre o demonstrámos, estar ao lado do povo oprimido na defesa dos seus direitos. Esta é, na realidade, a única linha política do nosso movimento. Verificamos que não há em Portugal boa vontade para compreender na realidade a linha política da UNITA e verificamos tal com a certeza que inconfessavelmente não nos querem compreender.²⁴

Por outro lado, nega uma afinidade da UNITA com a FNLA:

Há forças exteriores que querem mostrar a UNITA como uma força reacionária que se quer juntar à FNLA unicamente com o fito de acabar com o MPLA. Isto é mentira e mentira deliberada com intenções que nós conhecemos e os senhores em Portugal também tinham obrigação de saber. A grande verdade é que o presidente Savimbi e nós próprios, em Luanda, temos tido longas conversas com a cúpula do MPLA e com o dr. Agostinho Neto, o que se não tem verificado em relação à FNLA porque a cúpula desse movimento se encontra no Zaire. Assim, prova-se que temos tido muito mais contactos com o MPLA do que com a FNLA.²⁵

Quanto aos textos de opinião, os temas são variados e vão desde as análises económicas à questão de Cabinda, passando pelo problema da cidadania dos habitantes de Angola depois da independência. Vale a pena destacar uma das

embaixada de Angola em Lisboa e fez diversas missões ao estrangeiro, a pedido de Agostinho Neto.

²⁴ António Fwaminy “Tony” da Costa Fernandes (n. 1942) estudou sociologia na Suíça e foi um dos fundadores da UNITA. Rompeu com o movimento no início da década de 90, ingressando mais tarde no MPLA e tornando-se embaixador de Angola.

²⁵ Os acontecimentos de Angola e a posição da UNITA. *Tempo*. 12 de junho de 1975, p. 9. Cf. adiante p. 291-295.

crônicas do geógrafo e professor Orlando Ribeiro, a propósito das universidades criadas em Moçambique e Angola:

Tardiamente, vencendo resistências ocultas mas deliberadas, criaram-se em três cidades de Angola e em Lourenço Marques as universidades que estes territórios há muito deviam ter possuído. Mas, salvo raras exceções, universidades para brancos, para filhos de colonos ou de funcionários, completamente desinteressadas da formação da *élite* negra local. Universidades de estilo muito português, com borla e capelo, cortejos e discursos, completamente desenraizadas das condições locais. Nelas não se ensinam as línguas africanas; em Lourenço Marques apenas existe um centro de cultura islâmica (que interessa a quase metade da população de Moçambique), mas junto da mesquita do subúrbio negro de Chipamanine, e nenhuma instituição onde se examine a complexa imbricação das civilizações do oceano Índico. A incompreensão da vida “indígena” chega a assumir formas de completa estupidez: as estatísticas oficiais consideram “analfabetos” todos os muçulmanos que sabem ler e escrever o alfabeto árabe, graças ao qual o suaíli se tornou língua veicular da região dos Grandes Lagos até à África do Sul.²⁶

Em matéria cultural e literária, é de referir um artigo de Mário António, “A lusofonia em África e no Oriente”²⁷, em que também se recorda uma campanha de alfabetização promovida pelo Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola que seria “sufocada pelo fascismo-colonialismo”. Importa ressaltar a informação do poeta e ensaísta angolano a propósito da reação de Viriato da Cruz a um artigo de Mário Pinto de Andrade em que este defendia o uso do quimbundo como língua literária de Angola:

[...] Viriato da Cruz, falecido há um ano em Pequim, e considerado o mais alto expoente da poesia angolana, com a notável capacidade crítica que lhe reconheciam todos os companheiros, produziu uma análise que circulou em cópias datilografadas, sobre o artigo, afirmando a posição de que a literatura angolana, para ser uma literatura nacional, devia ser escrita em português.

Outros textos não têm diretamente que ver com a independência, mas comprovam a atenção dos jornais e dos seus colaboradores a Angola e à sua literatura. É o caso de dois artigos de José Cardoso Pires, “Um abraço para

²⁶ RIBEIRO, Orlando. Descolonização, ensino e ciência. *Diário de Notícias*. 28 de outubro de 1974, p. 7-8. Cf. adiante p. 102-107.

²⁷ *Expresso*. 14 de setembro de 1974, p. 10. Cf. adiante p. 76-79.

longe”²⁸, a propósito de *Nós os do Makulusu*, de Luandino Vieira e “SPE/65, fls. 1 — verso”²⁹, sobre a atribuição, em 1965, do Grande Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores a *Luuanda*, do mesmo autor, e sobre a onda de repressão que se seguiu. É o caso também de um ensaio de Alexandre Pinheiro Torres intitulado “Luandino Vieira dez anos depois (1964-1974)”³⁰, sobre o livro *Velhas Estórias*.

Há igualmente notícias sobre o lançamento de livros, como a reedição de *Terra Morta*, de Castro Soromenho³¹, apresentado por Manuel Ferreira e Henrique Abranches. É ainda de referir a inclusão com alguma regularidade de poemas e contos de autores angolanos. A 5 de dezembro de 1974, por exemplo, o *Diário de Notícias*³² publica quatro poemas de Agostinho Neto (“O choro de África”, “Aqui no cárcere”, “Partida para o contrato” e “Havemos de voltar”), acompanhados de um estudo de Basil Davidson, a que se junta ainda um conto de Luandino Vieira (“À sexta-feira”).

Da atualidade mais quotidiana, merece destaque a passagem por Portugal de intelectuais interessados no processo de descolonização, como Albert Memmi³³, que veio lançar *Retrato do Colonizado*, ou o Prof. José Maria Nunes Pereira³⁴, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, é de sublinhar a atenção dispensada a iniciativas hoje ignoradas pela imprensa, como a realização de simpósios, conferências ou uma Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias em dezembro de 1974.

Num outro plano, importa recordar uma das consequências inesperadas da revolução portuguesa: a transferência para Lisboa do campeonato mundial de hóquei em patins previsto para Luanda³⁵.

²⁸ *Diário de Notícias*. 3 de julho de 1974, p. 13. Cf. adiante p. 45-47.

²⁹ *Diário de Notícias*. 25 de julho de 1974, Caderno Artes e Letras, p. 1. Cf. adiante p. 56-59.

³⁰ *Diário de Notícias*. 3 de janeiro de 1975, Caderno Artes e Letras, p. 1-2. Cf. adiante p.138-146.

³¹ *Diário de Notícias*. 5 de junho de 1975, p. 2. Cf. adiante p. 456-458.

³² Caderno Artes e Letras, p. 1.

³³ *Diário de Notícias*. 31 de agosto de 1974, p. 10. Cf. adiante p. 243-245.

³⁴ *Diário de Notícias*. 9 de novembro de 1974, p. 7. Cf. adiante p. 250-252.

³⁵ *Jornal de Notícias*. 17 de julho de 1974, p. 11. Cf. adiante p. 383-385.

Teria sido o primeiro mundial da modalidade a realizar-se em África. Fora construído para a ocasião o pavilhão Cidadela Desportiva, com capacidade para quase seis mil pessoas. Portugal sairia vencedor do certame, derrotando a Espanha na final por 4-2. Em 2013, Angola viria a organizar um mundial da modalidade, disputado em dois pavilhões: um em

Entre os apontamentos noticiosos marcados por um certo caricato conta-se a referência ao almoço do primeiro dia da cimeira de Alvor:

O primeiro almoço servido no hotel da Penina aos membros da cimeira foi constituído por bacalhau com todos, à boa maneira portuguesa. Muito embora não conste ter havido reclamações do menu, sabe-se que o jantar do mesmo dia, servido no *grill* do hotel, baseou-se no paladar de cada hóspede, sendo escolhido à carta.

Jonas Savimbi e Holden Roberto sentaram-se na mesma mesa. Mário Soares e Agostinho Neto assistiram, à noite, a uma exibição do grupo folclórico do hotel. Antes, porém, estes dois dirigentes, acompanhados de Almeida Santos, manifestaram muito interesse em ver na televisão a entrevista concedida por Rosa Coutinho aos representantes da Informação.³⁶

Talvez involuntariamente, a notícia denota um certo comprazimento na constatação de que haveria uma base cultural comum e portuguesa a unir os membros das diversas comitivas. Além disso, a observação do jornalista no segundo parágrafo sugere a formação de dois grupos, numa espécie de antecipação do futuro.

Menos de cinco meses depois, encontramos um segundo exemplo de notícia um tanto estranha: “Esgotou-se em Luanda o stock de caixões! — Apelo a carpinteiros e pessoal das agências funerárias”³⁷, consequência do escalar dos confrontos entre os movimentos de libertação.

O terceiro caso é de tipo diferente e diz respeito ao hino nacional de Angola. A 7 de novembro de 1975, o *Jornal de Notícias*³⁸ informa:

Está escolhido o hino de Angola. Um júri, formado por elementos do Comité Central do MPLA, intelectuais e altos funcionários do Ministério da Informação, apreciou dezenas de trabalhos.

São autores: da letra, Eduardo Nascimento, antigo vocalista do conjunto *pop* “Os Rocks”; e da música, Visitação de Fátima Pereira do Nascimento (Tâzinha).

O jornal portuense transcrevia depois a letra, que revela muitas semelhanças com a que viria a ser efetivamente adotada. Segundo declarações de Lopo

Luanda (com capacidade para 12 000 espectadores) e outro no Namibe (para 3 000 pessoas). Desta vez, seria a Espanha a vencedora. Angola não passou da fase de grupos.

³⁶ *Jornal de Notícias*. 12 de janeiro de 1975, p. 4. Cf. adiante p. 426-427.

³⁷ *Jornal de Notícias*. 6 de maio de 1975, p. 2 e 10. Cf. adiante p. 449-451.

³⁸ Cf. adiante p. 459-460.

do Nascimento, à época secretário do Bureau Político do MPLA, a decisão foi rejeitada por essa organização, que alegou que o cantor teria sido colaborador da PIDE. De modo ainda não totalmente esclarecido, a versão definitiva acabaria por ter como letrista Manuel Rui Monteiro — titular do Ministério da Informação, que organizava o concurso —, sendo a música composta por Rui Mingas.

No que respeita à representação da independência propriamente dita, a maior parte dos jornais dá grande destaque ao acontecimento, ressaltando tanto o entusiasmo do povo angolano quanto a alegria de muitos portugueses. José António Santos, enviado especial do *Diário de Notícias*, escreve o seguinte:

Nas ruas, nos bairros, por toda a parte onde se encontre o povo angolano, as massas trabalhadoras, em torno do MPLA, sua vanguarda e único representante, assumem a histórica responsabilidade de proclamar a independência em vigilância revolucionária. Em cada bairro, as massas populares festejam com diversos programas, elaborados pelas comissões de moradores e trabalhadores, o nascimento da sua pátria, manifestando a sua comunhão com “o camarada presidente” dr. Agostinho Neto, que preside às cerimónias oficiais da proclamação da independência, simbolizada pela chama da unidade.³⁹

O mesmo jornal dá conta de uma reação semelhante no Porto, num círculo bem menor mas ainda assim surpreendente se tentarmos uma comparação com o que se verifica nos nossos dias:

Também o povo do Norte quis expressar o seu apoio à vanguarda do povo irmão de Angola. Enchendo completamente o pavilhão do Académico, ontem à noite, milhares de pessoas testemunharam a sua solidariedade ao MPLA e à sua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo.

Cerca das 22 horas começou uma jornada de luta que mais não era que uma voz revolucionária de milhares de bocas gritando “Um só povo, uma só nação sob a bandeira do MPLA”.⁴⁰

Ainda no dia 11, mas no *Jornal de Notícias*, há um apontamento sobre a retirada das tropas portuguesas, “sem glória, depois de terem tirado a bandeira do seu país do palácio do alto-comissário e da fortaleza.”⁴¹

³⁹ 11 de novembro de 1975, p. 1 e 3. Cf. adiante p. 472-474.

⁴⁰ *Diário de Notícias*. 11 de novembro de 1975, p. 4. Cf. adiante p. 484-487.

⁴¹ REIS, Miguel. Angola já é independente: Caiu o último bastião do colonialismo português no continente africano. *Jornal de Notícias*. 11 de novembro de 1975, p. 4. Cf. adiante p. 475-477.

Com o final do processo, as críticas dos setores mais à direita sobem de tom. No *Tempo*, Freitas do Amaral, então líder do CDS, declara:

A descolonização portuguesa tem sido considerada por alguns como uma descolonização exemplar. O caso de Angola mostra, porém, que ela foi, pelo contrário, uma descolonização escandalosa. Uma descolonização exemplarmente escandalosa.⁴²

No mesmo jornal, e a propósito do regresso a Portugal de milhares de colonos, Manuel de Portugal⁴³ publica, em registo melodramático, uma “Carta aberta à Saudade de Angola”, dirigida a uma figura aparentemente real através de quem se procura representar o drama dos que passarão a ser chamados *retornados*:

Porque não choras só, rapariga-velha, perdida nas brumas de ti mesma, na negrura da noite que albergas dentro de ti. Choramos contigo os portugueses de Portugal, do Minho ao Algarve, da Madeira aos Açores, aqueles para quem Camões é ainda o poeta, Afonso Henriques um rei, Vasco da Gama um marinheiro, povo que, suando, nos campos arroteia a terra, nas pedreiras arranca com mão calosa granito menos duro que o coração de certos homens, pescador desperto que no balouçar da noite lança ao mar luarento a bênção da rede para nos matar a fome, país real e verdadeiro, calado e trabalhador, que chora sem lágrimas, evangelicamente, enquanto Cristo Redentor não expulsar do templo os vendilhões da grei.⁴⁴

De resto, já antes da proclamação da independência vários jornais vinham publicando reportagens que davam conta do crescente agravamento das condições de vida em Angola. Em julho de 1975, Varela Soares, enviado especial do *Tempo*, escreve que

A cidade tinha toneladas de lixo e o cheiro era desagradável. Nas ruas os papéis misturavam-se com vidros partidos e com a calça dos prédios bombardeados. Na praça dos Lusíadas algumas dezenas de camionetas, carregadas de mobília, esperavam tempos mais calmos para tomarem o rumo do sul de Angola, onde há paz e serenidade.

⁴² Independência de Angola em análise: Professor Freitas do Amaral: A guerra em vez da paz. *Tempo*. 13 de novembro de 1975, p. 6. Cf. adiante p. 525-527.

⁴³ Pseudónimo de Henrique Maria Cordeiro de Penha Coutinho (1928-2025), jornalista e cronista português.

⁴⁴ *Tempo*. 13 de novembro de 1975, p. 3. Cf. adiante p. 216-219.

Todos se interrogam com o olhar e o “ainda estás vivo?” é o cumprimento normal daqueles que se reencontram e sentem o valor da vida no reino da violência e da morte.⁴⁵

Três meses depois, no *Expresso*, a situação em Nova Lisboa (Huambo) é descrita por Alexandre Cordeiro como sendo a de uma “agonia (lenta) de uma cidade semifantasma”:

A falta dos combustíveis é de longe o problema mais dramático e o principal elemento responsável pela agonia lenta da segunda maior cidade de Angola. O trânsito automóvel é quase nulo, excetuadas as viaturas dos movimentos de libertação que apreenderam em diversos locais enormes quantidades (de gasolina e gásóleo) das Forças Armadas portuguesas [...].

São dezenas de milhar as viaturas de todas as marcas, modelos, números e cores paradas pelas ruas da cidade, na maior parte abandonadas, pois os seus proprietários já abandonaram Angola. O mais curioso é que o seu valor depende do volume de combustível que têm no depósito. E assim podemos assistir pessoalmente à troca de um BMW 2002 TI, com pouco mais de sete mil quilómetros, por três maços de cigarros que se destinavam a compensar os 5 litros de gasolina que ainda tinha em depósito!⁴⁶

Um último ponto a destacar, a título de mera curiosidade, diz respeito a um mini-inquérito que o *Expresso* publicou no dia a seguir à independência sobre as previsões para os seis meses seguintes. O historiador inglês Keith Middlemas previu “Uma curta guerra e a derrota do MPLA”:

É nesta base que eu prevejo uma curta guerra, que acabará com a derrota militar e o exílio do MPLA, enquanto a batalha política no interior de Angola continua. Resultado final? Há três possibilidades: continuação da guerra entre os dois grupos sobreviventes; harmonia, baseada numa necessidade comum de vigilância contra o MPLA; divisão de Angola em dois estados (tal como o Congo) ou uma federação, com Luanda, segundo palavras de Savimbi, como “capital neutra”. Nesta altura a influência das forças externas aumentará sensivelmente.⁴⁷

⁴⁵ SOARES, Varela. Angola: extensão de uma tragédia. *Tempo*. 24 de julho de 1975, p. 9. Cf. adiante p. 628-634.

⁴⁶ CORDEIRO, Alexandre. Angola, 38 dias antes da independência: Nova Lisboa: a agonia (lenta) de uma cidade semifantasma. *Expresso*. 4 de outubro de 1975, p. 16-17. Cf. adiante p. 677-699.

⁴⁷ 11 de Novembro: Como será Angola daqui a seis meses? *Expresso*. 12 de novembro de 1975, p. 11. Cf. adiante p. 359-371.

Pelo contrário, Vasco Vieira de Almeida, que tinha sido ministro da Economia do Governo de Transição de Angola e é uma das poucas personalidades da época ainda vivas, previu com relativa exatidão o que veio a verificar-se:

Esta nova guerra de independência, certamente mais feroz do que a primeira e, quem sabe, provavelmente tão longa como ela, criará também novas condições de vida e não poderá deixar de levar a uma radicalização e modificação profunda das forças antagónicas, contribuindo para que venham a ser completamente impossíveis quaisquer situações de compromisso... (E isto independentemente de eventuais alianças táticas que possam vir a concretizar-se.)

Dois aspetos me parece importante salientar sob este ponto de vista: o primeiro resulta da já hoje inevitável destruição, em termos operacionais, da economia angolana tal como existia. O segundo é o facto de não parecer viável nem realista supor que no novo país voltem a existir condições para o regresso de uma parte substancial dos portugueses que lá viviam.

Em conclusão, creio que o material coletado nos dá uma imagem razoavelmente nítida da divisão que marcou a sociedade e a política portuguesas da época face à independência de Angola e aos acontecimentos que a rodearam. Lendo-o em retrospectiva, percebemos hoje certos aspetos que na altura passavam despercebidos e, por outro lado, somos confrontados com uma espécie de evidência doce-amarga: o facto de Angola ter entretanto desaparecido da atualidade portuguesa é a melhor prova da independência do país. Mas é sinal também de que as expectativas e as promessas de solidariedade e de amizade se goraram. Noutro plano, a situação dos quatro jornais que serviram de base a este trabalho é a prova de que estamos hoje num tempo diferente: um deles desapareceu há muito (o *Tempo* encerrou em definitivo em 1990), dois estão moribundos (*Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*) e o *Expresso* também já viveu dias bem melhores.

Bibliografia

FONTES

Expresso. Lisboa (abr. 1974 – nov. de 1975).

Diário de Notícias. Lisboa (abr. 1974 – nov. de 1975).

Jornal de Notícias. Porto (abr. 1974 – nov. de 1975).

Tempo. Lisboa (mai. 1975 – nov. de 1975).

ARTIGOS E LIVROS

- CARVALHO, Juvenal de, 2009. *Revista Veja: um olhar sobre a independência de Angola*. São Paulo: Gandalf.
- CODINHA, Miguel Gonçalo Cardina, 2023. *O atrito da memória: colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Tinta-da-China.
- CONCEIÇÃO, Carlos, 2022. *Nação Valente*. Terratreme Filmes, Mirabilis, Virginie Films.
- CORREIA, Pedro de Pezarat, 1991. *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português*. Lisboa: Inquérito.
- DZIAŁAK-SZUBIŃSKA, Anna, 2021. Da Revolução dos Cravos à independência de Angola: receção na imprensa polaca. O caso do semanário informativo *Polityka* (1974-1976). *Itinerarios. Revista de estudios lingüísticos, literarios, históricos y antropológicos*. 34, p. 195-210.
- GOMES, Pedro Marques, 2012. A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do *Diário de Notícias* (1974-1975). *Estudos em Jornalismo e Mídia*. 9: 2 (jul.-dez.). DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p36> 8 [Consult. 09/05/2026]
- HEIMER, Franz-Wilhelm, 1980. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*. Pref de Eduardo de Sousa Ferreira. Lisboa: A Regra do Jogo.
- HENRIQUES, Joana Gorjão, 2026. Sondagem mostra que mais de 31% gostavam que Portugal ainda tivesse colónias. *Público*. 19 de dezembro. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2025/12/19/sociedade/noticia/31-portugueses-gostavam-portugal-colonias-2158602>> [Consult. 09/05/2026]
- LUCA, Tania Regina de, 2006. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla, org. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2016. *Angola, os brancos e a independência*. 2.^a ed. Porto: Afrontamento.
- PINTO, António Costa, 2001. *O fim do império português: a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975*. Revisão de Cristina Freixo. Lisboa: Livros Horizonte.
- REAL, Miguel, 2018. *Cadáveres às costas*. Alfragide: Dom Quixote.
- ROSAS, Fernando, ed., 2022. *Revolução portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta-da-China.
- SEIDEL, M. A., Jörg, 2010. “A Revolução Portuguesa dos Cravos no *Neues Deutschland* da Alemanha do Leste”. In FRANCO, José Eduardo *et al.*, eds. *Europa de Leste e Portugal. Realidades, relações e representações*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- SORIANO, Marvin R., 2025. Journalism in history, history in journalism: A historiographical critique of the newspaper as a source material for research. *International Review of Social Sciences Research*. 5: 2 (jun.). DOI: <<https://doi.org/10.53378/irssr.353200>>. [Consult. 10/05/2026]
- VALENTE, Margarida, 2025. A descolonização é vista com melhores olhos em Angola e Cabo Verde do que em Portugal. *Público*, 1 de julho. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2025/07/01/sociedade/noticia/descolonizacao-vista-melhores-olhos-angola-cabo-verde-portugal-2138515>>. [Consult. 09/05/2026]

Opinião

África e o complexo de Pilatos

F. Correia da Silva¹

O Ato Colonial arquivou a visão ampla de Norton de Matos. Depois houve a falência do Ato Colonial. Para disfarçar as suas grandes mentiras, foi então o fascismo compelido a pregar meias-verdades. Corrompidas, mas seraficamente.

Por uma ação de repulsa, os resistentes foram vomitando as mentiras, mas foram também vomitando as meias-verdades, e náuseas lhes provocava a outra metade verdadeira que ficava por falar. Corre-se assim o perigo de ter a saudável purga contra o fascismo também eliminado grande parte da nossa flora mental. Havia a meia-verdade da sociedade multirracial do português dos trópicos! Sob esta capa flamejante, também dourada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, quanta opressão, quanta exploração monopolista, quanto crime! Exploração tanto mais facilitada quanto é real a existência da outra metade verdadeira, ou seja: a plasticidade lusitana com etnias estranhas, a fácil circulação do português entre tribos negras. Digo mesmo: a diferença que o africano faz entre o português e os outros europeus. Bem se sabe que as relações do português com o negro foram quase sempre as do explorador com o explorado. Mas também a proliferação de relações sentimentais entre um e outro, sem qualquer paralelo entre as relações normais de qualquer outro europeu com africanos, decididamente perturba a aplicação de soluções esquemáticas.

Na África, as rivalidades tribais muitas vezes levam ao genocídio. No Bifra não foram necessários arianos, nazis ou suásticos para exterminar um milhão de ibos. E se na Guiné, Angola e Moçambique vai despertando uma consciência nacional, isso só está sendo possível através da utilização da língua portuguesa e da fusão levada a cabo pelo português.

¹ Fernando Correia da Silva (1931-2014) foi um escritor e oposicionista ao Estado Novo, o que o forçou ao exílio no Brasil.

Exploradores e explorados, mas também miscigenação, a cultural bem mais importante do que a física. Neste mosaico, as minorias brancas, levadas à histeria pelo boato fascista, poderão tentar uma aventura estilo Rodésia, e logo os banhos de sangue, as mútuas chacinas, o caos. É solução que não interessa nem a pretos nem a brancos. Têm os partidos de esquerda, em Portugal, que moderar as suas palavras para não levar o pânico aos portugueses de África; mas não a tal ponto que levem os movimentos de libertação a considerá-los neocolonialistas. Saídos do formalismo imposto pela Censura, temos que inventar o formalismo do equilíbrio. Independência significa liberdade para o africano; já para as minorias brancas significa terror, chacina, humilhação, Congo, Giacometti. Substituindo-a por soberania ou outro sinónimo virgem, talvez se consiga evitar que o cidadão de boa cepa lusitana, portador de um sistema cultural sempre em aberto, corra a buscar a proteção dos suseranos negreiros preditos à aventura separatista.

É urgente reconhecer-se em África e Portugal que a aliança natural é entre libertadores portugueses e libertadores africanos. O mesmo regime que massacróu negros em Inhamitanga, massacróu camponeses no Alentejo. Entretanto, e por causa das mentiras e meias-verdades, existe em vastas áreas do antifascismo português um perigoso complexo de Pilatos, “brancos em África são fascistas, os pretos que cuidem deles...”. Complexo castrador da mais elementar solidariedade para com as populações brancas apavoradas, e para com as populações negras arriscadas a herdar o caos. Complexo de miopia política, porque em caso de aventura separatista, difícil seria manter a unidade dos capitães ante a chacina de populações brancas, e o fascismo só aguarda essa quebra de unidade para tentar o retorno. Se a África fez a revolução portuguesa, também a África irá consolidá-la ou destruí-la.

Contudo, a conquista da sanidade pode estar na circunstância de a maioria dos líderes africanos ter lutado em Lisboa, vai para 25 anos, e juntamente com os seus camaradas portugueses, contra o fascismo de Salazar. E serão possivelmente esses mesmos camaradas os interlocutores numa conferência de paz. Nessa oportunidade, o recordar de uma mesma vivência, o sentir que afinal se está do mesmo lado da barricada, certamente levará os homens de um lado e outro a querer anular a intransponibilidade das dificuldades. O urgentíssimo é levar as duas partes à mesa de conferências.

No jogo da guerra e da paz as cartas estão sendo jogadas velozmente, e novos parceiros podem surgir a qualquer instante. Senghor acaba de jogar a primeira e límpida carta. Já o Brasil é uma incógnita. Se Geisel, por real fraternidade ao povo português e aos povos africanos que falam a mesma língua, e estribado em interesses económicos a que, por agora, podemos chamar sãos, tiver uma palavra de moderação para ambas as partes, preciosa será essa palavra. Mas se por trás de Geisel há tenebrosos interesses económicos esperando ocupar em Angola e Moçambique o vazio que os portugueses vão deixar, então o Brasil estará contribuindo para a vietnamização desses dois estados. Tenebrosos interesses a facilitar uma possível conspiração de Tomás e/ou Caetano, não a contar com a vitória do separatismo, mas com a sua eclosão e futura derrota, e o futuro e oportuno vazio a ser ocupado com bastante lucro. Do Brasil a Angola vai um salto.

Soluções de paz? *Portugal e o Futuro* obteve uma ampla aceitação, não apenas pelo escândalo de uma opinião antigoverno, mas porque levantava uma proposta de fraternidade com os povos africanos. Foi uma forma de lavar a alma dos portugueses envergonhados pelos crimes cometidos em seu nome. Entretanto, a ideia de federação deve estar superada pelos acontecimentos. Tivesse o 25 de Abril eclodido em 1964, e talvez ela fosse válida. Há, porém, outras formas de concretizar a fraternidade necessária. Eis uma, entre outras, e afim ao plano de Senghor:

1. Portugal reconhece a soberania política da Guiné, Angola e Moçambique, desde que garantidos os legítimos (só os legítimos) interesses e direitos das populações brancas, mestiças, asiáticas e negras favoráveis aos portugueses.

2. Assim como já existe a dupla nacionalidade entre portugueses e brasileiros, uma múltipla nacionalidade entre portugueses, guinéus, angolanos e moçambicanos.

3. Comunidade económica luso-africana para aproveitar todo o jogo económico já existente. Aproveitar, mas igualmente aos quatro estados.

É uma forma de paz. Outras devem surgir. A melhor delas depende de todos nós.

Expresso, 1 de junho de 1974, p. 16

Angola: um Abril que não chegou

Humberto Lopes²

Se as chagas purulentas não são imediatamente controladas com uma intensa assepsia, correm sempre o risco de degenerar em cancro de controlo impossível. É o que está sucedendo em Angola no campo político, onde a primavera portuguesa tarda em se sobrepor aos dias cinzentos de cacimbo que há longos e ominosos anos vivemos.

Para além da proliferação de partidos políticos — 30 em menos de um mês —, o regresso à metrópole do governador-geral e a visita do ministro Almeida Santos, tudo parecer continuar “como dantes”, vendo-se os homens que serviram o fascismo nos mesmos lugares preponderantes e atuando com o mesmo descarado despudor. Bem se poderá recordar a oração de David no livro dos Salmos, que principia assim: “Senhor, Senhor, porque me abandonaste?”

A faceta mais predominante é a euforia das greves como passo primeiro para reivindicações salariais que parecem, em grande parte, fomentadas por elementos reacionários, que estão descaradamente a surgir e a demonstrar uma vitalidade que além de perigosa pode ser suicida para a estabilidade da democracia e garantia da liberdade que em tão boa hora o Movimento das Forças Armadas nos ofereceu.

Em Luanda, elementos da contrarrevolução estão tentando por todos os meios criar um clima de insegurança num ambiente que se tem mantido tranquilo e demonstrando até uma excecional consciência cívica. Em Benguela e Lobito pululam as GREVES, algumas justificáveis e outras absolutamente extemporâneas e com todo o ar de instigadas.

Das justificáveis, consideramos a da empresa multinacional Embalagens de Angola, empresa que durante bastante tempo gozou de uma situação de

² Humberto Pereira Dinis Lopes (1918-1984), advogado antifascista, várias vezes preso durante o Estado Novo.

privilégio, não conseguindo abastecer os industriais de conservas de peixe e frutas das unidades por eles requeridas e destinadas à exportação. E não só não fornecia as quantidades como fabricava latas defeituosas, com devoluções de quase cinquenta por cento. Como a administração está, ao que parece, nos Estados Unidos, as exigências salariais do pessoal terão, naturalmente, de esperar por algum regresso de Kissinger à USA.

O *Jornal de Benguela*, bissemanário local, hoje propriedade do Banco de Angola, que “congelou”, também, à informação de Angola os jornais *Intransigente*, de Benguela, e *ABC*, de Luanda, teve, também, a sua greve de pessoal por imperativos salariais. Outro assunto que terá de ser tratado fora de Angola, pois a Administração do Banco funciona, como se sabe, na rua da Prata, em Lisboa.

O Caminho de Ferro de Benguela, empresa com Administração em Lisboa e “patrões” em Londres, depois de uma crise de reivindicações salariais que se arrasta há alguns anos, tem o pessoal em greve desde ontem, tendo sido distribuídos nas cidades de Benguela, Lobito e por toda a linha até à fronteira, enorme quantidade de panfletos, onde se lê: “Porque uma Empresa chefiada por FASCISTAS que tirando o que pertencia aos teus pelo teu suor, procurou encher os bolsos aos capitalistas. Repara que ainda agora não convencidos que têm de pagar o seu justo valor a quem trabalha, recusam as tuas reivindicações, procurando iludir-te com a amostra de uma migalha que nem se dignam dizer-te qual!...”, etc. O panfleto é dirigido ao “FERROVIÁRIO” e, curiosamente, todos eles impressos em papel cor-de-rosa...

Ao que se diz, a companhia, aqui conhecida pelo CFB, tipicamente britânica e de tal modo que não há muito tempo levava o seu racismo a não permitir atletas de cor nas suas equipas desportivas, teve, no último ano, um lucro de meio milhão de contos e todos os anos estabelece a mesma percentagem de divisão de lucros pela administração — que são meia dúzia — e pelo pessoal, que são alguns milhares, cabendo a estes o suficiente para comprar um caramelo.

O pessoal das obras e jardins da Câmara de Benguela também reivindica aumento de salários, o que cria à vereação um grave problema, pois a gestão dos últimos 10 anos do anterior presidente, que era simultaneamente o chefe político da UN, deixou o município de “tanga”.

A Sorefame, Porto do Lobito, Estivas, SIM, fábrica de whisky “Sbel” e muitas outras, tiveram igualmente de enfrentar as agruras da greve do pessoal, a maior parte por renitência em abandonar sistemas coloniais de remuneração ao trabalhador.

Como nota curiosa — e graciosa — a “Lupral”, empresa local, fabricante de fibrocimento e metalúrgicos, de administração hebraica, em Lisboa, de tradição marcadamente fascista, pois foi durante quase 20 anos dirigida pelo tradicional presidente da UN que nas “eleições” do defunto Estado Novo e nas manifestações “espontâneas” fazia comparecer todos os trabalhadores, transportados em camionetas — para não fugirem — para voto obrigatório ou vivas de euforia sob risco de despedimento, e que, por esse facto, gozou sempre de privilégios governamentais de exceção, começando pelo elevado preço dos seus artigos sempre bastante mais caros do que o equivalente produto importado; que distribuía anualmente, ao que se diz, 40 mil contos pelos seus acionistas e administradores metropolitanos; que nada fez nunca pelo pessoal trabalhador no campo social, surge agora, com surpreendente “generosidade”, a promover aumentos ao pessoal e a dizer-lhes que não gastem muito para andarem mais bem vestidos. Esta foi, sem dúvida, a nota humorística dos acontecimentos reivindicativos da última semana.

Entretanto, a circunstância de se continuarem a manter nos mesmos lugares os prosélitos do fascismo, está a criar um deteriorante mal-estar, pois sabe-se que estão a atuar na contrarrevolução, fomentando a perturbação nas massas trabalhadoras, instigando a população à desordem com “pasquins” onde se acusa o Governo Provisório de estar a negociar a pátria em Londres e outros impropérios de cunho fascista com as mesmas sabujices da propaganda salazarista: herança multissecular, lacaios do comunismo internacional, vendilhões da pátria, terminando com uma foice e um martelo e um AMEN a cheirar a reacionários de cursos da cristandade.

Como a Junta não parece ter em Benguela qualquer representante e Luanda dista, por estrada, 700 quilómetros, esta “fauna” continua a vegetar impune com todas as suas excrescências, até que a população se convença que os resíduos fascistas só podem ser eliminados pela justiça de Fafe.

Jornal de Notícias, 9 de junho de 1974, última página

Angola à espera da decisão de Lisboa

Rui Viana Jorge (Luanda)

As forças de reação, que em Angola proliferam, continuam a dominar a cena política *de facto*. E é errado pensarmos que, por se terem mudado 200 ou 300 governantes, a mentalidade dos que aqui vivem tenha sofrido qualquer modificação.

Angola é constituída pela população nativa, que por ser mais numerosa e imponente analisaremos no final desta crónica, e a população branca cá radicada. A nossa análise vai incidir sobre a população luandense (onde residimos) mas que de qualquer modo, além de representar 1/10 da população total, tem como em qualquer outro país uma representatividade real do resto da população.

A parte branca de Angola é constituída fundamentalmente por indivíduos de cariz aventureiro, que há mais ou menos tempo deixaram a Metrópole, e na sua maioria em más condições, instalando-se aqui todos eles dominados pelo sentimento comum de dinheiro fácil ou, pelo menos, mais dinheiro.

A essa empreitada têm dedicado todo o seu tempo e esforço, caindo na maioria das vezes em “irregularidades”, aliás fomentadas pelas autoridades até agora vigentes, quer pela sua inépcia, quer pelo exemplo dado, nesta terra das facilidades feitas norma e lei.

Saindo de uma sociedade altamente reacionária, onde as represálias a uma conduta vertical eram constantes, a sua baixa cultura preparou-os para com todo o primarismo executarem essas mesmas represálias a quem deles dependesse, como se de uma lei natural da vida se tratasse.

E assim aconteceu.

O negro local tem sido realmente explorado pelos “grandes patrões”, que encontraram no branco da mais baixa classe um despotismo para com o indígena que rapidamente se transformou em racismo clássico.

Uma vez que não aceitamos nem admitidos uma independência unilateral branca, há necessidade de definir por que razão os portugueses aqui radicados não querem de facto a independência de Angola.

A negação desta independência reveste-se fundamentalmente de dois aspectos:

1.º — Não aceitam ser governados por um negro;

2.º — Em consequência do 1.º ponto teriam de encarar a retirada para a metrópole onde fazendo o paralelo da sua situação se verificaria facilmente que estariam na cauda das classes sociais.

Isto é: se tomarmos por figurino a sociedade metropolitana, dividida, a traços largos, em capitalistas, burguesia e proletariado, vemos que aqui nos aparece uma outra classe especificada em termos não económicos, que é a classe negra. Esta classe está aqui na cauda social e é sobre ela que, por várias razões, recaem (ainda hoje) todas as represálias.

3.º — A quase totalidade de brancos aqui residentes não tem a sua consciência limpa quanto à forma como vem atuando com os nativos; por conseguinte, é perfeitamente natural que não queira a independência de Angola, uma vez que cá ficando correria o risco de ver confiscados os seus bens, atingidos rapidamente numa sociedade quase sem concorrência e onde as legalidades de certos processos ilegais eram “norma da casa”.

Essa a razão por que, neste momento, se pode arriscar como quase certo que a grande parte da população branca não pretende a independência.

Se realmente Portugal está interessado em que essa independência se efetive, os governantes têm que mostrar que, de facto, assim o querem.

E porque há necessidade de o mostrar primeiro e fazê-lo depois é que não concordamos com a independência imediata, mas sim a curto prazo. Abandonar Angola seria promover voluntariamente um Vietname, uma vez que mesmo com a presença do Exército português, esta mesma população branca se tem mostrado ativa numa linha que se opõe à estabelecida pela Junta de Salvação Nacional. Por conseguinte, nada nos custa a crer que sem uma garantia militar essa mesma população entraria imediatamente em luta desenfreada contra os movimentos de libertação e não só, indo cair a situação de Angola num impasse mais violento e injusto que aquilo a que assistimos em 1961.

Há necessidade de um homem forte em Angola que mostre aos brancos a sua má atuação desde há séculos e que reprima exageros, saneie administrações, estabeleça condições de trabalho iguais, sancione um estatuto assistencial justo e seja um homem que pelo seu trato e passado político mostre pela sua presença que o negro pode sair dos musseques (onde se encontra neste momento aterrorizado).

Que se proteja até exageradamente o negro, e por que não?

A hora portuguesa é de doação. Pois que o seja também por obrigação para o povo de quem mais tem beneficiado, para não utilizar o termo mais violento.

Fazendo agora uma análise à classe negra e seus problemas, o primeiro que se nos depara é a definição atual de “terrorista”.

O nome considerámo-lo desde já injusto e falso. Talvez que as palavras do general Costa Gomes nos habituem a uma terminologia diferente, uma vez que ele próprio os tratou por valorosos combatentes.

O que é então hoje um terrorista?

É exatamente o que ainda no dia 24 de abril aí na metrópole se chamava comunista, mais precisamente o que se opunha ao governo.

E embora os movimentos de libertação tenham brancos nos seus quadros, qual o negro que aqui defende o estado minoritário que o oprime e o faz viver como já não seria justo há 100 anos?

Se o fim da guerra depende só de o governo admitir que se dê a independência de Angola e se essa guerra é feita com gentes de Portugal, são pois os portugueses que se têm de manifestar pelo “SIM” ou pelo “NÃO”. Que o façam já, para que desse modo se evitem mais vítimas de ambos os lados.

Depois, o Exército aqui estacionado seria a garantia para as duas partes (branca e negra) de que não iriam existir exageros, ou pelo menos reprimidas quaisquer tentativas. De imediato a legalização dos movimentos libertadores para que, constituídos em partidos, pudessem lutar de igual para igual com todos os outros já existentes e que neste momento propagandeiam monopolisticamente o seu ponto de vista, uma vez que mais ou menos todos eles se situam no que se convencionou chamar as “direitas”.

Esta é a nosso ver não só a mais rápida, mas também a mais justa maneira de resolver o problema.

O tempo o dirá.

Terminarei esta crónica com uma passagem do discurso proferido, quando da sua última visita ao Canadá, do dr. Agostinho Neto, líder do MPLA: “Portugal tem sido uma praia para ir passar as férias e continuará a ser assim.

As nossas relações depois da independência terão de ser melhores ainda, ou melhor, terão de aumentar para que as relações económicas, as relações culturais, os problemas que derivarão da necessidade de um desenvolvimento da economia, vão fazer com que haja trocas e técnicas”.

Diário de Notícias, 3 de julho de 1974, p. 13

Um abraço para longe

José Cardoso Pires

Em dia incerto de abril de 67, no campo de concentração do Tarrafal, Luandino Vieira escreveu: “Luanda: nossa senhora de amar, amor, a morte.”

Daqui, desta invocação ou doutra assim, não importa, estendeu o coração para lá do tempo e do mar, enviou os olhos e a memória, e compôs a narrativa circular que é esta *Nós os do Makulusu* com toda a exata liberdade dos relatos sedimentados na experiência distante e com todos os ecos, cheiros e sinais que projetam o vivido no futuro.

Luanda, amor morte — está escrito lá no romance, em cada uma das suas 140 páginas datadas. O resto vê a gente: remorso, guerra, nação.

Vê infância, claro, a infância que já vinha de *No Antigamente na Vida*, tão ativa de sentimentos, tão virgem no despertar e, senhores, tão desafiada pelo quotidiano-em-redor. Uma infância, digamos, traída pelo passado que a gerou, país e pátria; ou, mais comumente, por leis de ocupação sob formas protetoras; ou em agressões abertas, desprezo e roubo.

Se falo na infância dos de Makulusu e nas riquezas que ela contém dentro da sua elementar claridade; se a vejo assim curiosa de vida e de aprendizagem do amor; se a cada passo a encontro suspensa em espanto e depois em dor, e em defesa, e em revolta — então eu penso em África, mais propriamente: em Angola, país de longa e traída infância. Sei que gerações e gerações de campeões do poder e da corrupção — adultos da civilização assim chamados — se empenharam em reduzi-la à ingenuidade da ignorância, impondo-lhe a piedade como forma de justiça e o paternalismo como lei de domínio. E isso é a traição de tudo: da infância que se não quer autêntica e do adulto que se lhe recusa nela.

Eis — para mim, pelo menos — o fio de pureza que circula no mundo privado das crianças de Luandino. É um veio de água límpida que segue o seu discreto rumo entre musseques e humilhações; que ganha volume, consciência e se torna um dia num amplo e resplandecente rio carregado de história e de

revolta. Paizinho, um dos do Makulusu, é exemplo disso, cresceu até se fazer rio, força instancável. E o narrador, sabe-se: também. Dizer como aprenderam o itinerário é fácil: foi a injustiça à volta e a sede de amor.

Ali estão todos os rebeldes e os indiferentes, a coragem e o remorso, à volta ou a propósito da morte inútil de Maninho. São uma população minúscula, convém dizê-lo, mas tão variada e definida, tão naturalmente enlaçada nos seus destinos que se projeta num contexto simbólico. Historicamente simbólico, para ser mais preciso.

É que, datado, insisto, redigido a prazo breve, urgente, o romance é todo ele percorrido pelo germinar da guerra, pelos prefácios e sinais de um povo em armas. Castro Soromenho, nosso amigo, que aqui quero lembrar, sentiria orgulho, gosto do coração, ao ler estes personagens que são a nova consciência e o exemplo continuado dos africanos de há trinta anos, que ele tão comovidamente descreveu. Os do Makulusu herdaram-lhe muita coisa — injustiça e cativos —, mas agora são eles que fazem pátria e futuro, numa arrancada coletiva, que Soromenho só por razão histórica entrevia. Então não era ainda o tempo de “morrer ou matar, ir ou recusar-se — as 4 estações” em que crescem, vivem e morrem estes heróis de Luandino.

A certa altura o narrador-prisioneiro num inferno do Atlântico anota: “A vida não é o seu tempo, é sua memória só.” E, sem se demorar, continua lá da distância a vencer o tempo, a cingir-se, a tocar e a penetrar no ponto do outro lado do oceano, tão seu íntimo, tão denso de sons, cores e de cheiros, num diálogo contínuo, solitário, mas dirigido a muitas vozes.

Memória, está visto. Memória e toda a liberdade que ela pode permitir: deslocamentos em tempos e espaços, intromissões de apóstrofes significantes, elipses, invetivas de ocasião, toda essa liberdade de contar, associando, distorcendo, recompondo, tudo isso é que faz a extraordinária verdade deste romance e o leva a tantas adesões do nosso sentir.

Realmente — é dos manuais, vem nos Todorov, Umberto Eco, Macheery — uma narrativa circular como esta, e mais a mais na primeira pessoa, permite soluções e aventuras estruturais que o discurso retilíneo, cartesiano, não comporta. A evocação faz-se por deslocamentos súbitos, explicita-se no comentário, na aliteração; anda numa mesma linha, “no antigamente” e no hoje; desenvolve-se “condepressa” ou no ritmo demorado, comprazido.

Nesta liberdade entra à maravilha (serve-a, sejamos precisos) um outro elemento que é comumente reconhecido como força solar da prosa de Luandino: a linguagem.

“Bilingues, quase que somos nós...” — ele próprio o escreveu neste livro, e estamos no ponto. Temos uma criação linguística, sintática, vocabular, que absorveu a palavra e a música dos musseques e que, por isso, vive nos personagens. Não se trata de um lexicon de gabinete nem de um formalismo, mais ou menos gráfico ou inconscientemente motivado por um vanguardismo elitista: é raiz, sabor de convívio, música de quem se fala, coada pelo ouvido hábil. Mas prefiro deter-me. Neste capítulo, a abordagem competente já coube, e bem, a José Martins Garcia no artigo “Luandino Vieira, o Anti-apartheid”³, que acabo de ler. Direi apenas que, quanto a mim, o resto, os muitos achados vocabulares ao nível erudito (explorações fonéticas, jogos de palavras, agluti-nações, *gin-fistes*, *sunabicha*, *cervesiaco*), tudo isso funciona como um sublinhado de humor que repassa dolorosamente a narrativa.

Humor — disse. Corrijo: amor. Amor-humor, uma associação fundamental que Luandino põe em constante movimento e que raramente aparece no nosso romance. Aqui, pelo contrário, está visível e é inclusivamente saudável nas mais ternas cenas do encontro sentimental.

Se aponto isto (e me lembro de Dostoievski, Henry Miller, Lowry, García Márquez) é porque em *Nós os do Makulusu* sendo um *de profundis* por uma sociedade colonialista é simultaneamente um hino às alianças do amor com a morte. “As mulheres que amam conhecem a morte no amor?” — pergunta Luandino? E o guerrilheiro? Perguntamos nós. Qual é o limite do seu amor senão a morte?

Um livro feliz este que estou aqui a saudar. Embora escrito no segredo, vede: ele estava certo com o povo e com o tempo — e a história lhe veio dar razão. Feliz ainda porque nasce livre e em voz alta aqui e na pátria que tanto desejou: Angola.

Assim é que eu saúdo o meu, o nosso, amigo Luandino Viera, abraçando nele um novo país e um dos seus maiores escritores.

³ Publicado em *Colóquio / Letras*, 22 (nov. 1974), pp. 43-50.

Jornal de Notícias, 16 de julho de 1974, última página

Angola angústia: que diálogo e para quem?

Luís Alberto Ferreira⁴

Com os excessos pandemónicos verificados agora na minha terra, S. Paulo da Assunção de Luanda, de ambiente amassado em buganvílias e tambarínos — pergunta-se: Angola, que futuro? Também se pergunta, com a mesma sobressaltada ansiedade: Violência a cargo de quem, de que espécie de pessoas?

Outra interrogação dramaticamente enrolada em nossas gargantas e consciências: Angola, definitivamente para quem e para quantos? Que espécie e que possibilidades de diálogo — e, definitivamente, diálogo entre quem, disciplinado por quem, testemunhado (imparcialmente) por quem, animado por quem e garantido (na sua íntima pureza direcional) por quem? Está aí, nos escaparates, em cima de todas as mesas, a História viva de Angola, carregadinha de factos, situações, confrontos — tudo irrecusável por estar na pele, nas veias, na memória das pessoas. Uma História que fala das mesmas barbaridades que os transmontanos hoje podem, finalmente, dar a conhecer ao país: afastados, à força, das vias de acesso à cultura elementar, impedidos de adivinharem o que porventura existisse e germinasse para lá das fronteiras fantásticas do Nordeste, pontapeados no seu orgulho viril, “amansados” numa pobreza que manietava todos os pulsos da honra e do decoro e tornava frequentemente inviáveis todos os contactos com os sonhos, com as estrelas lindas do quotidiano.

Angola — que diálogo?

Angola — quais os participantes no diálogo?

Angola — que autoridade e que direção? Quais os escalões da intransigência no manuseio dos meios de exercer essa autoridade? Interessa-me muito

⁴ Luís Alberto Ferreira (1933-2025) foi um jornalista angolano que trabalhou em Angola, em Portugal e noutros países, tanto na imprensa escrita como na televisão.

saber isso: Que intransigência e com que regularidade acional, com que firmeza, com que intensidade consciente!

Não chega o que está a fazer-se e não se conhece o que está para ser determinado que se faça.

Em Angola os extremistas matam à luz do dia.

Em Moçambique os democratas são espancados e perseguidos.

Angola — que diálogo? Com que garantias?

Moçambique — quem persegue os democratas e que espécie de diálogo é esse dos espancamentos e dos atentados? Qual tem sido a investigação e à custa de que espécie de entusiasmo? Quem põe entusiasmo na repressão? Um tipo de entusiasmo comparável àquele que tem permitido aos “pides” circular livremente, agredirem jornalistas e outros civis, fretarem ou “desviarem” táxis aéreos para os territórios rodesiano e sul-africano?

É urgente saber se não será poesia a mais confiar nos resultados de um diálogo com os extremistas — que matam sem olhar a quem para repor conceitos de orgulho incivilizado. É urgente saber que lugar se há de destinar em África, numa autêntica sociedade do futuro, àqueles que partiram um dia, da metrópole, já incultos, já impreparados, já vergastados por um regime amordaçante, e se limitaram, em Angola ou Moçambique, a ganhar dinheiro de qualquer forma e que incultos se mantiveram — por forma a estarem, hoje, inaproveitáveis para a África e para a Metrópole, sempre que se pensar numa sociedade autenticamente civilizada... e ainda que os filósofos, designação que eu atribuiria, por exemplo, a Charles Fourier, sustentem ser a civilização uma máquina, uma espécie de máquina de contradições que renova sem nunca se poder dominar.

Que tipo, pois, de diálogo, numa situação de emergência criada por atos da mais chocante selvajaria?

Quem quer e quem pode dialogar? Em certos areópagos, a noção escorreita do que é o diálogo banalizou-se pela convicção de que dialogar é exatamente uma possibilidade de se exibirem os dentes, sorrindo maquiavelmente — e de mostrar que se é capaz de falar mais depressa do que o competidor aparente ou real. O diálogo para a África tem de ser redescoberto e recriado — nas suas raízes. A definição de diálogo, para a África, precisa de se descomprometer face ao aviltamento a que chegou o significado intrínseco da palavra. Mas interessa saber, muito acima de tudo, da fonética, da poliomielite, do *marketing*,

quem tem direito ao diálogo, quem se vai buscar para o diálogo da África, uma África de todos e não de questões epidérmicas — mas necessária, obrigatoriamente, uma África de gente capaz.

Os continentes deixaram de ter cor — mas a coragem de selecionar as pessoas autenticamente capazes tem de cumprir-se no exato rigor da escolha dos caminhos para um Amanhã decente.

Expresso, 20 de julho de 1974, p. 10

Portugal visto de fora: o problema africano

António de Figueiredo⁵

Londres — A contribuição mais significativa que os ex-exilados podem prestar neste momento é proporcionar uma visão de Portugal “visto de fora” segundo a experiência que acumularam no exílio. Sendo a questão africana a que mais atrai a atenção internacional, é dela que nos começaremos por ocupar.

Para os observadores políticos estrangeiros o facto mais intrigante quanto à situação política portuguesa nos últimos quinze anos era a capacidade de sobrevivência do regime. Parecia claro que o regime salazarista só poderia sobreviver enquanto houvesse unanimidade de propósitos na elite estabelecida. Uma vez que a pressão armada nos territórios ultramarinos, a problemática económico-social e o isolamento diplomático criaram uma profunda cisão entre duas, ou mais, fações, dentro do regime, era inevitável que a democracia se apresentasse como uma necessidade funcional de apurar a vontade maioritária e conseguir definir um mandato para uma revisão, ou atualização, da política portuguesa.

Talvez que futuros historiadores venham a reconhecer que o Movimento das Forças Armadas, por sua natureza necessariamente conspirativo e, portanto, ainda inadequadamente estudado, foi quem melhor sintetizou o consenso geral e reconheceu que a solução há muito proposta pelos oponentes do regime — nomeadamente no Programa para a Democratização da República e em muitas soluções formuladas pelo general Humberto Delgado — para uma transição garantida pelas Forças Armadas, era a única saída possível.

⁵ António de Figueiredo (1929-2006) foi um jornalista português que começou a sua carreira na então Lourenço Marques. Preso por causa do seu envolvimento na campanha de Humberto Delgado, fixou-se em Londres, onde passou o resto da sua vida, trabalhando na secção portuguesa da BBC e no *The Guardian*. Publicou dois livros de grande impacto: *Portugal and its Empire: The Truth* (1961) e *Portugal: Fifty Years of Dictatorship* (1975).

Por ironia da história, viriam a ser os movimentos emancipalistas africanos, depois de séculos de sujeição colonial, que se viriam a tornar em fatores diretos duma crise política que conduziu, em primeira fase, à libertação de Portugal. E é, paradoxalmente, natural que tais movimentos não se tenham ainda refeito do choque inicial e, depois de muitas reuniões e diligências diplomáticas, ainda se mantenham em estado de suspeição ideológica.

Afinal, neste, como noutros planos da vida nacional, o regime autoritário e colonialista, está para a democracia burguesa como o roubo à mão armada está para o conto do vigário; e os movimentos africanos estão naturalmente receosos das consequências duma ampla manobra neocolonialista à escala internacional. Sem dúvida que muitos observadores que reconheciam que o dogmatismo do regime Salazar/Caetano conduzia a uma polarização ideológica que se começava a traduzir num elevado grau de politização por parte dos movimentos africanos de língua portuguesa, temem agora que esse processo se dilua, representando o malogro do sacrifício de mais duma década de organização, de sacrifício e de luta.

Mas o que é uma nítida desvantagem para os movimentos emancipalistas africanos é, claramente, uma oportunidade única para Portugal, pois que a democracia vem abrir novas perspectivas para a política nacional, e desfazer muitos mitos e preconceitos. Claro que só uma oligarquia tolhida pelo medo poderia ter concebido doutrinas coloniais dogmáticas, como o esquema da “nação única”, aliás já experimentado pelos romanos e pelos espanhóis nos seus malogrados impérios. E o que foi, originalmente, uma doutrina que tinha o objetivo de suprimir o “separatismo branco”, mostrou-se cada vez menos suscetível de aplicação uniforme a um império de circunstância histórica, com territórios tão diferentes e variados em tamanho e situação geográfica, potencial económico, características sociais e avanço político.

Hoje o medo e o dogma acabaram, mas a “imagem” internacional de incorrigíveis colonialistas subsiste. Por muito tempo ainda corremos o risco de não se entender no estrangeiro o alcance do Movimento das Forças Armadas e, já depois do 25 de Abril, se verificou que alguns dos dirigentes africanos, tanto dos movimentos emancipalistas da Guiné, Angola e Moçambique, como de nações membros da Organização de Unidade Africana, se empenharam em fingir que não entendiam o sentido do movimento revolucionário. Assim, por exemplo, confundiram-se os pontos de vista expressos pelo general Spínola no

seu livro *Portugal e o Futuro* com o programa da Junta e do Movimento das Forças Armadas, de forma a permitir a rejeição com base em acusações de neocolonialismo sob o disfarce de federalismo e autonomia.

No plano constitucional que se pretende fazer evoluir, passou-se esta semana, com a nomeação do Governo Provisório, para a formação duma nova atitude em relação ao ultramar, mas espera-se nos círculos internacionais que Portugal não vá apenas substituir o dogma da “nação única” pelo dogma do “federalismo” ou outro qualquer. Por sua própria natureza, a “descompressão” deve ser tão flexível e pragmática quanto parece convir aos interesses objetivos do país.

Se analisarmos em sequência geográfica, e a partir da perspectiva de Portugal, o problema da Guiné, Angola e Moçambique, verificamos que a estratégia nacional não corresponde rigorosamente aos esquemas anteriores nem às suas variantes liberalizadoras e federalistas.

No que toca à Guiné, colocando-nos numa posição mais radical do que o PAIGC e os tais 84 mal informados países que o reconhecem, e que igualmente foram colhidos de imprevisto, não é de admitir que o enclave da Guiné dita portuguesa tenha viabilidade. A variedade de cultura afro-portuguesa que ali se encontra está menos ligada a Portugal do que a Cabo Verde, arquipélago que, como se sabe, tem uma ligação histórica de carácter fortuito com a Guiné, pois se situa muito mais ao norte, mais perto de Dakar do que de Bissau. Dadas as afinidades culturais e tribais dos povos que habitam o Senegal, e as duas Guínés, e o conflito de interesses entre as duas Repúblicas rivais, não parece aos observadores estrangeiros que, tanto na modalidade federalista como na independência, a Guiné ou o PAIGC tenham capacidade de sobrevivência.

Analisando o problema do ponto de vista português, parece que a integração da Guiné num esquema federalista seria demasiado dispendiosa, em termos financeiros e humanos, para merecer o interesse nacional. Dada a maior intensificação de operações militares, apesar do seu exíguo tamanho e modestos recursos, a Guiné absorve uma parte desproporcionada do nosso orçamento militar, comparado com o que se despende em Angola e Moçambique, de forma que a hipótese de negociações diretas com as Repúblicas do Senegal e da Guiné se afigura mais realista e proveitosa para o interesse do país. Aliás, enquanto Amílcar Cabral uma vez me observou que o PAIGC poderia esperar porque, em última análise, o impasse na Guiné contribuía para o desgaste

geral, Agostinho Neto, ainda há semanas, ironicamente comentava que a questão da Guiné só tinha para Portugal a vantagem tática de desviar e absorver as atenções internacionais e a solidariedade ideológica de momento, enquanto os verdadeiros interesses colonialistas se desenvolviam em Moçambique e, sobretudo, em Angola. Simplesmente, o custo da guerra na Guiné, que deve absorver mais de um quarto da defesa no ultramar e, portanto, atingir milhões de contos anuais, parece excessivo, principalmente num período em que tal soma poderia ter melhor aplicação no equilíbrio económico que se procura atingir.

Mas é sobretudo no que se refere ao contexto do Sul da África que a restauração da democracia em Portugal, em Moçambique e Angola abre novas perspectivas que certamente não escaparão ao novo ministro dos Estrangeiros, Mário Soares, e ao ministro dos Assuntos Interterritoriais, Almeida Santos, um e outro experientes nos aspetos internos e internacionais da questão.

Assim, os observadores estrangeiros aguardam uma imediata dramatização da revolução portuguesa e das suas implicações, junto da Organização das Nações Unidas e através de conferências de imprensa e comunicações diplomáticas e entre partidos.

O facto de a população africana poder agora, por vias legais e constitucionais, eventualmente atingir a plenitude dos seus direitos humanos e cívicos, tem que ser enaltecido. No sistema que vigorava antes de 25 de Abril, o esquema constitucional, com um partido único e acesso limitado às Assembleias Legislativas e à Assembleia Nacional, e o poder concentrado no cargo de presidente da República, os africanos estavam tão efetivamente impossibilitados de assumir um papel decisivo na governação como dentro do esquema discriminatório na Rodésia ou no “apartheid” da África do Sul. Agora, através do pleno usufruto dos direitos de associação e participação na vida democrática, os africanos podem atingir a ascendência política pela simples superioridade numérica sobre o elemento de origem europeia.

Eliminada a duplicação de regime ditatorial e colonialista, Portugal oferece hoje um contraste radical à situação racista na África do Sul e na Rodésia, que está na base da legitimidade da luta de guerrilhas contra ambos aqueles países.

Neste contexto, Portugal está habilitado a fazer uma revisão profunda da sua política estrangeira. A reabertura de relações diplomáticas com a União

Soviética e outros países socialistas pode desde já contribuir para um maior esclarecimento dos movimentos emancipalistas que, historicamente, têm recebido apoio do bloco socialista. Há muito que se reconhece, fora de Portugal, que as três grandes potências — Estados Unidos, União Soviética e China — têm interesses divergentes no Sul da África de forma que a nossa posição política é muito mais fluida do que parecia. Para já, a radical transformação no domínio dos direitos cívicos e implicações constitucionais dos africanos permite que se transfiram para o domínio das relações internacionais os ataques que são feitos aos territórios portugueses, a partir de países africanos vizinhos.

A passividade com que se observam declarações feitas em reuniões envolvendo o Zaire, a República do Congo, a Zâmbia e a Tanzânia, no sentido de continuar e até intensificar o auxílio aos movimentos emancipalistas, deixa de ter cabimento. Trata-se duma atitude de agressão que deve merecer enérgico protesto e diligências diplomáticas. Por outro lado, num gesto conciliatório, talvez haja utilidade em revelar ao público português e introduzir no debate geral os princípios enunciados no Manifesto de Lusaca, em que certos e influentes países africanos propunham uma solução amigável entre Portugal e os movimentos emancipalistas. Apesar de Portugal viver acabrunhado por complexos, o facto é que uma internacionalização do conflito no Sul da África, sobretudo numa situação em que as forças portuguesas estão em vias de africanização, seria mais melindrosa para os interesses africanos do que para os portugueses. Afinal nós estaríamos a agir em legítima defesa e com incomparáveis vantagens logísticas e superioridade militar naquela área do mundo, onde só a África do Sul dispõe de maior supremacia bélica em relação aos países africanos, do que, por exemplo, Israel, em relação aos muito mais desenvolvidos e apetrechados países árabes.

Diário de Notícias, 25 de julho de 1974, Caderno Artes e Letras, p. 1

SPE/65, fls. 1 — verso⁶

José Cardoso Pires

Quando agora um de nós abre as páginas da *Literatura sob o Terror* dos anos portugueses de 60, três letras, três capitulares, erguem-se a prumo. Dominam o caos, as entrelinhas do silêncio.

Não têm o gravado da lápide, não constituem monumento: três iniciais, SPE, Sociedade Portuguesa de Escritores, simplesmente. São no entanto sigla e memória; a marca de uma unidade que recusava o prestígio oficial (isto é, a corrupção) e daí, coisa imperdoável, não caberem no *puzzle* dos compromissos e serem espaço pobre, incómodo; daí a ira e o pretexto para a sua destruição que teve lugar no ano de 1965, sendo voz e braço das excomunhões culturais o licenciado Paulo Rodrigues com o *nihil obstat* de Salazar, pai da pátria.

Era maio, primavera em espinhos, quando isso aconteceu. Um golpe de vingança, expedição, gargalhada punitiva, o que queiram chamar-lhe, caiu sobre a Sociedade de Escritores e entrou por ela adentro, portas abaixo, casa a saque, numa hora preparada ao abrigo da noite e da cumplicidade dos podero-

⁶ O tema da crónica é a atribuição, em 1965, do Grande Prémio de Novelistica da Sociedade Portuguesa de Escritores a *Luuanda*, de José Luandino Vieira. O júri era constituído por Alexandre Pinheiro Torres, Fernanda Botelho, João Gaspar Simões, Manuel da Fonseca e Augusto Abelaira, este último em representação da SPE e sem direito a voto. A decisão favorável a *Luuanda* foi tomada por maioria, com a oposição de Gaspar Simões, que se pronunciou a favor de um livro de Urbano Tavares Rodrigues. A notícia foi divulgada a 20 de maio de 1965 pelos jornais de Lisboa (a reunião do júri fora a 10 e o *ABC*, de Luanda, publicara um apontamento de congratulação a 16), tendo o *Diário de Notícias* acrescentado uma nota dando contra da identidade civil do premiado e da sua condição à época, cumprindo pena de 14 anos por “terrorismo”. Nos dias seguintes e até ao fim do mês — marcado pela comemoração de mais um aniversário do golpe de 28 de maio —, a generalidade dos jornais, na metrópole e nas províncias ultramarinas, difunde uma intensa campanha contra a atribuição do prémio, contra o júri, contra a Sociedade Portuguesa de Escritores e, sobretudo, contra Luandino Vieira. Os membros do júri chegaram a ser detidos para interrogatório e a Sociedade Portuguesa de Escritores, depois de assaltada, acabaria por ser extinta pelo ministro da Educação, Galvão Teles.

sos. Logo então (ainda a nuvem, o lamento, começava a libertar-se dos escombros) iniciaram-se as perseguições pelas vilas e cidades.

Assim: de todas as tocas e assembleias começaram a acudir vozes a justificar o assalto e todas falavam de heresia de pensamento e da pátria em perigo; depois vieram os padres de cruz missionária — clamavam perdão aos intelectuais, esses traidores!; depois as escolas cumpridoras e logo atrás os pregoeiros de televisão, que também despediam ódio, dever de ofício; por último chegou a mãe do soldado, esta em voz estremunhada, perdida — seja, concordava ela, castigo ao escritor.



Nos céus cruzam-se telegramas, esvoaçavam mensagens. O país-todo era uma constelação de sons em fúria.

Sós e desalojados, os escritores (os muitos, entenda-se, que contra o tempo tinham ganho voz e traço próprio), os escritores, digo, chamaram a si todo o orgulho de perseguidos. Uniram-se pela dolorosa seiva, essa que destilam os perseguidos e que cristaliza em formas de extrema lucidez.

Um deles, Abelaira, a ferros na central da PIDE, recusava a sua inocência para assumir o destino dos camaradas presos. Outros planeavam o regresso aos destroços — e não era uma velada que (Fiama, Gastão Cruz e os mais poetas) propunham, era a acusação na rua: o país alvoroçado com paradas da cultura e eles de guarda aos restos da Sociedade; em piquetes de silêncio, honrando a chaga. Isto enquanto alguém, Piteira Santos, em certo lugar da cidade, escre-

via. Lavrava o nosso protesto comum e fazia-o no tom e no risco das insubmissões que não se podem adiar e que pesam, fazem remorso.

Estes, como tantos mais, eram escritores sob o fascismo — e isso já de si diz muito. Diz, entre outras coisas, que de certa maneira tinham experiência de marginais e que, melhor ou pior, todos sabiam do isolamento: de como alimentar-se dele e de como nele resolver a palavra. Praticavam-na — à palavra, à frase — o mais atentamente e o mais tenteadamente que é possível, e sempre no gume, na linha do seu peso específico. Sabiam igualmente que para ser exata, densa e feliz, ela tinha de vir do natural de uma liberdade interior e não apenas ao nível da escrita — razão por que estavam tão atentos ao país, ou seja, a si próprios.

No poema e no gesto político punham por igual a assinatura: era a paz interior que lhes conduzia a mão.

Quando tudo pareceu serenar (normalizar, é o termo) estavam suspensos no vácuo de uma cratera fria. Podiam distinguir lá longe, sopros de fumo, os inquisidores a toda a volta.

Compreende-se com que curiosidade assistiram à recomposição da paisagem após eles — após a morte civil a que tinham sido votados, o índice vigiava-os, agora em capítulo *pro gravioribus*⁷, como se diz. Mas a cada instante despontavam apressadamente novas censuras — as paralelas, privadas e voluntárias — e eles pensavam é o medo, é o medo, sentindo já a mão fascista da tolerância (a tal que sucede à do extermínio) a alisar o horizonte onde

todas as manifestações superiores do espírito só podem ser desejadas, pois que pela sua autenticidade e independência jamais se submetem a quaisquer subversões dos valores nacionais (Moreira Baptista⁸)

e assim recomeçava a vida. Um cheiro de fermentos esquecidos ocupava a terra.

Saltitavam por lá os primeiros desertores que, afinal, eram apenas cidadãos de escrita apressada — de escrita e glória apressada, quando muito. Olhinhos trepadores.

⁷ Expressão latina: para os mais graves.

⁸ César Moreira Baptista (1915-1982), ministro do Interior aquando do 25 de Abril.

Terríveis, aqueles anos. E digo terríveis porque de todo o quotidiano do fascismo o pior que nele se gera é a decomposição triunfante, a criatura híbrida das adaptações. Exemplo, o escritor assimilado.

(Escritor quê?, pergunta alguém com os seus botões. E vendo esses escreventes a formigar, o mesmo alguém corre ao Catálogo das Famílias Literárias, edição corrente. Lê: “*Escritor assimilado* (a designação será outra mais adiante) — espécie secundária, frequente nas crises de transformação do *habitat*; formalmente liberal, por vezes de textura democrática; apresenta-se em múltiplas variantes, de acordo com as características do meio.”)

O que espanta, dizem hoje os observadores, é a cumplicidade independente. (Falam do à-vontade com que se movimentavam as referidas criaturas.) Admiram-se com a maneira como elas conviviam com os opressores — o convívio fazia parte da sua natureza vivaz — e sempre sem se comprometerem por escrito. Colaboravam, não tenhamos medo das palavras. Colaboravam, não pelo que diziam mas pelo que calavam e porque, em nome da sua, deles, independência, se passeavam nas mesmas tribunas onde se destruía a dos outros.

Isto, repete-se, aconteceu a partir de 65, zona confusa. Sem a SPE, ponto de convergência e de claridade, começaram a germinar todos os produtos retóricos da decomposição. E eis porque os assimilados cresceram e se multiplicaram e às vezes emanavam luminosidade. No árido horizonte cultural eram vírgulas animadas. Vaga-lumes. Coisa assim.

Os escritores, os perseguidos, lá do exílio interior olhavam e assistiram. Através e por cima de tudo continuavam com as três letras, *S-P-E*, impressas de memória e em azul censorial e que já não eram letras ou eco altivo, mas código, gramática comum.

Com estas festejaram o dia da liberdade geral.

Jornal de Notícias, 30 de julho de 1974, última página

O discurso do presidente e os caminhos de África

Luís Alberto Ferreira

O idioma é o primeiro amor da inteligência entusiasmada.

É-se feliz quando se merece tal amor e quando se conhece tal entusiasmo.

Na tarde da última sexta-feira, certamente quando, no isolamento do seu gabinete do Palácio de Belém, o general António de Spínola ultimava ou revia o seu discurso proferido no dia imediato, deixava eu que os meus olhos, no compasso de espera que servia de peristilo a uma breve conferência de imprensa, passeassem pelas páginas de um livro amarelecido, encafuado nas estantes do Palácio Foz: *Curso de Deontologia Ultramarina*. Um livro ao estilo... do estilo de uma época.

A conferência de imprensa focava o programa da visita, entretanto adiada, do secretário-geral das Nações Unidas. Visita que teria — e tem, quando finalmente se concretizar — um mote: AS COLÓNIAS PORTUGUESAS. Se eu, enquanto lia, pudesse adivinhar não só o adiamento da visita de Waldheim mas também e principalmente o teor unitário da comunicação do general Spínola, marcada para o dia seguinte, o *Curso de Deontologia Ultramarina* ter-me-ia parecido, no descaramento da sua trabalhada, burilada objetividade, uma coisa perfeitamente remota, esbatida nas fragas do tempo, nula e inexistente para todo e qualquer esforço de compreensão a que eu pudesse, generosamente, entregar-me. Não estando, todavia, prevenido de ambas as ocorrências, particularmente do teor exato do discurso do presidente da República, a leitura dos textos mais abertamente dissociados da verdade e da mentira do processo colonizador foi cavando no meu espírito caminho para a instalação de novos assaltos da inquietação. Hoje, porém, refeito da emoção desse histórico discurso, felicito-me pela iniciativa dessa fugaz viagem pelas prateleiras um tanto sinistras do Palácio Foz. Foi bom, foi útil voltar atrás...

Nós estamos numa hora especialíssima. Eu gostaria de poder levar muitas pessoas, no espaço português, a acreditarem que a civilização e o progresso autênticos não se traduzem unicamente em florestas de máquinas, em orgulhos fáceis e “desatualizados”, em burocracias tradicionais. Quando o general António de Spínola afirma que “Portugal não enjeitará, em relação a esses novos países, as suas responsabilidades”, está, inequivocamente, a relacionar Portugal e os portugueses com uma atuação que terá de ser maximamente verdadeira no seu humanismo, na sua entrega generosa e no seu superior e digno entendimento. Dizer, como disse o presidente da República, que “podemos sentir-nos legitimamente orgulhosos de que a sociedade internacional se enriqueça com povos livres e dignos que se afirmem, vivam, sintam e queiram à sua maneira, mas que se expressem em língua portuguesa”, é já, certamente, a guarda avançada moral desse entendimento da responsabilidade — que se deseje venha a ser parte visceral das futuras preocupações de cada cidadão português. Nesta linha, ousa pretender crer que nenhum angolano desejará ser, em relação a Portugal, tanto como o brasileiro — porque esse tanto é pouquíssimo. O angolano, que sempre esteve, em relação a outros povos africanos, mais próximo de entender, em termos mentais e afetivos, a proposta da coexistência e da luta revolucionária pela dignificação do homem, sem fazer dessa luta um instrumento do racismo — está particularmente treinado na captação das ciências e dos fenómenos sociais que lhe permitem ser, também particularmente, desassombrado e realista na interpretação do “brasileirismo” cultivado por autênticos “caixeiros viajantes” de empresas e mercadorias internacionais.

Ser angolano não é apenas — como disse Sebastião Coelho⁹, angolano de raça branca, em pleno Rossio — um estado de espírito, um estado de alma. É algo mais — e essa quantidade ou qualidade adicional é precisamente o instrumento que lhe permite encontrar-se adestrado para entender, interpretar, perdoar e renovar as técnicas do convívio humano e da prática revolucionária. Assim, o angolano, embora leia Gilberto Freyre, não inveja o “caso brasileiro” ou, se houver petulância para tal designação, o “exemplo promocional” dos brasileiros. Assim, o angolano, mesmo sem pôr os pés em Copacabana, está habilitado a saber, e a declarar, que uma sociedade do tipo brasileiro não lhe

⁹ Sebastião Coelho Ferreira (1931-2002) foi um radialista, jornalista e produtor musical angolano.

interessa, pela simples razão de que basta de futebolis: se o planeta alguma vez gastou saliva a soletrar os nomes de Zizinhos, Pelés, Didis, Garrinchas & Companhia, o fenómeno nada tem a ver com uma pretensa igualdade nacional destinada pelo processo brasileiro a todos os cidadãos nascidos no país.

Criado e preparado para, verdadeiramente, amar no Homem universal a própria essência da vida, o angolano, de índole bastante menos violenta que o indivíduo de outros naipes do seu continente, reúne aptidões particulares — naturais e adquiridas na experiência vivencial — para ser digno e lúcido utente de um amor que conquistou e recriou galhardamente — o idioma, o grande amor de toda a natureza inteligente e ansiosa. Vai ser ele, o angolano, certamente, um dos árbitros poderosos dos programas do universo de língua portuguesa — porque é nele que confluem as particularidades de isenção cuidada e viril suscetíveis de determinarem o homem justo, apaziguador e generoso. O seu sofrimento ao longo de gerações é, para mim, o mais rutilante exemplo de cadência construída e firme. Os angolanos esperaram — mas não odiaram. Lutaram. E lutar é a mínima exigência num caderno de virtudes típicas de cada povo e de cada homem.

O discurso, o teor do discurso do general António de Spínola lança as bases de luz para outro estilo de vida — e para uma compreensão mais fecunda dos africanos e do caso de Portugal em África.

Que todos os portuguese se levantem, agora, dos seus lugares — e, de um modo ou de outro, venham participar. Venham entender o projeto — e tragam a argamassa da sua contribuição lavada de egoísmos, incompreensões e recalamentos.

Expresso, 3 de agosto de 1974, p. 20

Um problema chamado ultramar

Francisco Pinto Balsemão

Quanto ao ultramar, algumas coisas são certas:

1. É um problema. Problema, porque há uma guerra onde morrem pessoas. Problema, porque, por mais hábil e tenaz que seja a defesa da reprodutividade das despesas militares, essa guerra sai cara e impede que outros investimentos, considerados de primeira prioridade, sejam feitos, nos campos da educação, da saúde, das diversas infraestruturas, etc. Problema, porque cria incertezas e inseguranças nas almas e nas vontades dos que nele estão envolvidos; nos que vivem lá e que têm dúvidas crescentes sobre o seu futuro; nos que vivem cá e que têm cada vez mais dificuldades em compreender os diversos porquês e para quês que o tema levanta. Problema, porque cada vez se fala mais do assunto, cada vez ele provoca mais ansiedade, cada vez ele constitui mais o centro das preocupações, mas falta uma informação suficientemente clara e permanente para que os cidadãos saibam o que querem e definam o caminho correspondente.

2. As soluções militares não resolvem esse problema. A guerra começou há 13 anos e não se vislumbra uma vitória ou uma derrota. A situação melhorará nuns sítios, piorará noutros, mas, no plano puramente militar, tende a eternizar-se. Além disso, há uma compreensível saturação dos oficiais e sargentos do quadro, como o demonstra o decréscimo do número de alunos às respetivas Escolas profissionais.

3. A maioria dos governos estrangeiros e da opinião pública internacional é contrária à política oficial ultramarina portuguesa. Mesmo países cujos governos detêm boas relações com o governo português — v.g. a Espanha — se vão mostrando reticentes.

4. A solução do abandono imediato dos territórios do ultramar é pouco realista, não só porque, neste momento, pelo menos, seria repudiada pela maior parte dos portugueses (mesmo que o referendo abarcasse a metrópole), mas

também porque seriam incalculáveis as consequências nos planos pessoal (vidas em perigo) e material (haveres perdidos, regresso maciço a uma Metrópole não preparada, como o prova o súbito incremento da emigração, a partir da década de 60). O abandono poderia, além disso, conduzir a movimentos de independência branca, de tipo rodesiano, que também se afiguram não ser do agrado da maioria dos portugueses.

5. O esforço feito, a partir de 1961, no capítulo da educação e noutros, em quase todos os territórios ultramarinos, conduzirá a que, dentro de poucos anos, haja maiorias nativas consideradas (segundo um discutível critério ocidental, é certo) civilizadas. Isso significa que, em 1980 ou pouco depois, sob risco de uma total incoerência, teremos de levar ao último extremo a nossa apregoada missão civilizadora de 500 anos.

6. As soluções que vierem a ser encontradas deverão ser diferentes de território para território. Embora não se tenha insistido ultimamente no *slogan* “Do Minho a Timor...”, é, na verdade, conveniente lembrar que mesmo Angola e Moçambique (em relação aos quais há uma tendência para a equiparação) são distintos, que pouco ou nada há de comum na situação e na evolução (seja ela qual for) de Macau e de S. Tomé, etc. Recorde-se ainda que, se esta verdade evidente não tivesse sido esquecida, o estado da Índia estaria hoje de certo em melhores relações culturais, económicas e políticas com Portugal.

Deixar de ser tabu

Se existe, portanto, um problema chamado ultramar, se as soluções militar, de abandono imediato ou de separatismo e hegemonia branca não são aceitáveis, se as circunstâncias internas e externas revelam que o problema tem de ser resolvido com urgência e maleabilidade, afigura-se que, antes de mais, será necessário que o assunto deixe de ser tabu.

Haverá quem julgue que uma discussão do tema ultramarino é *a priori* impossível, pelas paixões que levantaria, pelo perigo em que colocaria o próprio conceito de pátria. Outros limitam-se a afirmar que “o ultramar não se discute, defende-se” e catalogam, comodamente, como traidores todos os que assim não pensam.

Por mim, estou plenamente convencido de que há em Portugal muita gente disposta e desejosa a participar num debate amplo e livre sobre a questão. E

não ficaria surpreendido se, proporcionalmente, tais disponibilidade e desejo surgissem com maior disponibilidade entre os que habitam no ultramar, gostam da sua terra e aí querem continuar a viver. Desde as questões económicas (por exemplo: qual a verdadeira dependência da metrópole em relação ao ultramar e vice-versa), até às hipóteses políticas (por exemplo: quais os efeitos, a curto, a médio e a longo prazo, da política de africanização encetada por António de Spínola na Guiné?), há uma longa série de perguntas que o português faz a si próprio e para as quais, por falta de informação e por impossibilidade de discussão, não descortina resposta.

Grande grupo

Só quando tais respostas puderem começar a ser dadas, se tornará viável encontrar soluções concretas. É impossível rejeitar quaisquer contactos com os movimentos de libertação, por alegada falta de representatividade destes, sem se saber se (e sem se explicar porque) eles têm ou não representatividade. É impossível falar do Brasil como o intermediário mais válido na negociação de soluções políticas, sem se saber se efetivamente o é e que compensação se lhe pode dar. É impossível optar pela fórmula constitucional da Federação sem se estudar e debater um projeto.

Estas considerações, meramente exemplificativas, servem apenas para assinalar as teses, por vezes confusas e contraditórias, que circulam por esse País em pequenas reuniões de grupo, e para reforçar a necessidade de esclarecimento e de discussão pelo grande grupo que somos nós todos (aqui e no ultramar).

A campanha eleitoral que principia dentro de mês e meio seria uma boa oportunidade para o começo de tal discussão. Conviria, no entanto, que ela não durasse só umas apertadas quatro semanas, tornando-se permanente e sendo alargada a todos os assuntos, indispensável de vivência [sic] e de realização da sociedade portuguesa.

Expresso, 5 de agosto de 1974, p. 10

Para Angola e com inteligência

Augusto de Carvalho¹⁰

Ainda antes do 25 de Abril escrevia eu um artigo para o *Expresso* em que advogava a necessidade de negociações com os movimentos guerrilheiros, o que aliás vinha na linha de orientação sempre seguida pelo jornal e que o diretor chegou a expressar num dos seus vistos, embora depois de muitos vistos pela censura. Escrevia eu então que a guerrilha nasceu de um contexto de injustiça social, de exploração desenfreada e aquilo que não era problema rático na sua origem, acaba por o ser, uma vez que os explorados coincidem com os indivíduos de determinada cor. Claro que houve e há mais explorados, mas o que aconteceu na África Portuguesa, para não falar das outras, é que os pretos foram explorados em massa. Com o andar dos tempos e conscientes da sua força, um punhado de homens interpretando o sentir silencioso e silenciado das grandes massas, resolveu pegar em armas para sacudir o jugo do opressor que se identificava com o jogo do colonialista. O colonialista era homem que vasto mercado de escravos [sic]. E não apenas de Angola. Ainda, há poucos dias, me encontrei com uma jornalista brasileira que andará pelos seus 25 anos e que me disse que gostava muito de visitar Moçambique já que o seu avô era daí originário. Fora um dos últimos escravos a ser vendido para o Brasil. O sistema político é instaurado pelo branco que se preocupa principalmente em criar condições públicas para a existência confortável do seu patricio, descuidando a missão de governo em relação aos pretos. Não é preciso ir muito longe. Sendo a água uma das principais necessidades para a vida do homem, aqui em Luanda, nos musseques, ainda se compra aos comerciantes, que a negociam da forma mais especulativa que podem. Este contencioso tinha de forçosamente ir acumulando juros pelos tempos em fora, sucedendo também que brancos menos esclarecidos e até explorados, passaram a sentir-se solidários

¹⁰ Augusto de Carvalho (1933-2012) foi jornalista e diretor interino do *Expresso* em 1982-1983, tendo passado uma parte significativa da sua vida em Moçambique.

com aqueles que os exploravam em virtude da grande muralha negra que também os identificava, erradamente, com os interesses da dominação.

Pouco a pouco vão aparecendo movimentos de libertação que compreendem que o explorador não é o branco, que o colonialista pode inclusive ser o preto. Quem é o inimigo, perguntam eles? É todo aquele que escraviza o nosso povo, seja o escravizante branco ou preto. Procura, no caso concreto de Angola, o MPLA lançar uma campanha de esclarecimento junto da população branca, a população mais amedrontada e desconfiada, campanha esta que é contrariada por todos aqueles a quem, neste momento, não interessa abandonar a dominação: são os racistas brancos até capazes de em casa tratar bem o servente e privarem com um ou outro preto mais em destaque. Mas o que na realidade está em causa não é a continuação do paternalismo de bodo aos pobres, mas criar para todos condições de vida digna, sem discriminação de espécie alguma, com a abolição total de privilégios. E está em causa também o direito de uma nação composta de brancos e negros, dispor de si mesma, de harmonia com as identidades respetivas. Sem sujeições, mas tratando os outros povos em pé de igualdade, embora naturalmente com relações preferenciais de amizade.

Angola está, neste momento, por sobre a curva que a inclina para o Portugal amigo ou que a afastará definitiva ou por longo tempo dessa amizade. É necessário, absolutamente necessário para a permanência das civilizações que aqui se cruzam, que seja definida uma política de futuro o mais rapidamente possível. É verdade que há dignidades a defender, mas a maior das dignidades é ajudar a que um povo siga o seu caminho e ajudá-lo precisamente no caminho que esse povo quiser seguir e não naquele que Portugal lhe quiser traçar. Há que elucidar as populações da verdadeira natureza dos movimentos de libertação e penso que é necessário, por conseguinte, encetar esse passo para já. Ou há por aí alguém que duvide da independência? Que os movimentos de libertação possam dizer ao preto e ao branco aquilo que dele esperam segundo os seus esquemas e como pretendem regular as respetivas vidas no futuro no caso de serem guindados ao poder. Para que as pessoas possam optar com confiança. E que lhes sejam dadas garantias. E que não se repitam incidentes como os do musseque Cazenga. Seria estultícia da minha parte pronunciar-me com teor dogmático sobre quem foi o verdadeiro causador de todos os motins. Pelo que observei, porém, não me restam dúvidas que nem foi o MPLA nem

a FNLA (embora esta tenha reivindicado para si a vitória, como já aconteceu em circunstâncias outras em que a sua presença não podia de forma alguma ser atuante). Peço perdão às autoridades oficiais que assim pensam, inclusive ao ainda governador-geral, sr. general Silvério Marques. É verdade que o rasilho foi a morte do taxista branco, operada provavelmente por um patrício e é verdade que o peso dos maltratos e das sevícias se exerceu sobre os negros. E também é verdade que responsáveis do MPLA se ofereceram às autoridades para com elas colaborarem na pacificação dos subúrbios, demasiado amedrontados com as cenas de tiroteio. É verdade, sr. governador-geral, que os comerciantes viram algumas [lojas] incendiadas, mas é igualmente verdade que os pretos viram os seus mortos e muitos deles se ausentaram da terra que haviam escolhido para não caírem baleados.

Como poderia o MPLA incitar à luta e, ao mesmo tempo, oferecer-se para a pacificação? Não estou de acordo com o chamar-lhe guerrilha urbana. Chame-se-lhe antes conflito rático no verdadeiro sentido da palavra. Conflito que explode quando um branco quer continuar o seu domínio, tem armas na mão e se sente ameaçado por uma onda de desespero, temendo deixar a terra onde ia construindo a sua vida. Mas não revela tudo isto a falência de uma política que já vem de trás? Tem-se batido demasiado a tecla dos roubos, dos assaltos e têm-se reprimido inexoravelmente na medida do possível. Mas antes de condenarmos um roubo *tour court*, lançando o labéu contra o ladrão, é necessário ver o condicionalismo em que se praticou esse roubo. Não concordo com os roubos, mas muito menos concordo com as estruturas económicas e sociais que empurram a pessoa pata ele, pensa [*sic*] até que depois vai para a cadeia e se é pai de família lança os seus no desespero e na miséria. E já agora, nós que andamos sempre a apelidar-nos de cristãos, não justifica a moral cristã o roubo em caso de extrema necessidade? Eu não sei se os casos de pilhagem nos musseques se enquadram em extrema necessidade ou não. Mas estou bem em crer que a maioria não cai debaixo desta alínea. E gostaria, no entanto, de perguntar às autoridades, por quem, aliás, tenho o máximo dos respeitos: se tivessem filhos em casa a chorar de fome, prestes a definharem e pudessem assaltar a propriedade do vizinho, não a assaltavam para lhes salvar a vida? Se numa determinada região há duas camadas de população distintas, uma que passa fome e outra que vive razoavelmente e até a maioria na superabundância, ambas com o mesmo governo que tem como missão estrita criar condições

públicas para que as pessoas se realizem de acordo com as respetivas naturezas, de quem é a culpa da miséria de toda esta camada?

Estamos a viver hoje em Luanda uma época que chama extraordinariamente pelos homens capazes de saberem ler esta situação complexa e de se anteciparem ao futuro. Vendo os rumos da história, adiantando-se a eles, para evitar dores desnecessárias. O ministro Almeida Santos dizia há dias e muito bem: “Portugal quer deixar no ultramar povos de legitimidade indispensável, de unidade geográfica e humana imbeliscada, em que a cor da pele, a religião ou a ideologia, não sejam fontes de direito.” Plenamente de acordo, mas pelo rumo que as coisas levaram até esta data em termos de política local, que é como quem diz, de política angolana, temos cavado fossos. Pouco ou nada se fez para que as pessoas olhem o futuro sem medo. Se os brancos pegarem nas malas e debandarem, se os brancos não forem capazes de compreender o que significa realizar um novo povo independente fora de esquemas de privilégios, então Portugal bem pode chorar os mortos que aqui verteram o sangue não a pensar num país fascista mas numa terra de libertação para todos. Que ao menos os pretos saibam ser dignos.

Portugal ainda está a tempo se souber atuar, quiser atuar, souber ler no futuro, comandar a história e for capaz de se deixar de orgulhos de hegemonia. O orgulho, definem os livros, é a sobrevalorização do eu feita pelo próprio sem fundamento bastante. Baseia-se, por conseguinte, numa situação falsa ou de mentira objetiva.

A independência de Angola em jornais portugueses

Expresso, 17 de agosto de 1974, p. 10



Jornal de Notícias, 24 de agosto de 1974, Revista JN, p. I e IV

De um abraço de Agostinho Neto aos quatro beijos de uma mestiça

Nuno Teixeira Neves¹¹

Era o único negro entre as dezenas de réus. Eu, testemunha de um deles, ouvia referi-lo, nos intervalos ou na sala de espera, com admiração: o bom senso, a serenidade, a coragem. Dizia-se também que a ele se não atreveriam a condená-lo, pois a ONU vigiava a sorte dos homens de cor nos países coloniais. Mas eu, nesse tempo, tinha comigo uma forma de racismo que consistia em, as raríssimas vezes em que o pude, ter necessidade de ostensivamente distinguir (eu, tão avaro de manifestações afetivas) as pessoas colonizadas. E, mesmo sem nunca ter falado com ele, sem ele saber quem eu era, dei um grande abraço a Agostinho Neto, quando testemunhas e réus recém-libertados nos juntámos num pequeno café próximo do Tribunal Plenário do Porto. Como se dissesse: “Dependendo de mim, vocês, os angolanos, seriam livres”.

Era em 1957. Não podia prever que esse jovem pouco expansivo mas atento, interiormente ativo, seria, dentro de poucos anos, como presidente do MPLA, um dos chefes nacionalistas africanos mais célebres no mundo. Mas a sua terra fora-me, anos antes, negada — os longos planaltos onde, por momentos, sonhei viver — ao aconselharem-me, amigos de lá vindos, que não procurasse neles o que, na metrópole, por razões políticas, me recusaram: “afinal, a marca acompanhá-lo-á”. Não haveria terra da promessa para mim, eu não tinha aí a “minha parte”, e Angola só se me tornou real com a guerra, à medida que os meus filhos cresciam e temia que fossem chamados a sacrificar-se por um esquema de grandeza que impedia a única grandeza possível: refazermos a pátria, moral e culturalmente, projetando-a sobre uma África de libérrima expressão portuguesa.

Mas este pensamento, que, como a tantas outras pessoas, me parecia perfeitamente normal na nossa época, pelo menos na Europa, foi-me duas vezes

¹¹ Nuno Teixeira das Neves (1922-2007) foi um jornalista português. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra, foi proibido de ser professor pelo regime salazarista.

contestado por dois amigos do tempo da escola primária, residentes em Angola. Um deles, quando me visitou, em 1964, trazia nos lábios o sorriso tremendo de neurótico que sempre lhe conheci e falou-me com a voz um tanto gaguejante e de onde em onde sacudida, de quem luta, em permanência, com algo que o prende dentro de si mesmo. Era filho dum excelente professor primário republicano, a cujos cuidados meu pai com êxito me entregou para salvar-me da discriminação do professor (esse “partidário de Ditadura”, como eu sublinhava) a que adiante me referirei. A nossa amizade tinha na origem esse laço de uma espécie de paternalidade ética comum, mais benéfica talvez para mim, pois o pai dele era mais liberal fora da família do que dentro, educando-me melhor do que ao filho, a quem eu via só distribuir ralhos e bordoadas.

O pior é que o nosso reencontro foi dececionante para ambos. Ele falava em liquidações maciças de negros, e era tão extremista que se revoltava contra a *Psicossocial*¹²: “esses tipos é que têm culpa: prendem os terroristas, mandam-nos em liberdade e eles voltam a ser terroristas”. E disse que, se necessário, pegaria em armas para “defender Angola”, e que, sucedesse o que sucedesse, “nas mãos dos pretos é que não cairia”.

Era ainda, fisicamente, o mesmo, que, em 1947, passeando comigo nas ruas do Porto, ele fardado, me dissera: “Qualquer dia, os milicianos saímos para a rua e atiramos com isto abaixo”. E soube que tentara visitar-me no Aljube de Lisboa, e que, indo fardado, os agentes se enfureceram, de tal modo que, quando chegou ao quartel de Évora, o esperavam oito dias de detenção.

Em que se fala duma greve infantil e dum olhar infinito

O outro amigo reapareceu mais tarde: depois das eleições de 1969. Era o Rocha. O Rocha que comigo chefiara, na quarta classe, a greve, ou “parede” como dizíamos, contra o sr. Domingos, o tal professor partidário de Ditadura. Tinham-lhe atirado para a sala com 54 alunos, mas só dispunha de quarenta lugares sentados. Apurou, à pressa, os que davam menos erros, e eu e mais treze, entre eles o Rocha, fomos dar com o rabo às tábuas do chão, onde, como míseros párias, todo o dia escolar, nos sentávamos. Daí uma psicologia reivindicativa entre nós, a que eu e o Rocha demos a direção necessária, e se

¹² Referência à Ação Psicológica/Psicossocial, uma unidade militar que, na guerra colonial, procurava influenciar a população local e os combatentes através de propaganda, educação e assistência, visando conquistar apoio para a causa portuguesa.

concretizaria na formação de um grupo que se reunia para comentar a marcha na “revolução” em Portugal e na Espanha. Os outros eram rapazes pobres dos Batoques ou do Além-Rio. A minha vocação viria de ser filho dum advogado republicano desterrado, a dele de ser irmão dum sargento revolucionário. “Viste, na primeira página do *Século*, a fotografia do meu irmão com a metralhadora?” — assim se me apresentou ele, as nossas cabeças quase ao nível do estrado do mestre, e ficámos amigos. Era depois da revolução de 26 de agosto de 1931¹³. O sargento Rocha, preso com outros no Aljube, tentaria a fuga, aliciando o porteiro, mas este, à última hora, recusou-se. Então, o sargento tirou-lhe a pistola, disparou sobre ele, matou-o e fugiu com os restantes, soube-se mais tarde que para Espanha. A polícia de Bragança faria uma rigorosa busca na casa dos pais. Vasculhou tudo, quis, por fim, inspecionar um poço que ficava num pátio e era coberto por uma pesadíssima tampa de madeira chapeada e com dobradiças. Foi o rapaz, o meu amigo, que ficou a segurar a argola: quando o polícia descera metade da escada interior do poço, deixou-lhe cair a tampa na cabeça e o guarda, atordoado, mergulhou na água.

Meu pai proibiu-me de andar com ele. E poucas vezes o encontrei depois que destinos diferentes nos separaram. Mas dessa vez, em fins de 1969, vinha pedir-me contas. Era armazenista de fazendas em Luanda e frequentes vezes se deslocava à metrópole para negociar com os fabricantes da Covilhã. Mas eu fora candidato a deputado e ele achava inconcebível e irrealista que a oposição quisesse “entregar” a África. Fez-me uma careta de espanto e perguntou-me: “Mas o que vos deu? Nós, lá, não compreendemos”. E ainda: “Já não sou rapaz, mas continuo republicano e continuarei. O que não percebo, e em Angola ninguém percebe, mesmo os republicanos, é esta vossa cegueira”.

Expliquei-me, expliquei-lhe. Mas era difícil convencê-lo. Em certo momento, disse-me: “Se conhecesses aquilo, não falavas desse modo. Se percorresses como eu, tantas vezes, os planaltos sem fim, havias de sentir que te era impossível perdê-los”. Comovi-me. Sei o que é materializar as aspirações mais íntimas na imensidão dos campos, na lonjura azul das serranias leonesas da minha vista infantil, ou na planura mirandesa, zamorana ou salmantina, sei

¹³ Tratou-se de uma tentativa fracassada de golpe militar republicano contra a ditadura militar, liderada por militares e civis antissalazaristas, principalmente do Regimento de Caçadores n.º 7 e aviadores de Alverca. Causou cerca de 40 mortos e foi rapidamente sufocada pela ação do governador militar de Lisboa, resultando na deportação de dezenas de revoltosos para Timor.

que, mais do que as saudades, que quase não sinto (ou apenas com travos de amargura) é essa projeção subtil de projetos por vezes indizíveis que sobretudo me prende às terras em que nasci e cresci. Seria isso — o Rocha teria possivelmente razão — que mais me prenderia a Angola se lá tivesse vivido, se lá me aceitassem como portugueses, e ao meu trabalho, ao meu ser.

Mas precisamente porque era uma aspiração, tinha que ser partilhada com outros, como o Rocha partilhava, só que eu seria capaz, e ele não era, de alargar a minha identificação a negros e mulatos, parte integrante dessa paisagem, aos mulatos e negros capazes de sentir, e em nível exemplar como Agostinho Neto, aliás grande poeta, aspirações semelhantes, e de as expressar também nessas savanas como insatisfação pelo presente como reforma futura delas.

Sim, entreguem-se os países à avidez amorosa dos olhos

Tive pena do Rocha: ele estava (por fim) mais “adaptado” do que eu, mas pagava-o, desinteressando-se do tempo, da Europa mental em que, aqui na Metrópole, a Oposição tanto insistia. Angola continuou a ser para mim apenas a realidade política que se teme, sobretudo por causa dos filhos que crescem, o mais velho já recenseado pelo Exército. Mas vem o 25 de Abril. Inicia-se a descolonização. Passo a segunda quinzena de julho numa estância termal. Digo que é um regresso ao 24 de abril: no hotel, as opiniões dominantes são ou fascistas ou conservadoras, espera-se pelo regresso ao que estava antes ou, quando muito, admite-se que “o Palma Carlos¹⁴, esse sim, é um homem sério”. Não se ouve uma voz discordante. Perdão: ouve-se apenas uma. A daquela jovem mestiça, não propriamente mulata, mas de um maior afastamento do negro, que fumava, as coxas muito exibidas na esplanada, a primeira noite em que lá estive. Julguei-a uma rapariga fútil, ela que concentrava em si as atenções gerais e liderava a gente moça em toda a sorte de brincadeiras, danças, cantos. Uns olhos vivos e doces, levemente maliciosos, um sorriso generosamente distribuído, uma sociabilidade facílima, um vigor incansável. Talvez por tanta simpatia comunicar lhe perdoassem as opiniões que, em voz bem alta e abertamente, manifestava. Natural de Luanda, e aí residente, defendia a independência e a capacidade política dos negros, e era pelo MPLA. Ganhou, de

¹⁴ Adelino Hermitério da Palma Carlos (1905-1992) foi um professor universitário, advogado e político português, tendo desempenhado as funções de primeiro-ministro do I Governo Provisório (de 16 de maio a 18 de julho de 1974).

facto, uma certa autorização para essas exhibições, e o único comentário que, a propósito, ouvi, e nem era desagradável, foi dizerem que ela defendia os pretos porque lhe corria nas veias sangue deles.

A rapariga foi-se embora na véspera da declaração presidencial sobre a independência das colónias. Despedida em dois tempos: primeiro, à noite, no salão, terminado o baile em sua homenagem e, depois, na esplanada, na manhã seguinte. De ambas as vezes beijou todos, hóspedes e empregados. Claro que tive a minha parte, cabendo-me ao todo quatro beijos recebidos, quatro dados. Não sei se explique pela raça, pela juventude ou pelo temperamento dela um misto de segurança e infantilidade, atrevimento e candura. Se não temesse parecer ridículo ter-lhe-ia avançado o voto: “E muitas felicidades e rápida independência para Angola”. Dizem os psicossociólogos que as mulheres jovens e belas as tomamos como símbolos de cidades, de pátrias. Dadas as minhas distâncias de idade e residência relativamente a Angola e à moça, esta o foi, de facto, em símbolo momentâneo, tinha que o ser. Oxalá que os seus olhos pudessem sentir — num sentir menos exclusivista — o que equivalha, na liberdade, ao que, no colonialismo, o Rocha sentia perante as infindáveis savanas do Bié, do Huambo e da Huíla, e que, como ele, fosse exclamar, mas para o bem de negros, mestiços e brancos, que aquela terra, agora, ou em breve na independência, não pode ser perdida, alienada, porque é a sua, deles, e apenas deles, terra. Não tanto por lá terem nascido — o que não é, não deve ser, necessário — mas por se projetarem nela, e com tanta infinita dádiva como são infinitos os seus horizontes.

Expresso, 14 de setembro de 1974, p. 10

A lusofonia em África e no Oriente

M. António

Que uma longa prática de escrever documentadamente, remetendo cada afirmação para notas em fim de texto, me autorize a escrita ao correr da esferográfica, para isso afeita tanto como o tempo que impõe a urgência do afirmar. Não será exagerado, em face da referida experiência, pedir que se aceite como suscetível de prova quanto vai ficar escrito sobre o problema em epígrafe ao longo das linhas que iniciamos.

A permanência da língua portuguesa nos territórios em que ela se implantou por fenómeno de imposição linguística — próprio de situações coloniais em várias áreas do mundo, incluindo a Europa, ao longo da história — tem sido muito falada na fase de descolonização em que Portugal entrou, mas nem sempre com o apreço de circunstâncias requerido. É sinal disso dar-se por igualmente assente essa permanência em territórios de muito diversa condição, sem se reparar no resultado já verificado numa área que parecia oferecer — ao nível das *elites* e da literatura — garantias disso, Goa.

As histórias dos imperialismos oferecem exemplos do porquê e do como da permanência das línguas imperiais e é curioso reparar como na sobreposição de impérios representada pelo domínio de áreas árabes, linguisticamente vitoriosas, pelo império otomano, a língua deste se esboroou com o fim do domínio político.

Nos territórios em que presentemente se realiza a descolonização portuguesa, a situação vai de — ponto mais alto da presença cultural portuguesa — Cabo Verde, em que a opção possível é entre o Português e um seu dialeto — o crioulo — a Timor, onde a língua portuguesa se insere em complexos linguísticos extremos que deram lugar ao estabelecimento de um idioma veicular, o Tetun Praça. É quase certo que o Português será no futuro uma das línguas de Cabo Verde ou a língua de Cabo Verde, indevida a distinção do dialeto em relação à língua de que é parte; e que em Timor é pouco natural que subsista

mais do que qualquer coisa como o “papiá cristão” de Malaca, ou as tauxias comovedoras para quem a isso seja propenso que se encontram em quase todas as línguas do mundo contactado pelos portugueses do passado e representadas, por exemplo, no suaíli, por *meza*, do português *mesa*, e *Ureno*, do português, *o reino*, significando Portugal.

Em África, no continente, a afirmação nacional far-se-á em termos de herança colonial: à sensibilidade nacional em relação às fronteiras coloniais corresponde alguma sensibilidade linguística em relação às línguas herdadas dos impérios desaparecidos, como se vê nas designações geralmente aceites de África francófona, anglófona, lusófona... Pouca gente, contudo, repara que as línguas europeias implicadas nessas designações são faladas nas respetivas áreas por menos de 10 por cento das populações. Há um fator, o do ensino, que é porventura a melhor garantia de um impulso para a continuidade dessas línguas; mas se as políticas coloniais divergiram nesse aspeto, não há razão para crer que os países novos não divirjam igualmente. Os muitos agudos problemas da alfabetização e das primeiras classes escolares põem força em que não se perca a vantagem para a eficácia de ser feito o ensino nas línguas usadas pelos destinatários em todas as circunstâncias da sua vida, obviando à dicotomia casa-escola.

Considero que incorreria no perigo da monotonia se continuasse com considerações desta ordem, quase geral. Preferível, portanto, entrar num plano mais particular, o que afinal despertou a minha atenção para este assunto, com a vantagem da concretização. A via da memória pode trazer contributo válido ao apreço do problema.

Recordo Angola, no início do decénio de 50, quando uma geração completava o curso secundário e prolongava o compromisso do seu estudo num esforço de identidade e conhecimento que, decorridos mais de 20 anos, se pode ver que a colocou no campo da história a fazer-se que o presente testemunha. Essa geração ficaria reconhecida pelos seus cometimentos literários, intencionados à criação de uma literatura nacional, mas importa referir outros elementos da “pequena história” demarcantes do seu interesse, um interesse que, como é natural, não se podia — e os factos o confirmaram — limitar a uma simples posição literária. Foi dos rapazes e do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, que editaram *Mensagem — A Voz dos Naturais de Angola*, a ideia de uma campanha de alfabetização, sufocada pelo

fascismo-colonialismo — infiltrado e vidente em todas essas associações que pretendeu reduzir ao simples estatuto de “associações regionais” para algum “recreio” e pouca cultura —, para que foi escolhido o lema “Cada um ensina um e ganha um para o progresso de Angola”.

Não havia entre os jovens promotores quem tivesse preparação pedagógica, mas os primeiros passos, logo coartados, conduzidos com a intuição que tantas vezes supre a subinformação dos mais novos, concretizaram-se nalgumas, poucas, palestras radiofónicas de promoção da iniciativa e na escolha da cartilha a utilizar que chegou a ser encomendada. Como acontecera no fim do século XIX, quando um crioulo luandense, admirador de João de Deus, J. D. Cordeiro da Matta, fez publicar na imprensa africana e depois em separado, uma *Cartilha Racional*, não se pôs sequer o problema de que houvesse escolha de língua, além da materna dos indivíduos a alfabetizar; foi o método criado por um missionário não-português o escolhido. Por essa altura, no jornal *O Primeiro de Janeiro*, o general Norton de Matos, vigilante sobre a unidade do império, ao tomar conhecimento da iniciativa, escreveu um vigoroso artigo criticando a escolha que poria em causa a unidade linguística que defendia, naturalmente a portuguesa.

O pequeno acontecimento que fica narrado merece reflexão, mas permaneceria esta limitada se não apresentássemos seguidamente como, pelo mesmo tempo, o problema linguístico se veio a pôr a outro nível, o da criação literária. Pelo ano de 1951, Mário Pinto de Andrade, o único dos elementos do grupo de *Mensagem* que dá testemunho de espírito ensaístico, publicou na revista *Vértice*, de Coimbra, um artigo em que propugnava o uso do quimbundo como língua literária de Angola, posição que depois defenderia pelo exemplo da publicação de um poema de sua autoria, nessa língua, sobre o contrato de angolanos para servirem nas roças de S. Tomé, incluído, isolado, na antologia que editaria em Paris, em 1956, da *Poesia Africana de Expressão Portuguesa*.

O artigo foi lido com o costumado interesse pelos seus camaradas de Luanda e um deles, Viriato da Cruz, falecido há um ano em Pequim, e considerado o mais alto expoente da poesia angolana, com a notável capacidade crítica que lhe reconheciam todos os companheiros, produziu uma análise que circulou em cópias datilografadas, sobre o artigo, afirmando a posição de que a literatura angolana, para ser uma literatura nacional, devia ser escrita em português.

Temos, neste rápido correr de memória, a propositura de um problema importante que não pode ser menosprezado quando se encara a questão da lusofonia em África ou no Oriente. Entre o primeiro e o segundo casos, a oposição é apenas aparente. Trata-se de planos diferentes de realização de um projeto nacional e de questões de diferente incidência. Há, porém, uma relação entre ambos que não pode ser esquecida. Um dos instrumentos da imposição linguística foi a obrigatoriedade do ensino na língua colonial e o decorrente exercício literário nessa mesma língua.

Em termos académicos, poder-se-ia achar útil a distinção entre língua de cultura e língua de civilização (para esta, se acrescentando àquela o complexo tecnológico e organizativo da ordem sociopolítica). Nesses termos, porém, a partir de que grau de ensino se acharia útil “acrescentar” civilização à cultura? Esse é um problema vivido e experimentado por países de quase todo o mundo e, como última reflexão aqui, importa interrogar que papel poderia ser reservado, num bilinguismo generalizado, a uma língua ex-colonial que no seu próprio país e como evidenciado por questões postas no âmbito da reforma do seu ensino, requer a aprendizagem de uma língua segunda a partir do ensino preparatório do secundário, na terminologia presentemente usada?

A lusofonia em África ou no Oriente é, assim, não um pressuposto da descolonização em que se entra, mas um problema que principalmente resultará da avaliação que as novas nações, por enquanto, de “expressão portuguesa”, terão de fazer de alguns dos desafios que serão chamadas a enfrentar.

Expresso, 5 de outubro de 1974, p. 6

A via sinuosa na descolonização de Angola

Vicente Jorge Silva

A fracassada intentona fascista do último fim de semana seria acompanhada de um golpe de força reacionário em Angola? A cada momento, as ramificações da conspiração da extrema-direita parecem revelar-se mais extensas e intrincadas. De qualquer modo, algumas peças do *puzzle* começam a encaixar-se umas nas outras, apesar do seu aparente desfasamento: Lourenço Marques, Lisboa e Luanda seriam, assim, vértices de uma conspiração “triangular” de que no último número do *Expresso* se apresentava o enquadramento político (“*A conspiração do fim de semana no triângulo Portugal-Angola-Moçambique*”).

Consumado o acordo de Lusaca, a reação moçambicana, sob o impacto dos acontecimentos, e vendo fugir-lhe, irreversivelmente, o “controlo” da situação, precipita-se — e é a aventura desesperada de Lourenço Marques. Entretanto, a partir daí, o receio de um aceleração do processo de descolonização em relação a Angola estimula a intensificação das manobras conspirativas neste território: emissários da reação portuguesa teriam estabelecido contactos, nas últimas semanas, com cerca de duas centenas de desmobilizados do exército colonial, que constituem uma espécie de comando mercenário ao serviço dos grandes interesses colonialistas angolanos, e recebem, por isso, chorudos salários. No entanto, o fracasso da aventura de Lourenço Marques servira de advertência contra novas tentações golpistas no momento atual. Círculos do capital financeiro com interesses em Angola e eventualmente favoráveis a uma operação desse tipo não lhe concedem a necessária “luz verde”. De resto, a capacidade de manobra dessas forças dentro de um esquema neocolonial em Angola depara-se ainda com largas perspectivas a seu favor. O que não exclui, evidentemente, o interesse com que seria acolhido o triunfo de um golpe da extrema-direita em Portugal: o boato propalado em Lisboa, na noite da passada sexta-feira, segundo o qual o almirante Rosa Coutinho, chefe da Junta Governativa de Angola, teria sido preso, destinava-se claramente a lançar a confusão

e criar um clima psicologicamente favorável à projetada intentona fascista no nosso país.

O ponto mais quente

Se foram as contradições geradas e agudizadas pela guerra colonial que criaram as condições objetivas propícias ao derrubamento do fascismo, a 25 de Abril, o processo de descolonização, iniciado em seguida, acabou por ser o ponto decisivo no confronto que opôs os partidários de uma via neocolonial aos setores favoráveis ao desenvolvimento da descolonização com todas as suas consequências. Triunfante na Guiné e em Moçambique, a descolonização deparou-se em Angola com uma solução de compromisso entre as duas correntes, favorecida, de resto, pelo jogo de forças existente naquele território. Aliás, o ministro Almeida Santos, na entrevista que concedeu ao *Expresso* na última semana, aludia concretamente a esta questão: “Quanto a Angola, a situação económica é sólida, a situação militar controlada e não existe um, mas vários movimentos de libertação, o que, por um lado, dificulta um processo negociado, e, por outro, permite ao governo português encarar a descolonização de Angola sem desvio da linha política inicialmente traçada, ou seja, a de uma consulta direta às populações numa base de liberdade e de igualdade de expressão da respetiva vontade por forma a que sejam eles a decidir escolher o que desejam”.

Temos, assim, resumidas as teses essenciais, de que o general Spínola insistentemente se reclamava, e cujo sentido fundamental se traduz na aplicação em Angola, através da cobertura “democrática” do referendo, de um estatuto neocolonial que as condições históricas, políticas e militares fizeram fracassar em Moçambique e na Guiné.

Ora, a adoção desse esquema neocolonial em Angola, como hoje claramente se pode ver, analisando o encadeamento de alguns acontecimentos recentes, passava (e passa) pela marginalização do MPLA — o único movimento de libertação inequivocamente oposto a qualquer forma de opressão colonialista, mesmo sofismada — e pela aliança, tácita primeiro, formalizada depois, de todas as forças comprometidas com o neocolonialismo e o imperialismo: a chamada “quarta força” formada com base na FUA (Frente de Unidade Angolana) de Fernando Falcão, representada no atual governo provisório de Angola; a UNITA, de Savimbi — cujo conluio com o exército colonial português,

durante o fascismo, com vista à liquidação do MPLA, é insofismavelmente denunciado em documentos publicados pela *Afrique-Asie*; os minipartidos das várias “forças vivas”, cujos representantes estiveram em Lisboa a convite de Spínola e, finalmente, a FNLA de Holden Roberto, atrás da qual se esconde a figura tutelar de Mobutu. Do mesmo Mobutu que foi à ilha do Sal encontrar-se com Spínola e agora recebe, em Kinshasa, o presidente da FUA. Em todo este xadrez de interesses coligados, uma pedra essencial é Daniel Chipenda, cujas manobras divisionistas, ao nível de cúpula, no seio do MPLA, são ativamente apadrinhadas por Mobutu. Por outro lado, papel não desprezível desempenham os elementos da “Revolta Ativa”, cujo caráter de classe pequeno-burguês a demarca perante a linha popular personificada pelo presidente Agostinho Neto.

A operação contra o MPLA

Mas a extensão da operação de isolamento do MPLA — tendo por objetivo último a sua desagregação — não só é vasta como complexa. Segundo simpaticizantes daquele movimento de libertação, alguns factos ilustram exemplarmente este processo: a proibição da manifestação de apoio ao MPLA em Lisboa, rodeada de grande aparato policial e militar e na sequência da qual se registaram incidentes graves do conhecimento público; o encontro Spínola-Mobutu; a interdição do filme *Sambizanga* e, ainda, a vinda a Lisboa, a convite pessoal do ex-presidente da República, dos “representantes” das chamadas “forças vivas” de Angola, e de que recusaram fazer parte, por razões óbvias, elementos do Movimento Democrático de Angola, que apenas reconhecem no MPLA autêntica representatividade popular. Por outro lado, a forma como certas agências noticiosas estrangeiras — caso da France Press e da Reuters — noticiaram a falsa designação de Chipenda como presidente do MPLA, notícias que certa imprensa portuguesa retomou sem cuidar de saber da sua veracidade, constitui um indício significativo da orquestração de interesses colonialistas e imperialistas com vista a desacreditar aquele movimento de libertação.

As contradições no seio do movimento — à imagem do que se pretendia fazer em tempos com o PAIGC, por exemplo — foram intensivamente exploradas e exageradas por todos os meios empenhados em apresentá-lo como um corpo profundamente dividido e, logo, sem condições de representatividade. Ora, essas contradições, que remontam já ao aparecimento da chamada “Frente

Leste” (Chipenda) e da facção dita da “Revolta Ativa” (Mário Pinto de Andrade), são inevitáveis num movimento nacionalista sem carácter partidário, onde necessariamente coexistem diferentes tendências políticas. Por outro lado, a base popular do MPLA, que permanece essencialmente identificada com a linha do presidente Agostinho Neto, não parece ter sido sensível a estas contradições manifestadas sobretudo a nível da cúpula. Mas o facto essencial aqui é que do plano das contradições passou-se para o plano das maquinações, em que Mobutu intervém incisivamente, jogando com as ambições caciquistas de Chipenda.

Entretanto, factos referidos por fontes bem informadas de Angola, lançam ainda mais luz sobre todo este processo: panfletos da UNITA visando o MPLA foram lançados em grandes quantidades por aviões militares. Por outro lado, a UNITA tem desenvolvido intensa atividade junto de certos comandos militares na zona leste de Angola, com vista a boicotar o trabalho de esclarecimento do MPLA junto das populações. Estas manobras, que se inserem no plano geral de isolamento do MPLA, procuram também sensibilizar os núcleos populacionais ainda inertes e prisioneiros do obscurantismo que é legado da herança colonial, de modo a fazer com que a base de apoio popular dos grupos e organizações comprometidos com o colonialismo e o imperialismo — como é o caso da UNITA e da FNLA — possa ser substancialmente aumentada. É nestas condições que se começa a preparar o terreno eleitoral. E não é certamente por acaso que a FUA de Fernando Falcão se bate neste terreno.

Não obstante, o MPLA — contrariando a versão corrente de que constitui um movimento belicista — tem intensificado os seus contactos com o exército português, nomeadamente em Cabinda e no Leste (Lutembo e Lumbala). E justamente quando se insiste nessa versão, é pelo contrário a FNLA, já depois do encontro Spínola-Mobutu na ilha do Sal, que volta a desencadear operações militares, provocando vítimas entre o exército português, facto a que não será estranha a significativa complacência usada para com aquele movimento. Entretanto, levantava-se a questão: qual o objetivo do recrudescimento da atividade belicista do movimento de Holden Roberto? Pois naturalmente o de afirmar o mito da sua superioridade militar em relação ao MPLA: mito que só o apoio do regime de Mobutu permite sustentar. Aliás, a estrutura e o processo de atuação da FNLA — cuja orientação racista e tribalista foi sempre manifesta, desde o aparecimento da UPA, pese embora a “nova imagem” demagó-

gica que hoje procura exhibir — mostram que o recrutamento dos seus efetivos e a base de operações daquele movimento tem o seu “quartel-general” em território do Zaire. Ora, as manobras em curso — culminadas agora com a visita de Fernando Falcão a Kinshasa — apontam nitidamente para a constituição de uma ampla aliança de interesses coligados no objetivo comum de fazer vingar um estatuto neocolonial em Angola e levar a cabo a liquidação do MPLA. Nestas condições, como falar de respeito pela “vontade das maiorias”, de “voto popular” e outras ficções forjadas para rodear de um aparato de legitimidade democrática uma operação de inequívoco sentido neocolonialista?

O princípio de uma mudança

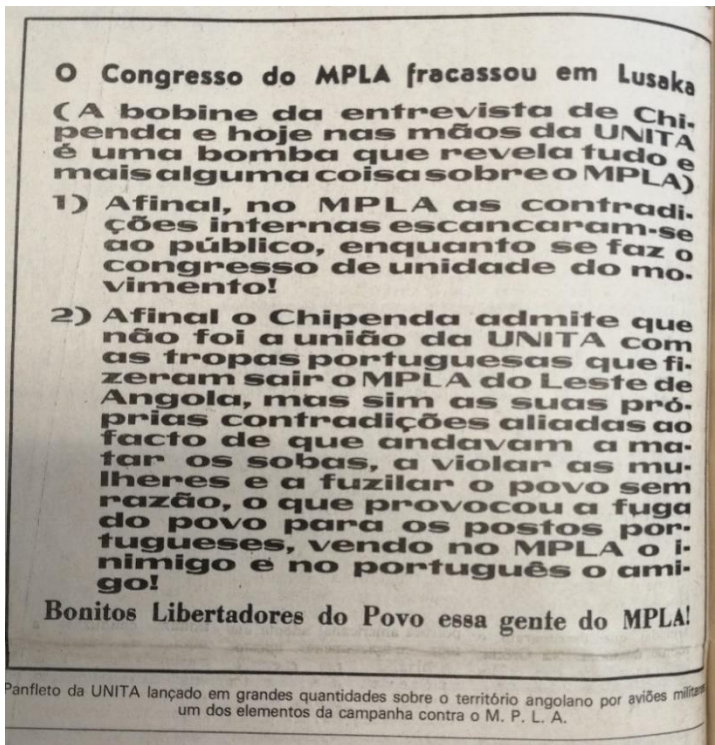
Contestando a afirmação de Spínola na sua mensagem de resignação, segundo a qual o processo de descolonização fora desvirtuado, o presidente Costa Gomes acentuou no seu discurso de posse: “Na descolonização não houve qualquer desvio ao programa do Movimento das Forças Armadas. Visto que em todos os atos políticos não haveremos de sujeitar-nos a esquemas rígidos preconcebidos, teremos sim de, em respeito pelos grandes princípios, orientar a evolução dos acontecimentos face à constante mutação da conjuntura política enquadrante”. Afirmação que, na sua prudência, não deixa, porém, de colidir igualmente com a tese exposta ao *Expresso* na última semana por Almeida Santos, fazendo-se porta-voz do pensamento de Spínola. Ora, “orientar a evolução dos acontecimentos face à constante mutação da conjuntura política enquadrante” pressupõe uma atuação pragmática, em relação à qual o próprio general Costa Gomes adianta no mesmo discurso algumas pistas subteis, mas de sentido evidente. Assim, o novo presidente da República refere como “problemas diferenciados” (para além da questão de Macau, abrangido por “estatuto especial”) apenas os casos de Timor, S. Tomé e Cabo Verde, onde “a consulta das populações livremente expressa terá papel decisivo no decurso do processo”. Quanto a Angola, “tem as coordenadas fundamentais desta fase do processo já definidas pela Junta de Salvação Nacional a que pertencem e com as quais me identifico plenamente”, sublinhou o chefe do estado. Constata-se assim que o general Costa Gomes não só englobou Angola no conjunto dos territórios onde se recorrerá ao “referendo”, como sugeriu que para além “desta fase do processo” consagrada no programa da JSN para Angola poderão ence-

tar-se novos passos à luz do pragmatismo da análise da “conjuntura política enquadrante”.

Outros factos, no entanto, apresentam-se singularmente significativos dentro deste contexto. E um dos não menos importantes será a declaração de Rosa Coutinho contestando a representatividade dos elementos convidados por Spínola, representatividade essa que quer o ex-presidente da República quer o ministro Almeida Santos haviam expressamente defendido. Finalmente, haverá ainda a assinalar as sanções aplicadas pela comissão *ad hoc* de Angola a três órgãos da imprensa daquele território — ligados a grandes interesses económicos — pela publicação de um comunicado da FUA, onde “se produzem considerações que põem em causa o legítimo papel das Forças Armadas no processo de descolonização de Angola e atingem de forma geral o seu prestígio e dignidade, tentando isolá-las e minando a confiança e o apoio de que são merecedoras”. Pormenor sintomático: o *Comércio* (grupo Champalimaud) dedicara um editorial de apoio triunfalista à intentona dos reacionários moçambicanos... Se a isto juntarmos os rumores de que a imprensa reacionária angolana teria sido contactada com vista ao projetado golpe de força em Luanda, teremos mais alguns dados para compor o panorama.

Por outro lado, a ligação que começa a desvendar-se entre elementos afetos às “forças vivas”, convidadas por Spínola, e o malogrado golpe fascista do último fim de semana, é outro elemento importante a reter: António Ferronha, secretário-geral do Partido Cristão-Democrático de Angola, que foi um dos participantes da excursão a Lisboa, é atualmente objeto de um mandato de captura emitido pelas autoridades angolanas. Ferronha, tal como o *Expresso* lembrava na última semana, foi preceptor do filho de Mobutu...

Em face de todos estes dados, que perspetivas se apresentam ao processo de descolonização de Angola? O jogo de forças é muito largo e complexo, mas os últimos acontecimentos vieram agudizar sensivelmente o confronto entre os partidários da descolonização e os adeptos da via neocolonialista. E no caso de Angola, é importante acentuá-lo, a descolonização passa pelo MPLA. Ou não será descolonização.



Panfleto da UNITA lançado em grandes quantidades sobre o território angolano por aviões militares, um dos elementos da campanha contra o MPPLA

Expresso, 5 de outubro de 1974, p. 10

Os perigos da independência de Cabinda

João Bravo da Costa

O futuro político de Angola apresenta todo um panorama dominado por problemas cujas soluções poderão afetar a sua integridade territorial. Um desses problemas foi criado pela decisão tomada pela FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) de lutar pela independência do distrito de Cabinda. É justo e legítimo que os naturais de Cabinda tomem posição sobre o futuro do enclave. E mal andaríamos se os Cabindas não pudessem ou não quisessem pronunciar-se sobre questões fundamentais que lhes digam respeito. Todavia, a declaração da FLEC colheu-me de surpresa, porque ela foi longe demais.

Tive sempre a impressão de que em Cabinda se vive mais em África, devido ao ambiente africano mais acentuado lá do que nas cidades do sul do rio Zaire. A maioria da população é fiote. Cabinda é realmente diferente. Mas a declaração de que o enclave não faz parte de Angola e que deve tornar-se independente desta é perigosa e faz o jogo de movimentos separatistas apoiados em nacionalismos estreitos e encorajados pela existência de consideráveis fontes de riqueza natural, cuja exploração interessa ao capital internacional, por natureza individualista e egoísta. Tornar Cabinda independente é dar início a uma operação de amputação que poderá culminar no despedaçamento territorial e consequente desaparecimento de Angola como pátria. É importante que se tome consciência dos gravíssimos riscos que uma opção pela independência de Cabinda oferece. Mas é muito mais importante ainda que cada cidadão se convença de que apenas numa Angola unida e unificada se poderão defender eficazmente os interesses de todas as suas populações. Porque se é certo que o subsolo do enclave de Cabinda é rico, não é menos certo que o território a sul do rio Zaire abriga uma enorme riqueza, atual e potencial, e reúne excelentes condições para se tornar numa grande potência africana.

Sem discutirmos o grau de esclarecimento dos defensores do direito à independência de Cabinda, as razões que apresentam não são decisivas. Nem

mesmo o tão falado tratado de Simulambuco. Não me parece que o objetivo da sua celebração tenha sido o da criação de um protetorado, tal como se pretende fazer crer. Na verdade, será demasiado ousado defender a existência do protetorado de Cabinda quer evocando razões históricas quer invocando pura e simplesmente o conceito de protetorado colonial, face à forma como o enclave tem vindo a ser administrado, desde a entrada em vigor do tratado, em 1 de fevereiro de 1885, até aos nossos dias. E isso porque o protetorado colonial implica, por definição, a conservação da personalidade internacional pelo estado protegido. Quer dizer, os autóctones do estado protegido mantêm uma nacionalidade e um governo próprios, ficando a cargo do estado protetor o exercício das competências internacionais e de algumas competências internas do protegido, como, por exemplo, a defesa militar; ora isto não se aplica ao caso *sub judice*. Com efeito, se Cabinda gozasse de estatuto de protetorado colonial pelo Tratado de Simulambuco, o facto teria sido registado pela Conferência de Berlim sobre a África Central, sabido que o seu resultado mais importante foi a criação de uma “Bacia convencional do Congo”, e Portugal, perante a importância assumida pelas questões coloniais nas relações internacionais, não iria cumprir as obrigações contraídas em Simulambuco ante a passividade das grandes potências coloniais e das populações de Cabinda. Pois o que aconteceu foi que, em vez de adotar a fórmula mais moral, na opinião de personalidades como Leroy-Bearulieu e Jules Ferry, de protetorado colonial, Portugal optou pela anexação do território e sua administração como parte integrante de Angola. Como então se explicará que um território com estatuto de protetorado tenha sido administrado através de uma colónia diferente, em vez de manter relações diretas com o estado protetor?

Por mim, a celebração do Tratado de Simulambuco, longe de transformar o enclave de Cabinda em protetorado, visava fundamentalmente a ocupação pacífica do território. Foi uma forma solene de ocupação, imposta pelas circunstâncias particulares do tempo e resultante de uma diplomacia hábil levada a cabo numa zona que a linguagem colonial não mais lograva em considerar rigorosamente *terra nullius*, dadas as disputas entre várias potências coloniais. A demarcação das fronteiras de Angola de hoje resulta das conquistas coloniais, que conduziram quase sempre a guerras cruéis. Contudo, terras há que foram ocupadas à custa de negociações com os chefes locais. Com a ocupação assim feita, as populações foram-se submetendo progressiva e diretamente à

soberania portuguesa. Não nos esqueçamos de que a bacia do Congo estava então no centro das preocupações europeias e, assim sendo, o tratado foi justamente a forma mais apropriada utilizada por Portugal para entrar na área.

A situação geográfica do enclave, que interrompe a continuidade de Angola ao norte do rio Zaire, seria outra das razões que militariam a favor da separação. É oportuno frisar que os acidentes geográficos exercem papel relevante na definição das linhas fronteiriças, mas nem sempre de maneira decisiva. Olhando para o mapa do mundo, apetece perguntar porque existem países tão vastos como o Brasil, Canadá, União Soviética, enquanto países como a Albânia, Holanda, Bélgica têm dimensões tão reduzidas a ponto de quase nada ficarem a dever ao espaço terrestre. A posição do enclave de Cabinda em relação ao resto de Angola não é a primeira nem a única no mundo. O Alasca é um território geograficamente separado dos Estados Unidos da América do Norte, a que já ficou integrado nos começos da segunda parte do século passado. Contudo, é um estado ao lado de outros estados, dentro dos Estados Unidos.

Com a independência, Cabinda tornar-se-ia em a Suíça da África, diz-se. É uma ideia, a meu ver, impraticável porque é utópica e desconhece as realidades dos dados em jogo, na medida em que o enclave não dispõe nem de potencial humano nem de gente preparada, capaz de produzir o trabalho necessário para construir a nova Suíça. Acresce que a ideia surge como eco de vozes que, na presente conjuntura internacional, encontrará muitos ouvidos surdos, o que se refletirá necessariamente no interior do enclave e causará a confrontação entre os seus habitantes. Em suma, o aparecimento de uma Suíça nova é, nos nossos dias, impossível, porque a neutralidade política só seria possível se Cabinda pudesse resistir às modernas formas de intervenção estrangeira. Pelo contrário, a Suíça, vista com outros olhos, até é um laboratório político que oferece dados encorajadores para uma integração territorial. Efetivamente, a sua população é heterogénea, vivendo segundo usos e costumes diferentes e falando várias línguas. Mas, apesar de se falar em Suíça alemã, Suíça italiana e Suíça francesa, não existe mais de que uma Suíça, no plano internacional. Há efetivamente diferenças profundas entre as diversas parcelas da Suíça. Mas tais diferenças foram superadas e foi encontrada uma fórmula político-administrativa que reúne todas as Suíças numa pátria comum.

É verdade que o subsolo de Cabinda é muito rico, bastando, para tanto, lembrar que a maior produção de ramas de petróleo, em Angola, vem de lá. E essa riqueza natural pode constituir uma aliciante isca para ambições de certas pessoas. Mas, se a riqueza natural implica independência, então o direito à independência poderia ser invocado também pela Lunda, a pátria dos diamantes; pelos Dembos, a terra do café; pela Jamba, com o seu abundante minério de ferro; e por aí fora até ao completo despedaçamento do território, dada a sua variada riqueza espalhada um pouco por toda a parte. E o mesmo aconteceria com os Estados Unidos da América do Norte, onde cada estado rico teria o direito de proclamar a sua independência, a começar pelo Alasca, quanto mais não fosse, para implantar uma Suíça em terras das Américas...

Não. Nenhum motivo justifica a separação de Cabinda, a menos que os dirigentes da FLEC queiram fazer o jogo dos interesses capitalistas, que não são nem os dos autóctones de Cabinda nem os dos angolanos em geral nem os da Organização da Unidade Africana. Cabinda só será forte, próspera e respeitada no quadro de uma Angola poderosa capaz de anular as tentativas de anexação pelos países vizinhos.

Só a união faz a força. Cabinda, unida a Angola, contribuirá para fazer a força necessária para construir um país próspero e forte. Tal união provirá de uma fórmula política que respeite as diferenças étnicas, culturais, religiosas e outras de cada região de Angola e, simultaneamente, mantenha a coesão das suas populações, com vista à participação plena de todos na marcha dos destinos da pátria comum.

Diário de Notícias, 22 de outubro de 1974, p. 7-8

O momento atual da geografia política portuguesa Dificuldades específicas de Angola

Orlando Ribeiro

Com 1 200 mil km², Angola é um território enorme, pouco menos que a União da África do Sul, metade do Zaire (antigo Congo Belga) e do Sudão, aquela com enormes solidões desérticas, este com extensas solidões florestais que, se representam um valor potencial, constituem grandes vazios humanos. Território enorme e variado que resume todos os aspetos da natureza africana: floresta equatorial do Maiombe de Cabinda, descida em degraus, por vezes imponentes, da imensa monotonia do Planalto Principal para estreitas superfícies litorais, rebanhos de montes, ilhas, extensões de mata densa e sombreada ou de “floresta clara”, restingas que criam excelentes abrigos portuários, uma zona de *bush* (mato ralo) e uma fímbria de deserto costeiro no Sudoeste, que se prolonga por uma área imensa e na maior parte improdutiva, administrada pela África do Sul.

Além de variado, o território de Angola é rico: diamantes, petróleo e minérios diversos, café, espontâneo ou cultivado na sombra das matas, algodão e outras fibras têxteis (sisal), produtos alimentares (milho, açúcar, bananas), oleaginosas, madeiras valiosas pelas dimensões dos troncos e pela beleza do lenho, gado bovino, enormes pesqueiros alimentados pelo afluxo de águas frias da chamada corrente de Benguela. Tudo isto se exporta e a exploração tem sido incrementada nos últimos anos. Ao café se deve tanto o espantoso surto urbano de Luanda como alguns bairros novos de Lisboa [*sic*]. Principalmente depois do “terrorismo”, sob a pressão de firmas poderosas, instalaram-se em várias cidades indústrias diversas, pois o governo começou a compreender que não podia, a pretexto de favorecer a exportação da metrópole e de arrecadar pesados [impostos] aduaneiros, continuar a entravar o desenvolvimento económico local. O volume da construção urbana e das instalações industriais im-

pressiona mesmo em cidades pequenas. Muitas povoações, aliás, foram, nos últimos anos, elevadas ao estatuto e à aparência urbana.

Angola sempre foi a “colónia” mais atrativa e a de maior fixação de portugueses: 80 000 brancos em 1950, pouco mais de metade oriundos da metrópole, para uma população total de cerca de 4 milhões; a população considerada “civilizada” compreendia ainda 26 000 mestiços e 30 000 pretos. Os pretos “civilizados” vivem à parte nas cidades; o grupo de mestiços, que outrora alimentou a burguesia comerciante local, tem perdido importância e apenas parte dele faz corpo sociologicamente com a população branca. O afluxo de imigrantes brancos, que trazem as mulheres, ou de famílias de colonos rurais cuidadosamente segregados, estancou a mestiçagem e o grupo de mulatos é apenas significativo numa cidade: Benguela — a única (como Quelimane, em Moçambique) que conserva certo ar de velho Brasil. “Fim da mestiçagem: o sentimento racista não pode deixar de manifestar-se” —, escreveu P. Gourou, mestre incontestado da geografia tropical, que enriqueceu as minhas próprias observações em viagens por Angola e Moçambique.

A população total é hoje estimada em mais de 5 milhões e meio. O número de passageiros entrados excede em uns 10 mil o de passageiros saídos, o que dará à roda de 100 000 brancos fixados em dez anos. Calculando em cerca de 300 000 os brancos e assimilados, eles representam um vigésimo da população preta.

Angola será assim, pela preponderância numérica, um grande estado

Diversidade natural, variedade humana. O grupo designado por Bacongo, no Noroeste de Angola, possuía, antes da chegada dos portugueses, estruturas rudimentares de estado e de cidade. Foram os nobres do Congo os primeiros traficantes de escravos — “o marfim negro ou as minas de Angola”, no dizer de um cronista do século XVII. Os portugueses consolidaram o seu reino, procuraram evangelizar a nobreza, um filho do rei deu, no século XVI, o primeiro bispo negro à igreja; foi o governo da ditadura que destruiu o último rei do Congo, de que um descendente reivindicou já o direito à autonomia. Foi entre esta gente, relativamente abastada pela apanha do café, que estalou a rebelião; é, sem dúvida, a que se encontra hoje mais “politicizada” por 13 anos de luta e dela sairão, necessariamente, larga parte dos quadros do novo estado.

A primeira dificuldade consiste em não existir um partido único, como o PAIGC, a quem transferir a soberania, ou largamente preponderante, como a FRELIMO, com quem negociar essa próxima transferência. A rivalidade nasceu, em Angola, entre a UPA (União dos Povos de Angola) e o MPLA (Movimento para a Libertação dos Povos de Angola [sic]), um deles sob a direção de um humanista, como Senghor, diplomado em estudos clássicos, Mário Pinto de Andrade, que depois apagou, na cena política, o outro sob a égide de Cabinda, Holden Roberto, educado numa missão americana, que os seus adversários consideravam estranho a uma formação portuguesa de que o futuro estado negro não desejava completamente afastar-se. Quando os grupos rivais vinham às mãos, faziam-no com tanta ou mais ferocidade que aquela com que massacravam fazendeiros ou comerciantes do mato — a que eles e a tropa ripostaram com igual violência e requintes de crueldade. Entretanto os partidos *válidos* foram-se multiplicando e, no último encontro entre o general Spínola e alguns dos seus chefes, logo se contestou a legitimidade dessa representação.

Cabinda, com as tendências separatistas, constitui outra dificuldade. Mostra a experiência a inviabilidade de “enclaves” (Prússia Oriental, separada da Alemanha pelo corredor de Danzig, anexada à Polónia e, depois da última guerra, o Bangladesh, há pouco separado do resto do Paquistão). Cabinda nasceu de postulados da geografia política que inspiraram a criação do estado independente do Congo de que era soberano... o rei dos Belgas: um estado tende a ocupar toda a bacia hidrográfica de um grande rio (mas deixou pequena parte à França) e procura uma saída para o mar — daí o corredor do Zaire e separação de Cabinda (1891). O mais vulnerável dos territórios de Angola viu, em pleno terrorismo, aparecer o petróleo, com ele os americanos, as condições de segurança, o desenvolvimento espetacular de um porto insignificante e, hoje, tendências de secessão apenas apoiadas por uma economia de grandes recursos, pois Cabinda recebeu do antigo reino do Congo a aristocracia e o tráfico negroiro. Mas onde os americanos põem o pé apoiam-se na força das armas e incompreensão das condições locais.

Em tempos, entre tantos projetos de trabalho de que a gente acaba por abrir mão, pensei escrever um artigo sobre *as cidades brancas de Angola*: brancas no seu núcleo urbanizado mas rodeadas do amontoado inorgânico dos *musseques*, onde se acumulam os pretos, atraídos por novas maneiras de viver e novos recursos ou horizontes de trabalho. Vimos já que é esta a fisionomia da

parte urbanizada de Luanda — comum ao maior número de outras cidades. Uma colega, docente em Moçambique, resumiu as impressões muito vivas da sua recente passagem por Luanda: “Parece a Europa. Não há pretos nas fainas do aeroporto. Não há pretos em parte alguma.”

Norton de Matos foi talvez o maior governador de Angola em todos os tempos: por duas vezes, em momentos críticos, sob a ameaça alemã e logo depois da primeira guerra mundial, quando era preciso consolidar a vitória e garantir a conservação do ultramar por meio de uma efetiva ocupação portuguesa. Para isso fundou Huambo (depois Nova Lisboa), destinada a capital no centro geométrico do território (ideia essencialmente ibérica, que levou Filipe II a desenvolver Madrid nos meados do século XVI e o governo brasileiro a criar Brasília *ex nihilo*, há 25 anos), tomou medidas sérias para acabar com o trabalho forçado dos indígenas, elevando o seu nível de vida e promovendo uma colonização branca por famílias que assegurasse o fim da mestiçagem, a que era adverso. Só que, no centro de Angola, se encontra uma população discreta mas ativa e permeável a novidades: os umbundo. A sua agricultura é meticulosa, sábia e progressiva: aprenderam a alargar o compasso das sementeiras para utilizar charruas e a instalar a rega para a cultura do trigo, cereal de rendimento destinado à venda, que nunca entrou nos seus hábitos alimentares, mas constitui apreciável fonte de receita. É evidente que uma colonização rural nesta área, na qual ainda se empenhou Vicente Ferreira, sucessor de Norton de Matos, só era possível à custa da exploração das lavras indígenas — ou da doutrina de que as terras pertenciam ao estado e este podia dispor delas como entendesse. Exemplo particularmente significativo dos equívocos da era colonial, por vir de homens esclarecidos e decididos na ação.

Luanda (500 000 habitantes), Nova Lisboa (80 000), Sá da Bandeira (35 000), que todas duplicaram de população entre 1960 e 1970, possuem poderosos núcleos brancos; a última é a única que conta maior número de brancos que de negros. Com áreas de colonização rural devidas a emigrantes madeirenses e transmontanos, umas em declínio por falta de vias de acesso e dificuldades do escoamento de produtos, outras que aguentaram o embate por força de espírito de iniciativa ou melhores condições de comercialização. Mas, em toda a parte, com largo recurso à mão de obra negra. Na própria Cela, a primeira e desastrosa experiência de colonatos brancos oficiais, se passou dos “casais agrícolas” às “fazendas médias”, do idílico carro de bois e arado ao

trator, do sequeiro, tornado improdutivo pelo aparecimento da laterite, ao regadio, do trabalho familiar ao largo recurso de assalariados pretos.

De Benguela à Baía dos Tigres, encontram-se umas dezenas de pescarias mas nenhuma empresa poderosa de conservas e farinhas de peixe. Para além das águas territoriais, potentes navios japoneses e russos têm a bordo instalações que lhes permitem trazer aos grandes mercados consumidores o peixe, que entra cada vez mais na alimentação de todo o mundo.

Naquele litoral árido não havia povos pescadores. Nas traineiras e nas fábricas, os arrais e capatazes são sempre brancos, os trabalhadores pretos, obtidos pelo “contrato” entre camponeses e pastores, nostálgicos das suas lavras e do seu gado. Às vezes, num recesso perdido do litoral, encontram-se um cais e uma fábrica e, desterrado de todo o convívio, um encarregado branco. Foi no farol da Ponta Albina, ao sul de Porto Alexandre, que o governo desterrou o profeta congolês Simão Toco¹⁵, adepto de uma negritude sem violência. Entre duas imensidões — a das dunas e a do mar —, que melhor sítio para um místico receber a inspiração divina?! Estendi-lhe cordialmente a mão, uma vez que a autoridade não permitiu que o interrogasse... nem eu tinha interesse em fazê-lo na sua presença.

Na periferia do deserto de Namibe (que, em sentido lato, começa em Benguela), existem povos pastores, pretos, que foram empurrando para o Sul os criadores hotentotes descritos pelos nossos primeiros roteiristas. Há uma dezena de anos, na segurança que opôs o Sul de Angola ao “terrorismo” do Norte, e sem que deste as autoridades tirassem qualquer lição, começaram a aramar-se enormes concessões a criadores brancos, limitando-se aos piores pascigos e às áreas mais pobres de água as reservas indígenas. O assunto preocupou o diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola, que me pediu colaboração. Encarregou-se do trabalho preliminar a junta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, que tenho a honra de dirigir e que tanto trabalho deixou feito em Angola (estudos de Mariano Feio e Ilídio do Amaral sobre evolução do relevo, e deste ainda sobre Luanda, a rede urbana e o povoamento branco). Confiei inteiramente nas qualidades de minúcia e rigor, na observação de objetividade e ponderação no juízo de Raquel Soeiro de Brito, minha colaboradora de tantos anos e em vários lugares. O seu relatório preliminar chegou

¹⁵ Simão Toco (1918-1984), líder religioso angolano, fundou o Tocoísmo, uma igreja protestante com raízes no nacionalismo africano.

às mãos de todos os serviços e de todas as autoridades interessadas no assunto: “Um clima de tensão já está criado em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas; por isso é urgente o estudo global do problema”, escrevia-se em 1968. Os interesses eram poderosos e deliberados, as autoridades complacentes ou negligentes, o relatório foi *abafado* e estes estudos não tiveram seguimento... Uma leve referência é feita na conclusão de um artigo daquela geógrafa sobre povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçâmedes em *Finisterra*, 9, 1970 — revista geográfica onde os administradores, políticos e especialistas de planeamento encontram abundante matéria de informação e de reflexão que, geralmente, se dispensam de consultar.

Há em Angola, nas cidades, nas empresas industriais, que se têm multiplicado nos últimos anos, nos fazendeiros, de plantações e de gado, nas pescarias, muitos “rodesianos”, isto é, partidários de uma independência em que os brancos continuassem preponderantes. Não é impossível que uma rutura se esboce entre o Norte e o Sul, por uma linha tirada do Lobito a Nova Lisboa. Os nativos aliás veem com maus olhos a preponderância de outros povos: “Preto a mandar em preto não” — exprime o receio de certas etnias do Sul de passarem do domínio branco ao de povos do Norte, politicamente mais evolucionados e mais preparados para a administração.

Objetivamente existe aqui, pelo menos, um motivo de preocupação. Não é demais recordar a guerra do Biafra, numa Nigéria cuja independência vi festejar em Cano, na euforia e na serenidade. Tudo o que se pode desejar é que os principais chefes dos partidos negros saibam evitar as lutas tribais — a mais cruel e absurda de todas as guerras.

Com o presente artigo dou por fim a estas observações e reflexões de geógrafo, que passou quase dois anos no ultramar e fez do mundo dos trópicos matéria de estudo e de apego sentimental. Não pretendo trazer soluções na algibeira mas apenas, como professor que sou em todas as circunstâncias, ajudar os outros a compreender e a assumir atitudes.

A descolonização total não se fará sem desencontros e sobressaltos e não é sem nostalgia que se vê romper uma linha da nossa história começada a robustecer há cinco séculos e meio. Quis o destino dos impérios que Portugal inaugurasse a expansão europeia e pusesse termo ao seu predomínio político.

Muitas vezes em Goa me assaltou esta reflexão: fomos os primeiros a chegar à Índia, é quase fatal que sejamos os últimos a partir.

Noutro artigo mostrarei o muito que ainda nos cabe fazer, no único campo onde as vitórias são perduráveis – o do espírito. A um domínio tantas vezes mantido pela força e até pela opressão sucederá apenas a “unidade de sentimento e de cultura” (Gilberto Freyre) que soubemos infundir em raças de quatro partes do mundo. Isto é uma extraordinária aquisição da história e da capacidade de entendimento dos portugueses com povos de cor.

Perdido o ultramar, aos portugueses da Europa e dos seus prolongamentos insulares resta uma grande tarefa: a de saber edificar uma sociedade sem miséria e sem violência, na compreensão e na tolerância, na ordem, na paz, no trabalho e na pluralidade de sentimentos e atitudes que caracterizam os povos verdadeiramente civilizados e livres.

Vale de Lobos, 6 de outubro de 1974

Diário de Notícias, 17 de outubro de 1974, p. 7-8

Na estrada para Nambo (Retalho de uma narrativa)

Manuel Beça Múrias

No barco, não éramos amigos nem coisa nenhuma. A solidariedade, que já então se esboçava, nascia do comum receio pelo desconhecido. Angola não passava, por enquanto, dum retângulo a vermelho no livro de geografia. Quando hoje se diz que o ano de 61 marcou uma profunda divisão na juventude portuguesa, devo esclarecer que estou a falar de dezembro de 62 e que, nessa época, ainda a maioria de nós, ou pelo menos aqueles que vinham das faculdades menos politizadas, ou de algumas fábricas, ou das pedreiras de Borba e dos chaparraís do Alentejo, se encontrava na inocência política. Partíamos, porque nos tinham metido na cabeça o manejo da G3 e todo o manual de guerra subversiva. A viagem através do Atlântico era dolorosa porque as famílias haviam desfeito os seus abraços e eram, agora, pequenos lenços acenando em Alcântara, imagem metida num buraco escondido atrás dos olhos, de onde de vez em quando algumas lágrimas se soltavam. De resto o navio era, ainda, o prolongamento natural dum período de embrutecedora mentalização e endurecimento. De certa forma, até, a ideia da guerra para que navegávamos dava, inclusivamente, alguma justificação a tanto suor já ensopado nas fardas, nos olivais de Santarém e nas serranias de Lamego, nos dias e noites em que as camponesas traziam à rua cestas de fruta com que nos enchiam os bornais e a barriga, entre risos e coitadinhos.

Do outro lado, à nossa espera, estava, na realidade, uma guerra profundamente injusta e desnecessária, mas a verdade é que, pelo menos a maioria de nós, ainda não tinha a percepção desse facto, ou então alguns não estariam ali, e os que estavam não teriam ânimo para se meter a bordo em festas alegres e bebedeiras, como na tarde da passagem pelo Equador, em que recebemos um banho de mangueira e um diploma assinado por Neptuno.

É evidente que não éramos, também, cipiões aguerridos e ferventes em entusiástico amor pátrio, a custo vendo passar lentas as noites que nos separavam

duma terra que quiséssemos a todo o custo conservar portuguesa, como rezavam os clichés da propaganda.

Desembarcámos — é facto — ao som dos acordes do “Angola é nossa” que os altifalantes de bordo deitavam para os ares, enquanto o paquete se aproximava, a medo, do cais de Luanda. No entanto, o calor molhado de dezembro logo ali nos infligiu a primeira derrota. Os capacetes pareciam ter aumentado de peso com a viagem, a bandoleira da arma causava vergões no ombro por debaixo do camuflado teso e gomado que nos feria as virilhas ao marchar. Em camionetas, passámos a caminho do campo militar. Apenas uma ou outra pessoa nos passeios parava para nos acenar, talvez boas-vindas. Alguns, principalmente os negros, deitavam-nos olhares de indiferença, o que nos chocou profundamente, pois haviam garantido receção triunfal.

No Grafanil, um retalho de savana às portas de Luanda, em barracas cónicas batidas pela chuva, aguardámos, entorpecidos pela canícula, os dias que, sem mostrar grande pressa, os generais gastaram para decidir do nosso destino.

Antes de este nos ter sido anunciado, começámos a ler uma estranha mensagem de piedade nos olhos dos camaradas também ali aquartelados como parte da defesa da cidade ou em trânsito para quartéis no mato. Apareciam-nos nas tendas com ar de funeral, entravam em conversas que não entendíamos, cheios de rodeios, preparando a má notícia. Só muito mais tarde, quando, antes de chegar a Nambo¹⁶, assistimos da estrada a uma feroz batalha pela posse dos morros de Quicabo, compreendemos todo o alcance dos seus olhares de aviso.

As camionetas deixavam o campo através dos largos portões de ferro e rede e entraram em ordeira fila no asfalto. Os soldados das unidades que continuariam atrás da vedação vieram ao arame assistir à partida, mas nem sequer disseram adeus, deixando-se ficar tristemente de mãos nos bolsos.

Nunca mais voltei ao Grafanil, e a última recordação que dali guardo são aqueles vultos solidários esbatidos na noite, e os roncos dos motores das *Scania*s e das *Volvo*s ao meter pelas estradas.

A coluna era toda composta desses monstros. Éramos a nossa própria escolta. A estratégia considerara que, tendo completado um período de intenso treino de contraguerrilha, seríamos perfeitamente capazes de nos desenhenciar em qualquer emboscada.

¹⁶ Localidade pertencente à província do Bengo, tal como Quicabo, referida mais adiante.

A fila de veículos alongou-se logo que a velocidade aumentou.

Os “máximos” da viatura que nos seguia embatiam nos enormes vultos de árvores espalhados na savana e, depois, quando a estrada de repente se esgotou, e desaguámos numa picada poeirenta, os faróis tingiam de amarelo capim cada vez mais alto. Ainda não sabíamos mas o mar de gramínea que afagava os taipais iria ser, em noites e dias, horizonte, cama e refúgio.

A menos de duas horas de caminho de Luanda, em direção ao Norte, já a noite africana caprichava em zumbidos, grasnates, assobios e gritos lancinantes como sirenes. Quando se entrava num fundão e a picada avançava para uma ribeira, era, então, a apoteose tétrica. A sinfonia da selva mal permitia trocar uma palavra com o companheiro do lado, que, embrulhado no poncho, me devolveu o claro escuro dum olhar em que faiscava um medo pelo menos do tamanho do meu. De repente, tudo se calou, como se do seu poleiro, no cimo de uma árvore seca, um maestro tivesse brandido a batuta, numa ordem enérgica, pondo cobro ao ensurdecidor *finale*. O silêncio total que se seguiu era, ainda, mais esmagador.

Fomos apanhados por um hiato no momento em que uma *Volvo* carregada de munições e mantimentos se enterrou num lamaçal. Debalde um cacho humano se formou tentando arrancar o veículo à lama que o prendia aos eixos, mas logo alguém mais experiente aconselhou a que se esperasse pelo nascer do dia — deviam ser duas ou três da manhã — para melhor estudar a situação e encontrar as medidas adequadas para safar o elefante metálico que cortara a coluna em dois. (Passa palavra... as secções deitam-se à esquerda e à direita na picada, voltadas para fora. Ficam dois homens em cima de cada camioneta, sempre acordados... Passa palavra...).

Deitei-me debaixo do camião, entre duas poças de lama. De um lado, tinha o camionista, de outro, o ajudante preto.

— O senhor é o alferes, não é? — perguntou-me, em voz baixa, o camionista, que nem esperou pela resposta. — Vocês, agora, tiram os galões e a gente nem sabe quem é que manda na tropa... Já tinha dormido alguma vez no mato? Pois prepare-se que vai ter muitas e muitas noites como esta. Mas é muito raro os filhos da p. atacarem de noite, pode estar descansado. E ainda estamos muito perto de Luanda... Eu já estou habituado a isto. Passo a vida a trabalhar para a tropa. Sempre se anda guardado...

À minha direita, o ajudante negro dormia todo enrolado numa manta. Não se lhe viam pés nem cabeça.

— E ele? — perguntei.

— Esse é bailundo — o camionista passou um braço por cima de mim e deu uma grande palmada no corpo encaracolado do ajudante. — Não és, meu cão?

O rapaz acordou estremunhado. Endireitou-se, bateu com a cabeça no veio de transmissão, perguntou “que foi, que foi?” e, como a única resposta fosse a ordem seca do patrão (“Cala-te meu sacana... Ou queres que «eles» venham ter connosco? Olha que eras dos primeiros a marchar!...”), voltou a enroscar-se no cobertor, conformado e sonolento.

— Não se pode dar confiança — sussurrou-me o motorista, sem pôr ódio ou raiva na voz, mas antes em tom cúmplice e divertido, como um amigo que me ensinasse a acender o cigarro com um modelo esquisito de isqueiro.

Diário de Notícias, 28 de outubro de 1974, p. 7-8

Descolonização, ensino e ciência

Orlando Ribeiro

A emancipação progressiva do ultramar não nos dispensa, antes obriga, a prosseguir a obra de educação e de pesquisa científica incrementada nos últimos anos.

Cabo Verde, Guiné, São Tomé, que têm crioulos portugueses como expressão coloquial, asseguram a perenidade da nossa língua. Fala do lar, do amor e da rua, o crioulo não se escreve, usando-se apenas o português como língua de administração e da correspondência epistolar. Guiné e Cabo Verde têm próximo a excelente Universidade de Dacar, criada pelos franceses em 1958, que captará a *élite* dos dois territórios, com a vantagem de lhes oferecer um ensino voltado para os problemas e condições locais. Mas alguma coisa é preciso fazer, criando aqui ou na Guiné-Bissau um poderoso centro de cultura portuguesa. O Centro Cultural da Guiné Portuguesa, animado por Teixeira da Mota, proficiente conhecedor da história, da etnologia e da geografia locais, tem realizado uma obra editorial notável mas nunca se propôs o ensino e a divulgação.

Tardiamente, vencendo resistências ocultas mas deliberadas, criaram-se em três cidades de Angola e em Lourenço Marques as universidades que estes territórios há muito deviam ter possuído. Mas, salvo raras exceções, universidades para brancos, para filhos de colonos ou de funcionários, completamente desinteressadas da formação da *élite* negra local. Universidades de estilo muito português, com borla e capelo, cortejos e discursos, completamente desenraizadas das condições locais. Nelas não se ensinam as línguas africanas; em Lourenço Marques apenas existe um centro de cultura islâmica (que interessa a quase metade da população de Moçambique), mas junto da mesquita do subúrbio negro de Chipamanine, e nenhuma instituição onde se examine a complexa imbricação das civilizações do oceano Índico. A incompreensão da vida “indígena” chega a assumir formas de completa estupidez: as estatísticas ofici-

ais consideram “analfabetos” todos os muçulmanos que sabem ler e escrever o alfabeto árabe, graças ao qual o suaíli se tornou língua veicular da região dos Grandes Lagos até à África do Sul. A religião interdita-lhe a frequência das escolas das missões, a quem cabe, pela Concordata, o ensino elementar. Há anos que um administrador inteligente do Niassa preconizava a criação, sob o patrocínio do governo português, de um centro de cultura islâmica moçambicana, para que os muçulmanos da província não vivessem apenas na órbita das *madersas* (universidades corânicas) de Dar es Salaam ou Zanzibar. O excelente relatório, que tive a ocasião de ler e me pareceu perfeitamente fundamentado e atual, ficou a aguardar a oportunidade... de ser esquecido.

Recordo o exemplo paralelo dos hindus de Goa, onde o concani é a fala do lar e da rua mas não se escreve, ensinando-se por isso o marata, língua afim e provida de abundante literatura. Uma cartilha modesta — *Escrita na Areia* — recorda o tempo em que sobre a areia espalhada no átrio dos pagodes se ia aprendendo a ler, escrever e contar. Havia uma escola normal primária para preparar professores que ensinariam português a meninos que tinham o concani como língua materna; nenhuma orientação pedagógica especial para o ensino de uma língua com que as crianças, salvo raras exceções, apenas tinham contacto na escola.

Aqui, como em Faro ou Bragança; e até um livro único que falava do inverno, de árvores e de pássaros que os alunos goeses nunca teriam ocasião de ver. Perante o ensino marata, que escolarizava muito mais de metade da população, o governo tinha uma reação de ignorância e desinteresse; e, no entanto, ele era mais numeroso e mais vivo, e os seus professores foram os principais agentes de propaganda da integração de Goa na União Indiana... nas barbas da administração portuguesa que não se julgava obrigada a ministrar aos seus súbditos a instrução de que eles careciam.

Existe em Goa uma escola médica e apenas com o curso do liceu e o tirocínio junto de um profissional competente podia ser-se *advogado de provisão* (solicitador). Quem quisesse obter outros graus tinha de vir à Metrópole (viagem longa e cara) ou frequentar as universidades de Poona e Bombaim, donde, como é natural, a cultura portuguesa estava ausente. Mesmo assim, os médicos só podiam exercer na Índia e no restante ultramar, ou eram obrigados a repetir o curso para trabalhar na metrópole — como se o ser humano e os seus achaques não fossem semelhantes em toda a parte. Concedido um grau universi-

tário, “colava-se” a este o respetivo vexame. Não sei se foi a isto que se chamou “política do espírito”...

A Junta de Investigações do Ultramar, desenvolvida a partir de uma modesta comissão de cartografia fundada por Gago Coutinho, tem feito trabalho desigual mas onde há muita coisa relevante. Informes tecnológicos que podiam apenas ser policopiados tomam a forma de livros aparatosos. O estudo físico e humano de um território tem a mesma tiragem que um relatório sobre o gorgulho da mancarra... apenas porque pertence à mesma coleção! A Junta multiplicou-se em sucessivos organismos, que nem todos escapam à farfalhice erudita e patriótica mas onde apareceram trabalhos fundamentais para o conhecimento histórico, geográfico e etnológico do ultramar. Outrora, os recursos da Junta eram avultados, a investigação de campo e de gabinete generosamente paga e as edições luxuosas. Hoje, luta-se com sérias restrições. Com outra estrutura, alargando os cargos diretivos, dando ao colégio de competências o papel que há alguns anos lhe foi retirado (basta lembrar que a Junta tinha um presidente da comissão executiva mas não o presidente do agrupamento de investigadores), este organismo tem de sobreviver à emancipação do ultramar. Sem recluir o paradoxo aparente, direi que hoje mais do que nunca, pois quando Portugal tiver perdido todas as colónias ganhou outros tantos territórios onde exercer a sua ação cultural. Lembro apenas que a Holanda, depois de perder a Indonésia, se propôs preparar (em 20 anos pelo menos...) uma *Flora Malesiana* e que a Universidade de Hamburgo, especialmente voltada para o estudo do mundo tropical, foi fundada depois da Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha tinha perdido as suas colónias africanas. Convém recordar ainda que a França desenvolveu o ORSTOM (Ofício da Pesquisa Científica e Técnica do Ultramar) e com ele contribui para o progresso científico das suas antigas colónias: organismo largamente dotado e sujeito à cuidadosa direção científica nas diferentes especialidades de que se ocupa.

Alguns dos trabalhos saídos da Junta de Investigações do Ultramar são notáveis e não apenas em Portugal. Darei apenas dois exemplos. Não sei se os políticos da Guiné saberão quanto fica a dever o conhecimento da terra e da gente aos belos estudos históricos, geográficos e etnológicos escritos por Teixeira da Mota ou suscitados pelo seu conhecimento e entusiasmo. Além disso, e sob o impulso do mesmo autor, a Guiné tem um mapa a 1:50 000 concluído (a guerra não retardou a sua publicação), que se conta entre as mais notáveis,

se não a mais notável, das realizações da cartografia da África Negra. Um mapa nesta escala está na base do fomento, do ordenamento agrário, do traçado das vias de comunicação, além do interesse científico das formas físicas e humanas que aqui é particularmente relevante. Trabalhei na Guiné quando esse mapa não existia e atrevi-me a propor uma cartografia expedita: o que se fez satisfaz as maiores exigências, não apenas na África mas em qualquer parte do mundo.

Outro exemplo é a monumental monografia de *Os Macondes de Moçambique* (4 volumes publicados), dirigida e colaborada por Jorge Dias, grande etnólogo há pouco falecido em plena robustez intelectual. A despeito de ainda incompleta, pela conceção e pela execução, é talvez o estudo mais amplo consagrado a uma população africana. Se tivesse sido escrito em inglês, este trabalho modelar teria a maior difusão, tanto nos informes que ministra como na orientação metodológica que o seu orientador soube imprimir-lhe. Não é demais que se recorde, entre os macondes de Mocimboa da Praia e de Mueda, uma senhora (Margot Dias) e dois homens (o outro é M. Viegas Guerreiro) que se aproximaram deste povo com objetividade científica mas com a amorosa curiosidade sem a qual as ciências humanas empobrecem o conteúdo e não alcançam a principal razão de ser. Sirvam estes valores do espírito a contrapor à incompreensão da vida africana e à desalmada exploração do “indígena” que, infelizmente, e debaixo de todos os governos, caracterizaram a colonização portuguesa. Duras verdades que é oportuno recordar.

As próprias necessidades da guerra motivaram progresso notável na cartografia de Angola e Moçambique, obtida pela restituição da fotografia aérea. Mapas topográficos e geológicos de pormenor colocam as duas áreas entre as mais bem conhecidas da África tropical.

Por último, seja-me permitido lembrar que o grupo do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, com a exiguidade crónica dos seus recursos, tem trabalhado, com mais ou menos demora ou desenvolvimento, em todos os territórios ultramarinos e que forneceu às Universidades de Luanda e Lourenço Marques seis docentes, ocupando-se os professores da direção das respetivas teses locais. Foi nas investigações na África e na Índia, confrontadas com o Brasil, onde encontrei sempre generosas facilidades de trabalho, em que primeiramente assentou o livro de síntese *La Zone Intertropicale Humide*, pensado e escrito em colaboração com Suzanne Daveau; raras, muito raras vezes,

um autor português tem ocasião de desenvolver as suas ideias num manual de ensino superior, largamente difundido numa língua de grande expansão. Nele perpassa o meu ensino de geografia tropical, que conservei enquanto o preparava, na Universidade de Lisboa e na Sorbonne, onde me deram a honra de lecionar. Pela primeira vez numa obra geral, a exemplificação portuguesa e brasileira têm representação correspondente aos seus problemas físicos e humanos.

Vencendo longas e deliberadas resistências, foram criadas as primeiras universidades em Angola e Moçambique; é necessário fundar outra na Guiné-Bissau e, se a Índia revir com boa vontade o problema das nossas relações de cinco séculos e meio, completar a de Goa. Uns viam nas universidades de Angola e Moçambique o apressar da formação da *élite* local de todas as raças e por isso as entravaram, com receio de acelerar a descolonização — e temiam este resultado. Outros pensavam que elas fixariam colonos e funcionários, dispensados de regressar à metrópole para educar os filhos. Esta orientação prevaleceu largamente sobre a primeira: as universidades foram essencialmente escolas de brancos e mestiços, que formam sociologicamente corpo com aqueles. Os pretos são a exceção, pois, não tendo capacidade económica e o português como língua materna, vão rareando progressivamente nas escolas secundárias. Que diferença entre as Universidades de Dacar ou de Ibadan, onde os professores franceses e ingleses se preocuparam, acima de tudo, em formar os quadros da descolonização e os futuros professores, onde efetivamente já se encontram alguns africanos da maior distinção intelectual.

As universidades de Angola e Moçambique, que ainda por alguns anos terão de conservar a preponderância dos docentes europeus, carecem de modificar lucidamente a sua orientação se quiserem sobreviver. É fortemente positivo que, a despeito da dificuldade da língua, os pretos da Suazilândia procurassem a Universidade de Lourenço Marques, não só por lhe ficar próxima mas também por não praticar o odioso *apartheid* da África do Sul. Por um lado, é possível que apareçam pretos graduados por universidades da África Negra, da Rússia e da China e que aí se possam recrutar alguns professores africanos. Por outro, o largo recurso a bolsas de estudo permitirá que, desde o jardim de infância, se detetem os moços e moças que merecem levar ao fim os seus estudos. Já em 1962 escrevi o seguinte:

“Só no dia em que nela (na universidade) participem largamente brancos e pretos, índios e chineses, cristãos, muçulmanos e hindus, ou, para além das suas raças e crenças, homens de boa vontade formados de raiz de civilizações diferentes, se terá constituído aquela «sociedade multirracial» que a nossa história preparou e justifica. Às universidades de Angola e Moçambique está reservado, neste campo, o mais largo e fecundo papel: o de participarem na «promoção social» de uma raça inteira, que será, para além das incertezas e desencontros, a mais sólida justificação da nossa presença em África. Assim os novos estudos saibam corresponder ao que deles há o direito de esperar” (in *Problemas da Universidade*).

Creio que estas palavras não só conservam mas readquirem atualidade. É indispensável tirar às missões o monopólio do ensino primário, que afastam os muçulmanos (mais de metade da Guiné e quase metade em Moçambique), e substituir padres estrangeiros ou monitores pretos que mal sabem a nossa língua, por professores primários devidamente preparados para ensinar meninos que têm outra língua materna. É indispensável criar um bom corpo de professores secundários, evitando o escândalo e o inconveniente de pôr a ensinar os que apenas possuem o curso do liceu (às vezes nem completo). Parece possível substituir o duro e arriscado serviço militar por uma milícia de paz, dando aos que ensinam no ultramar por alguns anos condições vantajosas de promoção. É indispensável atrair jovens docentes para as universidades do ultramar e, sempre que as matérias científicas o permitam, que aí preparem as teses de doutoramento.

O Ministério da Educação e Cultura, que não deve despreocupar-se com o Brasil, tem aqui um campo de ação — vasta sementeira em terras distantes onde a manutenção da “lusitanidade” é a única justificação de um convívio, quando não uma exploração, de cinco séculos e meio de história — sempre heroica mas não raras vezes injusta. Que melhor dom que o humanismo da educação e da ciência pode oferecer Portugal aos países que vem libertando?!

Tempo, 30 de outubro de 1975, p. 2

PCP com os olhos postos na independência de Angola

M. Castelo Branco

A visita do almirante Pinheiro de Azevedo ao Porto, para além de ter facultado ao PS e ao PPD (a que se associaram o CDS, um tanto surpreendentemente, e o PPM, como vem sendo hábito) a demonstração da sua capacidade de mobilização popular, permitiu mais uma clarificação na questão de fundo da atual crise político-militar.

Desta visita ressalta, à partida, um pormenor importante que, embora decorrendo nos bastidores, foi devidamente anunciado pela imprensa: referimo-nos ao diálogo Fabião-Sá Carneiro, que sintetiza um antagonismo de opções radicalizadas pela tensão fornecida pelo atual momento político.

O segundo plano que o general Fabião se viu obrigado a assumir, e que poderá encontrar as suas causas mais próximas na desautorização ao Comando Militar do Norte e no recente “responder ao País” através das câmaras de televisão, impelirá certamente o Chefe do Estado-Maior do Exército para uma rápida opção no conjunto do atual xadrez político-militar, ultrapassando assim as ambiguidades e indefinições de que a recente presença na RTP constitui uma prova evidente.

Por outro lado, os motivos que levaram o primeiro-ministro a deslocar-se ao Porto, e que não se resumem a uma mera necessidade de inspecionar o atual Comando da Região Militar Norte, levam-nos facilmente à conclusão de que o VI Governo tenta neste período imediatamente anterior ao 11 de Novembro assegurar a sua sobrevivência através de frequentes manifestações populares.

11 de Novembro: decisivo não só para Angola

É efetivamente comum à maioria dos observadores a opinião de que até à data da independência de Angola se joga simultaneamente o futuro da revolução portuguesa e da nação angolana.

Já no número anterior, manifestámos a nossa adesão à tese de que até ao 11 de Novembro a esquerda revolucionária, essencialmente apoiando o MPLA, e a direita reaccionária, que encontra na FNLA o seu parceiro angolano, tentarão através de sucessivas e progressivas provas de força, assegurar que no dia da independência estejam criadas as condições para a transferência de poderes exclusivamente para um destes dois movimentos de libertação.

A queda do VI Governo é assim desejada à direita e à esquerda. No primeiro caso visando um vácuo de poder ou um governo direitista no dia 11 de Novembro; no segundo caso um VII Governo que, presidido por Vasco Gonçalves ou Rosa Coutinho, continuaria a tradição do V.

Movimentando-se entre estas duas coordenadas da política portuguesa, que poderão coexistir, julgamos, unicamente até ao 11 de Novembro, que o VI Governo tem sobrevivido pela anulação recíproca que golpes e contragolpes efetuam automaticamente.

O que talvez permita a conclusão de que o VI Governo sobrevive graças à existência de duas forças que, visando o seu derrube, conseguem o resultado paradoxal de perpetuar a sua existência

Tentámos no número precedente esboçar uma sequência possível para a evolução da actual situação político-militar angolana, relacionando-a com a evolução da conjuntura política em Portugal.

Julgamos que o quadro então descrito permanece actual: será o VI Governo quem terá de assegurar uma correcta solução para o caso angolano.

PCP fator decisivo

Neste contexto, simultaneamente condicionado pela evolução em Portugal e em Angola, pode-se afirmar, seguindo a maioria dos observadores, que o comportamento do PCP é fundamental para a resolução da crise política que põe em perigo a sobrevivência do VI Governo.

O Partido Comunista tem ultimamente facultado alguns indícios que poderão indicar um recuo face à tentativa da extrema-esquerda organizada na FUR de provocar a queda do VI Governo. Mais concretamente, os fracassos relativos em que se saldaram as manifestações de apoio à criação do conselho municipal, em Lisboa, e à consolidação das organizações populares de base foram

interpretados como uma possível avaliação de última hora, que impeliu o PCP para uma posição de expectativa.

Estes indícios poderiam levar-nos à conclusão de que o PCP estaria a proceder, neste momento, ao reexame da sua posição no contexto da atual posição político-militar portuguesa, reexame que, segundo fontes mais otimistas, seria suscetível de alterar, de uma forma surpreendente, a prática política do Partido Comunista Português. Como causa próxima deste tipo de análise, temos os rumores mais ou menos confirmados de fortes dissensões no interior dos órgãos de cúpula do PCP relativamente à escolha da tática política adequada à atual fase do processo revolucionário.

Apesar destes indícios, outras manifestações da prática política do Partido Comunista Português têm posto em causa a legitimidade de uma conclusão do tipo da que atrás enunciámos. O facto de o Partido Comunista não se ter associado à manifestação de apoio ao VI Governo que decorreu no Porto, e por outro lado de ter apoiado o assalto ao Governo Civil de Faro, pondo em causa a autoridade do governo, colocam-nos perante a evidência de que o PC continua, pelo menos por agora, a ser um partido de oposição ao atual governo e à atual tendência da revolução portuguesa.

O PS e alguns setores do PPD (apesar das afirmações do seu secretário-geral) consideram possível e desejável uma recuperação do PCP para a atual fase do processo revolucionário.

Essa tentativa de recuperação assenta no pressuposto de que é virtualmente impossível, pelo menos a curto prazo, pretender um governo assente num sistema democrático sem a presença do PCP. Essa presença teria, no entanto e na ótica dessas forças políticas, de ser condicionada a uma atuação respeitadora de certas regras do jogo democrático, nomeadamente no que diz respeito ao poder de decisão a todos os níveis, que deveria ser proporcional à aceitação popular avaliada em termos de resultados eleitorais.

Estas tentativas assim descritas têm sido mais nítidas da parte do Partido Socialista (o PPD a nível oficial tem, inclusive, repudiado a presença do PCP no governo), que na assembleia constituinte, graças a uma hábil condução do grupo parlamentar do Partido Comunista, aceita sucessivas alianças ideológicas com este partido.

Temos portanto um Partido Comunista pressionado no sentido de aceitar a atual distribuição de forças no governo e no Conselho da Revolução e, por

outro lado, um PC naturalmente inclinado para um tipo de alianças que, numa perspetiva diferente, lhe faculte um mais rápido controlo das alavancas do poder.

Esta opção fundamental que o PCP terá necessariamente de fazer, pois não é crível que a desestabilização política possa perdurar por muito mais tempo, produzirá, como é evidente, consequências determinantes do sentido ideológico e institucional da revolução portuguesa.

Julgamos que o Partido Comunista tenderá para assumir posições sucessivamente mais radicais à medida da aproximação do 11 de Novembro. A sua política de desestabilização tendente à substituição do VI Governo, dados os graves riscos que implica, cessará a partir dessa data. De facto, um governo novamente presidido por Vasco Gonçalves teria uma duração tão longa quanto o estritamente necessário para transferir formalmente o poder unicamente para o MPLA. Esse governo com uma possibilidade de sobrevivência muito remota, dados os condicionalismos internos e externos que impediriam a sua atuação, esgotar-se-ia provavelmente nesse único ato.

Por isso julgamos que, tendo o PCP conhecimento antecipado do fracasso de um governo do tipo do V, apenas o suportaria na medida em que pudesse cumprir a missão a que estava especialmente afetado — entregar Angola à vanguarda revolucionária consubstanciada no MPLA. A partir desse momento, e tendo conhecimento da impossibilidade prática da sua existência, o PCP, tal como procedeu em relação ao V Governo, retirar-lhe-ia prudentemente o seu apoio. Aceitando esta tese, fácil é a conclusão de que o VI Governo, conseguindo sobreviver até ao 11 de Novembro, poderá assegurar o seu futuro. A partir dessa data, o próprio Partido Comunista terá que, sob o risco de tornar inviável a própria revolução, abandonar os seus aliados de ocasião representados na FUR, entrando numa aliança tática com os restantes partidos integrados no VI Governo.

Como apontamento final, podemos prever, face ao exposto, uma agudização das tensões até à data da independência de Angola e um consequente agravamento da desestabilização da conjuntura política.

Expresso, 9 de novembro de 1974, p. 21

O mito do desenvolvimento económico de Angola

José Manuel Serrão

Independência e descolonização

Ao estabelecer o acordo de cessar-fogo com o MPLA, inicia-se verdadeiramente o processo que deverá conduzir à independência política de Angola. De facto, este acordo veio trazer um pouco de clareza e acerto ao que se iniciara com as negociações da ilha do Sal e que parecia querer conduzir irremediavelmente a uma descolonização fictícia, baseada numa consulta direta às populações, numa base de liberdade e igualdade de expressão da respetiva vontade que as condições objetivas da dominação ainda presente das estruturas sociais facilmente permitiam manejar a bel-prazer.

Encontrados os interlocutores válidos que deverão assegurar o desenrolar do processo de autodeterminação e independência, livrando Portugal da suspeição de uma mudança de atitude em Angola relativamente à adotada para a Guiné-Bissau e Moçambique, há que procurar definir a estratégia de descolonização por forma a que reflita claramente opções políticas e económicas ao serviço das classes mais desfavorecidas, por forma a que a descolonização não seja apenas um objetivo eminentemente superestrutural, mas que seja seguida pela imediata libertação das forças produtivas e pela transformação radical das relações de produção que as bloquearam no período colonial.

Não esqueçamos entretanto que, segundo as estatísticas do Banco Mundial, Angola era em 1970, com 300 dólares, o quinto país em rendimento per capita da África ao sul do Sahara, apenas ultrapassado pela África do Sul, Zâmbia, Costa do Marfim e Gana. Refere-se este indicador para se aquilatar das potencialidades de um país que, apesar de sujeito a um processo de depredação (em especial de solos) e de exploração intensa (principalmente de recursos do subsolo), levado a cabo pelo imperialismo de que Portugal não era mais que fiel guardião, conseguiu permanecer entre as primeiras nações de África, embora, como vamos ver, à custa do sacrifício permanente do seu povo.

Não faltarão, porém, aqueles que aproveitarão para dizer que Portugal fez em Angola uma notável obra de desenvolvimento económico. Sem menos-

prezar os muitos que honesta e dedicadamente procuraram, mais ou menos isoladamente, contribuir para esse fim, não posso deixar de citar a frase com que o Prof. Celso Furtado inicia o seu último livro, precisamente *O Mito do Desenvolvimento Económico*: “Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social”. Vejamos se o desenvolvimento económico de Angola é um mito: avaliemos se o 5.º lugar em rendimento per capita em África poderá constituir, de facto, um motivo de satisfação.

O modelo de crescimento até 1961

Tal como a África, Angola permaneceu, até este século, em reserva para oportuna exploração. Só quando o capitalismo europeu, em especial o inglês, começou a atravessar as primeiras crises sérias no último quartel do século passado, a África começou a interessar como mercado potencial e para exploração dos seus recursos naturais.

Até ao final da 2.ª Guerra Mundial não se pode falar em atividades económicas em Angola, a não ser a exportação de escravos, a extração de diamantes e o caminho de ferro de Benguela que penetrava até às minas do Katanga e da Zâmbia, sendo estas últimas atividades inteiramente dominadas por capitais anglo-americanos e belgas. A economia angolana era de tal modo rudimentar, até ao final da 2.ª Guerra Mundial, que a maior receita do orçamento geral da colónia era constituída pelo imposto indígena que incidia sobre a população nativa, por cabeça, com objetivos não apenas fiscais mas igualmente de forçar a sua integração na economia de mercado.

Só a partir de 1950, com o lançamento de programas agrícolas voltados para a exploração de produtos que revelavam boas perspectivas de colocação, como por exemplo o café, o sisal, o algodão e o milho, aumentou ligeiramente o ritmo de crescimento da economia angolana. A exploração do café e do sisal assentava na concessão de vastas áreas (fazendas) das terras mais férteis aos colonos portugueses que faziam o “povoamento” e a ocupação do território (caso dos distritos do Uíge, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Benguela), pelo que muito se desenvolveu a imigração europeia de povoamento, atraída pelos elevados lucros obtidos na agricultura especulativa de plantação, graças ao trabalho dos “contratados”.

Já a exploração algodoeira ou do milho, principalmente em Malanje, Cuanza Sul e Bié e Huambo, baseava-se na técnica de troca, isto é, medidas

jurídicas e administrativas eram utilizadas para forçar os agricultores indígenas a trabalhar em certos produtos cuja comercialização era obrigatoriamente efetuada por intermédio de companhias particulares ou do próprio estado a preços extremamente baixos que possibilitavam a formação de elevados lucros de que, logicamente, o produtor se via afastado.

Verifica-se, assim, que no modelo efetivo de crescimento adotado, a variável estratégica para o arranque da economia foi a procura externa de bens primários, principalmente o café. No entanto, embora se tenham verificado progressos sensíveis, este crescimento devido à estrutura socioeconómica típica de um território dependente, não se estendeu a toda a população, antes os seus frutos foram apropriados pelo grupo social mais evoluído, constituído predominantemente pelos imigrantes metropolitanos.

Instalou-se assim uma estrutura económica e social dualista, típica dos países subdesenvolvidos colonizados, onde a par de um setor de empresas capitalistas voltadas especialmente para o comércio externo, se mantinha a grande maioria da população numa economia que aquele crescimento poderia trazer.

Saliente-se ainda que, devido aos laços que ligavam o grupo social dominante à metrópole, parte substancial dos rendimentos resultantes de exportação não chegavam sequer a dar entrada no circuito económico, pois eram retidos e aplicados no exterior.

Desta forma, a formação de capital em Angola, apesar de intensificada a partir de 1953 com os chamados Planos de Fomento, limitava-se à necessária ao desenvolvimento da produção para a exportação, às infraestruturas materiais, ao comércio e à construção nas cidades mais evoluídas e à criação de algumas poucas indústrias, tudo orientado para o mercado externo ou para o mercado interno criado pela minoria evoluída constituída pelas camadas médias que adotavam comportamentos e consumos tipicamente burgueses e que se encontravam comprometidas com o tipo de desenvolvimento capitalista e isoladas das massas populares constituídas pelos camponeses e operários.

Os angolanos e o crescimento pós-1961

Quando em 4 de Fevereiro de 1961 irrompeu a luta de libertação do povo angolano, iniciada em 1956 com a criação do MPLA, surgiu a primeira rutura fundamental entre as duas sociedades da colónia. Enquanto centenas de milhares de angolanos eram forçados ao exílio nos países limítrofes, o governo

português mobilizou as suas forças para combater a “ameaça vinda do exterior”...

O esforço financeiro era, porém, demasiado e a estrutura económica angolana não estava preparada para sofrer um acréscimo substancial e prolongado da carga fiscal indispensável para o esforço de guerra ser suportado pela colónia. Daí que, a partir de 1961, se tenham efetivamente lançado as bases do arranque para o desenvolvimento económico de Angola. Terá sido, de facto, o início de um processo de desenvolvimento?

Não restam dúvidas a qualquer pessoa que foi graças ao início da luta de libertação que surgiram as preocupações com o desenvolvimento e a chamada promoção socioeconómica das populações em Angola. Todavia, o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e o III Plano de Fomento (1968-1973), ao procurarem promover e intensificar o crescimento económico, claramente definiam como objetivos prioritários a intensificação da exploração dos recursos do subsolo e o melhoramento da produção agropastoril (totalmente controlada pelas estruturas coloniais), a fim de criarem condições de financiamento das despesas militares e de segurança que permitissem assegurar a manutenção da guerra.

A Portugal, incapacitado de conciliar uma política de desenvolvimento com o esforço de guerra em que se empenhara, não restou outra via que não fosse a de abrir, ainda mais, os territórios à atividade dos interesses imperialistas. Assim, apesar de se ter procurado intensificar o crescimento económico, a sua variável estratégia continuou a ser a procura externa de bens primários, agora não apenas o café, o algodão e os diamantes, mas também o minério de ferro e o petróleo.

Aliás, com a gradual substituição do café pelos produtos do subsolo (diamantes, petróleo e minério de ferro) como variáveis estratégicas do crescimento, a estrutura dualista da sociedade agravou-se, pois que, enquanto cerca de 30 por cento do café é produzido por pequenos produtores espalhados por vastas regiões, a extração de minérios e petróleo é uma atividade de grande intensidade capitalística e muito concentrada regionalmente. Por seu turno, a execução dos planos de fomento, a cargo do setor público, fica circunscrita apenas aos setores mais diretamente ligados com as infraestruturas materiais, ficando o crescimento económico totalmente dependente do comércio externo,

isto é, da forma como Angola se insere na divisão mundial do trabalho, resultando daí um crescimento completamente desarmónico dos diferentes setores de atividade, como o demonstra a quase total estagnação da agricultura angolana, que apresentou um crescimento inferior a 2 por cento, a preços correntes, entre 1966 e 1970 e contribuiu com menos de 20 por cento para o produto interno, apesar de cerca de 85 por cento da população trabalhar ou depender da atividade agrícola.

Não admira, pois, que, apesar do crescimento económico apresentado (o PIB cresceu à taxa média de 11,8 por cento entre 1966 e 1970, a preços correntes, que, reconduzida a preços constantes de 1963, equivale a um crescimento médio anual de 6,3 por cento), a população angolana, na sua maioria rural, se tenha visto forçada, cada vez mais, ao êxodo rural para as cidades, à emigração para os países vizinhos ou à venda da sua força de trabalho como “contratados” aos latifundiários rurais. Tal não espanta se aqui se referir que o 1.º recenseamento agrícola de Angola, efetuado entre 1963 e 1969, abrangendo uma área onde se localiza quase 90 por cento da população, determinou, para 700 mil explorações agrícolas pertencentes a camponeses africanos, um rendimento bruto anual por exploração que não atingia os 3 contos, o que corresponde a uma captação anual média de 650\$00 (equivalente a 23 dólares), sendo a dimensão média das explorações de 6 hectares, enquanto, em contrapartida, para as 6400 explorações agrícolas empresariais (eufemismo para designar fazendas dirigidas por europeus) a área média era de 7000 hectares e o rendimento bruto anual por exploração atingia 287 contos. Note-se, aliás, que a produtividade média por hectare é bastante superior nas explorações dos camponeses africanos (500\$00 contra 410\$00), o que demonstra claramente o desaproveitamento em que se encontram os grandes latifúndios.

Não se pense, porém, que apenas as massas camponesas estavam sujeitas a este sistema colonial de exploração. Também os salários médios mensais dos trabalhadores assalariados, apesar dos aumentos concedidos para atrair as categorias profissionais qualificadas constituídas na sua quase totalidade por portugueses imigrados, apresentaram ligeiro decréscimo entre 1968 e 1972, passando de 4532\$00 para 4406\$00, conforme testemunham os dados do Instituto do Trabalho publicados no Boletim Oficial de Angola de 13 de dezembro último, no Diploma de Meios para 1974.

Segundo esta mesma fonte, em Luanda, cidade moderna e que constitui forte motivo de propaganda pelo crescimento que apresenta, 63 por cento da

população encontra-se alojada em condições deficientes, habitando os “musseques”, enormes bairros periféricos sem condições de salubridade e higiene, onde, apesar disso, vivem mais de 300 000 pessoas.

E, no domínio do ensino, apesar de haver cerca de 530 000 inscritos no ensino primário, a média ponderada do tempo de frequência é de 2,4, o que significa que não é atingido o final da 2.^a classe, sabendo-se que dos alunos matriculados na pré-primária apenas cerca de 20 por cento conseguem ter acesso a graus de ensino mais evoluído.

Como se viu, apesar do crescimento que os indicadores globais médios evidenciam, a maior parte da população angolana foi mantida afastada dos benefícios do crescimento, já que este foi conduzido a servir de complemento do sistema capitalista internacional, mediante a integração das atividades mundiais de divisão do trabalho.

Industrialização

Mesmo quando, em certa fase, se pretendeu iniciar um processo de industrialização pela via da substituição de importações, devido ao agravamento dos atrasos dos pagamentos interterritoriais, a tendência foi para reproduzir, em miniatura, sistemas industriais mais avançados e baseados em processos de mais ampla acumulação de capital e de tecnologia importada.

Esta industrialização conduziu à instalação de subsidiários de empresas dos países cênicos (multinacionais ou não), que obedecem à política das empresas-mãe, importam tecnologia que fazem pagar bem cara, mas mantêm os segredos essenciais do fabrico, importam o mínimo de capital indispensável, por vezes sob a forma de equipamentos já usados e amortizados e recorrem ao crédito bancário local que não se lhe nega, produzem para mercados fechados e beneficiam de isenções, aproveitam e mantêm os salários tão baixos quanto possível, lançam produtos que apenas satisfazem os padrões de consumo copiados com nível médio de rendimento mais elevado, favorecendo a tendência para a concentração dos rendimentos e permitindo a essas empresas recuperar rapidamente o capital importado que procuram reexportar mediante a transferência dos lucros para o estrangeiro.

Assim, apesar do “milagre económico” constituído pela subida do preço das ramas de petróleo bruto, as dificuldades cambiais, embora alternadas, mantêm-se, pois a chamada “substituição de importações” revela-se um pro-

cesso de intenso gasto cambial, por vezes muito pouco produtivo e, em geral, nada ligado ao processo económico da população angolana.

Conclusão

Que concluir, afinal, deste processo de crescimento económico? Apesar de Angola ocupar um lugar cimeiro entre os países de África, a sua economia encontra-se totalmente dominada do exterior, não bastando a independência política para que passe a ser um país livre e independente. De facto, se nos lembrarmos que 85 por cento da população depende de uma agricultura completamente estagnada, que a agricultura de exportação, as minas, as indústrias, o comércio externo, a banca e os seguros são fortemente dominados por interesses exteriores localizados nos países cêtricos e que apenas o setor público, relativamente dinâmico, possui um certo enraizamento na dinâmica local, fácil é concluir que a par com o processo de transferência de poderes políticos para os verdadeiros representantes populares é necessário proceder à desmistificação de um crescimento que não é desenvolvimento por não ter sido feito em benefício do povo, mas sim para assegurar a manutenção do sistema colonial mais ou menos disfarçado sob a capa dos mitos do desenvolvimento, do progresso imparável, da autonomia progressiva e da multirracialidade. Outro modelo de crescimento terá, certamente, de ser rapidamente definido pelos angolanos para substituir o do passado colonial que termina. Ele terá de se orientar decisivamente para um crescimento mais distribuído e mais justo, ainda que inferior e menos espetacular.

Jornal de Notícias, 12 de novembro de 1974, última página

O cântico do MPLA

Luís Alberto Ferreira

Como a Poesia — diria o próprio Neruda —, também a Dignidade tem as sete vidas do gato.

Aproximadamente cem mil pessoas viveram na carne e no espírito a chegada da delegação do MPLA à cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda.

Não é um acontecimento qualquer.

Nem o confundam com um “acontecimento histórico”.

A definição deste acontecimento tem de ser procurada nos confins da memória dos angolanos, nos contrafortes da sua solidão, nas veias da sua coragem moral. Nada de “frases feitas” para falar da emoção desse acontecimento.

O MPLA não é só um “Movimento”. É uma consciência. É uma biblioteca de costumes, de saudades, de pudor viril. É uma Voz da Honra de pessoas e de valores culturais. Feito, desde sempre, do equilíbrio que distingue os verdadeiros humanistas, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) congrega no seu cântico a experiência direta da vida construída todos os dias, garantida no sopro moral de cada instante, e o fulgor duma vontade inquebrantável superiormente dirigida ao ideal do Homem e à Dignificação do Homem.

O MPLA do dr. Neto e de Lúcio Lara fala-nos a linguagem do Conhecimento. Da Prática do Viver, das ruas varridas por temperaturas desconhecidas, do homem de pé descalço exibindo um sorriso alvaco, dos empregos na “Fazenda” e na Estatística conseguidos a golpes de estoicismo, das rusgas implacáveis reclamando o “imposto” na ponta veloz do chicote manobrado por sipaios, da velha sirene dos bombeiros, dos golos que roubavam ao Atlético, do homenzinho a quem metiam uma bandeirinha na mão para receber no cais o ministro ou o “sor” cardeal. O MPLA é o livro de um povo: e nas suas laudas quentes espelham-se as caras dos vivos e dos mortos, revive-se a dignidade

autêntica de pessoas que nunca abdicaram da sua Condição e da sua Dignidade.

O MPLA continua, pois, a vocação e a mística de um povo — o povo de Angola. Povo que traz, desde sempre, nas suas entranhas, a força do próprio Universo. Povo capaz de amar e compreender todos os povos. Capaz de amar e de se dar.

O MPLA chegou a Luanda para construir, localmente, as suas feições, o seu rosto de partido político. Será um rosto compenetrado e transparente. O MPLA humanista, cerebral, culto, genuinamente angolano, continuará a sua luta revolucionária. E, com ele, Angola será finalmente a terra destinada a todos os homens de bem e de boa-vontade. Com ele, Angola reencontrará a sua mística. Bandeiras subirão nos mastros das cidades, entre buganvílias e acácias, tambarineiros e embondeiros. As cidades, Luanda à frente, recitarão os poemas do dr. Neto. E mulheres como Elsa de Almeida e Sousa, a “Paloca” dos meus bancos de escola, dirão aos seus filhos que o caminho da luta é o caminho da verdadeira Dignidade.

O MPLA traz à velha cidade do Maculusso e dos tambarineiros referventes o seu cântico redescoberto.

Expresso, 16 de novembro de 1974, p. 10

A cidadania dos colonos na era pós-colonial

João Bravo da Costa

Após a admissão por Portugal do direito à independência dos povos das colónias e a transmissão dos poderes aos seus legítimos representantes, o processo da descolonização entrou num plano inclinado que conduziu rapidamente ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau e à autodeterminação de Moçambique. Esta posição de Portugal representa uma importante concessão aos movimentos nacionalistas, sobretudo se considerarmos que o poder colonial se recusava sistematicamente a admitir a existência do nacionalismo africano e rejeitava todas as ofertas para soluções negociadas. A teimosia do governo português legitimava, no entender dos nacionalistas, o recurso à força e a declaração de uma guerra-revolução, como meio único para debelar a dominação estrangeira e restituir o negro à dignidade humana. Foi neste clima de tensão que soou, em Luanda, o disparo, contra a cadeia política de S. Paulo, do primeiro tiro, logo seguido do eco feroz nas matas soberbas do café dos Dembos.

A política de descolonização traçada por Lisboa não foi acolhida pacificamente pelas populações. Os africanos de uma maneira geral sentem-se a um tempo aliviados, porque com a queda do regime opressor conquistaram de facto uma nova estratégia na luta pelas liberdades fundamentais, e apreensivos quanto ao futuro, visto que ainda não desapareceram todas as condições propícias à implantação de outras formas de dominação. A situação da população europeia tornou-se embaraçosa, justamente porque ela, que consciente ou inconscientemente serviu de pilar ao colonialismo português, acreditando no domínio eterno de Portugal em Angola, subitamente foi posta perante a insofismável verdade de que ela também, à imagem dos outros povos colonizadores, não escapa às “áleas” das quedas dos regimes coloniais.

A população europeia enfrenta assim toda uma situação de conflitos psicológicos, para além da incómoda necessidade de optar por ficar ou por partir. E

não se pense que não há motivos para isso. É que o estatuto colonial cria um direito de subordinação, constituído por normas que sustentam, em um plano superior, toda uma situação de privilégios para o colono e caem verticalmente sobre o colonizado, reduzindo-o fundamentalmente a mero sujeito de obrigações. É, no fundo, uma situação jurídica que faz lembrar as técnicas a que o direito romano recorria para tratar discriminadamente os povos do império, independentemente de levantarmos aqui a questão de saber se os fundamentos da colonização portuguesa residem nas normas transcendentais do direito universal de comunicação, inspirado na concepção ecuménica da sociedade internacional e no direito das gentes, ou se teria como título a barbárie dos povos conquistados, ou simplesmente a primeira ocupação de uma *res nullius*. Ora, a descolonização iniciou a destruição do edifício colonial e a consequente perda da situação privilegiada para o colono. Isto por um lado. Por outro, o negro passou a *ipso iure* poder dispor das oportunidades que não tinha no *ancien régime*. Daí que a população branca seja hostil à nova ordem da sociedade e situe infundadamente a sua sorte entre eventuais atos de vindita de carácter racial e a tirania do negro no poder.

Apesar deste estado psicológico, a esmagadora maioria dos colonos não pretende regressar às terras de origem e reafirma, pelo contrário, a determinação de permanecer em Angola, adotando-a como a sua terra. Acabou a linguagem contra o nacionalismo angolano. Tudo mudou. Angola já não é parte integrante de Portugal eterno, uno e indivisível; e os colonos já querem ser cidadãos angolanos, havendo até quem afirme categoricamente não admitir que lhes seja negada essa qualificação. Esta mudança dos colonos levanta a questão de se saber quem pode ser qualificado como angolano; um problema de nacionalidade.

Não há, no mundo, um único país cuja população seja etnicamente homogênea. Os cidadãos de um país não o são pela só circunstância de pertencerem à mesma etnia ou serem revestidos de uma pele uniformemente pigmentada, porque as diferenças étnicas — que não raras vezes existem entre pais e filhos — são puramente acidentais. O elo essencial entre os cidadãos está no facto de pertencerem à mesma nação. E o que é uma nação? Ocorre perguntar.

Uma nação caracteriza-se fundamentalmente pelo querer viver em conjunto de indivíduos ligados entre si por identidades religiosas, étnicas, históricas, económicas, culturais. Uma nação assenta, *tout court*, sobre uma solida-

riedade de sentimentos e interesses. E a nacionalidade costuma ser concedida quer com base no critério *jus soli*, que dá maior relevo ao lugar de nascimento ou à permanência no território, quer segundo o critério de *jus sanguinis*, que dá maior importância à hereditariedade e ao casamento. E o indivíduo concessionário da nacionalidade fica vinculado por laços de fidelidade ao país concedente. É precisamente na existência ou não existência desse vínculo que deve residir a destriça entre um súbdito nacional e outro estrangeiro, e nada mais. Por isso, para que um indivíduo possa ser considerado como cidadão de um certo e determinado estado é indispensável que tenha a nacionalidade desse estado; caso contrário, será considerado como estrangeiro.

Portugal, como potência colonizadora, não pode conceder, e muito menos impor, a nacionalidade angolana a cidadãos portugueses, ainda mesmo que estes a desejem. Uma nacionalidade assim concedida seria tão vazia de conteúdo jurídico quanto o foi a transformação, por lei constitucional portuguesa, de Angola em simples província ultramarina. Os colonos, por sua vez, não podem a seu talante invocar o seu direito de se considerarem como angolanos, pela só circunstância de que o direito de nacionalidade é, por natureza, um direito público, e, como tal, da exclusiva competência dos órgãos de soberania de um estado politicamente organizado. Por conseguinte, para que se possam qualificar como angolanos *de jure*, carecem os colonos necessariamente de serem investidos nessa qualidade por uma Angola soberana.

É frequente invocar-se também a qualidade de angolano com base numa estadia prolongada em Angola, como se a nacionalidade fosse um direito adquirível pela via da figura jurídica da usucapião. O lapso de tempo é efetivamente um fator muito útil, sobretudo porque permite conhecer melhor o comportamento e os hábitos de um súbdito estrangeiro. Mas isso não basta. Há que equacionar outros fatores, incluindo os de índole política, a fim de se acautelarem, da melhor maneira, os interesses nacionais.

Defende-se, às vezes, a igualdade de direitos sobre a terra angolana dos colonos com os povos bantus, por estes não serem originários de Angola, desde sempre. Contudo, a verdade é que a situação é completamente diferente não só pelos objetivos que trouxeram ambos os povos mas também pelos vínculos mantidos com as terras de origem. Os colonos foram, em Angola, a garantia da presença de uma pátria e de um povo distantes, ao passo que, para os bantus, Angola foi a sua única terra desde que a conheceram. Não parece vero-

símil a ocupação deste território por bantus para dilatar uma fé e um império bantus. A sua deslocação insere-se tão-só no quadro dos movimentos migratórios que levaram tantos outros povos a escolher terras que não eram as suas de origem, como designadamente os celtas e os godos se fixaram na Península Ibérica. Se, hoje em dia, fosse levado a efeito um inquérito sobre a origem dos povos, chegar-se-ia à conclusão de que a grande maioria das populações de numerosos países é estrangeira, porque a migração não foi um fenómeno reservado só aos bantus ou aos portugueses.

Em conclusão, é justo e humano que os colonos pretendam ficar quer por razões patrióticas quer meramente pelas vantagens de ordem económica de que não possam dispor com facilidade nas suas terras de origem. Simplesmente, a sua qualificação como angolanos carece de validade jurídica, a menos que um dia seja concedida por Angola, como país soberano.

Jornal de Notícias, 16 de novembro de 1974, última página

Cabinda: o imperialismo não quer perder o filão...

José Saraiva¹⁷

Os recentes acontecimentos ocorridos em Cabinda trouxeram de novo para o plano das preocupações portuguesas e angolanas a questão daquele enclave cuja superfície não atinge os 7 500 km² e que está encravado entre a República Popular do Congo e a República do Zaire. É importante recordar para uma correta análise que o território de Cabinda pertence a Portugal pelo célebre tratado de Simulambuco, firmado há 89 anos, entre Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta Rainha de Portugal, e os príncipes de Cabinda.

Para muitos, Cabinda representa simplesmente jazigos de petróleo — o que não deixando de ser verdade é uma verdade incompleta. Porque Cabinda é também ouro, madeiras (a floresta do Mayombe é só a 2.^a maior do mundo!), os fosfatos, etc.

Após o 25 de Abril e mais ainda após o célebre discurso de 27 de junho feito pelo então presidente da República, general António de Spínola, sobre a descolonização, surgiu um grupo separatista em Cabinda — a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda). Esse grupo manobrou até onde pôde e com certa complacência, ao que se apura agora, das autoridades responsáveis.

Porém, no dia 2 de novembro — data que é considerada como o 25 de Abril para aquele território — a situação esclarece-se. Com base num depoimento de um militar português, presentemente em férias aqui no Porto, estabelecemos o que de verdade se passou em Cabinda, neste momento alvo ainda de preocupações, tanto mais que alguns soldados portugueses estão prisioneiros no morro de Massabi, junto à fronteira com a República Popular do Congo (Brazzaville).

¹⁷ José da Conceição Saraiva (1945-2005) foi um jornalista português e, nos últimos anos da sua vida, deputado à Assembleia da República pelo Partido Socialista.

No dia 2 de novembro ocorreu em Cabinda um autêntico golpe militar que tinha como objetivo: *sanear* (os que estavam comprometidos com a atividade separatista da FLEC), *desarmar* (os elementos TE's) e *abandonar* (as matas onde a permanência já não era necessária). Em parte o programa foi cumprido e também ali como em Portugal, em abril, foram os jovens oficiais que lançaram mão aos disponíveis recursos para correr com os que, a cada momento, se comprometiam. De entre esses conta-se o brigadeiro Temudo Barata¹⁸ e todo o seu estado-maior responsável militar e administrativo do setor, que foram detidos e remetidos para Luanda.

Um bando de renegados a soldo do imperialismo

É necessário apontar que à frente da FLEC estão homens que, em 1961, tiveram uma ação preponderante na luta contra o exército português. N'Zita Henriques Tiago¹⁹ e Alexandre Tati, mas que agora, ao que consta, estão a soldo do imperialismo americano, visivelmente interessado na separação, e mais ainda pela República do Zaire, onde esse general Mobutu é um acérrimo defensor de uma política imperialista. Daí que manobrando as três centenas de TE's (tropas especiais, isto é, elementos que o Exército português recuperou da luta de guerrilha e que, profundos conhecedores da área, se formavam batidores para as ações contra o MPLA ali fortemente enraizado), a FLEC procurasse, perante uma certa passividade das autoridades militares, a separação definitiva do rico enclave. Mas a tropa portuguesa (designadamente os batalhões 4519 e 4913) que embarcou para Angola em 1 de maio deste ano, aos poucos começou a aperceber-se de que os princípios do 25 de Abril ainda não tinham ali chegado. Gizou-se um plano, estabeleceu-se o cordão internacional que de Belize partiu acompanhado de 89 elementos do MPLA para alcançar objetivos. Basta dizer que a ação demorou 30 minutos e colheu de surpresa tudo e todos. Foi preso o brigadeiro e o estado-maior, vigiado o aeroporto e o porto e tomadas a rádio e estação dos correios. Ninguém resistiu.

¹⁸ Manuel Freire Temudo Barata (1919-2003), que chegaria depois a tenente-general, foi governador e comandante do setor de Cabinda até novembro de 1974.

¹⁹ N'zita Henriques Tiago (1927-2016).

TE's temem o seu futuro

Acrescente-se ainda que um dos fatores que gerou esta tomada de posição da tropa portuguesa foi o facto de o batalhão 4913 ter sofrido bastantes baixas na luta contra os reacionários e provocada por deserções de elementos que se refugiaram nas tropas do MPLA. Os TE's sentiam que se o movimento de Agostinho Neto avançasse mais, cada vez menos hipóteses teriam de vencer no futuro. Perderiam toda a gama dos seus privilégios (mensalidades altas, refeições, boa vida, etc., podendo vir até a ser julgados como traidores do MPLA...). Era tudo isto que estava em causa e que os levava constantemente a provocar os soldados portugueses agora já completamente identificados com os princípios da descolonização e a trabalhar paralelamente com o MPLA. Aqui cabe ainda uma palavra para lembrar a ação dos capitães Farinha de Castro (o tal que se recusou com a companhia a intervir na luta contra o MPLA já depois do 25 de Abril), Amável Cunha e ainda do alferes Gomes da Silva, o cérebro de todo o plano — um homem que tinha a cabeça a prémio segundo a FLEC.

Consumado o golpe, os da FLEC fugiram para os campos do Zaire. Os TE's refugiaram-se nas densas matas. E, há dias, depois de aparente calma em Cabinda, os TE's tentaram novo golpe. Chefiados pelo alferes Pascoal Bonda, os revoltosos atacaram o destacamento situado junto à fronteira noroeste, em Sala Benje, apoderando-se do aquartelamento e mais tarde foram para o morro do Massabi, onde estariam cerca de meia centena de homens protegendo alguns canhões sem recuo e outras armas. No confronto, houve mortos e feridos — mas, naturalmente devido à sua quantidade e ao seu conhecimento da zona, os TE's venceram e os militares portugueses que sobreviveram foram feitos prisioneiros. Até quando? Não é crível que o brigadeiro Silva Cardoso²⁰, o tenente-coronel Oliveira, novos responsáveis pelo setor, bem como o comandante N'Dozi, do MPLA, lutem contra os reacionários. Mas enquanto estes mantiverem prisioneiros, terão condições para negociar?

²⁰ António da Silva Cardoso (1928-2014), mais tarde general da Força Aérea, fez parte da Junta Governativa chefiada pelo almirante Rosa Coutinho, acumulando esse cargo com o comando da 2.ª Região Aérea. Na sequência do Acordo do Alvor foi designado alto-comissário para o período de transição e governador interino do estado de Angola entre 28 de janeiro de 1975 e 2 de agosto do mesmo ano.

O quê? Aqui reside o problema. Cabinda, esse filão que desperta a cobiça de muita gente (EU? Zaire?) é uma batata-quente nesse grande “bico de obra” da descolonização de Angola.

“Dum angolano sobre a descolonização de Angola”

A. A. F. Barbosa Pinheiro

Qual será o futuro de um “governo de coligação” assente em três ou quatro partidos com ideologias, métodos e finalidades antagónicas e, sobretudo, com exércitos próprios? Que estabilidade, legitimidade, autoridade e poder conferirão eficácia ao exercício da função governativa? Que exército ou forças de segurança serão postas ao seu serviço? Um dos três ou a soma algébrica das forças militares do MPLA, FNLA, UNITA? Que reformas estruturais enquadradas num planeamento a longo prazo, por certo necessárias depois de 400 anos de exploração colonial, poderá empreender um tal governo? Que futuro estrará reservado a uma “coligação” de partidos cujas fações, no próprio momento em que ela se projeta, desagregam-se em mais núcleos armados como resultado, já, de uma ação estratégica de enfraquecimento se não de destruição mútua? (Será por acaso que a facção Chipenda se manifesta nesta altura à sombra da FNLA e Mobutu, apesar dos “apelos” destes à unidade?)

É num conjunto de interrogações, a que não faltarão as acima apontadas, que deve ser encarada a formação de um “governo de coligação” em Angola. Cozinhar uma “coligação” que se aguarde no poder o tempo suficiente para o governo português conferir a independência política a Angola e, numa paz aparente, retirar os seus efetivos sob o prestígio interno e externo de uma descolonização “exemplar” que só será desmascarada tempos depois de as eleições terem definido o poder relativo dos partidos portugueses, parece-nos fácil. Mas se há em Portugal quem julgue ver numa descolonização daquele tipo um meio eficiente e rápido de conquistar popularidade e votos, também há quem “ingenuamente” não saiba distinguir a realidade partidária e, em geral, sociopolítica angolana da portuguesa ou europeia. Não se minimize a importância da diferença entre partidos consolidados e 13 anos de guerra, com forças militares próprias nascidas e disciplinadas à sombra de ideologias bem definidas, e partidos políticos europeus ou portugueses. Cada um dos exércitos libertadores lutou durante 13 anos pelo fim do colonialismo em Angola como

primeiro passo para a implantação de um determinado regime político, económico e social que acredita ser o desejado e, acima de tudo, o necessário para o progresso e bem-estar da população.

E as perguntas surgem: como e quem poderá definir esse equilíbrio?

O governo português, cujo exercício do poder político angolano, mesmo ilegítimo (pelo menos a partir de 1961), não é sequer aceite em todo o território, resultará quando muito de uma situação de facto, de uma posição de força, aliás reconhecida pela autoridade constituída a partir do glorioso movimento do 25 de Abril, ao afirmar publicamente o direito dos povos colonizados à autodeterminação?

Os movimentos de libertação que durante os 13 anos de guerra libertadora tiveram uma meta comum, aliás extensível a outras forças partidárias não armadas, que representava sem dúvida uma aspiração unânime do povo angolano — o fim da exploração colonial — mas que a partir dela apresentam caminhos divergentes ou mesmo opostos para o futuro de Angola, pondo nessa mesma medida a questão da aceitação popular dos rumos propostos, já que é o povo angolano que os trilhará, sofrendo-lhe as consequências?

Os partidos políticos não armados que, apesar do facto de terem despertado de um cómodo estado latente em que se mantiverem durante a feroz repressão dos governos de Salazar-Caetano, não deixam de representar novas forças partidárias com programas de ação governativa, cuja confiança e aceitação popular será, sem dúvida, condicionada pela não participação (ou participação) na guerra libertadora?

Ou finalmente a resultante de todas estas forças em que pesarão muitos fatores, parte dos quais estranhos aos interesses do povo angolano, quais sejam, por exemplo: o poder militar relativo de cada uma; os interesses das respetivas potências que as financiaram e/ou armaram; os interesses dos países vizinhos de Angola e, em geral, os definidos pelo xadrez político africano; a saturação do povo português, relativamente a uma guerra e a um problema colonial que se arrastou por 13 longos anos e que por certo influenciará as soluções propostas ou aceites pelo seu governo, sobretudo se nos lembrarmos que ele próprio é um governo de coligação, cujos partidos ainda não terão definidas as suas posições relativas em termos de popularidade e cujo exército já terá reconhecido a urgência de entregar os destinos de Angola aos angolanos? A este emaranhado de interesses e influências que se apontam não será estra-

nha, sem dúvida, a riqueza fabulosa do território em causa, que lhe dá posição de relevo na dualidade: países industrializados com técnica e capital e países do terceiro mundo com matérias-primas.

Julgamos, porém, que a solução do como e quem poderá definir um equilíbrio de forças partidárias que não degenere numa guerra civil e antes resulte num governo capaz de levar a bom termo a independência económica de Angola terá de passar pela premissa de que os interesses do povo angolano só a ele compete definir pela expressão clara do voto. Não é o governo português nem os partidos entre si que, num conluio de cúpula, poderão determinar a parcela do exercício do poder político que deve corresponder à sua representatividade. Já acima apontámos os inúmeros fatores estranhos aos interesses a defender, que necessariamente terão um reflexo muito mais poderoso num eventual acordo de cúpula do que numa votação popular onde os milhões espalhados pelo imenso território serão muito mais difíceis, se não impossíveis, de manipular.

É certo que a extensão do território e o volume da sua população tornam particularmente difícil a montagem de uma máquina eleitoral. Porém Portugal é responsável pelas deficiências da organização administrativa do território, sendo largamente devedor nas relações económicas com os povos coloniais. Não poderá, pois, furtar-se aos sacrifícios que se mostrem necessários para lhes conferir uma independência política que lhes assegure um enquadramento institucional propício ao desenvolvimento de um processo de desenvolvimento económico.

Levanta-se também a questão de saber se terá sentido a consulta popular a um povo que se debate com problemas de carência alimentar, com uma taxa de analfabetismo perto dos 100% e, nalgumas regiões, com problemas de tribalismo. Com efeito, é dos clássicos manuais de ciência política a afirmação do perigo do sufrágio universal quando aplicado a povos como o angolano que pelo seu baixo grau de civilização e cultura são particularmente vulneráveis a manobras demagógicas. Porém, que alternativa nos surge neste momento histórico? Uma repartição de poder político pelos partidos armados, através de um acordo de cúpula, quando estes se apresentam perfeitamente incapazes de definir em comum uma política de longo prazo, como consequência lógica de um antagonismo ideológico que os opõe, conduzirá, necessariamente, a um governo afetado da mais perfeita inoperância e, pior do que isso, a uma evolu-

ção política que centralizará o poder no partido mais forte militarmente (que no caso parece ser a FNLA) mas nem por isso o mais representativo ou sequer o mais conveniente a esta fase de reformas estruturais e de debilidade económica. O povo angolano sempre esteve sujeito a manobras demagógicas quer por parte de alguns “partidos” quer por parte das forças coloniais portuguesas. Entretanto isso não impediu que a guerra libertadora prosseguisse, com o apoio das massas, até à vitória e que a popularidade de uma FNLA bem como desses outros partidos fosse sempre muito relativa. O processo eleitoral, quanto a nós, embora enferme de certos perigos, é, sem dúvida, o único meio de, por um lado, garantir a dependência dos governantes da vontade popular e não da ajuda externa a que terão de recorrer em larga escala e, por outro lado, estimular a consciência de uma unidade nacional.

Reconhecendo a inevitável necessidade de se substituírem os exércitos partidários por um exército nacional angolano que não seja um exército tripartido resultante de um somatório daqueles e que consequentemente sirva o governo eleito e não os partidos incluídos nesse governo, teremos que concluir pela urgência da sua constituição em paralelo com o processo de independência política.

Jornal de Notícias, 10 de dezembro de 1974, última página

Os dramas desconhecidos

Luís Alberto Ferreira

(Onde o perigo de certas ilusões não está a ser devidamente controlado pela revolução africana)

Generosamente, muitos e muitos bons cidadãos portugueses aderem, por instinto, por uma rude visão realista do que devem constituir os direitos do Homem, aos ideais que neste momento galvanizam, em África, a corrida de muitos povos para a independência, para a Liberdade. Ao mesmo tempo, em certas trincheiras (nada de menosprezar...), agitam-se as bandeiras do neocolonialismo. Não haja dúvidas porque isso seria a perdição irremediável do comboio para o País da Liberdade: há muita gente empenhada em fazer recuar o processo! Parece mentira, não parece? Mas é. Está a acontecer. As “falinhas melódicas” de muita gente escondem intenções criminosas. Pelo que, no momento em que em Lisboa se inicia um ciclo vivificante do MPLA no 18.º aniversário da sua criação, seria bom que se dissessem bem alto todas as verdades inerentes ao processo.

Os olhos de África têm de virar-se em todas as direções. Em busca do verdadeiro inimigo. Dentro dela, nas entranhas do Zaire, também os há. Na África do Sul. No próprio Malawi. E na Europa, pois, evidentemente.

O ciclo do MPLA deveria ajudar as pessoas bem-intencionadas a entrar no conhecimento autêntico dos DRAMAS DESCONHECIDOS da África. Isso torná-las-ia polos revolucionários altamente conscientes da missão que as convoca.

Por todos os meios ao seu alcance, deveriam, aproveitando ao máximo as potencialidades nascentes da sua honestidade, tentar saber mais, conhecer mais e mais a realidade africana, a realidade dos povos africanos. Se o próximo comício do MPLA em Lisboa fizer progredir este processo de divulgação, não será mais um comício igual a tantos outros...

Diário de Notícias, 30 de dezembro de 1974, p. 29

Angola: a lanterna vermelha

Manuel Beça Múrias⁶⁸

A evolução dos acontecimentos em Angola está felizmente a processar-se com tanta rapidez que toda a previsão é arriscada.

No momento em que escrevo, sei que em Luanda os jornalistas estão de mala aviada, prontos para partir para o local onde há de desenrolar-se uma espécie de “pré-cimeira”, ou reunião preparatória da “cimeira” propriamente dita, que reunirá, à volta da mesa de conferências, os *leaders* dos três movimentos de libertação e Portugal, talvez representado pelo próprio presidente Costa Gomes.

Seja como for, e ainda que estes factos, que de momento se situam no campo das previsões a curto prazo, já pertençam ao passado quando a crónica estiver sob os olhos dos eventuais leitores, uma certeza parece irrefutável: Agostinho Neto, Jonas Savimbi e Holden Roberto estão em vias de concretizar aquilo que há um mês parecia — e proclamavam — impossível: a paz política. A maneira como foi praticada via tão sinuosa resulta de uma complicada matemática, arriscadas operações, em que o menor erro de cálculo podia significar a eclosão de uma guerra civil, monstro que, pelo receio que infunde, acaba por ser o dissuasor de si próprio.

Verificamos, assim, que a UNITA, na pessoa de Savimbi, tem funcionado como *pivot*, firmando acordos separados com cada um dos outros dois, de modo que os eternos rivais, o MPLA e a FNLA, pudessem pelo menos ter entre si algo de comum. E tanto melhor que essa linha de contacto passe, precisamente, pelo terceiro interlocutor, ainda há pouco acusado internacionalmente de ligações com o governo fascista de Caetano e, até, com a CIA, desejo portanto de limpar com ações meritórias os pontos escuros do seu passado.

⁶⁸ Manuel Beça Múrias (1938-1987) foi um jornalista português que trabalhou em vários jornais e na RTP.

Não quer isto dizer que, por milagre, posições tão divergentes como a do MPLA (progressista), UNITA (centro) e FNLA (direita), tenham feito meia volta até à coincidência total. As linhas políticas que advogam (respetivamente, a revolução popular, a correção dos aspetos mais flagrantemente injustos do capitalismo ou, simplesmente, a substituição de uma ditadura por outra) procurarão manter-se tal como são, após a independência, conservando ou ampliando as ligações internacionais que se lhes conhecem.



Desenho de José Rodrigues, dedicado ao “MPLA,
legítimo representante do Povo de Angola”

De momento, parecem ter-se capacitado de que a única maneira de conseguirem aquilo para que lutaram tantos anos de armas na mão passa pelo enten-

dimento entre eles próprios e que este pode não ser necessariamente uma *frente comum* para formar governo, mas um governo como primeiro passo para uma frente comum.

Desta forma, com o rodar do ano, poderemos estar a assistir ao fecho de um novo capítulo na história de Angola, de todas as ex-colónias portuguesas aquela que pode aspirar a um futuro económico mais desafogado, mas também onde a *solução política*, há muito preconizada pelas forças democráticas portuguesas, que o fascismo tabelava de traição, mas que o 25 de Abril redimiui como única possível e como fórmula verdadeiramente patriótica, tem encontrado maiores dificuldades de implantação.

E porquê?

Embora a nova situação política seja de uma muito maior franqueza do que a anterior relativamente a si própria — abertura que acompanha a sua origem libertadora e democratizante —, o certo é que algumas são as zonas de penumbra que envolvem determinados factos da história recente e talvez seja em volta dos avanços e recuos da política de descolonização que mais se adense a barreira, impedindo ao grande público um conhecimento claro das realidades. No entanto, pelos dados de que se dispõe, não será justo afirmar que as dificuldades da implantação em Angola de um esquema político que conduzisse rapidamente à independência resultaram *apenas* da existência de três (e não de um como na Guiné ou Moçambique) movimentos em armas.

A coexistência dos três interlocutores — ontem na guerrilha, hoje na diplomacia — foi de facto um enorme obstáculo, mas não o único nem sequer, talvez, o maior.

Praticamente, só depois do desmantelamento, em fins de outubro, de uma ramificação do 28 de Setembro (que teve em Angola um dos seus braços mais palpáveis), da estabilização do clima social (que chegou a ser de terror nas semanas que se seguiram à abertura das sedes dos partidos em Luanda), da demonstração clara de que o governo não estava disposto a tolerar sabotagens económicas, só então a reação branca deixou de ser o outro grande obstáculo ao curso normal da descolonização, na antiga colónia.

Reação, entenda-se, no sentido de luta desesperada pela conservação de privilégios germinados e florescidos na estufa colonialista.

E essa reação branca, materializada na guerra surda dos que ficavam e no pânico dos que batiam com a porta e partiam no primeiro transporte, foi, durante algum tempo, outro dos grandes entraves à concretização estável da solução política.

Mas ainda estou em crer que foram as hesitações governativas em Lisboa que culminaram nos dois espetaculares acontecimentos de setembro passado — o encontro-surpresa Spínola-Mobutu, no Sal, e o anúncio de que o autor de *Portugal e o Futuro*, bíblia da tese federalista, chamara a si a exclusiva condução das negociações sobre Angola, o maior travão ao rápido fluir para a independência que os angolanos merecem — uma independência sem dependências, a salvo das garras gulosas do imperialismo.

A tarefa que os aguarda não é fácil — recebem, nas suas mãos, um país de extraordinárias possibilidades, mas onde o colonialismo apenas e sempre procurou o lucro fácil e imediato, através da sangria descompensada das riquezas naturais, vendidas a outros, para estes, então, as transformarem. Herdam um país que o colonialismo havia condenado a eternamente submeter-se ao esventramento das suas entranhas, para dia a dia ficar mais pobre de petróleo, de diamantes, de ferro e que poucas vezes vira nascer outras fontes de riqueza além daquelas com que a natureza a dotou — e em qualquer caso nunca essas riquezas eram postas ao serviço dos legítimos interesses do povo angolano, explorado por senhores ausentes e insaciáveis. País que na sua dimensão é quase um deserto demográfico, nele cabem bem à vontade todos os que lá quiserem continuar e mais quantos desejem ali lutar pela construção de um futuro — mas um futuro que seja de todos. E essa hora pode efetivamente estar agora mais próxima para Angola, que o destino premiou com a lanterna vermelha da descolonização, depois de ter sido a pioneira da revolta armada.

Diário de Notícias, 3 de janeiro de 1975, Caderno Artes e Letras, p. 1-2

Luandino Vieira dez anos depois (1964-1974)

Alexandre Pinheiro Torres

Dos recentes livros de Luandino Vieira publicados em Portugal depois do 25 de Abril, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* é o mais antigo do autor, pois foi redigido em 1961, na altura em que o maior escritor neoafricano de língua portuguesa teria vinte e cinco ou vinte e seis anos de idade. Sabemos só agora que *Luuanda*, lido por mim pela primeira vez há exatamente uma década (a crítica que escrevi sobre este livro sairia no *Diário de Lisboa* de 16 de janeiro de 1965, demonstrando sem reservas a minha admirada surpresa por tão inesperada quão maravilhosa revelação), sabemos, ou melhor: vemos *agora* que Luandino era já autor de maior fôlego do que as “estórias” dispersas que, aqui ou acolá, viera publicando.

Luuanda (quem não se lembra?) foi o maior escândalo literário dos últimos dez anos. Concorrente ao Grande Prémio da Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores de 1965, o galardão foi-lhe outorgado, por maioria, em maio desse ano. Apenas um dos membros do júri (e eles eram cinco) deu a sua preferência a outro livro. Logo a seguir, a odiosa e achincalhante campanha desencadeada pela *mass media*, quase toda a soldo do fascismo. Luandino Vieira “era um terrorista” (?), encontrava-se no Tarrafal, e a decisão do júri em premiá-lo “era uma forma indireta de coonestar o bandoleirismo facinoroso que queria arrebatá-nos o sagrado solo da pátria”. Nós, os membros desse júri, éramos, pois, outros tantos traidores, e o *Diário da Manhã* gritou do alto da pena de Barradas de Oliveira⁶⁹ que deveríamos fazer companhia ao *gangster* angolano. Foi benevolente. Outros exigiam que eu, o Abelaira, o Manuel da Fonseca, o Gaspar Simões e a Fernanda Botelho fôssemos sumariamente executados.

⁶⁹ Manuel Gomes Barradas de Oliveira (1912-1984) foi um jornalista e escritor ligado aos órgãos de propaganda do Estado Novo. Foi diretor do *Diário da Manhã*, órgão oficioso da União Nacional.

A trindade Salazar-Paulo Rodrigues⁷⁰-Galvão Teles⁷¹ enviou o seu ultimato à Sociedade. Os diretores desta deveriam anular, pura e simplesmente, a decisão do júri. Joaquim Paço d'Arcos, um deles, defendeu aferradamente a ordem governamental, mas o presidente da Sociedade, Jacinto do Prado Coelho, apoiado pelos outros membros, e arriscando mesmo mais que a sua própria carreira universitária, não cedeu; não retirou a confiança ao júri nem lhe passou o atestado de incompetência. Assim, a Sociedade foi encerrada, delapidada pela PIDE, etc., etc., e o mais que toda a gente sabe.

Metidos em Caxias, eu, o Abelaira e o Manuel da Fonseca, andávamos, feitos lançadeiras de tear, entre António Maria Cardoso e o lindo forte com belas vistas sobre o Tejo, que outros agora mais tranquilamente gozarão. O Sacchetti⁷², ao segundo ou terceiro dia, esfregava-me as fuças com um panfleto do Paço d'Arcos, o qual o fizera imprimir, dum dia para o outro, nas prestimosas e rapidíssimas máquinas da tipografia da Guimarães Editores. Era o *depoimento* do célebre literato-diretor de companhias ultramarinas, com sede confortável na capital, o seu “lavar de mãos”. As dele encontravam-se limpíssimas; as nossas, conspurcadas pela convivência num *complot* evidente, já que, sendo os membros do júri um bando de analfabetos, e Luandino um traidor, nós como traidores premiáramos um analfabeto. De resto, era essa a tese dum grupo de indivíduos apresentados como “entendidos” da literatura do ultramar e reunidos em mesa-redonda na TV. Decisões: *Luuanda* era uma obra sem qualquer mérito, e nem sequer estava escrita em português.

Sacchetti gritava-me: “Mas o livro não presta. Dizem-no todos os entendidos, todos os especialistas.” Eu, com a calma possível, respondia: “Desculpe, mas o entendido sou eu, não eles”, e daqui não saíamos durante horas. (Nunca um rabiscador de críticas se autoexaltou tanto!) “Você quer dizer que Fulano-de-Tal não percebe nada de literatura?”, berrava o Sacchetti, à espera da minha confissão de um *complot* que, a existir, ser-lhe-ia de magnífica conveniência. “É isso exatamente o que quero dizer”, respondia eu inflexivelmente.

⁷⁰ José Venâncio Pereira Paulo Rodrigues (1919-2010), funcionário do Ministério do Turismo, à época subsecretário de estado da Presidência do Conselho.

⁷¹ Inocêncio Galvão Telles (1917-2002), professor de direito e político, ministro da Educação Nacional nesse período.

⁷² José Barreto Ferraz Sacchetti Malheiro (1906-2009), diretor dos Serviços de Investigação da PIDE/DGS.

Passou uma década. Eu, os outros membros do júri, é que tínhamos razão, afinal. Uma razão que só se pode encontrar na obra de Luandino. Pode parecer que *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* é uma obra ingénua, como as primeiras de Jorge Amado. Afinal, o protagonista, negro dos musseques, é o tipo do herói clássico da “resistência”. Luandino apresenta-no-lo como paradigmático. Sofre até à morte as torturas da PIDE, sem denunciar os companheiros, especialmente o angolano branco (o “engenheiro” Silvestre), que é uma das primeiras rodas do mecanismo de consciencialização do negro. Na escolha de um *branco* não parece ter Luandino errado historicamente. Pelo menos no plano simbólico. Porque Senghor ou Césaire pouco sabiam do “passado” africano até lerem, em Paris, quando estudantes, a obra fundamental de Frobenius, *Histoire de la Civilisation Africaine*, ou a de Delafosse, *Les Noirs d’Afrique*, pelas quais se provava, entre outras coisas, que a Idade Média africana era, por exemplo, e em largas zonas do continente negro (Daomé, Nigéria, etc.), comparável à europeia. Frobenius encontrara, no princípio do século (1906), em Kassai-Sankuru um tipo de civilização como correspondente à do Egito pré-islâmico.

Um povo, uma raça, um indivíduo é o que é por causa do seu passado. Mas nunca o entendemos na sua verdadeira dimensão: por isso vivemos numa procura permanente do que ele verdadeiramente significa. O que dele descobrimos (julgamos) nunca é suficiente ou vemo-lo sob errada perspetiva. Não importa: é através desse esforço de lhe encontrar as verdadeiras coordenadas que somos o que somos; ou não somos o que devíamos ser; ou somos o que não era necessário que fôssemos.

Mas o europeu chega à África e diz ao negro: “Não tens história, sou eu que ta vou dar, sou eu que te vou dar a identidade que te falta.” O branco, porém, pretende dar ao negro uma história que é a dele (branco), uma identidade que também é a sua, ou oferece-la como *modelo*.

Simplesmente, nós, europeus, somos hoje o produto de séculos de pensamento individualista. A nossa tendência, em todos os nossos atos, é partir das nossas próprias preocupações. Como conceber a tal “mentalidade primitiva”, atribuída ao negro, segundo a qual seria possível que, afinal, tivesse havido períodos na história da humanidade (aqui ou acolá) em que o homem se considerasse, antes de mais nada, prioritariamente como *membro de um grupo*? O

problema grave é que a crise da Europa capitalista resulta de cada um de nós pensar primeiro em si e depois *em-si-num-contexto*.

O branco convenceu o negro do “modelo”, e mais: que o mundo se encontrava estabelecido de acordo com um plano, uma moral, valores, abonado pelo Deus cristão desde o *fiat lux* da Bíblia. Repetimos: a nossa situação só a compreendemos em relação a um *passado*, em referência a ele. Eu, Alexandre Pinheiro Torres, a escrever estas linhas em Cardiff, na tarde de quarta-feira, 4 de dezembro de 1974, só me posso explicar (ou explicar-me aos outros) em termos de uma *história* que me conduziu a este momento em que vivo e sou. Se me cortassem essa *história* teria de perguntar-me: quem sou eu?, que faço?, por que estou aqui? Nada teria sentido, porque sem “estória”, história ou História não temos identidade.

A alegria profunda de Senghor ou Césaire ao lerem Frobenius resulta de este *branco* lhes dar uma história que destruía a *assimilação* como ideal. Césaire ou Senghor passarão a exprimir-se não em função de um contexto europeu, mas no das sociedades negras. Luandino Vieira pertence a este mesmo renascimento cultural que, por exercer-se segundo outra função, não é português nem ocidental.

É no seu livro *Velhas Estórias*, também só editadas este ano, que esses novos parâmetros ressaltam com toda a clareza. Em “Estória da Menina Santa”, por exemplo, a moça de cor não entende o que seja ter um “filho do pecado” (p. 208), não sabe o que possa ser a vergonha disso, o que, de um ponto de vista cultural, não deixa de ser extremamente significativo. No *Frei Luís de Sousa*, por exemplo, Maria espera que o pai lhe diga que ela não é filha do pecado, o que a rigidez e o fanatismo de Manuel de Sousa não lho permitem. Assim Garrett fará que a sua pobre heroína morra “de vergonha”. A Igreja, as Instituições, a Moral do Cristianismo são inabaláveis. O autor das *Viagens na minha Terra* destrói-lhes a implacabilidade, a tenebrosa obstinação, a monstruosa falta de caridade, frutos serôdios de zelo apaixonado e feiticismo dogmático. *Velhas Estórias* de Luandino é, assim, através de alguns contos admiráveis, um verdadeiro *tour de force*: aquele em que se torna claro ao homem doutra *cultura* (usada esta no sentido mais largo da expressão: conjunto de hábitos, costumes, religião, crenças, valores, códigos legais, etc.) como essa cultura se pode constituir em barragem: a barragem da cultura cristã, burguesa e ocidental, como já lhe chamou Lilyan Kesteloot.

Velhas Estórias, com a sua grande carga de quimbundo, exemplificam diferentes fases da atitude tradicional do mulato ou do negro. Algumas delas certamente que já foram notavelmente reconstituídas por Castro Soromenho, especialmente a do mulato que quer ser branco, que rejeita a sua “negritude”, entendida esta palavra num dos seus vários sentidos (dezoito, segundo a opinião do especialista Janheinz Jahn em *A History of Neo-African Literature*, Faber and Faber, Londres, 1968, p. 251-2), o *half-cast* que aspira a encaixar-se no quadro das hierarquias do colono e não pretende, não pode ou não sabe invertê-las: “Manana, Mariana, Naninha” é exemplar desta atitude, e certamente que Luandino, no estudo (de dentro) das personagens, atinge um nível que, ao aliás brilhante, autor de *A Chaga* ainda não fora possível.

Castro Soromenho expõe neste livro “a lição dos três *P* como a verdadeira cartilha do civilizador”. Diz o administrador: “Com um pau, pano e pão construímos um grande império. Não temos nada que aprender com os outros. Em matéria de colonização damos lições, somos mestres” (Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 77), ou “Os negros admiram a autoridade, a violência justa” (id., ibid.). Simplesmente, na África portuguesa a autoridade sobre o negro sempre se exerceu pela violência injusta. O velho colono Lourenço de *A Chaga* porá o dedo na ferida: “Negamos ao negro o homem que ele é, sem sequer pensarmos que ao negá-lo também nos negávamos como homens” (id., p. 111). Certamente que na “lição dos três *P*” se encontra o motivo profundo da alienação do negro ou do mulato, o mecanismo do seu desenraizamento, primeiro reduzido à servidão e depois convidado a olhar o branco como arquétipo e a promover-se a “assimilado”. Todavia, uma sociedade de “assimilados” é uma sociedade de “segregados”. Quem está em condições de entendê-lo é o branco Silvestre de *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. Ele dirá ao futuro herói negro: “Você é mais é um bom homem, um bom angolano (...) Sabe, Domingos, também sou angolano. Se você pode, estuda” (p. 27). Por sua vez ao contínuo Francisco João são-lhe abertos os olhos pelo alfaiate Mussunda: “Xico foi verificando que a vida não é só calça estreita, brilhantina avulso, camisa americana” (p. 46). E Xico estuda. Porém, a PIDE está atenta. Domingos Xavier é preso, vítima de bárbaros espancamentos até à morte, mas na sua recusa de confessar ele vê a sua redenção, a aurora da sua dignidade, a verdadeira dimensão da sua identidade, a sua contribuição para a História.

Domingos Xavier é da progénie de todas as personagens de Luandino Vieira, que são definidas essencialmente pelo contexto dos musseques. Elas próprias são esses musseques. Víamos já isto logo na primeira história de *Luuanda*, “Vavó Xixi e seu neto Zeca Santos”, embora a velha possa lembrar melhores tempos, aqueles em que era a Dona Cecília de Bastos Ferreira, mulher de Bastos Ferreira, “mulato de antiga família de condenados” (2.^a ed., de 1972, de Edições 70, apreendida pela PIDE, p. 25), como as personagens desse conto portentoso que é a “Estória do ladrão e do papagaio”, uma das coisas mais altas da nossa língua, como é bem demonstrável pelos monólogos de Xico Futa, no maravilhoso desbobinar da sua *filosofia do cajueiro* (p. 82 e ss.). Mas um rapazote como Zeca Santos ainda aspira a poder vir a ser como o contínuo Xico João de *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. Todo ele é a luta pela sobrevivência, mas também a vaidade adolescente na sua “camisa amarela de desenhos de flores coloridas” que lhe “tinha custado o último dinheiro” (p. 19). Pertencem esses negros aos musseques, estão eles ancorados numa *raça*. Luandino Vieira chama-nos a atenção para estas suas personagens, convida-nos como *homens* a olhar outros *homens*. Não deseja que os categorizemos. Ninguém é uma categoria, mas Domingos Xavier não pode deixar de sê-lo. Ele é um protótipo, um negro num mundo de negros, devastado pela ambição do branco. O martírio dele é o último alimento que pode oferecer ao seu mundo. É, pois, no seu contexto o *último* símbolo da sobrevivência e da resistência do homem. Todos nós somos convidados a ser versões desse protótipo, protótipo de outros protótipos, que tanto os houve, caídos com igual verticalidade na luta contra o fascismo. Que todos eles se erguem diante de nós como um Arquétipo.

O “herói positivo” não é, assim, uma construção literária do domínio platónico do mundo das ideias. “Sans peur et sans reproche” não é já, meramente, o descendente dos intérpretes principais dos romances de cavalaria. Certo que Domingos Xavier não é “único” no sentido existencial das palavras de *King Lear* perante o cadáver de Cordélia. O mundo dos negros não dirá perante o seu corpo: “Thou’it come no more / Never, never, never, never, never”. Haverá outros Domingos Xavier, sem que a sua circunstância lhe exija que passe à história por aqueles predicados que são a glória do escolástico *principius individuationis*.

As personagens de *Luuanda* como as de *No Antigamente na Vida* ou *Velhas Estórias* situam-se na órbita de tal Arquétipo. Mariana, deste último livro, mercê de valores que interiorizou e assumiu como *seus*, pode renegar a própria raça, as suas paixões fundamentais, passando a viver no domínio irreal que é determinado pelas ideias abstratas e pelos ideais doutra raça e doutro povo. Pode fazer tábua rasa da própria “memória coletiva negra”, para utilizar a consagrada expressão de Jung. Mas não consegue escapar a uma sensualidade, a uma certa visão panteísta, a um determinado *ritmo* que sendo o da própria língua por que se exprime são também formas por que se articulam aspetos essenciais da sua vida. Certamente que tal linguagem lhe é dada por Luandino. Porém este grande escritor detém o seu segredo nesta descoberta simples: é que os significantes do seu português ampliam-se de significados e associações que não podem ser explicados pela experiência histórica da literatura ou da cultura portuguesas. Luandino restitui às suas personagens (nem sempre personagens-tipo como Domingos Xavier), e pelo mero mecanismo da linguagem, a História que o contexto que as transcende lhes pretende negar. Simplesmente este contexto é, por sua vez, transcendido por aquele que pretende devorar.

Não deixa de ser alegórica a circunstância de os negros que trabalham para Afonso Gil em “Muadiê Gil, o Sobral e o Barril” de *Velhas Estórias*, se rirem desse “português estrangeiro” (p. 39) que invoca razões de ordem económica para não dar o barril de vinho prometido quando a obra, em que todos os negros trabalhavam, fosse dada por concluída. Sobral é já um negro “conscienzializado”, embora a um nível extremamente elementar, porque o que sabe de reivindicações sociais aprendeu-o de ouvido na prisão. Mas basta utilizar a expressão “mais-valia” (p. 40) para Afonso Gil lhe gritar que não pretende ouvir “teorias de bolchevique” (p. 40). “Não quero subversão” (p. 41), gritava, antes de acabar por decidir que será melhor, afinal, entrar com a pinga.

Certo que a linguagem de Luandino, o seu crioulo, se faz à custa daquilo a que o linguista Jespersen chamou de “simplificações violentas”, mas, como explica Mattoso Câmara nos seus *Princípios de Linguística Geral* (Livraria Académica, Rio de Janeiro, 3.^a ed., p. 311), elas são inevitáveis “já que a língua ocidental se acha fora das suas condições normais de transmissão e existência. A sua língua mista é um *offshoot* do português, em que se observa a intromissão de elementos e factos da língua nativa” (id., *ibid.*, p. 313).

Mas é à custa de manter, sabiamente, a coexistência espacial do português e do quimbundo, pela introdução dos processos morfológicos e as categorias de uma na outra língua (*coexistência* que exigiria o trabalho à parte de um especialista) que Luandino Vieira vai até ao mais fundo do negro-*negro* atingido pela Europa, lhe descarna a personalidade instintiva que recusa o *preconceito* do branco, a estrutura capitalista opressora, o espírito mercantilista, e lhe descasca a espontaneidade nativa, a sua alegria, o seu espantoso humor. *No Antigamente na Vida* é mesmo um mergulho na infância, coletânea de narrativas onde se destaca outra obra-prima: “Estória d’Água Gorda”, uma obra, ao nível da inteligência do que é a criança abandonada a si mesma, que nada fica a dever à sofisticação de *Les Jeux Interdits* de René Clément ou à exemplaridade de *Lord of the Flies* de William Golding.

Luandino Vieira prefere os negros de valores menos deformados pela colonização. O sipaio, como em Castro Soromenho, é visto, por exemplo, com o maior desprezo. Assim, escolhe os que trabalham fatalmente em profissões humildes, a classe laboriosa para quem a vida é extremamente ingrata. Em *Luuanda* apresenta-nos ainda o universo das mulheres, crianças e velhos dos musseques, que não podem pela cidade encontrar qualquer ocupação, ou o mundo dos marginais que, entre tarefas de pouca dura, são forçados a dedicar-se ao pequeno furto, o “capiango”, a coberto da noite. Por todas as páginas ressalta a portentosa e já legendária vitalidade da raça negra, cuja aparente anarquia, como já tantas vezes os sociólogos notaram, é a única maneira ou a única arma de que dispõe para conseguir salvar, em certa extensão, a sua identidade das presas morais e materiais do europeu. Luandino contribui, com incedível talento, para a destruição das imagens estereotipadas do “negro-criança”, do “negro-bobo”, do “negro-mau”. E reconstitui-nos em algumas páginas únicas de *No Antigamente na Vida* o universo hierarquizado das forças vitais do “homo africanus”, esse universo religioso, povoado de forças “objetivas”, as “forças invisíveis”, para empregar a consabida expressão de Senghor, que fazem da linguagem surrealista da poesia africana um fenómeno à parte do surrealismo europeu, como tanto e tão justamente têm reivindicado os intelectuais negros. A própria linguagem é “fabulação”, os mais simples significantes são já “imagens-analogia” (terminologia também de Senghor). Assim se aproximam eles das suas origens mais profundas e longínquas. Luandino Vieira acompanha-nos, como Virgílio a Dante, nessa maravilhosa e

surpreendente viagem, não para embeber-nos de folclore, ou de indigenismo, ou até negrismo, mas para nos descascar os diferentes círculos do Inferno, do Purgatório e do Paraíso desses homens de coragem nova, em busca perseverante de uma imagem já há muito roubada, ou perdida. É a “coragem nova de um homem fraco” como a do coxo Garrido Kam’tuta de *Luuanda* que desafia nestes termos emblemáticos a força tremenda de João Miguel: “Luta com a dor, luta com a via, não foge” (p. 124).

Cardiff, dezembro de 1974

Jornal de Notícias, 4 de fevereiro de 1975, última página

Angola

Luís Alberto Ferreira

(Uma História por favor. Uma dimensão desconhecida. As contradições dos culpados e a panorâmica dos novos engenhos exploradores.)

É de toda o interesse que às populações portuguesas seja dada a conhecer a realidade angolana — e algo do que sobre ela começa a perspetivar-se com uma impetuosidade que comporta naturalmente um significado histórico e muitas advertências de caráter social. Reparo que em Portugal muitas pessoas se deixam guiar, no seu provável desejo de construir uma opinião pelo caráter aparente das coisas e de algumas pessoas — acerca dos três movimentos de libertação angolanos. Há quem se pronuncie a favor da UNITA porque “engraçou” desde o primeiro dia com a cara do dr. Jonas Savimbi. Holden Roberto, porque significa alguma coisa que constitui um desafio às próprias estruturas do nacionalismo angolano, torna-se insinuante para muitos dos saudosistas do regime sentenciado em abril do ano passado.

Muita gente de Angola há de sentir-se, neste momento, “em perigo moral”, “em perigo sociopolítico”, sabendo, como deve saber, que chegou o momento de se fazer também a história das sociedades genuinamente angolanas, das suas elites mais representativas, antes e durante a fase alta do colonialismo. Enquanto se empregou o termo “fascismo”, enquanto se dissecou a expressão “imperialismo” fazendo avançar o estudo das circunstâncias que favoreceram a implantação dessas duas forças demoníacas no seio do Continente Africano, as chamadas elites angolanas, a pequena e principalmente a “burguesia privilegiada”, puderam descansar — ignorando possivelmente que a História não dispensa ninguém, nem mesmo os parálíticos, quando pretende realizar-se tendo por base uma verdadeira pluralidade de significados de pessoas e de fatos.

Quem não quer para Angola uma transformação social que tenha ponto de partida numa eclosão de massas? Só os oportunistas — de todas as raças e nascidos ou não em Angola. Só os comodistas de uma burguesia que dificultou, desde sempre, a marcha de uma consciencialização de fundo, realista, corajosa e desassombrada acerca da arrumação social, da distribuição das regalias e dos recursos económicos. Só os que andam a sonhar com “lugares de alto coturno” na futura constelação de forças dominantes, convencidos de que bastará “ter amigos” num dos três movimentos libertadores, futuros partidos políticos.

Há de ser feita — alguém forçosamente se encarregará disso — a história das inúmeras e chocantes contradições que distanciam entre si diversas regiões-chave de Angola. Entre o Sul, o Centro e o Norte essas contradições interessam muito particularmente às massas desamparadas e carecidas de um mínimo de assistência alimentar, sanitária, cultural, etc. Porque essas contradições alimentam desde sempre um corpo único: a exploração do homem pelo homem. Sendo contradições, têm tido o condão de assegurar a manutenção de algo que é de interesse comum para o grande explorador, o pequeno explorador... e o explorador médio, o mais desprezível de todos, uma espécie de força intermédia velada e contemporizadora, adjacente em mais de um sentido moral, nunca totalmente conivente mas pontual em todas as convocatórias e em todas as partilhas de lucros. Mesmo alguns ou muitos dos portugueses que já estiveram em Angola ou por lá se encontram — não têm noção correta, noção verdadeira, do que representam e de onde vêm essas contradições. Outros, ainda, são elementos claramente participantes de um grande círculo de conveniências. Os estandartes da UNITA parece que tremulam com muita força mordidos “carinhosamente” pelos ventos do Sul de Angola, onde o génio de rebelde “instintivo” do Mandume⁷³ se revelou irreduzível e corajosamente nobre e onde o elemento opressor soube explorar as calamitosas ambiguidades entre “cuanhamas” e “cuamatos”⁷⁴, conseguindo os mais dolorosos fraticídios da história do território angolano. É bom que se saiba quanta força tem a tradição colonialista nesse Sul de Angola — e como são hábeis e servis calcul-

⁷³ Mandume ya Ndemufayo (1894-1917) foi o último monarca do reino Cuanhama ainda independente.

⁷⁴ Cuamataos — Povo africano de origem banto que habita o sul de Angola, no baixo Cunene.

istas e complexados os pobres diabos de uma burguesia africana contentíssima desde há muitos decénios com os seus fatinhos de linho domingueiros (para funerais, casamentos e batizados — ou tomadas de posse de governadores enviados por Salazar), a sua comidinha regional e a possibilidade de serem funcionários públicos com o nome no *Boletim Oficial (Diário do Governo)*.

Não foi em vão que perguntei recentemente, no aeroporto de Lisboa, ao dr. Savimbi, se ele e a UNITA não veem no imenso território de Angola tentáculos prontos a espremer ao máximo a grande teta do reformismo. A resposta do dr. Savimbi, rica no seu engenho cerebralista — não me convenceu. Para cúmulo, o avião estava prestes a largar da Portela de Sacavém e já não tive tempo de perguntar ao presidente da UNITA por que seria que, durante os tumultos de julho em Luanda (centenas de mortos), os reacionários de cá e de lá foram para a rua dar vivas a esse movimento de libertação e aos “taciturnos” da designada Polícia de Segurança Pública de Luanda.

Milhões de cidadãos portugueses ficarão a perder se os sociólogos, os historiadores e os repórteres não tiverem a coragem de começar já a trabalhar na verdadeira História de Angola.

Um angolano exemplar

(Ao companheiro Paulo Jorge)

Araújo Dantas

1975, janeiro 15 — Nesta hora alta da esperança angolana, em que o MPLA comemora os seus 18 anos de esclarecido e corajoso combate e se apresta a assumir, ao lado dos outros movimentos de oposição ao colonialismo, as pesadas responsabilidades do poder e as difíceis tarefas de administração pública, trocando as armas da guerra pelas ferramentas do trabalho que há de fazer de Angola, na liberdade e na paz, uma das mais prósperas nações da África moderna, é-me grato esboçar, com admiração e saudade, o perfil de um amigo certo, homem bom e de boa companhia, firme nas suas convicções, coerente nas suas atitudes, que viveu e morreu a lutar pela independência da sua terra natal.

Chamava-se Inocêncio Matoso da Câmara Pires⁷⁵ — “o nosso Câmara”, dizíamos nós, os mais íntimos, num tratamento bem expressivo da afetuosa estima de que todos os rodeávamos. O pai, Joaquim Filipe Pires, chefe de uma família muito respeitada em Luanda e comerciante acreditado, exercia ali a representação consular honorária da Bélgica, tendo servido a capital da antiga colónia na presidência da câmara municipal e noutros cargos em que sucessivamente o investira o voto dos seus conterrâneos.

Mandado à Europa para se instruir, dadas as carências locais no campo do ensino, o jovem Inocêncio fez rumo a Lisboa, onde começou os estudos secundários. No andar dos anos, foi criando amizades de solidez resistente às suas repetidas ausências. A França desde cedo o atraiu pelas seduções da liberdade e da cultura. Lá se lhe ataram laços tornados perduráveis graças ao seu feliz casamento com Juliette de Caumont, senhora insinuante e distinta,

⁷⁵ Nascido em Luanda, em 1898, e falecido em Paris, em 1966. É uma das figuras a quem José Eduardo Agualusa dedica o seu *Milagrário Pessoal*.

que por amor àquele angolano de raiz não hesitou em renunciar a prerrogativas do meio social em que nascera.

Angola, prodigiosamente bela e rica em dons da natureza, mas tragicamente lacerada no corpo e na alma das suas gentes, ao longo da noite secular da escravidão, nunca deixou de estar presente ao espírito do exilado. O ideal da independência da terra-mãe, que no ambiente da casa paterna lhe alimentara os sonhos de menino, ia tomando forma concreta e imperativa, a estimular-lhe o ânimo para a luta irrecusável, através da progressiva consciencialização política finalmente expressa na adesão às linhas puras do anarquismo. Assim é que a guerra civil de Espanha encontrou Câmara Pires em Barcelona, ao serviço da causa da libertação dos povos peninsulares, na dupla atividade de dirigente da Federação Anarquista Ibérica (FAI) e de adido ao gabinete de um ministro do governo da Catalunha. A queda da República Espanhola, consequência fatal da abdicação das democracias face às provocações do nazi-fascismo, breve se projetaria nas hecatombes da segunda guerra mundial. O indómito angolano, seguindo a sua sina de viandante, teve de passar à França, não tardando a embarcar para o Brasil. No Rio de Janeiro o conheci, em 1941, trazido à minha casa pela mão amiga de um velho camarada, Joaquim Novais Teixeira, que me precedera no dilacerante *au revoir* a Paris, então imerso na imunda vaza hitleriana. Dessa aproximação nasceu uma amizade fraterna e imperecível, alargada do âmbito familiar, em que primeiro se firmara, à convivência com amigos comuns, como esse admirável Georges Bernanos — látego firme do sentimento cristão a fustigar a impostura clerical colaboradora do franquismo e intérprete eloquente da resistência francesa a influir na opinião pública da América Latina. Os seus artigos, difundidos pela cadeia dos *Diários Associados*, eram o contraveneno da propaganda alemã.

Batalha após batalha, até 1942, a balança parecia pender para o Eixo. Getúlio Vargas, com a sua costumada maleabilidade política, olhando ao desejo de se perpetuar no poder, mas tentando conciliá-lo com o interesse do país, aguardava a inclinação definitiva do ponteiro para um dos lados: o do vencedor seria o seu. Naquele mesmo ano, declarou guerra à Alemanha, e preparou a intervenção armada do Brasil no conflito. A valentia dos soldados da FEB recordaria aos brasileiros o heroísmo das campanhas do Paraguai. Entrementes, o rústico Salazar chafurdava no negócio da neutralidade, em que Portugal não terá perdido senão a honra.

O desfecho das hostilidades preocupava naturalmente todos os que fiavam da vitória dos Aliados — com farta dose de ingenuidade, como depois se veria — o fim imediato do salazarismo e das demais figurações da estrutura colonialista. Câmara Pires mantinha no rosto bondoso a expressão da esperança, que comunicava serenamente a quantos o interrogavam. “Deem tempo ao tempo”: era o seu conselho aos que se inquietavam perante a sensível mudança de tom dos discursos de Roosevelt e de Churchill, à medida do avanço dos exércitos de Eisenhower em direção a Berlim. E não fora o olhar vivíssimo, ninguém adivinharia a presença do revolucionário de irreprimível audácia sob os traços calmos daquele angolano exemplar.

Abrira uma livraria num recanto tranquilo da buliçosa Cinelândia. A venda de livros talvez não lhe enchesse a caixa, mas a concorrência à loja não faltava, e da melhor. Ao fim da tarde, era ponto de encontro de homens de letras, artistas, professores, estudantes, gentes dos jornais, divergindo nas crenças e nas opiniões, concordes porém na oposição veemente ao fascismo e seus subprodutos. Havia brasileiros, havia europeus refugiados, entre estes, em maior número, os portugueses, de cujo grupo faziam parte, para nomear unicamente os que a morte já levou: Lúcio dos Santos, Sarmiento de Beires, Tomás Colaço, Novais Teixeira e António Lerenó. Sempre que baixava ao Rio do seu refúgio em Minas Gerais, lá aparecia Georges Bernanos, apoiado ao bengalão com que certa manhã, no ascensor do Hotel Glória, amolgou as costelas a um compatriota partidário de Pétain. Formávamos então em semicírculo à roda de Bernanos. Suspensos da sua eloquência torrencial, a ouvir os cânticos da sua dor alternando com as explosões da sua cólera, nós tínhamos a revelação de que, no lavrante inspirado das páginas de *Sous le soleil de Satan* e *La grand peur des bien-pensants*, o homem e o orador superavam largamente o romancista e o polemista.

Decorridos os anos da ansiosa espera, iam despontar, com o verão de 44, as datas inesquecíveis de 6 de junho, a do desembarque na Normandia, de 19 a 24 de agosto, as da insurreição e libertação de Paris — “cette libération qui fit chanter des Marseillaises dans tous les pays du monde libre”. Geroges Bernanos festejou-as conosco, ora em casa do Câmara, ora na minha, ora ainda na de Charles Offaire, o editor da sua obra no continente americano durante o período da ocupação da França. Em junho de 46, o grande escritor regressou a

Paris, onde fui dar-lhe, pouco depois, num hotel de Saint-Germain-des-Prés, o abraço do reencontro que viria a ser, infelizmente, o do adeus derradeiro.

Câmara Pires ficara no Brasil. Só voltei a vê-lo em 58, quando fez, iludindo o dispositivo da PIDE, uma aparição meteórica aqui em Lisboa, onde eu estava também de passagem. Outros anos vieram, em que andámos por caminhos distantes, até que nos reunimos em Paris, no outono de 64. Se o rosto liso a que nos habituáramos surgia agora ornado dos fios prateados da barba cerrada, era a mesma a espiritualidade da fisionomia do nosso Câmara. Apenas um maior rigor na apreciação dos factos políticos traía as preocupações, evidenciava a consciência das responsabilidades do representante oficioso em França do Movimento Popular para a Libertação de Angola. No mais, não mudara, nem na simpatia irradiante, nem na distinção do porte, nem na delicadeza do trato, qualidades que só por si justificariam a sua designação para funções de natureza diplomática. Conversador ameno, gostava da boa literatura. Uma vez, como o saudoso Castro Soromenho, a quem muito prezava e admirava, lhe propusesse um texto de ataque ao colonialismo, feito sobre o joelho, o metuculoso Câmara não se conteve de exclamar: “Estes nossos escritores consagrados não passam afinal de uns pobres analfabetos!” Lancei o olhar para o romancista de *Calenga* e *Terra Morta*. Vi que sorria, desolado...

Infatigável no trabalho, Câmara Pires excitava pelo exemplo o zelo dos seus companheiros. Buscava o apoio das embaixadas africanas afetas ao MPLA, cultivava as amizades que espontaneamente se lhe manifestavam, valia-se da solidariedade dos partidos e de outros agrupamentos franceses anticolonialistas, esforçava-se por penetrar no reduto dos jornais de grande tiragem fechados à difusão de artigos ou simples notícias favoráveis à luta do povo angolano. Sem dinheiro suficiente para as despesas do posto a seu cargo, como havia de concorrer com o governo de Lisboa no suborno da chamada imprensa “livre”? Procurava ainda pelo aproveitamento de dedicações pessoais contrariar a ação dos serviços oficiais portugueses junto das autoridades e repartições francesas, mormente no setor policial, em que a PIDE e a *Sureté* se davam as mãos. Nunca desamparado da fé, convocava os mais variados auditórios para sessões de informação e esclarecimento. Manejava as estatísticas, utilizava os depoimentos válidos para destruir as contraverdades dos agentes das forças colonialistas internacionais. Aceitava a controvérsia. Seduzia pela verdade. Da França, que percorria de lés a lés, saltava à Itália, onde deixou impressão

profunda. Assim o ouvi ao democrata-cristão La Pira, o célebre síndico de Florença, e ao meu amigo Giorgio Doria, o militante comunista genovês, homem talentoso e de cultura excecional, a cujo prestígio entre as massas populares não foi estranha a circunstância de pertencer à ilustre linhagem do navegador Andrea Doria, almirante das frotas de Francisco I e Carlos V.

A delegação parisiense do MPLA estava instalada num mais que modesto rés-do-chão da rua Hippolyte Maindron, ao mesmo tempo residência de Câmara Pires e cenário das maravilhas da cozinha afro-brasileira com que ele regalava os convidados. Pousada dos camaradas que faziam escala em Paris, recurso dos que outro recurso não tinham, eram ali bem-vindos quantos batessem à porta. Pequeno se afiguraria o apartamento mas só a quem não soubesse medir-lhe o tamanho pelo ideal que o habitava e pela dimensão dos sentimentos fraternos que lá uniam os combatentes angolanos, moçambicanos e guinéus, os resistentes de Cabo Verde e S. Tomé, aos exilados antifascistas portugueses em visita. Guardo na memória, por entre as recordações mais intensas das horas vividas em Hippolyte Maindron, o meu casual encontro com Amílcar Cabral. Quando entrei, o *leader* do PAIGC preparava-se para sair. Trocámos rápidas palavras. As suas, muito singelas, bastaram para que eu me sentisse diante de uma personalidade invulgar, tanto é certo que a arte de exprimir ideias grandes com palavras pequenas não está ao alcance do comum dos mortais. Na noite seguinte, no baldado intento de prender Amílcar Cabral, que atravessara clandestinamente a fronteira da França, os *flics* irromperam na sala de um centro cultural dos Campos Elísios onde se realizava com observância de todos os preceitos legais uma assembleia de protesto contra o colonialismo. Essa violência inútil precipitou, contudo, o afastamento de Paris do chefe guinéu, impossibilitando a entrevista que me prometera.

Câmara Pires dava-nos, de quando em quando, à minha mulher e a mim, o imenso prazer de ir jantar à nossa casa, só ou acompanhado de Paulo Jorge. Recebemo-lo pela última vez em janeiro ou fevereiro de 1966. Não demoraria o seu internamento no Hospital Bichat por doença grave. Em março, vislumbrou-se a esperança de próximas melhoras. O otimismo dos médicos não teve, porém, a desejada confirmação. A 8 de abril veio a morte implacável, após uma agonia lenta, em que a minha mulher e eu, com outros amigos, o assistimos. Sofrera sempre sem um queixume. Não muitas horas antes de entrar em coma, ainda me recomendava que insistisse pela publicação no *Monde* de uma

notícia de interesse para o Movimento! Morreria como viveu, preso a um sonho que hoje se transformou em promissora realidade...

Por uma tarde húmida e fria daquele começo de primavera, umas dezenas de companheiros fiéis, um embaixador e outros diplomatas africanos, delegados de organizações políticas, jornalistas franceses e portugueses (ainda viviam Joaquim Novais Teixeira e José Agostinho das Neves) —, lá fomos, atrás de Paulo Jorge, acompanhá-lo ao cemitério parisiense de Thiais, no Val-de-Marne. Coberto de flores rubras e envolto na bandeira estrelada do MPLA, desceu por fim à terra — à terra da mesma e tão amada França, em que jazia trasladada do Brasil, havia já alguns anos, a colaboradora inteligente, a companheira devotada, Juliette de Caumont da Câmara Pires.

(Capítulo de um livro de memórias em preparação)

Jornal de Notícias, 11 de fevereiro de 1975, última página

Quem escreve nos jornais de Angola?

Luís Alberto Ferreira

*(Diretores refugiados — covardemente — na
África do Sul, enviam de lá... as linhas-mestras)*

Nenhum deles, a não ser por força de algum milagre, poderia dizer como Tasso: “Sou ambicioso, mas justamente, porque não tenho nenhum defeito que não seja moderado pela razão.” Nenhum deles. Toda a minha compreensão, a minha capacidade de compreender, fica a titubear perante o quadro gritante das novas formas de descaramento implantadas por certa imprensa reinante em Angola. Quando todas as forças naturais do território se erguem para reformular e salvar os valores duma sociedade, fazer uma sociedade nova, forjar uma nação, erguer uma pujante “linha de massas” — eis que certa imprensa radicada principalmente em Luanda reforça os seus propósitos de incitamento à escalada reacionária! É um descaramento inaudito o dos “barrigudos” que sempre fizeram jornalismo, em Angola, com a mesma “desenvoltura” de comerciantes dos musseques que nunca olharam a meios para, o mais rapidamente possível, cortarem a meta da fortuna.

Claro que os futuros países de língua portuguesa, tanto quanto as realidades de agora consentem o exercício duma inteligência realista, não podem, hoje em dia, gabar-se de viver o mesmo clima de “descaroçamento” ambiental que se vive em Portugal. A arrumação dos instrumentos revolucionários, em Angola especialmente, tem sido feita no meio de todos os inconvenientes que resultam da existência de três movimentos de libertação que acionam as respectivas alavancas sob o olhar guloso dos oportunistas e dos reacionários. A manutenção desse tipo de imprensa só se explica, em Luanda, pela intervenção crescente dos setores reacionários — e principalmente pela convivência de apregoadas forças libertadoras e nacionalistas que falam o “francês do Congo” e manejam dólares com arrogância nos tascos da periferia suburbana luan-

dense. Uma imprensa de inveterados bebedores de cerveja e devoradores de bons churrascos, “feita”, ao longo de décadas, com os governadores-gerais que de qualquer modo enchiam as algibeiras em nome da ideologia colonialista, uma imprensa de mercenários metidos até aos cotovelos no “negócio” dos “feijões brancos” (diamantes!), nos compromissos sujos com os “gigantes” insaciáveis da economia local, uma imprensa com diretores covardemente em fuga rumo à África do Sul e chefes de redação promovidos por influências alheias à rotina interna dos jornais — que espécie de imprensa pode ser? Que espécie de garantias oferece?

Quando se afirma, em rodas que se insinuam pela estultícia ou ânimo leve, que um ou mais jornais de Angola estão já nas mãos de certo núcleo dito “libertador do povo angolano”, compreende-se como é já considerável o avanço dos que querem entregar Angola a um novo colete criminoso de forças exploradoras. Daí que os cérebros do movimento de libertação de vanguarda não devam mais transigir — não devem mais consentir tréguas na denúncia dos “barrigudos” e nas operações de mobilização de massas apontadas a uma futura nação de feições populares.

Jornal de Notícias, 15 de abril de 1975, última página

Angola: o opróbrio

Luís Alberto Ferreira

(Os terríveis caminhos onde a teoria revolucionária “chora” lágrimas de sangue)

Não serei eu a “ordenar” que os nacionalistas angolanos, os verdadeiros, e os progressistas de dentro e fora do espaço português ou universal, avancem numa determinada direção para acabarem com a série de crimes que traz os cidadãos aterrados. “Eu cá, dizia um médico angolano que «comeu pedras e arames» no tempo da guerrilha, estava mais seguro antigamente, no emaranhado das matas, do que hoje em pleno dia numa rua de Luanda”. O médico, nacionalista angolano, disse isto em Lisboa, em trânsito para Argel.

O significado destas palavras, deste desabafo, entendem-no depressa e bem os que têm conhecimento concreto da presença em Angola de umas largas dezenas de mercenários portugueses que entraram descaradamente pela porta grande das misteriosas conveniências e dos inexplicáveis silêncios. Inexplicáveis?...

Estão por lá, queimando-se, bronzendo-se risonhamente ao sol do Musulo e da Corimba, comendo a boa lagosta, o bom churrasco, António Espírito Santo Silva e sua comitiva. O grande “democrata” não quis deixar de ir juntar-se aos pobretanas, aos desgraçados de pé descalço da terra angolana, num gesto ímpar de verdadeiro internacionalismo proletário. Admirável, sem dúvida.

De Espanha e do Brasil chegam constantes reforços a Angola. “Está lá? Luanda? É Diogo Neto? Como se sente, como se dá com esses ares? — Magnificamente. Angola tem cá um desses senhores futuros... — Obrigado, sr. Diogo, estou mais descansado, agora já se explica”.

Já era tempo. Finalmente, sabe-se para onde caminha Angola, conhece-se o lindo destino que aguarda o proletariado angolano, ou se preferirem o proletariado de Angola.

Fico a refletir.

Porque, tudo — mas tudo — pede reflexão. E já não sei em que ponto de Angola seria possível, neste preciso instante, proferir de “viva voz” estes considerandos: “Mais do que nunca na história da nossa luta o esforço principal deve partir de nós próprios. Somos nós que fazemos a nossa História. A chave da vitória reside sobretudo na unidade do povo e na unidade do movimento. Neste momento, o dever mais urgente de todos nós, enquanto cidadãos e enquanto militantes, é de trabalhar para esta unidade. A divisão apenas poderá trazer a derrota.”

Angola é, neste momento, o opróbrio que chicoteia a dignidade de qualquer cidadão interessado, comprometido, na tarefa transcendente de ser justo, de ser corajosamente solidário onde a razão e o coração e a inteligência o reclamam.

Expresso, 19 de abril de 1975, p. 10

O MFA e os movimentos de libertação

Robert Keith Middlemas

Para um estrangeiro, o MFA é uma permanente fonte de interesse, muito especialmente para mim como historiador e cientista político, pois me permite fazer comparações e observar as suas diferenças etapas. Motivo de especial interesse é o que se passa aqui para quem pôde observar de perto o processo que se desenvolve em Moçambique e a interação de forças diversas sobre um movimento de libertação.

Perguntei pois a mim próprio não só qual o significado histórico do MFA mas também como será possível comparar este movimento com movimentos que conheço, como o da FRELIMO. Este é um ponto de partida diferente do que seria uma simples análise do momento eleitoral.

A origem dos movimentos é bastante diferente. O MFA tem uma base militar comum e uma mesma origem de classe. A FRELIMO integra intelectuais, operários e camponeses. Este aspeto do MFA dá-lhe uma força básica que lhe permite ultrapassar a diversidade de opiniões e lutas por liderança no seu seio. A experiência coletiva tem ajudado a criar chefia coletiva sem os conflitos que quase destruíram a FRELIMO em 1968/69.

Mas há ainda outra diferença. O MFA não passou dez anos a lutar do exterior. Isto significa que não existe uma herança de amargura em setores da população antes fiéis ao velho regime. Não há comparação entre os fascistas e os conspiradores do 28 de Setembro e do 11 de Março e os numerosos grupos tribais de Moçambique que permaneceram leais a Portugal até à revolução. Não tem havido mortes a lamentar, apenas há a PIDE e a Legião a serem julgadas por crimes universalmente considerados como tais.

O MFA não precisava, por outro lado, de suporte externo, como o que a FRELIMO teve da China e da Rússia. Daí que tivessem as mãos livres para estabelecer relações internacionais sem terem mortos ou crimes a resgatar. E não há nada que justifique a intervenção de poderes estrangeiros contra os

verdadeiros interesses de Portugal. Numa crise económica o governo pode pedir auxílio igualmente a Leste e a Oeste.

Porque o MFA era, por profissão, o representante do estado português e não era aliado de nenhum regime anterior, não tem o problema da FRELIMO que consiste em ultrapassar filiações linguísticas, regionais e tribais. Este parece-me ser o sentido das palavras do Programa do MFA ao referir “os mais altos interesses da nação”. Isto permite ao MFA esquecer (em teoria) o período fascista. A FRELIMO tentou fazer o mesmo nos acordos de Lusaca ao estabelecer a diferença entre os atos do governo fascista e do estado português.

Estamos a chegar mais perto do ponto de comparação. O MFA chegou ao poder com um Programa mas sem uma ideologia desenvolvida; definia objetivos mas não meios e métodos. A sua intenção era simplesmente restaurar a liberdade e permitir aos partidos políticos desenvolverem-se no sentido de uma democracia plena e consciente. Infelizmente os partidos falharam. Primeiro, quanto à descolonização, depois quanto às medidas económicas, campos em que foi preciso a intervenção do MFA. O próprio MFA não tinha uma ideia clara das dificuldades de educação política da população e do tempo que será necessário aos partidos para começar a portar-se de maneira responsável. Como resultado, o MFA enfrenta agora três crises, todas elas comuns a todos os movimentos de libertação.

Primeiro, uma crise de autoridade: uma vez destruída a velha autoridade e iniciada a democratização do processo de governo mas sem a proteção do partido único que a FRELIMO pode permitir-se, veem-se a braços com o problema de restaurar suficiente autoridade que lhes permita governar. No interior das Forças Armadas, por exemplo, isto levanta uma questão ideológica profunda que é a de optar pela constituição de um exército profissional ou de um exército popular.

A nível da autoridade na vida civil, o recomeço dos conflitos entre partidos levanta o problema partidário numa altura em que a opinião pública não está ainda pronta para isso. É difícil encontrar a linguagem e os símbolos que apelen politicamente para os não educados e para os ideologicamente experientes. Assim aconteceu também com a FRELIMO em Moçambique. Ao mesmo tempo, o banimento de partidos dos extremos (teoricamente, embora não na prática, opostos aos ideais democráticos) tem o seu paralelo em Moçambique

onde Machel denunciou as tendências reacionárias da direita e da extrema esquerda.

Há ainda a possibilidade de que as presentes eleições ou não sejam um indicativo real da popularidade do MFA ou revelem uma maioria potencialmente em desacordo com as medidas económicas necessárias. O almirante Rosa Coutinho sugere a formação de um novo partido que represente um suporte de massas ao MFA o qual permitiria criar uma base de consenso que noutras democracias levou séculos a atingir.

Nenhum país pode isolar-se da economia mundial. Tal como os movimentos de libertação, o MFA está de acordo quanto aos objetivos a longo termo mas menos quanto aos meios e prioridades no caminho para o socialismo.

Eles têm de ter em consideração o valor do escudo, a quantidade de reservas, a confiança internacional e, internamente, o nível de vida e a liquidez industrial. Em Moçambique, a FRELIMO teve de entrar em compromisso com o capitalismo sul-africano assim como com a economia mista na Zâmbia. Quer Portugal se defina como país subdesenvolvido ou não, tem de comprometer-se com a CEE, encontrar formas de entendimento com os árabes e terá ainda de criar uma zona de cooperação económica em África. O MFA tem de conseguir, internamente, um consenso contrabalançando o desemprego com congelamento de preços e, no entanto, ao mesmo tempo, promovendo o investimento industrial. Todos estes são sem dúvida problemas tão difíceis que até uma democracia evoluída como a britânica parece não ter conseguido resolvê-los.

Resta agora definir a nova posição de Portugal no mundo. O MFA não precisa, como acontece aos movimentos de libertação, de decidir se vai ou não utilizar a língua portuguesa, mas uma redefinição é tão difícil num caso como no outro. A imprensa estrangeira vê deficientemente muitos aspetos por se concentrar no “perigo comunista”, o qual, se é verdade que talvez exista, tem sido com certeza muito exagerado — e também no “perigo da ditadura militar”. Já é tempo de dar importância, não a questões de personalidades, mas aos reais objetivos do MFA para os próximos 3 a 5 anos.

Isto deve interessar aos países estrangeiros porque Portugal continua a ser vitalmente importante para a Europa. O investimento colossal em África nos últimos anos de império colonial precisa de ser mantido, embora sob condições diferentes e Portugal tem aí um papel vital a desempenhar, como mediador

entre a Europa e os países africanos independentes. Não oferecendo embora o leque de serviços que oferecem a França e a Grã-Bretanha, Portugal pode satisfazer as necessidades de Moçambique e Angola, especialmente em associação com o Brasil. Resta igualmente ver se Portugal conseguirá sair do campo de relações limitadas em que se movia para estabelecer laços com países como Argélia e os outros países árabes. Mesmo que daí não advenha uma chuva de petrodólares, adirão vantagens económicas úteis no caso de Portugal se afastar do Mercado Comum, concentrando-se numa indústria baseada no trabalho em vez de uma indústria baseada no capital. Finalmente, como membro da NATO, Portugal pode ter uma influência decisiva na segurança europeia. Do mesmo modo que a FRELIMO alterou a geografia política da África do Sul ao chegar ao poder, também Portugal, embora mantendo-se fiel aos seus compromissos com a NATO, pode participar numa renegociação dos princípios da NATO com resultados de largo alcance.

Lembro o que disse o primeiro-ministro britânico Arthur Balfour ao serem-lhe cometidas várias tarefas impossíveis: “Isto é assunto para um diplomata qualificado”. O MFA não é composto de diplomatas embora se possam ter tornado por necessidade. Precisam do apoio dos partidos, em clima de harmonia, ao longo dos próximos anos e de grande compreensão do estrangeiro. Esperemos que os verdadeiros amigos de Portugal se revelem verdadeiramente como tais e deem conselhos e apoio quando necessário, não interferindo nem fazendo jogos políticos dentro de Portugal.

(Traduzido a partir de um depoimento falado)

Jornal de Notícias, 20 de maio de 1975, última página

Porquê a sanha de “desbandeirar” o MPLA?

Luís Alberto Ferreira

(O percurso reacionário é muito concreto nas suas amostras. A vigilância revolucionária tem de ser muito mais concreta a caminhar e a realizar)

A corcova da falsa democracia de alguns sujeitos disparados, em grande velocidade, à conquista de posições “seguras” (comida, carro, dinheiro na “Caixa”, amigos na faixa política dominante e, claro, emprego inabalável), começa a oscilar. É uma corcova farelácea, ao fim de algum tempo — o que permite fáceis e decisivas tarefas de laboratório. Examina-se o farelo e vê-se logo a proveniência de certos “golpes”, de certas jogadas pelintras, mal carpinteiradas, pela simples razão de que não é da manhã para a noite que se constrói a compleição de um homem digno, coerente, honesto, corajoso. As pessoas sabem que a robustez de uma construção democrática passa pelo “instinto selvagem” da vocação e mergulha, depois, na intensidade de uma vida “conseguida”, marcada por um constante sentimento de luta e de desafio, esborratando os punhos dos sistemas opressores, seguindo em frente sem medo da fome, sem medo das entalações mordentes impostas por certo tipo de seletividade social. O “bicho” e o sangue da democracia não assenta em quaisquer veias. É por isso que não há democratas feitos à pressão capazes de resistirem à possança das exigências de um povo que tem andado à procura de ser gente, à procura de saber, até, um pouco de si mesmo, do meio em que respira, em que nasce, em que morre.

As advertências da História de Angola estão, hoje mais do que nunca, chamando com voz dramática de urgência a capacidade de entender do povo português. E a longa rede rodoviária dessa capacidade não dispensa, fatalmente, os jornalistas que já eram democratas. Estes têm de estar, obrigatoriamente, na primeira linha da notícia, da entrevista, da crónica, do trabalho de análise

— do trabalho de militância. O caso de Angola não pode, pois, prestar-se a manobras (de postergação descarada de muitas verdades essenciais) praticadas por elementos sem uma fecunda tradição democrática, de luta autêntica pelas liberdades fulcrais dos povos de toda a parte. Nós conhecemos, em Portugal, as movimentações do verdadeiro inimigo. Sabemos quem é, de facto, o inimigo — e essa noção é tanto mais nacional e universal quanto mais acompanharmos e analisarmos as maquinações tenebrosas do agressor que se abate, criminosamente, sobre o povo angolano. As tarefas de elucidação, de esclarecimento viril que muitos de nós andamos a estimular junto das populações devem ser secundadas por uma intervenção vigilante, sempre realista, junto de quem “elucida” e de quem “informa”. Há entrelinhas secas, breves, furtivas, que chegam para envenenar milhões de almas que até há bem pouco tempo eram dadas como incultiváveis, como irrecuperáveis para um património mental. Há uma rasteirinha e fugitiva dubiedade (no modo de levar certas pessoas a falar, a exprimir-se), que pode somente favorecer a trepadeira acácia onde se agarram os mal-avisados que se dizem objeto da “ternura” da UNITA e da FNLA e, ao mesmo tempo, abocanham, tenazmente, com verdadeira paixão reacionária, o único movimento de libertação votado às ingentes tarefas de promoção do povo angolano, o MPLA — mais uma vasta fonte de nutrição do anticomunismo da burguesia contrarrevolucionária no espaço de língua portuguesa.

Porque, meus amigos, o problema não é outro, não é, de facto, outro. A burguesia corcovada e insulcada de verdadeiro amor universal, padecente de verdadeiros sobressaltos revolucionários no domínio do puro internacionalismo proletário, é igualzinha numa esquina barulhenta de Madrid, numa esplanada de Nice, numa artéria qualquer de Lisboa ou do Porto — e em qualquer círculo da vida de Luanda, da capital do Bié ou da velha cidade de S. Filipe de Benguela. Nesses meios há redutos burgueses duma ferocidade total e duma estupidez inultrapassável. Em Luanda, a classe bancária fornecia abundantes reformistas, todos eles ultrapassados pela realidade sociopolítica angolana, quando os nacionalistas se abeiravam da convicção de que só a luta armada criaria uma “situação vital”. Hoje, a mesma classe bancária, quando não fornece reacionários com intervenção material concreta, oferece ao espaço português reacionários de falas mansas, preocupados com os seus ordenadões, com as suas férias gordíssimas em Portugal e na estranja, com as compras

luciluzentes no Chiado e na “Gran Vía”, preocupados de igual modo com o problema futuro da criadagem, dos moleques hoje acusados de “insuportáveis”.

O conhecimento desta realidade vale por um apetrechamento invejável no campo da luta contra os apalancados do capital — porque, de uma vez por todas, Angola, os seus perigos, as suas contradições locais, estão hoje na linha axial da revolução portuguesa, sempre que entendermos esta como uma revolução total.

Diário de Notícias, 14 de junho de 1975, p. 3

Camarada Gica

Mário Ventura Henriques⁷⁶

O camarada Gica – como era fraternalmente tratado pelos seus companheiros de luta — tombou há dias no território de Cabinda num recontro com homens da FNLA. Morreu como vivera nos últimos dez anos: a combater pela liberdade e pela independência do seu país. Os jornais portugueses noticiaram a sua morte, identificando-o como “elemento destacado do MPLA”. Não diziam mais nada.

Não diziam, por exemplo, que o camarada Gica viveu em Portugal, estudou Medicina em Coimbra, lutou ao lado dos antifascistas portugueses contra a ditadura salazarista e contra a dominação da sua pátria, e acabou por fugir, a bordo de um pequeno barco de pesca, ao encontro dos seus compatriotas.

O camarada Gica era, pois, um dos nossos, compreendia, como muitos dos seus companheiros, que as lutas de libertação dos povos português e angolano eram inseparáveis, obrigando a um conhecimento mútuo e profundo e a uma constante solidariedade. O 25 de Abril veio demonstrar, com efeito, que estavam certos os homens do MPLA, ao reconhecer que o inimigo não era, nunca foi, o povo português, tão oprimido, aviltado e vilipendiado como o povo angolano. Só por isso, o movimento de Agostinho Neto merece o nosso apoio e o nosso reconhecimento, porque também ele contribuiu, com o esclarecimento ideológico e ação prática, para a nossa própria libertação.

Mas a morte do camarada Gica é um caso apenas, entre muitos outros que estão a ocorrer diariamente, que deve constituir, para nós, portugueses, motivo de dor e de reflexão.

No Uíge, por exemplo, o camarada Aurélio Ferreira⁷⁷, outro “elemento destacado do MPLA” foi selvaticamente torturado e executado, enquanto sua mulher implorava desesperadamente o auxílio dos militares portugueses. O cabe-

⁷⁶ Mário Ventura Henriques (1936-2006) foi um jornalista e escritor português.

⁷⁷ Aurélio Ferreira Viegas, membro da comissão diretiva do MPLA no Uíge.

lo e a barba de Aurélio Ferreira foram-lhe friamente arrancados e passeados em triunfo pelas ruas da vila, num macabro cortejo de ódio exterminador.

*

Estes dois casos simbolizam bem, a nosso parecer, o dilema que se coloca agora a todos os portugueses conscientes e responsáveis: a amizade ou o ódio, a solidariedade ou o abandono, a civilização ou a barbárie, a verdadeira independência ou a passagem a novas submissões.

Não há, neste momento histórico em que vivemos, nem compromissos nem ambições que justifiquem a neutralidade suspeitosa perante o drama que ameaça destruir um novo país. Estaríamos a fugir, acima de tudo, ao dever de intervenção ativa que temos para com o povo angolano e, também, para com os seus representantes que melhor demonstram a sua vinculação a Portugal. Em nome deste princípio, não é coerente nem moral levar às suas extremas consequências o processo revolucionário em Portugal, e ao mesmo tempo permitir que forças bem conhecidas destruam a verdadeira revolução angolana.

Com a morte dos camaradas Gica e Aurélio Ferreira — dois apenas entre muitos outros —, são alguns dos nossos que desaparecem. E isto deve levar-nos a refletir. Para além de todos os compromissos. Para além de certas ambições.

Jornal de Notícias, 15 de julho de 1975, última página

“Angola: com o coração nas mãos”

Luís Alberto Ferreira

(As novas contradições do “savimbismo”. Onde a botifarra de “uma certa guerrilha” pretende estabelecer forças fundamentais da vanguarda revolucionária)

Um magro envelope anónimo trouxe-me, pelo correio, de Angola, o recorte de jornal (*O Comércio*) que encerra o longo discurso proferido por Jonas Savimbi, no Lubango, na primeira semana deste “quentíssimo” (para os angolanos) mês de julho de 1975. Trouxe-me o recorte enviado por mão anónima — e trouxe-me outra vez — a convicção defendida na minha recente série de crónicas “Angola: com o coração nas mãos”. Ou seja, que as contradições de Savimbi chegam a ser desconcertantes e que os seus impulsos palratórios confundem com a maior das facilidades os pobres diabos que não sabem como hão de permanecer em Angola com todas as garantias suculentas da amamentação colonialista, cheia de abusos criminosos.

Começo por tentar avaliar o número e a natureza das combinações reacionárias que explicam o envio deste recorte de jornal, de um jornal que “trabalha” para a UNITA, de um jornal reacionário, tal como o outro matutino que por lá se publica. A prosa de Savimbi corre torrencialmente nos circuitos onde a contrarrevolução angolana sempre teve alimento garantido. Os taxistas e os comerciantes, os mercenários, os perigosos iletrados, até as prostitutas que infestam as *boîtes* e os bares do território, berraram abundantemente a sua adesão à UNITA, mas toda a gente deve recordar-se das acusações ultimamente feitas a propósito de mais um caudaloso discurso de Savimbi. Acusava-se o dono da UNITA de andar a driblar os homens de raça branca falando no dialeto que constitui a sua especialidade: “Savimbi quando fala dos brancos que estão em Angola diz uma coia em português e depois diz outra muita diferente...

em umbundo”. Afinal como é? Savimbi anda de facto a enganá-los, a driblar, ele próprio, esses perigosos aderentes, essa legião de oportunistas — ou “eles” andam a ser ingratos, andam a abocanhar sem razão o seu “salvador” e protetor?

No tal discurso do Lubango, Savimbi clamava a certa altura: “Até ao 24 de abril de 1974, qual o progressista que se levantou no Lubango, em Luanda, em Nova Lisboa, pedindo a independência desta terra?” A insinuação é grosseiramente demagógica, oportunista e reacionária. Savimbi pretende assim escamotear e esbotoenar uma série de valores de ordem moral, pretende pisar com a botifarra de “guerrilha”, da “luta de libertação”, os serviços, os sacrifícios, as abdições e os rasgos de generosidade que dimanaram de outras formas de luta de outros angolanos, certamente não tribalistas, certamente não enlameados por nenhuma espécie de convivência mortífera para muitos e muitos dos seus compatriotas. Eu já não pergunto ao *leader* da UNITA se foi em Sá da Bandeira, em Benguela ou em Luanda, à luz do dia, que ele, Savimbi, com a farda de “libertador”, disse na cara das hostes colonialistas e opressoras que pretendia a independência. Se foi na Avenida Salvador Correia que ele começou a... “luta de libertação”. Se foi na “Baixa” de “Nova Lisboa”, centro reacionário onde conta com milhares de amigalhões, que ele desatou aos tiros para “libertar” o “seu” povo. Seria comoventemente irrisório esperar uma atitude ebulliente do pacato funcionário pequeno-burguês, de fatinho dominigueiro, dos bairros do Montepio Geral ou da Caixa Económica. Só que daí saíram os filhos, muitos dos que figuram na vanguarda revolucionária, sem “umbundices” separatistas, sem falsas conversas intercessoras, sem caramboles permanentemente entediadas com o “ideal da Paz”, sem o tem-te-não-caias duma longa e pastosa cilada política. E se muitos outros não estiveram na mata já morreram inocentemente, em pleno dia, nas suas casas, ou nas ruas dos subúrbios de Luanda, surpreendidos pelas “morteiradas”, pelas “bazucadas”, ou então correndo a corpo limpo ao encontro dos reacionários e do invasor.

É muito cómodo andar escoltado, viajar, proferir discursatas e falar de Paz e de concórdia. Também é cómodo atacar os estudantes progressistas quando se procuram formas implacavelmente separatistas. Difícil é mostrar o que é a prática real e o que é que a prática real aconselha nas horas verdadeiramente decisivas que Angola está a atravessar.

Diário de Notícias, 17 de julho de 1975, p. 3

Em Luanda e Rio Maior

Mário Ventura Henriques

Entre Luanda e Rio Maior⁷⁸ a reação estendeu um eixo de esperança. Os dois extremos tocam-se: têm a mesma origem e o mesmo fim: destruir a revolução portuguesa e garantir a permanência de uma ordem tradicional. São estranhos e imprevisíveis os meios a que se pode recorrer para impedir o avanço da Democracia em Portugal. E todos os dias, por força das circunstâncias e dos homens, se oferecem à reação novos pretextos e mais fortes recursos.

A história dos últimos dias constitui um exemplo flagrante, mas pouco considerado por quem deve estar atento, dos triunfos inesperados que se podem oferecer à reação. A divisão das forças progressistas, com origem na luta anti-democrática pela hegemonia partidária, constitui o prémio mais apetecido pelas camadas reacionárias e provoca um avanço contrarrevolucionário que encontra, da nossa parte, uma singular apatia e o natural desencanto de quem já se sente perdido.

Rio Maior, acidente geográfico num país que se interroga, confuso e aturdido, é apenas um sintoma da forma atrevida e audaciosa como a reação se prepara para aproveitar a ocasião há muito aguardada. Culpar pelos incidentes os caciques locais, os comunicados partidários ou o alheamento das autoridades, é situar erradamente o problema no seio de uma terra simpática e de uma gente pacífica. É supor, falsamente, que a reação escolheu Rio Maior para desencadear hostilidades, quando apenas a utiliza como motivo de diversão para uma manobra mais vasta e tenebrosa, que decorre tanto nas ruas de Lisboa como nas de Luanda.

⁷⁸ Alusão ao início da vaga de violência do chamado Verão Quente de 1975. Na tarde de 13 de julho, em que eram esperados militantes comunistas para uma reunião no Grémio da Lavoura, foi posto a correr o boato de que o PCP iria ocupar o organismo corporativo. A população foi mobilizada contra as forças revolucionárias, os vespertinos de Lisboa foram queimados e as sedes do PCP e da Frente Socialista Popular foram assaltadas e incendiadas.

Se ocorrem tais coisas em Rio Maior, procurando envolver a sua laboriosa população, é porque alguma coisa apodrece em todo este reino, no momento preciso em que se luta contra a gangrena do passado. A reação nacional não são (apenas) os caciques locais, da mesma forma que a reação internacional não se serve (só) dos agentes da CIA. Ver assim é abusar de uma lamentável e trágica miopia, é — pior ainda — fechar os olhos para os verdadeiros e mais extensos perigos que preparam o salto sobre a revolução portuguesa — enquanto discutimos a cor das bandeiras e o talhe dos uniformes.

Em Angola, porém, a reação — talvez porque dispôs sempre da maior liberdade após o 25 de Abril — não se limita a forjar sintomas. Ela iniciou há muito o seu ataque, instalando uma testa de ponte da infiltração reacionária em Portugal, que passa naturalmente pela eliminação do MPLA. Todas as suas arremetidas na sacrificada ex-colônia se repercutem de imediato em Portugal, da mesma forma que todas as nossas crises políticas determinam, em geral, novos avanços dos reacionários angolanos.

Estes reacionários angolanos, quem são? Há muito que estão perfeitamente identificados, e só uma inexplicável tolerância — que em certos casos mais parece cumplicidade — permite ainda designá-los por “patriotas”. São os mesmos que, há cerca de quinze anos, a UPA, como em época mais recente, a UNITA, preferiram aliar-se aos colonialistas para combaterem o verdadeiro representante do povo angolano, o MPLA, em vez de lutarem ao lado da oposição portuguesa ao fascismo. O próprio ex-general Spínola já os conhecia, e por isso os chamou e acolheu pela forma como sabemos, com a consciência de que, ao fazê-lo, servia generosamente os grandes interesses do imperialismo, cobiçosamente preocupados com o destino de Angola.

Numa fase posterior, a cimeira do Alvor foi a consagração do errado princípio de que em Angola tínhamos de juntar três movimentos de libertação que não conseguiam entender-se. Apanhado o comboio em andamento, à velocidade que Spínola lhe imprimira, e receando-se o risco da queda, optava-se pela solução mais confortável, pelo menos de momento, mas historicamente errada. Pela primeira vez, porém, num processo de descolonização que se apresentava promissor, os verdadeiros revolucionários portugueses cometiam um erro grave: ignoravam deliberadamente que só uma organização política poderia conduzir, na unidade e no progresso, a luta do povo angolano, e ao mesmo

tempo constituir a base de um sólido e autêntico apoio à democracia portuguesa: o MPLA.

Não somos nós os autores desta tese, e muito menos os seus únicos adeptos. Basil Davidson, insuspeito defensor da luta do povo angolano desde 1954, salientou-o ainda há pouco no *Afrique-Asie*, ao dirigir um dramático apelo às forças progressistas internacionais para que apoiem a luta do MPLA. Partir da hipótese — dizia ele — de que a FNLA ou a UNITA querem, ou podem, combater o neocolonialismo, “é tolerar a conspiração que visa assassinar a independência de Angola, e nela participar como um imbecil, ou como um pobre diabo, utilizado por espertalhões com fins que ele não entende, mas que condenaria se entendesse.”

Os factos seguintes deram razão a esta visão realista dos acontecimentos. Institucionalizados na condição de libertadores de Angola, graças a um descolonizador ansioso por concretizar a independência, a FNLA e a UNITA adotaram — com o apoio de alguns amigos portugueses — o procedimento que levaria a ex-colónia à situação de base da reação contra Portugal. Para ambos os movimentos, o MPLA é um acidente transitório que a todo o custo importa afastar do caminho, ainda que para tanto seja necessário cindir o território de Angola em duas ou mais parcelas — reservando-se a FNLA, naturalmente, a parte norte e o respetivo enclave de Cabinda.

Com a vista nestes objetivos, e em nome do povo angolano, não se hesitou, nos últimos meses, perante a nossa perplexidade, em aterrorizar, torturar, exterminar, numa exibição de horrores que não encontra paralelo em todo o longo período da guerra colonial. E tudo isto perante a tolerância compassiva de quem se sente impotente para promover a volta de mar que implantaria a verdadeira independência e o verdadeiro progresso sobre a terra de Angola.

Em entrevista recente — já publicada na imprensa portuguesa —, Agostinho Neto acusava mais uma vez as autoridades portuguesas de estarem a facilitar a vitória de um regime de terror, ao mesmo tempo que chamava a atenção para esta verdade elementar: a vitória da reação e do imperialismo em Angola, por intermédio de Holden e de Savimbi, representa a derrota rápida do próprio combate libertador do povo português. Angola — alertava Neto, dramaticamente — é hoje um teste decisivo que determinará o próprio futuro do MFA e da revolução portuguesa. “Uma Angola cativa — dissera antes Basil Davidson — tornar-se-á a melhor via, e sem dúvida a única via exterior, para destruir

os objetivos da revolução portuguesa. Os revolucionários portugueses, que evitam hoje ajudar o MPLA, e que se contentam em deixar as mãos livres aos seus inimigos, estão em vias de cavar a sua própria sepultura.”

Durante os últimos meses de terror instaurado pela FNLA, nunca se falou em intervenção dos “capacetes azuis” na terra martirizada de Angola, mas sim, e apenas, na via das conversações — que não passaram, ao fim e ao cabo, de um adiar das situações de confronto. Por isso nos surpreendeu, e entristeceu, a referência muito precisa ao “auxílio” da ONU, no exato momento em que o MPLA contra-atacou em força para expulsar de Luanda os causadores deliberados de um clima de terror e de perturbação. Ainda aqui, o movimento de Agostinho Neto lutou uma vez mais, como ao longo dos últimos quinze anos, pela liberdade e pela independência do nosso próprio país.

*

Em Luanda, como em Rio Maior — urge compreendê-lo — a reação escolhe caminhos ínvios e tortuosos. Num lado como noutro, a indiferença ou a passividade são criminosas, Empenhemos todas as nossas forças para salvar a liberdade conquistada — e apoiemos por todos os meios o único movimento que, em Angola, luta igualmente pela nossa revolução.

Expresso, 19 de julho de 1975, p. 10

Angola e a revolução portuguesa

Manuel Lucena

Costuma dizer-se que o destino da revolução portuguesa está intimamente ligado à descolonização. Diz-se muito mas talvez se pense pouco. E tem sido uma verdade vaga, por vezes usada como mentira. Urge trocá-la por miúdos, numa altura justamente em que Angola arde; e em que os fados, por cá, também nos adejam em torno.

1. Da imprevisão

a) É desejável que os movimentos de libertação angolanos consigam entender-se, de modo a se dar início a uma transição relativamente ordenada e pacífica. Assim o queiram. Mas já não podemos (como no fundo não podíamos) contar com isso. A experiência manda que se considerem as conversas entre eles e os eventuais abraços, como pausas táticas, preparatórias de futuras investidas. Isto até prova em contrário — e oxalá venha ela.

b) Este nosso obrigatório ceticismo também deve ser ativo. Prevê-se para prover. E Portugal será severamente corresponsabilizado, com inteira justiça, pelo que continue a suceder num território que ainda está sob a sua alçada. Lançarmos depois todas as culpas para cima dos movimentos desavindos, acicatados pelo singular ou plural imperialismo, seria uma saída de bastante mau pagador. E não pegava. Estamos mais do que avisados. E o que se nos pede é que nos antecipamos enfim aos acontecimentos, para que não sejam só desgraças.

c) Tal se pede sobretudo ao poder revolucionário português. Que se decida relativamente a Angola. Não tem outra maneira de merecer o nome nem de salvar a prometida revolução. Para nada dizer da cívica moral, coitada.

d) Porquê? Um colapso angolano teria um destes efeitos sobre a revolução portuguesa: estragá-la por dentro ou dar com ela redondamente no chão. Obrigaria à pior das ditaduras revolucionárias (a de incompetentes), se não chegasse

se para repor direitas duras. E quiçá uma coisa levasse à outra, para fartar vilanagens.

Há que evitar ambas.

2. Contra a falsa prudência

a) Angola dá muitas centenas ou mesmo milhares de mortes, frequentemente atroz, por cada acesso da discórdia. E os feridos, os desalojados. Donde o justificado pânico de todas as populações afetadas. Na população branca, esse pânico origina a tendência ao regresso em massa à metrópole. E não parece que alguns panos quentes, novas promessas verbais ou até uma acalmia, cheguem para restabelecer a confiança. Considere-se, ainda, além da segurança das pessoas, o caso de uma mínima garantia dos bens. Conclusão: sem uma eficaz garantia político-militar (portuguesa) o êxodo consumir-se-á.

Ora não parece que a nossa frágil economia metropolitana possa acolher decentemente os regressados. O desemprego não esperou por eles para grassar. E teme-se que, com eles, doa a dobrar. Ou seja, entre outras coisas, que duplique a sua taxa, tornando-se insuportável.

Outra consequência de um retorno maciço dos colonos seria política: sintoma malsão de um fracasso, os regressados viriam engrossar a oposição ao atual regime e fornecer-lhe alguns argumentos como punhos, de difícil resposta.

b) Face a tudo o que precede era natural, para não dizer inevitável, que a revolução portuguesa, para não ser vencida, fosse levada a dispensar de vez as liberdades políticas, que já andam aliás a periclitar. Além das liberdades ditas burguesas, muito teria de sacrificar e reprimir os próprios trabalhadores, a começar pelos desempregados.

c) Acresce o seguinte: que sem uma decidida intervenção nossa, os movimentos nacionalistas angolanos se arriscam a entrar numa verdadeira e própria guerra civil. Ora nenhum deles parece capaz de controlar a totalidade do território. No horizonte da guerra civil estão portanto a amputação ou a balcanização de Angola, porventura definitivas.

Chegados a este passo, convém lembrar o quanto a unidade de Angola é preciosa para Portugal. Uma grande colónia deve dar um grande país. Em dela se fazendo outra coisa (como umas taifas agitadas) prestar-se-á um mau

serviço à África. E mais: perder-se-á o *pivot* da nova lusofonia, dessa posteridade cultural e nexos geopolítico que é a grande justificação, bem vistas as coisas, da nossa própria independência nacional.

Parecem esquecidos disto alguns dos que levam a vontade de nos distinguir da Europa até à veleidade de nos separar dela. Curioso lapso.

d) Confesso ou camuflado, um desempenho português em Angola teria assim duas consequências na revolução portuguesa, a supô-la durável: desmaio das liberdades e diminuição da independência nacional. Eis o que só poderia aproveitar a socialistas autoritários e inseridos na estratégia mundial de uma grande potência. Desde logo se pensa aqui no PCP, publicamente contrário a envolvimento angolanos de envergadura. Bom, não vale a pena invetivar. Apenas se refere uma específica e potencial coerência internacionalista, aparentemente contrária ao programa do MFA. Quem não queira cometer graves pecados de inocência política tomará isto na devida conta.

e) Uma postura atentista e de sistemática timidez em Angola poderá estar na convergência do comodismo mais terra a terra com o sonoro princípio de que a cada povo cabe escolher entre a concórdia e a discórdia civil; e com desígnios planetários alheios, para os quais os portugueses e os angolanos não passam de peões. Após catorze anos de combate estéril, bem se compreende agora que os de cá desconfiem de quem os leve a lutar pelos de lá; e até prefiram gritar pelas ruas de Lisboa “que viva o MPLA e que se agunte”, ou nem isso. Mas trata-se de um erro grave. Em Angola, os portugueses ainda têm mas é muito que fazer por si próprios. E em nada querendo arriscar, petiscarão o que atrás se viu: desemprego e pranchadas não tarda um rufo. Com a falsa prudência o nosso mal é certo. Antes as incertezas de um esforço honrado.

3. Princípios de atuação em Angola

a) A fórmula da “neutralidade ativa”, pela qual se define oficialmente a posição portuguesa em Angola, pode manter-se porque serve para tudo. Qualquer dos seus termos pode comer o outro, consoante as circunstâncias. Mas um correto entendimento não deve derivar ao sabor das ondas. A neutralidade apenas significa que Portugal, enquanto estado, não tem que optar ideologicamente entre os movimentos de libertação, jogando a favor deste ou contra aquele. Mas “ativa” quer dizer que o nosso país vai defender rigorosamente certas coisas, sem ter de esperar por ninguém. E que coisas são essas? Estas

três: a segurança das populações; as bases da vida económica do território; e a unidade política de Angola. Ora a situação já se degradou para além do suportável. Tornou-se sobejamente manifesta a insuficiência de intervenções diplomáticas junto dos beligerantes; bem como a utopia de um patrulhamento essencialmente misto. De modo que a linguagem da nossa ajuda, se a quisermos eficaz, terá de ser também a da força. Antes que se faça tarde.

b) Portugal não pode seguir tolerando a guerra civil — a começar pelos confrontos urbanos e suburbanos nas suas barbas —, sob pena de irremediavelmente se comprometer o processo de descolonização. Neste momento, o MPLA, expulso do Norte, expulsou por seu turno a FNLA de Luanda. Mas, por muito que pese a certa esquerda, uma coisa não compensa a outra. Ambas podem significar a divisão de Angola — e o desprestígio português. O que se pede às nossas tropas é que sem contemplações reprimam os focos de violência, doa isso a quem doer. Só assim manifestarão a firme intenção de proteger as populações. Pelo que aos brancos diz respeito, só assim será possível limitar hoje o êxodo, e depois contê-lo, para mais tarde se inverter a tendência. Talvez isto implique a difícil expedição de mais soldados. É provável. Nem se pode *a priori* excluir a hipótese de os ver demoradamente envolvidos em operações militares de envergadura. E quer antes quer depois da independência porque, em Angola pedindo, Portugal devia assegurar-lhe assistência militar contra eventuais agressões estrangeiras. A unidade de um território assim dificilmente se consolidará de uma só penada.

c) No problema da unidade de Angola podem de certo modo compreender-se todos os outros que a colónia tem. Pois não haverá unidade sem um forte poder político transitório; nem se, finda a transição, o futuro estado independente for fraco. Ora a consciência política, cuja falta se faz cruelmente sentir, é igualmente fator de segurança social e condição *sine qua non* da normalidade económica. Falta consciência política à descolonização de Angola, apressadamente alinhavada no Alvor. E o acordo algarvio precisa de ser revisto, mesmo que isso tenha que ser praticamente feito a pretexto da sua mais autêntica aplicação... Ao revê-lo, será de termos em conta, antes de mais nada, a exigência de um poder que deveras possa.

O fio condutor, comandante dos mecanismos e dos prazos da descolonização, não se acha no terreno escorregadio das ideologias contrapostas, entre as quais Portugal não tem de escolher. Mas pode ser rigorosa e praticamente

constituído pela vontade de assegurar a unidade de Angola. Façamos dessa vontade o nosso guia e o critério à luz do qual avaliar as intenções de todos os protagonistas, a aptidão dos esquemas propostos, a bondade das ações empreendidas. E então se verá, por partes, aonde é que ela nos leva.

d) Não cabe aqui, naturalmente, profetizar. E o que atrás fica não consente sequer que desde já se avance muito num esquema de solução. Podem apenas pressentir-se algumas bases, que rapidamente se enumeram. Em primeiro lugar que o período de transição não pode ser tão curto como o previsto. Em segundo lugar que a posição arbitral portuguesa (política e militar) deverá ser reforçada. E em terceiro lugar que o puro eleitoralismo de Alvor não convém. Seria até ridículo insistirmos nas virtudes do sufrágio universal angolano; seria valorizar excessivamente em África um método político que excessivamente se pretende apoucar no nosso país europeu. Estes dois excessos talvez consigam fundir-se num só defeito, mas não ficaríamos melhor. Para se conseguir uma razoável solução em Angola e favorável às forças mais valiosas do território, antes se afigura necessário caldear a consulta eleitoral com reformas de estruturas que não esperem por ela. Um pouco como cá... com semelhante risco e a mesma necessidade de se irem equilibrando legitimidades opostas... Num governo capaz, nem todas as correntes nacionalistas teriam de ter forçosamente assento, embora seja óbvio, no estado atual das coisas, que não existe um partido único capaz de tomar conta de Angola. O que se concebe, lá como cá, é que o MFA seja levado a preferir alguns, sem proibir os restantes. E o critério da unidade, antitribalista e antirracista, contém igualmente, bem vistas as coisas, um princípio de progresso económico e social. Dispensando-nos do *apriorismo* ideológico e de ingerências escusadas, evitaria do mesmo passo que passássemos a beneficiar a reação angolana. E granjear-nos-ia apoios na África revolucionária.

4. Condições portuguesas

a) A linha de conduta que acima se esboça não é de fácil aceitação em Portugal. Incorrerá em muitas críticas, puramente ideológicas umas, políticas outras, que não podemos passar agora em revista. Mas é de prever que a congregação delas alimentaria uma oposição bastante considerável. De modo que, para que essa linha pudesse (ou possa) praticamente impor-se, seria ou será necessário que os nossos governantes governem vigorosamente, ou seja, sem

serem minados por graves contradições internas, nem desautorizados por poderes paralelos, pela contestação nos quartéis, etc. Esta condição ainda não está realizada, mas seria errado pensá-la como necessariamente anterior à opção angolana. Bastaria que fosse concomitante com ela.

b) Outra condição *sine qua non* diz respeito ao suporte popular do poder, problema que a atual crise política dramaticamente põe ao MFA, e sobretudo ao Conselho da Revolução.

O apoio do PCP e de alguns partidos de extrema-esquerda, não todos, talvez chegasse (e talvez não) para arrostar com as consequências na metrópole de uma atitude demissionária em Angola, quando as nossas tropas regressassem com milhares e milhares de colonos dependurados nelas. Mas será um apoio insuficiente para levar este país a aceitar o prolongamento do seu esforço africano. É preciso convencê-lo de que não se trata de introduzir à socapa uma nova dominação: de que é do seu interesse bem entendido solidarizar-se com o povo angolano; de que a ideia de um recurso à ONU (como instância decisiva) não passa de uma tentação da facilidade; pode ser agora compreendida e apoiada pelo melhor nacionalismo africano. Ora nada disto se antolha viável fora de um entendimento, em matéria colonial e não só, entre o MFA e os maiores partidos políticos portugueses. Quanto ao PCP, com a sua vocação de seguir o MFA até ao inferno, certamente que não deixaria de o acompanhar a Luanda.

Não parece um entendimento fácil, esse com o PS e o PPD, nos dias que correm. Mas não se lhe vê alternativa, caso nos não resignemos de antemão a um socialismo de penúria, ditatorial, dependente e cercado. Oxalá se não esqueça pois, ao resolver a atual crise política, que a revolução também se define — e muito — pelas suas ações ou omissões angolanas.

Jornal de Notícias, 16 de setembro de 1975, última página

A prima e as “destruições”

Luís Alberto Ferreira

(É uma advertência para Todos. O proletariado começa a unir-se. Em todos os Continentes. Um novo idioma está a nascer)

Claro que os grandes revolucionários podem recrutar-se em qualquer parte, em qualquer café da cidade, na bestialidade sinfónica dos imprevistos, das concessões da carne e da alma — e da inteligência. Qualquer um pode ser um grande revolucionário se os sobressaltos, as experiências da sua vida o tiverem suficientemente enriquecido, tornando-o capaz de viver as dificuldades e os anelos dos outros. Só que viver é mais, muito mais do que vestir um par de calças engomadas e palitar ambições, ao fim da tarde num recanto de *snack-bar* ou na carruagem de 1.^a classe da “linha dos Estoris”. Ser revolucionário ou um grande revolucionário não é, precisamente, ter começado a dizer coisas e a ler umas coisas depois do “25 de Abril”. Nem é, necessariamente, ter um lugar, um posto, em zonas de decisão, em Belém, S. Bento ou mesmo em órgãos unitários de base. Muito boa gente, neste país, com os nomes fartamente parangonados na berraria dos jornais, não resistiria aos inquéritos implacáveis duma revolução madura e forte. É por isso que uma revolução, por si só, não altera ninguém: as pessoas é que, pela sua substancialidade ou insubstancialidade, determinam uma revolução a sério ou uma revolução a brincar, são ou não são troncos e áreas pujantes dessa revolução autêntica, se ela é de facto autêntica. As revoluções não são meros acasos: são antes, rigorosamente, conjuntos de factos, de circunstâncias, de apelos, de opções, e conjuntos de pessoas. Há pessoas capazes de salvarem, material e ideologicamente, as revoluções e há também pessoas salvas pelas revoluções, mas as pessoas nesses casos ofereciam, pelo menos, a qualidade do “mínimo desejável” para terem o direito de serem aproveitadas, estimuladas, promovidas na expressão vocacional da sua dignidade. São as chamadas pessoas que valeria sempre a pena conqui-

tar e salvar para a revolução — para a revolução autêntica. Quantas pessoas ainda existem numa revolução? Sabe-se lá. Àquela Adriana das “Histórias da TV Cubana” terão sucedido interrogações dessa índole — e muitas outras. É ver como, na vida íntima, no deixa-andar doméstico, no deixa-andar do emprego, as pessoas roem a corda, andam chateadas com os cordelinhos invisíveis que experimentam a sua elasticidade diante dos apelos duma profunda transformação social. É escusado. Não empurrem mais que elas não vão lá, elas não dão mais. De que serve ter 40 anos ou talvez menos se determinadas pessoas querem ser exatamente o que são, obedecem apenas às vozes interiores dos seus apetites lazentos, das suas conveniências fáceis, das suas comodidades ferozmente cultivadas? Pessoas de mau caráter, os fraldiqueiros envinagrados na sistematização do insucesso, os portadores de sonhos rasos que conseguiram o mínimo e tentam alardear o máximo — como é que a gente vai citar Samora Machel, por exemplo, a um sujeito desses? Há motoristas de táxi disparados na florestal confusão do dia a dia, suspensos, muitos deles, duma moeda solitária e brilhante, preocupadíssimos com as visitas dos navios russos, com os filmes russos, prontos a continuar como sempre estiveram, o que sempre foram, desde que os deixem ser secundários, ou não ser nada — “à sua vontade”. Chegar à lagosta, num fim de semana e depois dizer aos amigos “desde que dê pr’ó bolo-rei no Natal”, há lá coisa que chegue a estas coisas que “ao menos o outro regime deixava a gente à vontadinha”, etc.?

De Luanda, “com amor”, escrevia a minha prima: “Não imaginam, vocês, como está a «nossa» Luanda. A «Paris», a confeitaria, aquela imponente confeitaria, lembram-se? Antigamente abria até às tantas, sempre cheia, a malta sempre na farra. Agora, queridos, fecha cedinho, é uma calamidade. As cabeleireiras fecharam também as portas. É uma tragédia, a nossa rica comodidade, adeus casa, adeus tudo o que era bom!”...

Já viram os leitores aquela chatice catastrófica da “Paris” a deixar de funcionar até às tantas? Viram a nostalgia tragicômica e prematura das “coisas boas”? A minha prima é assim, os meus primos também, já organizados em caravana refutatória em direção aos Brasis. “Moçambique? — danava-se um rapaz cá da família, rico em intimidades com a reação. Era só mêmô o que faltava. Eles lá até acabaram c’o comércio dos funerais!”

A prima não está, não tem lugar na circunferência da solidariedade internacionalista, proletária. Totalmente envenenada, não sabe que há destruições

construtivas. São as destruições que constroem o Futuro. Um Futuro melhor para Toda a Gente. A prima não sabe que do mal o menos. Não sabe (?) que mesmo ao lado da nossa casa há sempre uma desgraça maior, há sempre quem sofra mais. É por isso que o sofrimento dos outros, tal como o nosso sofrimento, nunca é em vão. É por isso que, numa sociedade podre, as destruições nunca serão em vão. É por isso que os bairros de lata da Reboleira-Sul têm gente que fala o mesmo idioma da gente dos musseques de Luanda.

Tempo, 22 de outubro de 1975, p. 2

Angola: a via dolorosa dos portugueses

Carlos Soares

Neste momento, os portugueses estão a sofrer talvez o maior revês da sua História. As proporções da tragédia que representa a deslocação em avalanche de centenas de milhar de refugiados continua a ser assunto tratado com interesse secundário pelos órgãos de informação, já tão característicos no seu modo de informar, muito embora observadores estrangeiros já tivessem considerado este êxodo como o maior da história da África.

Claro que não existem bases que permitam a comparação com o êxodo do povo hebreu no Velho Testamento, mas podemos ter a certeza de que o acontecimento assume já tais proporções históricas que dificilmente o viremos a explicar aos nossos descendentes, pela vergonha que é, pela confissão de fraqueza política que representa, pelas contradições que oferece.

Do genocídio das populações angolanas que, num fecho digno duma era colonial obsoleta, deviam ser conduzidas à independência, causado por uma guerra civil, dezenas de milhar de seres humanos morreram nos últimos meses. Do exílio forçado e penoso dos portugueses, que ao contrário das garantias recebidas, tudo perderam na voragem duma cegueira partidária homicida, salvando a pele e pouco mais que a roupa que vestiam.

Volta-se a descolonização contra o “feitiço”

Os refugiados de Angola que hoje vagueiam de esperanças perdidas pelas ruas de Lisboa, não são os magnatas do café, do sisal ou do algodão que apodreceram de ricos nos anos 50, que construíram Alvalade e luxuosos palacetes. São trabalhadores de fábricas, de plantações, são modestos comerciantes, são camionistas, são funcionários.

Eles ou os seus antepassados tiveram a coragem de um dia emigrar, como os portugueses sempre fizeram em toda a sua história. São a mesma raça fiel e sentimental que sempre existiu em qualquer dos hemisférios.

Profundamente abalados pelo espetáculo do morticínio, do roubo, da violação, em resumo, pelo ódio desencadeado, que ficará latente durante gerações, quaisquer que sejam as medidas políticas a tomar. A atração da África, o “feitoço”, não mais se exercerá sobre eles.

Uma descolonização assente no holocausto não é exemplar, não é original.

De anfitriões a marginalizados vai o tempo de uma revolução

Se a revolução portuguesa tem aspetos negativos, um deles é com certeza o ter embotado a sensibilidade às pessoas. Se a casa de um vizinho está a arder, o pensamento que ocorre de imediato é a interrogação de qual seria a sua tendência partidária.

Perante este tipo de enfermidade sociológica, a tragédia de Angola e dos seus deslocados não move solidariedades, não vem a lume nos órgãos de informação, vergonhosamente, mais por ser irrelevante no momento político atual do que por ser vergonha.

Eles continuam a ser chamados de colonialistas e o seu parco dinheiro tido como sujo e roubado, só porque ao fim e ao cabo não são francos nem marcos, só porque nada vale.

Todo o clima animoso, por estranho que pareça, existe mesmo por parte de muitos que nos anos 60 e mesmo 70, de Maquela ao Cuangar, da Lunda aos Cuanhamas, foram fraternalmente acolhidos pelos refugiados de hoje, que os sentaram à mesa, lhes deram cama e ambiente familiar e os iniciaram em muito do que o português da Europa tinha para aprender com a natureza, nas “anharas” do Menongue ou nas matas dos Dembos.

Em vez de recíproca hospitalidade sentem o desviar dos olhos, em vez de acarinhados são marginalizados.

Entretanto, todos os dias aumenta o número dos que chegam, dos que se reúnem no Rossio, dos que se amontoam na Caparica e dos que acorrem às embaixadas estrangeiras na esperança de poderem sair do país da revolução permanente, onde há quem afirme que os desalojados têm dificuldade em aceitar o processo revolucionário em curso.

Só por maquiavelismo se pode fazer este tipo de afirmação, que nada tem que ver com a grande realidade: os refugiados regressam em tragédia, derro-

tados numa guerra civil que não provocaram e atingidos por uma política que não fizeram.

Não foram eles que em Lisboa desencadearam todo um programa de aberta simpatia ao MPLA, se não mesmo de apoio. Sabe-se que este partido tem maior implantação em Luanda que qualquer dos outros, mas Angola não é Luanda, do mesmo modo que Portugal não é Lisboa.

A esperada enérgica neutralidade foi substituída pela simpatia partidária, a partir de Lisboa, de onde, talvez ainda sob a influência de deformação colonial, se pretende continuar a dirigir o futuro de Angola.

O efeito foi por demais evidente: todas as ações funcionaram como detonadores que fizeram deflagrar as mais sangrentas confrontações cujos resultados estão à vista.

Hoje Luanda deve ser o maior e mais original cemitério de África. Oxalá seja o único em Angola.

E a Caparica, o *ghetto* mais *sui generis* dos tempos que correm.

Tempo, 23 de outubro de 1975, p. 2

Independência de Angola: a decidir até 11 de Novembro

M. Castelo Branco

A 19 dias da independência de Angola, a conjuntura política portuguesa sofre uma nova aceleração.

O futuro de Angola, a jogar decisivamente no próximo dia 11, permanece ainda por definir.

Como fatores fundamentais dessa definição contamos com uma condicionante de ordem interna (a correlação de forças entre os movimentos de libertação) e dois tipos de condicionantes externas (os esforços diplomáticos ao nível das grandes potências e a situação interna em Portugal).

A correlação de forças entre os movimentos de libertação

No que diz respeito à correlação de forças entre os movimentos de libertação (condicionante interna), tem-se notado uma recente e significativa evolução favorável à FNLA. Dado que o futuro se jogará na capacidade militar de cada um dos movimentos, constatamos a existência, agora, de dois movimentos de libertação fortes (MPLA e FNLA) e um em posição de fraqueza relativa (UNITA). É curioso notar que a UNITA, agora correndo o risco de ser marginalizada do processo revolucionário angolano, foi, no tempo dos acordos do Alvor e Nakuru⁷⁹, um fator de equilíbrio fundamental num jogo de forças que se pretendia assegurado de uma transição pacífica para a independência. De realçar ainda que a UNITA chegou mesmo a ser considerada por setores importantes do MFA como o movimento em que, dada a sua posição medianeira, Portugal deveria jogar caso pretendesse o respeito integral das normas contidas no Acordo do Alvor.

⁷⁹ Realizada entre 16 e 21 de junho de 1975, a Cimeira de Nakuru, no Quênia, foi uma tentativa falhada dos líderes dos três movimentos de libertação angolanos de salvar o Acordo de Alvor e evitar a guerra civil. Apesar do acordo para um cessar-fogo e paz, a trégua durou pouco.

A mudança brusca do cenário angolano, com as confrontações a transferirem-se dos gabinetes para o terreno estritamente militar, retirou à UNITA a força que lhe advinha da sua colocação política estratégica e do seu poder de negociação. Talvez assim se compreenda o alcance da afirmação do alto-comissário em Angola quando diz que o poder poderá ser entregue a dois movimentos de libertação.

Até 11 de Novembro, que alterações poderá sofrer o cenário político-militar angolano?

Sabemos que a FNLA tem, nas últimas semanas, recuperado posições importantes a norte de Luanda. A dúvida reside, neste momento, em saber qual das duas evoluções militares possíveis (ataque a Luanda ou envolvimento de Luanda) será seguida pelas tropas de Holden Roberto.

É que, de facto, não é indiferente uma das sequências possíveis. Se a FNLA se decide pelo ataque a Luanda, elimina à partida qualquer hipótese, ainda que muito remota, de solução pacífica do conflito armado, impedindo ao mesmo tempo o governo português de proceder à transferência do poder político para os três movimentos. Por outro lado, se a FNLA se decidir pelo envolvimento da cidade de Luanda, no que poderia contar com o importante contributo da UNITA no Sul, teria a hipótese de obrigar o MPLA à aceitação forçada de um acordo de Paz, que permitiria em 11 de Novembro a transferência do poder nos moldes preconizados no Acordo do Alvor. Neste último caso, a tarefa do governo português encontrar-se-ia extremamente facilitada, poupando-lhe decisões que inevitavelmente produziriam efeitos desestabilizadores na conjuntura interna de Portugal.

Até agora temos partido do princípio de que a conjuntura militar angolana evoluirá de uma forma favorável às tropas de Holden Roberto.

No entanto, se em 11 de Novembro se verificar o actual *status quo*, temos que, conforme salientam alguns comentadores, à FNLA interessará um vácuo de poder em Portugal de molde a que não seja possível, transitoriamente, a transferência de poder, e ao MPLA interessará a queda do VI Governo Provisório e a constituição de um VII que o reconheça como único legítimo representante do povo angolano. Seguindo este raciocínio, facilmente se deduzirá a influência que o desfecho da descolonização em Angola poderá exercer sobre a situação política em Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos divi-

dendos resultantes da queda do VI Governo Provisório, que desta forma se vê combatido à direita e à esquerda.

As pressões diplomáticas

A África é fundamental para o equilíbrio entre as duas superpotências. Daí que ambas demonstrem um interesse muito particular pela evolução do caso angolano.

Kissinger teria mesmo manifestado aos responsáveis portugueses e soviéticos o desejo dos Estados Unidos em não abdicar das responsabilidades que, no seu entender, devem assumir em relação ao futuro de Angola.

O domínio de Angola através do MPLA seria fundamental para as pretensões militares e ideológicas soviéticas porque:

1) Facilitaria o controlo de pontos nevrálgicos do Atlântico Sul, em que já assumem papel importante o Congo-Brazza, a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri.

2) Facilitaria o derrube dos últimos vestígios do colonialismo branco localizados na África do Sul e na Rodésia.

3) Permitiria a constituição de um polo de desenvolvimento ideológico (de feição ortodoxa) num setor que se caracteriza por crescentes manifestações de heterodoxia (como na Zâmbia e na Tanzânia, que se regem por uma conceção de socialismo negro não-alinhado) ou de sujeição a outras esferas de influência (Moçambique e as suas ligações preferenciais a Pequim impostas pelos quadros de cor; Congo-Kinshasa e os seus laços simultâneos com os EUA e a China; Malawi e o seu compromisso com a Rodésia e com as antigas autoridades portuguesas).

No extremo oposto, o domínio de Angola pela FNLA permitiria aos EUA impedir as evoluções descritas em 1) e 3) e perpetuar a situação descrita em 2).

Estas duas potências pretenderam conquistar o apoio da UNITA, que, no início e por força da sua maior identificação ideológica, pendia mais para o MPLA, e agora, mercê de uma aliança militar, apoia a FNLA.

Por seu lado, as potências da Europa Ocidental, nomeadamente a Alemanha, jogaram na capacidade da UNITA para mediar os conflitos de “gabinete”. O que significa que, pelo menos a curto prazo, não têm grande poder de

inflexão sobre a solução político-militar que vier a ser achada até 11 de Novembro. (A França tem apoiado simultaneamente a FNLA e a UNITA.)

A par destas pressões de bloco, verifica-se já a possibilidade de intervenção ativa de Organizações Internacionais, como a ONU e a OUA. Ambas estas organizações parecem, no entanto, pouco favoráveis à ideia de transferência de poderes unicamente para um movimento. Ao nível da OUA é particularmente relevante o papel da Zâmbia e da Tanzânia, que reconhecem na UNITA o seu correspondente ideológico.

A situação política em Portugal

A terceira condicionante que anunciámos reporta-se à conjuntura política portuguesa.

O MPLA conta em Portugal com o apoio incondicional do Partido Comunista, dos seus aliados da FUR e do setor gonçalvista do MFA.

Contra a tese da entrega do poder político exclusivamente a um movimento de libertação, encontramos o Partido Socialista, o PPD e o setor moderado do MFA.

O VI Governo afirmou já, pela voz do ministro Melo Antunes na sessão extraordinária da assembleia das Nações Unidas, que pretende cumprir os compromissos assumidos no Acordo do Alvor, o que equivale a dizer que também se coloca numa posição de recusa em transferir o poder unicamente para o MPLA.

Não analisando desde já as diversas hipóteses que se abrem ao VI Governo na solução do caso angolano, convém realçar o pressuposto que consiste na própria viabilidade do VI Governo.

Prevê-se para esta semana mais um agravamento das tensões a que, de uma forma mais ou menos contínua, o governo tem estado sujeito.

As manifestações convocadas para terça e quinta-feira, a constituição dos TUV (correspondente civil dos SUV) e a indefinição de algumas figuras-chave do MFA permitem concluir que se avizinha mais uma semana em que o VI Governo será posto à prova, como entidade capaz e apta a governar.

Mais uma vez o Partido Comunista assumirá um papel fundamental na determinação da intensidade da prova de força, não sendo previsível uma alteração radical da estratégia deste partido, embora aumentem os rumores da exis-

tência de uma ala que, liderada por Octávio Pato e Vital Moreira, pretenderá o prévio esgotamento das possibilidades democráticas de acesso ao poder.

O Partido Socialista continuará a defesa do VI Governo, se bem que se debata também com problemas decorrentes da existência de diversas tendências, que perspectivam de uma forma diferente a evolução da estratégia do partido. Fala-se numa facção que, liderada por Lopes Cardoso, António Reis, J. L. Nunes e Carlos Lage, tem exercido um papel decisivo no trabalho do grupo parlamentar. Os intelectuais de esquerda, segundo parece ser a sua designação, teriam o apoio crítico da juventude socialista e pretenderiam uma leitura mais marxizante do programa do partido, leitura aliás que se tem refletido intensamente na elaboração da Constituição.

A influência que possam vir a exercer na determinação da estratégia do partido, em confronto com a ala liderada por Marcelo Curto e a ala social-democrata, poderá ser decisiva para o futuro do VI Governo e da coligação que lhe está subjacente.

De qualquer forma, partindo do pressuposto de que será o VI Governo quem outorgará a independência ao estado angolano em 11 de Novembro, pondo de lado, portanto, as hipóteses de vácuo de poder ou de VII Governo pró-MPLA, julgamos que, no caso de não haver acordo entre os três movimentos de libertação, se terá obrigatoriamente de, a par da declaração formal de independência e correlativa transferência formal do poder político para as três organizações reconhecidas pelo Acordo do Alvor, se recorrer à mediação de uma Organização Internacional, que poderá ser a OUA ou a ONU. E que estas organizações terão obrigatoriamente de forçar um acordo de Paz entre os três movimentos, condição *sine qua* se perpetuará a balcanização do estado angolano.

Expresso, 5 de novembro de 1975, p. 10

Portugal não pode não reconhecer o governo do MPLA

Aquino de Bragança⁸⁰

Angola será independente em 11 de Novembro depois de 14 anos de luta armada sob a direção do único movimento realmente nacional e revolucionário, dirigido por Agostinho Neto — o movimento que condensa e interpreta as aspirações profundas das massas angolanas. Toda a África revolucionária festejará esta data histórica que marca um passo muito grande e importante nos caminhos da libertação total e efetiva do continente africano.

O imperialismo já reagiu, e fê-lo cedo, e cada vez com mais força, pondo em marcha os seus instrumentos “nacionais” — FNLA e a UNITA, aos quais concede auxílios maciços e abertos. (Lembro aqui os esforços tenazes feitos por Kissinger para persuadir o Congresso e o Senado a aumentarem as ajudas militares e financeiras ao Zaire de Mobutu a fim de superiorizar a FNLA de Holden Roberto.) Paralelamente um esforço análogo foi desenvolvido pelos sul-africanos com vista a sustentarem a UNITA de Jonas Savimbi.

O imperialismo prefere internacionalizar o conflito e inclusivamente transformar Angola num novo Vietname, ali mesmo no coração de África, a deixar as massas angolanas aceder à independência e ao poder através das mais autênticas organizações revolucionárias do MPLA. Como pretexto, aduzem que o MPLA é instrumento do “imperialismo” soviético. Toda a gente sabe que o MPLA aceita o auxílio venha ele de onde vier: Moçambique, Argélia, URSS, China, Jugoslávia ou Roménia, República da Guiné-Conakry ou de qualquer

⁸⁰ [Nota do jornal] Aquino de Bragança, fundador com Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, Mário de Andrade e Viriato da Cruz e outros, da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) em abril de 1961, organismo coordenador dos movimentos nacionalistas que hoje estão no poder; um dos fundadores da revista *Afrique-Asie*, desempenhou papel relevante nas negociações relativas à descolonização, sobretudo de Moçambique.

É hoje professor na Universidade de Lourenço Marques, onde dirige um curso de Antropologia Política, sendo um especialista em questões da África Austral.

outro partido progressista do mundo. O MPLA não é instrumento de ninguém, porque teve e continua a ter uma política plenamente independente.

Entretanto sobre o 11 de Novembro pairam algumas incógnitas, sendo uma delas o reconhecimento diplomático por parte de alguns países do governo de unidade nacional, sob a égide do MPLA, que ali se vai instalar. Temos esperança, porém, que quem teve já a coragem de reconhecer a independência da Guiné-Bissau e de Moçambique, faça o mesmo em relação a Angola, não levantando quaisquer obstáculos à libertação deste país, que agora se está a fazer, numa segunda fase, depois de liberto do colonialismo português, e agora sob a direção do único movimento que luta de forma consequente a partir de 1961 para conduzir o seu povo a uma independência total e completa, livre de influências estrangeiras. Pensamos também que, apesar das aparências contraditórias, esta atitude será em definitivo a dos dirigentes portugueses responsáveis. Trata-se, além disso, do interesse nacional de Portugal e da sua revolução, pois uma derrota em Angola das forças progressistas significa igualmente uma grave derrota da revolução portuguesa, da revolução europeia, numa palavra, da revolução mundial.

A tomada de posição inequívoca da FRELIMO através do seu presidente Samora Machel, que distingue as forças nacionais agrupadas em torno do MPLA e os fantoches internacionais que operam por conta do imperialismo, certamente que muito contribuiu para clarificar aquilo que se chama o “imbróglio” angolano. Esta tomada de posição é partilhada hoje por um grande número de chefes de estado africanos e de países não alinhados, e, como era de esperar, logo na primeira linha, os antigos companheiros de armas como a Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Voltando porém a Portugal e às suas aparentes contradições, tudo leva a crer que a clarificação estará para muito breve sem se afastar de parâmetros essenciais da revolução portuguesa que pretende ser mais uma pedrada no charco do imperialismo. A história recente traz em si mesma indicações que apontam para atitudes futuras. Com efeito, a FNLA e a UNITA herdaram as alianças (Estados Unidos, França, África do Sul) de Salazar e Caetano. O próprio Marcelo Caetano confirma o conteúdo das cartas de Joanas Savimbi ao Estado-Maior português em Angola publicadas pela *Afrique-Asie*. O *New York Times* revela detalhes precisos sobre a atividade da CIA em Angola no interior da FNLA e da UNITA reativando hoje o seu antigo agente Holden Roberto. O

famigerado ELP atua às claras em Angola integrado em colunas da FNLA, UNITA e Chipenda, como tiveram ensejo de verificar aqueles que ouviram a rádio de Lubango (Sá da Bandeira), onde tal foi afirmado pela voz de um ex-píde. Isto quer dizer que as forças que em Angola tentam obstaculizar a ação do MPLA são as mesmas que em Portugal procuram inverter os caminhos da revolução, lançando-a nos braços da extrema-direita fascista. Por tudo isto, parece impensável aos observadores políticos mais atentos da conjuntura portuguesa que não se reconheça o governo de inspiração MPLA, o único que conduzirá aquele povo pelos caminhos da independência nacional. Na África povos amigos de Portugal já se manifestaram: em primeiro lugar Samora Machel, logo seguido de Júlio Nyerere, Keneth Kaunda e Sertse Khame⁸¹.

No meio de todo este problema complexo nem sempre é fácil ao MFA desembaraçar-se daquilo a que muitos chamam o “complexo da UNITA”, cocktail português, sul-africano com elementos tribais e Savimbi à mistura com alguns e bons nacionalistas. A sua criação e existência continuada quer nos tempos do colonialismo quer depois do 25 de Abril já foi por demais escalpelizada e é do domínio público para necessitar de ulteriores considerações. Como se pode compreender que um país progressista pretenda que um povo seja governado pelo MPLA, e ao mesmo tempo por um movimento estrangeiro, FNLA, e por outro que além das características já assinaladas tem no seu passado colaboração estreita com a Píde que é agora combatida em Portugal? Sendo assim, parecem-nos não ter razão aquelas vozes que apressadamente atribuem ao governo português o não reconhecimento, logo a seguir à independência, do governo de unidade nacional que o MPLA se propõe instituir.

Por outro lado, observadores políticos de diversos matizes observam, como ainda recentemente o fez nas colunas do *Expresso* Augusto de Carvalho (*Expresso* de 25 de outubro), depois de uma sua viagem a Angola, que o MPLA já se engajou num processo de reconstrução exemplar, tipicamente nacional, ao mesmo tempo que combate as invasões vindas do exterior. Estas invasões infelizmente não são mera ficção. Oficiais e altas personalidades portuguesas no-las confirmaram, sem termos necessidade de recorrer a outros testemunhos. Por outro lado, uma derrota do MPLA introduziria na África Austral um ponto

⁸¹ Seretse Khama (1921-1980) foi o primeiro presidente do Botswana, cargo que ocupou desde a independência do país, em 1966, até à sua morte.

de rutura na linha política de que a República Popular de Moçambique é um símbolo e um agente. A vitória da FNLA-UNITA representaria a vitória das forças retrógradas e racistas da África do Sul que Portugal, por mais de uma vez, tem condenado após o 25 de Abril e como ainda há pouco o fez o ministro da Cooperação, Vítor Crespo, em conferência de imprensa que deu em Luanda. (Esta conferência foi transcrita no *Expresso* de 31 de outubro.)

Tempo, 6 de novembro de 1975, p. 2

A independência de Angola: *quid juris*?

M. Castelo Branco

A independência de Angola está a quatro dias. A 11 de Novembro jogar-se-á, de uma forma decisiva (ou talvez não, conforme salientaremos adiante) o futuro de Angola e, simultaneamente, o rumo da revolução portuguesa.

Deixando para momento posterior a análise dos cenários possíveis a 11 de Novembro em Angola, remetemo-nos por agora para a conjuntura política portuguesa, avaliando a capacidade do VI Governo.

A semana que entrou foi, mais uma vez, considerada decisiva pela maioria dos observadores. Depois de um ano e meio de semanas decisivas, deparamos, como é natural, com mais uma, que pelo menos será suficientemente decisiva para permitir que imediatamente lhe siga outra semana que da mesma forma e no mesmo plano continuará a tradição iniciada 18 meses atrás.

VI Governo: tentar governar

Embora alguns observadores apostassem numa queda prematura do atual governo português, é um facto que ele tem conseguido resistir às sucessivas provas de força a que tem sido sujeito.

A questão da autoridade mantém-se atual e talvez mesmo agravada, se atendermos apenas aos factos amplamente anunciados pelos órgãos de comunicação social.

É assim que num plenário de praças da Armada (que obteve a presença fugaz do almirante Pinheiro de Azevedo) é apoiada uma crítica severa ao VI Governo e à atual tendência da revolução portuguesa, saindo, em contrapartida, reforçada a posição de Rosa Coutinho, Otelo e Fabião, enquadrados pela figura, que alguns pretendem carismática, de Vasco Gonçalves.

Otelo Saraiva de Carvalho participa, no Barreiro, numa reunião de trabalhadores onde violentamente se critica o VI Governo, a maioria do Conselho da Revolução, acusando como sabotadores Lopes Cardoso e Magalhães Mota.

Entretanto, o governo, não encontrando meios para fazer face aos atropelos, desta forma considerados como violações à legalidade democrática (veja-se o caso da Rádio Renascença), solicita ao Conselho da Revolução uma definição dos meios que estão colocados ao seu dispor.

Por outro lado, tentando um alinhamento dos comandos das Forças Armadas com o poder executivo, são ensaiadas algumas hipóteses que visariam o afastamento de personalidades que, como o general Fabião, não se apresentam como fiéis depositários do sentido imprimido à revolução.

Todos estes exemplos comprovam a conclusão de que a questão de autoridade do VI Governo continua por resolver.

No entanto, com maior ou menor oposição, o VI Governo consegue subsistir e procura o apoio popular através de manifestações organizadas e decididamente apoiadas pelos dois partidos (PS e PPD) que encontram no atual governo a última alternativa democrática para a revolução.

Afirmávamos no último comentário que o VI Governo, conseguindo sobreviver até à data da independência de Angola, talvez assegurasse o seu futuro como governo eficaz e efetivamente dotado de poder. Baseámos a nossa afirmação na ideia de que, resolvida a questão da transferência de poder em Angola, o Partido Comunista teria obrigatoriamente de alterar a sua tática em relação ao atual processo, uma vez que a desestabilização política não se poderá prolongar por tempo indeterminado. O Partido Comunista seria empurrado para a aceitação de uma plataforma com o PS e o PPD, pressionado pelos perigos que ameaçam a revolução à direita.

Acontece, porém, que existem fortes indícios que apontam para a não resolução do problema de transferência de poder em Angola no dia 11 de Novembro, o que, implicando um adiamento da questão, poderá simultaneamente prolongar o precário equilíbrio do VI Governo.

Angola: os movimentos e a comunidade internacional

O governo português e, especialmente, o presidente da República, Comissão de Descolonização e Conselho da Revolução (conforme frisado numa nota do VI Governo) têm diante de si o delicado problema que consiste na descoberta da forma jurídica adequada ao reconhecimento da independência de Angola.

Sabe-se que o almirante Vítor Crespo viu frustradas as suas tentativas de juntar à mesma mesa os três movimentos de libertação.

Enquanto a FNLA e a UNITA aderiram à ideia, o MPLA recusou, de uma forma terminante, qualquer apoio a uma iniciativa deste género.

Esboroadas as intenções de Vítor Crespo (que veria numa coligação MPLA/UNITA a fórmula ideal para assegurar, na paz, um sistema de governo progressista), é patente que a questão se coloca, para Portugal, em termos extremamente delicados. De facto, o governo português terá que, no dia 11 de Novembro, optar por uma forma jurídica que, reconhecendo a independência de Angola, se conforme com os princípios, várias vezes expostos, de reconhecimento dos três movimentos de libertação.

Entretanto, é já um facto a internacionalização do conflito, pelo menos a nível de apoio militar e político dos três movimentos de libertação.

Nesta ordem de ideias, verifica-se o apoio incondicional de todos os países socialistas (excluindo a China) e da maioria das nações africanas ao MPLA. Como possíveis divergências em relação a esta linha anotamos as recentes declarações do presidente Tito da Jugoslávia e do presidente Ceaușescu da Roménia, que parecem apontar no sentido de um reconhecimento, e relativo apoio, do governo português.

Entretanto o bloco europeu (excluindo a França que, pese ao apoio concedido à FNLA, ainda não se pronunciou) inclina-se mais favoravelmente para uma hipótese de reconhecimento dos três movimentos, com um eventual favoritismo para a FNLA e a UNITA.

A posição dos Estados Unidos é, neste aspeto, um pouco complexa, uma vez que a nível governamental as simpatias parecem indicar claramente no sentido de defesa duma associação FNLA/UNITA, enquanto que ao nível opcionista (Edward Kennedy) se jogaria numa hipótese MPLA/UNITA como única alternativa à vietnamização do conflito.

Situação curiosa é a constituída pela posição do governo brasileiro que, em variados esforços diplomáticos, parece apontar no sentido do reconhecimento do MPLA. É visível a pretensão brasileira de não prejudicar as suas relações com os povos africanos, nomeadamente os de expressão portuguesa.

A China tem permanecido numa intransigente oposição ao reconhecimento do MPLA como único movimento de libertação. Esta intransigência tem derogado, em parte, os argumentos de alguns responsáveis pelo processo de

descolonização que pretendariam, com o reconhecimento de um governo pró-MPLA, evitar o bloqueamento das relações de Portugal com o mundo progressista. Por outro lado, a oposição chinesa demonstra a precariedade da influência de Pequim sobre a FRELIMO que, conforme salientámos em artigo anterior, parece conter no seu seio duas linhas tendencialmente opostas — uma (liderada por Marcelino dos Santos) que, sendo formada pelos quadros brancos, sustenta uma ligação preferencial a Moscovo e uma outra que, fundamentalmente enquadrada pelos quadros negros (e liderada por Joaquim Chissano), pretenderia uma política de independência nacional nos moldes preconizados pelo Partido Comunista Chinês.

É importante analisar ainda, no âmbito das circunstâncias externas que condicionam a decisão do governo português, a importância da posição dos recentes estados de expressão portuguesa (Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe).

A manutenção de relações amigáveis com estes estados constitui um dos objetivos fundamentais da política externa portuguesa. Daí decorre a conclusão de que a posição oficial desses estados, no que respeita ao reconhecimento de todos ou só alguns movimentos de libertação, poderá condicionar, de certa forma, a decisão do governo português.

De tudo o que foi dito extrai-se a conclusão de que a decisão do governo português, por força do tipo de pressões a que está sujeito, não é nem nunca poderia pretender ser uma decisão totalmente independente, havendo dúvidas, inclusive, de que possa infletir decisivamente o curso dos acontecimentos político-militares em Angola.

Angola: reconhecimento de estado, reconhecimento de governo

Colocado o problema desta forma, vejamos quais as hipóteses que se abrem ao governo português.

Sabe-se que Vítor Crespo consultou os partidos da coligação e que dessa consulta resultou uma relativa convergência de pontos de vista entre o PPD e o PS (favoráveis à conformação da decisão portuguesa às deliberações da OUA) e uma divergência do PCP em relação àqueles partidos (incondicional apoio ao MPLA).

As hipóteses que se abrem seriam, na opinião de alguns observadores, duas:

a) O governo português reconheceria em 11 de Novembro a independência do estado angolano, reconhecendo simultaneamente o governo desse estado, segundo os princípios do controle efetivo do território (conforme a caracterização deste princípio, poderia ou não o MPLA ser reconhecido como único governo legítimo);

b) Reconhecer a independência do estado angolano não reconhecendo imediatamente nenhum governo (esta fórmula encontra um precedente histórico no caso da Albânia).

Na primeira hipótese, reconhecido um governo como legítimo, haveria a possibilidade de decretar o estado insurrecional e o carácter terrorista de algum ou alguns movimentos de libertação que, de armas na mão, pusessem em causa a legitimidade do governo assim reconhecido.

Na segunda hipótese, convém realçar os aspetos de internacionalização do conflito que poderia, em princípio, implicar, não obstante a intenção expressa da OUA, extravasar a questão para fora do quadro das nações africanas (de facto, a questão angolana tem sido sucessivamente adiada no comité dos 24 e na assembleia da ONU).

Concluindo: salvo algum imprevisto que possa resultar das atuais negociações em Kampala, julgamos que o governo português optará por uma destas duas hipóteses; e que muito provavelmente, dada a possibilidade de adiamento nela contida, subscreverá a tese de reconhecimento de estado e de não reconhecimento de governo.

Diário de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 2

Angola independente, viva o MPLA!

Álvaro Bandarra

É por ser hoje. É para o comemorar. Sem solenidade, mas também como dever. Como testemunho.

Claro que desertei do exército português, mesmo nas vésperas de embarcar para o Norte de Angola, como também concordei e concordo com a mais difícil opção daqueles camaradas que preferiam (era em 1963) ir fazer a guerra, para assim melhor ajudarem os movimentos de libertação.

E desde essa data (e já antes, muito antes) tudo o que era combate antifascista e todos aqueles portugueses que eram de esquerda encontravam lado a lado os seus irmãos angolanos, os camaradas do MPLA (e claro também os do PAIGC e os da FRELIMO, mas hoje, hoje é o dia do MPLA).

E depois foi Paris e as côdeas das migas, e o receber outros desertores que chegavam ou angolanos que davam o salto para mais depressa chegarem à frente da luta para a libertação da sua (da “nossa”) Angola.

E digo “nossa” porque para eles também era o “nosso” Portugal — nem que fosse na ação política que aqui tinham desenvolvido, ou no saborear o mesmo caldo verde, comido em Paris.

E depois houve Praga e os 4 de Fevereiro comemorados sempre com o “Portugal”, em que cada uma das palavras ditas significava o mesmo querer fraterno. E os Natais em que também se comeu o funje com o Miguelito, cujos pais tinham sido mortos, crucificados, na tal guerra, em Nambuangongo.

E a Argélia, onde a comunhão na mesma luta era ainda maior. Onde os desertores portugueses que vinham de “lá de baixo” tinham saudades do tempo passado com os guerrilheiros. E depois em Argel morava-se na mesma casa ou na vizinhança. E eram comuns mesmo as indiferenças.

E quando foi o 25 de Abril, eles nos disseram: até Lisboa (e nós respondemos, ao tomar o avião que nos trazia: até Luanda).

Aliás, ainda há dois ou três dias encontrei um português — um velho amigo das lutas antifascistas — que se encontra atualmente em Luanda, e que me disse que já tinha algumas garradas de champanhe para ser bebido no dia 11 de Novembro. Pois bem: ANGOLA INDEPENDENTE, VIVA O MPLA!

Diário de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 2

Portugal e Angola: um mesmo combate

Maria Teresa Sampaio

O MPLA — a luta heroica do povo angolano

Em Angola como em Portugal, o inimigo é um só: o imperialismo. O combate é o mesmo: a luta pela libertação e independência nacional. Contra as pressões externas, contra o imperialismo e o neocolonialismo. Contra a política de retardamento do processo revolucionário que apenas serve o imperialismo, interessado em que nenhum passo em frente seja decisivo no avanço da revolução. Contra a “ordem” reacionária do capitalismo nacional e internacional. Contra a “ordem” silenciadora das justas aspirações do povo trabalhador em defesa da liberdade e das conquistas alcançadas, na luta pelo avanço do processo revolucionário. Pela instauração da ordem democrática coincidente com os interesses e direitos das classes exploradas. Por uma sociedade socialista livre da exploração do homem pelo homem, onde os meios de produção passem para as mãos dos trabalhadores.

O que a história nos diz

Só remontando às origens dos três movimentos em luta pelo poder em Angola se pode abarcar mais facilmente, por uma análise simultânea das suas atuações, a realidade da atual situação.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, fundado em 1956, com amplas adesões em todo o território, deu início à luta armada pela libertação nacional em 4 de Fevereiro de 1961. Durante catorze anos moveu uma luta heroica, de guerrilha, contra o exército colonial fascista português de Salazar e de Caetano, conseguindo libertar algumas zonas, onde lançou as sementes de uma sociedade futura, livre da exploração e da rapina do imperialismo.

País colonialista, mas por sua vez colonizado, Portugal cedo compreendeu a força do MPLA, centrada na sua implantação real, nas características

verdadeiramente progressistas do seu projeto de atuação baseado na formação ideológica e na motivação política da adesão das massas populares, na demarcação nítida do inimigo principal a combater, nos traços indiscutivelmente nacionais e populares do seu exército.

Mas não só Salazar e Caetano se aperceberam de que a melhor forma de prolongar o domínio colonial em Angola seria através da exploração e agudização das contradições e rivalidades inerentes ao nacionalismo aberrante dos diversos grupos tribais. Também o imperialismo tentou e tenta a salvaguarda dos seus interesses nas colónias portuguesas e em Portugal, estimulando os sentimentos regionalistas e racistas.

Assim surgiu a Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA (antiga UPA), dirigida por Holden Roberto. Assim se formou o Governo Revolucionário de Angola no Exílio, GRAE, com sede no Zaire e o apoio comprometedor mas oportuno de Mobutu, agente solícito da CIA, dono de uma das maiores fortunas do mundo, responsável pela morte de Lumumba e pela submissão do ex-Congo belga ao neocolonialismo.

Em 1966, Jonas Savimbi, anterior ministro dos Estrangeiros do GRAE, separa-se de Holden Roberto e funda a União Nacional pela Independência Total de Angola, UNITA, pretensa terceira força “independente”, na realidade colaborando com o exército colonial português e a PIDE, numa tentativa para desalojar os guerrilheiros do MPLA no Leste de Angola.

A luta armada pela libertação

Quase destruído nos primeiros anos de luta armada, o MPLA foi e mantém-se o alvo predileto das calúnias e agressões do imperialismo e seus sequazes.

Ao longo de 14 anos de luta consequente, revelou-se o único movimento suscetível de ser legitimamente reconhecido como vanguarda revolucionária e libertadora do povo angolano.

Apesar das ações traiçoeiras da FNLA e da UNITA. Apesar do apoio diplomático, político e material da China Popular à FNLA. Apesar do apoio da RFA, França e Inglaterra e dos auxílios “discretos” da África do Sul à UNITA. Apesar de tudo isso, dizíamos, o MPLA conseguiu, em finais de 1973, estar presente em todo o país, aglutinando no seio da sua organização setores diversos, desde o operariado e campesinato, passando pela pequena burguesia, até aos intelectuais e estudantes.

O 25 de Abril e a descolonização

Com a queda do regime fascista em Portugal e o início da revolução democrática e nacional, abriram-se amplas perspectivas ao movimento pela libertação de Angola.

O imperialismo, porém, não desiste e tenta por todos os meios tirar vantagens dos reflexos das contradições internas do processo português sobre a libertação do povo angolano.

Incapazes de um projeto político inequívoco e verdadeiramente nacional, a FNLA e a UNITA caracterizaram-se desde logo pela sua natureza vincadamente tribal, regionalista, oportunista e de subserviência ao capitalismo internacional.

Financiada pelos americanos via Zaire e pela República Popular da China, a FNLA serve-se de um exército de mercenários formados por instrutores estrangeiros, veiculando, através de uma prática fascizante, a ideologia completa do imperialismo, baseada na prepotência do dinheiro e da força, na publicidade.

Auxiliada pelo capitalismo europeu, a UNITA é também um dócil instrumento das pretensões imperialistas e neocoloniais em Angola. De colaboracionista e aliada dos colonialistas contra os próprios guerrilheiros do MPLA, a UNITA escudou-se numa linguagem pseudoprogressista, numa ideologia propositadamente indefinida e, consequentemente, numa posição falsamente neutra, para captar as camadas da população branca facilmente sugestionáveis por métodos próximos da social-democracia. Considerada como terceira força intermédia e moderada entre a FNLA e o MPLA, a UNITA acabaria por deixar cair a máscara, aliando-se definitiva e declaradamente à FNLA.

Acresce ainda que, aquando do 25 de Abril, o MPLA se encontrava relativamente debilitado pela ação divisionista de agentes do colonialismo nele infiltrados e pela cisão provocada por Daniel Chipenda, que acabaria por se passar para a FNLA.

Na sequência do divisionismo exacerbado, aparecia ainda a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, FLEC, com pretensões à independência.

As manobras tendentes à manutenção do neocolonialismo em Angola aumentavam e já não conseguiam passar desapercibidas depois do encontro de Spínola com Mobutu na ilha do Sal. O seu velho sonho revelado no livro

Portugal e o Futuro consubstanciava-se na ideia de uma federação com os povos coloniais.

Era uma forma “requintada” de garantir a defesa dos interesses capitalistas e monopolistas. Nada mais nada menos do que o neocolonialismo, passando pela necessária marginalização do MPLA.

O 28 de Setembro, porém, veio a pôr fim aos projetos do general.

Se por um lado não se tentava sequer dismantlar a organização da PIDE/DGS, que via, assim, o seu caminho desbloqueado, por outro também não se procedeu ao saneamento dos reacionários nas forças militares.

O Acordo do Alvor

Foi neste contexto que se assinou em janeiro de 1975 o Acordo do Alvor, considerado, na altura, a plataforma possível para evitar as confrontações armadas e estabelecer um processo pacífico para a independência. Acreditava-se, então, na viabilidade de fazer prevalecer, sobre os interesses partidários, o respeito pelos interesses do povo, de modo a poder travar a invasão que já se verificava pelo Norte.

Os factos vieram comprovar que o Acordo do Alvor não existia na prática.

A entrada em Luanda de 5 mil homens armados, com enorme aparato bélico, foi o grande passo da FNLA na escalada do terror, pelo uso de meios perfeitamente nazis de massacre e tortura que provocaram milhares de vítimas.

A UNITA, como sempre, procurava disfarçar a sua aliança natural com a FNLA, numa pretensa neutralidade.

Ao longo destes acontecimentos, as Forças Armadas portuguesas, refletindo todas as ambiguidades e contradições do processo, sem motivação para o combate nem direção política firme, não conseguiram travar as contínuas interferências estrangeiras em Angola, quer através da fronteira com o Zaire, quer pela intervenção da África do Sul na região do Cunene.

Deste modo, nem a integridade do território foi respeitada nem o cessar-fogo praticamente existiu.

O Governo de Transição, previsto no capítulo III do Acordo, já desapareceu há muito.

O Comité Nacional de Defesa não funcionou. O prazo marcado (até nove meses depois de 31 de janeiro de 1975) para a realização de eleições gerais

esgotou-se sem que elas se tenham efetuado. Nem a assembleia constituinte foi eleita nem a lei fundamental foi promulgada.

Seria, pois, completa utopia falar ainda de acordo quando, na prática, ele nunca existiu, tendo os seus signatários concordado (aqui, sim, houve acordo...) que ele já não estava em vigor e tendo até o governo português conferido os seus poderes ao alto-comissário.

Se as dúvidas persistiam quanto à possibilidade de conciliação dos interesses do povo angolano, defendidos pelo MPLA, e os interesses dos movimentos fantoches FNLA e UNITA, o encontro de Nakuru, no Quénia, foi o teste decisivo e a prova irrefutável do total desprezo que a FNLA tem por qualquer tentativa de plataforma.

MPLA — único e legítimo movimento de libertação

Porque se teima em conferir igualdade de força e legitimidade a movimentos fantoches cujas hostes integram todo o aparelho da DGS em Angola?

Porque se furtaram Melo Antunes e Vítor Crespo a denunciar o facto de o verdadeiro comandante-chefe das tropas invasoras do ELNA⁸² ser o tenente-coronel Santos e Castro, anterior comandante do chamado “Exército de Libertação de Portugal” (ELP)?

Como se pode pugnar pelo “respeito dos princípios essenciais e convivência internacional” e, simultaneamente, admitir como legítimas representantes do povo angolano organizações que contam com o auxílio direto do MDLP, do ELP e da África do Sul, que preparam o terreno para a implantação do neocolonialismo?

Como conciliar o inconciliável?

Quem se pretendeu enganar quando se ignorou conscientemente o atual contexto político-militar em Angola?

O VII Governo, através de Melo Antunes, na ONU, temeu perder o “precioso” apoio dos americanos e da CEE e escolheu a vergonhosa via do compromisso com o colonialismo, que não só pretende colonizar Angola como também Portugal.

⁸² Exército de Libertação Nacional de Angola, braço armado da FNLA.

Entretanto, e apesar de tudo, o MPLA escolheu o caminho mais difícil da não pactuação com as forças do capitalismo internacional. Preferindo a luta à sujeição contínua, travando um combate de vida ou de morte, até à vitória final.

A organização dos serviços de saúde, instrução e ordem é assegurada pelo MPLA e não pelas autoridades portuguesas ou outras...

Os órgãos de vontade popular são uma realidade em franco progresso. As comissões de trabalhadores, as comissões populares de bairro e os comités de vigilância asseguram simultaneamente o desenvolvimento da produção, a defesa e a consolidação do processo revolucionário.

MPLA — a vitória é certa

Enquanto o MPLA e o povo de Angola lutam heroicamente pela defesa da integridade territorial do país, pela garantia dos direitos de todos os cidadãos nacionais e estrangeiros, bem como pelas liberdades fundamenais, os dirigentes da FNLA ameaçam não se responsabilizar pelo que possa acontecer a quem se encontrar em Luanda, se lá chegarem as suas tropas assassinas...

Enquanto o MPLA apelava para os povos de todo o mundo no sentido de impedirem que Angola se tornasse palco de mais um conflito internacional, o governo português, através de Melo Antunes, apelava para o apoio das Nações Unidas e da Comunidade Internacional, empurrando a resolução do problema para as mãos das grandes potências e precipitando, conseqüentemente, uma eventual vietnamização, a qual só serviria as ambições do mundo capitalista.

Finalmente, era absurdo pretender uma transmissão de poderes conjuntamente aos três movimentos, quando Portugal só mantinha órgãos de soberania nas áreas controladas pelo MPLA. Nas outras regiões onde se encontram os exércitos invasores, são precisamente a FNLA e a UNITA que, juntamente com forças mercenárias ao serviço da reação, preparam o caminho da secessão do território.

Seria abandonar Angola a quem a quer dividir.

Por outro lado, nem sequer se pode falar corretamente da transmissão de poderes, uma vez que se trata apenas de confirmar juridicamente aquilo que de facto já é uma realidade: a identificação do povo angolano com o MPLA.

A independência não é um favor que o governo português prestaria ao MPLA. É um direito que lhe assiste, porque o conquistou ao longo de catorze anos de luta e que hoje defende através da resistência popular generalizada.

O combate do MPLA é o combate de todos os povos oprimidos e explorados contra o imperialismo e um passo em frente na revolução mundial pelo socialismo.

Expresso, 12 de novembro de 1975, p. 2

Do 11 de Novembro ao 18 do Brumário

João Isidro⁸³

Quando, hora e meia depois do início do dia 11 de Novembro, a rádio divulgou a existência de um Conselho da Revolução composto por membros da FNLA e UNITA, Portugal estava já em condições de apreciar até que ponto a sua atualidade política dá lições ao mundo, sobretudo no que respeita à degradação do vocabulário de esquerda. Quando muito, as pessoas ter-se-ão perguntado: “E porque não?”

Vendo bem as coisas, um organismo de nome idêntico formado em Luanda significaria o mesmo: as clientelas políticas dos dois grandes competidores disputam-se o qualificativo de “revolucionárias” desde 25 de Abril de 1974. E esta inegavelmente original descoberta do “socialismo luso” (só comparável à da “mais-valia política” que Pinheiro de Azevedo citou no seu discurso de domingo passado quando qualificou todos os portugueses de “trabalhadores”, sem esquecer a PSP), tende a alargar-se a outras latitudes, com as desvantagens lógicas que se conhecem mas com o conteúdo fantástico que depende da vontade dos diversos fregueses do armazém do léxico esquerdista.

Um dia importante

Dado que o governo português se recusa a discutir o futuro de Timor-Leste com as forças que ocupam de forma efetiva aquele território, e atendendo ainda a todos os interesses que se têm encarniçado à volta de saber qual o movimento de libertação que será escolhido pelo ex-colonizador para transferir poderes (para já nem falar nas riquezas naturais e na posição que ocupa na África Austral), Angola e sua descolonização marcaram já vários pontos altos do processo

⁸³ João Manuel Morais Isidro (1958-2008), à época jornalista do *Expresso*. Resistente antifascista, destacou-se como militante maoista quando era estudante na Faculdade de Direito de Lisboa. Trabalharia depois em diversos outros jornais e seria presidente do Sindicato dos Jornalistas (1998-2000).

político vivido por Portugal desde há ano e meio: o 28 de Setembro surge na sequência de negociações secretas levadas a cabo por Spínola no Buçaco, dos acordos com Mobutu no Sal, e da tentativa frustrada de anular o “mau exemplo” dos acordos de Lusaca, depois do falhanço do golpe do Rádio Clube em Lourenço Marques, e o 11 de Março teve muito a ver com o rumo que as coisas tomavam no que dizia respeito às primeiras confrontações em Luanda. Não revelando o essencial dos golpes e escamoteando os contragolpes que nas duas datas se registaram, os relatórios sobre o 11 de Março e o 28 de Setembro omitem de forma sistemática a questão principal, a saber: qual das duas superpotências ficou a lucrar, bem feitas as contas, no fim da agitação política? A qual delas serviu cada contragolpe?

Até porque ainda está por fazer a história de acordos paralelos aos de Alvor, versando matérias que dizem respeito mais às forças políticas empenhadas em igualmente paralelos desenvolvimentos [sic] do ajustado entre os três movimentos e a potência colonialista do que à linha de rumo prosseguida pelas autoridades portuguesas quando aceitaram o texto do dito tratado.

O dia de ontem marcou o termo de uma etapa qualificável como “do post-25 de Abril”. A partir de 11 de Novembro, o realinhamento das forças políticas portuguesas obedecerá a outras regras ou, melhor, refletirá de forma mais fiel as negociações celebradas por potências várias quanto ao futuro do nosso País. As menos importantes das quais não terão sido, decerto, as de Vladivostok, há um ano, entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Anatomia da crise

*“Fala-se da crise da autoridade quando esta é precisamente a crise de hegemonia ou a crise do estado no seu conjunto” (Antonio Gramsci — *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*)*

Em Vladivostok, no Conselho da NATO e em Helsínquia ficou bem definido a qual dos dois blocos pertence Portugal. Se em virtude desses acordos não era de encarar a hipótese de uma tomada do poder por parte do PCP no nosso País, o certo é que sem o poder a principal força de apoio ao MPLA não poderia prosseguir uma política de auxílio ao movimento de Agostinho Neto, como durante o proconsulado de Rosa Coutinho (de passagem se diga que o almirante referido não raras vezes demonstrou, nesses tempos, alguma

simpatia pela UNITA). Mal com o poder por amor a Helsínquia, mal com Helsínquia por parceria com o MPLA, o PCP passou a Albuquerque.

Por outro lado, a crise de hegemonia dentro do estado não se resume à situação de equilíbrio relativo de forças entre as diversas classes, antes se alarga pela luta quanto à redistribuição de influências das diversas clientelas políticas da classe dominante. O “Povo Unido” da época imediatamente posterior ao 25 de Abril significava um compromisso entre as duas superpotências, agrupadas na tarefa comum de salvar o essencial; salvaguardando até a velha máquina estadual herdada do fascismo, que procuraram disputar através das suas clientelas políticas a que nem sequer passou pela cabeça destruí-la.

Somada à manutenção de todo o arsenal repressivo herdado do regime deposto em 25 de Abril (Os *dossiers* da PIDE, onde estão? Porque se fala ainda de escutas telefónicas e de vigilância de correspondência? Quantas fugas de “pides” se preparam e para servirem quem?... etc.), a máquina burocrática do estado fascista permanece intacta e, ao que consta, estes dois aparelhos herdados de um regime como aquele só podem servir para oprimir as massas populares, nunca para as libertar. A mais original de todas as “vias para o socialismo” não pode servir-se, por mais inovações que invente, de um aparelho de estado moldado por 48 anos de fascismo...

Por outro lado, a concentração de forças militares junto dos centros operários nunca atingiu tais proporções e, se for recordada a escassa vigilância existente nas fronteiras, só podemos concluir que o inimigo de todos os governos provisórios de há ano e meio a esta parte não estava lá fora, antes pelo contrário andava “cá dentro” e era o mesmo que atormentava o regime anterior.

Para os que só conseguem ver um perigo na “fera fascista”, será bom recordar que nenhum dos governos anteriores ao VI, por mais “progressista” que se anunciasse, inscreveu no seu programa ou (e) provou por atos a vontade de dismantelar o arsenal repressivo do regime deposto. Porque o que serve o fascismo serve de igual modo o social-fascismo, que se afigura mais real do que o mero *slogan* a que certas forças ditas “de esquerda” o querem reduzir.

De modo que todo o arsenal burocrático e repressivo continua pronto para se lançar sobre o povo, e só a força do movimento de massas impediu, desde há meses, que tal se tenha verificado. Quanto às estratégias golpistas e contra-golpistas treinadas e com provas dadas antes de 11 de Novembro, o menos que pode dizer-se é que visam (ao serviço de interesses diversos mas não antagó-

nicos quando passadas as grandes querelas) tirar proveito no momento próprio da atuação da máquina citada, dado que o rumo já foi assinalado pelos seus anteriores detentores.

No quadro militar, tal como a nível civil, o problema da autoridade e da disciplina está colocado desde muito antes da formação do VI Governo Provisório e desdobra-se em dois pontos que Pinheiro de Azevedo tem clarificado através dos seus discursos: a) é preciso meter o movimento popular nos eixos; b) é igualmente necessário impor a ordem nas hostes da classe dominante. Mais sistematicamente: estão criadas as condições para o bonapartismo.

A partir da liquidação prática da assembleia do MFA como órgão máximo do poder político-militar e da concentração da capacidade decisória em quatro ou cinco generais a viragem da política portuguesa para outros quadrantes que não os do PCP estava encaminhada e, mais SUV menos TUV, o governo encontrou-se em condições de exercer a autoridade por si reivindicada, desde o ato de posse. Não tanto por causa da concentração do poder em menos cabeças — não sucedera o mesmo durante a época do “gonçalvismo”, com a criação do triunvirato? — como devido à situação política sustentável numa época em que o PCP nada mais conseguiu, como base de apoio entre os civis, que uma “frente” que escapava às previsões de alguns analistas políticos, mesmo quando afeitos a anteriores alianças ou paternidades ao MDP-CDE, MES (post-congresso), FSP e o resto.

Desta vez o que mais contou foi a explosão popular de repúdio à política “gonçalvista”, que não podia ensaiar grandes voos em tempos imediatamente posteriores às solenes “boas vontades” proclamadas em Helsínquia. O “Documento dos Nove”, e depois o dos oficiais do COPCON, vieram trazer à situação política uma clarificação necessária, e se é certo que nem todos os que tomaram o comboio da burguesia nacional e da pequena burguesia hesitante representadas pela “ala Melo Antunes” deviam estar no barco das boas intenções dos membros do CR signatários, não menos verdadeiro se afigura que o ridículo máximo seria atingido pelos apoiantes do “Documento do COPCON” (do PCP à UDP, passando pela acidentada FUR), “esquecidos” até das banalidades livrescas de esquerda quanto à natureza de classe das Forças Armadas numa sociedade de dominância burguesa; neste, como noutros casos, a pequena burguesia radical procurava um patrão. Infelizmente (para ela) encontrou-o caído em desgraça e se do “Documento dos Nove” ainda ficou memória,

o mesmo não pode ser dito da obra teórica produzida pelos “oficiais progressistas do COPCON”.

Ao tempo dos “Documentos” sucedeu a estação do VI Governo, que se considera capaz de governar este país. Enquanto o PCP se esforçava por readquirir à imagem e semelhança do “antes do 25 de Abril” uma imagem de “esquerda” perdida — facto que lhe fez perder adesões inicialmente entusiásticas —, são os seus próprios aliados de equipa no poder que resolveram, a bem da “salvação nacional”, reeditar velhos *slogans* do partido de Cunhal, desta feita virados contra a V Divisão ressuscitada (e encapuzada), dizendo por exemplo, “as últimas” acerca dos que preparam o fascismo através de avulsas aventuras. Apesar do estilo rococó utilizado nas suas intervenções, Pinheiro de Azevedo tem vindo a demonstrar — discurso a discurso — que nos tempos em que fez parte da Junta de Salvação Nacional muito aprendeu com o ministro sem pasta então paladino da ordem pública.

O reagrupamento de forças e fraquezas

O MDP-CDE existiu enquanto tirou “bases” ao PS e PPD (recorde-se o relevante papel de Sá Carneiro no MDP-CDE português). Morreu antes da FUR e sepultou-se com ela. O MES post-congresso existiu para criticar o “Plano Económico de Emergência” elaborado por Melo Antunes e equipa adjunta. Morreu antes da FUR e sepultou-se com ela. A FSP existiu quando o PCP quis provocar uma cisão no PS, suscetível de convencer o partido de Mário Soares da inevitabilidade da estratégia de Salami (ou do salame), segundo a qual é necessário, fatia a fatia, arrancar a direção de partidos potencialmente aliados (ou adversários) no sentido de “controlar” ou pelo menos neutralizar eventuais atitudes inamistosas. Morreu antes da FUR e com ela foi sepultada.

E por aí adiante...

O reagrupamento das forças ditas “de extrema-esquerda” não ficou sem resposta, não porque o PS ou o PPD necessitassem de ripostar à unificação dos apoiantes indiretos do PCP mas devido à evolução natural da dinâmica das classes nesta situação pré-revolucionária. Em maio-junho de 1974 existiam 58 partidos. O facto de ter diminuído o seu número só vem explicar que cada classe e cada clientela política procura os seus representantes; e em breve veremos constituído o bloco representante dos interesses pró-soviéticos unificado sob uma direção única.

Quanto à formação do “grande partido da direita” por que todos esperam, ele advirá possivelmente de uma aliança entre o CDS e o PPD, se bem que a capacidade de negociação de ambos seja bem diversa. Com efeito, o próprio Mário Soares declarou já que considera mais importantes os “giscardianos” do CDS que os liberais históricos do PPD... O único óbice a este entendimento é a própria ideologia professada pelas famigeradas bases do PS, que se por vezes não veem com bons olhos o entendimento com o PPD — sobretudo após o regresso de Sá Carneiro —, muito menos estarão satisfeitas com o rumo que as coisas tomariam no caso de um entendimento entre os representantes da Internacional Socialista e os *leaders* democrata-cristãos do nosso país, também com a tal representação internacional que falta aos populares democráticos desde a recusa vinda dos lados da social-democracia europeia. Não esquecendo que o CDS é o ponto de agrupamento da direita do “post-28 de Setembro”, é pouco crível que o “giscardianismo” apontado por Soares seja argumento suficiente para convencer todo o Partido Socialista da conveniência de um acordo com partido tão mal visto... E se bem que os dirigentes da formação política em que milita Freitas do Amaral se esforcem por passar por cima do PPD no que diz respeito aos acordos com o PS, não faltaria quem apontasse a dedo uma aliança (um tanto espúria) entre os mais conservadores interesses ligados aos norte-americanos com a ala liberal, mais europeia, representada na Internacional Socialista. Claro que estes apontamentos nada mais são que sugestões de análise conjuntural, partindo das forças políticas que apoiam o VI Governo ou nele participam com “a dose de pé” que achem conveniente. Porque de fora ficou o movimento operário e a sua capacidade de unir a si, para além do campesinato, a pequena burguesia instável e até de neutralizar setores da média burguesia, incapazes de participar numa frente com ideário idêntico ao professado pelos militantes que resolveram pôr fim à instrumentalização constante vinda de um ou do outro representante das duas superpotências. E esse fator é um fator a ter em linha de conta para quem queira desempenhar o papel de “Bonaparte português”.

Tempo, 13 de novembro de 1975, p. 3

Carta aberta à saudade de Angola

Manuel de Portugal

Eras tu, rapariga, a velha escalavrada de rugas que apatetada jazia num banco incómodo do Aeroporto de Lisboa?

Eras tu, rapariga, a cabeleira branca, desgrenhada, o olhar absorto, a espinha curvada de alguém que vencido já nada pedia por tudo lhe ter sido negado?

Eras tu, rapariga, o desleixo da roupa, o sapato poeirento, o abandono total duma dignidade perdida, esfarrapada na violência duma Angola fratricida e cruel?

Madrasta vida a tua, Maria da Saudade, de pontapé no rabo desde as cadeiras da escola até às horrorosas noites de Luanda onde o tiroteio era um rosário de sustos que, arrasando os nervos, despedaçavam a alma.

Tens trinta e seis anos de idade e um século de dor.

Lembro-me de ti, Maria da Saudade, na ingenuidade sonhadora dos quinze anos, magra adolescente sem graça e sem beleza. Órfã de pai, vieste com a tua mãe, viúva sem bens, de Castro Daire para Lisboa, na ronceirice monótona da terceira classe do comboio correio. Emigrantes da província buscando na cidade o trabalho que, mal pago, escasseava nos campos. Viviais em casa pobre e sem luz, no terceiro andar bafiento dum prédio velho de azulejos sujos ao fundo da Moraes Soares. Teus horizontes de menina e moça limitavam-se na frente à marmórea brancura do cemitério do Alto de S. João e nas traseiras à imundície das varandas de saguão onde o lixo se acumulava e as vizinhas aos berros discutiam de manhã à noite por questões de nada. Estabeleceu-se tua mãe como modista de bairro, angariando clientes de parques haveres que, regateando preços, exigiam perfeição e rapidez na entrega. Hora após hora, sentada no banco de costura, alinhavavas os pontos, chuleando sob a luz fraca dum candeeiro de roldana, dobrada, o peito para dentro, as costas abauladas no esforço mudo de ganhar dia a dia a comida escassa para tão desamparada família. Estudavas à noite, cabeceando sono e cansaço, com a vontade férrea de quem,

para quebrar a grilheta da miséria, procura num diploma a miragem dum ordenado certo que lhe mate a incerteza da fome nos trinta dias do mês. Ganhaste dois anos mais tarde o curso do liceu e uma mancha nos pulmões, tratada pela caridade amiga de Thomé Villar⁸⁴ que, para além de te restituir a saúde, te animou de esperança nos negros meses em que a tuberculose te fez conhecer o desespero e o rondar da tragédia.

Arranjou-te a mulher do Amílcar para, eventual, trabalhares nos correios fora do quadro, esperando vaga e concurso que garantissem a segurança medíocre do funcionalismo público. Rapariga feiosa em bata preta de cetim barato, esgaçada no peito, puída e gasta nos cotovelos ossudos, anos passaste inglórios nos postigos da estação de Campolide, conferindo vales, vendendo selos, contando palavras em telegramas anunciadores de mortes e nascimentos, casamentos e parabéns. Quantas vezes palmilhaste sob a chuva de inverno de S. Sebastião a Campolide para poupar uma zona de elétrico, magros escudos no ordenado anémico de assalariada estatal?

Depois deu-se o milagre do amor. Como tu, sem graça, apagado e anónimo, contigo casou quem nos andaimes da vida ganhava sustento pintando fachadas em equilíbrios sem fim. Consórcio de vidas modestas, junção de carências, de sonhos interditos, perigosos por irrealizáveis. Até que um dia, respondendo a um anúncio de jornal, rumaram para Luanda na mira de emprego tentador em nova empresa de construções, carecida de pessoal. Embarcaram à sorte, outra vez emigrantes, a caminho de África, medrosos de encontrar leões nas esquinas ou esturricarem escaldados sob um sol tropical que vos queimasse vivos. Encontraram labor e progresso, anos de labuta sem fim. Trabalho honrado e sério.

Para ti as tarefas intermináveis do escritório, para teu marido as empreitadas de rolo e pincel, pincel e trincha, a alindar moradias suburbanas, andares no centro, estabelecimentos ou lojas.

Tostão a tostão, Saudade de Angola, conseguiste casa, duas filhas, sustento de mãe, educação da irmã, automóvel, frigorífico, máquinas de lavar roupa e loiça, verniz para as unhas, mise no cabeleireiro, mesa farta, barriga cheia,

⁸⁴ Thomé George Vilar (1913-1980) foi um famoso pneumologista e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa.

alma lavada e coração ao alto. Vida simples, igual a tantas outras vidas que, na ascensão trepidante duma cidade que crescia sempre, apostavam no futuro.

Depois foi tudo o que foi. A revolução, o Rosa Coutinho, o MPLA, os musseques em chamas, a morte, a dor, o luto, o ódio sem fim duma vida calma e ordeira que não voltaria mais.

O pesadelo duma realidade atroz.

Saíste num começo de tarde, no intervalo da fuzilaria, para ires ao hospital com tua mãe e irmã. Partiram as três, avenida abaixo, como no começo da vida, nas vielas sinuosas de Castro Daire. Na hora de regresso, ao doce sol posto crepuscular, tua casa eram escombros sob os quais, exangues, jaziam inertes e carbonizados teu marido, tuas filhas, teus sonhos, tua vida, teu mundo. Um monte de tijolos quebrados, verguinhas retorcidas, pedras calcinadas, fumo e fogo aqui e além, eram o balanço tétrico duma situação trágica. Roupas e haveres, dinheiro sem valor, bugigangas, corpos humanos, tudo o fogo lambeu indiferente, guloso e apartidário.

Emigrantes de novo, mais velhas, mais gastas, sob o peso dum oceano de lágrimas de revolta, de sangue vertido, caem do céu numa Lisboa diferente, arruaceira e canalha, três mulheres perdidas de fé, perdidas de vida, perdidas de nada.

És tu, Saudade de Angola, a velha que sinto chorando nos meus braços, sem uma palavra, sem um queixume, lágrimas correndo em torrente rolada nos rios de meandros profundos que são as rugas da dor em rosto transido de medo, apático e desesperado?

Trinta e seis anos de idade e um século de dor.

Calo, senhor presidente da República, a vergonha que sinto por palavras não ter para exprimir quanto sofre meu espírito.

Choro, também, senhor presidente da República, silenciosamente e sem esperança, por esta “retornada” de Angola, cujos seios flácidos, pendentes, tremem convulsos contra o meu peito de português que, teimosamente, quero continuar a ser.

Sinto, senhor presidente da República, desiludido e amargurado, a fome, a indiferença, o desemprego que paira sobre Saudade de Angola, sem casa nem pão quando, talvez, quem a condenou em vida a viver como morta resida em

mansão do estado, fortaleza de praia com automóvel à porta e motorista às ordens.

Revolto-me, senhor presidente da República, respeitosamente e sem qualquer espécie de ofensa, por ver na televisão que pago a cara risonha dum qualquer alvar a discernir à toa sobre as Saudades de Angola que aos milhares se interrogam sobre um amanhã nebuloso que ninguém vê claro, fantasma de caos e de guerra civil que transforma cada mãe deste país que eu amo em outras tantas Saudades de Angola, viúvas em luto, farrapos de filhos mortos, gente sangrada no amor, na honra, no direito à dignidade humana de serem livres e respeitadas numa sociedade minimamente civilizada.

Chora, Saudade de Angola, beirã de Castro Daire, costureira da Morais Soares, funcionária de Campolide, emigrante da pátria, “retornada” do inferno para o inferno dos “retornados”, desiludidos sem norte nem certeza, sem calma nem tranquilidade de vida.

Chora, Saudade de Angola, que eu choro contigo a miséria que volta galopando, imponente no cavalo branco da anarquia e da fome.

Chora, Saudade de Angola, o marido morto, as filhas violadas, a casa destruída, o lar abandonado.

Porque não choras só, rapariga-velha, perdida nas brumas de ti mesma, na neblina da noite que albergas dentro de ti. Choramos contigo os portugueses de Portugal, do Minho ao Algarve, da Madeira aos Açores, aqueles para quem Camões é ainda o poeta, Afonso Henriques um rei, Vasco da Gama um marinheiro, povo que, suando, nos campos arroteia a terra, nas pedreiras arranca com mão calosa granito menos duro que o coração de certos homens, pescador desperto que no balouçar da noite lança ao mar luarento a bênção da rede para nos matar a fome, país real e verdadeiro, calado e trabalhador, que chora sem lágrimas, evangelicamente, enquanto Cristo Redentor não expulsar do templo os vendilhões da grei.

Chora Saudade de Angola.

Porque eu, na íntima pequenez da minha ignorância chã, senhor presidente da República, mais não posso que chorar também.

Por todos nós.

Tempo, 20 de novembro de 1975, p. 1 e 17

Angola: vã cobiça

Ribeiro Soares

Kinshasa (Tempo) — Portugal vivia ainda os dias felizes da descolonização decorrente do 25 de Abril.

A exemplo do que aconteceu na Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, tudo parecia encaminhar-se para que Angola alcançasse também ela, em paz, a almejada independência.

Todas essas esperanças ruíram, porém, transformando-se talvez na mais dolorosa e triste página da História de Portugal, já bem sentida na carne de muitas centenas de milhar de angolanos negros, brancos e mestiços.

Recordar aqui algumas palavras de Agostinho Neto do discurso que encerrou a Conferência do Alvor, a 15 de janeiro deste ano, é uma dolorosa evocação que impomos à meditação dos leitores.

Fazendo questão de recordar que “a partida das caravelas da Ponta de Sagres para o contacto com outros povos e continentes, e, portanto, para o advento de uma nova etapa na sociedade humana”, Agostinho Neto assinalou:

“As delegações da FNLA, do MPLA e da UNITA felicitaram-se pela boa colaboração e entendimento que existiu durante esta Conferência, colaboração que confirma o respeito prometido na pré-cimeira de Mombaça e que é prenúncio de uma estreita colaboração, ao começar o exercício de responsabilidades novas na nossa terra. O elemento fundamental para o êxito da luta de libertação foi finalmente adquirido e não consentiremos mais que as divergências não fundamentais sejam transformadas pelos nossos inimigos em disputas graves”.

E em jeito de profissão de fé:

“Em nome da FNLA, do MPLA e da UNITA, reafirmamos aqui o nosso desejo e determinação de defender por todos os meios as vitórias já adquiridas pelo nosso povo e de cooperar com o vosso país (Portugal), na base dos princí-

pios justos de respeito mútuo, não ingerência e reciprocidade de vantagens, ou seja: cooperação na independência e na dignidade”.

Estas palavras de esperança perderam-se na voragem vertiginosa de escassos meses. À unidade jurada a pés juntos no Alvor cedo se sobrepôs o ódio e, com ele, o caos e a anarquia sangrenta que culminaria com a expulsão de Luanda da FNLA e da UNITA e a saída apavorada de Angola de quase meio milhão de brancos, muitos deles nascidos na terra onde se viram forçados a deixar os seus haveres.

Entrou-se então numa nova fase: a da luta aberta e declarada entre o MPLA por um lado, e a FNLA e a UNITA por outro, que haviam de ratificar essa frente única de luta aberta às forças de Agostinho Neto, a poucos dias da independência.

Essa fase coincidiu com a internacionalização declarada e aberta da conjuntura angolana. Os campos já se encontravam suficientemente extremados para se adivinhar donde começaram a surgir os apoios financeiros e militares, estes traduzidos em armas e mercenários. Os superpotentados estavam demasiado atentos para lhes escapar o ensejo de poder atuar na altura própria...

Os dias que precederam a mais triste e original independência da História

Vivemos em Kinshasa a semana que precedeu o 11 de Novembro. Ali foi instalada a testa de ponte da FNLA, donde irradia agora toda a estratégia política e militar das hostes de Holden Roberto.

Não será de estranhar, convém assinalá-lo desde já, o interesse particularíssimo com que o Zaire acompanha o desenrolar dos acontecimentos na vizinha Angola. É que, com exceção das fronteiras da China com a URSS e do Canadá com os Estados Unidos, poucos países terão uma fronteira comum que ultrapasse os 2600 quilómetros...

A situação militar a oito dias da independência podia caracterizar-se por um enorme esforço da FNLA e da UNITA de consolidar posições na maior parte do território possível, a par do desejo frenético de estar em Luanda na altura da transmissão de poderes.

Todos os dirigentes do Bureau Político de Holden Roberto com quem falámos, nomeadamente o primeiro-ministro Johnny Eduardo⁸⁵, foram unânimes em formular esses objetivos primordiais.

A ofensiva sobre Luanda desenvolvia-se sobretudo na chamada “Frente Norte” e garantia-se que os homens da FNLA já tinham alcançado o Cacucaco. Na Frente Sul, os êxitos militares sob a alçada da UNITA conquistaram, em poucos dias, três posições-chave: Benguela, Lobito e Novo Redondo. Este último porto afigurava-se vital para o MPLA pois estaria a ser desembarcado por ali todo o material de guerra soviético que nas vésperas da independência contribuiu decisivamente — na opinião de círculos autorizados em diversas capitais africanas — para que Luanda não caísse nas mãos da FNLA.

Em vão todo o esforço diplomático

A par de todo este inquietante quadro de guerra desenvolvia-se intensa atividade diplomática no sentido de uma possível reconciliação de última hora entre os três movimentos. Principais antagonistas: a OUA, o Uganda — cuja denúncia declarada de ingerência soviética em Angola surpreendeu certos meios políticos e diplomáticos de Kinshasa — e, naturalmente, o Zaire e Portugal. Kampala surgiu então como a última esperança.

Para lá convergiram o ministro Vítor Crespo e representantes de Agostinho Neto, Holden Roberto e Savimbi, na desesperada tentativa de encontrar uma plataforma de entendimento, sob os auspícios da Organização da Unidade Africana, mais concretamente do seu Presidente, Idi Amin, o chefe de estado ugandês. Tentativa inglória, já que as posições se encontravam extremadas. Por um lado, a solução do MPLA de constituir-se um “governo nacional”, no qual aquele movimento se comprometia a incluir no elenco governativo homens de reconhecida competência e idoneidade, independentemente das suas opções políticas. Por outro lado, o desejo da FNLA e da UNITA de poderem, também eles, e em pé de igualdade com o MPLA, designar as personalidades

⁸⁵ Johnny Eduardo Pinnock (1946-2000) foi, em representação da FNLA, o último chefe do conselho presidencial do Governo de Transição de Angola, em 1975. Com a derrota da FNLA no ano seguinte, partiu para o exílio. Regressou ao país em 1984 graças a uma lei de amnistia, filiando-se no MPLA e sendo nomeado para o comité central do partido. Em 1992, foi designado vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e assessor especial do presidente para assuntos políticos. Mais tarde, seria apontado para embaixador de Angola para o Benelux, falecendo em funções em Bruxelas em 2000.

para o futuro governo. O não reconhecimento de Agostinho Neto, da FNLA e da UNITA como movimentos de libertação precipitou definitivamente a rutura do encontro de Kampala, já que essa posição era uma flagrante violação dos compromissos tão fielmente assumidos poucos meses antes, no Alvor. Sentia-se que os destinos de Angola não podiam ser ali decididos: eram simples jogo de interesses bem longínquos...

Esta a triste e desoladora situação, a dois dias da independência.

Mas a batalha diplomática não tinha ainda terminado. A par do Uganda, muitos outros países de África, com especial relevo para o Quênia, a Nigéria, a Zâmbia, os Camarões e o Zaire continuavam a apelar para todo o mundo, sobretudo para as superpotências, no sentido de não consentirem que a independência fosse dada, unilateralmente, a qualquer movimento.

Ao lado destes países africanos a China desencadeou também uma vasta ação recriminativa contra Moscovo, nos termos de dureza habituais do já longo diferendo sino-soviético.

O clima de hostilidade a Moscovo mantinha-se obstinadamente.

Mobutu fez questão de afirmar que “a imagem memorável do Zaire na luta pela libertação de Angola não seria jamais destruída pela propaganda da URSS e do MPLA”, enquanto Idi Amin se permitia pedir satisfações diretas a Brejnev.

Também os jornais exploraram bem os ventos de hostilidade soviética naquelas paragens. O *Salongo*, autorizado matutino de Kinshasa, fez publicar um artigo de fundo sob a epígrafe: “Os russos perderam a cabeça” e o *Daily Nation*, do Uganda, afirmou que “a ingerência da URSS em Angola é uma ingerência nos destinos da própria África!”

As superpotências do Ocidente escaparam habilmente a esta onda de hostilidade. Embora por demais admissível a sua ingerência na conjuntura angolana, todas elas apoiaram abertamente a posição do governo português e da OUA, de conceder a independência aos três movimentos de libertação.

O que aconteceu no dia 11 já é do pleno conhecimento da maioria dos leitores.

Simultaneamente em Luanda e no Ambriz foram proclamadas duas independências: a República Popular de Angola, pelo MPLA, e a República Popu-

lar e Democrática de Angola, pela FNLA e pela UNITA, enquanto o alto-comissário regressava a Portugal sem ter assistido a qualquer cerimónia...

Cumpre-nos salientar a dignidade, condicionada pelas vicissitudes irreparáveis, dos termos da proclamação lida pelo almirante Leonel Cardoso, antes de deixar Luanda, ao transmitir os poderes ao povo angolano, a quem caberá, afinal, decidir o seu próprio destino.

No discurso que proferiu em Luanda no dia 11, Agostinho Neto sublinhou que “o povo angolano tem de continuar a lutar pela completa libertação do seu país e contra os lacaios imperialistas”.

A essa mesma hora, em Kinshasa, Johnny Eduardo afirmava em conferência de imprensa: “A UNITA e a FNLA dominam agora onze dos dezasseis distritos de Angola e 4 200 000 dos seis milhões de angolanos. Em Angola, como no Vietname — onde Thieu dominava apenas Saigão —, a tenaz vai apertar-se em redor de Luanda, até que não reste mais MPLA.”

A evocação do Vietname, mesmo que a título de mero exemplo, constitui sério aviso às trágicas consequências de uma escalada de guerra, já para muitos observadores inevitável em Angola. Mais trágico ainda é que ninguém se atreverá a responsabilizar o povo de Angola por essa escalada. Ele terá de limitar-se a ser o grande e único mártir.

Como muito bem assinalou o almirante Leonel Cardoso, é “a própria riqueza de Angola que constitui, neste momento, a sua maior desventura...”

Jornal de Notícias, 29 de novembro de 1975, última página

A igreja católica em Angola

C. V.

Em 11 de Novembro a ex-colónia portuguesa de Angola tornou-se independente. O facto repercute-se em todos os aspetos da vida humana, desde o material ao religioso, desde o económico ao intelectual. A presença da igreja católica podemos vê-la, e devemos, em três fases: a anterior ao Acordo Missionário; a que vigorou desde 1941 a 15 de novembro; e a correspondente à independência política da colónia. A primeira fase, que teve a duração de séculos, foi de intensa atividade missionária, a bem da fé e da pátria.

Nem o general Norton de Matos, maçã, deixou de louvar e fortalecer as missões católicas que desde as cidades ao interior foram testemunhas da fé e presença viva de Portugal. Negá-lo, só por cegueira ideológica. O período que se projeta desde a assinatura da Concordata, em 1940, e do Acordo Missionário, em 1941, subordinou a igreja aos interesses da metrópole. O ensino dos indígenas, totalmente confiado aos missionários, tem que se submeter à orientação da Constituição política e é orientado à inserção dos indígenas na nação portuguesa.

Os missionários católicos estrangeiros aperceberam-se do facto e tentaram reagir. Assim, em 1974, os missionários das províncias Vascongadas, de Espanha, com missões em Malange e Sá da Bandeira reuniram-se e tomaram as seguintes resoluções em relação à pastoral e às relações com os movimentos de libertação. Para a Igreja pediram: indeginização no fundamental — bispos, padres, seminários, escolas de catequistas, etc., procurando que os diretores destas e dos seminários fossem nativos; conhecimento do mundo bantu, para colaborar com a igreja em sua linha indígena, e evitar a queda numa nova colonização eclesial.

Quanto aos movimentos de libertação decidiram:

— “Se nas linhas fundamentais dos programas defendem os direitos humanos, estamos dispostos a colaborar com eles”;

— “Aceitamos auxiliar estes movimentos com os nossos meios, materiais e pessoais, sempre que não tenham possibilidades próprias e a ação realizada esteja numa linha de justiça de acordo com os nossos princípios fundamentais”;

— “Conservamos, portanto, a liberdade, o direito e a obrigação de criticar todos os partidos, partindo de uma linha cristã”.

Apesar destas boas disposições, os mesmos missionários começaram a ter dificuldades, mesmo com o bispo de Malange, mons. Eduardo André Muaca.

Este bispo começou a distinguir missionários de missionários, procurando aceitar uns e rejeitar outros. Foi tão grave o conflito que D. José María Setién, bispo auxiliar de S. Sebastião e delegado permanente dos bispos de S. Sebastião e delegado permanente dos bispos de Bilbao, S. Sebastião e Vitória para todos os assuntos referentes às missões diocesanas, teve de ir a Malange, chegando-se ao seguinte acordo: os missionários comprometeram-se a agir de acordo com as diretrizes pastorais da igreja local e o bispo D. Eduardo Muaca comprometia-se a apoiar as iniciativas pastorais diocesanas.

Este conflito seria um símbolo em relação ao futuro...

Até ao dia da independência, noventa por cento dos missionários europeus deixaram as terras de Angola. Os próprios bispos europeus não assumiram a responsabilidade de os ter nas dioceses. Uns vieram para a metrópole, outros seguiram para o Brasil e um que outro para a França. A reação contra os colonizadores europeus não escondia a agressividade contra os missionários, e a instabilidade política aconselhava a defesa. Uma causa, e talvez a mais importante, vem de longe: a importância e supremacia que o clero indígena, isto é, a igreja nativa, tomava sobre os europeus, não vendo o clero europeu com bons olhos. A Santa Sé já no tempo de Salazar batalhava para que as dioceses fossem preenchidas com bispos negros.

Os conflitos entre o Vaticano e o governo português eram sobejamente conhecidos. As primeiras nomeações tiveram um ar de vitória rácica. Depois os sacerdotes negros que foram trazidos para a metrópole, sob prisão, na ocasião do terrorismo, eram realmente de valor e sentiram-se maltratados pelos brancos. Tudo isto preparou esse ambiente que se respira em Angola: a má vontade contra o missionário branco, mesmo por parte da igreja local.

A esta atitude eclesial, mas não pastoral nem eclesial, juntou-se Agostinho Neto, que declarou publicamente: “Não precisamos cá dos padres brancos,

porque podemos fazer também padres pretos”. O pensamento dos outros dois movimentos de libertação também não está definido.

A tudo isto junta-se uma posição hesitante da hierarquia perante os movimentos de libertação. Os bispos portugueses, mal surgiu o “25 de Abril”, colocaram as dioceses nas mãos do papa. Puseram-se ao dispor da Santa Sé. Talvez por isto, talvez por receio de irritarem os movimentos de libertação, a verdade é que a hierarquia não fez àqueles movimentos qualquer pedido em ordem a esclarecer a atitude, teórica e prática, que tomariam a respeito da igreja. E o facto parecia fundamental. Criou-se assim o problema de a igreja católica em Angola ficar reduzida a 30 por cento de clero e de religiosas. O êxodo dos missionários alcançou a cifra de 90 por cento.

Entrevistas

Pretos e brancos são povo de Angola
— declara ao *Expresso* Agostinho Neto

Augusto de Carvalho

“Quando se fere uma pacaça é necessário abatê-la, tirá-la do terreno e enterrá-la para que não empeste todo o ambiente. É um ditado da minha terra que se aplica, agora, ao fascismo que acaba de ser derrubado em Portugal”.

Estas palavras são do dr. Agostinho Neto, que trocou a medicina estudada entre nós, depois de haver conhecido por duas vezes os cárceres da PIDE, para se dedicar, de armas na mão, à sua causa de libertação do povo angolano. Pronunciou-as no 1.º de Maio, em Londres, numa reunião de portugueses, a maioria exilados, por entre aplausos, vivas e gritos de vitória.

Agostinho Neto, acompanhado da mulher, com o cravo vermelho na lapela, exprimindo-se num português correto, fácil e arrastado, começou por dizer:

“É com imensa alegria que vejo aqui reunidos tantos portugueses, desta vez em ambiente de euforia. Tenho-os encontrado noutros lugares: na Bélgica, no Canadá e por aí fora. Todos nós temos estado a comer o pão amargo do exílio, com os nossos povos ocupados por regime fascista e colonialista. O sangue dos soldados de Portugal e o sangue dos soldados de Angola como que se misturam em contradição trágica e dramática para criar a libertação dos dois povos. O vosso parece que já está libertado.”

Foi em Londres que o *Expresso*, por intermédio do seu enviado especial, veio encontrar o dr. Agostinho Neto, líder da principal organização de guerrilheiros de Angola. Recebeu-nos com afabilidade e dispôs-se a conversar conosco sobre problemas que nos afligem. Da principal troca de impressões resultou uma conversa gravada que passamos a transcrever na íntegra. Insistimos na expressão “na íntegra”, porque na entrevista há silêncios e meias palavras que significam mundos de possibilidades na exploração de caminhos conducentes ao fecho de uma guerra que dura há treze anos. Ocasões houve em que jogámos ao gato e ao rato e só não foi possível um maior esclarecimento

porque o seu anfitrião, Lord Gifford⁸⁶, presidente da Comissão para Ajuda aos Movimentos Africanos, nos fazia insistentemente sinal para o relógio, já que compromissos inadiáveis esperavam o nosso interlocutor.

O conteúdo

Expresso — Além do cariz patriótico que caracteriza o MPLA, cariz esse traduzido na luta sem tréguas contra a presença governante de Portugal, pode o dr. Agostinho Neto descrever-nos o conteúdo ideológico do movimento a que preside?

Agostinho Neto — O nosso movimento, que foi fundado em 1956, tem como fundo ideológico a preocupação de libertar o nosso povo do colonialismo e para isso baseia-se em dois princípios fundamentais: 1.º, que é necessário trabalhar com as massas, que é preciso que as massas populares se movimentem, que elas deem o seu esforço para a libertação do país.

Em 2.º lugar, pensa responder a duas questões essenciais: Quem é o inimigo e quem é o nosso povo. Quem é o inimigo? Nós pensamos que é o imperialismo, que é o neocolonialismo. É o colonialismo.

Quem é o nosso povo? Pensamos que é o operário, o camponês, o pequeno burguês, é o burguês patriota, é a intelectualidade.

Desta maneira nós vamos realizar a nossa política, que comporta, portanto, todas as camadas sociais do nosso país, que abrange todos os setores da vida nacional, a vida da nossa terra e que tem como objetivo fundamental imediato a resolução da contradição que existe entre nós e o colonialismo.

Expresso — Podemos afirmar que para além do problema especificamente colonial contra que estão a lutar há já treze anos, o MPLA tem também um fundo anticapitalista?

Agostinho Neto — É difícil definir o nosso movimento assim, porque as estruturas sociais no nosso país não são simplesmente capitalistas. Os colonizadores portugueses introduziram o capitalismo no nosso país numa fase de evolução da nossa sociedade em que ainda havia o regime do clã ou tribo e em muitas áreas, no interior do país, coexistem as duas formas de organização: capitalismo e tribalismo. É com base nesta realidade que nós pensamos fazer evoluir o país, evoluir a nossa sociedade para uma sociedade mais justa, mais

⁸⁶ Anthony Maurice Gifford, VI Baron Gifford (n. 1940).

racional e mais progressista. Não podemos combater já o capitalismo porque em algumas áreas será necessário desenvolver mesmo a sociedade para o capitalismo, porque se nós quiséssemos uma transformação mais rápida do nosso país poderíamos cair em erros graves. Podemos cair numa situação em que o nosso povo não compreenda o que se vai fazer. É preciso que a evolução económica, a evolução material do país, acompanhe a evolução política e ideológica do nosso povo.

O povo angolano quem é?

Expresso — Quando o dr. Agostinho Neto emprega a expressão “nosso povo”, engloba, também, o povo branco que vive em Angola, muito do qual ali nasceu, organizou a sua vida e ali trabalha?

Agostinho Neto — Evidentemente quando eu digo o “nosso povo” são todos os que nasceram em Angola e se consideram angolanos. Quer dizer: os pretos (houve uma hesitação de voz na palavra *pretos*, talvez devido à carga sociocultural, fruto de dominação que destruiu identidades) que tradicionalmente são considerados africanos e angolanos e os brancos que estão há cinco séculos no nosso continente e no nosso país. Portanto, esse é o nosso povo.

Expresso — Já antes, o dr. Agostinho Neto havia escrito em comunicado que leu, salvo erro, pela manhã, na Câmara dos Comuns onde foi recebido: “Para o MPLA, nunca a existência de uma grande comunidade branca em Angola constituiu um problema em si, pois que o nosso movimento é por princípio antirracista. Disso é prova o facto de que um bom número de brancos militam no MPLA. O Movimento Popular de Libertação de Angola está pronto a dar todas as garantias de continuidade de uma população branca em Angola, desde que, evidentemente, como todos os habitantes do país, se submeta às leis e aos supremos interesses do estado angolano independente.”

Negociações e caminho político

Expresso — O 25 de Abril abriu nova porta em Portugal que torna até possível a publicação desta entrevista, publicação esta antes absolutamente impensável. É neste contexto que tomo a liberdade de lhe fazer algumas perguntas. Acredita na viabilidade de um caminho político que ponha termo à guerra, em Angola, ou será forçoso resolvê-la pela força das armas?

Agostinho Neto — Eu acredito que todos os conflitos armados são resolvidos pela política. E se nós estamos a exercer esta pressão militar sobre o regime colonial português, é exatamente para obter a solução política que é desejável para nós todos, para que nós cheguemos à independência do nosso país. Não somos guerreiros. Não somos terroristas. Não somos cruéis.

Expresso — Permita-me que abra aqui um parêntesis e o interrompa. A RTP, agora com uma comissão militar a presidir-lhe, empregou anteontem, pela primeira vez, no seu noticiário, a expressão “guerrilheiros nacionalistas angolanos”, em vez do tradicional *terrorista*, locução característica do regime que acaba de ser derrubado.

Agostinho Neto — Ah! Bom! Está correta!... Nós éramos considerados como terroristas. Nós desejamos, simplesmente, que se modifiquem as relações que existem entre o povo português por um lado e o povo angolano por outro. O povo português é obrigado a manter relações de domínio em relação ao povo angolano. Na realidade, essa dominação aproveita apenas a meia dúzia de famílias em Portugal. E não aproveita, na realidade, aos camponeses, operários e pequenos funcionários do país.

Por isso, para nós, seria ótimo que uma solução pacífica, uma solução política, se encontrasse o mais cedo possível para que estabelecêssemos as relações que desejamos. Relações de amizade dentro do respeito mútuo.

O primeiro passo para as negociações

Expresso — Ficou claro que o dr. Agostinho Neto encara a possibilidade e a viabilidade de negociações com o governo português. Estaria resolvido a dar o primeiro passo, se é que alguém já não o deu?

Agostinho Neto — Esta é uma questão que... O primeiro passo seria possível se as condições estivessem criadas. Até agora não estão. Não estamos bem esclarecidos sobre a posição da Junta. É absolutamente necessário que as coisas estejam claras para nós darmos o primeiro passo, se for necessário. Mas esperamos que não sejamos nós os primeiros a dá-lo.

Expresso — No caso de negociações, quem lhe parece que nelas devia participar? Seriam conduzidas isoladamente ou, em conjunto, por todos os movimentos ao mesmo tempo? Por outras palavras, o MPLA considera-se solidário com a FRELIMO, com o PAIGC, etc.? Não falamos na UPA, pois Agostinho

Neto já nos havia dito que considera o MPLA o único representante do povo angolano e omite, por sistema, falar na UPA de Holden Roberto.

Agostinho Neto — Eu creio que essa é uma questão de processo, o que nós poderíamos discutir num outro ambiente. Quer dizer, era necessário discutir com os nossos camaradas do PAIGC e da FRELIMO, mas creio que as duas fases são necessárias. Há uma parte que diz respeito a todas as colónias. Há uma parte que diz respeito a cada uma em particular. Portanto, nós podemos, evidentemente, para os problemas gerais, falar em conjunto e isso será ótimo, na minha opinião, e em particular para resolver os problemas nacionais.

O MPLA como partido político

Expresso — No caso do caminho político, desejaria fazer-lhe uma pergunta que se me afigura sobremaneira importante para ambas as partes: pretende o MPLA uma independência imediata, sendo intransigente neste ponto, ou estaria disposto a participar num plebiscito cujo objeto seria precisamente a independência, sim ou não, funcionando o MPLA como partido político dentro de Angola, com todas as garantias para salvaguarda das pessoas e respetiva propagação ideológica? Quer dizer: o MPLA entraria em Angola de direito próprio, uma vez acabado o conflito armado, em igualdade de circunstâncias com os outros movimentos criados ou a criar, fazendo a sua propaganda e esclarecendo as gentes do seu ponto de vista que, em termos de imediatez, é naturalmente o da independência?

Agostinho Neto — O nosso movimento preconiza a independência imediata e completa. Mas as questões de processo: como é que se vai chegar a essa independência imediata e completa, nós podemos discuti-las, desde que o governo, a autoridade portuguesa, assim deseje. Portanto, vamos analisar o problema, até porque eu não posso dar uma resposta antes de o discutir, quer no meu movimento, quer com os outros movimentos de libertação.

Expresso — O que me parece é que, para a consecução de uma independência, seria necessário acabar imediatamente com a guerra e depois entrar no jogo dos compromissos. Isto se o governo português declarasse explicitamente admitir a independência. Se bem consegui ler nas entrelinhas das respostas às minhas perguntas, parece que o MPLA poderia, pelo menos, considerar esta hipótese.

Agostinho Neto — Sim. Poderemos considerar essa hipótese desde que haja a satisfação de algumas condições: uma delas é o reconhecimento do nosso direito à independência e consequentemente a libertação dos prisioneiros políticos. De todos eles, incondicionalmente.

É necessário também que as Forças Armadas sejam postas fora do campo de batalha, para que não constituam uma ameaça de um momento para o outro.

É necessário, por outro lado, que exista esse desejo de negociações e que nós comecemos a discutir o problema.

O papel das Forças Armadas

Expresso — Disse o dr. Agostinho Neto que era necessário que as Forças Armadas fossem postas fora do campo. Refere-se às Forças Armadas portuguesas e também às Forças Armadas do MPLA? Ficariam apenas forças da ordem para garantir a preparação desse clima de independência?

Agostinho Neto — Não. Forças Armadas do MPLA são forças nacionais. É preciso, portanto, que as Forças Armadas estrangeiras, que são as Forças portuguesas, se retirem do terreno.

Expresso — E a nível de polícia, de manutenção de ordem pública?

Agostinho Neto — Tudo deveria ser transferido para as mãos do MPLA.

Expresso — No caso de uma independência imediata, como reagiriam as populações que não concordam com os esquemas de vida socio-económico-político preconizados pelo MPLA? Vou dizer-lhe mais claramente a razão desta minha pergunta: penso que uma boa parte da população não é comunista e até, devido à propaganda sistemática do anterior regime, o comunismo, para muitos, é um bicho de sete cabeças (papão). Acontece que foi posto a circular e a convicção é generalizada que o MPLA é um movimento comunista, sendo inclusivamente subsidiado pela URSS e também pela China.

Desejaria, portanto, saber se o MPLA tem realmente definidos esquemas de vida económico-políticos que imporá a todos, uma vez no poder?

Reação das populações à independência

Agostinho Neto — Eu creio que nós temos de ser realistas e temos de admitir (e nós temos a experiência disto) que nem toda a população de Angola

compreende perfeitamente o que é a luta de libertação e muito menos pode compreender os esquemas de administração futura do país do ponto de vista económico, político, etc. É preciso que haja um certo tempo de preparação. Mas o que eu me recuso a admitir é que essa preparação seja feita pelos colonialistas portugueses. Tem de ser feita por nós. Durante cinco séculos não houve essa preparação. Como é que em dois ou cinco anos ela se vai fazer? Será, talvez, apenas iludir o problema. Nós podemos fazer essa preparação para que os esquemas tenham a adaptação que mais corresponde à solução dos problemas dos interesses nacionais e que tal seja bem compreendido pelo nosso povo.

Expresso — Nesta suspensão para a independência, há todo um caminho a percorrer em que se deviam estreitar relações entre Portugal e Angola, ou advoga o dr. Agostinho Neto a rutura imediata?

Agostinho Neto — Eu não advogo a rutura nem mediata nem imediata. Há dois problemas a considerar: um é o da independência, outro o da organização do país.

A independência deve ser imediata para nos permitir a nós reorganizar o nosso país. Não pondo o problema ao contrário, que é como quem diz organizar primeiro para depois haver independência. Nós devemos ser os responsáveis dessa reorganização.

Expresso — Estou a notar que o dr. Agostinho Neto consegue falar um português melhor que o meu, de acentuado sotaque beirão, o que significa que há laços muito fortes entre nós.

Agostinho Neto — O meu sotaque é angolano.

Expresso — Sim, mas está muito Portugalizado.

Como vê as ligações futuras de uma Angola independente com Portugal.

Agostinho Neto — Eu penso que nestes cinco séculos de dominação colonial se criaram laços humanos que não se perdem. A humanidade, no fundo, está a caminhar para um equilíbrio, para uma maior cooperação entre os povos, para uma maior compreensão humana. Do ponto de vista económico, não sei se Portugal pode, desde o início, passar sem um intercâmbio comercial com as suas colónias. Eu não sei se as colónias podem passar sem técnicos portugueses.

Expresso — Professores...

Agostinho Neto — Professores, etc.

De resto, a experiência histórica de África mostra-nos que as metrópoles antigas sempre mantêm relações preferenciais com as antigas colónias. Eu acho que tudo isso fará com que Angola (é um problema de orientação política) venha a ter relações de amizade, de cooperação, de fraternidade com Portugal, em atmosfera de cordialidade, baseada no respeito pela independência e não ingerência nos negócios internos.

Federalismo é neocolonialismo

A entrevista com o dr. Agostinho Neto foi relativamente rápida, embora tivéssemos oportunidade de trocar impressões com o líder guerrilheiro antes e depois, e ainda o conseguimos ouvir em reunião com portugueses a que acima fizemos referência. Para já o federalismo é hipótese que absolutamente rejeita. “Não estamos dispostos a fazer concessões que representem uma nova forma de escravidão. Queremos viver no mundo como qualquer outro povo independente e soberano. O nosso povo quer elaborar ele mesmo a sua política e não estar sujeito a nenhuma potência. Se não se fizerem imediatamente opções corretas, o MPLA tirará a conclusão de que o golpe militar não passa duma simples manobra demagógica com o único objetivo de perpetuar a dominação colonial, embora sob formas ligeiramente diferentes.”

Antes havia referido o dr. Agostinho Neto: “Ao longo destes últimos cinco séculos as histórias do povo português e do povo angolano têm estado intimamente ligadas. Mas infelizmente os laços que nos têm unido traduzem relações de exploração, de dependência, de humilhações. Os povos angolanos e das outras colónias portuguesas têm sido vítimas do mais antigo, cruel e obsoleto dos sistemas coloniais do mundo. Milhões de africanos exportados como animais para as Américas, guerras para a captura dos escravos, trabalhos forçados, chicote, palmatória, exploração desenfreada, humilhações sem conta, racismo virulento, guerras coloniais de genocídio e assassinatos cobardes dos líderes dos movimentos de libertação têm sido apanágio do colonialismo português e tudo em proveito da oligarquia fascista, porque o povo português nunca tirou benefício da exploração colonial, antes pelo contrário, a manutenção do colonialismo constitui um obstáculo intransponível à democratização de Portugal.”

Jornal de Notícias, 20 de julho de 1974, última página

Homens & Ideias: Pinto Machado⁸⁷

As colónias prosseguem no caminho da independência

Entrevista de José Saraiva

— Não encontrei a sociedade multirracial de que ouvira falar, de que todos ouvíramos falar... Esta a dolorosa desilusão. Pois as pessoas não andavam aos tiros, mas havia, e há, duas comunidades que coexistem, sem, contudo, conviverem. Uma branca e outra negra. Cada uma vive fechada no seu próprio mundo.

Serenamente, no ambiente de sua casa, o prof. dr. Joaquim Pinto Machado, um dos deputados da “ala liberal” da X Legislatura, ajuizava para o repórter a impressão de uma vivência como oficial-médico em Angola. Naturalmente que, afastado de Portugal na hora da grande viragem histórica que o 25 de Abril proporcionou, o prof. dr. Pinto Machado viveu, lá longe, intensamente esses acontecimentos que ditaram o futuro desta nação que todos nós, avidamente, procuramos encontrar. Surpreendido, talvez, pela natureza do MFA, o ex-deputado compreendeu-o perfeitamente no contacto que manteve diretamente com os elementos das Forças Armadas em serviço na mais rica colónia portuguesa.

— No seio das Forças Armadas senti, encontrei, uma certa saturação pela manutenção de uma guerra que, durando há já treze anos, ameaçava prolongar-se. Mais: uma certa vontade que alguns manifestavam de envidar os seus esforços para passar à reserva. Era frequente, mesmo, ouvir esse tipo de desabafo. Acrescido, ainda, de que existia o espectro de que esta situação não tem fim... Esta realidade assentava ainda neste facto insofismável: o Exército português caminhava para a extinção! Havia os que saíam por vários motivos e

⁸⁷ Joaquim Pinto Machado (1930-2011) foi um médico, professor universitário e político português. Foi deputado à Assembleia Nacional pela “ala liberal” da Ação Nacional Popular, na X Legislatura (1969-1973), aderindo ao Partido Popular Democrático depois da revolução de 25 de Abril de 1974. Mais tarde ocuparia o cargo de secretário de estado do Ensino Superior (1984-1985) e o de governador de Macau (1986-1987).

não eram rendidos pelo ingresso de outros na Academia Militar. Isso conduziu ao célebre decreto que está, quero crer, na origem do 25 de Abril... Inicialmente, deparei mesmo, por parte de africanos brancos, com uma certa hostilidade em relação às Forças Armadas.

Perspetiva não totalmente ignorada esta. Só que é verdadeiramente insuspeita quando referida pelo sr. prof. dr. Pinto Machado. Consubstancia na realidade todo um quadro gerador de um movimento que, aproveitando-se de uma reivindicação imediata (no tempo, ainda, do general Horácio de Sá Viana Rebelo como ministro da Defesa e do Exército), ao nível de salário, tinha mais profundamente inoculado um outro aspeto: acabar com um governo que, teimosamente, queimava todos os cartuchos possíveis na manutenção de uma guerra considerada por muitos como perdida.

— Um dos outros aspetos que me desiludiu profundamente foi encontrar a comunidade negra, desde a habitação até à situação que ocupava no mercado de trabalho, realmente em condições extremamente inferiores. Tudo isto poderia gerar uma revolta no regime, mas só com a queda deste é que a política ultramarina poderia sofrer alterações sensíveis...

Ingenuidade justificada...

Há quem sustente que um dos aspetos que contribuíram para que se desencadeassem forças que apressaram essa hecatombe de um sistema que só aparentemente era sólido foi a ação desenvolvida pelos deputados liberais...

— Quando verifiquei a inutilidade dessa minha ação, ela estava no fim... Foi ingenuidade acreditar que era possível lutar pelas liberdades fundamentais na Assembleia Nacional. Visto assim à distância, concordo que foi uma ingenuidade, porque qualquer abertura era impossível. O regime não tolerava essas aberturas. Acreditei, talvez como a maioria dos portugueses, que havia uma sincera vontade de estabelecer aqui, como o dr. Melo e Castro⁸⁸ um dia apontou, um regime europeu ocidental. Experimentado o bloqueio, verificado o circunscrever ainda mais desse bloqueio, fiquei convencido que só um “putch” militar poderia transformar a situação política. No meu contacto com os

⁸⁸ José Guilherme Rato de Melo e Castro (1914-1972) foi um advogado, juiz conselheiro do Tribunal de Contas e político português, que exerceu importantes funções durante o Estado Novo. Considerado o mais liberal dirigente da União Nacional, deve-se-lhe a inclusão de membros da “ala liberal” nas listas concorrentes às eleições de 1969.

militares, nunca lhes senti a coragem para realizar essa operação. Como dizia o prof. Miller Guerra⁸⁹ a propósito das nossas universidades, “não são precisas apenas pessoas novas de ideias, são precisas também pessoas novas de idade”.

Estando o prof. dr. Pinto Machado em Luanda no momento do golpe do 25 de Abril, impunha-se-nos procurar saber como tinham chegado lá as notícias da eclosão do movimento.

— Na Emissora Oficial, no noticiário das 13, difundira-se que teria eclodido um movimento militar. A notícia era bastante difusa, pouco explícita. Não se sabia bem o que era... Todos ficaram ansiosos, não houve continuidade desse noticiário. Estabeleceu-se um bloqueio que, contudo, uma estação, a dado momento, furou... O boato de que tempos antes houvera uma tentativa de sentido oposto preocupava as pessoas mais interessadas. Só talvez no dia seguinte ou depois é que se conheceu perfeitamente a natureza do movimento e dos seus objetivos.

Aos poucos, o prof. dr. Pinto Machado foi adquirindo elementos que lhe possibilitaram o conhecimento mais ou menos correto da situação.

Um político sem partido

Entretanto, a comissão de serviço terminou e o prof. dr. Pinto Machado regressou a Portugal. O seu primeiro contacto foi exatamente com o seu amigo dr. Francisco Sá Carneiro, então ministro do primeiro Governo Provisório. Que significa essa visita — no plano político, é evidente?

— Politicamente, nada significa. Não estou ligado ao PPD e, por isso, a visita teve apenas um carácter amistoso. Existe um governo de coligação que eu já previa, pois constava do Programa do MFA. A única dúvida era se funcionaria... Dado que é uma experiência nova, importa, sim, consolidar as regalias concedidas ao povo no 25 de Abril. E penso que, mesmo agora, na vivência democrática, aquilo que separa deve ser sempre menos importante do que aquilo que une. Aprender a viver na divergência de opiniões é que se torna decisivo. Ninguém tem a verdade total... Olhe: o prof. Pereira de Moura fez um discurso em Bragança no qual deu vários exemplos de fascismo. Muitos

⁸⁹ João Pedro Miller Pinto de Lemos Guerra (1912-1993) foi um médico, professor universitário e político português. Integrou a “ala liberal” e, depois da revolução, a assembleia constituinte, em representação do Partido Socialista.

não souberam entender bem essas palavras. Meditando nelas, facilmente se verifica que apontam atitudes de superioridade, de falta de respeito pelos outros, de opressão, de violência. Isso é que tem de acabar... É óbvio que ninguém entra nos partidos por amizade. Eu mesmo tenho amigos no Partido Socialista, como o dr. Mário Sottomayor Cardia. De facto, o que mais me agradava era trabalhar num tipo de associação cívica, num clube político em que coubessem todas as posições democráticas — menos os extremistas. Essas pessoas até poderiam estar filiadas em partidos. Aí discutir-se-iam, então, as várias opções, porque se colocamos apenas a questão dos partidos corremos o risco dos monólogos.

O prof. dr. Pinto Machado ainda não se decidiu por uma filiação partidária. Entre o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático residirá a escolha, que, contudo, só poderá ser feita quando se definirem mais concisamente as suas linhas programáticas. Um socialismo na liberdade — é, no fundo, deduzimos o que serve as razões do ex-deputado liberal.

Tendo por certo que a questão colonial ocupa um ponto-chave, juntamente com o problema económico, da vida política portuguesa, perguntámos, finalmente, ao nosso interlocutor que futuro pensa ser o das colónias, tendo em vista a sua experiência em Angola. A resposta foi clara e precisa:

— Vejo o futuro dos territórios africanos na sua constituição em estados independentes. Por variadíssimas razões, creio ser possível, fácil e até desejado pelos respetivos governos e populações, a manutenção de laços fundamentais com Portugal.

Diário de Notícias, 31 de agosto de 1974, p. 10

Salvar quanto haja de positivo nos escombros da descolonização

Retrato do Colonizado, foi dado à estampa em quinze países, nomeadamente na França, Espanha, Inglaterra, Itália, Alemanha, Jugoslávia, Japão, Argentina e Canadá, e tornou-se já uma espécie de clássico para todos os leitores que pretendem compreender as relações e a conduta entre colonizadores e colonizados.

Hoje a obra de Albert Memmi é comentada em várias Faculdades e, em particular, nas Universidades frequentadas por negros. A crítica, por outro lado, e até Léopold Sedar Senghor, presidente da República do Senegal, classificaram a obra “como um documento ao qual os historiadores da colonização se hão de referir”, enquanto Alioune Diop, presidente da Sociedade Africana de Cultura, o considerou “a melhor das obras conhecidas sobre a psicologia colonial”.

O seu destino, porém, foi bastante singular. Antes da guerra da Argélia, Albert Memmi, ao descrever com nítida precisão as fisionomias do colonizador e do colonizado, bem como o drama que intimamente os ligava, concluía não haver outra solução para o problema além da aniquilação e da independência. Mas nem todos os povos estavam ainda preparados para esta solução radical. A teoria apresentada pelo autor parecia então delirante, mesmo para a esquerda. Depois os acontecimentos precipitaram-se, na Argélia, na África negra e noutros pontos. E tudo o que Memmi tinha escrito e predito se revelou exato.

“Na realidade, interesse-me pela colonização quase desde que nasci”, salientou Albert Memmi, quando ontem, ao fim da tarde, na Galeria Opinião, se reuniu com escritores, jornalistas e admiradores, durante o convívio que assinalou o lançamento daquele livro em Portugal.

“A colonização passou a ser para mim — acrescenta — uma experiência vivida, a partir do momento em que, como tunisino, fui colonizado. Os contactos com muitos dos meus camaradas de escola, professores e amigos franceses permitiram-me conhecer melhor o colonizador. Ao mesmo tempo, senti

intensamente o racismo e, mais tarde, quando comecei a viajar, meditei muito sobre esses problemas. *Retrato do Colonizado*, portanto, não nasceu apenas de uma escolha intelectual, mas sim de uma experiência vivida.”



Colonialismo português — uma situação um pouco confusa

A propósito da atual situação do colonialismo português, Memmi acentua:

“Se bem que só nos últimos tempos me tivesse interessado pelo colonialismo português, a verdade é que na presente situação há nele vários aspetos que, pela sua originalidade, me apaixonam. É evidente que nesta altura se verificam os habituais problemas resultantes da descolonização.

“De qualquer forma, e dado que a situação é um tanto difícil de compreender, penso que haverá toda a necessidade de manter a prudência. Recuso-me a aceitar a atitude dos homens que vêm de fora para dar lições.

“Aliás, perante os atuais acontecimentos, verificam-se todos os mecanismos habituais, em casos desta natureza. No entanto, e uma vez que a derrocada do colonialismo português é uma certeza, muita coisa há a salvar. No entanto, só o povo português poderá encontrar as soluções corretas para o seu caso.

“Por exemplo, a maioria das elites dos ex-colonizados fala a língua da Metrópole, o que é extremamente importante, porque determina atitudes mentais, ambientes culturais e o próprio espírito literário. Nem tudo, porém, é para salvar. Seria uma ingenuidade. Não sou idealista, mas entendo que os fatores culturais e linguísticos podem permanecer, no futuro, com enormes vantagens económicas. Naturalmente tornar-se-á mais fácil negociar numa língua comum...

“Todavia, a História é, por vezes, bastante curiosa.

“Para a França, não foi possível a concretização de um grande país socialista constituído pela metrópole e as suas antigas colónias. Entre a esquerda houve sempre o desejo generalizado de evitar que os novos povos cometessem erros. Muitos pensam que é demasiado fácil repudiar o que há de mal na colonização para aproveitar apenas o que é bom... Por isso, só através de contactos bem estabelecidos, a descolonização poderá ser aproveitada com o verdadeiro sentido de liberdade...

“Espero assim que este livro, *Retrato do Colonizado*, embora sem pretensões de resolver quaisquer problemas, surja nesta altura para o leitor português como um apelo urgente, na atual fase de descolonização.”

Diário de Notícias, 18 de outubro de 1974, p. 10

**Reveladas por um democrata de Malanje fotografias inéditas de 1936
do curso jurídico a que pertenceu Álvaro Cunhal
e que a polícia tentou apreender**

“Percorri cerca de cinco mil quilómetros para vir saudar a liberdade renascida na minha pátria e entregar a alguns dos meus antigos colegas da Faculdade duas fotografias inéditas que podem ser consideradas históricas.” Assim se nos apresentou o dr. Terêncio Africano Lopes da Silva⁹⁰, *leader* de um agrupamento político de Malanje, entregando-nos ao mesmo tempo, com o pedido de publicação, uma fotografia que ao longo dos anos manteve “escondida numa arca”.

Quem são os jovens do grupo fotografado e porquê esse cunho especial que atribui aos retratos?

“Nestas fotografias está a maioria do curso jurídico de 1932/37. Entre os que estão no grupo contam-se grandes figuras da atualidade política nacional como os drs. Álvaro Cunhal, Manuel João da Palma Carlos, nomes como os dos conselheiros Lopes Cardoso e Aquilino Ribeiro, drs. Almeida Ribeiro e Carlos Pinto Coelho e ainda o atual inspetor superior da Administração Interterritorial, dr. Alexandre Ribeiro da Cunha.”

A ideia de juntar este grupo partiu do próprio dr. Terêncio Africano — ele próprio um camarada de curso — quando da queima das fitas em 1936. Confessando-se como republicano, democrata e liberal desde os bancos da escola, o dr. Terêncio Africano, filho do poeta José Lopes da Silva, quis reunir o curso com a exclusiva finalidade de construir uma recordação futura que estreitasse os laços de amizade conquistados nos tempos da juventude.

Mas esqueceram-se as boas vontades e a alegria daquele punhado de companheiros de que estavam, em 1936, em pleno auge fascista. Efetivamente — relatou-nos o dr. Terêncio Africano — logo que começou a constar que um grupo de “comunistas” se havia reunido na Faculdade para tirar um retrato, a

⁹⁰ Nascido em Cabo Verde, em 1914, faleceu, em Angola, em 1985.

polícia política começou a tentar apreender os negativos. O fotógrafo chamou Terêncio Africano, entregou-lhe duas provas e destruiu os negativos, partindo as respetivas placas de vidro, sistema então usado.



Terêncio Africano guardou a relíquia com muito amor e agora, já sem esperar, o 25 de Abril veio permitir-lhe ver de novo essa recordação dos tempos da alegria. Fez reproduções e, como preocupação principal, decidiu ir ao encontro de todos os que ainda vivem para lhes ofertar a recordação perdida.

A este curso pertenceu também o dr. César Moreira Baptista, antigo ministro do Interior, e atualmente detido na Trafaria. No entanto, não figura neste painel de 36, pois não estava na Faculdade no dia em que o retrato foi tirado.

Quem é Terêncio Africano?

Radicado em Malanje desde 1942, Terêncio Africano é, como seu pai, cabo-verdiano. Quando partiu para Angola foi desempenhar as funções de notário e escrivão da comarca de Malanje.

Ao chegar à colónia, logo ficou estupefacto com o ensino liceal ali ministrado: o 1.º ciclo só para assimilados e europeus. Ganhou então vulto a ideia

de fundar um colégio em que houvesse estudos até ao 5.º ano dos liceus: “Em 1944 pedi um alvará coletivo para o 2.º ciclo, que deveria ser frequentado por todas as raças sem qualquer discriminação. O meu pedido mereceu a atenção muito favorável do chefe dos Serviços de Instrução, dr. Rafael Ávila de Azevedo, e do governador-geral de então, Silva Carvalho (Agapito), já falecido, a quem desejo prestar homenagem pela forma como encarou e ajudou a resolver o problema do ensino particular em Malanje.”

Terêncio Africano frisou, a propósito, a importância desempenhada pelo ensino particular, dada a falta de estabelecimentos oficiais que só vinte e cinco anos depois começaram a surgir.

Uma vez autorizado, abriu o seu colégio, a que deu o nome de Veríssimo Sarmento. Abandonou então o lugar de notário, dedicando-se à advocacia e à direção do colégio, casa que encerrou uma vez terminada a sua missão, com o aparecimento dos liceus e escolas técnicas. Malanje tem também — informou — o seu liceu, escola técnica e escola preparatória, mas, como em toda a parte, existe uma grande falta de elementos docentes, agora ainda mais agravada.

Uma volta ao mundo

Terêncio Africano, que se encontra em Lisboa desde setembro, já concluiu os seus encontros com antigos colegas e estabeleceu também contactos “muito proveitosos” para a Unidade Democrática de Angola.

Nos meados da próxima semana vai iniciar uma viagem à volta do mundo que o levará a diversos países da Europa, ao Médio e Extremo Oriente e à América.

“Está nos meus propósitos — declarou — fazer conferências, em todos os centros portugueses, sobre as conquistas democráticas obtidas com o 25 de Abril, bem como realçar o benefício que elas trazem à nossa vivência externa e interna.”

As palestras realizar-se-ão, especialmente, nos Estados Unidos e sobretudo nos centros cabo-verdianos, cuja colónia atinge aproximadamente meio milhão de pessoas.

“É minha preocupação dominante — frisou — como advogado e pedagogo e amante da democracia, pôr em relevo a necessidade de evitar um regresso do

fascismo ou doutro regime totalitário que possam pôr em perigo as liberdades alcançadas.”

Diário de Notícias, 9 de novembro de 1974, p. 7

**Angola é um dos maiores laboratórios políticos do mundo atual
— na opinião do prof. Nunes Pereira, do Centro de Estudos
Afro-Asiáticos do Rio de Janeiro**

“Uma filosofia universitária de incremento à pesquisa e à produção de conhecimento da realidade do Terceiro Mundo, que seja permeado por uma visão brasileira capaz de responder às crescentes necessidades nacionais, foi o objetivo do Conjunto Universitário Cândido Mendes ao criar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, em abril de 1973” — afirmou o prof. José Maria Nunes Pereira⁹¹, vice-diretor daquele Centro de Estudos que se encontra em Lisboa, em missão de estudo do processo de descolonização português, para o que foi recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, e por seus colaboradores, especialmente os encarregados dos assuntos africanos.

O nosso entrevistado viveu durante 15 anos em Portugal, tendo sido secretário para os Assuntos Culturais da Secção do Porto da extinta Casa dos Estudantes do Império, em 1960. Além de autor dos verbetes sobre a História dos Países Africanos da edição brasileira da enciclopédia britânica, o dr. Nunes Pereira publicou com a sua equipa vários textos universitários sobre África, descolonização e neocolonialismo.

Um organismo particular visando o estudo da cultura africana

Tendo como objetivos o estudo e a difusão da história e da cultura africanas e asiáticas, e a pesquisa dos valores culturais negros da nossa civilização e das relações afro-brasileiras, impunha-se saber se o CEAA era um organismo do governo ou particular, ao que o nosso interlocutor nos esclareceu:

⁹¹ Natural de São Luís do Maranhão, José Maria Nunes Pereira Conceição (1937-2015) estudou em Portugal (1947-1962) e participou dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Foi professor de História da África e editor da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, do CEAA (1978-1986). Doutorou-se pela Universidade de São Paulo, com uma tese intitulada *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*.

“O Centro de Estudos Afro-Asiáticos é particular, uma vez que é o órgão do Conjunto Universitário Cândido Mendes do Rio de Janeiro, que é uma universidade privada, com mais de oito mil alunos, distribuídos por várias faculdades. É a única a ter um curso de pós-graduação em matéria política e sociológica na área do Rio de Janeiro. O nosso reitor é um homem cuja vocação africana ficou provada em 1961, quando estabeleceu na África os primeiros contactos com os então emergentes estados africanos, no sentido da criação de relações diplomáticas entre esses países africanos e o Brasil.”



As vastas atividades do Centro de Estudos Afro-Asiáticos eram tema. Quisemos saber as últimas realizações. O prof. Nunes Pereira confidenciou-nos:

“A última realização levada a efeito foi a comemoração, em sessão solene, do primeiro aniversário da República da Guiné-Bissau. Essa comemoração teve a presença e a participação de inúmeros membros da Comunidade Cabo-verdiana no Brasil, que ascende a mais de cinco mil elementos.”

Prosseguindo:

“Na cerimónia, os representantes daquela comunidade salientaram, enfaticamente, nos seus discursos, o apoio incondicional ao PAIGC e o desejo de que a independência do arquipélago de Cabo Verde se faça em estreita união com o território continental da Guiné-Bissau.”

A divulgação fiel do processo de descolonização é o objetivo

Falando, seguidamente, dos objetivos da sua missão, o nosso entrevistado principiou por dizer:

“A nossa missão pode ser dividida em duas partes. A primeira é estudar de perto o originalíssimo processo de descolonização português, e daí a entrevista pedida, e já referida, ao dr. Mário Soares, a fim de podermos assimilar toda a experiência africana desse processo, indispensável a uma visão correta que o Brasil deve ter do Terceiro Mundo, no qual está inserido. O segundo aspeto — continuou o nosso interlocutor — é o pretendermos ser o divulgador fiel e preciso do referido processo, através de uma imagem exata na imprensa e em todos os outros meios de divulgação, tão mal compreendida em certos setores da imprensa internacional.”

O prof. Nunes Pereira foi abordado pelas Nações Unidas para futuro assessor da ONU em zonas de língua portuguesa. A esse respeito, disse-nos ele:

“Na verdade, fui contactado pelo Centro de Informações das Nações Unidas, no Brasil, e por representantes em Nova Iorque, no sentido de prestar uma pequena colaboração como assessor para assuntos africanos, relativos à área de língua portuguesa. É que as Nações Unidas — concluiu — preveem um grande incremento da sua assistência nessa área e gostariam que nela colaborasse alguém que tenha uma certa intimidade com a matéria.”

A terminar a entrevista quisemos saber a opinião do prof. Nunes Pereira acerca do futuro dos territórios de colonização portuguesa:

“A minha missão está no seu início. Ainda não conheço os territórios *in loco*, mas parece-me que, quanto à Guiné-Bissau, apesar das suas limitadas dimensões, a experiência social e política já realizada, na luta pela independência, e a continuidade dessa linha de ação não deixarão, certamente, de exercer um fascínio sobre toda a África e mesmo sobre o Terceiro Mundo. Quanto a Moçambique — continuou — impressiona-me, especialmente, no momento, não só o esforço de colaboração entre o governo português e as forças da FRELIMO, como o realismo e a decisão deste movimento em levar a cabo uma real independência e integração nacional.

Quanto a Angola, considero um dos maiores laboratórios políticos do mundo atual, ainda que não apresente um quadro nítido que me facilite um pronunciamento prévio. Do que sei de Angola, maravilha-me a semelhança sociocultural do país com algumas regiões brasileiras.”

Diário de Notícias, 11 de dezembro de 1974, p. 11

**O MPLA considera viável a constituição em Angola de um governo
de transição com as outras organizações**

— declarou ao *Diário de Notícias* Paulo Jorge, membro da
Comissão de Relações Exteriores daquele movimento

“Dada a conjuntura atual e de acordo com a realidade angolana, o MPLA considera viável a constituição de um governo de transição, no qual estarão naturalmente representadas as outras organizações angolanas, para encontrar finalmente a independência para a qual o MPLA há mais de treze anos se tem batido com as armas na mão” — declarou-nos, ontem, data do 18.º aniversário do Movimento para a Libertação de Angola [sic], Paulo Jorge, membro da Comissão de Relações Exteriores deste movimento, que se encontra presente-mente em Lisboa após missão oficial que o levou a diversos países. Fomos encontrá-lo na companhia do escritor Luandino Vieira e do poeta Costa Andrade, um dos responsáveis pelos Serviços Culturais do MPLA.

“A independência — prosseguiu Paulo Jorge — é um direito de todos os povos. O MPLA pensa que chegou o momento de sermos livres, pelo que estamos dispostos a encontrar a plataforma justa para solucionar o problema de Angola.”

“Este problema — acentuou — que tem sido apresentado com certa insis-tência como extremamente complexo, mas que nós consideramos que, uma vez que as forças progressistas possam conjugar os seus esforços, essa com-plexidade desaparecerá. Se, por vezes, se insiste nesse ponto, poderemos con-cluir que é essa própria insistência que torna o problema complexo.”

Recordámos a Paulo Jorge que o almirante Rosa Coutinho, durante a sua última estada em Lisboa, tinha feito uma classificação dos três movimentos de Angola. Colocara a FNLA numa posição de direita, a UNITA no centro e o MPLA na esquerda. Perguntámos-lhe se concordava com esta definição.

“Não concordamos nem discordamos do critério do almirante Rosa Couti-nho — respondeu-nos. Não é também da nossa competência dizer que os ou-tros movimentos estão à direita ou à esquerda. A nós, como MPLA, compete-

-nos apenas declarar que somos um movimento revolucionário, um movimento progressista.”



Procurámos saber, em seguida, se o delegado do MPLA nos poderia dar algumas informações sobre a projetada mesa-redonda que reunirá os três movimentos de libertação angolanos.

“O que posso adiantar de momento —disse-nos— é que está de facto planeado um encontro com os três movimentos de libertação, mas os locais e as datas ainda não estão completamente definidos, na medida em que há ainda um processo de contactos para se chegar a um acordo geral.”

Paulo Jorge deu-nos, depois, uma visão das principais linhas orientadoras que informam a política interna e externa do MPLA.

Um movimento não alinhado

Começou por nos definir o movimento que representa como “não alinhado”:

“Desde sempre que o MPLA tem mantido independência nas suas posições dentro do contexto internacional. Este princípio, que reputamos de fundamental, está bem estabelecido no nosso programa. Consideramos que não devemos pertencer a este ou àquele bloco. Limitamo-nos a seguir a nossa linha política, que é perfeitamente clara e definida.”

“No aspeto interno — prosseguiu — outro princípio fundamental do nosso movimento é a sua característica não racista. Desde a fundação do MPLA, em 1956, que a sua posição é bastante clara: em primeiro lugar, tem sido repetidamente afirmado que a luta desencadeada em 1961 pelo MPLA nunca foi contra o povo português, mas sim contra o sistema colonialista e fascista português. Em segundo lugar, os militantes do MPLA estão conscientes de que a nossa luta não é contra o homem branco em si, mas sim contra o sistema que oprimiu e explorou o povo angolano.”

“É evidente — frisou —. e temos de nos referir a isso, que houve e possivelmente haverá ainda certos elementos que confundam o elemento branco com a exploração, visto que dentro de certa medida essa exploração era exatamente mantida por brancos. Mas, sendo o MPLA um movimento progressista, o problema da cor não pode ser considerado, o que interessa é a identificação com a pessoa e os objetivos que nós pretendemos.”

E continuou:

“Sendo bem claro que nunca lutámos contra o povo português nem contra o homem branco, é evidente que praticamos dentro das nossas fileiras um princípio não racista, e assim se verifica que desde a fundação do movimento, elementos brancos, mestiços e negros são seus militantes. E mais: posso afirmar categoricamente que o MPLA é o único movimento em Angola que desde o princípio admitiu elementos sem ter em conta a sua cor. Inclusivamente, na recente conferência internacional que se realizou no interior de Angola, em setembro, foi uma vez mais reafirmado este princípio e também que o MPLA considera como angolanos todos aqueles que nasceram em Angola independentemente, portanto, da sua cor.”

“Esta posição — acrescentou — não se verifica nas outras organizações angolanas e se agora constatamos que nelas existem elementos brancos, analisando os seus antecedentes, observa-se que esse facto só se deu depois do 25 de Abril.”

Impõe-se uma ação para neutralizar as ações violentas

Foi depois abordada a situação atual de Angola em relação às perturbações da ordem.

“A situação presente em Angola — informou — assume uma perspetiva diferente, que resulta do acordo assinado em 21 de outubro, nas áreas liber-

tadas para fixação das tréguas que efetivamente existiam desde fins de julho, em consequência de o Governo Provisório português ter reconhecido o direito do povo angolano á independência. Após a assinatura desse acordo, tornou-se possível uma atividade legal que assumiu mais um aspeto político que militar. Imediatamente forças reacionárias tentaram criar obstáculos a um processo normal que levará à independência de Angola, e provocaram uma série de distúrbios.”

“Impõe-se, portanto —prosseguiu —, agir de maneira a neutralizar essas ações violentas, porque estamos convencidos de que o processo indicado para se alcançarem os fins forças progressivas [*sic*], no sentido em que esse processo se possa fazer na melhor ordem. Assim se compreende que a ação dos nossos militantes nos principais centros urbanos se tenha centrado na manutenção da ordem, colaborando com as autoridades governamentais que se encontram em Luanda, no sentido de impedir provocações, atos de violência.”

Acrecentou ainda:

“É evidente que há interesses estrangeiros em Angola, e portanto há tipos de reação que se irão multiplicar. Cabe-nos a nós neutralizar esses desígnios de potências estrangeiras.”

Em relação aos portugueses que se encontram em Angola, afirmou:

“O MPLA não pretende, de maneira alguma, expulsá-los, como se faz crer. Quem espalha esses boatos são as forças reacionárias, que pretendem criar um clima de insegurança e forçar esses portugueses a combater o MPLA. O nosso movimento considera-se apto a garantir a defesa dos interesses legítimos dos portugueses — ou de outros estrangeiros em geral — porque não vê razão nenhuma para que essas pessoas não permaneçam em Angola, desde que, evidentemente, não tenham cometido crimes contra o povo angolano. O MPLA e os seus militantes não são movidos por um espírito de vingança. Pretendemos construir um país, uma nova nação dentro de certa ótica, dentro de certos princípios, e todos aqueles que estejam dispostos a dar a sua contribuição para atingir esse objetivo serão bem-vindos.”

Devem ser revistos os contratos com os monopólios

Um dos problemas que surgirá para resolver é o dos monopólios. A propósito, declarou-nos o membro da Comissão de Relações Externas do MPLA:

“Este problema tem preocupado muita gente, e em especial os próprios monopólios. A nossa posição é muito simples. Entendemos que os monopólios que se encontram em Angola beneficiam de certas concessões que foram estabelecidas por acordos entre esses monopólios e o governo português. cremos, portanto, ser lógico que o MPLA entenda que esses acordos devam ser revistos para se saber em que modalidades se poderão restabelecer numa Angola independente como o MPLA a concebe.”

A FLEC responde a interesses estrangeiros

Focámos, também, o problema de Cabinda e as pretensões da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

“Também neste aspeto — explicou-nos Paulo Jorge — a posição do MPLA é clara. Consideramos que Cabinda é parte integrante de Angola e, por isso, como nos propomos defender, sempre, a integridade do território de Angola, combateremos todas as tentativas ou movimentos separatistas. Aliás, a nossa posição coincide com a do governo português, que, quando da visita do secretário-geral da ONU, publicou um comunicado em que reafirmava o princípio de defender a integridade territorial dos territórios que estavam sob o seu domínio. Angola para nós, tem as fronteiras que desde sempre tem possuído.”

“Em relação à FLEC — apontou —, como se trata de um movimento separatista e que só apareceu a partir do 25 de Abril, e como nós estamos convencidos de que a FLEC responde a interesses estrangeiros, sobretudo ligados a interesses petrolíferos, a nossa posição é a de combater essa organização.”

Os povos de Portugal e de Angola foram vítimas do mesmo regime

E concluiu:

“Aproveito esta ocasião para exprimir a nossa solidariedade ao povo português, que também lutou para conquistar a sua liberdade, povo esse que também foi vítima do mesmo regime ao qual nós estivemos submetidos e ao qual nos ligam laços de amizade e de fraternidade neste combate comum, que nós levamos, é certo que de distintas maneiras, contra o sistema fascista e colonialista que oprimia ambos os povos.”

Diário de Notícias, 23 de janeiro de 1975, p. 2

**A cooperação luso-angolana é necessária e desejável
— afirmou Agostinho Neto à partida de Lisboa**

Deixou ontem Lisboa o dr. Agostinho Neto, partindo para Argel, acompanhado de sua esposa e dos membros do MPLA que o acompanharam durante a curta estada no nosso país.

À partida, o *leader* do MPLA confiou aos jornalistas as impressões relativas à sua permanência em Portugal:

“Estamos particularmente satisfeitos com a visita que fizemos a Portugal, visita esta que teve como objetivo não somente fazer conhecer as posições do MPLA, e portanto interpretar, na medida do possível, os acordos que foram assinados no Algarve, mas também rever antigos amigos e personalidades que, duma maneira ou doutra, estiveram ligados a nós, ao nosso movimento e à nossa vida particular.

“Devo dizer que por parte do governo, por parte das organizações políticas progressistas portuguesas, por parte do povo em geral, nas cidades que visitei, encontrei sempre uma atmosfera de simpatia e de alergia, não somente por causa da evolução que se regista em Portugal, caminhando agora para a democracia, mas também porque toda a gente sente que, resolvido o problema de Angola, nós conseguiremos criar aquela atmosfera que é desejável para os nossos dois povos, para uma cooperação e uma vida mais frutuosa no que respeita ao desenvolvimento da amizade.

“E este aspeto foi sublinhado pela imprensa portuguesa, a quem agradeço imenso por ter difundido enormemente o problema do nosso país e ter coberto muito bem a visita, e, portanto, dado relevo ao facto novo que está agora a aparecer no mundo — o nascimento de um novo país que é Angola.”

Agostinho Neto formulou depois o desejo de êxitos para o povo português no caminho irreversível para a democracia, e reafirmou a convicção de que a cooperação entre Angola e Portugal é “necessária e desejável”.

Mais adiante, opinou que o bom entendimento entre os três movimentos de libertação à volta duma plataforma comum é a única solução para a formação

do governo e a constituição do parlamento que irá orientar, mais tarde, Angola. Precisou que é possível atingir um tal entendimento.

Tarefas prioritárias

A uma pergunta acerca das tarefas que considerava prioritárias, nesta fase da vida de Angola preparando-se para a independência, retorquiu: “O que é essencial, em nosso entender, é, primeiramente, a resolução dos problemas políticos que existem, a diminuição das tensões entre as duas comunidades — a branca e a preta — e entre os movimentos de libertação e outras formações políticas que não estiveram aqui representadas. Também o melhoramento da nossa vida económica. Claro que, depois, entraremos na fase de planeamento, visto que será necessário reconverter toda a administração e todo o sistema económico, que, até hoje, serviram o colonialismo, e portanto não podem de maneira nenhuma persistir dentro dum estado independente.”



O dr. Agostinho Neto disse ainda que pensa estar em Luanda antes de 31 de janeiro, data prevista para a tomada de posse do Governo de Transição de Angola.

Expresso, 25 de janeiro de 1975, Revista, p. 1 e 18

Agostinho Neto ao *Expresso*

“Uma guerra civil em Angola só pode ser imposta do exterior”

Augusto de Carvalho

A África de expressão portuguesa pode constituir uma ponta de lança progressista no continente africano, desalinhada de blocos, desenvolvendo e atuando uma política eminentemente nacionalista. E Portugal pode, também, neste contexto, representar o seu papel na linha daquilo que chamam a sua vocação histórica que mais não é que o espírito profundo que o movimenta, em contínuas ultrapassagens, a partir da sua existência como país independente, desde os alvares da nacionalidade. Sem veleidades de neocolonialismos ou imperialismos, vícios que lhe meteram no corpo classes dirigentes não preocupadas com a sua natureza original e que o iam matando. Vícios que, por si mesmo, será incapaz de praticar, porque lhe é até fisicamente impossível. Esta uma das muitas reflexões provocadas pela conversa com Agostinho Neto, presidente do MPLA, que *Expresso* entrevista pela segunda vez. A primeira foi no dia 1 de maio do ano passado, em Londres, quando Portugal vivia a extraordinária manifestação de rua de apoio ao 25 de Abril. *Expresso* correu para Londres para dar a conhecer aos leitores portugueses, até aí impedidos pela censura do regime deposto, o pensamento do MPLA em relação a Angola, até porque a descolonização correta se liga intimamente ao evoluir do processo democrático em Portugal, condicionando-o.

Agostinho Neto, então muito cauteloso e desconfiado, fez prognósticos que, agora, os tempos se encarregam de confirmar nos seus aspetos essenciais.

“O nosso Movimento é independente, declarou-nos Agostinho Neto, agora em Lisboa, de onde partiu, na quarta-feira, depois de vários contactos com entidades políticas e outras.

“Independente porquê?” Interroga-se o líder do MPLA — e continua: “Porque não segue a política de nenhum dos blocos que estão em conflito no mundo. Não segue a política de nenhum país africano ou de qualquer outro.

Nós que estamos no grupo dos não-alinhados, queremos manter sempre esse não alinhamento e neutralidade nas contendidas internacionais. Mais ainda: queremos ser nós, os angolanos, a resolver os nossos problemas, sem interferências estranhas.



Nós não seguimos a política nem dos Estados Unidos nem da União Soviética nem da China. Acontece até que nenhum deles gosta de nós. Porquê? Porque nós não somos submissos. Somos os rebeldes de África. Depois da nossa rebelião contra o colonialismo português, não poderia ser de outra maneira. Porque havemos de submeter-nos se somos um país, um grande país, e até para mais um país rico? Aliás, esta linha de independência é a seguida por todos os países que se revoltaram contra o colonialismo português. Jurámo-lo em conjunto: Moçambique, Angola, Guiné e S. Tomé.

Creio que vamos exercer no futuro um papel fundamental em África. A África, sem uma linha progressista estabelecida pelas antigas colónias portuguesas, continuará submetida a um neocolonialismo. O que é necessário é que todas as forças progressistas do mundo compreendam esse facto. Compreendam e nos auxiliem.”

A conversa com o dr. Agostinho Neto desenrolou-se num hotel de Lisboa. A partir dela facilmente se pode entrever as coordenadas da política africana, cujos bastidores começam a ser desvendados nas suas grandes linhas. Blocos que se hostilizam para adquirirem a hegemonia e nacionalismos que tentam, com todas as forças, sulcar o mar da própria identidade batido pelas vagas dos interesses estrangeiros, alheios aos povos em causa.

Agostinho Neto salienta o papel do *Expresso*

Expresso — Da cimeira do Algarve resulta que os três movimentos de libertação vão atuar em Angola como se de partidos políticos se tratasse. Quer isto dizer que a orientação política de Angola depois da Constituinte se desenvolverá em moldes de pluripartidarismo ou verifica-se já a tendência para os Movimentos se fundirem numa frente única?

Agostinho Neto — Tenho verificado aqui em Portugal um grande interesse pelo problema de Angola. Há, de facto, uma vontade do povo português, dos seus dirigentes e da maioria da imprensa de ver se nós encontramos uma solução para o problema de Angola. Isso é verdade na medida em que os dois povos estão unidos pelos laços históricos que várias vezes foram injustos no passado, mas passaram a ser justos agora. É natural, portanto, que as perguntas surjam de diferentes maneiras. Umas vêm de fontes que querem continuar a dominação do nosso povo e outras que pretendem que o povo angolano seja realmente um povo independente, um povo livre, da mesma maneira que o povo português também deseja ser completamente livre.

Por isso é com grande satisfação que eu respondo a esta pergunta de um jornal que aprecio imenso: um dos primeiros que anunciou a nossa posição antes da mudança do regime em Portugal, que foi um dos primeiros que, em Londres, nos contactou para conhecer a opinião do MPLA e eu tive o prazer de verificar que com fidelidade reproduziu a nossa posição.

Nós tivemos esta cimeira do Algarve que foi precedida de factos históricos, que são factos de relevo a apontar. Fomos de facto três movimentos de libertação que combinaram uma plataforma comum para negociar com o governo português. Isto aconteceu pela primeira vez, no nosso país. Aconteceu noutros países, mas não no nosso. Houve uma demora do povo angolano que, no entanto, foi o primeiro em 1961 a iniciar a luta armada. Todos os outros povos, tanto o moçambicano como o guineense, começaram depois e nós somos os

últimos a chegar a esta fase, o que talvez não tenha sido mau porque o nosso problema era mais complexo. E é complexo principalmente por causa das interferências estrangeiras no nosso país.

Para expor o nosso ponto de vista, ponto de vista do MPLA, partimos sempre desta posição: O MPLA é uma organização progressista e maioritária, mas não pode nem quer exercer uma ditadura sobre os outros movimentos de libertação. Quando, por conseguinte, vamos para uma negociação, fazemo-lo com o espírito aberto para expor a nossa posição e confrontá-la com a dos outros, a fim de encontrar uma posição comum. Assim é que se entende a coligação. E assim foi que chegámos à plataforma comum e mais tarde a um acordo no Algarve. Esperamos, seguindo este mesmo princípio, conseguir que o governo transitório consiga realizar, pelo menos, da parte dos três movimentos, uma plataforma comum, para que se constituam as bases de colaboração política entre os três movimentos. Se formaremos uma frente comum ou não, não depende apenas de nós, embora a desejemos, mas depende também dos outros dois movimentos. Nós não teremos posições rígidas: não as poderemos ter. Numa coligação é preciso equilibrar, é preciso comprometer-se no interesse do nosso povo. Evidentemente que iremos opor-nos a todas as tentativas de destruir as aquisições que fizemos durante a luta armada.

Expresso — Mas prevê essa coligação mesmo depois da independência?

Agostinho Neto — Não posso falar do depois da independência... isso vem muito longe. Os factos podem trair-nos, mas o que acabo de dizer é o que nós desejamos. Desejávamos até que nos fundíssemos num único partido.

O maior obstáculo para a construção de Angola como nação

Expresso — Qual lhe parece, aqui e agora, o maior obstáculo para a construção de Angola como nação?

Agostinho Neto — Responder-lhe-ei muito brevemente à pergunta dizendo-lhe que o maior obstáculo é a interferência de interesses estrangeiros.

Expresso — O presidente Agostinho Neto não quereria precisar quais são esses interesses estrangeiros?

Agostinho Neto — Nós sabemos que, neste momento, o nosso país está a ser vítima de uma invasão silenciosa por parte de alguns países. Há muitos

estrangeiros no nosso país, apresentando-se uns com cor preta, outros com cor branca, querendo passar todos eles como auxiliares do processo de descolonização. Temos, por isso, de nos acautelar do ponto de vista militar e político em relação a esses mesmos indivíduos.

Mas há o imperialismo, que é representado sobretudo pelas diferentes companhias multinacionais, como a Gulf Oil, a Companhia de Diamantes, a Companhia Mineira do Lobito, que explora o ferro, e outras, que são também uma ameaça. Querem continuar a dominar economicamente o nosso país e explorar o nosso povo. Ora esta é a dificuldade maior que se nos depara. Não é simplesmente o problema da consciência política do nosso povo, o problema da organização, mas essa pressão que vamos sentir do exterior constituirá uma grande dificuldade.

Onde se dimensiona a questão tribal

Expresso — Muito se fala da existência de diversas tribos como um sério óbice à construção de uma unidade nacional. Com a experiência que o MPLA tem de lidar com as populações, das mais diversas etnias, parece-lhe que é uma realidade tal obstáculo? E a sê-lo, em que medida?

Agostinho Neto — O obstáculo tribal não é intransponível. Podemos estabelecer, por exemplo, um paralelo com os tribalismos que existem na Europa. Temos na Grã-Bretanha um tribalismo, temo-lo na Bélgica e em Itália, o que não impede que esses países vivam como nações unidas e independentes. Temos de reconhecer, de facto, que há contradições na sociedade angolana de carácter étnico, linguístico e racial, e contradições de classe. Do ponto de vista sociológico e histórico, as diferenças étnicas, etc. nunca constituíram para nenhum país um obstáculo intransponível. São contradições que podem ser aproveitadas pelos nossos inimigos. No entanto, nós não iremos permitir que sejam exploradas de molde a afetarem a nossa vida como nação. Vamos constituir uma nação e vamos continuar o combate. Quer dizer: a luta armada terminou, ou talvez conheça uma pausa. Podemos, no entanto, retomar as armas, mas o nosso povo está mobilizado para a luta política que será em todos os aspetos para defender a unidade nacional, a integridade do nosso território e para constituir uma nação progressista.

As cobiças estrangeiras abatem-se sobre Cabinda

Expresso — Quando fala da unidade nacional e da unidade territorial inclui evidentemente Cabinda?

Agostinho Neto — Isso é evidente. Cabinda é Angola.

Expresso — A razão de ser da pergunta é que esta semana houve uma ofensiva da FLEC no sentido de chamar a atenção de forças extra para a independência de Cabinda. Uma ofensiva a nível de palavras.

Agostinho Neto — Eu sei que há uma ofensiva que não é só de palavras. Eu sei que há gente que está a ser treinada para combater contra nós em Cabinda. Nós somos o único movimento de libertação que está em Cabinda, mas também posso afirmar que estamos preparados para ripostar a qualquer ofensiva que venha do Zaire ou do Congo. Temos equipamento e soldados para isso. E não tememos uma nova confrontação violenta.

Expresso — Para o observador político, colocado à distância e habituado a situar os problemas em quadrantes geográficos causa uma certa surpresa o facto de a FLEC ter sede em Brazzaville, capital de um país que sempre manteve boas relações com o MPLA.

Agostinho Neto — As relações com o Congo são aparentemente boas. Tivemos durante a guerra muito boas relações e apreciamos o Congo, porque tem um regime muito próximo daquilo que nós pensamos para o nosso país. Nós próprios estamos admirados da posição atual do Congo. Isso revelou-se no 2.º Congresso do Partido Congolês do Trabalho em que foi defendida a autonomia, a independência para Cabinda. Entenderíamos isso da parte de um país que estivesse, por exemplo, submetido à França e quisesse os petróleos de Cabinda. É que o problema de Cabinda não é Cabinda em si mesmo, aquele pequeno território que todos nós conhecemos. O problema de Cabinda é o petróleo. Aí estão em jogo os interesses americanos e franceses.

A melhor maneira de qualquer governo africano enfrentar uma questão, é discuti-la. Nós estivemos e estamos em Brazzaville, onde temos uma representação importante. Ali temos uma rádio que funciona através da Rádio Revolução Congoleza e não compreendemos muito bem essa posição relativamente a Cabinda. É claro que pretendemos discutir o problema, primeiro ao nível da Organização da Unidade Africana, e vamos, também, discuti-lo na ONU. Tudo isto, certamente, depois de expormos mais uma vez o nosso ponto de vista junto do governo congolês.

Mas é de facto estranho. Onde reside a verdadeira questão? No facto de o povo de Cabinda se querer tornar independente? Nós não acreditamos nisso.

O medo que afeta brancos em Angola

Expresso — Existe em Angola uma percentagem de brancos não indifferente. Creio que à volta de meio milhão, detendo, atualmente, na sua maioria, os cordelinhos da economia angolana. No entanto, a maior parte vive do seu trabalho, do dia a dia, não se podendo classificar no rol dos exploradores, embora devido ao estatuto colonial-fascista pelo qual foram regidos e em cujos parâmetros as suas vidas se movimentaram, estejam enfermos de certa dose de colonialismo mental. Este fator, à mistura com contenciosos passados e presentes e receio daquilo que aconteceu em países vizinhos, pode empurrá-los para uma debandada.

Que pensam, os movimentos de libertação em geral e o MPLA em particular, fazer para integrar na nação angolana esta parcela da sua população?

Agostinho Neto — Isso está inscrito nos acordos. Todos aqueles que nasceram em Angola são considerados angolanos independentemente da sua cor. Ficou previsto, também, que os portugueses radicados em Angola podem optar pela nacionalidade angolana, da mesma maneira que os angolanos que estão radicados em Portugal poderão optar pela nacionalidade portuguesa. É a liberdade completa. É democrático. Simplesmente há um problema: os portugueses colonos que estão em Angola têm medo. Têm medo porquê? Porque em 1961 houve massacres, porque há violências que todas as noites se cometem nos musseques de Luanda e noutros pontos. A comunidade branca está habituada a mandar, a dirigir, a explorar o nosso povo, castigar, etc. E agora pensam eles: será que depois da independência haverá sentimentos de vingança por parte do povo angolano? É esse o problema que faz com que técnicos, comerciantes, capitalistas, industriais, etc., abandonem o nosso território. De facto, estão a abandoná-lo. Os aviões vêm cheios para Portugal. Esta debandada é transitória. Até que nós estabeleçamos uma certa tranquilidade na nossa terra. O nosso movimento fará todos os esforços para evitar a violência, até porque nós não temos razão de queixa do povo português. Além do mais, a minha experiência pessoal, que vivi aqui 13 anos, que tenho numerosos amigos em Portugal, alguns dos quais no Governo Provisório, faz que eu não tenha intenção de uma confrontação que signifique vingança. Haverá factos isolados, sem dúvida,

porque os bandidos se aproveitam da ocasião política para resolver diferendos entre pessoas. Isso é inevitável. Mas ao nível da política, tudo o MPLA fará para que a harmonia seja um dos componentes da nação angolana. Que não tenhamos, como em Moçambique aconteceu, reações no sentido de uma independência formal para os brancos, mas para que a independência seja para todos.

Não acredito que a África seja só para os pretos, como não acredito que a Europa seja só para os brancos. Isso aconteceu séculos atrás. Mas há uma dinâmica na vida que não mais o permite. Muitos pretos ficarão na Europa e muitos brancos ficarão em África. Então em Angola nós teremos brancos, pretos e mestiços. Com a facilidade dos modernos meios de transporte, nós nos misturaremos cada vez mais.

Escuso de repetir aquilo que disse no Algarve: depois de vencidas as dificuldades resultantes da guerra, e criadas pela dominação e pelo fascismo, todos nós temos interesse em chegar a um *modus vivendi* em que portugueses, por um lado, e angolanos, por outro, cooperem. Apesar de todas as relações injustas que vivemos no passado, temos afinidades que nos vão facilitar a cooperação, cooperação que está prevista e que nós desejamos. Penso que haverá relações de amizade preferenciais com Portugal, inscritas no quadro de países independentes, respeitando-se mutuamente, fazendo acordos com vantagens recíprocas. Vamos até conviver num clima de maior solidariedade porque se os dois países seguirem uma linha progressista, teremos posições comuns a defender. Posições comuns que nos tornarão imediatamente aliados preferenciais.

Em Cabinda, Lunda e Cunene

Expresso — Muita gente receia que a permanência de três movimentos de libertação, de conteúdos ideológicos por vezes antagónicos, cada qual dotado de um exército, treinado e habituado a lutar, possa desencadear amanhã uma guerra civil em Angola com o perigo de uma vietnamização do conflito. Gostaria que o Dr. Agostinho Neto, como presidente do MPLA, comentasse este ponto de vista.

Agostinho Neto — Uma guerra civil só pode ser imposta do exterior. O nosso povo não quer a guerra. Nem está disposto a fazer mais guerras. O nosso povo quer a paz e vai defender a paz.

É evidente, no entanto, que, neste momento, quer em Cabinda, quer na Lunda, quer no Cunene, há tentativas para opor diferentes grupos de maneira a provocar uma confrontação armada. Quero acentuar, mais uma vez, que se houver uma confrontação armada, será uma agressão do exterior.

Expresso — Que, no entanto, se pode servir de determinadas forças internas para atuar...

Agostinho Neto — É evidente. Na atual conjuntura internacional não pensamos que seja qual fora a potência venha intervir diretamente. Vai servir-se de angolanos para fingir, ou para fazer crer, que é o próprio povo angolano a lutar um contra o outro.

Eleições

Expresso — O problema das eleições em Angola põe questões que se me afiguram bastante difíceis, a principal das quais é o *controle* do processo eleitoral a nível da população. Um caso sintomático: o dos refugiados no Zaire. Vaal Neto, da FNLA, afirmou, por exemplo, no Algarve, em Conferência de imprensa, que só naquele território havia cerca de milhão e meio de refugiados. Por sua vez, o ministro português da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, disse, há dias, na televisão que, segundo números da ONU, os refugiados no Zaire não ultrapassam os quatrocentos mil. É óbvio que situações destas se prestam a deturpações do processo eleitoral, caso não se disponha de mecanismos apropriados à deteção dos verdadeiros angolanos, apartando-os dos estrangeiros. Existem tais mecanismos?

Agostinho Neto — Não quero comentar aquilo que os meus amigos Vaal Neto⁹² e Almeida Santos disseram sobre esse problema. Quero apenas dizer que, depois de 31 de janeiro, o governo de transição disporá de elementos de *controle* para verificar o número de refugiados em cada país. Há refugiados no Zaire, na Zâmbia, no Congo. Vamos controlar as entradas, até porque temos que planificar a sua reinstalação no nosso território. Nessa altura, vamos ver se os números são exatos. Não temos por que nos assustar com isso.

⁹² Pedro Hendrick Vaal Neto (n. 1944) é um político e diplomata angolano. Inicialmente foi uma figura proeminente da FNLA, mas em 1990 juntou-se ao MPLA. De 1993 a 2005 foi ministro da Comunicação Social de Angola e passou depois a desempenhar funções de embaixador.

Chipenda e a “revolta ativa” com apoios externos

Expresso — Esta uma pergunta relativa ao MPLA. Como sabe, muito se tem falado das divisões ou fações no interior do MPLA. Depois da clarificação da posição de Daniel Chipenda, a fazer abertamente a política da FNLA, resta por esclarecer aos olhos do grande público a posição do grupo que a si mesmo se intitula “Revolta Ativa”. O presidente Agostinho Neto pode dizer-nos qual a atitude do MPLA em relação à “Revolta Ativa” e se é verdade, como ultimamente tem corrido em Lisboa, que personalidades desta corrente teriam sido integradas, agora, no Governo Transitório por parte do MPLA?

Agostinho Neto — Tenho a dizer-lhe, em primeiro lugar, que essa história das tendências dentro do MPLA não passa de uma *bluff*. De facto, nunca existiram senão grupos apoiados do exterior. Havia o grupo Chipenda que era apoiado pela Zâmbia e hoje é apoiado pelo Zaire. Havia o grupo Andrade que era apoiado pelo Congo-Brazzaville. São grupos pequenos, não representativos, sem expressão nenhuma do interior, a não ser nos círculos familiares e amigos. O imperialismo utilizou o facto de governos africanos apoiarem esses grupos, para dizer que havia tendências no MPLA. Foi por isso que, de 25 de Abril até 8 de novembro, nós tivemos que primeiramente vencer inúmeras dificuldades em África para podermos libertar-nos do exterior (libertar-nos do exterior é a expressão exata).

Hoje podemos estar em Angola e em Angola discutirmos os nossos problemas. Não penso que dificuldades existentes em organizações portuguesas (isto para dar um exemplo) que se cindem, essas cisões ou dificuldades devam ser apoiadas pelo exterior. Se, por exemplo, a Suécia apoiasse uma situação dessas em Portugal com meios financeiros e com armas para combates internos, isso seria inaceitável. Os problemas que se põem aqui em Portugal, são do povo português. Ninguém tem que neles interferir. No nosso caso, porém, porque estávamos no exterior, as coisas avolumaram-se, os agentes da imprensa exploraram o facto de haver dois grupinhos que se arvoraram em tendências. Nós controlámos sempre as Forças Armadas. Não houve defeções. Não houve grupos armados entre nós que se atacassem uns aos outros. Não houve debandada em massa dos militantes do MPLA. Houve um grupo em Brazzaville, houve um grupo na Zâmbia. O que nós desejamos é que eles se reintegrem no MPLA. Eu creio que aqueles que se chamavam da “Revolta Ativa”, que afinal é uma revolta que nunca se manifestou contra os portugueses colonialistas e que se

foi manifestar contra o MPLA, movimento de vanguarda do povo angolano... Eles que se reintegrem. Nós aceitamo-los. Alguns já voltaram. Outros estão para voltar. O que nunca consentiremos é que eles voltem como um grupo organizado dentro do MPLA, porque senão, daqui a dois ou três anos, vão outra vez provocar problemas. Que venham, mas individualmente, que nós estamos dispostos a aceitá-los todos, sem exceção, sejam quais forem as faltas que houverem cometido.

Quanto a Chipenda, temos de dizer que foi longe demais. O nosso povo se encarregou de o rejeitar e de o expulsar da nossa organização. Muitos do seu grupo, porém, já reentraram no nosso movimento e entregaram as armas.

E onde é que o Chipenda encontrou as armas? Foi no Zaire. Chipenda não podia encontrar armas em qualquer outro país do mundo. O Zaire tem as suas intenções. Nós pretendemos contactá-lo. Pretendemos contactar o presidente Mobutu, para lhe falar desse problema em condições de segurança. De preferência fora do Zaire, para ver se é possível entabular um clima de boas relações. Uma coisa é certa: nenhuma solução pode vir para Angola sem a participação do MPLA. E não nos podem ter como inimigos, pois nós não desejamos atacar o Zaire. Mas eles estão a preparar um grande exército para nos atacar. Porquê? Porque não respeitam os direitos do nosso povo, direitos que são respeitados pelo povo português e pelo governo português, que são respeitados por todo o mundo. Querem-nos agora, a partir de África, impor um regime que nós não desejamos. Isso nós não aceitamos. Mas estamos dispostos a negociar e vamos dialogar com o general Mobutu ou com quem quer que seja, para podermos instaurar o regime, de acordo com os desejos do nosso povo, e só do nosso povo, sem interferências estrangeiras.

Expresso — Neste capítulo parece-me que a FNLA terá uma palavra a dizer, dados os seus contactos íntimos com o Zaire e com o presidente Mobutu.

Agostinho Neto — Creio que a FNLA não será de opinião diferente. A não ser que queira ficar eternamente no Zaire.

Diário de Notícias, 11 de março de 1975, p. 7

Entrevista
Os destinos de Angola e as relações com Portugal
analisados por Tito de Moraes

O eng.º Manuel Tito de Moraes⁹³ não é apenas o portador de um apelido que evoca o nome honrado do militante que foi seu pai, almirante Tito de Moraes, combatente do 5 de Outubro, deputado às constituintes, uma vontade firme, até à morte (até à prisão e à deportação), pela democracia.

Ele próprio, Manuel Tito de Moraes, fez desse nome um título que figura na vanguarda das forças esclarecidas que lutaram dentro e fora do país (pois para o exílio o lançou a sua ação de político combatente) contra o Estado Novo e os interesses que o sustinham. Regressado a Portugal com o 25 de Abril, depois de largos anos de militância socialista em Roma e noutras capitais, Tito de Moraes, na sua qualidade de secretário nacional do PS, teve a tarefa de ajudar a dar corpo ao partido, impossibilitado pelo regime deposto. Em menos de dez meses a grande máquina foi posta a funcionar. Eleito no I Congresso Socialista em território nacional, para o secretariado nacional, foi seguidamente designado para o cargo de secretário nacional para as relações exteriores. Às várias viagens que tem feito ao estrangeiro, já depois do 25 de Abril, em cumprimento de missões do PS, o eng.º Tito de Moraes juntou a que fez agora a Angola, por altura da posse do Governo de Transição. Angola que para ele tem significado especial, pois ali trabalhava quando eclodiu o movimento de libertação, em 1961. Manuel Tito de Moraes redigiu um documento em que chamava à compreensão dos imperialistas a explosão nacionalista angolana. Documento que circulou e recolheu assinaturas, até que uma onda de prisões o trouxe a Lisboa, donde, já liberto, mais tarde seguiu voluntariamente para o estrangeiro.

⁹³ Manuel Alfredo Tito de Moraes (1910-1999) foi um engenheiro eletrotécnico, resistente antifascista e dirigente do Partido Socialista. Depois do 25 de Abril, ocupou diversos cargos governamentais e foi deputado e presidente da Assembleia da República.

Foi, pois, acerca da recente viagem a Angola, em representação do Partido Socialista, e das impressões ali colhidas, que Manuel Tito de Morais nos transmitiu alguns aspetos. Aqui se arquivam, a partir de uma primeira pergunta.

Os acordos da Penina, garantia das forças progressistas

— Dado que os imperialistas cobiçam Angola, acha que estes poderão influenciar, decisivamente, os rumos da grande e jovem nação?

— Decerto, os imperialistas estarão atentos e tentarão, naturalmente, interferir no processo angolano. Mas também aí não vejo motivos para dramatizar o futuro, pois a interferência deverá ser, neste mundo interdependente, sobretudo do tipo económico. Temos de considerar que, perante a crise geral do capitalismo, o imperialismo económico, embora ainda perigoso, já não é todo-poderoso como sucedia há dez ou vinte anos.

— Mas trouxe de Angola uma opinião acerca de como e qual será o seu destino num futuro imediato?

— Com certeza. Até porque o destino de Angola depende da aplicação e do cumprimento dos acordos da Penina. O governo português, interpretando a longa batalha do povo e das forças democráticas do nosso país, realizou todos os esforços possíveis para encaminhar o processo de descolonização em Angola dentro da paz e do respeito mútuo. Tudo depende agora do senso patriótico dos movimentos de libertação, que devem manter o espírito de colaboração presente na conferência do Algarve. E não tenho dúvidas de que o entendimento preliminar entre a UNITA e o MPLA e, depois, a reunião dos três movimentos em Mombaça abriram largas perspetivas para o futuro de Angola.

Uma perspetiva otimista

A verdade é que se registaram em Luanda, recentemente, graves incidentes que causaram mortos e feridos. Perguntámos a Tito de Morais se considera que Angola corre o risco de uma guerra civil.

O seu parecer, sem mesmo querer ir ao fundo das questões subjacentes, é de que, sendo embora difícil passar do colonialismo à independência sem convulsões, no processo descolonizador dos territórios sob administração portuguesa não se registaram, até agora, grandes dramas. Embora seja de lamentar lutas entre as forças do MPLA e do grupo Chipenda, Tito de

Morais não vê razão para que elas venham a entravar a caminhada angolana para a independência. A não ser, evidentemente — acrescenta —, que haja uma conspiração contra o MPLA. Quanto à guerra civil, esse é um risco que correm todas as nações no auge dum processo revolucionário, mas esse perigo em Angola, após a cimeira do Algarve, diminuiu muito.

A inviabilidade de uma federação

Recordámos que se falou em federação e em comunidade de estados e povos de língua portuguesa. O que pensa sobre esse problema Tito de Morais?

— Conforme sempre afirmámos, nós, socialistas, a ideia da federação era inviável e prestava-se ao jogo do neocolonialismo. A ideia da comunidade poderá vir a dar resultados no futuro, quando Portugal democratizado e as novas nações africanas plenamente soberanas tiverem apagado os traços deixados pela insensata guerra colonial. Mas não vale a pena, neste momento, perder muito tempo com previsões. O futuro constrói-se no presente e este obriga a carrear todos os esforços no sentido da unidade entre a política democrática e de independência nacional de Portugal e de Angola.

— Portanto, admite um grau de relações entre as forças progressistas portuguesas e as forças progressistas angolanas?

— Claro que admito. E atribuo grande importância à ligação entre o Portugal renovado e Angola independente. Portugal tem uma vocação universal e Angola é um país grande e próspero com uma importante posição geográfica. É dentro desta linha de raciocínio que vejo, por exemplo, o aprofundamento das relações entre o socialismo em liberdade que o PS pretende construir em Portugal e as organizações políticas angolanas. O Partido Socialista foi uma das forças de vanguarda na luta contra o colonialismo. Eu próprio fui preso em Angola, onde vivia, e de lá fui expulso. É na manutenção de laços fraternais que nos uniram e no aprofundamento dessa ligação, agora no terreno concreto do respeito mútuo, que me parece residir uma das garantias de que Portugal e Angola caminharão juntos para a paz, a liberdade e o progresso.

**A revolução socialista portuguesa não poderá ser vitoriosa se o processo
de Angola não for honestamente conseguido**
— afirmou ao *DN* o dr. José Campelo, secretário da Economia
no governo do almirante Rosa Coutinho

Pedro Rafael

“A revolução socialista portuguesa não poderá, com certeza, ser vitoriosa, se o processo de Angola não for honestamente conseguido”, afirmou-nos o dr. José Campelo, antigo secretário de estado da Economia daquela ex-colónia, durante o período em que o almirante Rosa Coutinho desempenhou as funções de alto-comissário.

Na entrevista que concedeu ao *DN*, o dr. José Campelo traça um panorama da situação angolana, nos seus diversos aspetos, e explica como se joga a cartada do imperialismo norte-americano, nomeadamente no enclave de Cabinda.

O antigo secretário de estado da Economia de Angola começou por se referir à situação atual do território e aos motivos que a ela conduziram:

— Penso que após a tomada de posse do Governo Provisório atual, em 31 de janeiro, e, portanto, com a consequente saída do almirante Rosa Coutinho, a situação em Angola veio progressivamente a degradar-se. Era inevitável que essa degradação se desse. Eu tenho para mim que o acordo do Alvor, que Portugal firmou com os movimentos de libertação angolanos, continha em si compromissos que não permitiam a sua realização prática.

Ainda tenho para mim que basta olhar a geografia do continente africano para se verificar que a solução de uma democracia plural é de implantação extraordinariamente difícil em Angola. Não existe em nenhum dos países africanos e não me parece muito provável que venha a realizar-se em Angola. E isto porque todo o caminho que se abre até à consecução dessa democracia plural abre simultaneamente as portas à implantação da reação em Angola. Não nos devemos esquecer de que a reação nunca foi ali desfeita, depois do 25 de Abril, que a PIDE/DGS continuou a funcionar em Angola tal como antes

do 25 de Abril, que a própria OPVDCA⁹⁴ praticamente não foi ainda desmantelada nem desarmada, que toda a reação branca, que foi expulsa durante a vigência do almirante Rosa Coutinho como alto-comissário, regressou após a sua saída. Deve considerar-se mesmo que a não permanência do almirante era uma das condições do acordo do Alvor, condição tática⁹⁵ com certeza, exatamente porque a sua presença não deixaria que essas forças ao serviço do imperialismo americano pudessem vir a implantar-se em Angola até ao 11 de Novembro. Quando Portugal aceita, como um dos pontos principais do acordo do Alvor, o reconhecimento em pé de igualdade dos três movimentos de libertação, tenho para mim que está a aceitar, em relação à ética do 25 de Abril, uma contradição profunda. E isto porque, quando, recentemente, os presidentes Kaunda e Nyerere saudaram o futuro presidente de Moçambique, Samora Machel, pelo facto de uma das suas grandes vitórias ter sido demonstrar que o fascismo não é apenas branco e há um fascismo negro, Portugal sabia perfeitamente que a FNLA era uma força fascista, ao serviço do imperialismo e que, por falta de implantação popular, não tinha nenhuma viabilidade de ganhar as eleições. As eleições eram uma derrota certa e antecipada para ela. Deste modo, a FNLA, ao serviço do imperialismo americano e do expansionismo de Mobutu, tinha de provocar a confusão, tinha de procurar, sobretudo, esmagar o MPLA, que é efetivamente o verdadeiro e único representante do povo angolano.

“A UNITA tem-se sempre comportado como uma aliada da FNLA”

E o dr. José Campelo prossegue na sua análise:

— Isto é o que tem vindo a verificar-se, encontrando-se no meio a UNITA, a fazer um jogo de compromisso, muito embora exteriormente procure fazer um jogo de neutralidade, procure inclusive não se meter nos conflitos, esperando que se confrontem apenas o MPLA com a FNLA, donde viria depois a obter os lucros.

⁹⁴ Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil. Era um corpo de voluntários de ambos os sexos que devia auxiliar as Forças Armadas e garantir a defesa civil das populações. Tratava-se de uma organização do tipo milícia, subordinada diretamente ao governador-geral.

⁹⁵ Talvez se trate de uma gralha e a forma correta fosse *tática*.

O que acontece, contudo, apesar desta pretensa posição de neutralidade política, é que interinamente, no seio do próprio governo, e estou convencido de que, mesmo ao nível dos dirigentes, a UNITA se tem sempre comportado como uma aliada da FNLA. Sei que mesmo ao nível do conselho de governo isso assim se passa, a UNITA está sistematicamente a apoiar a FNLA. E isto porque de certo modo, o MPLA também é um inimigo para a UNITA no sentido de umas futuras eleições em 11 de Novembro. Nesta medida, proclamando em público que é neutral, mas fazendo o jogo da FNLA, a UNITA está a tentar também desimplantar o MPLA da sua raiz fortemente popular. E um desses casos é o do poder popular. Efetivamente, em todo o musseque de Luanda, existe o grande movimento do poder popular, que é um poder do MPLA, e vem a UNITA, ainda recentemente, declarar que nem sabe o que significa poder popular, que é uma designação que não conhece e que, por isso, não pode pronunciar-se sobre ela. Mas a verdade é que o povo angolano e o povo do musseque têm demonstrado que são do MPLA e até nestes recontros que se registaram, mesmo com dificuldades de armamento, têm conseguido sustentar e manter dentro de um certo respeito, felizmente ainda, as investidas militares da FNLA. Toda a gente sabe e eu tenho quase a certeza de que isto vem já dos acordos do Sal, que a nossa política em Angola vem muito marcada pelos compromissos assumidos pelo general Spínola perante Mobutu.

“Estou convencido de que nos acordos do Sal se negociava Cabinda”

— E também houve o encontro com Nixon...

— Sim, e também perante o Nixon, porque o Mobutu e o Nixon estavam perfeitamente ligados, como é óbvio. Nesses acordos, nos do Sal, estou convencido de que se negociava Cabinda, na qual, quer o Zaire quer o próprio Congo-Brazzaville estão particularmente interessados, e que se negociava assim uma implantação única da FNLA no domínio do governo de Angola. É evidente que essa implantação só podia concretizar-se pela via da força, força essa que não é popular e a prova é que só quem não viveu em Luanda não sabe que toda a grande força militar da FNLA é de soldados congolese.

Eles exibem um poderio impressionante, fardados nas melhores condições, armados de tudo quanto há; exibem um grande poder económico, instalam-se nos melhores hotéis, todas as suas sedes são hotéis, e compram a população

com dólares. Eu vi isso na tomada de posse do novo governo, em 31 de janeiro. Davam notas de dez dólares de gratificação aos criados do Palácio...

É a chamada política da intimidação, levando o povo a dizer: “Estes é que têm a força.”

Mas estou convencido de que, apesar de tudo, o MPLA hoje já se encontra mais bem armado e está decidido a tentar sustar todo este surto militar. Mas parece-me que não é viável que o MPLA consiga fazê-lo sem que haja apoio de Portugal, que é quem tem responsabilidades ainda sobre a descolonização.

— O MPLA passaria assim para uma nova fase de luta armada, abandonando a luta política, bloqueada pela FNLA...

— Passaria ou virá a não ter outro remédio. Se continuarmos a deixar a situação degradar-se como tem vindo até aqui, é evidente que ao MPLA não resta outra alternativa que não seja tentar passar, em igualdade de circunstâncias, esta invasão armada da FNLA.

Por outro lado, não me parece que os americanos tenham parado a guerra da Indochina por mero acaso.

É evidente que na estratégia imperialista, neste momento, há duas frentes possíveis a abrir: a do Médio Oriente e, com toda a certeza, a de Angola.



Jose Campelo: «Portugal, ao ser neutral, está a fomentar a invasão de Angola por Mobutu»

“A longo prazo ninguém derrota um povo”

— Vê possibilidades de uma intervenção direta dos EUA em Angola?

— A intervenção americana pode ser direta ou indireta, consoante os acontecimentos vierem a evoluir. Já se tem propalado a hipótese de uma intervenção da ONU e sabe-se que até agora todas as forças da ONU são constituídas por 50 000 americanos, 100 neozelandeses, 50 australianos e alguns suecos.

Portanto, poderá ocorrer aquilo a que chamávamos lá a “vietnamização” de Angola, com uma interferência da ONU, que será efetivamente a interferência

americana, direta, ou o americano vai investir no fornecimento de material e apoio financeiro, económico, militar, à FNLA, via Mobutu, para uma ocupação de Angola ou até uma possível partilha de território.

É evidente que um povo pode ser esmagado a curto prazo pelo poder bélico, e as intervenções americanas têm-no demonstrado, mas efetivamente, a longo prazo, ninguém derrota um povo. Basta que nos recordemos do Vietname. Pode acontecer que o MPLA, num confronto armado, sofra um possível recuo, mas estou convencido de que, sendo ele o único movimento que representa efetivamente o povo angolano deste ponto de vista, um povo não se derrota nunca. E o MPLA, mais tarde ou mais cedo, viria a ganhar esse confronto. Além disso, a África tem uma dimensão geográfica em que os problemas, mesmo militares, se põem já a níveis muito diferentes do que em pequenos países, e efetivamente o MPLA é um movimento implantado de Cabinda ao Cunene — e isto é um facto. Nas terras do “fim do mundo” há gente do MPLA. Enquanto a FNLA, antiga UPA e primitivamente UPNA, antes de 61, União dos Povos do Norte de Angola (foi a Argélia que lhe exigiu que tirasse o “n”, porque não podia apoiar um movimento tribalista) e depois de tão mau rótulo com todos os massacres que fizeram, é efetivamente um movimento tribal com implantação restrita no Norte de Angola e pouco mais. O caso da UNITA é um caso de pura invenção. Como toda a gente sabe, foi um movimento inventado na guerra colonial pela antiga PIDE/DGS, a partir de uma dissidência da FNLA, e que se implantou no Leste, numa região muito propícia a que um pequeno grupo pudesse atuar. E foi subsidiado pelas autoridades portuguesas. Assim, durante os anos de guerra, o MPLA teve de lutar em três frentes: o exército colonial, a FNLA e a UNITA. Esta última chegou a ser abastecida de helicóptero pelas tropas portuguesas.

As pressões de Savimbi sobre Kaunda e Mobutu

— Considera que a UNITA tem uma implantação significativa?

— Na medida em que o dr. Jonas Savimbi é muito esperto e usa uma linguagem e uma estratégia maoísta embora falsa, não há dúvida de que tem conseguido uma certa implantação com certo significado, numa região muito populosa, a do planalto central, onde aliás ele se implantou porque ali podia fazer grande pressão sobre a Zâmbia e sobre o próprio Mobutu pois por ali se escoava o cobre zambiano e o do Catanga. Aliás, durante muito tempo, houve fações

do MPLA que sustentaram que a guerra se ganhava ali, com o caminho de ferro de Benguela. Foi uma dialética muito controversa, no seio do MPLA, e o Savimbi veio provar que isso acontecia.

A UNITA, que em janeiro de 1974 estava reduzida a vinte e poucos homens, travou, através do Savimbi, uma batalha que se tem de reconhecer como muito inteligente, apoiando-se na sua situação geográfica, muito importante para os dois países que a podiam ajudar. E é fazendo as greves do porto do Lobito e controlando o caminho de ferro de Benguela que Savimbi faz parar o cobre da Zâmbia, isso ainda durante o nosso governo. E vimos como o próprio presidente Kaunda estava embaraçado com a não saída do cobre. Nessa altura, ele pôde dizer ao Kaunda: “Eu sou uma força de facto, uma força a ser considerada.” E foi assim que conseguiu ser admitido na OUA.

— E no tocante à procura de captação da população branca?

— O dr. Savimbi sentiu que era muito importante a população branca. Esta, tirando algumas pessoas politizadas, pode dividir-se em dois grandes setores: a alta burguesia capitalista, que apoiou a FNLA e diretamente a subsidiou, achando nela a via mais apropriada para a salvaguarda dos seus interesses; a pequena e a média burguesias. Este último setor foi caçado pelo Savimbi na base da grande demagogia, pois soube falar ao branco como os futuros movimentos não souberam. Simplesmente, há sintomas que mostram bem que o Savimbi se poderá tornar mais racista do que o outro movimento, a FNLA. Aquele que nunca foi racista é o MPLA: tem estatutos com 16 anos, que vêm já do Partido Comunista Angolano. Desde o princípio que tem brancos a nível mesmo de quadros. E, por isso, o Savimbi chegou mesmo a jogar com a tecla do comunismo, à semelhança do que se passou em Lisboa, quando diz comunismo não, mas socialismo democrático, sim.

— Poderia perguntar-se qual a legitimidade da presença de Savimbi no Alvor...

— O Savimbi, ao ser cimentado numa estratégia que estou convencido de que o Spínola tentou levar até ao fim, constituía o presidente preto que os portugueses tinham comprado para uma independência disfarçada de Angola. Aliás, creio que esteve por muito pouco a sua integração nas forças controladas tipo Flechas.

Ao ver que nada havia a fazer na Guiné e em Moçambique, Spínola precisava de um presidente preto, e o Savimbi era a sua cartada.

“Com a saída do almirante Rosa Coutinho houve uma desmotivação”

— Têm sido formuladas críticas à atuação do Exército português em Angola. Como as encara?

— Creio que não é legítimo dizer o Exército, os 24 000 homens que lá estão, pois os exércitos são o que são os seus oficiais. Com a saída do almirante Rosa Coutinho houve uma desmotivação, porque nunca se verificou em Angola um saneamento militar. Ainda estão em funções de comando oficiais de antes do 25 de Abril, e inclusive depois, manda-se o sr. Firmino Miguel para Luanda. Assim, o Exército vive com meia dúzia de pessoas progressistas que, por mero acaso, lá se encontravam antes do 25 de Abril e os reacionários são mantidos. Quando o almirante Rosa Coutinho chegou a Luanda, sabe-se das manifestações de oposição que lhe fizeram, e mesmo o Exército não teria tido aquela ação imediata que seria desejo do almirante. Mas quando ele saiu, a reação tinha desaparecido de Angola, a paz estava conseguida e o Exército tinha-lhe uma obediência notável. Isto tudo deve-se à personalidade de um homem que sabia o que queria. O Exército hoje é o mesmo, o que mudou foi o alto-comissário... Efetivamente, o atual alto-comissário não é — e não considero que faça o jogo da FNLA, mas usa de uma certa neutralidade — pessoa com personalidade para aguentar um processo daqueles. Não tem, inclusive, a formação política necessária para o equilíbrio que o mesmo exige, e aí aparece a afirmação de que Portugal tem de ser neutral. Quando se cerceia a entrada legal de armas para o MPLA, que apresenta um barco para ser descarregado, porque terá de ser submetido ao Conselho Militar, esquece-se que a FNLA tem 1800 quilómetros de fronteira com o Zaire, e que este está nitidamente a invadir Angola porque a quase totalidade do Exército da FNLA é constituída por zairenses. Portanto, afirmar esta posição de neutralidade é uma desonestidade. Portugal, ao ser neutral, está a fomentar a invasão de Angola por Mobutu, está a deixar intervir uma potência estrangeira, o Zaire, que o faz da maneira mais selvagem que o fascismo conheceu. A FNLA apresenta-se, ao nível de governantes, com esse tipo de intervenção selvagem. É preciso não esquecer e dar a conhecer ao povo português que um dos maiores poetas de Angola, António Cardoso, é miseravelmente massacrado pelo sr. Vaal Neto, na altura o representante da FNLA no diretório em Luanda e, neste momento, secretário de estado da Informação. O que é grave é que isto é uma tática, não são soldados a fazer asneiras. O importante é verificar se essas asneiras são uma estratégia

ou são factos isolados. E não há dúvida de que a FNLA é uma força fascista que pretende impor o temor na população, por não ter outra forma de se implantar. E, mesmo assim, a população dos musseques, com simples catanas, chega a dizimar patrulhas da FNLA, como já aconteceu na chamada “luta de catana contra espingardas”.

“Os americanos veem a FNLA demasiado desmascarada”

— Fala-se muito de ideologias em confronto. Concorde que é isto que se está a verificar em Angola?

— Bem, a não ser que se fale de uma ideologia capitalista e outra socialista. Mas a FNLA é um movimento muito pouco politizado, quase todo constituído por elementos do MPLA expulsos por mau comportamento. É preciso não esquecer que o secretário de estado do Comércio, dr. Graça Tavares, foi expulso do MPLA por desvio de fundos, e o ministro da saúde, dr. Samuel Abrigada⁹⁶, pelo mesmo motivo. Basta ir a Luanda para ver a posição de invasão que toma qualquer homem da FNLA, desbaratando dinheiro, o nítido invasor do capital. Não têm uma ideologia, usam chavões nos discursos, falam de verdadeiro nacionalismo, mas comportam-se como invasores.

É sempre fácil criticar *a posteriori*, e algumas coisas do Alvor poder-se-á admitir que não deveriam ter sido assim, mas não era viável imaginar-se de outra maneira. Agora que o fantasma do neocolonialismo pairava sobre Angola de maneira extraordinariamente intensa, isso era conhecido antes do Alvor... Repare: se olhar para o continente africano, encontra o mais hediondo neocolonialismo em todos os países de língua francesa, e no caso de Angola um movimento verdadeiramente nacionalista, o MPLA, e daí certas acusações sobre a orientação do presidente Agostinho Neto, que, se outra virtude não teve, pelo menos não se vinculou a bloco nenhum, sempre com um sentido de independência efetiva do povo angolano. Nos outros dois movimentos? O neo-

⁹⁶ Formado em Medicina, Samuel Abrigada Francisco da Costa (n. 1934) integrou a delegação da FNLA que negociou os Acordos de Alvor e ocupou o cargo de Ministro da Saúde no Governo de Transição. Foi acusado do levantamento do Banco de Angola de uma quantia equivalente a cem mil contos (quatro milhões de dólares à época). Retirado em espécie e transportado numa mala, o dinheiro desapareceu sem explicações convincentes. Não se soube se os fundos se destinavam a programas do Ministério da Saúde ou se se destinavam à FNLA. O episódio ficou conhecido como “o caso dos 100 mil contos” e o ministro passou a ser chamado de “Cem Mil Obrigada”.

colonialismo da FNLA, o imperialismo americano, via Zaire. Estou convencido, aliás, de que é um dos sonhos de Mobutu a constituição de uma federação de Cabinda independente-Zaire-Angola, de que seja presidente, no fundo uma reconstituição do antigo reino do Congo. Eu diria mesmo que suponho que isso foi garantido no Sal; do outro lado o Savimbi a jogar com o Mercado Comum, onde a França aparece a desempenhar um grande papel. E veja como ele se moveu em relação à China, e esta a falar na importância, há dias, do Mercado Comum na Europa. Duas cunhas neocoloniais: o imperialismo americano e o Mercado Comum. E a China do lado do Savimbi. A hipótese da CEE, aliás, até pode ser apoiada pelos americanos, que veem a FNLA demasiado desmascarada, e o imperialismo americano não quer jogar em cartadas nitidamente fascistas, gosta mais de jogar na social-democracia europeia. Neste sentido, até é possível à América jogar em paralelo com a China. Portanto, é muito natural que os EUA venham a deslocar-se para o Savimbi, constituindo a fachada “progressista” do imperialismo americano, na medida em que se considera que o Neto foi um homem ajudado por Moscovo, o que foi muito pouco.

“Uma forma de subjugar Angola é tirar-lhe o petróleo de Cabinda”

— Quais são, em seu entender, os grandes problemas económicos de Angola?

— No capítulo de problemas potenciais, há um sobre o qual é importante fazer luz: o do petróleo. As pessoas referem-se sempre ao de Cabinda, por ser a realidade concreta até este momento e, em relação a ele, tenho a convicção de que estão relativamente mal informadas sobre o aspeto da sua importância para Angola. A produção de Cabinda é muito inferior à da Nigéria, representará 0,7 por cento do consumo interno americano, o que significa que não é decisivo na luta que o imperialismo americano tem de travar por essa fonte de energia.

O petróleo que Cabinda produz não justificaria o risco que o americano terá de correr ao intervir em Angola. Quanto a mim, Cabinda e o seu petróleo são importantes porque, sendo uma gota de água no oceano, em relação às necessidades, por exemplo americanas ou do mundo ocidental, representa para Angola qualquer coisa como 12 a 14 milhões de contos. Assim, se a produção

absoluta é diminuta para justificar uma intervenção, já não o é do ponto de vista estratégico. O imperialismo sabe que se de repente forem retirados 12 milhões de contos à balança de pagamentos de Angola, esta vai à falência. E aqui é que o petróleo de Cabinda é extraordinariamente importante. Uma forma de subjugar Angola é tirar-lhe o petróleo de Cabinda. Não porque seja importante para quem o tira, mas para quem fica sem ele.

Por outro lado, o enclave de Cabinda tem grande valor estratégico para duas potências limítrofes: o Zaire, que apoia a FLEC, que já foi apoiada pela PIDE; Cabinda trazia-lhe 120 quilómetros de costa no Atlântico, além de petróleo; e a República Democrática do Congo, que tendo apoiado o MPLA, se vê numa posição difícil. Verifica o risco de Cabinda cair nas mãos do Zaire e, assim, luta para que caia nas suas mãos, como continuidade geográfica do seu território, e 12 milhões de contos, que é muito para um país pobre, e ainda o petróleo que não tem. Por outro lado, Cabinda alberga ainda riquezas que o angolano e o português não conhecem, e isso eu senti-o durante o meu mandato. Todas as riquezas do subsolo de Angola são muito mais conhecidas do americano do que de nós. Terá ouro, por exemplo. As grandes riquezas do petróleo angolano não estarão em Cabinda e os americanos sabem-no. Poderá estar na parte angolana do Congo e porventura no *offshore* do Lobito. Angola possui ouro à vista, na mineira do Lobito, e todos os metais altamente estratégicos que uma potência imperialista como a América não pode deixar de ter.

O que é importante em Angola, hoje, é o subsolo. E o grande colonialismo quer, no fundo, é reduzir povos a matérias-primas. O povo angolano é um vendedor de matérias-primas a baixo preço e um comprador de produtos acabados a elevado preço — essa é a grande exploração capitalista.

**“A reação provocou greves caóticas e paralisou
grande parte da atividade”**

— Do ponto de vista industrial, qual é o panorama angolano?

— Angola era, das três colónias mais importantes, a mais desenvolvida, tinha já um parque industrial de um significado muito razoável e é evidente que a reação se comporta lá como aqui, provocaram-se as mesmas greves caóticas, paralisou-se grande parte da atividade. É evidente que o povo negro de Angola estava ainda bastante mais atrasado que o nosso povo e com toda a

demagogia e boicote foi fácil dizer-lhes para trabalhar pouco, houve uma grande quebra de rendimentos, as fábricas hoje, mesmo durante os períodos normais de trabalho, fazem-no a 50 por cento da eficiência, nada se está a fazer para uma consciencialização, antes pelo contrário. Mas, neste sentido, durante o nosso tempo, não houve tempo para uma deterioração da economia muito pronunciada, mas o que acontece é que quando se esperava que a constituição de um governo chamado legítimo, o de 31 de janeiro, viesse fazer andar ou manter a estrutura económica que Angola tinha, tem-se verificado o contrário. Mas isto era visível ao nível do Alvor. Só um país generoso como Portugal podia pensar que os três movimentos se iam entender ao nível de um jogo democrático correto, leal, naquele governo. E este nunca governou, só desgovernou. Quando um ministro chega a pôr uma pistola na mesa do Conselho de Ministros e como esta não basta, chama dois militares seus armados, o governo não pode governar. No fundo, os movimentos levaram para o seio do governo as suas guerras de natureza ideológica e Angola tem estado paralisada de maneira trágica, mas essa é uma das cartadas do imperialismo.

Angola caminha para um descalabro muito grave. Todos os movimentos apelam para a não saída do branco, conscientes de que, devido ao colonialismo, a população branca é fundamental no processo económico de Angola, pelo menos a curto ou mesmo médio prazo. E, por outro lado, ainda não se atendeu ao problema da saída esmagadora dos brancos de Angola, Portugal não vê o problema destas primeiras 50 000 pessoas que pretendem regressar, e que podem ser 100 ou 150 000. Como se vão ocupar estas pessoas? Isto devia ter sido previsível ao nível do Alvor. E não é só um problema quantitativo, vamos ter problemas muito graves de natureza social, além do volume do desemprego. E isso devia ter sido previsto, obstando-se a que Angola chegasse à situação em que está. E houve propostas concretas. Eu, por exemplo, fui portador de uma, do dr. Agostinho Neto, que viu, a certa altura, que o Alvor falhava. E o Alvor falhou porque, apesar de tudo — e isto não é crítica, é constatação —, as pessoas que têm negociado os problemas de Angola sabem muito pouco de Angola, porque não chega ter lá feito uma comissão militar, normalmente a nível de alta patente. Para o mato foi o soldado e esse não está a tratar das negociações. Inclusive, nunca se saneou aqui o Ministério do Ultramar, que veio a dar hoje o Interterritorial. E continuam a tratar de problemas de Angola pessoas que já dominavam o Ministério do Ultramar no tempo do

regime fascista. A primeira posição concreta em Portugal foi do MES, LUAR, LCI, FSP. Repare-se como é estranho que os principais partidos da coligação, com exceção do MDP, apesar de tudo, se têm mantido calados em relação ao problema de Angola. E o próprio MPLA hoje constata que o Alvor não pode levar à solução, porque não há uma solução para Angola que mantenha armados os três movimentos.

— Entramos, portanto, nas alternativas para a paz.

— Tenho para mim que não há uma solução correta que não seja o desarmamento dos movimentos. O presidente Neto propô-lo, o Savimbi chegou a dizer que aderiria. E claro que a FNLA não concorda, óbvio, mas simplesmente, nesta altura, Portugal, MPLA e UNITA deixam a FNLA perante a opinião pública internacional numa posição sem saída. Se é a única que não concorda em desarmar, é porque quer a guerra. Repare-se que Holden Roberto é o único que não entra em Angola, porque só quer entrar como presidente da República. No estudo da lei fundamental a FNLA tem vindo a bater-se pelo presidente vitalício, a ponto de membros do MPLA dizerem: “Vocês já contam com a vitória.”

É preciso denunciar em Portugal esta estratégia. O Holden não entra em Angola, é cunhado do Mobutu, é um presidente estrangeiro e está a servir de rótulo à invasão de Angola por parte de uma potência estrangeira, que é o Zaire. E se queremos lutar por uma solução democrática, então terá de haver condições para o exercício da democracia, e assim surge a necessidade do desarmamento. Há que se tomar uma posição frontal, ativa, correta.

A proposta de Neto foi que, em vez de parcelas mensais, os movimentos entreguem imediatamente todos os seus homens e armas, para formação de um exército nacional, e depois entram na luta ideológica e eleitoral. É evidente que a FNLA sabe que perde, e o Neto pensa que ganha, pois o MPLA é o grande movimento popular, e o Savimbi, por sua vez, joga nesta carta porque também lhe serve este tipo de luta, conducente a uma situação de coexistência. Estou convencido de que, nesta altura, Portugal não tem outra alternativa. Ou transplanta para Angola efetiva e honestamente o 25 de Abril ou também o processo daqui será gravemente afetado. A revolução socialista portuguesa não poderá ser vitoriosa, com certeza, se o processo de Angola não for honestamente conseguido.

Tempo, 29 de maio de 1975, p. 10

Na hora da verdade
Nito Alves / MPLA abre o “Dossier Angola”

Varela Soares

O atual momento político em Angola é da maior importância para o processo de descolonização em curso e tem reflexos imediatos na democratização socialista em Portugal.

Quando tudo indicava ser possível um entendimento entre os movimentos de libertação angolanos, voltou-se, com redobrada ferocidade, a uma escalada de violência que nos faz lembrar os anos de 1961 no Norte de Angola e cujos processos são iguais, ou piores, que os praticados pela UPA nessa data. Não é de estranhar que, de um momento para o outro, se tenha que lamentar um genocídio mais grave do que aquele a que, ainda há bem pouco tempo, assistimos na Nigéria.

Em conversa com o comandante Nito Alves, chefe militar do MPLA e membro do seu comité central, foi possível recolher algo de novo sobre a situação atual em Angola.

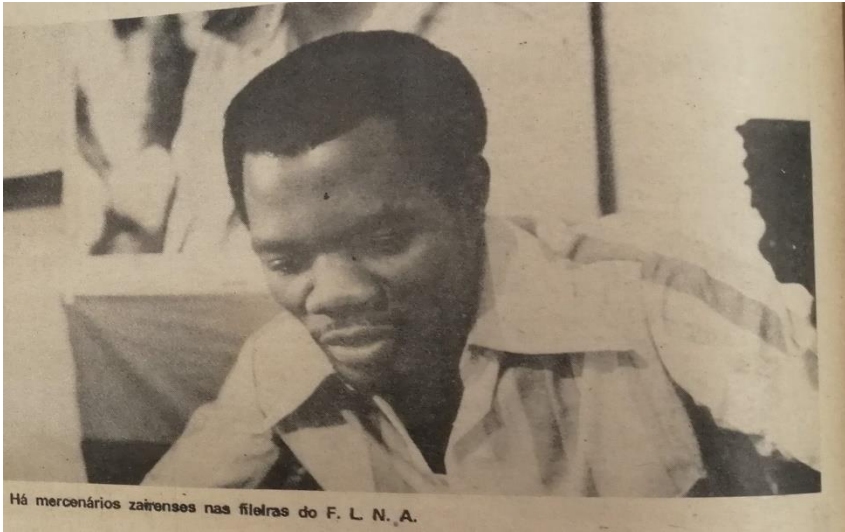
Falar com Nito Alves sobre os problemas de Angola transforma-se num monólogo no qual o comandante, líder guerreiro do seu movimento, nos dá uma panorâmica diferente daquela que habitualmente nos tem sido fornecida pelas agências noticiosas ou por qualquer outro meio de comunicação social.

— Tiveram alguma influência na escalada atual de violência os acontecimentos registados antes dos acordos do Alvor?

— Na verdade, um exame atento do ponto de vista apenas militar, dir-nos-ia, imediatamente, que cada fase da escalada militar, organizada pela reação em Angola, funciona como componente de uma estratégia global de repressão. Partindo desta hipótese, há que admitir todo um complexo conjunto de elos no processo da referida estratégia. A influência dos incidentes, de grau menor antes dos acordos de Alvor, é razão de força continuada da reação fascista, e só

nesta perspetiva de cadeia estratégica é que se avalia o impacto dos mesmos nesta nova fase de repressão.

— Não é possível falar de Angola e do seu processo de descolonização sem lembrar o almirante Rosa Coutinho e a sua influência no mesmo. Teria sido ou não partidária?



— O almirante Rosa Coutinho desenvolveu uma ação firme, numa articulação de valores de decisão sem rodeios nem apelos inoperantes à partida; enquanto foi possível, lutou no sentido de responsabilidade que decorreu da necessidade de respeito elementar pelos acordos do Alvor, de que foi o grande obreiro. Daqui o desgosto aflitivo da reação que, usando poderosos centros do capital, tudo fez para o identificar com o MPLA e daqui a consequente saída do almirante de Angola.

Continuando, afirmou:

— A atuação do almirante Rosa Coutinho é resumível em poucas palavras: Decisão de “correr” de Angola com os agentes da ex-PIDE/DGS, perseguição a todos os reacionários brancos e uma arrojada tentativa de obrigar os movimentos a uma cooperação patriótica dentro da linha dos futuros acordos do Alvor. Entretanto, a ação do almirante Rosa Coutinho estava em marcha, e por

isso a sua saída foi muito lamentada pelos verdadeiros angolanos, verificando-se que estava muito longe o momento histórico da conclusão dos seus planos.

— Ainda com o almirante Rosa Coutinho em Angola, realizou-se o encontro entre o ex-presidente Spínola e o presidente Mobutu do Zaire...

— No devido momento, dessa conjuntura imperialista, o MPLA não só denunciou publicamente a criminoso atuação do ex-presidente como declarou lutar energeticamente pela descolonização no sentido neocolonialista.

— Constou até, muito particularmente, que nessa reunião se poderia ter tratado de uma divisão geográfica de Angola ao sabor de interesses estranhos ao país. Terá sido assim?

— É de esperar tudo. No entanto, fomos contra o princípio traiçoeiro e criminoso da secessão de Angola por territórios segundo linha de clivagens tribalistas e por isso somos o alvo da sanha desalmada dos agentes a soldo do imperialismo. Mais: a opinião pública nacional e internacional já não sustenta dúvidas a respeito dos que febrilmente buscam, mesmo pelas armas, a divisão de Angola.

No entanto, e já depois dos acordos do Alvor, com o primeiro governo de transição, têm-se verificado, fora do aspeto militar, boicotes e atropelos que só uma análise com base na teoria da revolução e do sindicalismo revolucionário permitiria uma resposta verdadeiramente militante e ao mesmo tempo de índole histórica. Ameaças, greves, espancamentos, etc. Até no capítulo da informação escrita e falada se verificam atropelos lamentáveis.

Diziam os antigos “a censura persegue as pombas e acarinha os corvos”. Qualquer espírito sensato não tolera as arrogantes arbitrariedades que o Governo de Transição de Angola tem cometido contra o Ministério da Informação. Quem hoje conhece a parte asquerosa da imprensa angolana e o gemer aflitivo da Emissora Oficial, interroga-se, quando vai ao âmago das causas, em que espaço governamental se há de realizar a liberdade de informação ao serviço do povo angolano.

Hoje, em Angola, o Ministério da Informação está nas garras da força das estranhas legalidades do governo, como um animal, de difícil passagem, pela boca de uma impiedosa jiboia.

— Partindo desta base, parece-nos que não será brilhante o entendimento entre os membros do Governo de Transição de Angola, principalmente em Luanda. Qual a sua opinião?

— Em Angola, haja ou não influência de setores de forças escamoteadas, a verdade é que é inoperante e ineficaz o papel global das Forças Armadas.

— Uma das medidas tomadas pelo Governo de Transição após os últimos incidentes em Luanda foi a expulsão de alguns elementos estrangeiros que ali se encontravam. Qual o motivo de tal atitude?

— Uma pergunta sem resposta. O facto foi tornado público.

“Expulsos porque não são passíveis de corrupção, são investigadores e curiosos no conhecimento da verdade, são progressistas — nada mais.”

— Nos últimos dias várias questões se apresentam àqueles que seguem atentamente o “Processo Angola”, tais como os comunicados da FNLA contra o seu movimento, o número de mortos nos recentes acontecimentos e a entrada em massa de armamentos em Angola.

— Que nome se dá a uma organização política que se declara como tal quando se recusa a participar numa nova “cimeira” para tratar dos assuntos que afetam gravemente o problema da descolonização?

Velha tática — “atribuir ao inimigo um absurdo e criticá-lo vitoriosamente”.

Consultando elementos, continua:

— Quanto aos mortos, os dados que tenho são na ordem dos 3 000, entre eles alguns europeus, e a primeira reação é o êxodo para Portugal, coisa que aqui — em Portugal — se sugere não ser objeto de sérias e profundas preocupações, pela necessidade do cumprimento do enunciado no Alvor.

No que respeita à entrada de armas, seria interessante se os reacionários e toda a “fantoçada” que invade Angola com armas e mercenários dissessem ao nosso povo de onde recebem tais armas e tudo o mais!!!

— Nessa linha, podemos concluir que há mercenários em Angola?

— Sim. Que se saiba, em Angola há mercenários zairenses nas fileiras do ELNA, que, como é do conhecimento, é o exército da FNLA.

Estávamos a chegar ao fim da nossa conversa com o comandante Nito Alves e algumas perguntas mais se impunham. A possibilidade de uma guerra

civil em Angola com intervenção da ONU, o problema de Cabinda e o futuro da Nação Angolana.

— A responsabilidade de uma guerra civil em Angola, se for de considerar essa possibilidade, pertencerá totalmente ao imperialismo internacional e em especial ao imperialismo americano, que conta com grandes pontas de lança em África. Mas não acredito. Quanto a uma intervenção da ONU, a experiência da morte do grande herói Lumumba leva-nos pessoalmente a não aceitar tão enganosa hipótese das tristemente famosas tropas dos “capacetes azuis”.

Sobre Cabinda, há muito que dizemos que ela é parte integrante de Angola e até porque o próprio direito internacional, de cariz burguês, não legitima a pretensão do povo de Cabinda.

E, a concluir, Nito Alves, afirmou:

— Sobre o futuro, posso dizer-lhe: Angola hoje, sem sensacionalismos, é terra só para valentes...

Tempo, 12 de junho de 1975, p. 9

Os acontecimentos de Angola e a posição da UNITA

“Lições de revolução só podem ser dadas por aqueles que na dura luta de guerrilha, na mata, nas cidades em perigo e em toda a parte, sempre se levantaram contra a máquina opressora, garantindo assim a honestidade dos verdadeiros revolucionários.”

O Dr. Toni Fernandes, Diretor Nacional da Informação e Propaganda da UNITA, e o Secretário da Informação e Propaganda daquele movimento, Honório Van-Dunem⁹⁷, encontram-se em Lisboa, coincidindo a sua chegada com a escalada de violência que se registou nos últimos dias em território angolano.

Tempo quis ouvir os dois destacados elementos do Comité Central da UNITA.

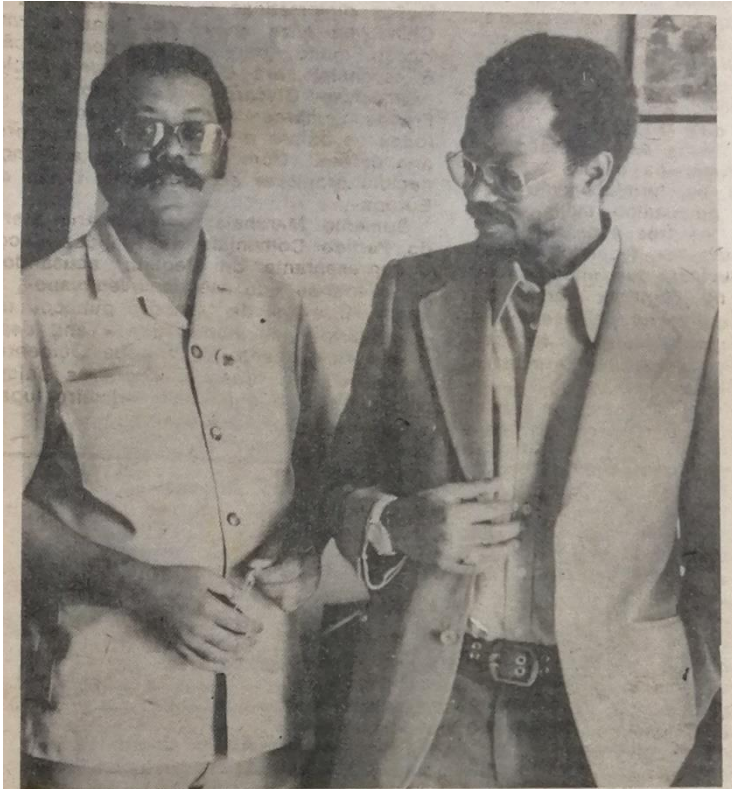
Tempo — Sendo o vosso movimento considerado pacifista, por que motivo a partir do discurso do dr. Jonas Savimbi, no Huambo, se verificaram ameaças que culminaram com a entrada em ação da UNITA?

Toni Fernandes — Gostaria de esclarecer que nem o nosso presidente é um pacifista nem o é o movimento; a UNITA é um movimento pacífico mas não pacifista. Quanto às declarações do Huambo, agora especuladas, não houve intenção de ameaçar ninguém. Houve, sim, a intenção de alertar o povo a continuar vigilante contra as ameaças que nos fazem diariamente. Em relação ao ser a UNITA obrigada a pegar em armas, tal só se justifica porque tem havido, por parte de certos movimentos, ataques às nossas instalações militares, aos nossos escritórios e até aos nossos militantes. Até aqui a UNITA tem evitado, por todos os meios, entrar em conflito aberto, como acontece entre a FNLA e o MPLA. No entanto, vimo-nos obrigados a responder para defender as populações que neste momento, sem problemas rácicos ou étnicos, se encontram refugiadas nos nossos quartéis. Podemos garantir que não há nenhuma escalada de guerra entre a UNITA e os outros movimentos, afirmando-lhe até que, neste momento, as nossas tropas, embora vigilantes, estão nos aquartela-

⁹⁷ Honório Van-Dunem de Andrade (1938-?), que abandonaria a UNITA em 1992.

mentos. Mais: temos sido o único movimento que desde o princípio ajuda as tropas portuguesas a pôr um pouco de ordem na cidade de Luanda.

Tempo — Como encara a UNITA a onda de violência registada em Luanda e no Norte de Angola nos últimos dias?



Toni Fernandes e Onório Van-Dunen

Honório Van-Dunem — Esta escalada de guerra, como os senhores sabem, está a ser alimentada de alguma fonte. A UNITA há muito que tinha alertado os responsáveis sobre o que se iria passar, no entanto nem todos quiseram dar ouvidos às nossas palavras. Daí, infelizmente, se verificar aquilo que prevíamos.

As informações sobre Angola têm sido deturpadas, com propósitos que não são difíceis de compreender, chegando mesmo a ser recebidos jornais em Luanda, vindos de Portugal, com notícias sobre Angola, cuja fonte dizem ser

angolana e que são verdadeiras falsidades. A quem interessa este estado de coisas? À UNITA podemos garantir que não, pois o nosso interesse é a paz do povo angolano, pelo qual lutámos durante anos.

Tempo — Existem divergências entre os movimentos e o alto-comissário, havendo até um pedido para a demissão imediata deste?

Toni Fernandes — Nós, na UNITA, respeitamos a figura do alto-comissário, pois foram os dirigentes dos três movimentos que o escolheram; além do mais, a figura do alto-comissário representa, para nós, o presidente da República de Portugal, ou seja, a soberania portuguesa em terras de Angola até à independência. Gostaria de acrescentar que o alto-comissário não tem poder, ele só emite a posição dos três movimentos dentro do governo, pois todos os comunicados que o alto-comissário assina ou difunde têm que obrigatoriamente ser assinados pelos três movimentos, não compreendendo, assim, qual a animosidade que repentinamente se criou para com a figura do alto-comissário. Aproveito aqui para lhe fazer justiça, pois tem tentado, por todos os meios ao seu alcance, prosseguir honestamente a descolonização angolana conforme os acordos firmados entre os movimentos e o governo portugueses.

Tempo — Que há de verdade numa aliança entre a UNITA e a FNLA?

Toni Fernandes — Isso é um paradoxo. Há forças exteriores que querem mostrar a UNITA como uma força reacionária que se quer juntar à FNLA unicamente com o fito de acabar com o MPLA. Isto é mentira e mentira deliberada com intenções que nós conhecemos e os senhores em Portugal também tinham obrigação de saber. A grande verdade é que o presidente Savimbi e nós próprios, em Luanda, temos tido longas conversas com a cúpula do MPLA e com o dr. Agostinho Neto, o que se não tem verificado em relação à FNLA porque a cúpula desse movimento se encontra no Zaire. Assim, prova-se que temos tido muito mais contactos com o MPLA do que com a FNLA. Tudo o resto são puras invenções maldosas de pessoas ou grupos com interesses inconfessáveis, que nada beneficiam o processo de descolonização e o futuro de Angola.

No entanto, há algo que queria frisar. Hoje fala-se no “poder popular” em Angola. Como se sabe, o “poder popular” não pode dividir o poder com outra força política, pois quando o “poder popular” se instala num país tem que controlar totalmente o poder político do mesmo. Verificando-se que há um movimento que quer instalar o “poder popular” em Angola, implicitamente se tem

que pensar que esse movimento quer acabar com qualquer opositor. Talvez isto justifique os ataques que temos sofrido por parte dos nossos irmãos do MPLA, o que nunca se deu em relação à FNLA. Só por isso e depois de inúmeros ataques a que fomos sujeitos é que tivemos que responder. No entanto, isso não é, de maneira alguma, uma justificação para se dizer que a UNITA se juntou à FNLA.

Tempo — Qual é a ideologia política da UNITA?

Toni Fernandes — Eu poderia dizer que a UNITA é um movimento marxista-leninista, que o nosso movimento é da linha revolucionária, mas que representa isso no fundo? O que significa dizer que somos isto ou aquilo só por dizer? Será que o nosso povo já encontrou a maneira ou o esquema para funcionar como nação? Não, nós somos um movimento que lutou pelo povo e pelos direitos das classes mais oprimidas, que são a classe camponesa. Se isto é ser progressista, nós somos progressistas; se isto é ser marxista-leninista, verdadeiramente que o somos, mas podemos afirmar orgulhosamente, sem desmentido, que somos a vanguarda revolucionária do povo angolano, pois queremos, como sempre o demonstrámos, estar ao lado do povo oprimido na defesa dos seus direitos. Esta é, na realidade, a única linha política do nosso movimento. Verificamos que não há em Portugal boa vontade para compreender na realidade a linha política da UNITA e verificamos tal com a certeza que inconflivelmente não nos querem compreender.

Já agora aproveito a oportunidade para vos dizer que em Angola todos não são de mais para fazer dela um grande país.

E o êxodo que agora se verifica necessita urgentemente que se diga aos europeus que é com mágoa que vemos a sua partida, pois há muito tínhamos denunciado tudo o que se iria passar. No entanto, houve forças em Portugal, que se dizem progressistas e que estando na base da anarquia e confusão que se regista neste momento em Angola, causaram tudo isto.

A terminar, o dr. Toni Fernandes disse:

— A nossa luta, como já o afirmei variadíssimas vezes, foi dirigida contra os mesmos opressores do povo português, pois tanto Portugal como Angola são povos em vias de desenvolvimento e como tal necessitam de uma ajuda mútua. Mas é necessário ter em contra o seguinte:

Acontece terem aparecido em Portugal depois do 25 de Abril de 1974 muitos revolucionários, por nós denominados “revolucionários abrilistas”, que não

podem nem têm lições a dar ao povo de Angola, já que o povo da nossa terra desde 1961 que pegou em armas para defender e conquistar a sua liberdade. Por isso, se agora existem aqui, em Portugal, muitos “meninos” que, em manifestações de toda a espécie, pedem armas para o MPLA a fim de eliminar os outros dois movimentos de Angola, temos que lamentar que tal aconteça e podemos afirmar que tal não podemos aceitar de forma alguma, pois lições de revolução só podem ser dadas por aqueles que na dura luta de guerrilha, na mata, nas cidades em perigo e em toda a parte se levantaram contra a máquina opressora, garantindo assim a honestidade dos verdadeiros revolucionários.

Esses “meninos bonitos” que andam pelas ruas de Lisboa não têm mensagem de qualquer espécie para o povo de Angola.

Tempo, 21 de agosto de 1975, p. 12-13

Angola, terra mártir

“Cerca de trinta e cinco mil mortos entre negros, mulatos e brancos”

Que se está efetivamente a passar em Angola e que possivelmente se virá a passar nas semanas mais próximas? *Tempo* entrevistou um antigo oficial das Forças Armadas portuguesas, neste momento de passagem em Lisboa mas radicado em terra angolana.

Trata-se de António Manuel Lopes Galvão (31 anos de idade), natural de Lourenço Marques, médico veterinário, que tomou parte na revolução do 25 de Abril, na altura de serviço em Portugal, e que há pouco abandonou a vida militar, dedicando-se à sua profissão e colaborando no desenvolvimento económico-social de Angola.

Tempo — Como evoluiu a escalada de violência que ultimamente se tem vindo a registar em Angola? Quais as causas do seu aparecimento e de quem a sua responsabilidade?

Lopes Galvão — Os graves acontecimentos em Angola, que acabaram por provocar o caos político-económico que hoje todos lamentamos, tiveram praticamente início em julho do ano passado, quando o território recebia pela primeira vez o almirante Rosa Coutinho, que foi para Luanda chefiar a Junta Governativa angolana. Acompanhei de perto todo o processo que se gerou com a chegada desse senhor, que passou a ser conhecido pelo nome de “almirante vermelho”, e que logo de princípio fez determinadas declarações públicas que provocaram a ira e o descontentamento de toda a população branca, e não só. Assisti igualmente ao boicote ao recolher obrigatório que esse senhor pretendeu implantar em Luanda, enquanto diariamente se registavam casos de morte entre comerciantes europeus dos musseques. Indignado com tudo o que estava a acontecer, em consequência do errado rumo político seguido, dado o total apoio a um dos movimentos em prejuízo dos dois restantes.

Colaborei (e como eu milhares de brancos, mulatos e negros) nesse furar do recolher obrigatório, andando até às quatro ou cinco da manhã com grande parte da população de Luanda, que assim manifestava o seu desacordo à políti-

ca e a determinadas declarações do senhor almirante, que punham em cheque todo o processo que nós antevíamos para uma Angola independente.

Quando digo uma Angola independente, parto do princípio de que foram sempre utopias de certos senhores considerarem que nós, os brancos de Angola, pretendíamos fazer uma nova Rodésia, isto é, um governo independente de minoria branca.

Ora não havia na mente dos indivíduos (e não eram poucos) com quem contactava em Angola qualquer ideia de fazer uma segunda Rodésia. Essa hipótese seria somente posta se eventualmente o governo português nos quisesse vender ou não pretendesse acatar a opinião da população branca de Angola, tida nessa altura como 200 a 300 mil reacionários colonialistas, quando hoje se sabe que era à volta de um milhão de brancos, nascidos ou radicados em território angolano, trabalhando diariamente ao lado de pretos e mulatos para o engrandecimento de Angola, muitos deles vivendo em condições sub-humanas ou quase mesmo em regime tribal.

Em resumo: todos os problemas de Angola, após o 25 de Abril e consequentemente de abertura do processo da descolonização, tiveram início com a chegada do senhor Rosa Coutinho a Luanda.

A nova sociedade angolana

Tempo — Enquanto se desenvolvia a escalada de violência, qual a posição dos colonos brancos em Angola? E qual a atitude assumida pelos movimentos de libertação perante brancos há anos radicados em Angola ou que ali nasceram?

Lopes Galvão — Em relação à escalada de violência que hoje se vive em Angola, posso adiantar o seguinte: quando regresssei a Luanda em fevereiro deste ano, havia toda a esperança no Governo de Transição, governo esse representando todos os movimentos de libertação.

Foi efetivamente com grande esperança que parti para Angola sabendo pelas declarações dos líderes dos movimentos, e não só, que os brancos seriam aceites pela nova sociedade que se iria criar em Angola, pois havia que olhar e pensar em todas as centenas de milhar de indivíduos que trabalhavam a terra, que tinham as suas fazendas, os seus bens, o seu comércio, enfim, homens e mulheres que eram a mola efetiva e real do desenvolvimento de um estado em formação.

Esperava-se que tudo correria pelo melhor, com o trabalho de colaboração desenvolvido por brancos e negros, uma vez que cinco milhões de pretos não são nada para Angola, e só com a ajuda de facto de todos é que se poderia construir o país que todos estávamos interessados em fazer.

Mas ao chegar a Angola comecei a constatar que as coisas não caminhavam bem, pois havia movimentos de libertação que eram tidos como filhos e outros como enteados. Isso percebia-se pela maneira como eram tratados a nível de órgãos de informação e no próprio contexto que rodeava o Governo de Transição, presidido e muito bem pelo general Silva Cardoso, o alto-comissário de Portugal, um homem que se mais não fez por Angola, até agora, foi certamente porque não pôde.

Notou-se sempre, da parte do general Silva Cardoso, o manifesto desejo de ser um autêntico pai para toda aquela gente, tentando agradar a gregos e a troianos, numa posição em que a nau começava já a sofrer a grande tormenta e havia que pôr fervura em determinadas situações, não se aceitar outras, muitas vezes jogando com ordens que seguiam de Portugal e que ou não acatava ou acatava de muito mau modo.

O general Silva Cardoso, cujo regresso a Luanda toda a população de Angola continua a desejar, não é o responsável pela atual situação caótica que se regista no território angolano. Mas há responsáveis a quem, mais cedo ou mais tarde, serão pedidas responsabilidades. E as autoridades portuguesas não estão isentas de culpa.

Os brancos abandonam Angola

Tempo — Entretanto, e apesar da escalada de violência que se tem verificado em Angola, onde tantas vítimas tombaram já, pensa que há razão para o abandono em massa dos brancos radicados em território angolano?

Lopes Galvão — Até certo ponto, claro que é compreensível o abandono em massa dos brancos há muitos anos radicados em Angola. Os aeroportos de Luanda e de Nova Lisboa exibem um aspeto caótico, com muitos milhares de pessoas já há bastantes dias aguardando embarque de avião para Lisboa.

Além de pilhagens, saques, violações, é também o fantasma da morte. Desde que começaram as confrontações em Angola entre os três movimentos, nomeadamente após o início do processo de descolonização (quem poderá

dizer que Portugal se orgulhará deste processo de descolonização?) já morreram cerca de trinta e cinco mil pessoas, entre brancos, mulatos e negros. Deste número, perto de três mil dizem respeito a europeus. Daí o pânico, o medo dos dias de amanhã, sem garantia de qualquer segurança. Já não se fala na segurança de bens, mas sim de vidas.

Todos os brancos querem partir, seja como for e de que maneira for. Repare-se no que se passa no porto de Luanda: são os próprios brancos, ansiosos por partir de regresso a Portugal, que fazem a carga e descarga dos navios que atracam ao cais. E porquê? Porque os estivadores negros não trabalham no embarque da carga ou bagagem dos brancos, e são estes (muitas vezes para embarcar somente uma mala de porão ou um caixote) que chamam a si a responsabilidade de descarregar um navio, ido de Portugal, para que possam depois efetuar a operação de carga, de meter no porão uma mala que é o resultado de muitos anos de trabalho em Angola. Esta atitude define bem o estado de desespero dos brancos que ainda estão em Angola.

Se tudo continuar como até agora, estou convencido de que se registará a fuga em massa de todos os europeus radicados ou nascidos em território angolano. Felizmente que as forças armadas portuguesas, desde há um mês a esta parte, têm vindo a proceder de forma diferente para com os brancos, nomeadamente em Luanda. Nota-se uma consciência mais apurada do processo de descolonização. Nomeadamente os “comandos” chegados há cerca de um mês à capital angolana, que tudo têm feito para defender bens e vidas, não só de brancos como de negros.

Anteriormente, com as tropas menos operacionais, as forças armadas portuguesas chegavam a ser desprestigiadas, com incidentes de todo o género, em que tropas dos três movimentos de libertação desarmavam as forças portuguesas, prendendo mesmo alguns soldados ou atingindo com tiros de metralhadora outros, como aconteceu na Vila Alice.

Malange: exemplo para esquecer

Tempo — A que se deve a retirada gradual das tropas portuguesas de determinados pontos do território angolano? Como reagiram as populações (tanto brancos como negros) a essa retirada?

Lopes Galvão — Temos o exemplo, ainda que triste, da cidade de Malange, praticamente abandonada e juncada de cadáveres até há poucos dias, em

consequência da retirada das tropas portuguesas e das lutas travadas entre os movimentos de libertação.

A cidade está praticamente toda pilhada e não se vê viva alma, nem sequer os cães, que já abandonaram Malange porque não conseguiam comer os cadáveres abandonados nas ruas. Quem diz Malange, diz Henrique de Carvalho, a antiga Salazar (a cidade fantasma), onde o quadro é idêntico. Ninguém aqui em Portugal faz ideia do que se passa realmente em alguns pontos de Angola.

Mas, efetivamente, a situação piorou gravemente nesses locais após a saída das tropas portuguesas. E esse abandono, que o branco de Angola não pode compreender nem aceitar, parece fazer parte de uma tática militar gradual, prevista no Acordo do Alvor, onde foram definidas etapas prioritárias para a retirada das tropas portuguesas de determinadas posições, onde aquelas tropas seriam substituídas por forças integradas ou o futuro exército de Angola.

Mas o que se passou, na realidade, foi a necessidade de se isolar o menos possível tropas em Carmona, Luso, Malange e noutros locais, pois como toda a gente sabe, todo o apoio militar e logístico das tropas portuguesas desapareceu de Angola. E essas tropas corriam o risco de ficar perfeitamente isoladas, sendo de prever as consequências de desprestígio caso houvesse qualquer confronto com as forças de um dos três movimentos de libertação.

Assim, cada vez que a tropa portuguesa abandona determinada cidade ou posição, a população branca abandona essa cidade ou posição, encaminhando-se para Luanda e agora para Nova Lisboa, bases de partida da ponte aérea para a metrópole. Mas igualmente a população negra que não seja afeta ao movimento que controla a zona em questão, acompanha as tropas portuguesas no momento da retirada.

Por isso, em todos os quartéis de tropas portuguesas de Angola podemos encontrar milhares de negros refugiados, que pretendem regressar às suas terras de origem. É o que se passa, por exemplo, com os habitantes dos musseques de Luanda, que pretendem regressar ao Norte, pois têm receio que suas famílias sejam mortas durante as horas em que estão a trabalhar na cidade de cimento. Recordemos que em Luanda já morreram milhares de habitantes dos musseques desde que começaram as confrontações entre as forças do MPLA e da FNLA.

MPLA: declaração unilateral de independência?

Tempo — Em sua opinião, qual a possível solução (de momento) para o caso Angola?

Lopes Galvão — Todos nós estamos a assistir a uma tentativa de tomada do poder do MPLA em Luanda, movimento que inclusivamente já ameaçou fazer a declaração unilateral de independência. Pois isto não interessa a ninguém, muito menos a Angola e ao próprio MPLA.

Mas o que poderá acontecer, como solução de momento, é uma mudança brusca no comportamento das tropas portuguesas, depois (segundo a frase de um ilustre militar português em serviço no território angolano) “de toda a vergonha que têm passado até agora”.

Pelo menos garantindo paz aos portugueses que querem embarcar, que é a única coisa que as tropas portuguesas podem hoje fazer na cidade de Luanda. Garantir paz aos milhares de portugueses que aguardam o embarque de regresso a Lisboa, fugindo ao calvário em que têm vivido nas últimas semanas em diversos pontos do território.

Espera-se assim que a tropa portuguesa tome uma atitude e que desarme pura e simplesmente as tropas do MPLA ou que as expulse de Luanda, para que a capital angolana (pelo menos até à data da sua independência) seja uma cidade perfeitamente desarmada, sem tiros e ataques diários. Só assim os brancos poderão embarcar em paz, sem receio de que as suas vidas corram perigo, mesmo no aeroporto, como ainda agora acontece.

Entretanto, e a par de tudo isto, convém não esquecer que o Governo de Transição já não está a governar coisa alguma, estando a administração a cargo do alto-comissariado português.

Foi tarde, mas parece que só agora se entrou no bom caminho. Mas se Portugal resolver manter a independência para 11 de Novembro, o que me parece de todo impraticável, sou de opinião que (neste momento e por tudo o que ultimamente se tem vindo a registar), dada a impossibilidade de se juntar os três movimentos de libertação, nomeadamente a FNLA e o MPLA, a única solução seria entregar o governo a um qualquer dos movimentos ou a uma coligação, dependendo esta oferta do panorama político-militar em que se venha a enquadrar o futuro político de Portugal. No entanto, o MPLA é efetivamente o que tem de momento melhores quadros, sem nos esquecermos que a grande maioria dos serviços públicos está praticamente deserta, com funcio-

nários negros, europeus e mulatos já integrados no quadro de adidos, pelo que já embarcaram ou estão para embarcar para Lisboa. Em qualquer dos casos, se não se registar o caos devido à guerra, será o caos económico-burocrático, por falta de funcionários. Pobre Angola, que tanto já sofreu e tanto sofrerá ainda, infelizmente.

Em qualquer dos casos, repito, seria neste momento o MPLA o movimento que eventualmente estaria mais preparado (ou mais bem apetrechado) para colaborar na independência. Mas eu não vejo uma independência em Angola sem a presença dos brancos. Dos brancos que estão a partir em massa!

Luanda, cidade mártir

Tempo — É de opinião que as tropas da FNLA tentem de novo apossar-se da cidade de Luanda, nomeadamente das zonas suburbanas da capital angolana?

Lopes Galvão — Efetivamente, acredito que as forças da FNLA regressem a Luanda, em novo confronto com as forças do MPLA. Nessa altura, caso as forças portuguesas não venham a intervir, será de registar uma autêntica tragédia, com muitos milhares de mortos.

Entretanto, houve um passa-voz por parte da FNLA para que a população dos musseques afeta àquele movimento de libertação abandone imediatamente a cidade de Luanda, pois o ataque será desencadeado dentro de dias. Os dirigentes da FNLA afirmam que as tropas invadirão Luanda muito em breve e que os musseques serão pura e simplesmente destruídos, musseques onde a grande maioria da população é realmente afeta ao MPLA.

Daqui poderemos concluir que um novo genocídio está previsto para dentro de dias, mas desta vez com o sacrifício de elevado número de vítimas. As tropas da FNLA já se encontram perto de Luanda, e a verdade é que o seu poderio militar é bastante superior ao do MPLA e ao da própria UNITA.

Tempo, 28 de agosto de 1975, p. 12

A UNITA fala ao *Tempo*

Varela Soares

As últimas notícias sobre Angola vêm confirmar tudo aquilo que se escreveu nas reportagens efetuadas naquele futuro país e infelizmente pôr a nu o caos, o abandono, o tribalismo e a guerra civil que hoje se estende de Cabinda ao Cunene.

Em 3 de agosto, pela primeira vez, a UNITA entra em confrontação armada com o MPLA, tomando assim posição de defesa em relação às zonas controladas pelo movimento.

Tempo entrevistou os dirigentes do movimento radicados em Lisboa e em contacto diário com a cúpula da UNITA em Angola.

Tempo — Quais os motivos que levaram a UNITA a entrar em luta aberta com o MPLA?

Paulo Tchilipica⁹⁸ (Delegado em Lisboa) — A UNITA, como é do conhecimento geral, tanto em território angolano como em Portugal e nos meios internacionais, é amante da paz e da unidade. Defendemos o diálogo entre os três movimentos de libertação de Angola e vamos continuar a contactar com a FNLA e o MPLA para encontrarmos uma solução negociada dos nossos problemas. Mas também sabemos que quando a política se desenvolve até certa etapa para além da qual já não pode prosseguir, a guerra estala para remover obstáculos e abrir a estrada para a política.

Foi este o caso presente.

Face à deterioração constante da situação política do nosso país, decorrente da luta armada entre os movimentos de libertação de Angola, e face aos

⁹⁸ Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e com formação em Filosofia e Teologia, Paulo Tchilipica (1939-2025) trabalhou como conselheiro jurídico no Conselho de Ministros de Portugal entre 1976 e 1992, ao mesmo tempo que militava na UNITA. Seria depois, com José Eduardo dos Santos, ministro da Justiça de Angola durante 12 anos (1992-2004) e, em seguida, Provedor de Justiça.

intentos de se internacionalizar esta luta vergonhosa que apenas retarda a nossa libertação nacional; face às provocações constantes feitas tanto contra os militantes como os simpatizantes da UNITA e mesmo contra as FALA, perante a nossa responsabilidade histórica e perante os nossos esforços e aqueles que cada dia tombam em ataques traiçoeiros, tais como:

a) O PICA-PAU em Luanda em abril deste ano;

b) Em Henrique de Carvalho também em abril e junho deste ano; em Teixeira de Sousa também em abril de 1975; na área do rio Quene, na ponte, em direção a Novo Redondo, onde perdemos 50 elementos das FALA; em Malanje em junho e julho últimos, onde perdemos 250 recrutas, com a consequente ocupação do nosso campo de treino; em Serpa Pinto, onde os nossos aquartelamentos foram bombardeados, facto que originou a entrada da UNITA no conflito que até aqui era apenas confinado à FNLA e MPLA. Ataques ao longo do Caminho de Ferro de Benguela, onde as composições são diariamente flageladas, provocando a paralisação do tráfego interno e internacional pela via de Luanda. Em Luanda e noutras partes do país, onde os simpatizantes da UNITA são expulsos para as suas terras de origem. Mais grave inda, face à atitude do governo português, que tenta afastar-nos da política de imparcialidade perante os três movimentos de libertação.

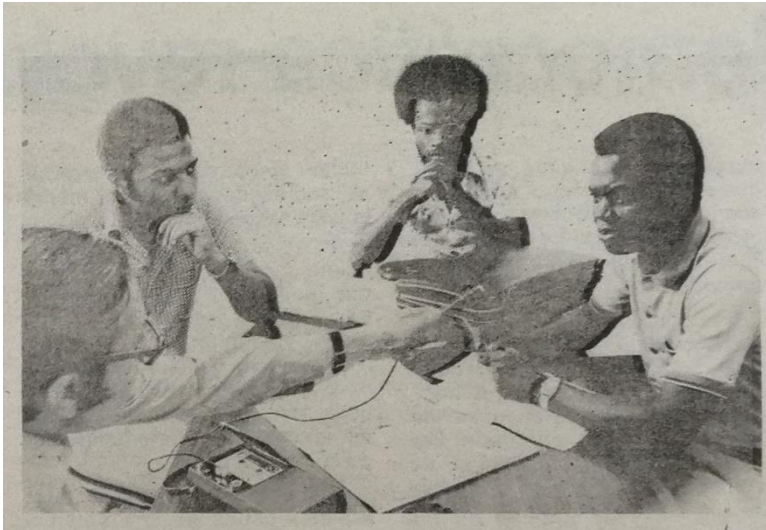
A partida inesperada para Portugal do alto-comissário português, general António da Silva Cardoso, sem que nem sequer uma explicação tenha sido dada aos movimentos de libertação e ao nosso povo.

Face à manipulação habitual da informação, em Angola, que a partir de Luanda pretende estender os seus tentáculos de controlo ao Rádio Clube do Huambo, do Lobito, do Bié, da Huíla e de outros.

Face a uma guerra persistente contra o ministro da Educação e Cultura, companheiro dr. Jerónimo Elavoko Wanga, membro do bureau político e membro fundador da UNITA; face às manobras persistentes da Intersindical, para criar agitação no Lobito, na Catumbela, em Benguela e Nova Lisboa; face ao êxodo da população branca de Angola, em condições que revoltam a consciência humana, com riscos de paralisação total da economia do país, que entra hoje na fase mais crítica do desemprego, de fome e de desespero.

Conhecidos em todos os países do mundo os esforços feitos pela UNITA desde dezembro de 1974 até junho último, quando da Cimeira de Nakuru, para que houvesse paz no nosso país, tolerância política entre os três movimentos

de libertação de Angola, harmonia racial na tarefa de reconstrução nacional, e procurando sempre uma solução política para todas as nossas diferenças, está chegado o momento de a UNITA tomar uma posição.



Tempo — Qual é a implantação da UNITA, neste momento, em Angola?

Paulo Tchililica — Temos que começar por dizer que antes de se desencadear este conflito armado generalizado, se havia um movimento de Libertação com grande implantação em Angola este era, sem dúvida, a UNITA. A UNITA, sem qualquer receio de desmentido, pode dizer que controla 80% da população angolana. Neste momento é o movimento que tem mais simpatia, no qual o povo angolano, branco, preto e mestiço, mais acredita.

Tempo — Foi focado, na sua resposta, que os brancos estariam com a UNITA.

Qual é a implantação na camada europeia do vosso Movimento?

Paulo Tchililica — A implantação dentro da camada europeia é ímpar. Não quero com isto dizer que nos outros movimentos também não existam elementos brancos, mas na verdade a UNITA conseguiu, com o seu ideário de paz e fraternidade entre todos os que de Angola fazem a sua terra, congregar a grande maioria de angolanos brancos, friso, angolanos brancos, pois todos

aqueles que fizeram de Angola a sua terra são, à face do nosso ideário, tão angolanos como os pretos ou mestiços.

É muito importante que todo o mundo se capacite que dentro da UNITA não cabem ódios, racismos ou tribalismos. Nós, aqueles que lutámos contra uma guerra colonial injusta, fomos e somos sempre por uma Angola onde cada um tenha o lugar que merece, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, pelo amor à terra que o viu nascer ou lhe dá, dia a dia, o sustento dos seus.

Tempo — Voltando ainda ao problema da vossa entrada em confronto com o MPLA, qual foi o motivo principal que vos obrigou a essa medida extrema?

Paulo Tchililica — Há vários motivos. Um deles, talvez chocante para aqueles que, com toda a verdade, acreditam honestamente num movimento. Posso dizer-lhe que, num dos nossos comités de paz, onde tínhamos recolhidas 30 crianças abandonadas, elementos de um movimento — vamos ser claros — elementos do MPLA, foram a esse Comité de Paz e trucidaram as trinta crianças inocentes com requintes que chegaram ao ponto de lhes cortar os órgãos sexuais e obrigaram-nos a gritar KWACHA. Isto foi uma das maneiras de pretenderem atropelar todo o processo de descolonização, criando ódios e indignação de toda a população. Pois a UNITA, sofrendo na carne todos os ataques, fez o possível para não responder às provocações de que foi alvo e que já descrevi, pensando, dentro dos seus princípios, que o diálogo ainda era possível para salvação da pátria angolana.

Tempo — Esta vossa escalada de guerra poderá também ser considerada uma tentativa de tomar o poder pela força?

Paulo Tchililica — Não queremos com isto dizer que a UNITA pretende também tomar o poder pela força. Esta tomada de posição vem em consequência de várias agressões e provocações que sistematicamente nos têm sido feitas, pelo que a UNITA foi obrigada a responder, não de forma passiva e em termos políticos, mas também à violência, que muitos dizem ser revolucionária, a nossa violência, que temos a certeza de ser verdadeiramente a única que o é.

Tempo — O que tem a dizer a UNITA às declarações do dr. Agostinho Neto e seus representantes sobre a declaração de independência unilateral, preconizada por aquele alto dirigente do MPLA?

Bernardes de Miranda (Assistente da Delegação) — Angola encontra-se numa fase pré-revolucionária. Nesta fase em que se encontram ainda duas forças, que são a do sistema colonial não desarticulado o qual estará unicamente no ponto zero em Luanda, ou seja, completamente morto na capital por um apoio de uma massa popular amorfa, sem consciência da transição de um regime paternalista para um regime progressista, e, por outro lado, as forças do povo sedento de liberdade consciente, não vemos qualquer hipótese de uma independência unilateral, pois a haver uma independência essa seria a da totalidade do povo de Angola e não a imposta por uma minoria que se diz libertadora de uma coisa que oprime e chacina.

Tempo — Mas se se concretizar aquilo que o dr. Neto diz, não haverá a possibilidade de ser ver Angola retalhada em três estados demarcados pelas zonas de influência dos movimentos?

José Carmelino (adjunto do delegado da UNITA) — Na verdade este perigo pode estar realmente iminente, desde que eclodiram os últimos acontecimentos, principalmente depois da expulsão, das terras de fixação, de elementos de outras regiões, tais como a saída de Luanda de populações do Norte afetas à FNLA ou, para o Sul, das simpatizantes da UNITA. Este caso, realmente grave, levou os dois movimentos — FNLA e UNITA — a tomar o exemplo do MPLA e fazer o mesmo nas regiões que lhes são afetas ou por nós controladas. No entanto, a UNITA não partilha desta tese de separatismo, pois toda a nossa vida tem sido norteada por uma Angola unificada dentro das fronteiras que nos foram dadas pelos acordos do Alvor, ou seja, a fronteira da Angola colonial, como país independente e único.

Paulo Tchিপilica — Gostaria de acrescentar que quanto à declaração unilateral de independência apregoada pelo dr. Agostinho Neto, não passa de mais uma aventura política que poderá trazer graves consequências no processo de descolonização de Angola. Se tal se der, haverá um confronto interminável de armas entre os três movimentos de libertação e, independentemente disso, não acreditamos plenamente que tal se possa dar no presente momento, na medida em que o MPLA não controla todo o território, como querem fazer crer e muitos aqui querem acreditar.

A UNITA, por muito que custe a vários elementos responsáveis e até a certos órgãos de informação reconhecer, ainda controla 70 por cento do território angolano e 80 por cento da sua população.

Neste momento, o MPLA tem influência na cidade de Luanda e pouco mais. Como tal, a declaração unilateral de independência seria unicamente para essa região e penso que o MPLA, com todo o peso da sua ideologia política, deve ter repugnância em ser o primeiro movimento a declarar uma independência que não seria verdadeira e, como tal, acelerar uma possível escalada a um separatismo no qual Angola se veria retalhada em pelo menos três estados.

Tempo — O que se passou com a retirada dos ministros da FNLA e da UNITA do Governo de Transição de Angola?

José Carmelino — Segundo me parece, a imprensa portuguesa e a rádio têm vindo a tornar público que os ministros se retiraram do governo. Quanto à saída dos ministros da UNITA, é do conhecimento público que era insustentável a sua sobrevivência em Luanda e, como tal, por medida de segurança, foram deslocados para as zonas por nós controladas.

É bom que se note que eles não abandonaram o governo, pois no Bairro do Saneamento onde viviam os ministros verificou-se que, tendo os membros do governo direito a quatro militares para a sua segurança pessoal, os ministros do MPLA e da FNLA tinham quase um quartel instalado em suas casas. Nós, UNITA, continuamos a seguir letra a letra tudo aquilo que foi estabelecido pelo governo português e pelos acordos do Alvor.

Ora estando a FNLA e o MPLA em guerra constante, guerra essa que se estendeu até às residências dos membros do governo, fomos obrigados a abandonar Luanda por não haver qualquer espécie de apoio, tanto mais que até o ministro Vieira de Almeida, representante do governo português, teve a sua residência atacada.

Tempo — Quais foram as medidas que a UNITA tomou para impor a sua razão e os seus direitos de movimento de libertação?

Paulo Tchিপilica — Ordenar às FALA para ripostar em defesa legítima a qualquer provocação, empregando para isso o máximo da sua capacidade:

— Proteger todas as populações, sem distinção de cor, quando necessitem dessa proteção.

— Constituir e defender as zonas de paz, definidas pelas áreas de influência da UNITA, cuja determinação já foi comunicada a todos os comandantes de

setor. Nessas áreas toda e qualquer provocação, venha donde vier, será considerada como ataque direto à UNITA e as FALA devem imediatamente atuar em consequência.

— Ordenar a mobilização de toda a população afeta à UNITA, para estar preparada moral e materialmente para dar o seu apoio às ações de defesa que as FALA venham a empreender.

— Apoiar em toda a Angola a “Comissão de Bons Ofícios” da OUA, repudiar e denunciar nos termos mais enérgicos os ataques contra a OUA e sua “Comissão de Mediação”, por parte daqueles mesmos que ontem gozaram do tal apoio material da Organização Africana.

— Ordenar a todos os comités, a todos os delegados, para promoverem comícios, manifestações, cortejos, junto dos governos de distrito para repudiar os ataques traiçoeiros à UNITA; para condenar sem reservas toda a tentativa de tomada do poder pela força em Angola; exigir o regresso imediato a Angola do general António da Silva Cardoso, alto-comissário português no nosso país; pedir explicações pela presença do almirante Rosa Coutinho em Angola.

Tempo — No princípio desta entrevista falou-se no êxodo da população branca de Angola. Ao mesmo tempo, sabemos que o dr. Jonas Savimbi se interessou com a situação dos refugiados angolanos. Que pensa a UNITA sobre este assunto?

Paulo Tchিপilica — Para já, a UNITA é contrária à saída de todo e qualquer ser humano do estado de Angola, pois tem a consciência plena de que todos são poucos para fazer de Angola uma terra de futuro. No entanto, devido às condições criadas por certos movimentos, que não nós, somos obrigados a ter que aceitar a saída da população europeia e não só.

O nosso movimento, por intermédio da sua delegação em Lisboa, tem prestado toda a assistência àqueles que de nós se abeiram. No entanto, não estamos à altura de poder fazer mais do que fazemos, pois não somos um movimento a nadar em dinheiro.

Dentro das nossas possibilidades, solicitamos ao governo português a sua intervenção no problema dos refugiados e criámos um fundo de medicamentos e roupas que distribuímos a quem deles necessita.

Para já, não sendo ainda o ideal, parece-nos que o IARN tem desempenhado, dentro dos condicionalismos a que está sujeito, um papel francamente positivo.

Sobre este assunto, gostaria de aproveitar a oportunidade para lembrar a todos aqueles que hoje regressam desiludidos que Angola é, quer queiram quer não, a sua terra de eleição, e que a UNITA e o povo angolano, o verdadeiro povo angolano, esperam a volta de todos, para unidos construirmos a verdadeira pátria angolana.

Diário de Notícias, 10 de outubro de 1975, p. 10

**“Em Angola não há guerra civil e sim invasão estrangeira”
— afirmou ao *DN* o ministro Saíde Mingas⁹⁹, do MPLA**

José Jorge Letria

“Em Angola não há guerra civil e sim invasão estrangeira. As massas populares organizadas, com a sua vanguarda, o MPLA, levantam-se em armas contra o invasor. É extremamente difícil vencer a resistência generalizada de um povo que durante 14 anos lutou contra a opressão colonialista, que possuía armas muito mais poderosas. O nosso povo não aceitará, haja o que houver, uma nova escravatura. Para nós é muito mais barato fazer guerra aberta à reação do que fazer idílio com ela” — são palavras do dr. Saíde Mingas, ministro do Planeamento e Finanças do Governo de Transição de Angola, que, praticamente incógnito, passou por Lisboa, a caminho de Luanda, no regresso de uma viagem que realizou à Holanda.

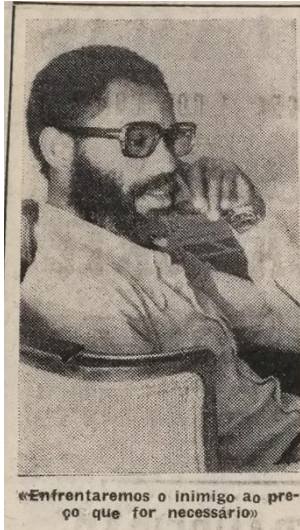
Acerca dos objetivos dessa viagem, aquele ministro do MPLA revelou-nos:

“Desloquei-me à Holanda correspondendo a um convite que me foi feito, a fim de resolver problemas relacionados com o abastecimento e manutenção dos aviões que temos em Angola. Considerando que há um generalizado boicote económico em relação à nossa economia, havia problemas importantes a tratar. Pensamos igualmente na possibilidade de estabelecer contactos com grupos financeiros europeus, especialmente os que se encontram localizados em Londres. Esses contactos, contudo, não chegaram a ser efetuados. Já no regresso, estivemos em Estocolmo, em contacto com alguns membros do

⁹⁹ Avelino Henrique Saíde Vieira Dias Rodrigues Mingas (1934-1977) foi um economista, escritor, militar e político, ocupando um lugar de destaque na luta anticolonial angolana. Depois de ter integrado o Governo de Transição, seria o primeiro ocupante do cargo de ministro das Finanças de Angola independente, além de membro do Comité Central do MPLA. Próximo de Agostinho Neto e Lúcio Lara, e um dos principais pensadores do marxismo em Angola, foi morto pela facção nitista no âmbito dos acontecimentos de 27 de maio de 1977.

governo sueco, a tratar de questões relacionadas com transportes, pois, a esse nível, temos bastantes contactos com a Suécia.”

E prosseguiu:



“Há, a nível externo, uma evidente sabotagem económica, no que se refere à economia angolana. Nos contactos que pensávamos estabelecer com os grupos financeiros, contávamos debater esta questão. Podemos, no entanto, dizer que, no essencial, a viagem teve resultados positivos.

Conseguimos obter das entidades holandesas com quem contactámos importantes garantias, nomeadamente no que diz respeito à criação, a curto prazo, de uma escola para mecânicos de voo. Pretendemos superar as dificuldades que, a certos níveis, nos têm sido criadas com a saída de técnicos. Estamos a organizar-nos e a conseguir fazer, em poucos meses, aquilo que o colonialismo com a sua «ação civilizadora» não conseguiu fazer em quinhentos anos de exploração e de opressão.”

“Temos pela primeira vez um governo que governa”

Como ministro do Planeamento e Finanças, Saíde Mingas tem desempenhado um papel crucial no que se refere à ação do Governo de Transição de Angola, contribuindo para que o país adquira a indispensável estabilidade económica. Interrogado acerca do modo como se desenvolve presentemente a atividade do governo em Luanda, disse-nos:

“Penso que temos, pela primeira vez, um governo que efetivamente governa. A indecisão política portuguesa provocou infelizmente a retirada dos seus ministros. Os ministérios portugueses e os que se encontravam nas mãos de elementos do MPLA eram os únicos que na realidade funcionavam. A indecisão portuguesa fez, no entanto, com que os ministérios portugueses fossem transformados em direções-gerais.”

E acrescenta:

“Os obstáculos que eram constantemente criados pelos ministros da UNITA e da FNLA deixaram de existir uma vez que eles abandonaram o

governo. As reuniões do Conselho de Ministros eram verdadeiras batalhas campais, que muitas vezes chegavam a provocar o riso. Neste momento, temos um governo coeso e liberto que trabalha para uma efetiva transformação socioeconómica de Angola. As reuniões do Conselho de Ministros com o alto-comissário português e com o camarada Lopo do Nascimento são agora verdadeiras reuniões de trabalho, onde se podem discutir, abertamente problemas que se relacionam com a construção do futuro de Angola e com a consolidação das vias de desenvolvimento para a nossa economia.”

Referindo-se ainda às reuniões ministeriais que se realizavam com a presença de elementos da UNITA e da FNLA, Saíde Mingas afirma:

“Essas reuniões só eram possíveis à luz dos acordos do Alvor. Participando num governo em que havia elementos da FNLA e da UNITA, acabávamos por ficar vinculados a decisões que eram votadas por uma maioria cujo objetivo era realizar várias formas de sabotagem.”

A banca: um caso concreto

O ministro angolano cita o exemplo da banca. A este nível, a sabotagem e as manobras desenvolvidas por certos elementos do governo eram flagrantes.

“Após a nacionalização da banca em Portugal — afirma —, Angola ficou numa situação bastante singular. Passou a ser um país cujo sistema bancário era propriedade de um estado estrangeiro. O problema da banca foi amplamente discutido a nível ministerial, tendo-se a UNITA e a FNLA feito representar em várias discussões pelos administradores dos bancos, homens que queriam manter os seus vencimentos, que oscilavam entre os oitenta e os cento e vinte contos, fora o décimo terceiro mês e participações nos lucros. A FNLA e a UNITA chegaram a propor que se fizesse um comunicado conjunto com as autoridades portuguesas, no qual se defendia a privatização da banca. Este é apenas um exemplo da ação que desenvolviam a nível ministerial. Nas reuniões que efetuávamos acontecia sempre uma de duas coisas: ou o problema era adiado ou a solução boicotada.”

E prossegue:

“A FNLA e a UNITA tinham consciência do apoio popular com que o MPLA contava. Por outro lado, seria utópico pensar-se que os meios interna-

cionais iriam encarar com passividade quaisquer medidas revolucionárias que fossem tomadas neste campo.”

Ainda acerca do funcionamento do governo nessa fase, observa:

“Os ministros portugueses, à exceção de Manuel Resende¹⁰⁰, abstinham-se sempre, não contribuindo para que fossem tomadas medidas corretas.”

“Continuamos a trabalhar apesar da fuga de técnicos”

Nos últimos meses tem-se acentuado a fuga de técnicos de Angola, facto que aparentemente se reveste de certa gravidade no que diz respeito ao funcionamento de vários setores da vida em Angola. A este respeito, Saíde Mingas afirma:

“Apesar da fuga de técnicos, continuamos a trabalhar. Tentamos, neste momento, romper com os esquemas administrativos e a burocracia que nos foram deixados pelo colonialismo. O pessoal existente nos serviços nada tinha a ver com a situação que presentemente se vive no país. A situação macabra que se criou em Angola, através da constituição do quadro de adidos (e estamos para saber se Portugal tem capacidade para colocar todos aqueles que estão a abandonar Angola), permite-nos lutar contra a burocracia e criar uma administração dinâmica, que corresponda de uma maneira eficaz ao estado em que o país se encontra. Portanto, esta situação encerra aspetos positivos e negativos, ao mesmo tempo. Pode, entretanto, dizer-se que com a fuga de técnicos não chega a haver abertura de vagas e sim diminuição da burocracia. O nosso objetivo, neste momento, é especializar nas tarefas de gestão os trabalhadores que se encontram à frente das empresas e das propriedades abandonadas pelos patrões.”

“Não pode haver dúvidas quanto ao futuro de Angola”

À medida que se aproxima a data prevista para a proclamação da independência de Angola, levantam-se dúvidas quanto ao modo como transitará, em definitivo, a soberania daquela ex-colónia para as mãos do povo angolano. A esse respeito, o ministro Saíde Mingas adianta:

¹⁰⁰ Manuel Alfredo Resende de Oliveira (1936-2023), engenheiro de formação, era ministro das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo de Angola, cargo que conservou até 1978.

“Não pode dizer-se que parem dúvidas quanto ao futuro de Angola — prossegue —, hoje já ninguém pode acreditar nos discursos demagógicos de Jonas Savimbi e penso que quanto à atuação da FNLA ainda menos dúvidas haverá. Doze das dezasseis províncias em que se encontra dividido o território são totalmente controladas pelo MPLA. Duas encontram-se nas mãos da FNLA e as outras duas controladas pela UNITA. Neste momento, podemos convidar qualquer pessoa a visitar o nosso país e apenas pedimos que relate com honestidade aquilo que vir. Refiro-me às zonas controladas pelo MPLA. Se visitarem, no entanto, o Huambo ou Carmona, depararão com uma situação de caos que, aliás, pode ser confirmada pelos próprios retornados, que nessas zonas sempre foram antiMPLA, por recearem o papão comunista que ia acabar com a civilização ocidental.”

E Mingas acrescenta:

“É cada vez maior o número de pessoas que só hoje compreende que apenas sob a direção do MPLA poderá haver uma Angola livre da escravatura, da miséria e da opressão. No entanto, na zona do Huambo é frequente aparecerem guerrilheiros que nas salas de cinema exigem, de arma apontada ao operador, que seja repetido determinado filme apenas porque lhes agradou. Entretanto, também há casos em que os homens da UNITA pedem identificação às pessoas, podendo estas ser fuziladas se não pertencerem à UNITA. Por outro lado, o povo português sabe bem o que é a UPA-FNLA, que neste momento, desesperada por não poder avançar na zona do Caxito, tenta por todos os meios furar na zona do Ucuá. O objetivo é atingir a cidade de Luanda, antes da data da independência, mas estamos certos de que a grande mobilização popular e a forte consciência de classe do nosso povo os levarão à derrota total. O inimigo está de antemão condenado apesar das forças que utiliza no ataque.”

Ilustrando o modo como as massas populares se encontram empenhadas na resistência à ofensiva do imperialismo, Saíde Mingas diz-nos:

“É normal ouvir-se dizer nos musseques que o imperialismo se enganou em Angola. Enfrentaremos o inimigo ao preço que for necessário.”

Comentando em seguida as referências internacionalmente feitas ao caos reinante em todo o território, Mingas afirma:

“Insistem em chamar caos à luta armada que travamos contra as forças do imperialismo e que é, afinal, a nossa segunda guerra de libertação.”

Diário de Notícias, 14 de outubro de 1975, p. 3

**David Bernardino ao *Diário de Notícias*:
Para o povo angolano, antes mesmo do 25 de Abril,
o MPLA era já o único movimento de libertação**

David Bernardino, nascido e vivido em Nova Lisboa — à parte os anos em que cursou a Faculdade de Medicina de Lisboa —, passou 52 dias refugiado no aquartelamento português daquela cidade angolana, integrado num grupo de habitantes locais que chegou a atingir o número de 1200 pessoas, fugidas às represálias que a UNITA exercia contra os simpatizantes do MPLA.

Este homem de 43 anos, criador do primeiro Centro de Saúde em Angola, em 1972, numa vida dedicada às classes mais desprotegidas de Angola, afinal a população negra, afirma-nos que esta mesma população já antes do 25 de Abril considerava o MPLA como o único movimento de libertação de Angola. Das suas experiências e do seu modo de entender o processo de descolonização angolano, deu conta em entrevista ao *DN*.

David Bernardino começou por nos confiar a sua interpretação pessoal do processo de descolonização de Angola. A população branca, detentora do poder económico e social, logo pouco depois do 25 de Abril, iniciou com todo o vigor uma ação contra a descolonização, encontrando um apoio muito particular de Lisboa através da política spinolista, que jogou fortemente na FNLA, refere-nos.

“O primeiro político português que intervém decididamente ao lado da História”, acrescenta, “e vai encaminhar Angola para um processo de descolonização verdadeiro, que implicava, também, a salvaguarda dos interesses de Portugal e dos portugueses, foi o almirante Rosa Coutinho, aquele que hoje é o mais atacado.

O governo de Rosa Coutinho caracterizou-se sobretudo por uma lucidez muito grande, que o levou a pôr de parte as possíveis vantagens imediatas que Portugal poderia obter de uma neocolonização. Olhando para o futuro de Angola e sabendo que qualquer política neocolonialista levaria a uma catástrofe,

atuou contra a ingerência do Zaire em Angola, principalmente pela porta que Spínola lhe abriu.”

Uma das principais razões que levaram Angola à atual situação foi Portugal não ter mantido a sua política de lucidez

Retomando a caracterização da população branca, afirmou-nos David Bernardino: “A população angolana, principalmente a branca, estava pouco preparada politicamente para enfrentar um processo de descolonização tão complicado como o de Angola, daí que tenha jogado no que lhe parecia dar mais garantias, em Spínola e Mobutu. Portanto, quando a reação branca, controlando os meios de comunicação social, lança uma campanha dirigida contra o governo de Rosa Coutinho, vai criar uma animosidade que sempre aumentou e chegou a atingir um certo grau de histeria. Grau esse que com grande espanto vim encontrar em Lisboa, participando nele muitos políticos portugueses que eu considerava altamente capazes de entenderem o processo.”

Insistindo nós sobre os objetivos alcançados durante o período em que o almirante Rosa Coutinho foi alto-comissário em Angola, respondeu o nosso entrevistado: “Uma das principais razões que levaram Angola à situação em que vive, foi Portugal não ter conseguido manter a política lúcida que teve durante o período de Rosa Coutinho. No final do governo de Rosa Coutinho, assistia-se a um desmascaramento total dos interesses muito particulares da FNLA, visto que nessa altura quase ainda não se conhecia a UNITA, e, neste aspeto, devo dizer que o governo de Rosa Coutinho comungou um pouco no espírito que se criou entre toda a gente, de que a UNITA era um movimento responsável e respeitável.”

FNLA e UNITA limitavam-se a servir interesses particulares

“Este período termina com a assinatura do Acordo do Alvor, cujas duas principais consequências considero terem sido: primeiro, reconhecer aos movimentos de libertação, em exclusivo, a representatividade política em Angola; segundo, não reconhecer à população branca quaisquer direitos para intervir como parte na cena política. Daqui resultou que a população branca tivesse de se inserir nos três movimentos políticos existentes.

“Com efeito, os brancos privilegiados aderiram rapidamente à FNLA, pois sabiam que esta organização lhes dava possibilidades de manterem todos os seus privilégios, o que veio a ser confirmado posteriormente. Pois o que rapidamente se evidenciou, quando os movimentos assumiram responsabilidades no governo, foi que o único deles que defendia uma linha política coerente e que tinha quadros capazes de lutarem por essa linha política era o MPLA e que os outros movimentos não tinham qualquer projeto político e se limitavam a servir interesses particulares, ambicionados durante muito tempo.

“A FNLA atingiu o máximo nessa via do proveito próprio, desde as fraudes mais insignificantes até ao roubo de 100 000 contos que fez o ministro da Saúde do Governo de Transição, Samuel Abridado. A FNLA utilizou todos os métodos. Com o correr do tempo foi demonstrando como é um movimento estrangeiro cujos dirigentes estão muito mais ligados ao *mobutismo* do que aos interesses do povo angolano, e que os executores de tal política eram um bando de malfeitores, de criminosos, que não recuavam perante nada para conseguirem um pequeno privilégio.

“Por outro lado, a pequena-burguesia branca — apesar de tão explorada como aqui, em Portugal — esteve sempre contra a descolonização, porque sabe que existe como branca e que perderia os seus pequenos privilégios. Em face do agitar do velho papão comunista, personificado no MPLA, vai aderir à UNITA, que surgiu rodeada de um certo pacifismo. A UNITA é uma criação totalmente artificial desde início, que vai ter o apoio dessa pequena-burguesia branca que é ativa e que tem meios à sua disposição. Foi a pequena-burguesia branca que levou Savimbi até junto da população negra, pondo tais meios à disposição da UNITA. É através de tal apoio que a UNITA, progressivamente, vai conquistando no planalto central um grande apoio da população de umbundos, etnia de Savimbi.

MPLA: único movimento de libertação de Angola

Relativamente ao MPLA, quais foram os setores da população que de imediato aderiram ao seu projeto político? — interrogámos.

“O MPLA, quando chega o 25 de Abril, junto da população negra, já simbolizava «o movimento», o único movimento de libertação de Angola. Mas o MPLA não possuía estruturas para se organizar imediatamente e não recor-

rendo às manobras políticas nem aos golpes baixos — enquanto a FNLA usa o dinheiro e a violência, e a UNITA o tribalismo —, vai perdendo terreno.

“É a população de Luanda — massacrada primeiro pelos brancos reacionários e por um exército ainda eivado de todos os vícios colonialistas e de novo chefiado pelo célebre S. S. Marques — que, ao longo de um ano, vai fazendo uma dura aprendizagem política, que arrastando o MPLA, lhe dá novas raízes populares.

“É a população de Luanda que vai mostrando qual é o único caminho a seguir e que impõe ao MPLA o fim de todos os diferendos internos no movimento.”

Vivendo em Nova Lisboa, assistiu muito de perto ao processo de implantação da UNITA no Huambo e, também, com certeza, teve oportunidade de assistir ao processo de completa falência da sua linha política junto das populações que a haviam apoiado — perguntámos a David Bernardino.

“Pelos fatores que já referi, a UNITA teve uma relativa facilidade em se apoderar do planalto central de Angola, e é a partir dessa altura que começa a desagregação da UNITA.

A falência da UNITA como organização política

“O início de tal processo dá-se com o facto de a UNITA ter aparecido aliada à FNLA, por falta de capacidade própria. Como Savimbi tinha jogado sempre no tribalismo e porque os umbundos tinham sido sempre um dos alvos da repressão da UPA durante o levantamento de 1961, tempos em que eram apelidados de os «fiéis bailundos», as populações do planalto central começam a não acreditar na UNITA.

“Savimbi, que dez anos antes tinha denunciado espetacularmente a FNLA, quando surge no Huambo a falar nos «irmãos da FNLA» dá o primeiro passo para o fim da UNITA.

“Esse Savimbi, que nos seus discursos em português afirma que «os brancos são muito amigos» e que ao falar em umbundo diz que «vamos expulsar todos os brancos», defronta-se com um outro problema, que é a necessidade de, pela primeira vez, deixar de aproveitar-se de situações e passar a criar situações. E aqui a UNITA demonstra todo o seu vazio político e toda a sua inépcia para resolver seja o que for, e os seus elementos afirmam o seu inte-

resse em usufruir apenas dos privilégios que lhes proporcionava a burguesia branca. O império de Savimbi no Huambo vai caracterizar-se pelo saque, acima de tudo pela destruição. Começam por saquear tudo o que seja relacionado com o MPLA e quem saqueia não é a chamada arraia-miúda, são os próprios dirigentes da UNITA que saqueiam, como, por exemplo, o secretário de estado da Informação do Governo de Transição, Jaka Jamba¹⁰¹ — hoje em Portugal como retornado —, que saqueou a minha residência. Depois de levar o que muito bem entendeu, foi a vez de os seus subordinados continuarem o saque.”

David Bernardino referiu-nos ainda outros aspetos do saque, da violência e dos assassinatos a que a UNITA se entregou no Huambo, como, por exemplo, nas depredações efetuadas na Estação Agronómica e no Instituto de Veterinária de Nova Lisboa. Falou-nos ainda das alianças daquela organização política com as forças do capitalismo, por exemplo, com a ACMOL, agência de angariação de contratados que arregimentava 100 000 homens por ano para trabalharem noutras regiões de Angola e, ainda, na sua aliança com as forças da África do Sul, que chegaram a invadir Angola. Todas estas atitudes da UNITA contribuíram decisivamente para perder o largo apoio popular com que contou, de início, no Huambo.

MPLA: unidade nacional e independência

Interrogado sobre a questão da unidade nacional, necessária à formação de uma verdadeira nação angolana, David Bernardino afirmou-nos que o MPLA é o único movimento em torno do qual essa necessidade é já uma realidade.

“Há uma Angola que já começa a existir como nação angolana: tanto os quicongos como os quicocos, os cabindas como os cuanhamas, os mestiços como os brancos, já pensam em termos de unidade nacional cujo núcleo sempre foi, e é, o MPLA.”

Aproxima-se a data da independência de Angola, se não houver uma conciliação entre o MPLA, a FNLA e a UNITA — o que parece muito pouco provável —, como entende que deverá ser a atitude de Portugal?

¹⁰¹ Almerindo Jaka Jamba (1949-2018), dirigente histórico da UNITA e, mais tarde, deputado à Assembleia Nacional e embaixador.

“Estou convencido de que o governo português tem capacidade suficiente para tomar a responsabilidade de reconhecer aquilo que é evidente: que o único movimento de libertação que existe em Angola é o MPLA, e que os outros não o são, como já o demonstraram amplamente. Penso que não será difícil ao governo português reconhecer o que é evidente, para defender os interesses de todos os portugueses que fugiram aterrorizados e para defender a união entre vocês, portugueses, e nós, angolanos, para defender este combate comum que estamos a travar por um mundo melhor.

“Angola será independente em 11 de Novembro e o novo governo angolano será indicado pelo MPLA, com a ativa anuência de Portugal e de todos os povos do mundo interessados no avanço da verdadeira libertação de todos os povos, é esta a minha convicção.”

Expresso, 25 de outubro de 1975, Revista, p. 1

**Agostinho Neto ao *Expresso*:
“A independência tem de vir para Angola através do MPLA”**

Augusto de Carvalho

O ministro Vítor Crespo chegou a Luanda quarta-feira, pela manhã, precisamente numa altura em que os órgãos de informação angolanos (jornais, rádio e a recém-criada Televisão — RPA) vêm atacando a posição assumida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, aquando do seu discurso na ONU ao focar o reconhecimento por Portugal dos três movimentos de libertação, na linha do que ficou consignado nos acordos, mais que esfrangalhados, do Alvor. Também o Bureau Político do MPLA, em declaração lida pelo seu presidente, dr. Agostinho Neto, criticou severamente a posição portuguesa “ao insistir numa pretensa legitimidade da UPA/FNLA e UNITA, não denunciando de maneira inequívoca os laços estreitos entre essas organizações secessionistas e os meios mais agressivos e retrógrados de Portugal e de outros países imperialistas, assim como não denunciou as invasões do Norte e do Sul de Angola”.

O povo, em geral, desta Luanda ordeira e tranquila, a braços com determinadas carências que o desaparecimento dos portugueses está causando, carências que se vão remediando da melhor forma possível e com espírito de compreensão, desta Luanda onde se pode deambular calmamente a qualquer hora do dia e da noite, comenta, com desapontamento, a atitude oficial portuguesa e espera no resultado da visita do ministro Vítor Crespo um reforço no entendimento entre os dois povos.

Por outro lado, correm notícias, as mais diversas, provenientes das duas partes, nem sempre interpretadas no seu contexto global, que levam as massas a movimentar-se, as quais, por sua vez, dialeticamente, influenciarão as decisões das cúpulas.

Em Luanda, onde me encontro, nunca a propaganda foi tão grande contra a UNITA e a FNLA. Uma propaganda baseada em documentos. Nos cartazes

de parede e nos jornais. Está, por exemplo, a ser publicada a troca de correspondência entre Jonas Savimbi e o exército colonial português, a qual, como, aliás, já é do conhecimento daqueles que habitualmente nos leem, prova à saciedade que a UNITA foi uma criação do colonialismo, mais que tudo para combater o MPLA.

Quanto à FNLA, com Holden Robert a dizer constantemente que entra em Luanda, enquanto vai concentrando no Caxito material e homens, vindos do Zaire (à hora a que estou a escrever encontra-se no Ambriz), é aqui universalmente tratada, a todos os níveis, como movimento estrangeiro e tida apenas como um exército sem povo, pejada de mercenários. Com vários milhares de soldados zairenses nas suas fileiras, comandados superiormente por Santos e Castro¹⁰², como *Expresso* foi o primeiro a divulgar há três semanas, enquadrados por mercenários na sua maioria portugueses, o epíteto frequente que lhe aplicam é de movimento fantoche e braço longo do imperialismo americano. Os seus líderes andam nas bocas de Angola como homens corruptos e pouca gente (do povo desta terra) haverá em Luanda que não conheça a canção “Ouve Agostinho Neto, o povo viu, Samuel Abridada com cem mil contos fugiu”. Trata-se de uma alusão ao célebre desvio nesse montante feito pelo então ministro da Saúde, ministro por parte da FNLA.

O ambiente popular não é de molde a aceitar uma conferência quadripartida dos três com Portugal, mesmo sob o alto patrocínio de nações africanas vizinhas ou amigas.

Precisamente na manhã da chegada de Vítor Crespo fomos recebidos pelo presidente Agostinho Neto, na sua residência, a quem pusemos as perguntas relacionadas com o momento presente, um momento dos mais quentes e difíceis nas relações Portugal-Angola. Um momento dos mais importantes na medida em que pode configurar as relações futuras entre os dois povos. Numa altura, também, em que segundo soubemos através de fontes diplomáticas, o Brasil, aqui representado por um funcionário do Ministério das Relações Exteriores com a categoria de embaixador, está na disposição, sem falar em movimentos, de reconhecer o governo sediado em Luanda, que toda a gente sabe, e o Brasil também, que é o MPLA.

¹⁰² Gilberto Manuel Santos e Castro (1928-1996), na altura coronel.

A entrevista foi gravada e conduzida pelo enviado do *Expresso* a Luanda, Augusto de Carvalho.

Bandeira de Angola içada pelo MPLA

Expresso — Pode dizer-se que às zero horas do dia 11 a bandeira da independência, ou seja, a bandeira angolana, será içada em Luanda?

Agostinho Neto — Como nós temos afirmado várias vezes, o MPLA está firmemente determinado a proclamar a independência no dia 11. Portanto, no dia 10 para o dia 11, às zero horas, a nossa bandeira será içada nesta cidade e noutras de Angola.

Expresso — Será a bandeira do MPLA ou é a bandeira angolana?

Agostinho Neto — Será a bandeira angolana, naturalmente.

Expresso — Mas é o MPLA quem vai içar essa bandeira?

Agostinho Neto — É o MPLA a içar a bandeira por várias razões: o MPLA fez a luta de libertação, preparou, portanto, as condições para esta independência. O MPLA está agora, a governar neste período de transição. É, aliás, o único movimento que está, neste momento, a controlar a maior parte do território nacional. Portanto, nós pensamos que temos o direito de sermos nós a proclamar a independência, a içar, portanto, a bandeira e a formar o governo.

Expresso — Há determinadas cidades, porém, onde isso não poderá acontecer. Estou-me a lembrar de Carmona, ao norte, e Nova Lisboa, cá para baixo, se permanecerem as circunstâncias de hoje. Estes exemplos levam-me a fazer-lhe a seguinte pergunta: o presidente Agostinho Neto está de acordo com afirmações vulgarmente propaladas, segundo as quais há uma balcanização efetiva do território angolano?

Agostinho Neto — Não estou de acordo com elas. É certo que temporariamente algumas áreas no Norte e no Centro estão ocupadas, respetivamente, pela FNLA e pela UNITA. Trata-se de grupos políticos que sempre procuraram a secessão, baseando-se em questões tribais e na vizinhança com países reacionários que temos na nossa fronteira ao norte e a o sul. Mas este é um problema que vai ser resolvido pela ação do nosso povo. O nosso povo vai agir de forma a restabelecer, o mais cedo possível, a integridade do território. Não aceitamos, por conseguinte, a ideia de que exista já, em Angola, uma balcanização. Não há de haver três Repúblicas em Angola. Há de haver, sim, uma

República com partes do território em que se instalaram secessionistas. E que serão, portanto, combatidos.

Quem vai formar governo?

Expresso — Ultrapassados que foram os Acordos do Alvor que diziam, por exemplo, no art. 40.º: “O governo de transição organizará eleições gerais para uma assembleia constituinte, no prazo de nove meses, a partir de 31 de janeiro de 1975, data da sua instituição”, acordos que estabeleciam normas segundo as quais seriam constituídos os órgãos de soberania, uma pergunta surge legítima: Quem vai formar o governo da nação?

Agostinho Neto — Evidentemente que os Acordos do Alvor foram suspensos unilateralmente por Portugal; evidentemente que não eram respeitados nem pela UNITA nem pela FNLA. Estão enterrados e creio que bem enterrados. Não valerá mais a pena falar nem do espírito nem da letra do Acordo, porque esse Acordo acabou. Teve a sua época, fez o seu caminho e morreu. Em Angola existe apenas uma autoridade. Não existem duas nem três. Essa autoridade é o MPLA. Nós não pensamos que depois do 11 de Novembro, universalmente aceite como data da independência, haja outra qualquer entidade, dentro ou fora do país, que se arrogue o direito de formar governo. Só o MPLA terá esse direito, direito que nós pensamos exercer depois do 11 de Novembro.

Governo de união nacional

Expresso — Na última declaração do Bureau Político do MPLA que o presidente Agostinho Neto leu perante as câmaras da TPA e aos microfones da rádio, precisamente no ponto 15 afirma-se que “o MPLA garante desde já assegurar a continuidade da governação do país independente, através de um governo angolano de união nacional”. Que quer exatamente dizer a expressão “governo de união nacional”? Quer dizer um governo exclusivamente MPLA ou poderá ser constituído, inclusivamente, por pessoas não aderentes ao MPLA?

Agostinho Neto — Nesta altura nós podemos formar vários tipos de governo. Um do tipo do Governo de Transição que foi formado em janeiro do ano passado. Esse tipo de governo não pode repetir-se, uma vez que, depois de várias análises, chegámos à conclusão de que a FNLA e a UNITA não são

senão veículos de forças estrangeiras. São, portanto, organizações fantoches que funcionam uma para o Zaire e outra para a África do Sul e também para os Estados Unidos da América.

Se há forças estrangeiras a ocupar o nosso território, não podemos, de maneira nenhuma, com elas compor um governo, visto que não são patrióticas e não defendem os interesses do povo.

Poderíamos formar um outro tipo de governo, que seria exclusivamente do MPLA, ou seja, um organismo dirigente que comportasse unicamente membros do movimento. Nós preferimos, porém, um governo de união nacional, em que mesmo indivíduos que não sejam membros do movimento, ainda que não tenham a mesma maneira de encarar o problema político de Angola que nós temos, mas que sejam patriotas e honestos e tenham qualidades de governar, poderão participar no governo, independentemente, portanto, da sua ideologia, da religião, sexo, etc.

Expresso — Do ponto de vista do MPLA, poderiam vir a fazer parte do governo pessoas dos outros movimentos, não enquanto a eles pertencentes, mas na sua qualidade de personalidades com determinadas características? Mais claramente: poderiam fazer parte elementos da FNLA ou da UNITA?

Agostinho Neto — Se não vierem representar a FNLA ou a UNITA e se se mostrarem sinceramente desejosos de defender as camadas mais exploradas do nosso povo, eles poderão pertencer ao governo.

O poder popular como construção de base

Expresso — O MPLA (esqueçamos a UNITA e a FNLA) exclui, no futuro, a formação de outros agrupamentos políticos? Exclui abertamente a formação de outros movimentos que não seja o MPLA?

Agostinho Neto — Nesta etapa da nossa luta em que teremos de dispensar uma grande energia para a reconstrução do país, achamos que não devemos consentir o fracionamento político com a formação de novas organizações políticas que venham para a cena digladiar-se em lutas que, na maioria das vezes, não conduzem a qualquer resultado prático. Nesta etapa, nós preferimos que o MPLA e só o MPLA assuma a responsabilidade política do país. Isto não quer dizer que haja obrigatoriedade de pertencer ao MPLA. Aliás, o MPLA nunca praticou este tipo de obrigatoriedade.

Na realidade, o MPLA é a força que orienta o país segundo uma linha política progressista. Portanto só ela deve existir nesta próxima fase. Claro que a seguir à independência temos várias etapas a percorrer. Não serão apenas as tarefas de reorganização administrativa, ou de organização do próprio estado, ou de reconstrução económica. Serão problemas também de esclarecimento, quanto às vias a seguir para que, de facto, nós possamos implantar em Angola o poder popular, poder popular este que é um fator novo, que segue o desejo de fazer participar as massas nas decisões do país. Tudo isto são tarefas enormes que não se podem realizar ao mesmo tempo que se travam combates políticos, por vezes estéreis.

FNLA — UNITA: que evolução

Expresso — Entre as razões alegadas em determinados setores portugueses para o reconhecimento da UNITA, MPLA e FNLA como legítimos representantes do povo angolano apresenta-se o facto de, no Alvor, os três movimentos se haverem reconhecido implicitamente uns aos outros como tais. Eu pergunto: Já nessa altura a natureza da FNLA e da UNITA era a que hoje apresentam, ou no entender do presidente Agostinho Neto elementos novos surgiram que levaram, posteriormente, a classificá-los de fantoches e inimigos do povo angolano?

Agostinho Neto — Todos nós conhecíamos, e o governo português também, a natureza de cada uma destas duas organizações. Eu creio que ninguém em Alvor desconhecia que a UNITA é uma organização que foi feita, alimentada e empolada pelas autoridades militares portuguesas, em Angola. Todos sabem como grande parte dos oficiais do exército acarinha a UNITA porque a sua própria criação pode desempenhar talvez uma garantia para a neocolonização do país.

Toda a gente conhece a FNLA como uma organização do Zaire, uma organização alimentada por Mobutu e pelos americanos. O nosso movimento, porém, não quis, em janeiro do ano passado, avançar qualquer passo que desse a entender ao mundo que ainda não estava suficientemente esclarecido sobre os particulares destas organizações que nós queríamos evitar a participação na governação de Angola de outras forças políticas. Fizemos, portanto, concessões, que pensávamos que haviam de ser compreendidas mais tarde por toda a

gente. Afinal, a maior parte do mundo compreendeu o carácter da UNITA e compreendeu o carácter da FNLA e também os portugueses compreenderam.

Somente Portugal, hoje, está pressionado tanto por forças reacionárias do interior como por algumas forças bastante poderosas do exterior. Creio que não pode resistir a essas pressões e toda a sua argumentação, neste momento, é incapaz de convencer alguém de que toma esta ou aquela atitude devido a não compreender. O que se passa, na realidade, é que há pressões internas e externas que levam Portugal a demitir-se de algumas posições que devia assumir.

Portugal não tem que transferir poderes

Expresso — Fala-se muito em transferência de poderes, representando, no caso, Portugal, o sujeito ativo da ação, enquanto detentor dos mesmos. Parece-lhe necessário que essa transferência se realize, ou o problema português reside, apenas, no reconhecimento (ou não reconhecimento), a nível diplomático, do governo que se vier a estabelecer em Luanda?

Agostinho Neto — Sim, fala-se muito em passagem de poderes como se Portugal estivesse ainda autorizado, neste momento, a passar os instrumentos do poder a quem quer que seja: por exemplo, ao MPLA. Mas esse problema para nós não se põe. Nós não vamos receber uma independência de bandeja. Nós conquistámos esse direito à independência e o reconhecimento de Portugal do nosso direito à independência só chegou depois de catorze anos de luta. Nós sentimos que a merecemos e vamos declará-la. Quer Portugal queira quer não, seremos independentes no dia 11. Não é, portanto, Portugal quem vai oferecer-nos os instrumentos do poder. Nós vamos criá-los e assumir a nossa responsabilidade.

De resto, onde é que Portugal, em território angolano, pode ainda exercer qualquer autoridade? Nós dissemo-lo na última declaração, do dia 19: que, afinal, Portugal só conserva órgãos da sua soberania nas áreas em que o MPLA predomina, nas áreas em que o MPLA é autoridade.

Se houvesse uma passagem de poderes, ela teria de ser feita unicamente em relação ao MPLA, em cuja área os governantes portugueses estão a viver. Não se compreende que nas áreas onde estão os exércitos invasores e onde se está a preparar a secessão, os portugueses lá se deslocassem para passar os poderes. Só pensar nisso seria ridículo, como é ridículo pensar que nós vamos convidar

os secessionistas para virem a Luanda receber os instrumentos do poder da mão dos portugueses, uma vez que os portugueses foram repelidos das áreas onde eles estão. Por isso mesmo, consideramos contraditória e mesmo absurda a ideia de reunir novamente aquilo que, na sua expressão, se diz os três movimentos, para a passagem dos poderes. Nem há três movimentos. Há um só. E a existência de Portugal só se verifica na área onde existe esse único movimento, que a única coisa que tem a fazer é tomar o poder.

Expresso — Nesta linha de ideias, o problema de Portugal resume-se, apenas, a reconhecer (não me refiro à independência pois não está em causa) o governo?

Agostinho Neto — Sim. Em primeiro lugar Portugal terá de sair. Terá de retirar-se da nossa capital. Retirar a sua bandeira e todo o seu exército: numa palavra, tudo aquilo que representava soberania. Esse o primeiro passo.

Segundo passo: se quiser boas relações com Angola, terá de reconhecer o nosso governo. Esta é uma condição necessária para o estabelecimento de boas relações no futuro. Evidentemente que, depois, virão as trocas de instrumentos diplomáticos que permitam a troca de ideias e de todas as operações nos mais diversos planos.

Relações preferenciais com Portugal

Expresso — Posso concluir que da parte de Angola há interesse em manter boas relações com Portugal e em estreitá-las cada vez mais na esfera da mútua independência?

Agostinho Neto — Nós sempre o declarámos: que queríamos ter relações preferenciais com Portugal. Por todas as razões: a História o justifica; a História mostra que houve uma coabitação, embora não pacífica, durante séculos. De qualquer maneira, verificamos que se estabeleceram laços humanos que jamais se apagarão.

Não à conferência dos quatro

Expresso — Em entrevista que o alto-comissário, almirante Leonel Cardoso, me concedeu na segunda-feira, pude notar da parte do representante de Portugal certa dose de otimismo quanto ao desejo de reunir MPLA, FNLA e UNITA numa conferência, juntamente com Portugal, lá para o fim deste mês

ou princípios do que se avizinha. Sob o patrocínio de países africanos. Muito na linha do discurso de Melo Antunes na ONU, depois do qual já muita água passou debaixo das pontes.

Tem, em seu entender, algum fundamento, o otimismo do almirante Leonel Cardoso?

Agostinho Neto — Nós ainda não recebemos qualquer proposta nesse sentido. No entanto, já aqui nos enviaram duas comissões: uma comissão restrita de membros da OUA e outra comissão mais larga enviada pelo próprio presidente em exercício da OUA, se não a pedido, pelo menos com conhecimento prévio do governo português. Isto para nos convencer a negociar, de novo, com a FNLA e com a UNITA.

Também temos recebido as ameaças de intervenção de tropas da ONU, tropas da OUA, etc. Enfim: têm sido usados todos os meios para impressionar, para nos fazer vergar à vontade daqueles que querem neocolonizar Angola.

Ainda não recebemos nenhuma proposta para reunião a quatro. Sei que está cá o ministro da Cooperação. É possível que nos encontre para fazer essa proposta. No entanto, devo dizer já que não há mais razão nenhuma para nós irmos nessa espécie de conferências, cujo resultado podemos perfeitamente prever. Alguns políticos pensam que a nossa posição resulta apenas do facto de neste momento termos vantagens militares. Porque nós temos superioridade e temos uma certa capacidade de defesa na cidade de Luanda e que, por causa dessa superioridade, não aceitamos a conferência. Sugere-se, mesmo, que a aceitaríamos se fôssemos um pouco mais enfraquecidos.

Nada disso é verdade: mais fortes ou mais fracos, respeitaremos o nosso princípio. Não mudaremos. Não diremos outra vez que FNLA e UNITA são movimentos de libertação. Felizmente cresce, neste momento, a nossa força moral no mundo. A independência tem de vir para Angola através do MPLA.

Expresso — Sinceramente, presidente, parece-lhe que a paz em Angola seja possível sem o conflito armado?

Agostinho Neto — Somente através de confrontações armadas ou, então, se as partes secessionistas reconhecerem o seu erro. Neste caso, poderíamos reexaminar o problema.

Veículo de influência soviética

Expresso — Há, por outro lado, quem acuse o MPLA e sei que o dr. Kissinger é um deles, de veicular a influência soviética nesta zona do globo. A própria China parece não andar longe desta maneira de pensar. Foi-me, por exemplo, garantido por testemunhas visuais que as autometralhadoras transportadas para o Negage, em aviões C-130, eram de fabrico chinês.

Que diz o presidente Agostinho Neto a este tipo de acusações?

Agostinho Neto — Eu sei que a China tem concedido uma ajuda grande à FNLA. Em equipamento militar e em técnicos. Foram eles que orientaram uma boa parte dos treinos dos soldados da FNLA e têm ajudado também com outros meios. Não creio que daqui se possa concluir que a FNLA é pró-chinesa ou que adote o maoísmo como sua doutrina.

Nós, desde o início da nossa luta de libertação que recebemos muita ajuda dos países socialistas da parte europeia: da União Soviética, da Alemanha Democrática, da Checoslováquia, Bulgária, Roménia, da Jugoslávia, etc. Recebemos sempre muita ajuda desses países, assim como de países progressistas africanos: da Argélia, do Congo, da Tanzânia, da Zâmbia e, mais recentemente, das antigas colónias portuguesas. Também recebemos ajuda, bastante grande, de um país da América Latina: Cuba.

Estes países continuam a ajudar-nos, depois de haverem compreendido que, terminada a luta contra o colonialismo português, começou a desenvolver-se uma manobra no sentido de Angola ser dominada por outras potências. Compreenderam que Angola está numa posição chave em África, na África Austral. Com uma longa costa aberta para o Atlântico, é um país vizinho do Zaire, da África do Sul e da Namíbia. É um país de que dependem, em certa medida, o Zaire e a Zâmbia e é um país que, inserido no grupo dos países progressistas em África, tornaria a África Austral numa área progressista, onde com seriedade se poderia fazer a luta contra o racismo sul-africano e barrar todas as tentativas de penetração imperialista.

Para diminuírem a nossa resistência e abaterem a nossa força, os nossos inimigos dizem que veiculamos ideias soviéticas.

Ora nós temos orgulho na nossa organização até porque não seguimos orientação política de quem quer que seja. Elaboramos a nossa política sem estar a ouvir conselheiros daqui ou dali. Não é que os conselheiros não sejam necessários, mas nós orgulhamo-nos de não os ter.

Tanto a União Soviética como Cuba como outros países, sabem disso e a sua ajuda é incondicional. Nós só temos que reconhecer com muita gratidão toda essa ajuda que nos foi oferecida durante a luta de libertação e agora para a segunda luta de libertação.

Essas acusações não passam de provocação, inclusivamente, com a finalidade de diminuir o prestígio e a força moral do MPLA no mundo.

Porque fogem de Angola os portugueses?

Expresso — Gostaria agora de focar a questão dos retornados. Multidões de portugueses abandonam Angola. Porque foge esta gente? O MPLA está implantado na maior parte do país. Há algo da parte do movimento de libertação que os leve à debandada?

Agostinho Neto — Todo esse êxodo de Angola para Portugal deveu-se e deve-se a uma certa ação psicológica que é exercida por determinados reacionários que quiseram provocar esta situação. Também contribuiu para ela o facto de termos tido, aqui em Luanda, e noutras áreas, instabilidade bastante grande. Tivemos confrontações armadas. Praticamente não havia a possibilidade de transitar nas ruas sem perigo. As pessoas atemorizaram-se, quiseram salvar as suas vidas e começaram a partir.

Depois de nós termos limpadado a cidade de gente da UNITA e da FNLA, depois de termos limpadado certas áreas que vão da Lunda a Malange, ao Luso, Benguela, Moçâmedes, etc., temos visto que já não existe o fator insegurança que determinou a saída. Há carências, o que é normal neste período. Carências económicas, carências um pouco em todo o setor, e há também dificuldades na vida social, por enquanto. A insegurança, agora, só existe nas ameaças e nos boatos que são trazidos de fora. Ainda impressionam, porém, muita gente.

Se houvesse mais calma e serenidade para analisar os problemas, se ele não fosse visto com paixão, algumas palavras de ordem que foram lançadas para a saída de centenas de milhares de portugueses, de Angola, não teriam sido seguidas. Mas houve precipitação. Houve atitudes sentimentalistas que não consentiram uma reflexão sobre o futuro imediato. Mesmo agora em relação ao 11 de Novembro lançam-se boatos, dizendo que nesse dia vai haver uma grande confusão em Angola. Não me parece possível que haja mais confusão do que há. Quer dizer que hão de continuar as confrontações. Hão de continuar as ações das nossas FAPLA para reconquistar o terreno ocupado pelos invasores do Sul

ou do Norte. Mas não creio que haja nada de especial e a nossa independência vai-se passar quase normalmente, embora não com aquela normalidade que desejaríamos.

Creio que podemos dizer que a maior parte dos portugueses retornados a Portugal foram levados por ação dirigida no sentido de os transtornar psicologicamente e de lhes fazer crer que Angola seria um verdadeiro caos.

O reconhecimento diplomático

Expresso — Uma última pergunta, esta em relação com o reconhecimento diplomático. Conta o MPLA, uma vez no governo, com o reconhecimento, para já, de muitas nações?

Agostinho Neto — Embora o problema não tenha sido posto diante de vários países, tenho a certeza de que um ou dois dias depois da proclamação da nossa independência, haverá reconhecimento imediatamente da parte de alguns.

Expresso — Poder-se-ia dizer que lhe agradaria que o primeiro fosse Portugal?

Agostinho Neto — Gostaríamos que Portugal se não fosse o primeiro, fosse dos primeiros, não somente a reconhecer, mas também a enviar o seu embaixador a Luanda. No entanto, tudo depende da compreensão que houver quanto ao processo que nós vamos seguir.

Expresso — A nossa entrevista terminou, mas ainda em relação com esta última pergunta podemos informar que aqui se encontra, há já largos meses, o diplomata de carreira dr. Carlos Teixeira da Mota¹⁰³, com a incumbência de lançar as infraestruturas da embaixada e respetivos serviços consulares.

¹⁰³ Carlos Miguel Lencastre Teixeira da Mota (1941-1984), diplomata enviado para Luanda em junho de 1975, com a missão de preparar a futura embaixada. Permaneceu em Angola até maio de 1976. O seu diário relativo a esse período foi publicado há poucos anos: *Carlos Teixeira da Mota: o primeiro diplomata português em Luanda (junho de 1975 – maio de 1976)*. Org. António Duarte Silva. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

Diário de Notícias, 6 de novembro de 1975, p. 7

**Portugal reconhecerá o governo do povo angolano
— afirmou ao *DN* o dr. Arménio Ferreira,
do Órgão Coordenador do MPLA para a Europa**

“O problema do governo português foi o de não ter tido a coragem, depois de 11 de Março, de tomar uma atitude franca para com o MPLA. Desde então comprometeu totalmente a descolonização, afirmou ao *Diário de Notícias* o dr. Arménio Ferreira, destacado elemento do Órgão Coordenador do MPLA para a Europa, numa entrevista em que analisa alguns aspetos relacionados com o mais contraditório processo de descolonização de todas as ex-colónias portuguesas.

O Órgão Coordenador do MPLA para a Europa, frente de luta criada por este movimento para combater quaisquer formas de manipulação, tem como imperativo principal a divulgação da verdade, que passa por uma política de informação correta e objetiva das linhas de ação do MPLA e da realidade angolana, e, naturalmente, pelo desmascaramento e desmontagem da mentira e do oportunismo.

No limiar da independência de Angola, as declarações de Arménio Ferreira revestem-se de particular significado porque, profundo conhecedor da sua terra e de todos os problemas que a afligem, o seu pensamento reproduz aspetos da realidade angolana que sem dúvida constituem parte integrante da sua história a iniciar uma nova fase — a independência.

DN — O jornal *República* publicou recentemente documentos a que chamou de “relatório sobre o encontro Spínola-Mobutu”. Nesses documentos são revelados compromissos assumidos e nada abonatórios para o processo de descolonização, que se pretendia isento. Considera que a entrevista Spínola-Mobutu, na ilha do Sal, viria ou não a influenciar decisivamente o processo de descolonização de Angola? Como e em que medida?

Arménio Ferreira — Os processos português e angolano estiveram sempre interligados. E estiveram interligados de tal maneira que se o acordo Spínola-

-Mobutu fosse para diante, nessa altura o Zaire não queria apenas Cabinda, mas pretendia mesmo satelizar Angola, por intermédio da FNLA, e fazer uma federação dos estados angolano e do Zaire.

Sob o ponto de vista histórico isso é exatamente o inverso do que se deveria produzir, porque o chamado reino do Congo tinha realmente o seu rei em Angola, em S. Salvador, e só no fim do século passado e no princípio deste, pela conferência de Berlim, foi permitida a saída do Zaire para o mar e, portanto, tornar ambicioso um projeto que seria catastrófico para toda a África e para a luta das forças progressistas da Europa.



O que Spínola pretendia era realmente o neocolonialismo como existe no Congo ex-belga, ou pior, por intermédio de um seu satélite, que nem o seria, pois que Portugal é que seria o satélite do Mobutu, dada a preponderância da República do Zaire, sob o ponto de vista económico, sobre todos os países africanos, já que o Zaire e Angola serão as partes opostas numa futura revolução em África. Isto é, de um lado o imperialismo e do outro as forças progressistas que se mantêm em Angola sob o comando do MPLA.

O encontro tem, ainda, um outro grave aspeto: não é impunemente que Moçambique pugna por Angola, porque além de haver afinidades ideológicas,

afinidades antigas entre a FRELIMO, o PAIGC e o MPLA, forjadas no tempo da clandestinidade com o MAC (Movimento Anticolonialista), há uma identidade (que me perdoem os outros movimentos, o MLSTP, a FRETILIN, por serem um pouco afastados deste contexto político, porque quem iniciou a luta verdadeiramente foram aqueles três movimentos), vale de comunhão de esforços no sentido de colocar o PAIGC e a FRELIMO no poder (que estão, felizmente) e o MPLA (que há de estar).

É por isso que ideologicamente a FRELIMO está no poder em Moçambique, o PAIGC está no poder na Guiné-Bissau e eles não podem ter outra atitude, é uma atitude fraterna, é uma atitude de guerra, é uma atitude de consequência, é uma atitude unitária do que sempre se estabeleceu e pretendeu fazer para o futuro: estados progressistas não enfeudados a qualquer espécie de nações, estados livres independentes e democráticos.

Felizmente, para nós angolanos, houve o 11 de Março e então aqui dá-se o reverso da medalha. Nós como angolanos vemos que há possibilidade (porque a luta é comum entre o povo português e o povo angolano contra o imperialismo), de modificar a política portuguesa como foi modificada. Quer dizer, a política portuguesa, todos sabem perfeitamente, na Guiné como em Moçambique, não seria aquela de que Spínola gostaria, pelo que, neste momento, eu devo prestar sincera homenagem ao major Melo Antunes e ao general Fabião, que souberam conduzir realmente a descolonização de Moçambique e da Guiné, em termos benéficos tanto para os povos guineense e moçambicano como para o povo português. Agora o que eu não percebo realmente é porque há uma discrepância entre a condução do processo de descolonização num lado e um processo de descolonização no outro, quando, depois de 11 de Março, haveria todas as possibilidades de o processo de descolonização ser conduzido como em Moçambique e Cabo Verde.

Este foi o grande erro do governo português, portanto não podemos atribuir determinadas culpas a determinados governos, que foram de um a seis. Nós atribuímos culpas a todos os governos, do primeiro ao sexto, quanto à descolonização de Angola, porque não a compreenderam, porque realmente se enganaram sob o ponto de vista revolucionário.

O erro trágico do governo português (dos governos provisórios) foi não ter percebido que o apoio popular de Cabinda ao Cunene era só e apenas conferido ao MPLA, único movimento de implantação nacional.

Movimentos que nada têm a ver com o problema angolano

DN – Para além do MPLA surgiram em Angola outros movimentos de libertação reconhecidos pela OUA (embora em tempos diferentes), ONU e, finalmente, pelo governo português.

Como enquadra a ação desses movimentos, isto é, considera-os independentes ou enfeudados a forças estrangeiras? Quais os seus alinhamentos e implantação?

Arménio Ferreira — O único movimento de implantação nacional é o MPLA; quanto aos outros, são de natureza tribal, num caso, e regionalista noutro, não tendo nada que ver com o problema angolano.

A infiltração já está provada internacionalmente e por variadíssimas vezes. O governo português tem provas do comportamento do Zaire dentro da futura República de Angola, inclusivamente nós sabemos perfeitamente que sob o ponto de vista ativo acabou a administração portuguesa nas duas províncias do Norte, o Zaire a o Uíge, e desapareceu a bandeira portuguesa.

A bandeira portuguesa só flutua, realmente, nos sítios onde está implantado o MPLA. Por outro lado, consideramos de facto muito grave a permissão da entrega de tropas à FNLA pelo Zaire e a ocupação ilegal do território por tropas estrangeiras com armas, que estavam proibidas pelos acordos do Alvor. Portanto, a FNLA foi a primeira a faltar aos acordos do Alvor.

A FNLA estava preparada para a guerra porque até ali o MPLA não podia resistir e não tinha força militar. O seu comportamento de tipo fascista, autoritário, direto de agressão ao indivíduo, não lhe vai permitir, de forma nenhuma, apesar da sua força militar, a implantação na sua região secular, que eram os quicongos. Neste momento, Uíge, a capital dos quicongos, está deserta e os quicongos estão na mata. Isto é a prova realmente de que a FNLA não tem o apoio popular, apesar da sua máquina militar.

Em relação à UNITA, pois, terá algum apoio popular, principalmente na região de Silva Porto, mas não tem uma máquina militar montada porque nunca fez a guerra, simplesmente fez uma ação de guerrilha e o resto, nós sabemos perfeitamente, só combatia o MPLA.

A UNITA foi uma criação do governo fascista português para, ainda no tempo do colonialismo, combater o MPLA. Portanto, eu nem posso considerar a UNITA como movimento de libertação.

Por outro lado, a FNLA são forças invasoras que não têm nada que ver com o contexto político angolano. Destas três forças que existem, o que é que resta? Resta o MPLA.

MPLA — um movimento eminentemente nacionalista

DN — Como encara, então, a aliança que se tem vindo a firmar cada vez mais entre a FNLA e a UNITA?

Arménio Ferreira — Essa aliança está intimamente ligada à tendência que existe em todo o mundo para se agruparem, de um lado, imperialistas e agressões, do outro, as forças progressistas.

Neste momento, importa frisar sempre o que temos vindo a afirmar: o MPLA não é comunista.

Nós somos um movimento eminentemente nacionalista, que tem os apoios da população. O mesmo não se poderá dizer dos outros movimentos, que não são nacionalistas mas sim tribalistas, ou regionalistas sem contexto nacional. O único movimento nacionalista, verdadeiramente ao nível da nação angolana, é o MPLA. Isto realmente não agrada ao imperialismo. Não agrada ao imperialismo porquê?

Porque Angola não só é cobiçada por ser demasiadamente rica, por ter jazidas de diamantes, de ouro, petróleo, magnésio, etc., e ter uma agricultura que pode ser um celeiro mundial. Não é só por isso. É a sua situação geopolítica, que é um punhal lançado para a África do Sul, para o Zaire.

Se o MPLA vencer, o que nós pretendemos, esperamos e cremos, o xadrez político angolano vai mudar imenso. Vai mudar imenso porque temos uma nação progressista encaixotada realmente entre dois baluartes do imperialismo, que são o Zaire e a África do Sul. E não é impunemente que o Zaire joga contra o MPLA.

O problema que se está a pôr é um problema de interesses. Se Angola for realmente independente como se espera, sob a égide do MPLA, é extremamente difícil que Mobutu consiga resistir, ele que já tem guerrilhas internas e que sabe perfeitamente que haverá um confronto que nós não desejamos de maneira nenhuma, mas do qual o imperialismo nunca desiste. O que será, vamos a ver; o tempo o dirá.

Acordo do Alvor — honesta manobra do governo português

DN — Ao longo das diligências desenvolvidas pelo governo português no contacto com os movimentos de libertação, foram estabelecidos vários acordos — Mombaça, Alvor, Nakuru e agora em Kampala. Como encara a realização desses acordos e que causas atribui como determinantes para que na prática o seu conteúdo não funcionasse?

Arménio Ferreira — O Acordo do Alvor foi uma manobra honesta do governo português em pretender que não houvesse guerra em Angola e considerar os três movimentos como iguais.

O problema põe-se no reconhecimento de três movimentos que realmente poderiam disputar o poder. Mas há uma série de incongruências logo a seguir que isso se verifica. Quer dizer, os acordos do Alvor foram imediatamente quebrados pela FNLA.

A FNLA faz uma invasão mercenária no Norte de Angola e uma invasão de Luanda, onde não tinha implantação de qualquer espécie, sofrendo ali o imperialismo uma das derrotas mais estrondosas.

A FNLA, porque bombardeia bairros indefesos, comete selvajarias como as que se viram em Luanda, porque combate contra o povo, não pode nunca ser um movimento nacionalista. Assim, não poderá nunca haver quaisquer acordos com a FNLA, que sistematicamente os rompe.

Relativamente à UNITA, fizemos aquele acordo “secreto” em Lisboa, numa tentativa e admitindo que o movimento poderia ser repescado. Mas isso revelou-se absolutamente incapaz de prosseguir porque no dia seguinte eles faltariam e faltaram aos acordos.

Como é que podemos negociar com invasores num lado e com outras pessoas que faltam ao acordo, que não têm força política e que não têm a força militar? Que ainda por cima pedem ajuda a países estrangeiros como a África do Sul? Nós estamos em face realmente de três invasões, uma do Norte, do Zaire, e outra do Sul pelos mercenários portugueses e da África do Sul, porque não foi impunemente que hastearam a bandeira em Moçâmedes...

Falta de coragem

DN — As declarações proferidas pelo major Melo Antunes na ONU, relativamente ao problema da descolonização de Angola, foram alvo de controvérsia e contestação. Como encara aquela posição que sustenta a possibilidade

de internacionalização do conflito, portanto admitindo uma intervenção dos “capacetes azuis” ou, por outro lado, a balcanização do território?

Arménio Ferreira — O problema do governo português foi o de não ter tido a coragem de depois do 11 de Março tomar uma atitude franca para com o MPLA. Desde então comprometeu totalmente a descolonização. Estava preso ao Acordo do Alvor, em que reconhecia três movimentos e, por outro lado, não teve a percepção de que só havia realmente um movimento. Porque é que há esta ambiguidade, esta diferença, de Portugal combater a extrema-direita e o ELP em Portugal e não a combater em Angola?

DN — Portanto, dada a controvérsia de atuações, nesta ponta final da descolonização, ainda se desconhece a quem é que se vai entregar a condução do país...

Arménio Ferreira — Isso sabemos! Sabe-o o povo angolano e o povo português, senão vejamos: Começamos pela hipótese FNLA. Se abandonaram o aeroporto de Negage, se abandonaram Carmona, se abandonaram toda a autoridade administrativa, como se poderá entregar o poder à FNLA? É impossível! E a UNITA? Mas como, se a UNITA a primeira coisa que fez foi arrear a bandeira portuguesa, foi perseguir os cidadãos portugueses? Não compreendemos como é que os cidadãos brancos portugueses, que normalmente eram pró-UNITA, hoje são antiUNITA, fortemente antiUNITA. Talvez porque sofreram uma série de selvajarias, perseguições...

DN — Então, se as autoridades se vão retirar de Luanda, a quem entregarão o poder?

Arménio Ferreira — Têm de o entregar ao MPLA.

Os apoios ao MPLA e ingenuidade política de Sá Carneiro

DN — Poderíamos agora falar sobre os apoios de que o MPLA tem sido alvo por parte de imensas forças progressistas portuguesas e estrangeiras, por parte de vários países de toda a parte do globo. Por outro lado, há também outras forças que estão apostadas em denegrir a ação de libertação nacional que o MPLA tem vindo a produzir no terreno e na mentalidade de Angola em ordem à sua total libertação, em ordem à paz e progresso do seu povo...

Arménio Ferreira — Temos de fazer três análises: primeiro, o apoio internacional; segundo, o apoio dos partidos políticos portugueses; terceiro, como integrá-los no contexto político angolano.

Analisando a situação internacional, pois, teremos de situar as forças imperialistas, representadas pelos Estados Unidos e, por outro lado, os movimentos progressistas.

Não nos custa perceber o auxílio dos Estados Unidos ao Zaire, mas o mesmo já não admitimos em relação à França, no que concerne à FNLA... Também como entender a atitude da China, que envia 168 comandantes e instrutores para a FNLA, quando se afirma ser a China um país progressista?!

Relativamente aos apoios e relações propriamente ditas do MPLA com as forças progressistas portuguesas, sempre as procurámos manter. Mantivemos também contactos inclusivamente com o PPD, com quem estabelecemos relações de amizade, uma vez que nós — MPLA — considerávamos o PPD como um verdadeiro partido social-democrata progressista que aceitava o socialismo, como está farto de afirmar.

Agora o que eu não compreendo é que haja um ataque nestas relações de amizade, que progressivamente foram esfriando. Ataque expresso pelo sr. Sá Carneiro quando referiu que 75 por cento dos últimos retornados angolanos eram elementos infiltrados no MPLA para imporem um regime comunista em Portugal... Claro que só posso entender esta atitude do sr. Sá Carneiro como uma ingenuidade política que aliás o classifica. Assim, as nossas relações com o PPD ficam explicadas. No entanto, se a Suécia, Holanda, Dinamarca, a Noruega, até a Bélgica, consideram só o MPLA como único movimento legítimo do povo angolano, porque é que o PPD não faz a política dos seus homólogos?

Em relação aos partidos da esquerda portuguesa, temos recebido o melhor apoio.

Relativamente à Europa, temos sentido um apoio generalizado, à exceção da Alemanha. O Canadá é outro país que nos auxilia muito e, enfim, os países do bloco do Leste. Mas então queriam que os países do bloco de Leste não nos ajudassem?

Quem nos haveria de ajudar se nós somos um país que quer ser progressista? A ajuda maior deverá ser a daqueles que compreendem a nossa luta. É por isso que somos aliados e amigos de todos os países de Leste, apreciando imenso a sua ajuda.

O 11 de Novembro e as futuras relações de Portugal com a África

DN — Até que ponto considera que uma efetiva descolonização de Angola possa contribuir para a estabilização da situação política em Portugal, ou ainda, para a prossecução do seu processo revolucionário? Como e em que medida?

Arménio Ferreira — Eu creio que Portugal vai reconhecer, no dia 11, o governo do povo angolano... Portugal, repito, terá que reconhecer o governo legal de Angola. Caso contrário o erro trágico de 11 de Março transformar-se-ia em erro catastrófico com sérias repercussões nas suas futuras relações com todos os países da África.

Diário de Notícias, 10 de novembro de 1975, p. 1 e 7-8

**Rosa Coutinho ao DN:
“FNLA só representa interesses estrangeiros”**

O encontro do Sal, entre o general Spínola e o presidente Mobutu, “foi feito com a intenção de perpetuar a dominação imperialista sobre Angola, através do chamado movimento de libertação que a isso mais facilmente se prestava, e que era a FNLA”, declarou, no decurso de uma entrevista que concedeu ao nosso jornal, o almirante Rosa Coutinho, antigo alto-comissário em Angola.

Na longa e esclarecedora entrevista que hoje publicamos integralmente, Rosa Coutinho, abordando aspetos vários da problemática decorrente do processo de descolonização de Angola, quer no referente às suas origens quer no que respeita às perspectivas de futuro que se abrem perante um povo agora libertado mas ainda a iniciar uma nova fase da sua luta, salientou, igualmente, quanto à forma como decorreu esse processo:

“A opinião pública e os setores que observam a evolução do processo tiveram as mostras mais que necessárias para concluir que apenas o MPLA revelou capacidade político-administrativa. O MPLA é o único movimento que tem cultura de base, que tem quadros culturais capazes de virem a fazer de Angola um verdadeiro país e não apenas uma quinta imperialista.”

Foi precisamente a questão da interferência imperialista no processo de descolonização de Angola que motivou a primeira pergunta dirigida pelo *DN* ao almirante Rosa Coutinho, um dos homens cuja influência mais se fez sentir no decorrer dos esforços que foram feitos para garantir ao povo angolano uma verdadeira emancipação.

DN — O jornal *República* publicou, recentemente, documentos a que chamou de “*dossier* do encontro Spínola-Mobutu”. Nesses documentos são revelados compromissos assumidos e nada abonatórios para um processo de descolonização que se pretendia isento. Qual a posição do sr. almirante perante esse encontro e, naturalmente, em relação ao teor daquela informação? Consi-

dera que a entrevista de Spínola-Mobutu viria ou não a influenciar um processo de descolonização de Angola? Como e em que medida?

Rosa Coutinho — Eu considero que o encontro do Sal, entre o general Spínola, o presidente Mobutu e várias personalidades que o acompanhavam, foi um dos acontecimentos mais prejudiciais de Angola. Mais prejudiciais dentro do espírito com que o MFA encarou sempre o processo de descolonização das antigas colónias portuguesas e que trataria de garantir uma plena independência aos antigos territórios sob administração portuguesa. E considero um dos mais prejudiciais porque ele foi traçado, foi concebido, dentro de uma linha de neocolonialismo, de perpetuação da influência do imperialismo internacional, sobre o rico país que virá a ser Angola.

Foi um encontro preparado em completo segredo. Eu, como presidente da Junta Governativa de Angola e direto representante das autoridades portuguesas em Angola, tive conhecimento do encontro pelo jornal. Recordo-me, até, de ser domingo, estar na praia, quando o jornal me apareceu relatando o encontro e ter imediata consciência de que o mesmo seria um desastre para o nosso processo de descolonização.

O que se passou nesse encontro não é ainda do conhecimento oficial. Há relatos, há versões que podem ser mais ou menos corretas, mais ou menos fantasistas. Do que não tenho dúvidas é que esse encontro foi feito com a intenção de perpetuar a dominação imperialista sobre Angola, através do chamado movimento de libertação que a isso mais facilmente se prestava, e que era a FNLA.

As consequências desse encontro vieram a refletir-se em todo o processo de descolonização angolano, porque, evidentemente, embora o general Spínola, poucos dias depois, tivesse sido obrigado a abandonar a presidência da República, logo no 28 de Setembro, estou convencido de que exatamente uma das razões do 28 de Setembro foi a reação contra um espírito spinolista na revolução portuguesa que não estava de acordo com os princípios básicos para que o 25 de Abril tinha sido feito.

Em todo o caso, embora realmente se pudesse ter atenuado, de certo modo, os perniciosos efeitos que esse encontro teve, não há dúvida de que ele veio influenciar a descolonização de Angola através de todo o processo.

Os movimentos de libertação — suas atuações e enfeudamento ao imperialismo

DN – Em Angola surgiram três movimentos de libertação que, embora em períodos diferentes, foram reconhecidos pela OUA, ONU e, finalmente, pelas autoridades portuguesas.

Como encara a ação desses movimentos, isto é, considera-os independentes de forças estrangeiras ou a elas enfeudados?

Rosa Coutinho — Através da averiguação que fiz localmente verifiquei que, na realidade, um dos movimentos, a FNLA, não representava mais do que interesses estrangeiros, absolutamente definidos pelos tipos de apoio, suporte, de forças que utilizava, e todas elas baseadas em território estrangeiro.

Os outros dois não. Tanto o MPLA como a UNITA eram movimentos angolanos e, digamos, combatiam como base dentro do território de Angola. Movimentos, portanto, que eu considerava mais nacionalistas.

O seu comportamento era difícil de apreciar, já que pelas ações militares ou de outro tipo, que preponderavam, as autoridades portuguesas não tinham grande conhecimento da sua ação política, psicológica e até de ajuda material às populações das áreas que então se chamavam libertadas. Assim, não havia dados suficientes para uma apreciação concreta. O que se notou, e eu notei muito facilmente, é que as grandes forças do imperialismo internacional procuravam torpedear um dos movimentos — o MPLA. Na altura em que fui para Angola, na zona de Luanda, pelo menos, o único movimento (o MPLA) com implantação política ao nível da população, para o exterior, era apresentado como dividido profundamente em três fações, e isso servia de pretexto para que o governo português, ou, pelo menos, o general Spínola, se recusasse a entabular negociações com o MPLA, sob pretexto de que estando dividido em três fações, não se entendiam e, portanto, era impossível travar negociações com todos os três.

Facilmente verifiquei que isso era um artifício e que a divisão do MPLA era, ao fim e ao cabo, provocada pelo exterior.

A fação Chipenda e a criação da UNITA

Logo que o verifiquei e denunciiei, fui bastante atacado, mas os factos vieram a provar que eu tinha razão. A chamada fação Chipenda, por exemplo,

não era mais que um instrumento do imperialismo através das suas ligações com a FNLA, daí a sua aliança de hoje.

DN — Relativamente à UNITA, eu focava, ainda, outro aspeto, que se prende com a versão de ser um movimento encomendado pela ex-PIDE/DGS de Angola para combater o MPLA. Que pensa acerca do problema?

Rosa Coutinho — Penso que há um certo exagero nisso. O movimento tinha raízes que considero mais tribais que políticas, visto que tinha aceitação especial bastante dos povos do planalto de Angola, especialmente da região do Bié, de onde o dr. Savimbi é natural. Portanto, não direi que tenha sido inventado. Agora do que não tenho dúvidas é que foi aproveitado...

Aliás, a respeito da caracterização dos três movimentos, creio que há um aspeto muito importante a considerar: na realidade, eu não conheço qualquer dirigente atual da UNITA ou da FNLA que tenha sido preso ou perseguido pela ex-PIDE/DGS. Penso que isto é significativo...

Uma das dificuldades que se apresentou para a descolonização de Angola foi o facto de militarmente a guerra colonial não apresentar ali, em 25 de Abril, as mesmas condições que se verificaram em Moçambique ou na Guiné.

Assim, em Angola, as forças portuguesas dominavam praticamente quase todo o território. Os movimentos, de certo modo, estavam a ser batidos, exceto na região de Cabinda, e o movimento que mais sofreu com isso foi exatamente o MPLA.

Dada a ação das guerras coloniais portuguesas, o MPLA, no 25 de Abril, estava praticamente destruído do ponto de vista militar. Naturalmente que esta situação veio depois a complicar o problema da descolonização, já que o movimento com maior implantação política era, na altura, o militarmente mais fraco.

Das táticas alianças dos movimentos aos acordos com Portugal e suas consequências

Reconhecendo-se que seria impossível estar a negociar sempre separadamente com os três movimentos de libertação (três forças combatentes), procurou-se encontrar, ou que eles encontrassem entre si, uma plataforma política de acordo. De maneira que, sucessivamente, a UNITA (que poderia ser considerada, na altura, como um movimento de charneira, se a entendermos como

intermediária ideologicamente entre um MPLA progressista e uma FNLA direita) fez uma aliança com a FNLA em novembro e, mais tarde, em 19 de dezembro, no Luso, com o MPLA — data do encontro histórico entre Agostinho Neto e Jonas Savimbi. Assim, foram estas alianças históricas que permitiram a elaboração do acordo de Mombaça, sem o qual o de Alvor seria de certa forma difícil.

DN — Ao longo das diligências desenvolvidas pelo governo português no contacto com os movimentos de libertação foram estabelecidos vários acordos — Mombaça, Alvor, Nakum. Entretanto, os acordos firmados no Alvor terão sido porventura os de maior impacto e alcance político. Como encara a realização desses acordos e que causas atribui como determinantes para que na prática o seu conteúdo não funcionasse?

Rosa Coutinho — O acordo do Alvor constituiu uma notável obra política e diplomática de Portugal. Na altura, em virtude das divergências não só ideológicas, mas mais principalmente de interesses que os três movimentos de libertação representavam, considerava-se o acordo quase impossível. O facto de Portugal ter conseguido reunir à mesma mesa os três movimentos de libertação demonstra e demonstrou ao mundo o prestígio de Portugal e a honestidade de processos da descolonização portuguesa. Foi uma notável obra de que Portugal justamente se pode orgulhar.

É claro que durante o próprio acordo, e verificando-se realmente os antagonismos existentes, ficou-se a pensar que a plataforma política que se tinha conseguido, de pôr os três movimentos em pé de igualdade, perante o governo português, para a constituição de um Governo de Transição que levaria Angola aos caminhos da independência, tinha, relativamente, poucas probabilidades de sucesso. No entanto, tinha algumas e essas poucas probabilidades de sucesso foram honestamente exploradas por Portugal.

Na realidade e o que depois se passou veio provar que realmente as probabilidades eram ainda mais fracas do que anteriormente se pensava. Mas o povo português não se deve esquecer que o acordo de Alvor veio permitir, ponto os três movimentos em pé de igualdade para a governação de Angola, avaliar depois pela sua ação subsequente qual a sua capacidade real, político-administrativa, porque todos partiram exatamente nas mesmas condições.

DN — Podemos agora falar das consequências do acordo do Alvor. Recordo, por exemplo, alguns aspetos: o cessar-fogo não se fez, as eleições que se preconizaram não aconteceram, a Lei Fundamental não foi elaborada...

Rosa Coutinho — O cessar-fogo fez-se com as tropas portuguesas, não se fez foi entre os três movimentos. Em todo o caso, nos primeiros tempos fez-se qualquer coisa — os movimentos chegaram a coexistir. Simplesmente, e aí começaram a aparecer os antagonismos que foram impossíveis de ultrapassar: a FNLA (especialmente em Luanda) comportou-se muito mais como um movimento de ocupação do que de libertação. As terríveis violências que exerceu sobre a população de Luanda, numa desesperada tentativa de conquistar influência política por métodos que ultrapassavam até os do fascismo, quer dizer praticamente terroristas, mostraram aos olhos do povo de Luanda e aos olhos do mundo que quis ver, que realmente a FNLA era apenas uma forma de fascismo negro em Angola. Por sua vez, digamos, a incapacidade administrativa demonstrada pelos dirigentes da FNLA no Governo de Transição foi espantosa, e a essa incapacidade aliou-se uma nítida mostra de corrupção.

O povo português deve estar lembrado que só de uma vez um ministro do Governo de Transição — dr. Samuel Abrigada — se abotoou com 100 mil contos do estado de Angola. Isto sem falar das negociações ruinosas que os ministros da FNLA fizeram no exterior, especialmente em Inglaterra e Itália, também na África do Sul, negociações que não foram só ruinosas para a economia angolana mas que demonstraram um *parti pris* inconcebível contra o governo e o povo português. Em todas as negociações em que a FNLA interveio não houve qualquer desejo de aproximação com o comércio ou com a indústria portuguesa.

A FNLA mostrou, assim, que através de si a influência portuguesa seria totalmente varrida de Angola.

Relativamente à UNITA, devo dizer que, como de costume, se comportou muito moderadamente. De resto, a UNITA sempre procurou e conseguiu fazer o papel de menino bem-comportado, o que lhe valeu o apoio da maior parte da população portuguesa residente em Angola. Durante o Governo de Transição a UNITA não brilhou. Apagou-se, enfim, colaborou com a FNLA, mais vezes, com o MPLA algumas, mas nunca se demonstrou, digamos, com capacidade de movimento preponderante. Eu considero que a UNITA só revelou a sua verdadeira face quando, após as confrontações entre os três movimentos,

tomou conta naturalmente da zona do Huambo e especialmente da cidade de Nova Lisboa. O desmascaramento da UNITA, portanto a mostra da sua incapacidade político-administrativa, realizou-se muito mais tarde do que o da FNLA.

Entretanto, a FNLA, logo que chegou a Luanda, nos primeiros dias, mostrou uma tendência para a prepotência, para o saque e terrorismo que, aos olhos do povo, a desmascararam de imediato.

A atestar isto, recorde-se que a FNLA ao chegar a Luanda se instalou no melhor hotel da cidade — o Trópico —, que foi o seu quartel-general. Ao contrário, os outros movimentos, especialmente o MPLA, vivia em contacto direto com o povo e até de certo modo pobremente. Isso mostrou as intenções com que a FNLA entrava em Angola.

Subsídio do governo para colmatar limitações dos movimentos

A respeito da noção de diferenças de meios postos à disposição dos movimentos, há um aspeto que gostaria de frisar.

A FNLA aparece em Angola como um movimento largamente rico: primeiro subsidiado pelo Zaire, não sei se direta ou indiretamente como intermediário, segundo através das coletas extraordinárias e forçadas que fez aos colonos portugueses na zona do café, no Uíge. Nos princípios deste ano, as coletas já ultrapassavam os 150 mil contos. A UNITA beneficiou de uma certa proteção do capital português em Angola, especialmente das atividades económicas, que viam na UNITA um processo de sobrevivência através da instalação de uma sociedade burguesa, e que a subsidiaram dentro dos seus meios mas nunca com valores comparáveis aos de que a FNLA podia dispor.

O MPLA era um partido pobre. Vivia à custa de coletas dos seus simpatizantes e andava completamente de tanga...

Neste contexto, em dezembro de 1974, reconhecendo que o processo de descolonização e a independência de Angola poderiam vir a ser muito afetados pelas influências exteriores, e reconhecendo que os movimentos de libertação como movimentos políticos não poderiam sobreviver se não tivessem meios de subsistência, que não poderiam ser os das coletas consideradas impopulares, como chefe do governo de Angola, subsidiei os três movimentos por igual e concedi a partir daquela data (inclusive) uma verba mensal de 10 mil contos a cada um dos movimentos. A meu ver, isso permitir-lhes-ia fazer a sua

atuação política em Angola (evidentemente que não permitia fazer guerra, nem isso se pretendia) junto do povo angolano sem estenderem a mão ao estrangeiro, sem vender a independência nacional. Quero dizer que a propósito disto eu gostaria de ver um dia um sistema idêntico instituído em Portugal.

Acordos do Alvor — único documento jurídico válido para as negociações

Assim, a partir de dezembro de 1974, inclusive, cada um dos movimentos recebeu do governo de Angola, portanto, como contribuição do povo angolano, uma verba mensal de 10 mil contos. O primeiro a levantá-lo foi o MPLA. Lógico, porque era o que estava mais com “a corda na garganta”.

Nesta conformidade, no próprio dia em que saiu o despacho, um tanto inesperadamente, o MPLA foi levantar a sua verba às Finanças. Porém, só conseguiu levantar 6700 contos, que era a verba lá em existência. Apesar disso, não se importaram, pois estavam tão aflitos! E alguns dias depois receberam os 3300 contos restantes.

Mas, em certa imprensa portuguesa já foi publicada uma fotocópia desse levantamento efetuado pelo MPLA acusando-me de ter protegido especialmente o movimento com essa verba. A realidade é que já nesse mês o MPLA recebeu 10 mil contos e os outros dois movimentos também os receberam.

DN — Com a verificação sucessiva de que, na prática, o articulado dos Acordos do Alvor não era respeitado por movimentos de libertação, em setembro a Comissão Nacional de Descolonização viria a suspender a vigência desse acordo. Não obstante essa suspensão, o governo português tem afirmado reconhecer os Acordos do Alvor como único documento jurídico a partir do qual se deverão efetuar as negociações tendentes à independência. Como encara esta situação considerada paradoxal, incoerente e porventura até inconsequente, por vários setores de opinião pública?

Rosa Coutinho — É natural que o governo português se agarrasse ao único instrumento jurídico que tinha validade — o Acordo do Alvor.

Internacionalmente, Portugal viu-se na difícil situação de não poder fazer entre os três movimentos uma escolha que não seria lógica. Simplesmente, a opinião pública e os setores que observaram a evolução do Governo de Transição tiveram as mostras mais que necessárias para concluir que apenas o

MPLA revelou capacidade político-administrativa. A mim, isto não me admirou, já o conhecia anteriormente e sabia bem que o MPLA é o único movimento que tem cultura de base, que tem quadros culturais capazes de virem a fazer de Angola um verdadeiro país e não apenas uma quinta imperialista.

Nessas condições, a minha escolha pessoal, digamos, entre os movimentos, torneia-a clara. Simplesmente, era necessário que a atuação de cada um deles demonstrasse cabalmente, aos olhos do público e aos olhos do povo angolano, a sua capacidade.

Entretanto, vale a pena perguntar quantos portugueses (portugueses trabalhadores, não falo de mercenários, porque infelizmente também há disso) residem, ainda, nas áreas ocupadas pela FNLA ou pela UNITA. Na realidade, só naquelas que ficaram sob o *contôle* político e administrativo do MPLA é que a vida pode prosseguir e retomar o seu curso. E se não fossem estas invasões (que se podem considerar estrangeiras) que o território sofreu, pois os territórios sob domínio do MPLA, já estavam em plena recuperação da sua vida política, social e económica, o que não se passa em qualquer dos outros.

Uma fuga à coragem de optar

Mesmo assim, a posição do governo português é delicada. Delicada porque temos compromissos internacionais que assumimos pelo reconhecimento conferido na generalidade a todos os movimentos de libertação.

Mas é realmente ilusório tentar fazer reviver o espírito do Acordo do Alvor.

Por vezes, na política portuguesa, há uma tendência para tentar resolver os problemas de antagonismos partidários, ideológicos ou de interesses, aquilo a que se pode chamar uma política de caldeirada. Quase que tenho a impressão que esses setores serão capazes de dizer que o problema espanhol se resolve juntando à mesma mesa a convergência democrática e os falangistas, ou que o problema italiano, se é difícil, poderá ser facilmente resolvido juntando a Democracia Cristã, Partido Comunista Italiano, mais os socialistas, e fazer, enfim, uma base social de apoio tremendamente larga. Eu considero isso uma ingenuidade política muito grande ou uma fuga às responsabilidades, uma fuga à coragem de optar. Enfim os próprios ingleses considerariam absurdo que se lhes desse um conselho para resolverem o seu problema político (e aí seria fácil?) de uma coligação entre os Partidos Trabalhista e Conservador. É claro

que nessa altura teriam 99 por cento do eleitorado inglês em seu apoio, mas simplesmente eles sabem que num governo desses não se governa...

Assim, o que se está a tentar fazer com a reunião de três movimentos de libertação, completamente antagónicos não só sob o ponto de vista ideológico, mas, como digo, pelos interesses que representam, é uma salada que não dá resultado.

Estou convencido de que só através de uma leitura profunda do povo angolano, ele poderá encontrar os seus caminhos. E quando digo que confio que no futuro Angola será independente sob a égide do MPLA é porque as mostras de capacidade política e administrativa que este movimento já deu, em relação aos outros, me faz prever que, apesar da ingerência estrangeira, o futuro de Angola se encaminhará nesse sentido. Se não se encaminhar, será uma tristeza, porque Angola será dominada por um regime que não terá o acordo do seu próprio povo.

DN — Dada a agudização da situação, a OUA enviou a Angola uma comissão de conciliação com o objetivo de unir ou apaziguar as relações dos movimentos. O que pensa do relatório publicado?

Rosa Coutinho — Considero essa atitude lógica. Digamos que o problema afeta profundamente a OUA, mas esta organização também tem países representativos de muitos interesses. Assim, que humanamente essa atitude pode ser caracterizada pelo desejo de conciliação a todo o transe, desejo justo mas irrealista, e que não representa, ao fim e ao cabo, mais do que uma maneira airosa de lavar as mãos como Pôncio Pilatos. A seguirem-se esses conselhos, que de resto estão de acordo com a posição do governo português, pois Angola terá um governo para durar muito pouco tempo. Mas, na realidade, a OUA lavou as suas mãos e poderá depois dizer que o que se passar em Angola após a independência não é da sua competência.

DN — Se os movimentos não chegarem a acordo, Portugal não saberá a quem entregar os destinos de Angola. Esta foi uma ideia, ultimamente, muito generalizada por parte das autoridades portuguesas, dando azo a que em alguns setores se comentasse uma possível internacionalização do conflito e as conseqüentes ingerências externas. Que pensa o sr. almirante do problema?

Rosa Coutinho — Bem, depois da independência tem de se deixar de falar em movimentos, pois estes passam a ser forças políticas. Portanto, a partir de amanhã, passarão a ser forças políticas internas e muito naturalmente, como

em qualquer país, as forças políticas hão de evoluir de maneira a criar para Angola um verdadeiro governo.

O governo à data da independência tem um significado. Mas se for feito contra a vontade do povo, não é um governo popular. Agora, enfim, quanto à posição do MPLA no problema, pois, eu considero que coerentemente com os princípios da revolução portuguesa, o MPLA foi o único que demonstrou a capacidade para os levar a cabo dentro do território angolano. Claro que esta posição reflete uma posição externa, uma opinião pessoal, pois é evidente que será o próprio povo angolano que terá de resolver os seus problemas e encontrar o governo que mais lhe convenha. Simplesmente eu gostaria que essa solução e encontro fosse resolvido sem influências externas, e atualmente o que se verifica é uma tentativa muito séria, despudorada até, de o imperialismo reconquistar as suas posições em Angola, a ponto de ter havido uma descarada invasão pela fronteira sul. Esta invasão, feita em nome da FNLA e da UNITA com mercenários, com apoio logístico e até de material de guerra, que entrou pela fronteira da Namíbia, vem desmascarar mais uma vez os interesses que estão por detrás da FNLA e da UNITA. Para mim, e principalmente para toda a África, é muito estranho ver movimentos de libertação ou que se designam como tal apoiados pela África do Sul...

A solidariedade do MPLA

DN — Várias organizações políticas, nacionais e estrangeiras, já afirmaram o seu público e inequívoco apoio ao MPLA, reconhecendo-o com único movimento de libertação. Igual atitude de solidariedade foi já manifestada por vários países do mundo, que afirmam Angola independente, sim, apenas com o MPLA.

Como encara estas movimentações de apoio?

Rosa Coutinho — Bom, é um facto. Eu tenho conhecimento dessas movimentações de solidariedade, não só pelas notícias dos jornais, mas porque assisti à Conferência dos Países Não Alinhados, em Lima. Ali verifiquei que, realmente, a solidariedade dos países progressistas, a solidariedade dos países que pretendem conquistar para si próprios uma verdadeira independência nacional se encaminha toda para o MPLA. E aqui há um facto notável: enquanto países de todas as naturezas (e é absurdo considerar que o MPLA só é apoiado pelos países socialistas), visto que países como a Suécia e a Holanda, não

falando já nos países sul-americanos, o reconhecem como único movimento, não há um único país, à exceção do Zaire, que apoie unicamente um dos outros movimentos. Não há nem governos nem forças políticas que tenham tido até agora a coragem de afirmar que para eles a FNLA ou a UNITA são os únicos representantes do povo angolano. Isto significa que embora essas forças políticas, ou esses países, auxiliem a FNLA ou a UNITA, fazem-no encobertamente e têm receio da reprovação da opinião pública internacional.

Das influências estrangeiras ao processo português e à questão de Angola

DN — Pensa que o governo português tem sido sujeito a pressões internacionais de modo a orientar a descolonização de Angola por uma ou outra via agradável a essas forças? Como e porquê?

Rosa Coutinho — Creio que sim. E até já disse que muitas das pressões exercidas sobre o governo português por forças exteriores, e todos nós estamos conscientes delas, representam o caso clássico de namorar a mãe para casar com a filha, e a filha é Angola. É evidente que estas forças atuam sempre de forma encoberta, pois temem a reprovação da opinião pública dos seus próprios países e da opinião pública internacional. Mas os factos são mais do que evidentes para provar que elas existem e Portugal tem sofrido com isso.

DN — Até que ponto considera que uma efetiva descolonização de Angola pode contribuir para a estabilização da situação política em Portugal? Como e em que medida?

Rosa Coutinho — A influência de uma Angola progressista no seio africano, aliada natural de Moçambique, da Guiné, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, é evidente que poderá vir a ter um significado profundo na evolução da própria sociedade portuguesa. Mas, como nós não sabemos o que vai suceder a Angola, embora eu fundadamente tenha esperanças numa evolução correta, pois não lhe posso fazer previsões para o futuro... O certo é que todo o processo de descolonização afetou marcadamente aquilo a que eu chamo a primeira fase da revolução portuguesa e que está agora a terminar. Penso mesmo que já se iniciou a segunda, porque a partir de agora a revolução portuguesa pode já ter muito pouca influência no processo de descolonização, claro. Angola já é adulta embora só amanhã se reconheça a sua independência,

pelo que agora se desviarão para lá algumas atenções de onde sempre estiveram.

Agora considero completamente incoerente, sob o ponto de vista revolucionário, e isso tenho de o dizer, saber-se que em Angola grandes capitalistas portugueses como Manuel Vinhas, António Champalimaud, Barão da Veiga e vários outros, continuam a lutar através da FNLA para continuarem com os seus interesses em Angola, que aqui em Portugal essa gente seja considerada como inimiga da revolução e não seja considerada inimiga da revolução angolana.

DN — Alguns países africanos, nomeadamente os de língua portuguesa, com especial relevo para Moçambique, pela voz de Samora Machel, têm vindo a condenar as atitudes de Portugal em relação a Angola, afirmando que apenas reconhecerão o MPLA como único movimento para assumir os destinos do país. No caso de Portugal assumir atitudes diferentes, pensa que as relações entre Portugal, a África, o Terceiro Mundo e os países de expressão portuguesa poderão vir a ser prejudicadas?

Rosa Coutinho — É evidente que pode haver problemas nesse sentido, mas devo dizer que considero o assunto sob o seguinte prisma: esses países tais como Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe são países jovens e revolucionários. Em relação à sua diferença de atitude para com possíveis resoluções do governo português, eu comparo-as a atitudes de jovens idealistas, não comprometidos, nas naturais críticas que fazem a um país mais velho e já de certo modo aburguesado...

Um balanço

DN — Gostaria agora de lhe solicitar se pronunciasse relativamente ao processo de descolonização, tendo em conta a relação de tudo o que se fez e o problema de Angola.

Rosa Coutinho — A descolonização portuguesa não foi evidentemente igual para todos os territórios das antigas colónias visto, naturalmente, ter de depender das condições políticas, principalmente, e até de outras existentes em cada um dos territórios. A descolonização não podia ser feita, digamos, como um espelho — plano fixo — que não servia para nenhum nem para todos.

Entretanto, há que vincar que ela foi feita, em todos os territórios, de acordo com o mesmo princípio de honestidade e coerência revolucionária. Se em

alguns casos, tal como em Angola, ou em Timor, esses princípios portugueses não obtiveram o mesmo resultado, essa falta se deve, essencialmente, à influência estrangeira que através de uma tentativa de recuperação de posições imperialistas dificultou essa descolonização.

Os retornados

DN — Como consequência do processo de descolonização aconteceu aquele fenómeno social que se considerou chamar de retornado. O êxodo de milhares de pessoas que se deslocaram de Angola para Portugal veio colocar ao país problemas graves de vária ordem. Que pensa o sr. almirante sobre este problema?

Rosa Coutinho — O problema dos nacionais emigrados nas antigas colónias portuguesas ou aí radicados e que regressam a Portugal é um problema com muitos aspetos, mas dos quais é de vincar o aspeto humano.

Foram naturalmente vítimas do processo colonialista em que eram intervenientes, na maior parte das vezes de uma forma inconsciente, visto que eu não os considero colonialistas mas intermediários do colonialismo.

Na natural evolução para novas sociedades criadas nesses países independentes houve alguns que não se adaptaram, outros que têm medo de não se adaptar, e muitos até que apenas regressaram a Portugal por razões de segurança, em virtude de, principalmente em Angola, o processo de descolonização não se ter realizado por via inteiramente pacífica.

Lamento-o.

São vítimas infelizes de acontecimentos históricos que Portugal não foi totalmente capaz de controlar e, como disse, principalmente pela interferência estrangeira.

Têm de ser recebidos como filhos de Portugal, têm de ser integrados na sociedade portuguesa todos aqueles que cá quiserem ficar, porque eu estou convencido de que, logo que Angola regresse a uma situação de paz e tranquilidade, a maior parte deles, já ligados a Angola por laços tremendamente afetivos, regressarão àquele país e se tornarão angolanos de direito e de facto. Há que esperar pelo menos mais dois ou três meses para que o problema se atenuie.

Agora o que lamento é que certas forças políticas se tenham aproveitado do natural descontentamento desses infelizes, vítimas de circunstâncias para

que pouco contribuíram, para, através deles, exercerem ações contrarrevolucionárias em Portugal. Ações essas para as quais são instrumentadas sem terem a menor noção do que estão a fazer.

A esse respeito reprovo também profundamente a tentativa que tem sido feita de vir a considerar em mim mesmo o abcesso de fixação de descontentamento dos retornados de Angola, atribuindo-me até culpas por uma administração posterior àquela que exerci.

Quando saí de Angola deixei o país em paz, próspero e até rico. Não tenho culpa nenhuma dos desmandos e das poucas vergonhas que em Angola se fizeram depois da minha saída.

A esse respeito queria até denunciar a atitude de certos órgãos de imprensa que se têm portado nessa especulação de uma forma que considero cobarde e vil.

Aponto como exemplo um artigo publicado no jornal *Tempo*, sob o título “Heróis do mar, nobre povo”, que é ilustrado por duas fotografias de massacres que a FNLA fez em Luanda, no período de abril, durante o Governo de Transição. Massacres de que foi vítima o povo angolano e principalmente os adeptos do MPLA, e agora são apresentados nesse artigo como ilustrativos das atrocidades do MPLA, acusando-me da minha simpatia por esse movimento.

A independência

DN — Angola vai, amanhã, ser independente. Que futuro prevê para esta nova pátria que vai nascer?

Rosa Coutinho — Angola vai adquirir a sua independência às zero horas de amanhã, mas em vez da grande festa nacional que era lícito esperar para um grande povo e um grande país que ascende à independência, vai atingir esse estádio com nuvens no horizonte.

Por aquilo que conheço do povo angolano, pela capacidade que ele demonstrou nos últimos meses, em que teve de suportar muita adversidade, pelo seu amor a uma verdadeira independência, pelo seu desejo de uma verdadeira liberdade e de condução dos destinos do seu próprio país, eu espero que após uma luta de libertação nacional, que o angolano vai ter de travar, já não contra o colonialismo português, mas contra um invasor estrangeiro, defensor de interesses imperialistas, o povo angolano seja capaz de varrer esses invasores do

seu território e conquistar a dignidade, a justiça e a liberdade a que tem direito e que o MPLA sempre tem defendido.

Expresso, 12 de novembro de 1975, p. 11

11 de Novembro

Como será Angola daqui a seis meses?

Angola é, deste ontem, um país independente. Se a independência de Angola era uma necessidade e uma evidência, o modo como se processou levanta comentários e análises divergentes.

Há quem considere caber a Portugal uma parte da responsabilidade do clima de guerra civil e de pré-balkanização que hoje se vive.

Por outro lado, o futuro de Angola, a paz em Angola interessam diretamente muitíssimas pessoas, algumas com interesses divergentes, pelo que procuram e esperam diversas formas de paz.

É neste contexto de grande incerteza, por ser também de grande empenhamento de interesses diversíssimos, que dirigimos a pessoas representando diferentes setores de opinião a seguinte pergunta: Como imagina Angola daqui a seis meses?

F. Wilson Santos* (UNITA):

Ou o MPLA muda ou um dos contendores será eliminado

É extremamente difícil, conhecida a realidade da descolonização africana, prever o que será Angola dentro de seis meses.

Angola deve ser, sobretudo, aquilo que o povo angolano quer que ela seja. É este o espírito que a UNITA defende desde a sua criação. É também esta a intenção geral dos acordos do Alvor.

Entretanto, a luta pelo poder, manifesta desde sempre e que não é a ajuda simplesmente desinteressada que as paga. [sic] Condenamos desde a nossa formação introduzir cada vez mais os interesses externos em Angola. É assim que assistimos hoje a um nítido atropelo da vontade do povo, manifestada repetidas vezes. Em vez de eleições, assistimos à violência da guerra.

* [Nota do jornal] Membro do Bureau Político e do Comité Central.

As armas utilizadas nesta guerra são de tal maneira sofisticadas que uma vez mais as questões da influência, sobre a África Austral, do mercado internacional de armamento, da luta ideológica no plano mundial estão presentes no teatro político-militar angolano.

Apesar da personalidade política de cada um dos movimentos de libertação, apesar da vontade dos patriotas angolanos de pôr fim à guerra, avançou-se demasiado. A UNITA pensa, sobretudo, que o MPLA foi demasiado longe nos seus intentos. O MPLA esqueceu-se que a guerra só interessa ao exterior que aposta nas “corridas de cavalos”. A União Soviética, que alimentou esta guerra, tem motivos particulares e particularmente errados para a fazer continuar. É por isso que, em atitude de autêntico insulto à África, e em jeito de pura chantagem, o Kremlin enviou ao presidente da OUA a já famosa nota sobre o reconhecimento do governo formado unilateralmente pelo MPLA no dia 11 de Novembro, quaisquer que fossem os resultados da conferência de Kampala. Isto a UNITA considera uma verdadeira demonstração de IMPERIALISMO, pois a União Soviética, com esta atitude ultrapassou o próprio MPLA, que neste momento, apesar das derrotas contínuas e fulgurantes, age como verdadeiro joguete dos interesses externos.

Enquanto continuarem a existir atitudes de ingerência tão flagrante, a UNITA julga que a guerra prosseguirá, muito provavelmente, dentro de seis meses, até que se deixe o povo angolano escolher os seus amigos e os seus inimigos.

Não é muito realista pensar-se na paz em Angola sem um entendimento entre os três movimentos de libertação.

Para daqui a seis meses põe-se-nos, a nós, angolanos, duas alternativas:

ou a direção atual do MPLA terá mudado e as suas decisões serão mais realistas; poderíamos então falar em termos de outros governos provisórios que preparariam os instrumentos democráticos da governação em Angola;

ou a guerra prosseguirá até à eliminação de um dos contendores, o que não quer dizer que não continuasse a luta pelo poder ou pela sobrevivência.

Angola será, no entanto, daqui a seis meses, um desafio — o mesmo que se lançou no Alvor — entre a possibilidade da instauração dum regime pluripartidário e a realidade do que é o continente africano hoje: existência, na prática, do “governo do partido”.

Fernando Piteira Santos*:

Ou o MPLA ganha ou é Angola que perde

O exercício de “futurologia”, aliás, a curto prazo, que o *Expresso* propõe é, a um tempo, provocatório e cândido. Sem me furtar à evidência deverei evitar a resposta fácil: um Vietname. Porque a evidência hoje é a guerra que, no espaço angolano, não só acentuará as clivagens político-ideológicas como ateará as rivalidades entre etnias. E a verdade impõe-nos que avancemos na leitura dos factos e dos discursos com algum rigor: a guerra é já hoje e será nestes seis meses a continuação militar de uma política. (Não esqueçamos aqui e agora mestre Clausewitz). A política imperialista em relação ao território angolano — a esse espaço colonial que os portugueses ofereceram aos movimentos de libertação como quadro nacional —, caracterizou-se nestes três derradeiros lustros como manipulação divisionista e intriga neocolonialista: na iminência da “independência” converteu-se em agressão militar a partir das fronteiras do Congo-Kinshasa, a partir das fronteiras da Namíbia sob dominação da República da África do Sul. Estas favoráveis, ou pelo menos complacentes, à atividade ofensiva de fascistas colonialistas portugueses desejosos de em Angola ferir pela retaguarda a “revolução portuguesa”.

A agressão imperialista adotou, vem adotando, o disfarce de ajuda a um ou ao outro ou a ambos dos movimentos que se apresentam como rivais do MPLA.

Mas, na realidade, esta Angola que é uma riquíssima reserva de matérias-primas e um mundo de potencialidades económicas, é objeto da cobiça do capitalismo internacional. Por ele nos afundámos numa guerra injusta. Por ele nos diminuámos numa descolonização sem perspectivas, sem responsabilidade histórica.

Porque o mesmo que podíamos pedir aos responsáveis da política portuguesa de descolonização era que tivéssemos tido em conta os superiores interesses de Portugal, os verídicos objetivos da “revolução portuguesa”, as

* [Nota do jornal] Fernando Piteira Santos, 57 anos, formado em História e Filosofia. Longamente exilado na Argélia, lidou de perto com os problemas das colónias. Conheceu Agostinho Neto na Cadeia do Aljube. Tem vários trabalhos publicados sobre problemas coloniais. Foi diretor-geral da Cultura Popular no I Governo Provisório. Atualmente é professor de História na Faculdade de Letras [de Lisboa], diretor dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa e dirige um seminário sobre problemas de descolonização.

legítimas aspirações do “povo angolano”. E na enganosa caminhada que conduziu a Alvor, deixámos aberta a brecha para a guerra, para a destruição da nação que tínhamos desenhado a compasso e esquadro na carne escrava da África negra e, o que é mais grave, para o Vietname em África.

Que se vai passar nestes seis meses? Enquanto a maioria das nações, e certamente todas as vinculadas à política de agressão, de rapina e de chantagem do imperialismo vão reconhecer de direito o poder de facto do MPLA, Portugal vai enleiar-se numa quadratura de círculo diplomática para corresponder à mitologia de Alvor e às indiscretas e discretas pressões internacionais: à ilusão desse Alvor, de papel e tinta azul, cujas assinaturas foram riscadas pelo processo histórico concreto da descolonização de Angola.

Nos futuros seis meses de guerra — que não soubemos ou não quisemos evitar —, o MPLA ganhará ou perderá Angola.

A sua vitória será uma vitória para a “revolução portuguesa”; a sua derrota será uma derrota para todo o “povo português”. E a hipótese de um Vietname em África não vem responder ao apelo exaltado, e exaltante, de Ernesto Che Guevara, mas será, nesta conjuntura história, a réplica ofensiva da estratégia imperialista.

Nesta “diferença” — que não é uma evasiva *nuance* —, abre-se o abismo em que já se suicidaram os diplomatas e no qual se poderão precipitar os “futurólogos”. Mas se nos convidam à aposta no futuro, daqui, e fraternalmente — sem ignorar as ciladas e os perigos — saúdo o presidente camarada Agostinho Neto.

Keith Middlemas*:

Uma curta guerra e a derrota do MPLA

A minha preocupação é sombria — e desejava que fosse diferente.

* [Nota do jornal] Keith Middlemas: 40 anos, historiador e cientista político; professor da Universidade de Sussex, em Inglaterra. Tem um trabalho sobre os aspetos políticos do projeto de Cabora Bassa, alargado à história da FRELIMO e independência de Moçambique. Fez inúmeras viagens a África e conhece duma maneira geral todos os problemas ligados com a África do Sul. *Cabora Bassa e a política Sul-Africana* foi publicado em Londres em julho de 1975.

Creio que uma guerra civil em termos mais profundos do que até agora será inevitável. O resultado deve, de qualquer forma, ser assegurado em termos militares antes de termos políticos. E porquê?

Primeiro, estou absolutamente convicto de que não poderá haver um acordo profundo entre os três movimentos, tal como são agora, pelas suas diferenças ideológicas, étnicas, culturais e até geográficas.

Segundo, a incapacidade das forças externas — Portugal e OUA — para imporem uma solução política, tal como já foi demonstrado. Ninguém acredita que um “acordo” feito neste momento possa durar mais que uma semana.

Terceiro, se a FNLA e a UNITA sobreviverem terão que discutir as pretensões do MPLA a um poder legítimo e o reconhecimento do MPLA por 80 países de África e do bloco oriental. A falta do reconhecimento dos governos ocidentais que estarão sob pressão dos seus elementos mais “progressistas”, a FNLA e a UNITA só poderão fazer pela força das armas [sic].

Não posso concordar que Angola possa vir a ser um outro Vietname — as condições são demasiado diferentes. Em África, a capacidade dos poderes exteriores para uma intervenção direta é muito menor do que no Sudeste Asiático — a não ser que pretendam envolver-se diretamente na luta, tal como na guerra civil de Espanha, o que não é provável.

Os efetivos dos três exércitos em Angola são reduzidos e assim continuarão nos próximos meses, no que se refere a homens treinados. Nenhum se poderá comparar aos efetivos da FRELIMO que em 1974 possuía 15 000. Pequenos exércitos disputarão, pois, largas extensões de terra. Daí virão duas consequências: a quantidade de armas será menos importante que na maior parte das guerras civis e grande força será dada aos chefes militares e ao auxílio da população.

No entanto, muitas armas estão a ser enviadas para lá mas não poderão alterar a limitada capacidade de cada movimento em utilizá-las. Armas russas, americanas, chinesas ou sul-africanas podem ajudar a moralização dos exércitos, mas não poderão por si só dar a vitória. Veja-se o resultado da guerra israelita de 1967: é significativo, e muito material bélico, quer do Leste quer do Ocidente, está destinado a apodrecer.

No que se refere à chefia, devemos lembrar-nos de que enquanto a FRELIMO ganhou verdadeiramente frente aos portugueses, em 1973/74, em Angola a FNLA e o MPLA tiveram que retirar, exceto em certas áreas marginais.

Só a UNITA tem a história de guerra dentro do território, e o carismático comando de Jonas Savimbi deixa antever que ele poderá ter a capacidade (que aparentemente falta a Holden Roberto) de inspirar um exército popular. Parece que a UNITA e a FNLA são ambas apoiadas por brancos, mercenários voluntários ou portugueses que ficaram em Angola ou na África do Sul. O rápido avanço das colunas motorizadas vindas do Sul para capturar Benguela e Lobito mostra como um suporte desses poderá ajudar uma guerra localizada. Apesar da destruição das pontes, Luanda continua a ser uma cidade aberta e poderá ser capturada num mês se FNLA e UNITA colaborarem em conjunto, o que poderá acontecer depois de 11 de Novembro, sob pressão exterior, de maneira a destruir completamente o MPLA.

Finalmente, o ponto de partida. Só a guerra poderá mostrar se o MPLA teve tempo para mobilizar as energias da população urbana e rural que controla. E tendo em conta que para esse trabalho a FRELIMO precisou de 10 anos, eu duvido. Por outro lado, a FNLA tem uma segura base tribal no Norte e a UNITA é claramente apoiada pelas populações do Sul e do Planalto Central. O setor do MPLA está exposto em ambos os lados e não pode facilmente ser abastecido por mar se as suas comunicações internas forem destruídas por grupos atacantes móveis. (O enclave de Cabinda é um outro assunto, a ser resolvido separadamente.)

É nesta base que eu prevejo uma curta guerra, que acabará com a derrota militar e o exílio do MPLA, enquanto a batalha política no interior de Angola continua. Resultado final? Há três possibilidades: continuação da guerra entre os dois grupos sobreviventes; harmonia, baseada numa necessidade comum de vigilância contra o MPLA; divisão de Angola em dois estados (tal como o Congo) ou uma federação, com Luanda, segundo palavras de Savimbi, como “capital neutral”. Nesta altura a influência das forças externas aumentará sensivelmente.

Os EUA, a África do Sul, a Europa Ocidental, a China, o Zaire e a Zâmbia, e é claro as companhias multinacionais, cujos interesses se situam em Angola tudo estão dispostas a fazer para evitar a continuação da guerra, mesmo que o preço seja a divisão de Angola. Estará a Rússia, atendendo ao interesse duma estratégia mundial, disposta a aceitar esse resultado? Se estiver, a ajuda concedida ao MPLA terminará rapidamente e claro que as outras 79 nações aceitarão o *fait accompli*. Então os refugiados poderão regressar...

Aguinaldo Jaime* (MPLA):

O povo angolano continuará a guerra porque ama a paz real

Dada a natureza contraditória das forças políticas em presença no espaço político angolano, torna-se particularmente difícil dizer algo sobre o que poderá ser a situação daqui a seis meses, isto é, qual será a evolução do problema política angolano a curto prazo. A longo prazo, saberemos que o povo angolano libertar-se-á do jugo imperialista como se libertarão todos os povos do mundo sujeitos à dominação. Mas supomos que nos próximos tempos as coordenadas que definem a atual situação permanecerão inalteradas: por um lado a agressão imperialista através dos agentes internos e externos, e por outro a resistência popular generalizada, guiada pelo MPLA. Resulta do que dissemos que após o 11 de Novembro a guerra irá prosseguir.

Qualquer que seja a solução que se encontre para o 11 de Novembro a guerra continuará necessariamente. Não há que falar de união, em encontrar-se uma plataforma de entendimento por forma a resolver-se o problema angolano em paz e harmonia. Supomos que já era tempo de os que sustentam esta conceção se interrogarem do porquê da rutura de todos os acordos, antes e após o 25 de Abril, entre os movimentos. Todas as tentativas de entendimento entre o MPLA e a FNLA antes do 25 de Abril, redundaram em completo fracasso. Após o 25 de Abril, e agora com a presença da UNITA, o panorama não se alterou, com as experiências de Mombaça, Alvor e Nakuru. Tentar esclarecer o facto através de explicações simplistas como “ambição de poder”, “desentendimentos”, é quanto a nós escamotear o problema, não o considerando na sua verdadeira profundidade. Existem possibilidades mínimas de entendimento entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. Há pontos em que os movimentos estarão possivelmente de acordo: a integridade territorial de Angola, a saída das tropas portuguesas após o 11 de Novembro, e a manutenção desta data como sendo a da constituição de Angola como estado soberano. Mas a questão de fundo — e a nosso ver ela tem sido a determinante de todo o processo — é o antagonismo que existe entre a linha política do MPLA e a da UPA/ FNLA/UNITA. Estes querem neocolonizar Angola. Veiculando os interesses imperialistas. E o MPLA pretende pôr termo às estruturas capitalistas,

* [Nota do jornal] Membro do Órgão Coordenador do MPLA para a Europa.

pretende banir o antagonismo de classe que é a essência do regime de exploração do homem pelo homem. Por isso a guerra irá prosseguir e com maior crueza. Porque o imperialismo não irá desistir dos seus intentos. (Angola tem demasiados recursos naturais e uma localização geoestratégica demasiado importante), [sic] nem o MPLA, vanguarda revolucionária do povo angolano irá renunciar aos objetivos por que se bate, de armas nas mãos há 14 anos (acabar com a pilhagem das riquezas naturais e humanas de Angola). [sic]

Fala-se muito em paz. O povo angolano tem já uma amarga experiência do que significa uma “paz” com a UNITA e a FNLA na cena política. Os massacres perpetrados por estas duas organizações terroristas, compostas na sua maioria por mercenários (referimo-nos aos que lutam a troco de dólares), demonstram que tipo de “paz” haveria em Angola. Por isso o povo angolano vai continuar a guerra. Uma guerra que lhe foi imposta pelo imperialismo; porque o imperialismo é a guerra e os seus objetivos, porque são os de uma minoria exploradora, só podem ter efetivação prática através da violência reacionária. O povo angolano vai continuar a guerra porque ama a paz real.

No atual contexto angolano a balcanização do território é um facto. No Norte (Uíge e Zaire) impera o terror fascista de Mobutu e seus lacaios — FNLA, ELP, MDLP — e no Sul assiste-se à invasão pela África do Sul, ELP, MDLP, FNLA/UNITA. A partir das suas “zonas de influência” (militar, note-se), o imperialismo irá desencadear nos próximos tempos violentas operações, tendentes a ocupar as zonas libertadas do solo angolano ou pelo menos a obter da parte do povo angolano e sua vanguarda concessões políticas.

Nesta nossa brevíssima análise, não abordaremos a situação no seu todo. Não vamos focar as consequências económicas emergentes da guerra e da balcanização do território. Quisemos, e tão-somente, focar alguns aspetos políticos do problema angolano. Porque é grande a confusão sobre a situação em Angola, acerca dos acordos efetivados e da fase histórica em que eles ocorreram.

Queremos ainda responsabilizar o governo português e o exército português que, fiéis à sua pretensa “neutralidade ativa” foram os responsáveis pelo genocídio de milhares de angolanos e de portugueses, abandonados à sua sorte perante a fúria fascista da FNLA/UNITA, pelo exército português. Este é o direto responsável pela secessão que hoje se verifica em Angola. A pseudonão-ingerência nos assuntos de Angola (a não ingerência é uma posição que nós

sempre defendemos) escondeu apenas a promoção dos fantoches da UPA/FNLA e UNITA, veículos dos interesses imperialistas. E neste momento Alvor é apenas o disfarce político-jurídico das pretensões neocolonialistas do imperialismo que pressiona os seus aliados, campo onde incluímos o governo português. Aliás já não tinham sido denunciados (por Portugal) os referidos acordos, face à sua violação sistemática pelos fascistas da UPA/FNLA/ UNITA?

Vieira de Almeida*:

Um imediato difícil mas a vitória do povo no fim

Pedem-me para escrever algumas palavras sobre o que julgo poder ser a evolução dos acontecimentos em Angola num futuro próximo.

Trata-se como é óbvio de uma tarefa impossível, e por isso limitar-me-ei a procurar enquadrar as condições em que o povo de Angola terá de lutar pela sua libertação.

Em primeiro lugar, a questão angolana insere-se hoje num contexto internacional e regional extremamente complexo e contraditório e em que aquele país virá a desempenhar um papel fundamental, pelas repercussões que as suas opções políticas inevitavelmente trarão para África e para o Terceiro Mundo.

A agudização da crise e a velocidade com que se processou nos últimos meses mostram claramente a determinação com que os blocos ou potências mundiais estão dispostos a prosseguir os seus objetivos estratégicos, que nada têm a ver com os reais interesses do povo de Angola. Este não só não poderá ser afastado como terá de constituir o motor de uma verdadeira política de independência nacional, que implicará, para além de uma direção correta do processo no plano da mobilização popular, uma orientação firme ao nível do estabelecimento de um programa de independência económica. Sob este prisma, a necessidade de uma aliança entre todas as forças nacionalistas

* [Nota do jornal] Vasco Vieira de Almeida, formado em Direito e em Ciências Político-Económicas. Entrou para o BPA em 1959, feito administrador em 1970, sendo em 1973 nomeado presidente do Crédito Predial Português. Foi também administrador da SACOR em 1971/73. Foi ministro da Coordenação Económica do I Governo Provisório, embaixador itinerante no III Governo Provisório, ministro da Economia do Governo de Transição de Angola. Atualmente exerce a advocacia e é presidente da Comissão Portuguesa para as negociações com o Mercado Comum. Trabalhos publicados: *O Financiamento do Comércio Externo*, *Perspectivas da Economia Portuguesa*, *As Relações Económicas Luso-Italianas*, *Plano Económico de Angola*.

aparece como evidente e ela tem de sobrepor-se à tentação de conduzir a luta na base de receitas de carácter ideológico.

Em segundo lugar, manter-se-á o facto da instabilidade e desequilíbrio endémicos, característico, não só do colonialismo em si, mas também do processo de descolonização, até agora conduzido por Portugal, e daqui em diante assumido pelo povo de Angola.

Este aspeto é de extrema importância porque essa batalha terá de ser travada em diversas frentes. Como notou Albert Memmi, a liquidação do colonialismo é, para o colonizado, apenas um prelúdio da sua completa libertação, da redescoberta da sua própria identidade. Para que tal objetivo seja atingido, o colonizado deve sacudir as condições mesmas em que teve de travar a sua luta. O nacionalismo, que surge de início como um dos instrumentos indispensáveis do combate, não pode manter-se como critério primordial de ação, sob pena de poder vir a justificar novas formas de opressão interna. Será necessário dar ao indivíduo meios para destruir todos os processos de alienação criadores de meios de submissão ou dependência.

Quer isto dizer que, necessariamente, o fim do colonialismo e a prevenção do neocolonialismo passam pela ultrapassagem do estado de revolta para o da revolução.

É precisamente neste ponto fulcral que se centram, não só as divergências entre os movimentos de libertação, mas ainda entre as atitudes diversas dos países estrangeiros interessados no processo.

A vida em Angola vai ser marcada pelo choque frontal entre os que lutam pelo fim das sujeições de tipo tribal ou étnico, pela anulação das oposições de raiz religiosa ou regional, pela recuperação de uma identidade própria, e aqueles para quem o fim do domínio colonial representa apenas a reintegração, agora em novos moldes e sob a direção de uma nova classe dirigente automeada, em esquemas político-económicos pré-estabelecidos.

O conjunto de circunstâncias mencionado faz com que não seja possível definir o futuro de Angola aplicando métodos de análise e categorias europeias. Nem sequer poderemos procurar características comuns a outros territórios pelo facto de a potência colonizadora ter sido a mesma. A experiência angolana nada terá a ver, a breve prazo, com a evolução de Moçambique ou

da Guiné, exceto no ponto em que todas elas se traduzirão em formas próprias de combate ao imperialismo.

E aqui qualquer análise estática é ineficaz, porque justamente o que caracteriza a situação atual é a mobilidade de resposta do imperialismo perante as lutas de libertação nacional. Como notou Samir Amin, pensa-se muitas vezes que os problemas de transição seriam próprios apenas de zonas periféricas do sistema capitalista, mas o facto é que hoje eles atingem também o centro.

Temos assim que a problemática da transição afetará quer a evolução futura de Angola quer a dos países vizinhos, que virão a influenciar direta ou indiretamente o seu futuro. O resultado deste embate que, na expressão de Gramsci, é uma guerra de posições e não de movimento, trará um ponto de equilíbrio, imprevisível para já.

Parece portanto inevitável o alargamento da guerra em Angola, agora com participação de forças estrangeiras, e com a consequente balcanização do território. A evolução não será por isso a mesma em todas as regiões do país, impondo o recurso a apoios externos diferentes, cada vez mais intensos, como forma de garantir a margem de superioridade que permita a vitória no plano militar de um dos grupos em presença.

A necessidade de autossuficiência, ou melhor, de erguer estruturas económicas com um mínimo de coerência interna, forçará ao lançamento de uma economia de guerra que, dada a carência de quadros e dada a rutura completa dos mecanismos de produção e distribuição, levará a uma maior dependência de auxílio estrangeiro, com a necessidade concomitante de reduzir o preço político por que ele terá de ser pago.

Esta nova guerra de independência, certamente mais feroz do que a primeira e, quem sabe, provavelmente tão longa como ela, criará também novas condições de vida e não poderá deixar de levar a uma radicalização e modificação profunda das forças antagónicas, contribuindo para que venham a ser completamente impossíveis quaisquer situações de compromisso... (E isto independentemente de eventuais alianças táticas que possam vir a concretizar-se.)

Dois aspetos me parece importante salientar sob este ponto de vista: o primeiro resulta da já hoje inevitável destruição, em termos operacionais, da economia angolana tal como existia. O segundo é o facto de não parecer viável

nem realista supor que no novo país voltem a existir condições para o regresso de uma parte substancial dos portugueses que lá viviam.

A destruição da economia vai fazer desaparecer ou reorientar o pequeno proletariado urbano existente e significará a mudança da situação da miniburguesia ligada ao setor dos serviços e do funcionalismo, embora a evolução não se processe da mesma forma nas áreas onde se tentem experiências autónomas de carácter revolucionário e aquelas onde predominem fórmulas de ligação ao sistema económico ocidental.

É preciso não esquecer que, vivendo 80% da população fora da economia de mercado, o desaparecimento das estruturas atuais será certamente de efeito limitado e poderá significar no espírito de alguns dirigentes a possibilidade — sobretudo nesta fase de nacionalismo intenso — de tudo reconstruir de novo.

Quanto ao regresso dos portugueses — e independentemente das declarações, mesmo as sinceras, de *leaders* angolanos —, não se vê bem como será possível reinserir, do seu ponto de vista, uma vasta colónia estrangeira, com poder económico e maior preparação profissional, no quadro que acabei de traçar. Creio que tal poderia ter-se conseguido, ao menos em parte, se não fosse a tremenda acumulação de erros e a grave incompreensão por parte das autoridades portuguesas no processo de descolonização.

É daí que parte todo o drama dos retornados. Eles foram certamente vítimas de um sistema que os obrigou a emigrar para ganhar a vida; foram vítimas ainda de métodos de intoxicação psicológica que durante décadas lhes garantiram ser Angola uma terra tão portuguesa como o Minho; e foram homens que, à sua maneira, construíram uma obra que consideravam como válida. E no plano individual não podem compreender as causas de uma derrocada de que nunca ninguém os preveniu — nem antes nem depois do 25 de Abril — e para a qual não encontram explicação aceitável.

Mas o facto é que para o negro de Angola e, vamos dizê-lo francamente, para a maioria dos africanos de hoje, o aspeto rácico do colonialismo não pode ser esquecido. Para ele, o branco, mesmo quando pobre (e foi-o em muitos casos) era comparativamente privilegiado em relação ao colonizado. Esse facto, esse dado da consciência coletiva, não permitirá, a meu ver, a criação da

sociedade multirracial de que tanto se falou, e que historicamente não passa de um mito.

O futuro de Angola a curto prazo será certamente de maior dificuldade, dureza e tragédia.

Resta a certeza de que se trata de uma fase talvez inevitável mas que inevitavelmente também só poderá conduzir à vitória final do povo angolano.

Os custos sociais e os sacrifícios vão ser com certeza extremamente elevados, mas as perspectivas históricas medem-se em períodos longos.

Notícias

Angola: hora de democracia

No recente [*sic*], a “paz podre” que se fazia sentir nas grandes urbes angolanas, foi sacudida. A queda do governo de Lisboa deu origem às mais díspares reações por parte da heterógena população do território: alegria, embora comedida, da maioria negra; nervosismo mal disfarçado de grande número de habitantes europeus. Verifica-se ainda certo entusiasmo nos meios estudantis e um quase desespero entre alguns “colonos da terra”.

Talvez se justifiquem as reações. As dos “nacionalistas” — inicialmente cétricos uns, e nitidamente contrários outros, nas ideias expendidas no livro *Portugal e o Futuro* de Spínola — foi observado [*sic*] que o pensamento do general ficou ultrapassado face às declarações dos representantes dos diversos partidos portugueses, nomeadamente Mário Soares-Álvaro Cunhal. A promessa do estabelecimento, imediato, de negociações com os seus movimentos abre novas perspectivas para o apressar do desfecho da guerra iniciada há 13 anos.

O “heroísmo” de determinados angolanos brancos — de famílias radicadas no século XVII — compreende-se. Felizes do derrube do fascismo, eles que, na sua maioria, são amantes da democracia, parecem apreensivos com a cor da sua pele... Apreensão injustificada? Talvez.

E há os descendentes europeus, quase eufóricos com a perspectiva de uma independência multirracial. Alguns filiados no MPLA — movimento a que pertencem elites angolanas, não deixam contudo de demonstrar uma certa preocupação face ao crescente prestígio da FNLA — movimento de Holden Roberto agora muito apoiado por Mobutu. O radicalismo de Holden poderá constituir problema, a quem nesta hora de euforia se debruçar sobre a questão. A queda do regime de Lisboa é para eles o mais importante.

Legítimo o entusiasmo dos universitários — 90 por cento dos quais são europeus. Para a juventude a liberdade prometida sobrepe-se a tudo. O quase desespero que se nota nos meios “colonos” europeus emigrantes — que deixaram as Beiras, Trás-os-Montes, Extremadura, Alentejo em busca de um pão

menos amargo — tem de aceitar-se. Pouco esclarecidos, recordam os acontecimentos de 61. Alguns lamentam-se por não terem seguido os seus conterrâneos para os países da Europa Central, os próximos dias estão a ser aguardados com natural expectativa. Confirmar-se-ão entusiasmos, retificar-se-ão ideias pessimistas ou não?

Entretanto cresce a atividade de certos partidos, cuja representatividade é notoriamente reduzida.

A Causa Monárquica reuniu-se. Os seus elementos garantiram que são democratas, que dão o seu apoio à Junta de Salvação Nacional.

O mesmo apoio foi manifestado pela Comissão Cívica Democrática, agrupamento de origem europeia, que engloba conhecidas figuras ligadas aos meios culturais. Este movimento tem sido o mais ativo. Para além da distribuição dos diversos comunicados, a CCD já deu uma conferência de imprensa, durante a qual foi afirmado que não constitui qualquer partido político, sendo apenas ideia da Comissão “congregar à sua volta todas as forças democráticas angolanas, para o desencadeamento de ações de esclarecimento e formação política, das populações até aqui adormecidas”.

Assim, logo à noite, nos recintos desportivos da capital, será realizada uma sessão de esclarecimento. No decurso do comício, serão postos à aprovação os textos de dois telegramas a enviar à Junta de Salvação Nacional: um, protestando contra a presença em Angola de “ex-responsáveis da PIDE/DGS, considerando especialmente afrontosa a integração nas Forças Armadas do diretor sr. José Lopes¹⁰⁴ e ex-inspetor Alcarva¹⁰⁵, símbolo da repressão fascista, causadores atuais de insegurança, retraimento e desconfiança das populações”. O segundo, solicitando a dissolução imediata da Assembleia Legislativa de Angola, “órgão fantoche, produto dos métodos fascistas do regime deposto, sem nenhuma representatividade nem legitimidade”.

Oficialmente, os movimentos de libertação de Angola — MPLA, FNLA, UNITA — não tiveram quaisquer reações dentro do território. Ignora-se se algum deles é responsável pelos panfletos que dois dias antes do 1.º de Maio circularam em Luanda, convidando a população para uma “manifestação de protesto, contra o colonialismo português”. No protesto afirmava-se que

¹⁰⁴ Tratava-se, na verdade, de Aníbal São José Lopes.

¹⁰⁵ Referência a Abílio Alcarva.

chegou o momento de nos consciencializarmos e iniciarmos a política das centenas de milhares de nacionalistas que têm permanecido no mais absoluto isolamento e ignorância política devido à selvagem repressão da PIDE/DGS sobre a vanguarda angolana”. Porque era utilizado o slogan “Vida ou morte! Venceremos”, julga-se em certos meios que o panfleto foi redigido por elementos do MPLA. Há, todavia, quem garanta que se trata duma manobra para desacreditar o movimento, pois sabia-se que poucos seriam os africanos que corresponderiam ao apelo, com receio de intervenções das autoridades.

Por esta ou por outras razões, a verdade é que escassas centenas de manifestantes negros, acompanhados de uns quantos europeus, se juntaram na Praça da Mutamba (Baixa), onde logo no início se registou um incidente: umas jovens (brancas e uma mestiça), empunhando um cartaz onde se lia “Abaixo o colonialismo”, foram detidas pela PSP. Em sinal de protesto contra tais prisões, os manifestantes marcharam em direção ao Palácio do Governo-Geral, onde um oficial da Polícia Militar os informou que as jovens estavam já em liberdade. De facto, minutos depois, uma delas afirmou ter sido sujeita a interrogatórios durante uma hora.

Jornal de Notícias, 19 de maio de 1974, p. 3

Admite o Prof. Pereira de Moura¹⁰⁶
Angola virá a ser um novo grande Brasil

Luanda, 18 — O ministro Pereira de Moura concedeu uma entrevista ao matutino *A Província de Angola* durante a qual se pronunciou sobre o futuro de Angola.

A propósito deste território, declarou o prof. Pereira de Moura: “Chego a admitir que Angola virá a ser — não posso deixar de dizer desta maneira — um novo grande Brasil”.

A uma pergunta sobre a eventualidade de se formar uma grande nação africana, de que Angola seria o território polarizador — ideia que estaria no coração de muita gente de todas as etnias, segundo observou o entrevistador, afirmou:

“Certo... mas aí encontramos o problema do conceito de nação oposto aos problemas de organização política, problema das classes, que podem existir... Temos, julgo eu, de nos defender de coisas muito tradicionais, de esquemas rígidos. Há muitas formas de organizar comunidades. Eu não tenho dúvida alguma de que as pessoas que estão em Angola são as que devem mandar nos destinos de Angola. Mas também tenho a certeza de que laços de muita espécie não só económicos — evidentemente que não iguais aos de hoje — e laços culturais e até algumas formas de ordem política, em formas novas, deveriam subsistir. Eu penso que isso seria uma felicidade para todos, para Angola, para pessoas daqui, para a própria comunidade internacional”.

¹⁰⁶ Francisco José da Cruz Pereira de Moura (1925-1998) foi um economista e professor universitário português. Opositor do regime salazarista, foi um dos fundadores da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), que viria a dar origem ao Movimento Democrático Português (MDP/CDE). Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, representou o MDP/CDE como ministro Sem Pasta no I e no IV Governos Provisórios e foi ministro dos Assuntos Sociais no V.

Missões militares suspensas no Norte

O comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, general Franco Pinheiro¹⁰⁷, concedeu uma importante entrevista ao matutino *O Comércio*, que hoje apareceu de novo ao público, depois de uma ausência de cerca de dois anos.

No regresso da sua viagem a Carmona, onde contactou com as forças estacionadas na região, o redator daquele diário, Jaime Moura, ouviu o general comandante-chefe a propósito da situação atual nas frentes de combate, tendo este respondido:

“Para facilitar a apresentação de elementos dos movimentos emancipalistas, e como manifestação de boa vontade, foram suspensas aquelas missões militares que poderiam dificultar, no futuro, a vida dos elementos apresentados”.

Na oportunidade, o general Franco Pinheiro observou ainda que não via nem havia agora razão para que esses movimentos permanecessem na clandestinidade, renovando o convite para que venham à luz do dia.

Naquela entrevista faz um aviso indireto a quem porventura quisesse conduzir os angolanos para soluções inviáveis, o que só conduziria à guerra civil, tais como os que pretendessem lançar brancos contra pretos.

¹⁰⁷ Joaquim António Franco Pinheiro (1915-2001) foi um general do exército e administrador colonial português. Exerceu o cargo de alto-comissário e de governador interino de Angola entre 4 de maio e 15 de junho de 1974.

Expresso, 29 de junho de 1974, p. 5

Angola: os claros-escuros do 25 de Abril

A cena serviu para lançar ainda mais confusão nos espíritos menos avisados: quando, saindo da aerogare “Craveiro Lopes”, o novo governador-geral de Angola deparou com um grande cartaz onde se lia “Silvino vai-te embora”, o controverso general acenou para os indivíduos que o empunhavam e as escassas centenas de pessoas que permaneciam junto a outros dísticos de protesto dividiram-se entre aplausos e assobios!...

Soube-se, mais tarde, que o cartaz fora obra de um europeu, funcionário da poderosa *Cabinda Gulf Oil*. Ele próprio o confessou, embora não tenha explicado a forma e as razões do recrutamento de trezentos negros que alinharam na bizarra manifestação.

O evento, aparentemente irrelevante, merece registo, por elucidar quanto à representatividade das dezenas de “grupelhos” que vêm proliferando por Angola. Com efeito, desde um muito curioso “Pró-Angola”, liderado pelo vogal da Assembleia Legislativa, Dr. Joaquim Mendes, conhecida figura das direitas, aos “movimentos” de Dongala Garcia e Angelino Alberto (um “engenheiro” negro ao serviço de uma multinacional norte-americana), todos os dias surgem “partidos” cujos ideários falam de uma comovente multirracialidade... Na generalidade, a sua linguagem pouco difere daquela que as autoridades do antigo regime português utilizavam.

De registar, também, a “febre” de adesões por parte de certos elementos da burguesia angolana, ao MPLA — quanto a nós o movimento mais representativo para poder negociar com as autoridades portuguesas, pese embora a crise interna que atravessa e que o congresso de Brazzaville poderá solucionar. (Mas o bom senso aconselha a não subestimar a força da Frente Nacional de Libertação de Angola, de Holden Roberto, atualmente com muito mais homens de armas na mão, e um apoio de Kinshasa, de Pequim e, diz-se também, dos Estados Unidos da América do Norte, o país da Gulf, lembram-se?...) Claro que muitas destas adesões não serão aceites no futuro — algumas não o são já, como o prova o categórico desmentido do Comité Diretor do MPLA acerca de

um “comunicado” segundo o qual o principal movimento de libertação estaria na disposição de renunciar à luta armada para entrar na legalidade.

Partidos de representatividade nula

Como se disse, é grande o número de “partidos” angolanos saídos do “25 de Abril” cuja representatividade é pouco mais que nula. A sua atuação só é levada a sério pelos ingénuos (e nestes incluem-se os oportunistas, que nem por serem oportunistas deixam de ser ingénuos). Para alguns desses partidos, a nomeação do general Silvino Silvério Marques foi acertada, enquanto que para outros foi um desastre. Como se compreende, para o MPLA ou para a FNLA foi (é) indiferente. E sabe-se porquê. Mas como governador de transição, Silvério Marques até é capaz de estar certo. Como certo estaria a Dr.^a Maria do Carmo Medina (proposta pelo Movimento Democrático Angolano, um “grupo” bem-intencionado), o general Deslandes ou Emílio Simões de Abreu.

Exploração do homem pelo homem

O mesmo se não passará em relação ao secretário de estado do Trabalho, um homem que bem poderia contribuir para que, enquanto se mantiver a atual situação, uns milhões de trabalhadores angolanos deixassem de viver tão miseravelmente. E a nomeação do Dr. Afonso Mendes — ex-presidente dos Institutos do Trabalho de Angola e Moçambique — foi mal acolhida. De facto, a passagem do Dr. Mendes pelo organismo que regulava as relações do trabalho em Angola foi, no mínimo, pouco feliz. Supomos que é do seu tempo a elaboração desse brilhante documento que dá pelo nome de Código de Trabalho Rural, para muitos um exemplo de colonialismo.

E já que, neste muito ligeiro apontamento, falamos de trabalho, valerá a pena fazer uma referência à desilusão causada em Angola pela decisão do ministro Almeida Santos ao fixar o salário mínimo em 40\$00 diários. Mesmo transitoriamente, muita gente lamenta que, num dos territórios mais ricos do mundo, a maioria da sua população continue a viver em situação desesperada, por virtude de um salário que, salvo melhor opinião, é manifestamente insuficiente. E embora sabendo-se que o aumento de ordenado pelo ministro (cerca de 15\$00, média) terá de ser, como ele próprio disse e repetiu, multiplicado por milhões, julga-se que Almeida Santos optou por não recorrer às medidas

drásticas que, de imediato, se impunham, como, por exemplo, o congelamento de vencimentos elevados. Assim, temendo a inflação na terra do petróleo, dos diamantes, do café e do algodão, permitiu-se que uns quantos aufiram ordenados de dezenas de contos e a maioria 40\$00 por dia!

Quase intacto o aparelho fascista

Diz-se em certos setores da capital angolana que o “25 de Abril” ainda não chegou a Angola. É verdade. O aparelho fascista permanece quase intacto. Daí que se observe nos centros urbanos e nas regiões do interior onde (ainda) não chegou a luta armada, a mesma “paz podre”. O facto preocupa as pessoas conscientes — negras e brancas — de Angola. Mas, apesar de tudo, há algumas razões para prever uma era de paz para a maior colónia de Portugal. A multiracialidade (palavra prostituída pelos arautos do anterior regime português) é uma realidade entre as populações mais evoluídas. Embora insuficiente, isso ajudará muito na construção futura desse grande país que será Angola.

Jornal de Notícias, 17 de julho de 1974, p. 11

Uma *stickada* de alcance internacional
Transferido para Lisboa o “Mundial” de Luanda¹⁰⁸
• Adiado para sábado o início do certame

Como se sabe, o Campeonato do Mundo deveria iniciar-se depois de amanhã, em Luanda. Contudo, ontem, houve um “volte-face” inesperado que obrigou a máquina federativa a trabalhar em pleno, numa transferência. Acontece que o governador-geral de Angola decidiu cancelar a autorização anteriormente dada para a realização do “Mundial”.

O presidente da Federação Portuguesa de Patinagem, sr. Castelo Branco, disse aos órgãos de informação desconhecer as razões do cancelamento, acrescentando, porém, admitir que a proibição se deva ao facto de o pavilhão de Luanda se encontrar afastado da cidade, em plena zona de musseques, onde, nos últimos dias, os ânimos têm andado alterados.

A verdade é que, na tarde de ontem estiveram três diretores federativos no Palácio de Belém, onde um elemento do Gabinete da Presidência foi porta-voz para conceder a autorização da Junta de Salvação Nacional para a realização do “Mundial” em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos. Os dirigentes que ali estiveram foram o presidente da Federação; o secretário do mesmo organismo, sr. Manuel dos Santos; e o presidente do Congresso e membro da Federação Internacional de Rink Hockey, sr. Nelson Soromenho.

Mais tarde, conseguimos contactar com um elemento da Federação, sr. Vítor Martins, a quem perguntámos, face a esta súbita alteração, se aquele organismo já a tinha previsto. Amavelmente, aquele dirigente esclareceu-nos que não, que a Federação só recebera a confirmação definitiva da transferência

¹⁰⁸ Teria sido o primeiro mundial da modalidade a realizar-se em África. Fora construído para a ocasião o pavilhão Cidadela Desportiva, com capacidade para quase seis mil pessoas. Portugal sairia vencedor do certame, derrotando a Espanha na final por 4-2. Em 2013, Angola viria a organizar um mundial da modalidade, disputado em dois pavilhões: um em Luanda (com capacidade para 12 000 espectadores) e outro no Namibe (para 3 000 pessoas). Desta vez, seria a Espanha a vencedora. Angola não passou da fase de grupos.

cerca das 13,30 horas de ontem. Claro que, desde logo, a tal máquina federativa foi posta em movimento. A primeira preocupação foi contactar alguns partidos políticos e sindicatos, que tinham comícios ou sessões marcados para o Pavilhão dos Desportos, os quais, imediatamente, deram a sua adesão. Entretanto por conveniência de conciliação dos interesses da prova com outras realizações programadas para o Pavilhão dos Desportos, ficou decidido na reunião noturna de ontem transferir para sábado o início do campeonato, que se prolongará até ao dia 29. Outra preocupação foram os bilhetes necessários para o ingresso naquele recinto. Também a falta de papel poderá obrigar a Federação a recorrer a várias tipografias, dada a rapidez exigida. Quanto aos bilhetes já vendidos em Luanda (aproximadamente 12 mil), o sr. Castelo Branco já informara que a única solução era a devolução do dinheiro, em troca dos “retângulos” de ingresso.

Em Angola, para além da seleção portuguesa, já se encontrava a Argentina. A sua chegada a Lisboa está prevista para as 8,45 de hoje. Entretanto, na capital, já estavam as seleções dos Estados Unidos, Austrália, Bélgica e Itália. A elas se juntariam hoje os outros concorrentes, para participarem, às 23 horas, num voo *charter* para Luanda — o que, como é lógico, já não acontecerá.

Quanto ao calendário dos jogos, deverá manter-se, para além da diferença de datas atrás citada.

A organização vai ter prejuízos monetários, os quais, neste momento, e segundo o sr. Vítor Martins, são impossíveis de calcular. Um dos receios federativos incide nas receitas das jornadas da tarde. Como nos disse aquele diretor, o programa estava feito para Luanda e não para Lisboa...

Verdadeiramente notável tem sido o trabalho da Federação, obrigada a acelerar em pormenores que exigem tempo. Por exemplo, o aspeto social já está praticamente resolvido. Hoje, às 18 horas, haverá uma reunião dos delegados de todas as federações representadas, na sede da congénere portuguesa. Nessa reunião, será explicada a alteração de local. Amanhã, como as seleções têm o dia livre, vai ser oferecido a toda a “gente” do “Mundial” um passeio a Troia (inclusivamente vão ser convidados dois elementos por cada órgão de informação). Depois de amanhã, pelas 16 horas, os chefes das delegações serão apresentados ao diretor-geral dos Desportos, para, duas horas após, haver uma reunião, na sede da Federação, do Comité Internacional de Rink Hockey, altura em que serão nomeados os árbitros de todos os encontros.

No sábado de manhã, as equipas vão fazer o treino obrigatório de conhecimento e adaptação ao recinto de jogos. A “abertura”, às 9 horas, será feita pela Argentina, “fechando” os Estados Unidos, cerca das 11,30.

Os próximos dias serão de trabalho intenso para a organização. O “Mundial” mudou de palco, mas é uma certeza. Esperemos que, na vigésima primeira edição da prova, Portugal faça valer os seus créditos. Recordemos que, para além dos países já citados, participam Espanha, Suíça, Holanda, Alemanha, França e Brasil.

Expresso, 7 de setembro de 1974, p. 17

Situação política angolana no limiar da descolonização
As condições objetivas fazem aparecer um inimigo diferenciado

“Como sabe, Angola é um problema extremamente complexo, visto que os próprios movimentos de libertação estão divididos. Portanto, tudo o que houver de fazer em Angola tem de ser feito com muita prudência, com muito cuidado e vai levar o seu tempo. Mas a nossa vontade de cumprir as promessas feitas na matéria de descolonização permanecem. Simplesmente temos de ter em atenção a complexidade da situação angolana, não só porque os movimentos de libertação não estão unidos, como a população portuguesa é muito mais expressiva em número do que nos outros territórios, e temos de encontrar uma solução justa e equilibrada, o que levará bastante tempo.”

Não às terceiras forças

Estas palavras foram pronunciadas pelo ministro Melo Antunes momentos antes de embarcar para Lusaca, integrado na delegação às conversações com a FRELIMO. Elas resumem certamente um dos maiores problemas que enfrenta o governo português, cuja sinceridade na descolonização não pode ser posta em dúvida, embora nem todos os seus componentes a entendam da mesma maneira. A Guiné está por dias, Moçambique por meses (talvez dez, segundo nos afirmou homem responsável pela governação no país). O processo nos dois territórios segue caminhos quase paralelos, atendendo às divergências impostas pelos próprios condicionalismos circunstanciais. Na Guiné a transmissão dos poderes fez-se para o PAIGC, em Moçambique vai fazer-se para a FRELIMO. Terceiras forças não foram consideradas na Guiné, terceiras forças não serão consideradas em Moçambique. “Os partidos surgidos após o 25 de Abril não são interlocutores válidos para o governo português, que só considera como tal a FRELIMO”, declarou-nos um elemento da delegação de Lusaca. Poderão desta feita perder veleidades, aliás alimentadas em algumas instâncias do poder lisboeta, já há bastante tempo a esta parte contactadas por todas essas terceiras forças que começaram a fervilhar em território moçambicano.

Mas não é de Moçambique que nos vamos ocupar. O seu caminho está traçado e no horizonte surgem as linhas mestras pelas quais vai pautar a sua vida. As linhas mestras de ordem jurídica quer no plano interno quer no plano internacional (convivência com os outros países) começam a delinear-se segundo esquemas já de todos conhecidos.

O problema, agora, é Angola, da qual nos vamos ocupar em termos o mais simples possíveis, procurando traçar um panorama da atual situação política, que não é nada simples.

O congresso do MPLA

Realizou-se, há dias, o chamado congresso do MPLA, em Lusaca, em ambiente de pouca calma, numa atmosfera de feira, como a classificou Agostinho Neto, congresso esse que tinha como objetivo principal eliminar as dissidências que impediam o movimento de aparecer unido em ordem a um diálogo de independência. O MPLA é, sem dúvida alguma, o movimento com mais penetração no povo angolano, aquele que goza de mais força política e maior aderência por parte das populações. Mas o MPLA encontra-se dividido em três facções, a do Dr. Agostinho Neto, o líder que a maioria tinha como incontestado pela sua envergadura moral, a que juntava a luta sempre ativa em prol da libertação, a facção Daniel Chipenda (Revolta Leste) e o grupo da Revolta Ativa (impulsionado por Mário de Andrade). Importa não confundir Mário de Andrade, um dos fundadores do MPLA, com o seu irmão Joaquim Pinto de Andrade, que passou boa parte da sua vida nos cárceres da Pide, presidente de honra do MPLA, o qual se conservou à margem destas manobras divisionistas. O Grupo da Revolta Ativa contestava o demasiado presidencialismo que, segundo eles, Agostinho Neto imprimia à direção do MPLA e nesse sentido publicou, vai para três meses, um extenso documento, contendo críticas acerbas contra Neto. No entanto, a maioria dos visantes não eram homens empenhados na luta ativa, sendo mais intelectuais a deambular em missão de propaganda por esses países fora.

Os jornais portugueses anunciaram que Daniel Chipenda havia sido eleito presidente do congresso, fazendo-se eco das agências internacionais que forneceram a notícia. Era visível, no entanto, ao observador que soubesse um mínimo da interioridade do MPLA que tal notícia era falsa. Acontece, porém, que os diários portugueses estão apostados em publicar tudo o que vem das

agências internacionais sem o sujeitarem a um mínimo de crítica. O próprio documento publicado por Agostinho Neto era claro e bem claro que a presidência de Chipenda não seria aceite. Aconteceu que Chipenda praticamente se autoelegeu. Nunca Chipenda seria reconhecido pelo MPLA em bloco. Chipenda, presidente, com exceção de Neto, seria o golpe mais rude vibrado contra o MPLA, a que o movimento dificilmente resistiria. Mas a imprensa portuguesa que teima em não criar especialistas para cada um dos assuntos atira para o ar com a primeira notícia que recebe, sem a peneirar devidamente. Sobreretudo em política, as forças atuantes em cada situação contam substancialmente para se valorarem as notícias que surgem de um momento para o outro e que podem ser puxadas pelas conveniências de cada qual. Chegados aqui, apetecia-nos perguntar: não há quem se resolva a pugnar por uma imprensa portuguesa em termos de profissionalismo autêntico?

No meio de toda esta confusão é importante sublinhar que apesar das fações divergentes do MPLA, nenhuma delas quis abandonar o nome do movimento tal a força intrínseca que lhe reconhecem.

Foi agora anunciado, entretanto, aquilo que estava na lógica da história: Agostinho Neto conserva a presidência do MPLA e Pinto de Andrade e Chipenda assumem a vice-presidência. Foi um compromisso para resolver na prática o problema mais importante. Uma frente unida, em comité alargado, nesta hora de independência. Será formado assim, segundo foi acordado em documento assinado na terça-feira, um comité central de trinta e nove membros, militantes do MPLA. Destes, 16 pertencerão à facção Agostinho Neto, treze à Revolta Leste (Chipenda) e dez à Revolta Ativa (Andrade).

Para se chegar a esta conclusão, muitos foram os chefes de estado estrangeiros a diplomaticarem, com especial relevo para Kaunda e Nyerere. Em todo este contexto, porém, enxerta-se um homem que foi infatigável para que o MPLA encontrasse o caminho da prática, aconselhando a adiar a discussão de questões ideológicas para um amanhã. Este homem foi Samora Machel, certamente um dos conselheiros mais importantes em toda a complexa meada. Aliás, Samora Machel podia apresentar o exemplo da FRELIMO: como esta consegue superar as contradições que vão surgindo no seu seio através de uma dialética interna em clima de discussão aberta e franca, tendo sempre presente e bem presente o dado fundamental, ou seja, saber exatamente quem é o inimigo.

Forças em jogo

Seria extremamente simples falar do panorama político de Angola em termos de governo português e movimentos de libertação. A fazê-lo, pouco esclareceríamos. Parece-nos mais consentâneo com as realidades falar em governo português, MPLA, FNLA, UNITA, vários partidos surgidos à última da hora (as tais terceiras forças, umas em linha neocolonialista, outras em marcada atitude colonialista e racista), população branca e interesses estrangeiros. Ao falar, porém, de população branca pode correr-se grave risco de tomar a parte pelo todo ou, o que será pior, a cor pela ideologia. Brancos há que desejam a independência em termos ideológicos muito semelhantes, se não coincidentes, com os do MPLA e alguns (poucos) com a FNLA. Há, porém, da parte da população branca, a camada sempre privilegiada, um receio aberto ou surdo do que lhes poderá acontecer numa Angola em que a maioria, em termos de cor, passe a governar o país. São receios que resultam de contenciosos que bem sabem estar acumulados no subconsciente da população negra. Não devemos esquecer, porém, que os brancos constituem dez por cento da população angolana, havendo quem escreva que são a etnia mais numerosa de Angola. Esta linguagem, porém, revela mentalidade racista, uma vez que os brancos não estão todos unidos enquanto brancos, tornando-se claro, com o decorrer dos tempos, que a luta se coloca mais em termos de classe na relação com os detentores dos meios de produção e as forças trabalhadoras, se bem que haja a tendência generalizada para identificar a cor, enquanto tal, como a detentora das forças produtivas. Contra esta maneira de pensar se estão a insurgir os movimentos de libertação, à cabeça dos quais o MPLA. A FNLA e a UNITA tentam seguir esta linguagem, embora todo um passado de comprometimentos não abone muito em seu favor, muito em especial o da UNITA, em virtude das ligações com o regime de Caetano.

A lição de saber quem é o inimigo

Em termos de inimigo não deixa de vir a propósito relatar que uma das preocupações constantes dos movimentos de libertação de teor revolucionário foi sempre a individualização, o mais concretamente possível, do inimigo a combater. Pois há dias, em reunião do MPLA, ainda antes do congresso de Lusaca, foi de novo formulada a pergunta: quem é o inimigo? Nesta altura, a discussão foi acesa, pois já é mais difícil individualizá-lo. Antes era o colonialismo português representado pelo governo e pelas Forças Armadas. Pode

dizer-se que agora as Forças Armadas e Rosa Coutinho são ainda o inimigo? A resposta foi quase unânime que não. Em termos de Lisboa (poder), a coisa ainda não é totalmente clara para o MPLA. A reconversão das Forças Armadas é um facto e o inimigo já se encontra, agora, mais diluído, acoitando-se, inclusivamente, no próprio seio do movimento, enquanto fomenta manobras divisionistas. Essas manobras são geradoras de colonialismo ou neocolonialismo.

Acontece, também, que há nações africanas e chefes de estado interessados nessas manobras. Não nos podemos esquecer que a FNLA é inimiga do MPLA nem nos podemos esquecer que FNLA é Holden Roberto e Holden Roberto pertence a Mobutu a quem está unido pelo cordão umbilical. Não deixou de causar estranheza aos observadores do congresso de Lusaca a presença de enviados de Mobutu e o apoio que concederam a Chipenda. Como também não deixou de causar motivo de reparo o facto de, pouco depois de as agências internacionais haverem enunciado a eleição de Chipenda, este declarar que favorecia a autodeterminação de Cabinda. São conhecidas as simpatias que Mobutu nutre pelo enclave, como são conhecidas igualmente as relações entre Mobutu e os americanos. Não há dúvida alguma que Chipenda ofereceria garantias não apenas de plano inclinado a Mobutu como não desagradaria ao grande capitalismo. A somar a tudo isto, que é como quem diz à ofensiva neocolonialista, acresce o facto de haver passado pelo Buçaco uma individualidade não identificada que, segundo círculos que julgamos dignos de crédito, seria um emissário direto de Mobutu.

As terceiras forças

Retomando o fio à meada: em virtude das forças em presença, tudo leva a crer que se prepara para Angola uma situação diferente daquela que vai ser vivida em Moçambique. Os partidos políticos continuam a surgir e elementos que fazem parte do atual governo angolano, como por exemplo o eng.º Falcão¹⁰⁹, declararam ao *Expresso* que as diversas fações políticas deviam ser representadas no panorama da governação. Apesar disso, o almirante Rosa Coutinho continua a ser alvo de forças racistas, como se prova pela transcrição de parte do comunicado do Exército Secreto de Intervenção Nacional. Trata-se exatamente do comunicado n.º 12 e o respetivo teor identifica a sua origem e

¹⁰⁹ Fernando Falcão, um dos fundadores, em 1961, da FUA, Frente de Unidade Angolana.

é bastante para a classificar. Rosa Coutinho é considerado comunista, é insultado, e o exército, a que se acrescenta o qualificativo de spinolista, vilipendiado.

Vejamos alguns extratos: “Analisados à luz fria da realidade os últimos acontecimentos em Luanda, não pode este comando (do ESINA) ficar insensível ao criminoso processo de destruição a que se devotam hostes nefandas dos movimentos terroristas do MPLA e FNLA a coberto da insidiosa, traiçoeira, nojenta e cobarde ação do Exército Spinolista”... E continua mais adiante: “A população branca deve contar como inimigo a combater implacavelmente todo o membro, simples partidário ou simpatizante dos chamados movimentos terroristas, MPLA e FNLA”. Sintomaticamente não se menciona a UNITA. “O Exército Spinolista, continua o comunicado, empenhado na grotesca e nojenta transação da nossa Angola para as mãos dos criminosos negros que a aniquilariam de imediato com as suas lutas tribais revigoradas pelo desabrochar de ódios seculares, deve merecer de toda a população a mais viva repulsa e desconfiança.

Este comando pede a colaboração por todas as formas, por todos os meios, da população branca com os membros deste exército, acatando, por um lado, as instruções emanadas deste quartel-general e divulgando-as o mais rapidamente possível entre elementos brancos de inteira confiança a fim de se constituir... [sic] um grande elo de solidariedade que una todos na gigantesca obra de construir a República de Angola que apenas pode ser próspera e risonha se contiver unicamente no Centro da Decisão a etnia branca”...

“Recomenda-se à população branca o seguinte procedimento: formação de milícia visando a manutenção do estado de alerta total. Em caso de provocação por bandoleiro negro a defesa deve ser feita procurando o aniquilamento total e imediato do provocador. Não desperdiçar munições em tiros para o ar. Destruir os locais suspeitos de em si conterem elementos terroristas. Dispondo de armas, jamais chamar o exército spinolista.

Reafirma-se o comunicado n.º 11 em que era anunciado para 12 do corrente mês nova distribuição de armas e munições à população branca residente em zonas de agitação. Pede-se, mais uma vez, aos que tinham recebido armamento deste Comando (ou que possuam arma própria) que em caso algum entreguem armas ou munições aos traidores do exército spinolista, forma sublime de colaborar com o inimigo e de talhar a própria sepultura.

Informação sobre os acontecimentos ocorridos nos dias 6 e 7 (estimativa): BRANCOS: 7 mortos e 12 feridos. PRETOS: 35 mortos e cerca de cem feridos. 12 casas comerciais (mercearias e oficinas) total ou parcialmente destruídas; 11 carros roubados; 9 totalmente destruídos.

Este comando lamenta a perda do seu combatente capitão Mendonça Júnior, preso e levado de Angola pelos sicários do governo de vendilhões surgido do 25 de Abril. Luanda 8 de agosto de 1974 — Quartel general do ESINA”.

Não nos parece que o Exército Secreto de Intervenção Nacional tenha demasiado peso em Angola. Se transcrevemos esse pedaço foi mais para demonstrar como as forças racistas olham para o exército português, vendo nele o inimigo, sendo claro, por outro lado, que as condições objetivas de luta se transformaram radicalmente, o que provoca, necessariamente, outros juízos de valor. O inimigo de uma Angola livre e independente cada vez mais tem de ser procurado no interior de Angola e nos círculos concêntricos do imperialismo nacional e internacional. Tais grupos extremistas são parentes próximos de outros que atuam em Portugal e talvez convenha não descurar a publicação iminente de jornais e, sobretudo, a republicação da *Política*, periódico que havia desaparecido com o 25 de Abril, que está resolvido a reaparecer com a morência extremista que era seu timbre.

De todo este panorama ressalta que ninguém, ou quase ninguém, em Angola põe a independência em causa. No entanto, há grupos que pretendem uma independência racista, grupos estes sem qualquer chance que não seja a efetivação de ações terroristas desesperadas. Há outros que pensam numa independência que podemos classificar em termos de neocolonialismo que não será apenas o neocolonialismo português, já que Portugal é até um dos países com menos possibilidades para manter, a longo prazo, uma política neocolonialista, podendo, no entanto, servir como tráfego de influências.

Há quem pense num esquema político para Angola em moldes partidários do tipo europeu em que movimentos de libertação mais não seriam que um partido em pé de igualdade com os outros. Esta política encontraria simpatias em Portugal e em círculos próximos do presidente da República, sabendo quanto é cara ao presidente Spínola o resolver dos problemas coloniais em clima de autodeterminação que se traduza em consulta direta às populações. Esta a opinião também de todas as terceiras forças.

Que dirá o MPLA e a FNLA–Mobutu a tudo isto? O que pensa a Organização da Unidade Africana que reconhece tanto o MPLA como a FNLA?

Atendendo às declarações dos dois movimentos, a situação seria relativamente clara se ambos comungassem da mesma visão da vida, o que não é verdade. Por outro lado, todas as outras forças em presença vão tentar fazer de Angola uma democracia do tipo europeu-ocidental.

Face a tudo isto, Angola é hoje um dos laboratórios políticos mais apaixonantes do mundo e a região que mais chama pela capacidade de manobra dos negociadores, e presa cobiçada pela sua riqueza atual e pelo que representa de valor estratégico.

Diário de Notícias, 3 de dezembro de 1974, p. 10

Reunião de convívio inaugurou a Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias

Durou mais de três horas a reunião de convívio anteontem realizada na Voz do Operário, para abertura da Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias, iniciativa do Centro de Informação e Documentação Anticolonial (CIDAC), em colaboração com as Casas de Angola, Moçambique e dos Timores, Grupo de Ação Democrática de Cabo Verde e Guiné e Associação Cívica Pró-Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe.

O grande salão da Voz do Operário encontrava-se decorado com bandeiras e dísticos dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, vendo-se frases exprimindo a solidariedade entre os povos português e os dos territórios africanos em vias de descolonização.

A assistência era constituída particularmente por jovens, que intervieram com canções e outras manifestações de apoio e de solidariedade aos povos das colónias.

Luís Moita¹¹⁰, do CIDAC, abriu a reunião. Em breves palavras, explicou a razão de ser da Semana da Solidariedade, salientando o significado dos numerosos núcleos de resistência dos povos português e das colónias ao longo dos últimos anos.

Lembrou que a luta terá de continuar — enquanto houver povos oprimidos — e que aquela reunião marcava o início de uma semana eminentemente política, obra de militantes anticoloniais.

Depois, durante três horas, houve música angolana, moçambicana, guineense e de todas as colónias portuguesas, misturada com canções do povo português e a exibição de dois grupos corais, interpretando textos de teatro revolu-

¹¹⁰ Luís Moita (1939-2023), doutorado em Ética e padre durante algum tempo, fez parte de um grupo de católicos progressistas que se mobilizou contra a guerra colonial e a defesa da paz, tendo estado preso durante algum tempo por razões políticas. Foi secretário de estado da Emigração, em 1975, no V Governo Provisório, dirigiu o CIDAC durante cerca de 15 anos e foi sociólogo, professor e investigador.

cionário, progressista, mostrando o conteúdo e os objetivos dos povos colonizadores e a opressão dos povos colonizados.

A semana prossegue hoje, em todo o país. Em Lisboa, efetuar-se-á entre outras atividades, a partir de hoje e até 6 do corrente, um ciclo de colóquios dirigidos por grupos de trabalho sobre os temas “A sociedade e a revolução moçambicanas”, “A situação dos trabalhadores cabo-verdianos” e “Aspetos económicos em Angola”.

Expresso, 7 de dezembro de 1974, p. 16

Os 18 anos do MPLA comemorados em Lisboa

A partir de amanhã e até ao próximo dia 15, a Casa de Angola promove, em Lisboa, uma série de manifestações comemorativas do 18.º aniversário da criação do Movimento Popular de Libertação de Angola.

O programa das comemorações inicia-se no domingo, às 17 horas, com uma exposição documental na Casa de Angola e compreende, como ponto principal, um comício no Pavilhão dos Desportos, na noite de terça-feira, com a presença de delegações dos quatro movimentos de libertação (PAIGC, FRELIMO, MLSTP e MPLA). Das restantes manifestações constam três colóquios: sobre a economia de Angola, na Voz do Operário, promovido pelo CIDAC (na segunda-feira); com um elemento do Comité Central do MPLA (na quinta) e sobre “Aspetos da medicina colonial” (na sexta-feira).

Finalmente, a encerrar o programa, uma sessão de poesia revolucionária com projeção de filmes e *slides*, no dia 14, e uma sessão político-cultural de apoio ao MPLA no último dia.

Entretanto, a Casa de Angola editou uma brochura sobre os 18 anos de luta do MPLA, que introduz, nestes termos, documentos diversos sobre a história do movimento:

“No dia 10 de dezembro de 1956, foi fundado em Luanda o MPLA, como consequência da fusão de três outros movimentos: o MINA, o PLUA e o MIA. Desde a sua fundação até hoje, ao fim de 18 anos de luta heroica (dos quais 14 de luta armada, iniciada a 4 de fevereiro de 1961), o MPLA tem encarnado as mais profundas aspirações do povo angolano, em luta contra o colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo, e pela independência completa da nossa pátria.

Ao longo de todos estes anos de combate diário, muitas vitórias foram alcançadas, para as quais contribuíram decisivamente os heroicos combatentes do MPLA, muitos dos quais deram a vida para que não mais exista no nosso País a exploração do homem pelo homem.

Contudo, o imperialismo tem desencadeado violentas ofensivas, com o objetivo de destruir o nosso movimento e de lhe retirar o enorme apoio de que goza junto do nosso povo. Mas o MPLA tem contrariado eficazmente todas as tentativas de sabotagem de um processo histórico irreversível: a libertação nacional de Angola.”

Num dos documentos da brochura, salienta-se a rejeição pelo MPLA de “toda a solução do tipo neocolonialista” e sublinha-se: “O fim não é uma simples mudança de patrão, o patrão branco para o patrão preto. Assim, o MPLA esforça-se por mobilizar todo o povo para a construção de uma independência verdadeira, duma nova sociedade onde o povo exercerá verdadeiramente a sua soberania”.

Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1974, p. 10

A luta imperialista na África Austral está longe de terminar

— afirmou o prof. François Houtart¹¹¹, da Universidade de Lovaina, durante uma mesa-redonda na Semana da Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas

“A luta contra o imperialismo na África Austral está longe de terminar, mesmo com o advento da independência de Angola e Moçambique”, frisou François Houtart, professor da Universidade de Lovaina e diretor do Centro de Documentação sobre as colónias portuguesas, no decorrer de uma mesa-redonda em que participou no passado sábado, subordinada ao tema “A estratégia do imperialismo na África Austral”.

O encontro, que se efetuou no salão do Sindicato dos Profissionais de Seguros, foi dirigido por Bernardino Gomes¹¹² e teve a participação de Paulette Pierson-Mathy¹¹³, professora de Direito Internacional da Universidade Livre de Bruxelas e diretora do *Comité de Soutien à la Lutte contre le Colonialisme et l'Apartheid*, de Bruxelas; e de Sietse Bosgra¹¹⁴, diretor do Angola Comité, de Amsterdão.

Algumas dezenas de interessados ouviram as comunicações feitas, tendo-se verificado intervenções sobre o tema.

Bernardino Gomes abriu a sessão, começando por apresentar os três estrangeiros, que vieram a Lisboa para participar na Semana Nacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, que termina hoje, em cujo programa aquela mesa-redonda estava inserida. A intervenção de Bernardino

¹¹¹ François Houtart (1925-2017), padre católico belga, sociólogo marxista e professor da Universidade Católica de Lovaina.

¹¹² Bernardino Gomes (1944-2016), licenciado em Ciências Políticas pela Universidade de Lovaina, foi um dos fundadores do PS e diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após o 25 de Abril de 1974.

¹¹³ Paulette Pierson-Mathy (1932-2021), jurista e professora belga de direito internacional público, cofundadora e presidente do *Comité contre le colonialisme et l'apartheid* (1969-1994).

¹¹⁴ Sietse Jan Bosgra (1935-2023), ativista político neerlandês contra o colonialismo e o apartheid. Foi um dos fundadores, em 1961, do *Angola Committee*.

Gomes foi essencialmente limitada à recapitulação do que se passou até agora no processo de descolonização, tendo afirmado que, no que diz respeito a Angola e a Moçambique, a atual evolução do processo veio levantar o problema da África Austral, no que respeita à esfera de influência do imperialismo naquela zona. Recordou a originalidade dos acordos de Lusaca, especialmente no que significaram de cordialidade e amizade entre os povos portugueses e moçambicano, apesar de acabarem de sair de 13 anos de guerra, comprovando assim que a luta pela descolonização foi assumida pelos dois povos. Referiu a situação moçambicana como altamente avançada, contrariamente ao que se passa em Angola, onde as dificuldades internas entre os três movimentos de libertação têm prorrogado o encontro de uma plataforma comum. Lembrou, no entanto, que Angola seria independente no próximo ano e que, em breve, haveria um governo de coligação constituído por secretários de estado, em que os três movimentos estariam representados paritariamente.

Análise do imperialismo

O professor belga Houtart, por seu turno, debruçou-se sobre uma análise do imperialismo e as múltiplas formas por que se manifesta na África Austral, em que sobressai, contudo, o de tipo económico, assente na “ideologia do desenvolvimento”. Pôs em relevo as ligações do imperialismo económico com o imperialismo cultural e ideológico, com o imperialismo político e até o religioso, e sobre este referiu uma experiência feita no Centro de Documentação que dirige em Bruxelas, em que foram analisados os “discursos religiosos das autoridades civis” e os “discursos políticos das autoridades religiosas”, o que permitiu uma identificação completa. Referindo-se à dimensão do imperialismo naquela zona, definiu-a como a de uma dominação branca, em que o Malawi aparece como mera “colónia sul-africana”, situando a África do Sul como a chave desse imperialismo. Sobre as novas estratégias, declarou que a necessidade do seu aparecimento surgiu com a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum, que foi pouco favorável à África do Sul no que respeita a exportações. Esta mudança, aliada aos acontecimentos registados em Angola e em Moçambique, veio obrigar este país a “mudar a sua imagem”, sem, no entanto, transformar a sua realidade da dominação branca, procurando, por

outro lado, encorajar a criação de regimes, tanto em Angola como em Moçambique, de tipo neocolonialista.

A NATO e a África do Sul

O diretor do Angola Comité de Amesterdão, Sietse Bosgra, referiu-se ao problema da NATO e da África Austral, no âmbito das estratégias dos blocos, afirmando que é possível para breve uma cooperação entre aquele organismo e a África do Sul, como já sucedera anteriormente com Portugal durante a guerra colonial. Efetivamente, disse, a NATO forneceu armas ao governo fascista português, no âmbito da estratégia do Pacto do Atlântico, mas na prática tal armamento era canalizado para África. No entanto, frisou, tal cooperação assume cariz diferente, uma vez que Portugal é membro da NATO e a África do Sul não. Para colmatar o problema, existe já uma proposta na assembleia do Atlântico para o alargamento da sua zona de influência até ao Atlântico Sul, para mais rapidamente atingir o oceano Índico.

Paulette Pierson-Mathy falou depois sobre a importância do papel desempenhado pela África do Sul na África Austral, começando por declarar que a vitória dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique teve um efeito direto naquele país, constituindo um estímulo aos seus habitantes, não só para se libertarem do jugo branco como também para porem em causa a política do *apartheid*. A investigadora belga disse, depois, que os acontecimentos subsequentes ao golpe de estado em Portugal obrigaram a África do Sul a rever a sua estratégia, o que era o mesmo que dizer que o imperialismo o fazia também. Criticou, a propósito, as palavras do primeiro-ministro da África do Sul, Vorster¹¹⁵, quando há meses se referiu à necessidade de “ordem, paz e estabilidade” na África. Tudo isto — acentuou Paulette Pierson-Mathy — não passa de aparência, pois o regime sul-africano reforça-se e estas manobras só visam dividir a população. “De facto, acrescentou, enquanto se fala de paz, o governo de Pretória reforça consideravelmente o seu poderio militar e está em vias de se tornar uma potência nuclear, constituindo tudo isto uma grave ameaça”.

¹¹⁵ Balthazar Johannes Vorster (1915-1983) foi primeiro-ministro (1966-1978) e presidente (1978-1979) da África do Sul, num período em que aumentou a segregação racial.

Sobre o papel desempenhado naquela zona geopolítica pela África do Sul, a oradora comparou-a ao que é atribuído pelo imperialismo americano ao Brasil, no que respeita à América Latina, ou a Israel sobre o Médio Oriente.

Passou-se depois ao debate, tendo intervindo várias pessoas. O investigador Eduardo Sousa Ferreira¹¹⁶ salientou a importância da República do Zaire como outro polo do imperialismo na África Austral, que está a desempenhar um importante papel na descolonização de Angola.

A opressão do homem pelo homem

“A opressão do homem pelo homem diz-nos respeito a todos: não há fronteiras quando se quer mudar os sistemas. O nosso objetivo era fazer refletir as pessoas sobre qualquer coisa que era maior que o colonialismo português” — foi Sietse Bosgra, diretor do Angola Comité de Amesterdão, quem nos disse isto, no final da conferência que acabara de proferir na Faculdade de Letras, por iniciativa daquela escola, aproveitando a sua vinda a Lisboa para participar na Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias.

Há treze anos, dois meses depois de em Angola o MPLA ter começado a luta armada contra o domínio colonial, surgia, em apoio dessa luta, o Angola Comité. Durante todos estes anos o Angola Comité foi porto de abrigo de jovens portugueses que fugiam à guerra, foi fonte de esclarecimento da opinião pública holandesa sobre as questões que o colonialismo português envolvia, foi ajuda material aos movimentos de libertação.

Sobre a luta e a experiência deste “comité” e de outros congéneres que se criaram em quase todos os países da Europa Ocidental (exceções apenas para a Espanha, a Áustria, a Islândia e o Luxemburgo), com encontros anuais entre si, falou Sietse Bosgra.

“Café para Holanda significa sangue em Angola”

Um dos aspetos do trabalho levado a cabo junto dos seus compatriotas holandeses pelo Angola Comité consistiu no boicote aos investimentos em produtos das colónias portuguesas. Em 1972, realizou-se uma campanha contra o

¹¹⁶ Doutorado em Economia pela Universidade de Heidelberg, Eduardo de Sousa Ferreira regressou a Portugal após o 25 de Abril de 1974, tornando-se professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Faleceu em 2019.

café angolano, de que a Holanda era o principal importador. Cinco mil pessoas colaboraram nessa campanha e seis semanas depois de iniciada tinha sido conseguido que a pressão da opinião pública levasse todas as grandes firmas holandesas a pôr fim à compra do café angolano. “Café para a Holanda significa sangue em Angola” foi o *slogan* com que se pretendia alertar o público para o facto de o dinheiro do café reverter para alimentar a guerra movida pelo governo português ao povo angolano em luta pela independência nacional.

“Esta campanha, disse Sietse Bosgra, tinha sobretudo um fim psicológico: provar ao governo fascista português que havia uma opinião pública contra essa guerra”. O boicote do café continua ainda, provavelmente até que haja em Angola um governo de transição com o MPLA.

O nome Angola Comité manteve-se mesmo depois de se ter iniciado a luta armada na Guiné e em Moçambique, mas o seu apoio ampliou-se naturalmente ao PAIGC e à FRELIMO. O inimigo era a colonização do homem pelo homem, neste caso a opressão que o governo português insistia em prolongar em África.

Outras vias do trabalho do Angola Comité foram a campanha contra o apoio dos países ocidentais à guerra colonial portuguesa, nomeadamente em relação ao fornecimento a Portugal de armas, que na ONU se tentou suspender.

“Mas, disse Sietse Bosgra, o bloco da NATO impediu essa suspensão”.

Por outro lado, o Angola Comité exercia pressão junto do governo holandês para que este passasse de uma condenação “em palavras” do colonialismo a uma efetiva ajuda aos movimentos de libertação.

Através de campanhas na rádio, na televisão e na imprensa, da edição de inúmeros panfletos, cartazes, álbuns de fotografias, de livros, de um boletim mensal (primeiro policopiado, hoje com dez mil assinantes), o Angola Comité despertou parte do público holandês para a guerra colonial portuguesa e os interesses que servia, de tal modo que só a imprensa de extrema-direita publicava, na Holanda, o noticiário-propaganda do governo português.

O 25 de Abril e a descolonização

“Depois do 25 de Abril, contou Sietse Bosgra, os comités tiveram de moderar o otimismo que se gerara. Era nossa missão esclarecer a opinião pública de como era inaceitável para os movimentos de libertação das colónias portuguesas uma solução de tipo federação ou referendo. Desde o fim de setembro temos mais confiança no governo português. Se o processo de descolonização

de Angola está a ser dificultado, é porque os interesses económicos americanos, os entendimentos com Mobutu, a FNLA, a UNITA, pretendem Angola na sua esfera de influência. Assim se explica a FLEC em Cabinda; quando se tiver Angola com a FNLA, já não será preciso separar Cabinda, porque Holden respeitará os interesses americanos.”

No final, algumas das pessoas presentes puseram questões; perguntaram, por exemplo, se o Angola Comité tinha tido alguma atividade de apoio da FNLA e da UNITA.

“Informando o público holandês quanto ao perigo que significavam esses movimentos — esclareceu Sietse Bosgra —, movimentos racistas em colaboração com espiões americanos.”

Em relação à forma de independência de Cabo Verde:

“O Comité apoia a posição do PAIGC. Somos comités de apoio aos movimentos de libertação, seguimos as suas linhas de ação.”

Em relação ao MLSTP:

“Era difícil sensibilizar a opinião pública holandesa, em primeiro lugar porque não existia luta armada, e depois porque as ilhas são para ela um problema demasiado longínquo, pela sua pequenez.”

Sietse Bosgra terminou dizendo que os novos países africanos precisarão nos primeiros tempos de uma ajuda material. A descolonização de Angola continua a não dispensar a solidariedade progressista internacional, mas na Holanda a população tende a pensar que o problema acabou e será difícil continuar muito tempo com este trabalho de apoio.

Diário de Notícias, 13 de dezembro de 1974, p. 5

Dirigentes do MPLA no PCP e na Casa de Angola

A delegação do MPLA que veio a Portugal para participar na Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias visitou ontem de manhã o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português.

Paulo Jorge, membro da Comissão de Relações Exteriores; Ilídio Machado, fundador do MPLA; Costa Andrade, diretor do Departamento Cultural; José Carlos, da Comissão Diretiva da Casa de Angola; o escritor Luandino Vieira e o dr. Arménio Ferreira foram recebidos e realizaram conversações com uma delegação do Comité Central do PCP, composta por Octávio Pato e Joaquim Gomes, membros do Secretariado e da Comissão Política do CC, José Magro, membro do CC, e Aurélio Santos, membro suplente do CC.

O encontro decorreu na linha das tradições de amizade e solidariedade recíproca criadas entre o MPLA e o PCP nos anos de luta de libertação contra o colonialismo e da luta clandestina contra a ditadura fascista.

Na reunião foi reafirmada a decisão do PCP e do MPLA de alargarem e intensificarem as suas relações, contribuindo para que seja criada uma nova era nas relações de amizade fraternal entre os povos português e angolano.

À noite, a delegação do MPLA reuniu-se na Casa de Angola com militantes e simpatizantes do movimento, residentes em Lisboa.

Depois de um delegado à reunião em Munique do MPLA ter lido diversas moções aprovadas na assembleia, Paulo Jorge e Costa Andrade fizeram uma apreciação dos 18 anos de luta do movimento, expondo e analisando as diversas fases que atravessou.

No final da sessão a assistência entabulou diálogo com os dirigentes do MPLA, expondo as suas críticas, trocando impressões e esclarecendo dúvidas.

Diário de Notícias, 12 de dezembro de 1974, p. 11

A fase pré-colonial da sociedade angolana
— tema de colóquio na Casa de Angola

Na Casa de Angola, realizou-se ontem, à noite, um colóquio sobre a fase pré-colonial da sociedade angolana, orientado por Landrotith¹¹⁷, José Leitão¹¹⁸ e J. Ananias.

Na exposição feita sobre o tema, salientou-se que a idade pré-colonial angolana começou com a formação do reino do Kongo, no século XIII, indo até 1575, data da fundação da cidade de Luanda, que marca o início da idade colonial.

Na fase pré-colonial foram considerados dois períodos: o africano, com os ciclos do Kongo, desde o século XIII até 1490, e o do Cuanza, desde o século XIV até 1520, e o afro-português, também com dois ciclos.

As primeiras formas de organização político-social foram a tribo e o clã, agrupamento de origem familiar.

A exposição recaiu, particularmente, sobre o ciclo do Kongo, no qual todas as tribos e os clãs do grupo Kikongo se reuniram à volta de um chefe, chamado Weno ou Ninia. A Lukeni e formaram [sic] o reino do Kongo, que atualmente se chama S. Salvador. Era um reino muito grande, poderoso e bem organizado, com uma economia muito desenvolvida, devido às suas forças produtivas — meios de produção e mão de obra — se encontrarem bastante avançadas no período considerado.

Acentuou-se que, logo no começo da sociedade primitiva angolana, como noutras sociedades, os homens ligavam-se uns aos outros pelo trabalho e pelas relações de produção. À medida que cresciam as forças produtivas e aparecia a divisão do trabalho, as relações entre os homens passaram a ser mais varia-

¹¹⁷ Tratar-se-á antes de João Lourenço Landoite, que seria ministro dos Petróleos de Angola entre 1990 e 1992.

¹¹⁸ Provavelmente José Leitão da Costa e Silva, nascido em 1955. Desempenhou uma série de funções governamentais, tendo chegado a secretário do Conselho de Ministros do governo de Angola, na década de 90. Desenvolveu depois uma próspera carreira de empresário, perturbada por uma série de acusações e de processos judiciais.

das, estabelecendo-se ligações sociais entre agricultores e pastores, entre agricultores e artesãos e entre estes e os mercados, para troca de produtos.

O principal setor onde as populações do ciclo do Kongo exerceram maior ação para o desenvolvimento das forças produtivas foi a agricultura, que trabalharam com instrumento de ferro, pois desde o século VI da nossa era que a metalurgia ali tinha entrado.

Originadas pelas relações de produção na agricultura formaram-se três instituições: a poligamia (as mulheres do dono da casa de campo); a família extensa (os primos, sobrinhos, etc., integrados nos trabalhos do campo) e o trabalho obrigatório efetuado por prisioneiros.

Além da agricultura, praticava-se, também, a caça, a indústria derivada destas e o artesanato. No rio Zaire, pescava-se o “peixe-porco”, do qual se extraía a gordura para aplicar nos barcos.

Neste período, a economia do Kongo era muito rica, resultando de tal facto um produto excedente que era trocado por outros produtos que não existiam na região.

Existia já, neste período, a moeda, constituída por conchas do mar chamadas Mdjimbo, apanhadas na ilha de Luanda, com as quais se pagavam todas as coisas no reino do Kongo e nos países vizinhos.

A propriedade das terras, dos rios, dos palmares era comunitária, embora existissem riquezas que pertenciam ao rei, como as minas.

A primeira forma de organização política era a tribo, na qual a autoridade residia num pequeno grupo de guerreiros notáveis, de bravos da tribo, reunidos em redor do mais forte e mais hábil.

Sobre os temas desenvolvidos estava animado o debate.

Diário de Notícias, 18 de dezembro de 1974, p. 11

Delegação do MPLA recebida na sede do PS

Depois de ter participado no recente congresso do PS, uma delegação do MPLA, constituída por Paulo Jorge, Ilídio Machado e Veiga Pereira¹¹⁹, foi ontem, ao princípio da tarde, recebida na sede daquele partido, para uma troca de impressões sobre a situação de ambas as partes, “camaradas de velha data na luta contra o fascismo e o imperialismo”, como referiu Tito de Morais no princípio do encontro.

O dirigente socialista, que disse esperar que a fraternidade existente entre os dois partidos possa contribuir para a rápida independência de Angola, frisou que o PS não mantém quaisquer relações com os restantes movimentos de libertação daquela colónia portuguesa, pois que reconhece no MPLA o único verdadeiro representante dos legítimos anseios do povo angolano.

Ainda antes do início da sessão de trabalho, tivemos oportunidade de registar algumas declarações de Paulo Jorge. Referindo-se às declarações de Jonas Savimbi, presidente da UNITA, feitas durante uma conferência de imprensa no Luso, onde, como ontem noticiámos, afirmou que os movimentos angolanos “recusavam categoricamente o esquema de governo de transição apresentado pelo ministro Almeida Santos na ONU”, Paulo Jorge, embora desconhecendo a posição do MPLA sobre o assunto, admitiu que tenha havido má interpretação das palavras de Almeida Santos, e quanto à anunciada cimeira dos movimentos de libertação considerou prematuro aventarem-se hipóteses de local e data.

Quanto ao “saneamento político de Angola”, condenado por Savimbi, disse o delegado do MPLA que ele se impõe e afirmou partir do princípio de que é “séria e sincera” a posição das entidades oficiais portuguesas que trabalham

¹¹⁹ Carlos Alberto de Veiga Pereira (1927, Sumbe – 2018, Lisboa). Jornalista de origem angolana, foi também militante antifascista e defensor da causa da independência das colónias. Foi membro do Centro de Estudos Africanos e do Clube Marítimo Africano. Esteve preso em 1951, juntamente com Agostinho Neto quando pertenciam ao MUD Juvenil, devido a um abaixo-assinado pela paz. Em Coimbra foi colega de Almeida Santos, Agostinho Neto e Lúcio Lara.

para a descolonização. Trata-se de uma visão totalmente oposta à do presidente da UNITA, que vê no saneamento uma forma hábil para eliminar adversários políticos. Paulo Jorge reafirmou, contudo, a esperança de que “mais tarde ou mais cedo chegaremos a uma plataforma comum. Da nossa parte tudo faremos para evitar uma guerra civil”.

A coligação entre os três movimentos, que, em seu entender, se tornará mais fácil com a cessação de influências estrangeiras, aceita-a o MPLA como “um passo a dar”, não se podendo daí concluir que considere essa a solução mais justa.

Referindo-se depois ao encontro que se ia seguir com dirigentes do Partido Socialista, Paulo Jorge lembrou os antigos laços de solidariedade e amizade que existem entre o MPLA e o PS, partido que, com outras forças progressistas de Portugal, há de futuramente cooperar com uma Angola independente e livre. Frisou, ainda, a maneira “profunda e democrática” como os delegados socialistas analisaram durante o congresso os seus principais problemas.

Pelo PS participaram na reunião além de Tito de Morais, Marcelo Curto, António Guterres, Jorge Campinos e Manuel Alegre.

Jornal de Notícias, 19 de dezembro de 1974, p. 5

Conferência de imprensa do MPLA **Serão revistos os acordos que não sirvam a economia angolana**

A posição do MPLA ante a problemática angolana e o processo de descolonização em curso foram objeto de uma conferência de imprensa promovida, ontem, na Cooperativa Árvore, pelo CIDAC¹²⁰.

A fim de responder às questões formuladas, tomaram lugar na mesa o escritor Luandino Vieira, do Comité de Base, em Lisboa; Costa Andrade, do Departamento de Educação e Cultura; e Pedro Francisco, do referido Centro.

Precedendo a troca de pontos de vista, Costa Andrade começou por referir o facto de, após 14 anos de ausência, se deslocar ao nosso país para estabelecer um contacto mais amplo com o povo português e com os setores da opinião. Esta conferência de imprensa integrava-se no quadro da Semana de Solidariedade das Colónias e bem assim nas comemorações do 18.º aniversário do MPLA.

Pretendia-se, por essa via, dar uma ideia do que é aquele movimento, depois de muitos anos de obscurantismo e deturpação das causas por que os seus elementos se batem em luta armada. Fundado em resultado da fusão de alguns partidos que em vários pontos de Angola se tinham lançado numa atuação pacífica, jamais se pusera de parte a preocupação de resolver o conflito entre Portugal e Angola. O governo fascista recusara sempre os seus apelos — e daí outra opção não se ter posto do que a de desencadear um conflito armado. Logo, o povo angolano fora coagido, dessa forma, a fazer valer os seus direitos à liberdade, à independência.

Esclareceu, no entanto, que desde sempre, a guerra não fora, de modo nenhum, dirigida contra o povo português, mas antes contra o colonialismo e o fascismo que também exploravam esse mesmo povo. Ora tal posição e orientação política exigiam perfeita consciência dos objetivos por que se batiam e

¹²⁰ Centro de Informação e Documentação Anticolonial.

a confiança absoluta em tais princípios implicava, naturalmente, uma visão correta e humana para com o povo português.



Disse, depois, que desde a primeira hora ficara bem definido que o povo angolano era constituído por todos quantos nasceram naquele país, independentemente da cor da pele, dos credos ou do sexo. Não combateram o homem branco e, por isso, a sua luta, ao contrário do que havia sido apregoado pela informação deformante e mentirosa, nunca foi racista. Daí o MPLA se orgulhar de contar, também bem desde a primeira hora, com militantes de todas as origens e raças. E, em vez de utilizar a demagogia fácil, o movimento recorrerá à formação política, já que o que o distingue dos homens armados é a consciência de cada um.

Apontou o povo português como aliado privilegiado dos angolanos e frisou que entre ambos se fortificariam as relações de amizade e cooperação. Referiu, seguidamente, os esforços desenvolvidos no setor da educação e da saúde (99 por cento da população era analfabeta e 82 por cento dos médicos viviam nos grandes centros urbanos) e revelou as experiências feitas em ambos os campos,

citando no da saúde a campanha de vacinação, que tinha como melhor exemplo o caso da cólera.

A propósito da defesa dos interesses das camadas mais exploradas, acentuou que seriam respeitados todos os bens honestamente ganhos mas que haveria necessidade de rever os acordos feitos pelo governo português que, não servindo a economia angolana, apenas satisfazem os mesmos elementos ou forças que exploram os portugueses. Consequentemente, proceder-se-ia à análise da atividade dessas empresas.

Mais adiante, afirmou que Angola está aberta a todos quantos queiram colaborar na construção do novo país e que a população portuguesa que queira permanecer ali o poderá fazer de acordo com o estatuto a estabelecer.

Aludindo às conversações com o governo português, disse que a política externa do MPLA continua a ser a da independência, que o movimento não estava ligado a qualquer bloco anti-imperialista. Estariam, portanto, em oposição a qualquer ameaça à independência.

Entrando-se depois no diálogo e a propósito de uma questão posta sobre o “caso Chipenda”, foi reafirmada a expulsão deste do MPLA, assim como se esclareceu que o ex-dirigente nunca fora um comandante militar, guerrilheiro ou estratega (quanto a estratega — disse-se — só se foi devido a desvios que praticou nas bases do movimento...). Chipenda apenas estivera duas vezes em Angola, a última das quais em novembro de 1969, mas sempre bem guardado. Na sequência da conversa, afirmou-se que o MPLA se situa entre as organizações que mais se furtaram à pena capital e que ninguém fora molestado pelos seus ideais. O levantamento económico de Angola, a revisão dos acordos sobre a exploração do solo e a repressão da PIDE igualmente mereceram breves análises.

Quanto à posição do MPLA sobre o recente discurso de Almeida Santos na ONU a propósito da constituição de um governo de transição, esclareceu-se que o movimento já dera a conhecer, de modo bem claro, que rejeitava propostas daquele tipo. A FNLA e a UNITA haviam-na repudiado mas o MPLA nem sequer vira necessidade de se pronunciar.

A uma pergunta feita sobre Cabinda, foi respondido que o povo já tinha feito a sua escolha, e relativamente à alfabetização, a língua portuguesa seria o veículo de comunicação, embora se respeitassem as características de cada região.

**A descolonização abriu a Portugal os caminhos da solidariedade
com todos os povos do mundo**

Carlos Pinto Coelho¹²¹

O problema colonial esteve na raiz da repercussão do 25 de Abril. Mais do que um pequeno país europeu a libertar-se de uma ditadura, foi o ponto final num intenso domínio territorial o que verdadeiramente determinou a projeção universal do Movimento das Forças Armadas. O fim das guerras nos territórios africanos de soberania portuguesa foi sequela imediata, circunstancial. Mas 1974 fica na história dos povos, não apenas pelos acordos de cessar-fogo e sim, sobretudo, pela revolução intrínseca que operou na arquitetura política do Terceiro Mundo, e não só.

74 ter-se-á iniciado, em termos deste capítulo, com uma afirmação do então chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Costa Gomes, quando, na cerimónia de cumprimentos ao ministro da Defesa¹²², se dirigiu aos senhores generais das Forças Armadas de Portugal dizendo: “Limitar-me-ei (...) a desejar para todos nós, em 1974, saúde, inspiração e coragem, que nos ajudem a ver com meridiana clareza os honrosos caminhos que salvaguardam os interesses do povo português, no qual incluo todos os militares, comandantes e subordinados.”

Dias depois, no regresso de uma visita oficial de dois dias a Paris, o ministro dos Negócios Estrangeiros¹²³ do governo de Marcelo Caetano teria de repetir a tónica invariável: “É sabido de todos que Portugal e a França têm políticas diferentes em relação à África (...)”. A 12 de janeiro, o *Diário do Governo* publica a nomeação do general Spínola para vice-chefe do Estado-

¹²¹ Carlos Pinto Coelho (1944-2010) foi um jornalista português.

¹²² Joaquim Silva Cunha (1920-2014), que ocupou a pasta entre novembro de 1973 e a Revolução dos Cravos.

¹²³ Rui Patrício (1932-2024), que desempenhou o cargo entre 1970 e 25 de Abril de 1974.

-Maior-General das Forças Armadas; três dias depois, o último ministro do Ultramar¹²⁴ partia para uma viagem de cinco dias à Guiné, já então declarada independente por ato unilateral do PAIGC, rapidamente reconhecido por dezenas de estados.

A 17 desse janeiro já secretamente sobressaltado, uma ex-militante de um desaparecido movimento emancipalista moçambicano, o Coremo¹²⁵, defenderia, em conferência de imprensa realizada em Lisboa, uma ideia que não iria agradar a gregos nem a troianos: “Moçambicanizar Moçambique — propunha Joana Simeão¹²⁶ — através de um apoio franco e aberto aos elementos mais lúcidos, progressistas e dinâmicos da equipa governamental dirigida pelo prof. Marcelo Caetano.” (Duas semanas mais tarde, o deputado por Moçambique Gonçalo Mesquitela¹²⁷ condenaria com veemência, como “ideia falsa”, essa “moçambicanização de Moçambique que foi exposta sem um sinal de portugalidade, de unidade nacional”. E, meses depois, nas horas mais conturbadas do pós-25 de Abril em Moçambique, Joana Simeão havia de ser violentamente atacada pelas suas ligações ao regime deposto.)

No final desse mês, números oficiais divulgados em Luanda indicavam um montante de dois milhões e 65 mil contos de “atrasados”. O caos financeiro avolumava-se, na Zona do Escudo; e em cada um dos territórios africanos ali incluídos, a crise acelerava-se até à deterioração quase absoluta.

Simultaneamente, o avanço das forças de libertação tornara clara a pertinência da tese da insolubilidade do problema por via militar. O general Costa Gomes vai a Moçambique e a Angola. É sobretudo Moçambique que mais

¹²⁴ Baltasar Rebelo de Sousa (1921-2002), que exerceu funções de novembro de 1973 até à revolução do ano seguinte.

¹²⁵ O COREMO, Comité Revolucionário de Moçambique, foi um movimento de luta armada fundado em 1965 em Lusaca, resultando da união de dissidentes da FRELIMO.

¹²⁶ Joana Simeão (1937-1977/1980) foi uma professora e combatente da resistência anticolonial. Apoiou durante algum tempo a FRELIMO em Argel, e mais tarde a COREMO em Lusaca. De regresso a Moçambique, na última fase do colonialismo, foi uma das fundadoras do Grupo Unido de Moçambique (GUMO) que promovia a descolonização do território em diálogo com o poder colonial. Pouco antes da independência, foi presa e acusada pela FRELIMO de colaborar com a PIDE. Julgada publicamente, foi considerada “traidora da revolução” e “inimiga do estado”, sendo deportada para um campo de reeducação onde foi executada em circunstâncias desconhecidas.

¹²⁷ Natural de Macau, Gonçalo Mesquitela (1922-1977) foi presidente da União Nacional de Moçambique, tendo sido eleito para o Conselho Legislativo (1961, 1965), para o Conselho Ultramarino (1961, 1965) e, também por duas vezes, como deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Moçambique.

preocupações provoca: a FRELIMO instala as suas ações de guerrilha na frente de Manica e Sofala e prolonga-as logo a seguir para a Zambézia. Costa Gomes afirma, à partida de Lourenço Marques para Luanda: “Encontramo-nos numa situação difícil mas não alarmante.”

Enquanto, nas Nações Unidas, a Comissão de Descolonização retoma os debates sobre a situação, colaborando nas sessões representantes dos movimentos de libertação, em Bissau iniciam-se os trabalhos preparatórios de mais um Congresso do Povo, na linha instituída pelo general Spínola enquanto governador e comandante-chefe.

A 16, num discurso amplamente difundido, Marcelo Caetano encerra a conferência da ANP¹²⁸ desenvolvendo, sem alterações, o ideário político que forçara o País à guerra.

Uma semana antes de findar o mês, Portugal precipitar-se-ia para as bancas dos livreiros: em poucas horas se esgotou a primeira edição de *Portugal e o Futuro*.

Em 5 de março, dirigindo-se à Assembleia Nacional, Marcelo Caetano repetiria: “Precisamos de tempo (...). Todo o tempo é pouco para agir, e agir eficientemente.” Nesse momento, o jogo consistia em entregar ao legislativo a tarefa de “discutir” a política ultramarina. Minutos depois da saída do chefe de governo, era proposta, ato contínuo, uma moção de apoio a essa política; três dias mais tarde essa moção obtinha apoio por unanimidade. No tradicional cortejo de mensagens de suporte, vindas de dezenas de procedências ultramarinas, a linha defendida pelo presidente do Conselho foi encomiasticamente encarecida. Simultaneamente, a Noruega aumentava para um milhão de esterlinos o seu auxílio aos movimentos de libertação...

A 14 de março, os generais Costa Gomes e António de Spínola são exonerados de seus cargos e um grupo de oficiais generais sobe as escadas de São Bento para manifestar “apoio e lealdade” ao chefe de governo. Na madrugada de 15 para 16, o mal-estar tem o seu primeiro assomo, na tentativa de sublevação das Caldas da Rainha. Horas antes, no Brasil, Rui Patrício dissera, enfaticamente: “Portugal nunca fez e nunca fará nem independências brancas nem independências pretas.” Entretanto, Moçambique continua a ser a grande

¹²⁸ Ação Nacional Popular, a organização política única que, no consulado de Marcelo Caetano, substituiu a União Nacional.

insónia: o Núncio Apostólico em Lisboa parte para uma viagem que se prolongaria até 9 do mês seguinte.

A 48 horas da madrugada dos capitães

Foi, de resto, nesse dia 9 de abril que o regime defrontou, em Lisboa, mais uma ação de sabotagem e alerta: à hora marcada para a partida do navio “Niassa”, transportando tropas, explode uma bomba. Vinte e quatro horas mais tarde, culminando um incisivo processo de oposição, o bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, vê-se expulso de Moçambique. Na mesma altura, onze padres católicos, na sua maioria pertencentes à congregação Comboniana, sofrem a mesma pena. Entretanto, na cidade da Beira, exatamente dois dias antes da madrugada dos capitães, o recém-chegado comandante Guerra Corujo prometeria, na sua posse como governador do distrito: “Perseguiremos o inimigo até ao seu completo aniquilamento.”

Expectativa

Durante as vinte e quatro horas que se seguiram à conquista do poder pelo Movimento das Forças Armadas, o ultramar esteve praticamente alheado dos acontecimentos. Sobretudo em Moçambique, a informação manteve-se firmemente acorrentada pelos mentores da censura. A 26, comunicados emitidos pelos governos-gerais em Luanda e Lourenço Marques referiam “não terem sido recebidas instruções da Junta de Salvação Nacional”. Subscreviam-nos os governadores já então depostos em Lisboa. Os dias seguintes são de angustiosa expectativa, para milhares de pessoas, cada qual por suas razões. A distância, a velocidade dos acontecimentos, a imprecisão dos noticiários, alimentaram uma extenuante espera, rapidamente coalhada de boatos. Na África inteira a vida suspendeu-se. Em Angola, em Moçambique e na Guiné não se registam (ainda) quaisquer incidentes de vulto. A África do Sul e a Rodésia prendem a respiração e prudentemente aguardam.

Primeiras repercussões

O programa anunciado pela Junta de Salvação Nacional comprometia, no tocante às colónias, a destituição dos governadores-gerais, o reconhecimento de que a solução das guerras era política e não militar, a criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, e o “lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”.

As primeiras repercussões são de manifesta desconfiança, por parte dos movimentos de libertação: em Lusaca, a FRELIMO faz saber: “Dizemos não a uma tese federalista.” Agostinho Neto, no Canadá, expressa precisamente a mesma ideia. Em Kinshasa, Holden Roberto é mais incisivo: “Se os angolanos tiverem de conquistar a independência pelas armas, não haverá móveis a salvar.”

Entretanto, inicia-se uma maciça adesão aos princípios do MFA, ainda mal clarificados no espírito de muitos, e começam a fluir as mensagens de apoio, vindas do ultramar.

Simultaneamente, por decisão da Junta, a DGS em África é convertida em polícia de informações militares e soltam-se os primeiros presos políticos.

Maio: um mês trepidante

Maio foi, de todos, o mês mais trepidante e mais volumoso, no *dossier* descolonização. Os resultados — que só mais tarde haviam de aparecer — ficariam irrevogavelmente determinados nesses trinta e um dias.

Mário Soares inicia imediatamente a impressionante atividade diplomática que nunca mais abrandaria. A 2, o almirante Fragoso de Matos substitui o coronel Basílio Seguro no governo de Cabo Verde; no dia seguinte, o almirante Tierno Bagulho parte para Luanda, como delegado da Junta de Salvação Nacional, enquanto o coronel Silva Sebastião, desligado da presidência da Câmara Municipal de Lisboa, segue para Moçambique, adstrito ao governo-geral. O general Costa Gomes chega no dia 4 a Luanda, onde enuncia o princípio de que a luta continuaria até que os movimentos de libertação se dispusessem ao diálogo depondo as armas. No mesmo dia constitui-se em Lourenço Marques o agrupamento político (FICO¹²⁹) que viria a ser o principal responsável pelos sangrentos incidentes de setembro.

Regressado a Lisboa no dia 6, Costa Gomes afirma: “Trouxe a convicção de que o povo angolano é, num grande espaço português, um magnífico exemplo da verdadeira vocação luso-tropical.” O então tenente-coronel Carlos Soares Fabião é nomeado delegado da Junta de Salvação Nacional em Bissau.

¹²⁹ A Frente Independente de Convergência Ocidental foi um movimento de colonos brancos que se opôs à independência de Moçambique. O movimento defendia a manutenção de um governo federalista e esteve envolvido em ações terroristas, greves e manifestações contra o processo de descolonização.

Entretanto, a luta cresce de intensidade em três frentes. Em Copenhaga, Agostinho Neto declara: “O general Spínola não disse em momento algum algo que seja aceitável para nós.” Por seu lado, Sekou Touré¹³⁰ desfere violentos ataques à personalidade do presidente da Junta de Salvação Nacional. A Organização da Unidade Africana toma posição manifestamente hostil, descrendo do alcance das intenções do MFA.



A 8, o general Costa Gomes, novamente chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, vai por seis dias a Moçambique, onde se junta ao general Diogo Neto, membro da Junta de Salvação Nacional, e onde fortes reações por parte da população branca da cidade da Beira ocupam parte de um intenso programa em ambiente de permanente tensão.

¹³⁰ Ahmed Sékou Touré (1922-1984) foi presidente da Guiné-Conacri de 1958 até à sua morte.

Kurt Waldheim envia a Lisboa, no dia 11, um emissário especial, Hans Janitschek, encarregado de pedir à Junta que exprima as suas “ideias exatas” quanto à autodeterminação. Enquanto, em Lourenço Marques, Costa Gomes se encontra com elementos afetos à FRELIMO que mais tarde irão a Dar es-Salam comunicar as suas propostas, em Lisboa o Conselho Presbiteral do Patriarcado convidava todos os cristãos a colaborarem “numa justa solução” do problema da guerra.

Luís Cabral, presidente do Conselho de Revolução da Guiné-Bissau, afirma, no dia 12, opor-se violentamente a “quaisquer maquinações tendentes a impor, como fez o general De Gaulle, uma solução bastarda, uma neocolonização”. No dia seguinte, porém, o PAIGC proporia, em comunicado distribuído em Argel, o início de conversações. Duas condições: o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e independência para o seu povo e de Cabo Verde; o reconhecimento dos mesmos direitos aos povos dos outros territórios portugueses em África.

Entretanto, proliferam, nos três territórios africanos em guerra, os agrupamentos políticos dos mais diversos matizes: em 18 dias, surgiram mais de vinte em Angola.

A 15, o general Spínola é designado presidente da República e afirma: “O destino do ultramar terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua”. No dia seguinte, o advogado Almeida Santos, radicado há 21 anos em Lourenço Marques, toma posse da pasta da Coordenação Interterritorial, que substitui, no elenco do I Governo Provisório, o extinto Ministério do Ultramar. Imediatamente após tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, o dr. Mário Soares parte para Dacar, a convite de Senghor, e ali se avista também com Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC. À mesma hora, em Salisbúria, o *leader* do partido governante, Des Frost¹³¹, afirma: “A mudança política em Moçambique não forçará a Frente Rodesiana a entregar o poder aos negros.” Ainda nesse dia 16, violentos acontecimentos paralisam a vida no centro de Moçambique, onde multidões de brancos reagem ao assassinato de um agricultor.

¹³¹ Desmond Frost, à época na Rhodesian Front (RF). Mais tarde, em 1977, descontente com a liderança de Ian Smith, juntar-se-ia ao The Rhodesian Action Party (RAP).

Azáfama

Dia 17 de maio: numa comunicação ao país, o ministro Almeida Santos tranquiliza os ultramarinos: “Todos podem estar seguros de que nas históricas decisões a tomar, os responsáveis curarão de evitar uma catástrofe aceitando o preço de outra catástrofe.” Em Brazzaville, o MPLA manifesta-se a favor de um referendo em Angola; Kurt Waldheim oferece o apoio das Nações Unidas para as negociações que se irão seguir; em Lisboa, o dr. Álvaro Cunhal sublinha: “A criação de um estado federal é uma solução ótima a considerar, mas depende das circunstâncias.”

No dia 18, chega à cidade da Praia o major Loureiro Santos, encarregado do governo. Nessa noite, Almeida Santos parte para uma extensa viagem a Moçambique e a Angola, que só findaria em 27, seguindo diretamente de Luanda para Londres, onde se juntou o dr. Mário Soares, nas primeiras negociações com o PAIGC sobre o futuro da Guiné.

A 20, são suspensas as operações ofensivas do exército português em Angola. É o dia da chegada de Almeida Santos a Moçambique, onde a FRELIMO se encarniçava num recrudescimento espetacular das suas ações militares, e onde a vida económica avançava vertiginosamente para o caos, em consequência de greves generalizadas por todo o território.

No dia 25 iniciaram-se, em Londres, as negociações com o PAIGC. Lisboa vive, entretanto, horas de nervosismo, com incidentes no Largo da Estrela, provocados por manifestantes que exigiam a libertação imediata do capitão cubano Pedro Peralta¹³², feito prisioneiro na Guiné. Horas mais tarde, Luanda era cenário de violências raciais. Na zona da Beira, em Moçambique, negros e brancos envolvem-se também em sérios conflitos.

As conversações de Londres prosseguem, em 28, só com Almeida Santos: subitamente, Mário Soares vem a Lisboa para consultas durante dois dias, finidos os quais regressa à capital inglesa. Em 1 de junho a primeira fase dessas conversações interrompe-se sem êxito à vista.

¹³² Oficial cubano capturado na Guiné em 1969, quando estava ao serviço das forças independentistas do PAIGC, o capitão Pedro Rodriguez Peralta seria libertado a 15 de setembro de 1974.

Enquanto Pedro Pires, chefe da delegação do PAIGC, segue para Argel, Almeida Santos regressa a Lisboa e Mário Soares vai a Paris conferenciar com o seu homólogo Sauvagnardes¹³³ e com Leopold Senghor.

Junho: negociações

No dia 4 de junho começam, em Lusaca, as negociações com a FRELIMO. A delegação portuguesa integra Mário Soares e Otelo Saraiva de Carvalho. Dois dias decorridos, os portugueses estão de volta e a imprensa mundial divulga um comunicado conjunto onde se declara que “o cessar-fogo está condicionado por um acordo prévio relativo a princípios políticos fundamentais.” O presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, diria, entretanto: “Está criado um clima de confiança mútuo.”

A 12, o general Silvino Silvério Marques, antigo governador-geral de Angola e governador de Cabo Verde, toma posse da governação angolana, no que seria um breve regresso àquele posto. Simultaneamente, o dr. Henrique Soares de Melo assumia a responsabilidade da governação do território do Índico.

Sempre numa sucessão imparável, Mário Soares e Almeida Santos voltam a deixar Lisboa, no dia 13, e vão retomar, em Argel, o difícil diálogo com o PAIGC. Quarenta e oito horas depois as conversações voltam a interromper-se e os ministros regressam.

Nos dias que seguem o ministro dos Estrangeiros vai ao Canadá e, a pedido de Kurt Waldheim, desloca-se a Nova Iorque, onde trava conversações com o secretário-geral da ONU. Entretanto, em Angola, a UNITA (dirigida por Jonas Savimbi) anuncia a suspensão das hostilidades e sabe-se que, não oficialmente, o exército português inicia contactos com o MPLA.

As piores notícias continuam a chegar de Moçambique: em 25, num incidente na fronteira de Ressano Garcia, trabalhadores moçambicanos regressados das minas de ouro da África do Sul são conduzidos a uma confrontação com alguns elementos do Exército e registam-se oito mortes.

Inquietação e violências

Julho havia de se caracterizar, no seu todo, pela permanente inquietação nas principais cidades dos territórios africanos portugueses, pelo prosseguir-

¹³³ Jean Sauvagnardes (1915-2002), diplomata e político francês, à época ministro dos Negócios Estrangeiros.

mento da guerra, pelas sucessivas crises nos setores produtivos e por uma atividade febril a nível de grupos políticos de formação recente. No plano internacional, surgem mais vozes animadoras: depois de Waldheim, James Callaghan, ministro inglês dos Estrangeiros, declara confiar nos propósitos de Lisboa. No dia 9, o presidente Senghor faz escala em Lisboa e, sem sair do avião, conferencia durante noventa minutos com o presidente Spínola.

A 11 de julho estalam, nos musseques de Luanda, os mais graves incidentes que marcaram, até agora, o processo de descolonização angolano. Na sequência do assassinio de um motorista de táxi, no Bairro Cazenga, sucedem-se as mortes, as violências, os saques e a desordem. Até ao fim desse mês, com períodos de relativa acalmia e súbitos recomeços, Luanda foi permanente clima de ódios.

Em 19 de julho, o governador-geral, Silvino Silvério Marques, é chamado a Lisboa. Três dias depois a Junta de Salvação Nacional decide criar uma junta militar para Angola e designa o almirante Rosa Coutinho para presidir-lhe. A posse realiza-se a 24, e nesse mesmo dia Rosa Coutinho segue para Luanda.

A ideia de se criar uma junta militar para Moçambique chega a ser enunciada. Desprovido de meios legais de atuação, o governo provisório de Soares de Melo revela-se incapaz de fazer frente ao desmoronar da vida no território. Em 25, esse governo apresenta a demissão. É neste impasse que Moçambique sobreviverá quase um mês.

Declaração

No dia 28 de julho, o presidente da República, general Spínola, pronuncia a declaração onde solenemente afirma o reconhecimento imediato do direito à independência da Guiné, Angola e Moçambique. Nos dias de desanuviamento que se seguiram, a diplomacia portuguesa precipitou-se a colher os frutos dessa clarificação de intenções, tão repetidamente instada pelas Nações Unidas.

“Angola saberá dar ao mundo o exemplo de uma África adulta” — afirmou em Luanda, no dia 29, o almirante Rosa Coutinho, ao conferir posse aos componentes da Junta Governativa, entretanto formada depois de delicado período de consultas. Nesse mesmo dia a Guiné-Bissau pedia a sua admissão nas Nações Unidas e, em Lourenço Marques, a Rádio Clube de Moçambique anun-

ciava que a FRELIMO tinha concordado num cessar-fogo “de facto” em alguns pontos do território.

Antes de o mês findar, um capítulo importante das relações coloniais haveria, também, de ficar apontado para a solução: numa manifestação de impaciência pela morosidade com que decorriam as negociações tendentes a pôr termo ao monopólio dos voos de ligação com Portugal, trabalhadores das Linhas Aéreas de Moçambique (DETA) retêm, no dia 23, um “Jumbo” da TAP estacionado no aeroporto de Lourenço Marques. Dois dias depois Lisboa determinou que cessasse o exclusivo e as negociações estendem-se à TAAG de Angola.

Argel: polo de convergência

O primeiro dia de agosto traz a notícia do estalar das dissidências internas no MPLA: radicalizadas durante a cimeira de chefes de estado africanos em Bukavu, as fações Agostinho Neto e Daniel Chipenda nunca mais haviam de chegar a uma composição.

Em 2 de agosto, o secretário-geral das Nações Unidas pisa pela primeira vez território português, numa viagem de boa-vontade que culminou, dois dias mais tarde, com um comunicado oficial da organização declarando que Portugal estava pronto a reconhecer a independência da Guiné-Bissau.

Angola volta a focalizar as atenções. Rosa Coutinho, governante enérgico, decreta o recolher obrigatório, no dia 5, em toda a cidade de Luanda. A medida sucedeu-se a novo surto de desordens e motins. As Forças Armadas, vinte e quatro horas depois dependentes de um Comando Operacional criado para a cidade de Luanda, começavam a deixar transparecer a fadiga de uma situação complexa, onde a sua ação nem sempre era perfeitamente entendida pelos diversos grupos da população. No dia 9, a Junta de Salvação Nacional proclamava um completo programa para a descolonização de Angola, compreendendo o cessar-fogo, a constituição de um governo de coligação e, “no prazo aproximado de dois anos”, a eleição de uma assembleia constituinte.

Entretanto, no dia 8, Mário Soares e Almeida Santos voltam a Argel para novo contacto com o PAIGC. Regressam a Lisboa no dia imediato sem que nada tivesse transparecido.

O fim de semana de 10 e 11 marcou-se, nas duas costas, por incidentes de gravidade: uma onda de pilhagens e depredações eclodiu nos distritos

moçambicanos de Nampula e Ilha, pondo em pânico centenas de agricultores, que se refugiaram na capital militar do território; em Cabinda, entretanto, processavam-se manifestações importantes, de apoio à FLEC (Frente de Libertação do Enclave).

Os distúrbios no Norte de Moçambique coincidem com a chegada a Dar es-Salam de Mário Soares, Almeida Santos e Melo Antunes, que ali reiniciam o diálogo com a FRELIMO no dia 16. Quarenta e oito horas decorridas, a missão portuguesa regressa a Lisboa e, no dia seguinte, é nomeado um encarregado do governo para Moçambique: o dr. Ferro Ribeiro, que imediatamente tem de resolver problemas graves ocasionados por uma greve de três mil funcionários públicos em Lourenço Marques.

No dia 22, em segredo, Almeida Santos e Mário Soares voltam a Argel. No dia 26, com as atenções do mundo centradas no Palácio do Povo da capital argelina, é assinado o protocolo para a transferência de poderes na Guiné. Três dias depois, em Lisboa, o presidente Spínola ratificava o acordo.

Os dias negros de Lourenço Marques

Em 2 de setembro é anunciado o restabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e o Senegal. Em Moçambique, o enviado particular de Paulo VI, cardeal Umberto Mozzoni, prosseguia contactos com as comunidades católicas e dali seguia para Angola.

A 4, numerosa delegação portuguesa parte para Lusaca: dela fazem parte, além dos dois ministros diretamente responsáveis pelas negociações com a FRELIMO, o ministro sem pasta Melo Antunes, o futuro alto-comissário português em Moçambique, Vítor Crespo, e ainda o secretário de estado do Trabalho do Governo Provisório moçambicano, dr. Antero Sobral. Os acordos finais foram assinados no dia 8, quando já em Lourenço Marques irrompia violenta reação contra o texto desses acordos, conduzida por extremistas brancos que contestavam a escolha da FRELIMO como único interlocutor para a solução do problema moçambicano. Os dias negros que se viveram em Moçambique — de que a tomada da Rádio Clube de Moçambique pelos rebeldes constituiu ato decisivo — saldar-se-iam numa centena de mortos e em duzentos e cinquenta feridos. A partir de então e até este momento, cerca de quinze mil brancos abandonaram Moçambique.

No dia 9, véspera da rendição dos rebeldes instalados na emissora lourenço-marquina, Lisboa decide nomear o almirante Vítor Crespo alto-comissário da República. A 12, e perante uma situação de absoluto desespero por parte dos residentes nos subúrbios da capital, Vítor Crespo pede que os primeiros soldados da FRELIMO venham para Lourenço Marques e ali, em colaboração com o exército português, restabeleçam a ordem. A situação foi considerada “completamente controlada” no dia 13; mas, nessa altura, já dezenas de instalações comerciais e fabris do “caniço” se encontravam irrecuperáveis, num montante de prejuízos que ascendeu a cem mil contos.

Em setembro ainda, o presidente Spínola encontrou-se com o chefe do estado zairese, Mobutu, na ilha do Sal. O ministro Almeida Santos, que esteve presente, seguiu imediatamente para uma visita ao arquipélago de Cabo Verde. Entretanto, em Paris, Mário Soares voltava a conferenciar com Leopold Senghor, nas vésperas da sua intervenção perante a assembleia geral das Nações Unidas.

No dia 20, em Lourenço Marques, toma posse o Governo de Transição, chefiado por Joaquim Chissano. Na véspera, Samora Machel libertara 200 militares portugueses prisioneiros no campo militar da FRELIMO em Nashingwea (Tanzânia).

A 21, em Lisboa, toma posse o novo governador de Cabo Verde, eng. Sérgio Duarte Fonseca, e o presidente Spínola anuncia que assumirá diretamente as negociações internacionais sobre Angola. Nesse espírito, o general convoca para Lisboa uma representação de vinte e três angolanos, com quem se reúne no dia 28, quarenta e oito horas antes da sua demissão de chefe de estado.

Outubro: violências e paz

Da agenda de descolonização de outubro, salientam-se a viagem do ministro Almeida Santos a Macau, Timor, Austrália e Indonésia, e a viagem a Kinshasa de uma missão militar portuguesa, chefiada pelo general Fontes Pereira de Melo, que ali manteve contactos com Mobutu e com dirigentes do MPLA e da FNLA. Dias depois, Holden Roberto anuncia a suspensão de atividades militares por parte da FNLA, com início às zero horas do dia 15. Logo a seguir, o MPLA e a FNLA anunciam ter assinado um acordo de princípios.

A segunda grande vaga de violências em Lourenço Marques ocorreu na tarde de 21: militares “comandos” em fim de comissão provocam desordens

na zona central da cidade, em confrontações com elementos da FRELIMO. Balanço: 42 mortos e 150 feridos. Entretanto, nesse mesmo dia, Lisboa saudava a chegada do último contingente de tropas procedente de Bissau.

No dia seguinte, numa mata do Moxico, Agostinho Neto assinou um acordo de cessar-fogo com o Exército Português. A guerra terminara de facto, em Angola. Esse acordo seria, no entanto, repudiado por Daniel Chipenda, no mais aceso das dissidências instaladas no seio do MPLA. Simultaneamente, Rosa Coutinho encontrava-se com Savimbi, na zona leste de Angola.

Em 29, o major Garcia Leandro e o tenente-coronel Lemos Pires são nomeados governadores, respetivamente de Macau e Timor. E outubro terminaria com a confrontação armada que opôs, em Cabinda, a FLEC ao Exército português.

Os últimos 60 dias

Nos dois últimos meses do ano assistiu-se a um decidido acelerar do processo de descolonização. Momentos relevantes o da assinatura, em Argel, do acordo marcando a independência de S. Tomé e Príncipe. Novembro, o acordo celebrado entre a FNLA e a UNITA (25 de novembro), a nomeação interinamente do almirante Rosa Coutinho como alto-comissário em Angola (29 de novembro) e a pormenorizada exposição da situação colonial, feita pelo ministro Almeida Santos, em 3 de dezembro, perante a assembleia geral das Nações Unidas. Entretanto, os três movimentos de libertação angolanos faziam a sua entrada legal em Luanda.

Em 19 de dezembro, é assinado, em Lisboa, o acordo entre Portugal e o PAIGC sobre Cabo Verde; em 5 de julho de 75, o arquipélago será declarado independente. Dois dias depois, em S. Tomé, tomava posse o primeiro-ministro do Governo de Transição, Leonel d'Alva. O almirante Vicente Almeida d'Eça, alto-comissário em Cabo Verde, assumiria funções no dia 26.

Jornal de Notícias, 12 de janeiro de 1975, p. 4

Apontamentos

“Bacalhau com todos” no primeiro almoço

O primeiro almoço servido no hotel da Penina aos membros da cimeira foi constituído por bacalhau com todos, à boa maneira portuguesa. Muito embora não conste ter havido reclamações do menu, sabe-se que o jantar do mesmo dia, servido no *grill* do hotel, baseou-se no paladar de cada hóspede, sendo escolhido à carta.

Jonas Savimbi e Holden Roberto sentaram-se na mesma mesa. Mário Soares e Agostinho Neto assistiram, à noite, a uma exibição do grupo folclórico do hotel. Antes, porém, estes dois dirigentes, acompanhados de Almeida Santos, manifestaram muito interesse em ver na televisão a entrevista concedida por Rosa Coutinho aos representantes da Informação.

A campanha promocional da FNLA que membros da delegação, falando francês, procuram nitidamente desenvolver, começa a preocupar alguns jornalistas. Aliás, consta que mesmo no interior do hotel da cimeira a equipa de Holden Roberto, e sobretudo os seus guarda-costas — muito zelosos em cuidar da integridade física do seu presidente —, terá já incomodado certos funcionários portugueses, para quem a tradicional hospitalidade constitui, por si só, um ponto de honra nacional que não necessita de recomendações.

Os ministros Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos reuniram pouco antes das 11 horas de ontem com o presidente da República, general Costa Gomes, que se mantém no Algarve, a quem deram conta do decurso das conversações.

O Ministério da Comunicação Social, onde colhemos esta informação, não distribuiu ontem qualquer comunicado.

Aproveitando a presença no Algarve de cerca de 150 jornalistas nacionais e estrangeiros, que se encontram a fazer a cobertura da cimeira, a Comissão Regional de Turismo do Algarve ofereceu ontem, num hotel a cerca de trinta quilómetros do centro de imprensa do Alvor, um almoço a todos os representantes dos órgãos de Informação. Porém, dada a distância, poucos foram os jornalistas que aceitaram o convite, preferindo ficar no *press center* aguardando algum elemento das delegações participantes que por ventura ali se deslocasse, aproveitando a paragem dos trabalhos para almoço.

No entanto, mais tarde, já ao princípio da noite, o mesmo departamento turístico algarvio ofereceu um beberete aos jornalistas, mas no próprio hotel onde está instalado o centro de imprensa.

Diário de Notícias, 18 de janeiro de 1975, p. 11

**Agostinho Neto visitou no Porto o advogado que há 18 anos
o defendeu no plenário fascista**

Deslocou-se ontem ao Porto, onde esta amanhã dará uma conferência de imprensa, o presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, dr. Agostinho Neto. Numa viagem que deverá, também, incluir Coimbra, o dirigente angolano visita amigos de vários anos e estabelece contactos de interesse para o futuro político do seu país. A estada na capital do Norte permitiu ao *leader* africano alguns momentos de convívio com o dr. António Macedo, que foi seu advogado, há 18 anos, no tribunal plenário do Porto.

No aeroporto de Lisboa, de onde deveria ter partido ao meio-dia — não o tendo feito por razões climatéricas —, o presidente do MPLA voltou a contactar com jornalistas portugueses, numa troca de impressões que decorreu em ambiente de grande abertura.

A “cimeira” do Algarve foi, mais uma vez, tema de diálogo, tendo Agostinho Neto manifestado novamente satisfação pelo acordo concluído no dia 15, acrescentando a sua esperança em que o entendimento alcançado na Penina entre os três movimentos angolanos de libertação possa manter-se no futuro. Disse também, no entanto, estar ciente de que existem “pressões que vão procurar continuar a dominar o nosso país”, sublinhou.

E prosseguiu: “Não falo de Portugal, onde a orientação atual, é-me muito agradável dizer isso, é no sentido de descolonizar completamente. Portugal não deseja fingir que está a descolonizar para tornar a colonizar.” Desenvolvendo o seu pensamento, o *leader* africano explicou que se referia às multinacionais, às grandes companhias, a respeito das quais manifestou a convicção de que irão continuar a pressionar os movimentos de libertação e a “aproveitar-se das mais pequenas contradições, para poderem dominar o país.”

Recorde-se, a propósito, que momentos antes da assinatura do Acordo da Penina, um elemento credenciado da delegação portuguesa, instado pelos jornalistas, havia declarado que o destino das multinacionais em Angola não

havia sido expressamente abordado durante as conversações, e que esse assunto seria, naturalmente, determinado pela política a adotar pelo Governo de Transição de Luanda. Por outro lado, é de salientar que a pasta da Economia — confiada à parte portuguesa até à independência — terá participantes, a nível de secretários de estado, dos movimentos políticos reconhecidos como interlocutores no Algarve.

Na primeira menção direta feita, depois do Algarve, aos poderes económicos estrangeiros, o dr. Agostinho Neto sublinhou: “Teremos de resistir a essas pressões e só quando estivermos, em conjunto, determinados a essa resistência, poderemos estar livres daquilo a que se chama neocolonialismo.”

Confirmando a posição, unanimemente assumida, no Algarve, pelos três movimentos políticos de Angola, Agostinho Neto disse ontem que não será estabelecida discriminação de qualquer espécie entre os residentes e os naturais angolanos, notando, contudo, que a minoria colonialista perderá os privilégios de que usufruiu durante séculos. “O que eu desejo — acentuou — é que o homem angolano seja um homem que ande de cabeça levantada e não de cabeça baixa, que seja capaz de respirar pelos seus pulmões e que seja capaz de se instruir.”

Jantar de amigos

Já no Porto, o dr. Agostinho Neto jantou em casa de um velho amigo: o dr. António Macedo, advogado e atual presidente da secção do Porto do Partido Socialista, que em 1955 defendera Agostinho Neto, julgado em tribunal plenário por pertencer ao MUD juvenil.

Em “romagem de saudade”, o presidente do MPLA levou consigo familiares (a mulher, Maria Eugénia, a mãe, o filho e uma irmã), bem como todos os elementos que integram a delegação daquele movimento político às conversações da Penina. Entre os convidados do dr. António Macedo contava-se também o governador civil do Porto, dr. Cal Brandão.

O convívio — pelo qual o advogado portuense se declarou emocionado — permitiu recordar, em ambiente fraterno, episódios antigos, então deprimentes, mas hoje evocados na serena alegria da vitória. Entre as memórias que foram tema, a da colaboração amiga que o advogado prestou a um par de namorados, sempre que os portões da cadeia se abriram para o defensor jurídico, e para a futura mulher de Agostinho Neto, que o acompanhava. Entretanto, às tenta-

tivas dos jornalistas para dialogarem com o dirigente angolano, foi respondido que o presidente do MPLA estaria ao seu dispor na manhã de hoje, e apenas foi permitido o ingresso de repórteres fotográficos que, durante breves minutos, fixaram a imagem do encontro informal.

Diário de Notícias, 20 de janeiro de 1975, p. 1 e 14

**Recebido no PS e no PC por antigos companheiros de cárcere
Agostinho Neto visitou em Portugal lugares e pessoas
relacionados com o seu passado de resistente**

O dr. Agostinho Neto presidiu ontem a uma sessão na Casa de Angola, em que estiveram presentes naturais das várias ex-colónias portuguesas, que foram por ele saudados com emoção. O presidente do MPLA regressou a Lisboa, após uma visita ao Porto e a Coimbra, durante a qual reviu amigos e locais relacionados com o seu passado de resistente.

No seu discurso na Casa de Angola, o *leader* do MPLA afirmou: “Não somos políticos. Estamos a carpintear um pouco para ver se conseguimos ser políticos. Queremos a libertação do nosso povo e vamos diretamente aos problemas.” A propósito da luta de libertação, recordou os muitos milhares de jovens que nela tombaram e outros que perderam oportunidades na vida, escolhendo o mais nobre dos trabalhos — a luta pela independência.

Lembrou, também, os sacrifícios das populações nos dois últimos decénios, submetidas às repressões da PIDE, militar e administrativa, e às condições duras da luta na clandestinidade. No momento em que se chega quase ao fim de uma etapa, salientou a necessidade de uma cada vez maior ligação aos povos que realmente contribuíram para a libertação dos seus países, para a libertação de África, contribuindo, assim, para que o mundo possa começar uma nova etapa da sua História.

Salientou a união que, desde o início, existiu entre os vários movimentos de libertação (PAIGC, FRELIMO, MPLA, MLSTP) e historiou o nascimento da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Aqui mesmo, em Lisboa, enquanto outros desempenhavam tarefas em Lourenço Marques, Luanda ou Bissau, um pequeno grupo constituiu um núcleo de estudos literários que fazia “investigações sobre África”, destinadas a iludir a PIDE. Em 1950, em casa de Lúcio Lara, fundou-se o Movimento Anticolo-

nialista, a que pertenceu também Amílcar Cabral, cujo talento e dinamismo foi referido por Agostinho Neto.

Falou ainda do facto de a luta não ter terminado, pois há reacionários em todos os países que vão tentar sabotar a independência, tentar, como sempre, que a história faça marcha atrás.

Para a consolidação da independência, frisou a necessidade de detetar a tempo todas as infiltrações inimigas, as tentativas de sabotagem político-económica. Por outro lado, realçou a importância da unidade, acrescentando: “A nossa África hoje é neocolonizada. Não temos nenhum receio de o dizer. Não há países africanos, hoje, ou há raros, que sejam completamente independentes. Quase todos eles dependem ainda das suas antigas metrópoles ou de outros países para o seu desenvolvimento. E com a dependência económica, vem, fatalmente, a dependência política. E nós não queremos que isso aconteça mais no nosso continente. Vamos defender a independência completa dos nossos países e, depois, por esse meio, vamos contribuir para que, no plano internacional a África seja também independente.”

Recordou a existência — ainda hoje — de povos submetidos a minorias racistas brancas, como sucede na África do Sul, na Namíbia, no Botswana, no Malawi, etc., que, embora tendo alcançado um certo grau de evolução política, não têm, dentro dos seus países, mais autoridade do que a que lhes “consentem alguns dos seus patrões”.

E prosseguiu: “Nós temos responsabilidades. Somos povos que estamos a desenvolver, que adquiriram maturidade durante a luta de libertação. Nós construímos núcleos importantes em África, para que a África possa tornar-se progressista. E, com todas as cautelas necessárias, usando dos meios de que dispomos, nós vamos fazer com que os nossos irmãos noutros países sejam livres.”

Apontou depois graves problemas da economia africana, que a OUA ainda não conseguiu solucionar, indicando que a África deverá caminhar no sentido de ocupar no mundo — em especial no Terceiro Mundo — o papel devido a países novos, com a obrigação de possuir dinamismo suficiente para empurrar os outros.

Voltou a salientar a importância da unidade dos movimentos de libertação também em face dos perigos externos — “um imperialismo que não desiste

das suas intenções de dominar o mundo”. Falou então da ameaça do imperialismo americano, do choque entre os sistemas capitalista e socialista, acrescentando: “Vamos sentir-nos aflitos da nossa vida, porque cada um quer dominar a África. Vamos consentir isso? Acho que não. Nós não temos que ser dependentes de ninguém. E assim temos definido a nossa política externa no MPLA — a política de independência — e embora toda a gente diga que nós somos russos, vermelhos ou comunistas, nós não somos nada disso. Nós somos é nacionalistas. Nós queremos seguir uma via progressista para o nosso país. Não copiamos o figurino de nenhum país, seja ele qual for. Evidentemente, não somos pelas formas de exploração.”

Noutra passagem, manifestou o desejo do MPLA de marcar uma posição, defendendo principalmente as classes populares mais exploradas, e preconizando a democracia económica e política, cultural e social, criando condições para que cada um se exprima livremente. Disse ainda: “Em Angola nunca houve eleições. Salazar e Caetano organizaram algumas eleições em que apresentavam um Craveiro Lopes, um Tomás ou um Carmona e toda a gente dizia sim, senhor. Eram levados em camionetas, e davam-lhes um papel na mão, que metiam numa caixa. Enfim, isso era a democracia em que nós vivíamos e que ainda estamos a viver até hoje. Não queremos essa espécie de democracia.”

Sobre a questão do petróleo angolano, Agostinho Neto precisou: “Nós queremos que o nosso petróleo seja para Angola. Nós, ao mesmo tempo que produzimos milhões e milhões de toneladas de petróleo, estamos a comprar petróleo do exterior. Aquilo que produz Angola não chega, porque não ganham nada com a transformação do petróleo. Isso é feito noutros países. Depois compram-no mais caro. Nós queremos que os diamantes, em vez de andarem a circular no mercado negro, sejam controlados pelo estado.”

E acerca do ferro: “Os economistas dizem que o negócio do ferro está muito mau. Está muito mau porque já roubaram tanto que agora já quase não há mais nada para roubar. Até os técnicos, aqueles que deviam ser mais conscientes, dos hospitais, os médicos, os técnicos dos laboratórios de engenharia, estão a encaixotar o material de Angola para trazerem para a sua terra. Quer dizer que estão a esvaziar tudo, estão a saquear a nossa terra o mais depressa possível. Ora, nós não somos por isso.”

Visita aos partidos políticos

Mais tarde, o dr. Agostinho Neto deslocou-se à sede do Partido Socialista, acompanhado de Iko Carreira, Lúcio Lara, Carlos Rocha¹³⁴ e Paulo Jorge.

Por parte do Partido Socialista estavam presentes os membros do Secretariado, Mário Soares, Francisco Zenha, Tito de Morais, Marcelo Curto, Alberto Antunes, Lopes Cardoso, Manuel Alegre, Catanho de Meneses e Silvino Rego e, ainda, os membros da Comissão Diretiva e Nacional, Jorge Campinos, Pedro Coelho, José Neves e Maria Barroso.



A visita decorreu em ambiente de afetividade e camaradagem, dados os velhos laços de amizade e de luta comum antifascista e anticolonialista existentes entre muitos dos membros das duas delegações, alguns dos quais, como Mário Soares, Francisco Zenha, Tito de Morais e Manuel Alegre, compartilharam os cárceres fascistas com os membros do MPLA e com o próprio Agostinho Neto.

¹³⁴ Carlos Alberto Rocha Oliveira, conhecido como Carlos Rocha Dilolwa (1939-1996). Formado em Economia, integrou, depois da independência, o primeiro governo nacional, ocupando a pasta do Plano. Desempenhou ainda outras funções governamentais até passar, em 1979, a dedicar-se à docência na Universidade Agostinho Neto.

Visita à cidade de Coimbra

Pouco mais de duas horas permaneceu em Coimbra o dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, que na sua passagem para Lisboa, a fim de regressar a Angola, parou nesta cidade para uma rápida visita que poderemos considerar de saude.

Como se sabe, o dr. Agostinho Neto estudou em Coimbra, estando hospedado, em certo período, numa casa da Rua de S. Salvador, nesta cidade. Foi depois, em 1947, dirigente da Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra.

Acompanhado de sua esposa e filha, além da respetiva comitiva, o dr. Agostinho Neto hospedou-se num hotel de Coimbra, deslocando-se à Universidade e ao Penedo da Saudade.



Na sede do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal saudou Agostinho Neto, que ali se deslocou ao princípio da noite de ontem

De regresso ao hotel, recebeu aí um grupo de estudantes angolanos, com os quais conversou sobre a possibilidade de alguns deles regressarem a Angola, o que irá acontecer dentro em breve. Após esta reunião, que durou cerca de uma hora, o presidente do MPLA recebeu os jornalistas, sendo por estes formuladas algumas perguntas, nomeadamente sobre a posição dos professores em Angola. Aquele político respondeu que isso seria um problema que o Governo Provisório de Transição há de solucionar, mas que, do seu ponto de vista, os professores que estão em Angola deverão ali permanecer, pois é natural que para a reconstrução do que em breve será um país independente seja necessário o reforço, sobretudo, dos quadros técnicos.

O dr. Agostinho Neto prosseguiu, depois, a sua viagem para a capital.

No Porto

Dezoito anos depois, Agostinho Neto voltou ao Porto, terra onde criou amigos verdadeiros, mas onde sofreu igualmente um cativeiro de dois anos, em

consequência dos seus ideais antifascistas. Após a cimeira algarvia, o *leader* do MPLA não quis deixar Portugal sem ir até à cidade invicta abraçar os amigos que o defenderam nas horas amargas, vividas há quase duas décadas.

No decurso de uma conferência de imprensa, o dr. Agostinho Neto afirmou:

“Há laços que não podem desaparecer entre nós, porque com os portugueses democratas e antifascistas lutámos em conjunto, enquanto estivemos aqui como estudantes, e esses laços hão de fortalecer-se e desenvolver-se durante a nossa existência. Aproveitei a ocasião da cimeira sobre a independência de Angola — e este é um facto que não é demais sublinhar, é um facto muito importante na história de Angola e na história de Portugal, um facto que vai certamente modificar todas as condições de vida do nosso país e também daqui. É um acontecimento que enche de alegria o nosso povo: as notícias que chegam de Angola dizem que houve manifestações de entusiasmo e de euforia por este acontecimento. Espero que todos saibamos desenvolver o espírito dos acordos do Algarve, que são acordos que considero realmente dos melhores que se fizeram entre Portugal e as ex-colónias.”

Neto lembrou depois os problemas criados à volta do entendimento entre os três movimentos de libertação reconhecidos como legítimos representantes do povo angolano. Salientando as contradições que existiam entre esses movimentos e que puderam afinal ser ultrapassadas, disse ainda:

“Somos um povo cuja sociedade tem uma série de problemas, não somente são os movimentos políticos que já são o reflexo desses problemas, das questões que existem no nosso seio, mas também certo condicionalismo externo, e, podemos desde já dizer, que o nosso povo é um povo cuja organização em certas áreas pode dizer-se pré-capitalista, nas áreas rurais. No interior, onde a organização tribal prevalece, onde, portanto, o chefe é aquele que comanda toda a vida e o contacto duma sociedade, onde a economia é uma economia de subsistência e não há, portanto, aquela preocupação de poupar ou de criar excedentes para a exportação, e outras áreas — as áreas urbanas, onde o capitalismo se fixou mais fortemente — são áreas onde existe já o capitalismo, portanto, com as suas formas de produção, acumulação e de exportação e também de exploração.

“Portanto, embriagados [*sic*] estes dois principais sistemas cruciais, a evolução vai fazer-se certamente com alguns sobressaltos, porque será necessário

ultrapassar, principalmente nas zonas rurais, certas formas de organização que não são as mais apropriadas para um país independente.”

Sobre o que significa para a África Austral a independência de Angola, disse:

“Creio que é bem compreensível que, pelo menos, dois factos vão aparecer com a independência da Guiné, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe. É que, em primeiro lugar, vai surgir um novo bloco de países africanos, que vai entrar na comunidade internacional. É o bloco das antigas colónias portuguesas, que vai caracterizar-se por uma vida diferente daquela que têm outros países africanos. Por causa da língua que se vai usar, pelo menos nos primeiros anos, após a independência, o português será uma língua que vai ganhar fama, pois vai ser uma língua crucial, especializada em África e na ONU. Vamos ter um grupo de países que fez a luta armada e que, portanto, mais poderá contribuir para a defesa dos interesses do povo, de maneira a evitar o neocolonialismo e, portanto, vai dar-se um passo em frente.

“Em segundo lugar, há países que são vizinhos — como a Namíbia, a própria África do Sul e a Rodésia, que são influenciados, até porque nós, os povos de Angola e Moçambique, que conhecemos bem o que é a luta de libertação, e sabemos que os nossos irmãos nesses países estão a lutar também, não deixaremos de cumprir os nossos deveres como africanos. Quer dizer: dar todo o apoio a essas lutas para a independência, para acabar com regimes também injustos de dominação de uma minoria racista branca. Haverá, portanto, estes dois fenómenos. E no mundo, as relações com os países face às antigas colónias vão modificar-se. Portanto, haverá uma tendência para um novo equilíbrio no mundo.”

Visita aos cárceres da PIDE/DGS

Após a conferência de imprensa, Agostinho Neto avistou-se com estudantes angolanos no Porto, tendo nascido desse encontro o convite de ação no Porto do MPLA.

Mais tarde, o líder do movimento angolano deslocou-se ao tenebroso edifício do Largo Soares dos Reis, onde funcionou a tenebrosa PIDE/DGS, a fim de visitar a cela onde passou quase dois anos e meio.



Aí, o seu desabafo foi elucidativo: “Não tenho recordações, mas apetece-me dizer que os democratas, todos os combatentes da liberdade, não tenham mais disto”.

Diário de Notícias, 21 de janeiro de 1975, p. 3

Catorze anos depois

O dr. Agostinho Neto voltou ao Hospital de Santa Marta

O dr. Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, visitou ontem o Hospital de Santa Marta, estabelecimento onde desenvolveu, durante alguns meses, a sua atividade de médico, antes de ter sido encarcerado nas prisões da PIDE, no Porto, de onde fugiria, em 1962, para se ocupar da chefia do MPLA.

Acompanhado pelos drs. Arménio Ferreira e Carlos George¹³⁵, Agostinho Neto foi envolvido em clima de simpatia por parte de médicos e enfermeiros, tendo percorrido as enfermarias do Serviço de Medicina, envergando bata branca.

Saudando o visitante, o diretor do Serviço, dr. Carlos George, afirmou:

“É empolgante e maravilhoso receber hoje aqui o dr. Agostinho Neto. Este homem entrou para aqui pela mão do dr. Arménio Ferreira e saiu daqui meses depois para travar uma luta que lhe era grata, uma luta que nos é grata também, pelos ideais que, num dia igualmente maravilhoso, conseguiu concretizar.”

¹³⁵ Carlos H. George (1913-1986). O seu filho, Francisco George também médico e antigo diretor-geral da Saúde, escreve no seu *blog*: “Amigo muito próximo de José Pinto Nogueira, Ludgero Pinto Basto, Vasco Urpina e Arménio Ferreira, todos médicos dos Hospitais Cíveis de Lisboa, Carlos George concentrava no Serviço de Santa Marta um original polo de debate sobre temas de interesse à Medicina e ao País. Fez, como se reconhecia na época, Escola.

Um dia, Agostinho Neto procurou-o para aí fazer o Internato. Tornaram-se amigos e confidentes. Quando saiu de Portugal, Neto disse-lhe que ia combater um inimigo comum. Meu Pai respondeu-lhe que não tinha inimigos, com exceção de Salazar. Poucos dias passados, recebia dele um postal de Tânger. Depois da Independência de Angola, trocaram visitas em Lisboa e Luanda. Arménio Ferreira identificou nos Arquivos do Serviço a primeira História Clínica feita por Agostinho Neto. Encontrou-a pela data do Internato e pela letra que reconheceu sem dificuldade. O estilo rigoroso da língua e até poético de Neto era inconfundível. Todos os internos, incluindo eu, testemunharam a emoção de um e de outro, quando Neto recebeu do seu antigo Diretor o dossier clínico do primeiro doente que tratou em Santa Marta.” (<https://www.dossierdelutas.pt/2017/07/26/carlos-h-george-1913-1986/> [Consult. 26/12/2025]).



Respondendo, o *leader* do MPLA disse:

“É igualmente emocionado que aqui volto, para rever velhos amigos e conhecer caras novas. Foi há cerca de catorze anos que passei por uma destas salas para me despedir dos meus colegas. Hoje, volto também para me despedir. Parto amanhã, com efeito, deste país, mas faço-o agora em condições muito diferentes e muito mais favoráveis, condições que são fruto de uma luta comum contra o colonialismo e o fascismo. Nós vencemos uma etapa da nossa luta, mas é longo o caminho de luta que a todos, em Angola como aqui, nos espera. E, nestes caminhos paralelos, faço votos por que nos voltemos a encontrar e possamos reafirmar os laços de amizade que nos unem.”

O dr. Agostinho Neto deixa Portugal hoje, à noite, partindo para Luanda, onde, no dia 31, assistirá à posse do Governo de Transição de Angola.

Antes, porém, o presidente do MPLA visitará, às 11 horas, a sede do Partido Popular Democrático, onde se avistará com a respetiva Comissão Política e, às 18.30, a Associação Portuguesa de Escritores.

Diário de Notícias, 22 de janeiro de 1975, p. 3

**Angola não pode existir independente sem um Portugal progressista
— afirmou Agostinho Neto na Associação Portuguesa de Escritores**

O dr. Agostinho Neto esteve ontem no gabinete do primeiro-ministro, a quem apresentou cumprimentos de despedida, e visitou também a sede do PPD e a Sociedade Portuguesa de Escritores. O presidente do MPLA recebeu no hotel de Lisboa onde se hospeda uma delegação do MDP/CDE.

Na sede da Associação Portuguesa de Escritores, Agostinho Neto foi recebido por José Gomes Ferreira como “grande combatente e poeta de ação”. Evocou a efeméride da destruição e dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores, de que a Associação é a legítima herdeira, quando da atribuição de um prémio a Luandino Vieira, militante do MPLA, ato que se revestiu de especial significado, no tempo do fascismo.

O dr. Agostinho Neto, que usou seguidamente da palavra, disse a dada altura:

“Não por modéstia, mas por orgulho, eu não me considero escritor, e digo isso porque, se fosse por modéstia, eu diria que, enfim, aquilo que escrevi não é nada, escrevi alguns versos, queimei muitos outros por vergonha de os apresentar ao público. Foram publicados agora, aqui, alguns. Mas não foi a qualidade de escritor que me levou a escrever, foi a qualidade de combatente. Por isso, eu recuso a posição de modéstia, e é com orgulho que digo que o combate, afinal, resultou. Estamos aqui todos, hoje, reunidos, homens de letras eminentes de Portugal, a celebrar um acontecimento que é o ideal de nós todos — o começo de uma nova situação, em que de facto a liberdade se pode materializar em cada país, especialmente nas colónias portuguesas e em Portugal.”

Mais adiante, afirmou:

“A luta de libertação não se limitou à luta militar, não se limitou à luta política, mas foi muito mais profunda nas massas populares do nosso país, no sentido de as mobilizar para que elas se tornassem psicológica e culturalmente independentes, e para isso muito contribuiu o pensamento daqueles que se

dedicaram à literatura neste país, em Portugal, que está e estará sempre ligado a Angola, que estará sempre em sintonia com o nosso país.”

Considerando a importância dos laços culturais nas relações futuras entre Portugal e Angola, preconizou a cooperação, no sentido de uma comunidade de interesses, mas também de ideias, que permita aos dois povos resistir a novas tentativas de dominação vindas de grupos do interior e do exterior.



A luta anti-imperialista

E acrescentou: “Enquanto nós não nos batermos firmemente contra o imperialismo, não seremos de facto independentes. Portugal venceu o 25 de Abril, venceu o 28 de Setembro, mas penso que ainda tem alguns problemas. Depois desta visita de poucos dias a Portugal, em que percorri desde o Algarve até ao Porto, compreendi que há problemas que podem ainda afetar a vida portuguesa: pode ainda haver regressos políticos. E nós estamos firmemente convencidos de que, sem vencer essas possibilidades de regresso, nós todos não estaremos tranquilos. Da mesma maneira, em Angola, temos possibilidade de regresso, porque estamos neste momento a assistir a um fenómeno curioso —

estamos a ser invadidos. Há uma invasão silenciosa do nosso país por parte de estrangeiros, há um imperialismo que está a empregar toda a sua força, através de companhias multinacionais, no sentido de continuar a dominar o nosso território. Nós estamos a ser submetidos a uma pressão dos colonos portugueses reacionários, que querem, com a África do Sul, continuar a dominar a nossa terra.

“Se houver um regresso no nosso país, certamente nós não poderemos, nem em Portugal nem em Angola, ter democracia ou ter independência. Portanto, a cooperação entre nós é absolutamente necessária, e nós temos afirmado isto em todos os encontros que temos tido, e, felizmente, encontrámos personalidades a todos os níveis, de quase todos os partidos que estão na coligação e aqueles que não estão, para afirmar isto mesmo: é necessário que os povos de Portugal e de Angola se unam, de maneira a manter a linha progressista que nós mantivemos na luta contra o fascismo e o colonialismo. (...) E é justo dizê-lo: em todos os partidos políticos, em todas as formações políticas, nós temos encontrado eco, uma resposta favorável a esta nossa preocupação. Angola não pode existir independente sem um Portugal progressista; o Portugal progressista não pode existir com uma Angola reacionária.”



Na sede do Partido Popular Democrático, o dr. Agostinho Neto (acompanhado por Paulo Jorge) foi recebido pelos Drs. Pinto Balsemão, Magalhães Mota, Sá Borges e Rui Machete

Mais adiante, o *leader* do MPLA manifestou a crença de que “vai crescer o número de negros, aqui em Portugal, depois da independência, e tenho a

certeza também de que vai crescer o número de brancos em Angola, em Moçambique e na Guiné, depois da independência”. Formulou ainda um pedido aos escritores presentes, relativo ao estabelecimento de uma comunidade de ideias entre as duas sociedades, uma comunidade de pensamento que é necessária para a humanidade de amanhã, continuando a trabalhar na linha progressista que têm seguido.

No PPD

Da parte da manhã, Agostinho Neto, acompanhado do comandante Iko Carreira e de Paulo Jorge, deslocou-se à sede do Partido Popular Democrático. Aí, foi recebido pelos drs. Pinto Balsemão, Magalhães Mota, Sá Borges e Rui Machete, com os quais esteve reunido mais de uma hora.

A Juventude Social Democrata fez entrega ao presidente do MPLA de uma mensagem de solidariedade com a luta dos movimentos de libertação.

Despedida do primeiro-ministro

Às 15 horas, o presidente do MPLA foi recebido na residência oficial do primeiro-ministro, aonde se deslocara acompanhado da mulher, do comandante Iko Carreira, Paulo Jorge e Carlos Rocha.



Uma comissão do M. D. P./C. D. E. visitou, no hotel o dr. Agostinho Neto, que se vê na gravura ladeado pelo arq. Mário Bruxelas e drs. Maldonado Freitas e José Manuel Tengarrinha (à direita)

O encontro de despedida com o brigadeiro Vasco Gonçalves decorreu em ambiente de grande cordialidade. Esteve igualmente presente o ministro Almeida Santos.

Encontro com o MDP/CDE

À noite, o dr. Agostinho Neto recebeu, no hotel onde se encontra hospedado, uma comissão do MDP/CDE, de que faziam parte o dr. José Manuel Tengarrinha, o arq. Mário Bruxelas, eng.º Caldeira Rodrigues, prof. Orlando de Carvalho e drs. Custódio Maldonado Freitas e Macedo Varela.

Sobre o encontro, o dr. José Manuel Tengarrinha disse ao *Diário de Notícias*: “É um encontro combinado pela direção do MPLA e a direção do MDP/CDE, por forma a trocarmos algumas impressões. Além de sermos velhos amigos, muitos dos dirigentes do MDP/CDE foram companheiros de luta de Agostinho Neto quando ele cá esteve. Eu, concretamente, fiz parte da comissão central do MUD juvenil, a que ele também pertencia. Passámos muita coisa juntos — prisões, etc. Teremos oportunidade de discutir alguns problemas que estão na ordem do dia nacional e internacional, e dar a conhecer os nossos pontos de vista. E espero, portanto, que desta reunião decorra uma maior aproximação entre as duas organizações.”

Expresso, 3 de maio de 1975, p. 10

Angola: corrida às armas e contrabando

N. Costa

Luanda — “O que está a faltar a este país é uma consciência de nação. As pessoas deviam ser primeiro angolanas e depois militantes deste ou daquele partido. Está-se a fazer precisamente o contrário: os pensamentos, as decisões, as reações, surgem em função da política individual. Isto a todos os níveis — até a nível de governo.”

A declaração pertence ao dr. Diógenes Boavida, atual ministro da Justiça de Angola, pelo MPLA. Na entrevista de que transcrevemos este excerto, o conhecido advogado luandense foi amargamente corajoso. Afirmou, com voz autorizada, o que muitos pensam mas silenciam.

Disse mais o ministro da Justiça: “O problema tem de ser posto de frente: se os movimentos derem totalmente o seu apoio ao governo, este poderá governar. Se houver reservas, o governo deixa de ser governo, porque é vital que se possa dar execução às deliberações que se tomam”. Antes salientara o facto de o “Governo de Transição não dispor dos meios de que todos os governos precisam para poderem efetivamente governar”.

Foi, ainda, mais explícito: “Este país tem, mal ou bem, três tendências — e a população está dividida. Os movimentos pretendem, por isso, impor o seu ponto de vista. Acontece, no entanto, que ultimamente não o têm feito pelas vias mais aconselháveis. Não compreendo que, depois de 14 anos de guerra, nesta fase de pré-independência se possam verificar incidentes como os que recentemente enlutaram o país. E não me venham dizer que isto é obra de provocadores”.

As palavras do dr. Diógenes Boavida, insuspeitíssimo sob todos os aspetos, no fundo, indicam-nos quão errada é a divisão maniqueísta — estes são os bons, aqueles são maus — que se pretende fazer em Portugal acerca das forças políticas angolanas. O problema, na verdade, não é assim tão simples nem fácil de equacionar. Não são poucos os interesses e valores particulares que, por

razões de estratégia partidária, se sobrepõem aos interesses e valores nacionais. Os resultados talvez não venham a ser nada lucrativos para ninguém.

Corrida às armas

A corrida às armas é clara e perigosa. Temos, agora, mais um exemplo gritante. A Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (OPVDCA), corpo paramilitar colonial-fascista, foi extinta no dia 7 deste mês. O decreto, assinado pelo alto-comissário e pela Comissão Nacional de Defesa (integrada pelos três movimentos) determinava, nomeadamente:

— Interdição da tomada de instalações, material ou viaturas da OPVCDA, que passariam para o estado, constituindo o seu desvio grave infração;

— Entrega pelos movimentos de libertação de material que, eventualmente, tivessem em seu poder.

Acresce explicar que, afora a organização militar, a OPVCDA era a organização militar mais importante de Angola. Segundo sabemos, dispunha de mais de 40 mil armas, além de muito bem apetrechada em todos os capítulos. O seu armamento era sobretudo ligeiro e médio (espingardas automáticas, metralhadoras, morteiros, lança-granadas, etc.). Possuía também grande número de aquartelamentos (os voluntários, passe o paradoxo, eram profissionais), viaturas e serviços de apoio.

Pois, de acordo com as nossas fontes, até hoje, pelo menos, já foram desviadas pelos movimentos de libertação mais de dez mil armas, tomadas viaturas, ocupados aquartelamentos. Ainda o decreto não tinha sido divulgado e logo que o foi, elementos armados dos três movimentos (uns no Norte, outros em Luanda, terceiros no Leste) cercaram e ocuparam alguns quartéis. Apoderaram-se de grande quantidade de armas, munições, explosivos, viaturas, até, como na Lunda, de duas ambulâncias.

Misterioso, sintomático da crise que se atravessa, o desaparecimento de cerca de meia centena de morteiros de uma unidade militar de Luanda. Este armamento encontrava-se encaixotado e seriam precisos dois camiões para o transportar. Evolou-se sem deixar rastos...

Evidentemente, não é tão grave como isso o facto de os movimentos de libertação se terem apoderado deste material de guerra. Gravíssimo, agora, isso sim, é o facto de já não haver qualquer possibilidade de controlar o resto

do equipamento da OPVDCA. De facto, alguns milhares de outras armas podem ser provavelmente desviadas por diferentes entidades. O que nos vai trazer (ou sobrar) o espólio daquela organização?

Outras questões

A vinda de duas missões, uma da OUA e outra da ONU, suscitou um curioso mal-entendido. Ambas tinham sido convidadas a visitar Angola, em fevereiro, pelo Governo de Transição. Todavia, não se sabe bem como, anunciada a deslocação, alimentou-se a premissa de que elas viriam realizar um inquérito sobre os últimos acontecimentos.

Os movimentos de libertação pronunciaram-se contra a sua vinda. O Governo de Transição, em comunicado, falou em “ingerência” nos assuntos do país. Afinal, as missões apenas correspondiam a um convite, anteriormente feito, para observarem a forma como o processo de descolonização estava a evoluir. O mal-entendido foi, portanto, desfeito.

A garimpagem ilegal era anterior ao 25 de Abril. Porém, aumentou consideravelmente nos últimos meses. Dedicam-se a ela muitos nativos de Angola e não poucos zairenses que atravessam a fronteira para o efeito. Há comerciantes muito ávidos, a polícia mineira tornou-se ineficaz, os tribunais deixaram de julgar, traficantes foram soltos e regressaram à atividade. O regresso de refugiados do Zaire também está a ser aproveitado.

Significativa a acusação do ministro dos Recursos Naturais de que elementos do corpo consular em Luanda estavam envolvidos no tráfico de diamantes. Foram anunciadas algumas medidas tendentes a desanuviar o ruinoso quadro. Recorde-se que, em 73, o valor dos diamantes exportados — uma das principais receitas do país — ascendeu a cerca de dois milhões de contos.

Jornal de Notícias, 6 de maio de 1975, p. 2 e 10

Esgotou-se em Luanda o stock de caixões!
Apelo a carpinteiros e pessoal das agências funerárias

Luanda, 5 (Especial para o *Jornal de Notícias*) – O último fim de semana foi o que se pode chamar de um *salto de paliçada* da alucinação em que durante os últimos dias tem vivido a cidade das palmeiras adejantes e indiferentes ao desenrolar dos acontecimentos que enlutaram centenas de famílias angolanas.

Cinco dias a ferro e fogo ter-se-ão saldado por um número ainda incontável de mortos, feridos e desalojados, que desde já se pode garantir ter ultrapassado os ainda tristemente recentes acontecimentos de março passado.

A casa mortuária de Luanda está superlotada. O ministro do Interior, eng.º Ngola Kabangu (FNLA)¹³⁶, lançou um apelo pela rádio para que os carpinteiros e demais pessoal das agências funerárias se apresentassem sem demora nos seus postos de trabalho, pois estava esgotado o *stock* dos caixões.

Só ontem a cidade voltou quase ao normal, fervilhando de gente a caminho dos empregos — mas nota-se francamente entre a multidão que se acotovela nas ruas e nos transportes públicos que há um número mais elevado de mulheres vestidas de luto.

A rádio, por seu turno, repete insistentemente apelos de ouvintes que por aquele processo procuram contactar com familiares de quem desconhecem o paradeiro e acerca de quem receiam o pior.

Praticamente não existe uma única casa particular na cidade que não tenha alojado uma ou mais famílias desalojadas dos bairros periféricos, onde as confrontações violentas mais se fizeram sentir.

Organizações de jovens e estudantes promoveram a receção dos desalojados e a sua campanha estende-se agora a todo o país, de onde começam a

¹³⁶ Manuel Júlio Ngola Kabangu (n. 1943), membro da Frente Nacional de Libertação de Angola. Depois da morte de Holden Roberto, chegou a dirigir o partido.

chegar numerosos auxílios, especialmente traduzidos em géneros, roupas e dinheiro.

Por agora as armas calaram-se e na tarde de domingo grupos conjuntos de soldados dos três exércitos de libertação percorreram insistentemente as ruas da cidade, gritando em unísono o seu não à guerra, não à violência, sim à paz e à unidade nacional.

O luandense, porém, depois de pasmar com esta inesperada atitude, interroga-se agora sobre até onde poderá ainda acreditar em manifestações desta natureza depois das dolorosas experiências por que repetidamente tem vindo a passar.

Como sempre tem acontecido em ocasiões como esta, regista-se já uma corrida às passagens da TAP e aos embarques em navios que rumem a Lisboa. São famílias inteiras que fogem ao encontro, na maioria dos casos, de uma precária paz, porque traduzida em dias de incerteza.

Numa conferência de imprensa dada ontem, o ministro da Saúde do Governo de Transição de Angola, dr. Samuel Abrigada (FNLA), afirmou terem sido tomadas medidas para evitar possíveis epidemias provocadas por corpos que ainda estejam por enterrar no mais interior dos bairros suburbanos. Por outro lado, o ministro da Saúde divulgou medidas para resolver os principais problemas dos desalojados, adiantando que em breve entrarão em Angola médicos angolanos que estudaram no estrangeiro e que virão substituir os médicos portugueses que já abandonaram o território.

Na referida conferência de imprensa, foi abordado pelos jornalistas o caso das notícias postas a circular em Lisboa segundo as quais o ministro teria “desviado” cem mil contos de fundos públicos de Angola. A este propósito, o dr. Abrigada desmentiu formalmente essas notícias, acrescentando que já tinha constituído advogado para processar a BBC de Londres e os jornais portugueses (*Diário Popular*) que publicaram tais informações.

Voltando à situação em Luanda, podemos dizer que se aguardam agora melhores dias. Apesar de tudo, existem esperanças numa paz possível, ainda que com inevitáveis reservas. A vida não para e a verdade é que o povo deseja ardentemente a paz e começa a ficar cansado da guerra que de libertadora se está a tornar em fraticida, opondo angolanos a angolanos.

Os próximos dias confirmarão ou desmentirão os propósitos dos militares que se declaram agora abertamente pelo fim da guerra pelo poder político. Porém, todos nós sabemos que no meio destas questões internas se movimentam forças externas que procuram a todo o custo implantar o neocolonialismo e outras formas de exploração em Angola.

Aos angolanos cabe ainda, na paz possível, cerrar as fileiras da vigilância, sob a pena e risco de se comprometerem definitivamente as conquistas já alcançadas.

Tempo, 29 de maio de 1975, p. 7

As potencialidades económicas de Angola

Embora se vejam, frequentemente, publicadas referências às riquezas angolanas, raramente (ou talvez nunca) tenha sido feito um trabalho, para conhecimento público, das enormes potencialidades que representam a exploração do solo de um território que se encontra agora à beira de se transformar num país independente.

Segundo números apurados em diversas origens e sem o rigor estatístico que seria desejável, preparou-se o seguinte quadro que elucida, de certa maneira, acerca do valor económico já explorado e aquele que se encontra por extrair do prometedor país do futuro — Angola:

Petróleo

— De 1962 a 1972, aumento da produção — 6 vezes

— A Cabinda Gulf Oil pagou de *royalty* ao governo português, em 1972 (12,5% da produção), 410 milhões de escudos.

— A taxa de 50% dos benefícios da mesma companhia e no mesmo ano foi de 570 milhões de escudos.

— Os dois montantes representam cerca de 50 milhões de dólares que o governo português recebeu, em 1972, da companhia americana, muito embora não tivesse havido nenhum controlo estatal sobre a produção, armazenagem e venda efetuados pela mesma companhia.

— Durante os dois primeiros meses de 1974, quando da crise petrolífera, o total de divisas trazidas para Angola como contrapartida da venda do petróleo de Cabinda (vendido a pouco mais de metade do preço estipulado pela OPEP) foi igual ao total das exportações, representando sete vezes mais do que o movimento nos mesmos dois meses do ano anterior, permitindo o equilíbrio com as importações.

— Divulgou-se que os investimentos da Gulf em Angola correspondem ao dobro do capital aplicado pelas trinta sociedades americanas que investiram em território africano administrado por Portugal.

— A exploração dos hidrocarburetos é também feita por outras companhias, como a Step Souers, Exxon, Texaco, Royal Dutch Shell, Petrofina, Total, etc., além da Petrangol, Angol, Argo, Amerada e Sun Oil.

— A descoberta de novos jazigos, como o de Santo António do Zaire, fez aumentar as expectativas quanto às riquezas petrolíferas ainda por explorar no subsolo angolano.

Diamantes

— Em 1973, das minas da Lunda saíram 2 143 000 quilates, dos quais três quartas partes foram utilizadas na joalheria.

— Segundo novas prospeções, o montante dos jazigos ainda disponíveis em zonas já tradicionalmente exploradas é de cerca de três milhões de quilates.

— A Diamang, que no setor diamantífero desempenha papel idêntico ao da Gulf nos petróleos, até 1971 usufruiu do monopólio da prospeção e exploração. Até esta data, os seus principais acionistas foram a Sociedade Geral da Bélgica, a Anglo-America Corporation (De Beers), da África do Sul, as empresas americanas Ryan e Guggenheim e os grupos portugueses Fonsecas & Burnay, Banco Nacional Ultramarino e CUF (Banco Totta & Açores). Isenta de taxas e de fiscalização rigorosa, a Diamang vendia as suas produções diretamente em Londres e a sua colaboração financeira, sob a forma de impostos especiais, em 1973, representou cerca de 60 milhões de escudos para o governo português.

— A partir de 1971, as sociedades americanas Diversa e Diamond – que tinham formulado pedidos de exploração de diamantes desde 1964 — começaram também a prospetar as regiões angolanas juntamente com a Diamul.

Ferro

— DE 1957 a 1967, a extração de ferro passou de 100 mil toneladas para um milhão, atingindo seis milhões em 1973 e prevendo-se, para 1980, uma produção de doze milhões.

— Avalia-se em 200 milhões de toneladas a riqueza de minério de ferro que a Companhia Mineira do Lobito tem para explorar na região que tem como centro Cassinga.

— Em 1973, o fundador da Companhia, João de Sousa Machado, estudou um processo de enriquecimento do minério com a colaboração de capitais sul-africanos, ingleses, franceses e alemães.

— O industrial português António Champalimaud, que montou uma fábrica de laminados de ferro e de aço, na Lunda, apresentou em tempos um projeto de reorganização da Companhia Mineira do Lobito, com participação na sociedade, o que não foi levado a efeito.

— Angola rivaliza na produção de ferro com os principais produtores africanos: a Mauritânia e a Libéria.

Outros minérios

— Foi descoberto em Malange um jazigo de magnésio com uma potencialidade equivalente a cerca de 65 milhões de toneladas.

— Ao sul de Cassinga foi prospetado um jazigo de fosfato, calculando-se as reservas em 100 milhões de toneladas.

— Na região de Mavoi Tetelo, as minas de cobre apresentam uma produção anual na ordem das 20 000 toneladas de concentrado.

— Angola encontra-se à frente de países como o Congo, Zâmbia, Rodésia, Malawi, Moçambique e África do Sul na extração de mica, mármore, xistos betuminosos, carvão, enxofre, cobalto, estanho, bauxite e chumbo.

Possibilidades agrícolas

— A produção de café em Angola é da ordem das 200 000 toneladas.

— O algodão atinge as 80 000 toneladas anuais e igual número alcança o sisal, de que é o 3.º produtor mundial.

— São os seguintes os números anuais conseguidos com outros produtos: banana, 80 000 toneladas; tabaco, 5 000 (com uma taxa de acréscimo de 12% por ano); milho, 400 000 e cana de açúcar, um milhão de toneladas.

— A exploração florestal, localizada especialmente em Cabinda, Lunda e Moxico, permitiu o abate, em 1972, de 500 000 metros cúbicos de madeira, destinados à exportação.

Perante esta amostragem das potencialidades económicas de um país que vai começar a sua vida própria, compreende-se a atenção que os grandes

centros operadores e manipuladores das manobras internacionais do capital dispensam a Angola e ao seu futuro político.

Em contrapartida, muitos europeus residentes na nova nação africana e em face das discórdias bélicas dos três partidos dominantes (MPLA, FNLA e UNITA), resolvem abandonar o território e os investidores estrangeiros aguardam melhor oportunidade para pôr de pé os planos que tinham pendentes ou em fase de execução.

Enquanto o escudo português é comprado por três e quatro vezes o seu valor, descobre-se um processo que foi muito utilizado por importadores angolanos de produtos brasileiros que, combinando uma faturação com valores muito superiores aos reais das mercadorias, ao efetuar os pagamentos legalmente autorizados, ficavam no Brasil com um excedente à sua ordem.

Como todos os países em vias de descolonização, Angola tem, evidentemente, problemas. Mas a sua riqueza superará todas as dificuldades. A esperança no futuro, as potencialidades por explorar, a largueza de território, o muito que há a fazer logo que seja passado o período de instabilidade que se atravessa, tudo isso constitui razões bastantes para que se encare o dia de amanhã com o maior otimismo.

Há países que, pela sua pobreza e exiguidade de perspectivas económicas, não podem dar-se ao luxo de atravessar períodos pouco estáveis sob o ponto de vista político. Não é, evidentemente, o caso de Angola.

Diário de Notícias, 5 de junho de 1975, p. 2

**Castro Soromenho escritor de Angola
— de *Terra Morta* (agora reeditado) ao Movimento Popular de Libertação**

“O autor de *Terra Morta* tinha uma fé inabalável no Homem e na sua capacidade perene de escolha e sobrevivência. A sua luta contra a opressão desenvolveu-se, paralelamente, em duas pátrias que muito amou, em dois campos de batalha: Portugal (que não suportava ver marginalizado como nação) e Angola. E para Angola — que há cinco séculos arrastava suas correntes e seu martírio —, como para os demais povos africanos, ele aspirava uma independência de paz e união na certeza de que esse seria o caminho mais seguro para a África Negra de, reencontrando-se com o passado, poder, finalmente, forjar o seu próprio destino.”

Assim se evocou ontem — através das palavras de Mercedes, sua viúva —, na Livraria Sá da Costa, o escritor Castro Soromenho, assinalando o lançamento de *Terra Morta*.

Em 1945, este livro foi enviado à Comissão de Censura e de lá voltou com a chancela de “proibido de editar-se”. Quatro anos mais tarde viria a ser editado no Rio de Janeiro. Mas quando um editor português voltou a tentar lançá-lo no nosso país, ele foi apreendido ao fim de uma semana. Entretanto *Terra Morta* ia avançando além-fronteiras, para França, para a Alemanha, a Checoslováquia, a Hungria, a União Soviética.

A sessão de lançamento deste livro de Castro Soromenho permitiu não só a aproximação do autor e da sua obra, traçada por Manuel Ferreira, mas também a evocação de Angola de passado secularmente colonial, da presente situação de pré-independência, da luta do MPLA contra o neocolonialismo e o imperialismo, através de Henrique Abranches, representante deste movimento.

“Lendo Castro Soromenho — disse Manuel Ferreira — se compreenderá melhor o que ele representa no espaço da literatura africana de expressão portuguesa. Uma viragem de 180 graus no ponto de vista da narrativa angolana. O branco, o colono, o dono de Angola, é reduzido à sua condição de explorador. E não só, vamos lá. O negro, ou o mestiço, entendido como ser vilipendiado e explorado de tudo quanto é seu.”

Terra Morta, “discurso da germinação da revolta, ainda cega, ainda bloqueada, mas caminhando em agraço para a «sagrada esperança», na metáfora de Agostinho Neto”, diria Manuel Ferreira.

O representante do MPLA, Henrique Abranches, evocou a seguir, em palavras de combatente, a luta dos escritores angolanos pela libertação nacional. Evocou nomes (Luandino Vieira, António Jacinto, António Cardoso, Costa Andrade e Agostinho Neto, presidente do movimento e poeta), e lembrou os campos em que se tem forjado a criação literária: as prisões da PIDE, o Tarrafal, o exílio, a guerrilha e a atual fase da luta.



À frente dos Comitês de Intervenção Revolucionária (CIRs) e das bases do MPLA nasceram novas formas de expressão artística; nas “fogueiras do guerrilheiro” surgiram novos talentos (e Henrique Abranches citou o camarada “Caminho Longo”, o camarada “Essência do Homem”, o comandante Valódia¹³⁷, morto há pouco em combate com as forças traidoras de Chipenda).

“Hoje — afirmou o representante do MPLA — estamos a sedimentar uma experiência difícil. Amanhã alguns de nós traduzi-la-ão para o povo de Angola.”

¹³⁷ Valódia era o nome de guerra do comandante Joaquim Domingos Augusto.

Henrique Abranches fez, a terminar, um apelo à responsabilidade dos intelectuais portugueses, pedindo que “se fixem um pouco sobre Angola, para que consigamos evitar que esta literatura do futuro seja um testemunho dramático.”

Jornal de Notícias, 7 de novembro de 1975, p. 3

Letra do hino nacional angolano

Luanda, 8 — Está escolhido o hino de Angola. Um júri, formado por elementos do Comité Central do MPLA, intelectuais e altos funcionários do Ministério da Informação, apreciou dezenas de trabalhos.

São autores: da letra, Eduardo Nascimento, antigo vocalista do conjunto *pop* “Os Rocks”; e da música, Visitação de Fátima Pereira do Nascimento (Tàzinha).

É a seguinte a letra do hino nacional angolano:

“Ó povo heroico e generoso
A pátria liberta se levanta
Com o sangue heroico dos teus filhos
Por ti lutamos até vencer
Soldados, operários e camponeses
Construamos com trabalho o homem novo
Terra nossa, pátria unida
Independência nacional
Completa e total

Avante povo, avante povo, avante povo
Para a vitória marcharás
Do teu passado surgirá um só futuro
E na história viverás
Angola amada cumprirás o teu destino
Ser livre, independente e popular
Solidária com os povos oprimidos
Revolução triunfarás

Avante povo, avante povo, avante povo
Para a vitória marcharás
Do teu passado surgirá um só futuro
E na história viverás”. — (ANOP)

Diário de Notícias, 8 de novembro de 1975, p. 2

Anunciada a criação da Associação de Amizade Portugal-Angola

A criação, em Lisboa e Luanda, da Associação de Amizade Portugal-Angola, foi ontem anunciada durante uma conferência de imprensa na Casa de Moçambique, durante a qual se denunciou “frontalmente todo este processo da descolonização de Angola que, negando os sagrados princípios da nossa própria revolução de 25 de Abril”, representará “a mais escandalosa traição aos nossos dois povos oprimidos pelo capitalismo internacional”.

“O apelo que o «Bureau» político do MPLA fez ao povo português pela voz do presidente Agostinho Neto traduz a confiança que esta martirizada Angola ainda deposita em nós” — começou por afirmar Mesquita Brehm¹³⁸, em nome do diretório da Associação Portugal-Angola, acrescentando:

“Chegou a hora de ter a coragem de proclamar ao mundo que o povo português não é responsável — nem poderá ser responsável diante da História — por esta descolonização absurda e que nega radicalmente os princípios fundamentais do nosso 25 de Abril.

“A nossa revolução venceu o fascismo à custa da guerra colonial e o povo português julgou ter reconquistado a sua liberdade, após meio século de opressão.

“Mas é necessário alertar o povo: a nossa liberdade apenas será real e definitiva quando o povo de Angola, que nós escravizámos no passado, se libertar também das garras do fascismo.”

Aliados naturais

Mesquita Brehm prosseguiu dizendo que “em Portugal lutamos contra os criminosos da ditadura fascista e dizemos que a nossa revolução não foi um

¹³⁸ Formado em Ciências Histórico-Filosóficas, António Óskar Pereira da Silva Mesquita Brehm (1927-2022) foi professor em Angola, onde se estreou também como ficcionista e dramaturgo. Em Luanda, fundou o Grupo Experimental Verney e escreveu, em 1961, o primeiro texto de ficção sobre a guerra colonial, *Kambuli: o despertar da consciência*, que circulou clandestinamente em Angola e em Portugal e acabou apreendido pela PIDE. No ano seguinte, participou numa tentativa de golpe militar em Angola que o levaria à prisão.

ato isolado no contexto mundial e, muito pelo contrário, integrou-se na frente internacional da luta contra a reação que não tem cor nem fronteiras”.

“É nosso dever — acrescentou — como homens do povo, cerrar fileiras com os outros povos que lutam também contra o nosso inimigo comum. No combate ao imperialismo, o povo português é o aliado natural do povo angolano.”

Após afirmar que só existem duas posições suscetíveis de definir a linha política de qualquer governo: a defesa das classes exploradoras e do imperialismo político-militar — a posição da reação; e a defesa das classes oprimidas e do seu direito à liberdade — a posição dos revolucionários —, acrescentou Mesquita Brehm: “Não existem meios termos nem explicações ambíguas: de um lado estão os reacionários e do outro os revolucionários.”

“Nós, portugueses, conscientes do profundo significado humano e político da nossa revolução e da luta que travamos para a salvar, não hesitamos um minuto sequer ao afirmar perante o MPLA a nossa revolucionária solidariedade com o povo de Angola.”

Libertar o povo irmão de Angola

“Temos uma responsabilidade histórica para com o povo de Angola. Após quinhentos anos de colonialismo, em que ele foi tão explorado como nós, e o nosso pobre povo não enriqueceu à sombra das colónias, não vamos consentir que o nosso governo abdique das suas próprias responsabilidades e entregue Angola ao imperialismo das Nações Unidas.

“O nosso dever é libertar o povo irmão de Angola, e, tal como em Portugal denunciámos o fascismo e lutamos por esmagá-lo, marchamos lado a lado contra a reação internacional”, disse ainda o representante da Associação Portugal-Angola, acrescentando:

“Não aceitamos que o nosso governo reconheça dois bandos de mercenários que são inimigos declarados do povo angolano e da nossa pátria.

“Será necessário recordar ao nosso governo que a UNITA que ontem fez o jogo do fascismo português contra o seu próprio povo, é o mesmo bando que hoje mata e expulsa os nossos compatriotas nas terras do Huambo e cobriu de vexame o nosso honrado exército? Será necessário recordar ao nosso governo os insultos e as cuspidelas que os chefes da UPA-FNLA lançam contra o nosso

povo, os nossos governantes e a nossa revolução? E o nosso governo persiste em negociar com essa gente? Mas quem lhe deu o seu aval?”

Referindo-se depois à FNLA e à UNITA, afirmou:

“Nós temos que defender a nossa dignidade.

“Não vamos falar com gente que tem nas suas fileiras os nossos antigos carrascos da PIDE/DGS que os reacionários, em Angola, deixaram propositamente fugir. Não vamos falar com gente que fez contrato com os nossos próprios traidores do ELP do famigerado Spínola, para amanhã nos atacarem dentro das fronteiras da nossa terra. E, acima de tudo, não vamos falar com gente que, a soldo do imperialismo da alta finança e do gangsterismo internacional, apenas quer esmagar o povo angolano, nosso irmão de luta, e conservá-lo de tronco vergado pelo chicote da humilhação.”

Estamos com o MPLA

Mesquita Brehm continuou:

“Ao nosso governo queremos dizer, em palavras claras e firmes, que o povo português, trabalhador e escravo do capitalismo, sabe muito bem qual é o seu inimigo, em Portugal e em Angola. E que, se este VI Governo não reconhecer apenas o MPLA como o único e legítimo representante do povo angolano, Portugal vai correr o risco de perder as conquistas fundamentais do 25 de Abril. Portugal perderá a confiança e a amizade do povo de Angola e do seu governo. E nós não queremos isso.”

A terminar a sua intervenção em nome do diretório da Associação Portugal-Angola, disse:

“Ao povo angolano nós queremos afirmar, perante o mundo e nesta hora grave das nossas duas pátrias que, independentemente das atitudes que o governo português tomar decisivamente em 11 de Novembro, o nosso povo de trabalhadores, operários e camponeses, intelectuais, funcionários e pequeno-burgueses avançados no espírito da nossa revolução, está com o Movimento Popular de Libertação de Angola — o MPLA — e o presidente da nação, Agostinho Neto; e lutará a seu lado, juntamente com os povos oprimidos de todo o mundo, até à vitória final.”

Mesquita Brehm fez, ainda, uma longa análise da política portuguesa após o 25 de Abril em relação a Angola e da interpretação dos dois processos, tendo

a certa altura posto algumas perguntas pertinentes — cujas respostas o povo português tem o direito de exigir —, entre as quais destacamos as seguintes: “Quem autorizou o comandante-chefe das Forças Armadas de Angola, general Rafael Alves¹³⁹, a transmitir o governo de Angola ao tenente-coronel Soares Carneiro¹⁴⁰, oficial da reação que apenas foi preso depois da tentativa de golpe em 11 de Março deste ano?

“Porque não foi desmantelada em Angola a famigerada PIDE/DGS e, bem ao contrário, se legalizou a sua função por despacho do comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, de 28 de abril, ou seja, logo três dias depois da aparente queda do fascismo?

“Quem deu ordem para que os criminosos de delito comum, presos igualmente no campo de concentração de S. Nicolau¹⁴¹ com os verdadeiros nacionalistas angolanos, fossem soltos e atirados para Luanda, onde, em nome do MPLA, iniciaram os primeiros [sic] assaltos comandados pela reação?

“Quem deixou fugir propositadamente o facínora Baltasar de Lima¹⁴², aquele famoso carrasco de S. Nicolau, hoje comandante dos mercenários da PIDE/DGS de Savimbi, na frente do Huambo?

“Quem visitou o general Spínola no Buçaco em 17 de agosto de 1974?

“Porque deu o sr. general Altino de Magalhães¹⁴³, em Luanda, uma entrevista à Agência Lusitânia, e isto já em setembro de 1974, afirmando textualmente que «não foram detetados indícios seguros de entradas clandestinas de armas em Angola», quando elas entravam aos milhares pela fronteira do Sul?”

No final da conferência de imprensa foram dadas a ouvir duas gravações: uma relativa à entrada dos mercenários em Lubango (Sá da Bandeira) e outra

¹³⁹ Francisco Rafael Alves (1911-1995) foi comandante-chefe interino e comandante da Região Militar de Angola durante um curto período de 1974.

¹⁴⁰ António da Silva Osório Soares Carneiro (1928-2014), mais tarde general e candidato à presidência da República, era secretário-geral do governo-geral de Angola aquando do 25 de Abril. O alto-comissário e governador-geral era, à data, o Eng.º Fernando Augusto Santos e Castro. Tendo este apresentado a demissão, Soares Carneiro ficou a exercer interinamente o governo de Angola em maio de 1974 até à nomeação do novo alto-comissário e governador-geral, Joaquim Franco Pinheiro, pelo Conselho da Revolução.

¹⁴¹ Criado em 1962, o Campo de Recuperação de São Nicolau situava-se num território desértico do litoral angolano, a norte da então Moçâmedes (Namibe).

¹⁴² João José Baltazar de Lima, o último diretor do campo de S. Nicolau.

¹⁴³ Altino Amadeu Pinto Magalhães (1922-2019), general do exército português que desempenhou diversas funções em Angola, designadamente governador do distrito de Uíge (1972-1974) e vogal da Junta Governativa de Angola (1974).

de um discurso do presidente da UNITA, Jonas Savimbi, em que, após várias considerações sobre Portugal, afirma que “chegou o momento de, em Portugal, as forças progressistas e democráticas derrubarem as forças que usurparam o poder”.

Comentário de Mesquita Brehm às afirmações de Savimbi:

“Como é possível que o governo português dialogue com um pistoleiro que se permite desejar a violência no nosso país?”

Jornal de Notícias, 9 de novembro de 1975, p. 2 e 4

Angola: 11 de Novembro — Poder para quem?

Miguel Reis¹⁴⁴

Poder para quem, em Angola? A resposta é difícil a 48 horas do tempo limite de flutuação da bandeira portuguesa nos mastros do território.

Com fortes afinidades ideológicas com a revolução portuguesa, o MPLA é o movimento preferido da esquerda deste país. A imprensa e a rádio portuguesas têm dado lugar proeminente à sua propaganda direta, que tem apresentado o movimento como detentor de uma soberania de facto sobre o território. Nas últimas semanas esse controlo tem sido posto em causa por uma série de notícias provenientes de Angola anunciando um avanço das outras forças (FNLA e UNITA), que o MPLA acusa de conluio com mercenários sul-africanos e agentes do ELP/MDLP. Do ponto de vista informativo esta acusação carece por enquanto de fundamentos que nos levem a crer na sua absoluta certeza, especialmente no que respeita à ingerência de tropas estrangeiras provenientes da África do Sul. Se é notícia ou simples ação de propaganda é questão, por enquanto, controversa.

Peça fundamental da revolução portuguesa, a descolonização de Angola tem sido, naturalmente, objeto de discussões políticas em todas as frentes, no decurso dos últimos tempos. Em síntese, podemos dizer que os partidos considerados na órbita do PC reclamam que o governo português renegue, internacionalmente, o acordo de Alvor que assinou em janeiro de 1975 com os três movimentos de libertação e reconheça o MPLA como único representante do povo angolano. Esta posição já foi apoiada, publicamente, pelo almirante Rosa Coutinho, antigo alto-comissário no território e figura predominante no acordo de Alvor, e tem a solidariedade da generalidade dos oficiais gonçalvistas. Em oposição às posições definidas pelo bloco político-militar PC/Gonçalvistas, os partidos com posições maioritárias no atual governo (PS e PSD) defendem o cumprimento intransigente do acordo, apoiados por militares moderados e

¹⁴⁴ Miguel Reis (1951-2023) foi um jornalista português, licenciado em Direito.

socialistas independentes. Justificando a sua posição, proclamam estas forças que Portugal não tem o direito de reconhecer ao MPLA a qualidade de representante exclusivo do povo de Angola já que esta declaração é um direito exclusivo dos angolanos e usurpá-la constitui uma inadmissível ingerência nos assuntos internos do novo país, o que é, afinal, uma atitude neocolonialista. Segundo o espírito do acordo de Alvor — na interpretação que lhe dá o atual governo —, Lisboa não pode, tão-pouco, transferir para um dos movimentos ou para os três um direito de soberania sobre o território. Porque, efetivamente, Portugal não tem mais do que um poder de facto, sem legitimidade de direito.

Não alinhamento

Do ponto de vista do atual governo, o reconhecimento do MPLA como único representante do povo angolano, solicitado por comunicados de diversos partidos políticos com posições próximas do PC, pressupõe imediatamente uma escolha entre ingerência ou não ingerência nos assuntos do povo angolano e alinhamento ou não alinhamento na política de blocos. Reconhecer o MPLA na qualidade já referida implica, desde logo, fricção com o bloco Ocidental e, na atual conjuntura, o alinhamento com o bloco Leste. Como ato semelhante em relação à UNITA ou à FNLA redundaria num terrível prejuízo das relações com o bloco socialista. Uma ou outra via implicariam de *per se* o envio para Angola de efetivos militares de apoio ao movimento a quem fosse reconhecido o direito à soberania, envolvido, presumivelmente, num novo Vietname.

Esta questão das relações internacionais poderá ter sido um fator dos mais predominantes na batalha diplomática que Melo Antunes e Vítor Crespo desenvolveram, de Tito a Ceaușescu ou da ONU à OUA. Segundo declarações do ministro da Cooperação, a posição das autoridades portuguesas foi bem compreendida pela Organização de Unidade Africana, onde Chissano terá tido um papel preponderante na tentativa de uma solução, e pelo presidente Nyerere, que Vítor Crespo contactou no regresso de Kampala. Na sequência de um apelo do marechal Idi Amin Dada para que os movimentos chegassem a uma plataforma de entendimento no sentido de impedir que Angola se transformasse em campo de batalha do imperialismo, o ministro dos Estrangeiros de Moçambique propôs que se fizessem tentativas para a constituição de um governo de personalidades com carácter provisório. A proposta foi bem aceite e poderá ser objeto de discussão na cimeira dos movimentos de libertação das

antigas colónias portuguesas, reunidos em Moçambique, com a presença de delegações do MPLA, FRELIMO e PAIGC.

De qualquer modo, à meia-noite de 11 de Novembro, Angola será independente. Quem deterá o poder?

Elísio de Figueiredo¹⁴⁵ (MPLA): “Portugal poderia ter impedido a generalização da guerra”

Embaixador do MPLA, Elísio de Figueiredo passou ontem por Lisboa rumo a Luanda. Encontrámo-lo num hotel da capital numa apressada conversa antes de tomar o avião. Medindo as palavras, o diplomata do MPLA não fez declarações peremptórias sobre o que será Angola no dia da independência. “Nós temos efetivamente uma larga representação popular. O MPLA é efetivamente um movimento progressista. Precisamos de reconstruir o país desta guerra que tem envolvido o nosso povo com forças invasoras...”. Sobre a hipótese de um governo de personalidades, conforme foi proposto na OUA por Chissano, Elísio de Figueiredo não fez qualquer declaração. Na conversa corrida com o repórter, o representante do MPLA na ONU deixou transparecer a mágoa provocada pelo que se passa em Angola e pôs interrogações acerca do futuro. Quando pusemos a hipótese de vietnamização do conflito, Figueiredo não afastou a hipótese de que ela fosse possível, justificando tal opinião com a “invasão de mercenários e tropas regulares da África do Sul e do Zaire no território”. A este propósito acrescentou: “Portugal podia ter impedido a generalização da guerra. Tinha homens em Angola e tolerou absolutamente a entrada de tropas estrangeiras no território. Essa é a causa imediata do recrudescimento do conflito”.

Do ponto de vista do representante do MPLA, os acordos de Alvor foram elaborados em circunstâncias históricas absolutamente distintas das de hoje, perdendo desde logo validade quando movimentos que subscreveram o acordo o traíram, aliando-se a inimigos do povo. A invasão de tropas sul-africanas e de mercenários brancos ligados ao ELP é para o movimento um facto provado e incontroverso ao qual “lamentavelmente o governo português não reagiu”.

¹⁴⁵ Elísio Ávila de Jesus Figueiredo viria a ser o primeiro embaixador de Angola na ONU, funções que desempenhou entre 1976 e 1988. Seria mais tarde embaixador em Londres. Figura próxima de José Eduardo dos Santos, chegou a ser visto como seu representante em negócios particulares de licitude duvidosa.

Wilson Santos¹⁴⁶ (UNITA): “Defendemos o acordo de Alvor”

Para o dr. Wilson Santos, delegado da UNITA em Lisboa, a situação atualmente existente em Angola é provocada por tensões sociais a que não é estranho o governo português. Segundo o representante do movimento de Savimbi, as autoridades portuguesas terão agido com reserva mental na elaboração do acordo de Alvor “para elevar o prestígio do MPLA”. Toda a política de equilíbrio proclamada pelo almirante Roa Coutinho teve em vista, segundo o delegado da UNITA, desarmar os outros dois movimentos que efetivamente tinham uma grande implantação no território. Em declarações prestadas ao JN, Wilson Santos acusou o MFA de Angola de ter procedido a uma rotulagem dos partidos angolanos, numa tentativa evidente de apresentar o MPLA como “única força progressista” quando “a UNITA também é um movimento revolucionário”.

“O MPLA cometeu o erro de, depois dos acordos de Alvor, ignorar a sua importância, tentando afirmar-se como único representante do povo de Angola. Ocupou postos-chave e criou uma zona de compressão em Angola. Hoje está a sofrer as consequências dos seus erros... O acordo de Alvor era e continua a ser a melhor solução para resolver os problemas de Angola... A guerra do MPLA é injusta e absurda, considerando-se irremediavelmente perdida” — afirmou Wilson Santos.

O dirigente da UNITA desmentiu formalmente que haja qualquer aliança com a FNLA, afirmando que “o que se passa é que a UNITA e a FNLA decidiram respeitar o acordo de Alvor e estão unidas dentro do seu espírito como estariam unidas ao MPLA se os seus dirigentes o pretendessem”.

Comentando o avanço das forças da UNITA e da FNLA sobre Luanda e outros objetivos controlados pelo MPLA, Santos admitiu que as forças opositoras a Agostinho Neto tentem ocupar Luanda antes da independência. Depois de afirmar que “não houve qualquer invasão de forças sul-africanas ou de mercenários portugueses” e acusar o MPLA de “arranjar esta justificação para camuflar a sua falta de apoio”, Wilson Santos declarou-nos que “não haverá independência unilateral do MPLA”. No dia 11 de Novembro, “se não se chegar

¹⁴⁶ Fernando Wilson Fernandes dos Santos (1951-1991) foi um militante e dirigente da UNITA, formado em Direito. Algumas fontes asseguram que a sua morte foi decidida por Jonas Savimbi, para punir uma alegada intentona para a tomada do poder na UNITA.

a um desejado acordo com o MPLA”, no espírito do acordo de Alvor, “a UNITA e a FNLA proclamarão a independência nas zonas que controlam e constituirão um governo provisório conjunto que continuará a lutar pela independência total e completa...”.

Wilson Santos e Toni Fernandes foram, no entanto, peremptórios em “desejar um entendimento com o MPLA”.

José Pinto (FNLA): “Não pode haver comunismo em Angola”

José Pinto, natural de Lisboa, técnico de refrigeração e ar condicionado, atual comandante-geral do esquadrão Chipenda, é um homem convicto do que diz. “Não pode ficar nem um comunista em Angola... Nós pegámos em armas para defender os nossos haveres... Escolhemos a FNLA porque fomos traídos pelos outros dois movimentos e pela tropa portuguesa... Não escolhemos o MPLA, porque é um movimento comunista...”.

Antigo comando na guerra colonial, o “comandante Zé”, tal como é conhecido em Luanda e Nova Lisboa, participou na sublevação dos brancos em Moçambique no dia 7 de setembro do ano passado. Fugindo pela fronteira sul, entrou em Angola, onde se fixou no início do ano. Quando recrudesceu o conflito entre os movimentos de libertação, alistou-se na FNLA, sendo atualmente comandante-geral de uma força especial — o “Esquadrão Chipenda” —, constituída por antigas tropas especiais portuguesas. Encontrámo-lo há dias em Lisboa, num hotel do Parque Mayer, à conta do IARN, na qualidade de retornado. Do bolso, José Pinto tirou um bilhete de avião Lisboa-Madrid-Kinshasa:

“Vou logo. Chego a Kinshasa, à sede da FNLA, e arranjo uma boleia para baixo...”

Com ele estavam mais alguns companheiros de viagem, gente que tirou uns dias à guerra para visitar as famílias. Têm, na generalidade, um olhar duro que quer dizer mais ou menos isto: “Se escreves alguma coisa antes de eu partir, levas um tiro”, mas falam com uma certa abertura, não desvendando, naturalmente, todos os segredos da sua guerra...

“É mentira que haja mercenários em Angola. Os que há são cubanos e trabalham para o MPLA. Também há moçambicanos. Matei de uns e de outros, no outro dia, no Lobito... Nas fileiras da FNLA lutam, sim, muitos portugueses. É o movimento que nos dá garantias, pois que o MPLA é comunista e a UNITA ninguém sabe o que é. Quando começou a guerra, nós, os brancos,

unimo-nos e formámos uma força especial de antigos comandos, paraquedistas e fuzileiros. No princípio não possuíamos armas suficientes e tínhamos que pedir *jeeps* emprestados para fazer a guerra. Agora, com o apoio do povo, temos o material de que necessitamos, sendo muito dele capturado ao MPLA e à tropa portuguesa.”

Perante acusações de que haveria ligações destas tropas com o ELP, José Pinto afirmou que tal acusação é desprovida de fundamento, acrescentando que todos os portugueses que combatem na FNLA são voluntários que lutam para “defender as suas coisas e para poder regressar com a família àquela terra que dá para todos”. O nosso interlocutor não desmentiu que muitos dos retornados estejam a regressar a Angola, afirmando antes que “na situação atual, quando a FNLA vai somando vitórias, muitos começam a ter esperança de poder voltar e regressam para dar o seu contributo ao partido de Holden Roberto”.

Segundo as perspetivas do “comandante Zé”, a FNLA deveria tomar Luanda no dia 10. Se tal acontecer, disse, “Rosa Coutinho será enforcado pelo povo”. O militante da FNLA repudiou, no entanto, a hipótese de Luanda vir a ser bombardeada pela FNLA a partir da base aérea de Negage. A este propósito, afirmou: “A FNLA não combate o povo, porque a FNLA é o povo. Seria um contrassenso combater-se a si própria...”

Quando o interrogamos sobre qual seria a atitude da FNLA se o movimento de Agostinho Neto proclamasse unilateralmente a independência, respondeu-nos José Pinto:

“A luta continuará. Nós temos o apoio do povo e cedo derrotaremos o inimigo. Tomaremos o poder e o MPLA depois será um normal partido político que tem que ser desarmado...”.

Diário de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 1 e 3

O povo angolano em festa

Liberdade e vigilância

José António Santos, enviado especial

Luanda — A chama da liberdade que em todos os bairros se acendeu, anunciando a independência, já há muito que, em acalentada esperança de liberdade, ardia no coração do povo oprimido.

As organizações populares de base, comissões de trabalhadores e moradores, festejam, nas áreas da sua residência, a alegria e a grave responsabilidade de serem livres. Alegria, porque o longínquo horizonte da formação de uma nova sociedade edificada pelo homem novo, com o fim da soberania portuguesa em Angola, está mais perto. Responsabilidade, porque os angolanos sentem e sofrem na sua própria carne a agressão de um novo inimigo, o imperialismo, que é urgente derrotar. Daí que a festa da independência de Angola não seja vivida pelo seu povo apenas com as esperadas manifestações de alegria e felicidade.

Nas ruas, nos bairros, por toda a parte onde se encontre o povo angolano, as massas trabalhadoras, em torno do MPLA, sua vanguarda e único representante, assumem a histórica responsabilidade de proclamar a independência em vigilância revolucionária. Em cada bairro, as massas populares festejam com diversos programas, elaborados pelas comissões de moradores e trabalhadores, o nascimento da sua pátria, manifestando a sua comunhão com “o camarada presidente” dr. Agostinho Neto, que preside às cerimónias oficiais da proclamação da independência, simbolizada pela chama da unidade.

Um combatente do “4 de Fevereiro” e um pioneiro, à meia-noite, fizeram subir ao mastro da Praça Primeiro de Maio a nova bandeira de Angola. Após este ato simples, o MPLA proclamou, então, oficialmente, a independência de Angola. No final, foi cantado o hino nacional, que se intitula “Angola, avante”, e não, como fora anunciado, “Avante, povo”.

O programa de hoje

Foi anunciada, para hoje, a investidura do novo elenco governamental de Angola. Apesar de a sua constituição se manter rigorosamente reservada, alguns observadores consideram que será diferente do que foi o Governo de Transição.

Entretanto, as organizações populares promovem várias realizações desportivas e culturais. Por sua vez, as FAPLA, braço armado do povo, participam num desfile pelas ruas da cidade.

À noite, o novo estado oferece, aos seus convidados, uma recepção nos jardins do palácio.

Solidariedade e reconhecimento internacional

O mundo livre e independente, todos os povos e forças progressistas, na histórica data de 11 de Novembro, exprimindo o sentimento da sua solidariedade fraterna, sentem-se felizes, unidos e corresponsáveis com o povo angolano, que hoje edifica a sua pátria.

Durante o dia de ontem continuaram a chegar, de todo o mundo, delegações oficiais, entre as quais se destacam as dos países de língua portuguesa, que durante o fim de semana participaram na conferência das organizações nacionalistas das ex-colónias portuguesas — a cimeira de Lourenço Marques —, de onde saiu um comunicado denunciando a invasão imperialista e responsabilizando o governo português pelo modo como conduziu o processo de descolonização em Angola.

A situação política do país

Entretanto, a situação político-militar em Angola não sofreu grandes alterações. Tanto na região de Benguela como na de Quifandongo, as FAPLA têm respondido aos ataques das forças invasoras, não permitindo o seu avanço no terreno.

Não sendo, contudo, possível confirmar, correm nesta cidade três versões sobre as atividades de Jonas Savimbi e Holden Roberto.

Assim, enquanto segundo uma delas se encontram ambos em Kinshasa, onde irão proclamar a independência, outra versão diz que não estão em Kinshasa mas sim no Huambo, antiga Nova Lisboa, e uma terceira dá-os como

presentes no Uíge. Também se diz que vão proclamar a independência conjuntamente nas zonas que ocupam. No entanto, neste momento, não existem informações precisas, pelo que não é possível confirmar qualquer das versões.

As tropas portuguesas abandonam Luanda

O contra-almirante Leonel Cardoso, alto-comissário em Angola, dirigindo-se aos povos português e angolano, e ao mundo, perante representantes de órgãos de informação de muitos países que aqui se encontram, assumiu, naquela qualidade, às 12 horas de ontem, o último ato político que, a avaliar pelas reações do povo e de vários observadores, não se pode dizer que tenha sido feliz. Com efeito, o texto lido por Leonel Cardoso causou reação desfavorável na opinião pública e no povo de Luanda, pelo facto de o alto-comissário ter começado por afirmar:

“Lamento não poder tomar parte em qualquer cerimónia comemorativa, na hora maior da vida do povo angolano, dado que fazê-lo, nas atuais circunstâncias, equivaleria da parte de Portugal a uma ingerência no sagrado direito que assiste ao povo de decidir o seu próprio futuro.”

A terminar, o contra-almirante Leonel Cardoso proclamou, “solenemente, a independência de Angola”.

Durante o dia de ontem, sem qualquer cerimónia protocolar, as tropas portuguesas foram abandonando as instalações onde ainda se encontravam — o palácio e a fortaleza de S. Miguel —, e embarcaram nos navios “Uíge”, “Niassa” e “S. Gabriel”, ancorados ao largo da ilha. Navegam já rumo a Lisboa, onde devem chegar no próximo dia 22.

Jornal de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 4

Angola já é independente

Caiu o último bastião do colonialismo português no continente africano

Miguel Reis

Luanda, 10 — Luanda festeja o fim de cinco séculos de colonização portuguesa. Com o termo do poder neste país africano, chega-se ao processo de eliminação do último bastião dos laços coloniais neste continente.

Vestindo a farda de gala, ao meio-dia, o último representante da soberania portuguesa, em Angola, o alto-comissário Leonel Cardoso, leu, em nome do presidente da República Portuguesa, a proclamação da independência do território, entregando “Angola aos angolanos”, pois, como se sabe, não foi possível uma conciliação entre os três movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA.

Retirando-se “sem cerimonial, mas de cabeça levantada”, como afirmou Leonel Cardoso, Portugal não terá de que se acusar, pois tudo fez, em seu entender, para que Angola recebesse os instrumentos de soberania em paz e concórdia.

Foi assim que as comemorações da independência foram celebradas em três cidades, por outros tantos movimentos: em Luanda, pelo MPLA; em Carmona, pela FNLA; e em Nova Lisboa, pela UNITA.

Resta saber quais as razões que levaram o presidente do MPLA a recusar-se até ao último momento a negociar com os seus adversários. Certamente por estar persuadido de que “a vitória é certa” — como o proclamam os milhares de cartazes colados por toda a capital — e de que conseguirá “libertar” a totalidade do território das tropas da FNLA e da UNITA.

A guerra de Angola — a segunda — prosseguirá, assim, inelutavelmente, após a partida das tropas portuguesas, graças às “armas mortíferas” distribuídas aos três movimentos de libertação por algumas “potências” que o alto-comissário evitou nomear na sua alocução de hoje. A riqueza de Angola

— observou o contra-almirante Leonel Cardoso — é neste momento o que a prejudica mais.

*** Retirada das tropas portuguesas**

As últimas tropas portuguesas aquarteladas em Luanda abandonaram-na sem glória, depois de terem tirado a bandeira do seu país do palácio do alto-comissário e da fortaleza.

Dirigiram-se para a base naval, numa quinzena de camiões escoltados por velhas autometralhadoras blindadas, uma das quais empanou e teve que ser empurrada para poder continuar o seu percurso. O contra-almirante Leonel Cardoso seguia no meio das suas tropas num automóvel preto, sendo o cortejo sobrevoado por vários helicópteros. Os soldados embarcaram então em três navios que se encontravam há já vários dias em Luanda.

A estrada que leva à base naval foi bloqueada durante várias horas por um blindado de reconhecimento equipado com um canhão de 75 milímetros e uma série de velhas autometralhadoras das Forças Armadas portuguesas, de modo a que as tropas pudessem embarcar, a alguns quilómetros de distância, ao abrigo dos olhares curiosos. Fuzileiros, armados de bazucas e espingardas-metralhadoras, tinham estabelecido uma barragem a meio da estrada, ao passo que vários navios de guerra cruzavam ao largo das costas angolanas. Alguns soldados tiravam fotografias. Apenas umas dezenas de pessoas assistiram à cena.

As suas bandeiras que simbolizavam a soberania portuguesa tinham sido arriadas, instantes antes, da fortaleza e do palácio onde antigamente residia o governador de Angola. A cerimónia durou poucos minutos. Duas criadas do alto-comissariado, vestidas de branco, assistiram, impassíveis, à saída das tropas, de uma das janelas do palácio.

O Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) ocupou imediatamente o palácio, e polícias, de boina azul, substituíram os fuzileiros que, ainda esta manhã, guardavam o edifício. Na cidade, alguns automobilistas começaram a sinfonia das buzinas, manifestando a sua alegria pelo facto de a independência ser uma questão de horas. Militantes do MPLA continuavam, ao fim da tarde, cobrindo de cartazes as paredes da cidade, onde Agostinho Neto se tornará, amanhã, o primeiro presidente da República Popular de Angola. — (FP e ANOP)

*** A segunda guerra**

Portugal manteve-se fiel à sua linha política, ao proclamar a independência de Angola sem confiar as rédeas do estado a qualquer dos três movimentos de libertação.

O alto-comissário português em Luanda, contra-almirante Leonel Cardoso, entregou o poder ao “povo angolano”. É este — disse em substância — que deverá decidir do seu destino e da maneira como se propõe exercer a “plena soberania” conferida a partir das 0 horas de 11 de Novembro.

O governo português esperou até ao último momento encontrar uma solução política para a sangrenta guerra civil que dilacera Angola. O alto-comissário — sabe-se de boa fonte — acreditava, ainda há 15 dias, na possibilidade de transferir os poderes para um governo de “unidade nacional” e alimentava a secreta esperança de uma aproximação entre o MPLA e a UNITA de Joanas Savimbi, cuja política não se lhe afigurava incompatível com o “poder popular” preconizado pelo movimento do dr. Agostinho Neto.

Todos os esforços do governo português foram, todavia, vãos. O alto-comissário, afirmando que partia de cabeça levantada, lembrou que Portugal fizera “tudo” para tentar sair do impasse criado — disse — pela “irredutibilidade” das posições políticas das partes em causa.

O ministro português da Cooperação, comandante Vítor Crespo, deslocou-se, com efeito, a Angola, em missão de última hora destinada a encontrar *in extremis* uma base de acordo entre os três movimentos. Os dirigentes da FNLA e da UNITA, com quem se avistou nessa ocasião, pareciam dispostos, segundo informações de boa fonte, a sentar-se à mesa de negociação com o MPLA. Este movimento, porém, voltou a recusar qualquer ideia de conciliação, o que se afigurou tanto mais surpreendente às autoridades portuguesas quanto o seu “braço armado” — as FAPLA — estavam a sofrer um certo número de revezes, designadamente na frente sul, onde perderam recentemente o controle de três capitais provinciais.

Jornal de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 4

Grandiosos festejos do MPLA Nasceu à meia-noite mais uma República

O MPLA proclamou a independência de Angola, à meia-noite de hoje, com grandiosos festejos, em Luanda.

Na capital do novo país, a bandeira portuguesa foi arriada, ontem à tarde, na Fortaleza de S. Miguel, construída, no século XVII, sobre um promontório rochoso fronteiro à “ilha” onde os portugueses desembarcaram em 1483.

Milhares de cartazes com a fotografia do presidente Agostinho Neto e de enormes bandeiras tricolores — amarelas, vermelhas e negras, cores do MPLA — podiam ver-se por toda a cidade.

Pelas 21 horas, a chama da unidade foi acesa e depois transportada por um grupo de combatentes do “4 de Fevereiro” (data do início da luta armada), com partida da Casa Branca (local no Bairro Sambizanga onde se deu o primeiro combate) e passagem pela ex-Casa de Reclusão, ex-Casa da PIDE, ex-7.^a Esquadra da PSP, até ao Largo 1.^o de Maio.

Cerca das 22 horas, chegou àquele local a chama da unidade, dando-se início às cerimónias. Enquanto se aguardava a meia-noite, exibiram-se “Os Marimbeiros”, grupo folclórico da região de Malanje, célebre internacionalmente. Precisamente às 24 horas, foi arriada a bandeira portuguesa e içada a bandeira nacional. Depois, foi lida a proclamação de independência e tocado e cantado o hino nacional.

Hoje, na Câmara Municipal, realiza-se a investidura do presidente da República Popular de Angola. Ao fim da tarde, as FAPLA desfilarão na Avenida Brasil e, à noite, decorrerá, nos jardins do Palácio, uma receção de estado.

Diversas delegações estrangeiras — Jugoslávia, Vietname, Guiné-Conacri, Roménia, Congo, Bulgária, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Organização de Solidariedade para com os Povos da África e da Ásia — assistiram às cerimónias, que decorreram com indiscutível entusiasmo popular.

De Portugal, foram representantes do PC (Sérgio Vilarigues e Francisco Miguel), do MES (Nuno Teotónio Pereira), do LUAR (Palma Inácio e Amândio Silva) e do MDP/CDE (José Tengarrinha).

*** Telegrama do Papa**

O Papa Paulo VI endereçou ao povo angolano um telegrama de felicitações pela sua ascensão à independência e o presidente do Brasil, que também mandou uma mensagem telegráfica, fez-se representar, nas cerimónias decorridas em Luanda, pelo embaixador Andrade Melo.

Por sua vez, e segundo se soube em Luanda, a República de Moçambique, solidária com o MPLA e o povo angolano, decidiu proclamar o dia de hoje feriado nacional em todo o território moçambicano, devendo realizar-se esta tarde, no estádio da Machava, uma reunião de massas para assinalar a independência de Angola e à qual estarão presentes, além do presidente Samora Machel, Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde e destacado dirigente do PAIGC.

*** Lei fundamental**

Entretanto, e segundo a France Press, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) aprovou uma Lei Fundamental que precisa que o novo estado de Angola se chamará República Popular de Angola.

Este estado, que é definido como “independente e democrático”, terá por objetivo a “libertação total” do povo angolano dos vestígios do “colonialismo e do imperialismo”.

Esta lei fundamental, que entrou em vigor às 0 horas de hoje, data oficial da independência de Angola, estipula que o presidente da República será automaticamente o presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola, Agostinho Neto. Será ele, portanto, o primeiro presidente da República de Angola.

O presidente da República dirigirá um Conselho da Revolução, que será composto por membros da Comissão Política do MPLA, membros do Estado-Maior General das Forças Armadas Populares de Libertação (FAPLA) e alguns ministros escolhidos pela Comissão Política. Ao Conselho da Revolução caberá, segundo esta lei, determinar a orientação interna e externa do país.

Esta lei fundamental prevê também a eleição de uma Assembleia do Povo, segundo modalidades e com atribuições que serão definidas mais tarde.

Salienta que o MPLA garantirá a direção política e económica da nação e que o presidente da República será o comandante-chefe das Forças Armadas Populares de Libertação, que se transformarão no Exército Nacional. Proclama também a separação da igreja e do estado, garantindo que todas as religiões serão respeitadas.

A nível económico, a lei fundamental precisa que o estado se encarregará da orientação e da planificação dos setores agrícola e industrial. Garante a proteção da propriedade privada e dos investimentos estrangeiros na medida em que estes forem considerados proveitosos para a economia nacional. Todos os recursos naturais do solo e do subsolo são declarados propriedade do estado.

A lei fundamental dá à jovem República o direito de rever os acordos e as alianças assinados, no passado, com Portugal e que estejam relacionados com Angola. Afirma, por fim, que Angola não pertencerá a nenhuma organização militar estrangeira nem autorizará nenhum país a instalar bases no seu território.

Jornal de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 4

Angola em discussão no CR **Acentuadas divergências entre diversos membros**

Depois de longo Conselho de Ministros, que terminou cerca das 5,30 horas da madrugada de ontem e em que participaram, a título excecional, os secretários-gerais dos três partidos com assento no governo, a questão da descolonização de Angola foi ontem analisada num Conselho da Revolução convocado em cima da hora para o edifício do EMGFA, ao Restelo.

Segundo um informador próximo de S. Bento, o Conselho de Ministros terá reafirmado os princípios já definidos anteriormente, depois de violenta polémica entre as posições afetas ao PCP, que defenderam o reconhecimento do MPLA como “único representante legítimo do povo de Angola”, e o grupo maioritário (PS/PPD), que votou pela não ingerência de Portugal nos direitos do povo angolano e consequente reafirmação do Acordo de Alvor.

A reunião do CR terá sido sugerida pelo próprio presidente da República no decurso do Conselho de Ministros a que presidiu, e visou, segundo a generalidade dos observadores, a procura de um aval às decisões do governo.

Esperava-se ontem que o ministro da Cooperação partisse para Angola às primeiras horas da madrugada, mas as decisões do Conselho de Ministros poderão ter alterado este projeto. A verdade é que Vítor Crespo não partiu para Angola.

O primeiro-ministro, que em princípio, partiria para Tancos às 11,30 de ontem, para participar num almoço de trabalho com paraquedistas, cancelou esta viagem para participar no Conselho da Revolução.

Por sua vez, o general Otelo Saraiva de Carvalho não esteve presente na reunião do CR de ontem à tarde, aventando-se a hipótese de que tal atitude terá sido provocada pelas sérias divergências que opõem o comandante do COP-CON à linha maioritária do Conselho. O general visitou, na manhã de ontem, o centro de instrução do quadro de complemento, nas Caldas da Rainha, e deslocou-se à tarde ao depósito de armamento de Beirolas, onde manteve contactos com os militares. Aí declarou ao Rádio Clube Português, como separadamente referimos, que não tinha comparecido na reunião do CR porque não

tivera conhecimento da mesma, mas manifestou a ideia de que não tinha interesse em voltar a reuniões daquele órgão de poder político-militar.

A reunião do CR iniciou-se cerca das 15,30 e terá decorrido com momentos de particular excitação, segundo um informador do Estado-Maior General das Forças Armadas, no Restelo. O mesmo informador declarou-nos que “o problema é difícil e há naturalmente divergências de pontos de vista entre os diversos membros do Conselho”.

Segundo informações que colhemos à hora em que encerrámos esta edição, o Conselho da Revolução continua reunido e procederá ao estudo da questão do reconhecimento dos órgãos de soberania em Angola independente.

A nossa fonte revelou-nos que na longa reunião do Conselho de Ministros o presidente da República terá defendido o reconhecimento do governo proclamado pelo MPLA como único governo representativo de Angola. Sendo o reconhecimento feito depois da declaração de independência por Portugal, nos termos do acordo de Alvor, trata-se simplesmente de um ato político e não de um compromisso anterior à independência. Esta posição, que terá sido defendida também pelos ministros Vítor Crespo e Veiga de Oliveira, foi em parte justificada pelo interesse de manter relações preferenciais com os novos países de expressão portuguesa.

Segundo a mesma fonte, o almirante Pinheiro de Azevedo e os outros ministros defenderam que Portugal deveria declarar que considera Angola como um território indivisível onde, excecionalmente, a soberania está dividida por dois governos. Lisboa reconheceria os dois governos e desenvolveria esforços no sentido de se constituir um governo de unidade nacional, nos termos em que esta expressão é entendida pela OUA.

No ponto de vista das forças políticas com posições maioritárias no governo — disse-nos a mesma fonte —, o MPLA é no atual momento “um instrumento do social-imperialismo soviético e a UNITA/FNLA servem objetivamente os interesses do imperialismo americano” e só um governo de unidade nacional pode libertar Angola do Neocolonialismo.

Telegrama de Rosa Coutinho para Agostinho Neto

O antigo alto-comissário em Angola, almirante Rosa Coutinho, enviou o seguinte telegrama ao presidente do MPLA, dr. Agostinho Neto:

“Muito agradeço o honroso convite para assistir às cerimónias da independência de Angola, a que a minha situação como membro do Conselho da Revolução impede, neste momento, de corresponder. O meu coração, tal como o de todo o povo português progressista, está com o povo de Angola, nesta data histórica, e, apesar das nuvens negras acumuladas pelo imperialismo, confio que, com a sua coragem e amor à liberdade, saberá vencer o invasor estrangeiro e conquistar para Angola uma verdadeira independência. A luta continua, mas a vitória é certa.”

Diário de Notícias, 11 de novembro de 1975, p. 4

**Um só povo, uma só nação sob a bandeira do MPLA
— gritaram milhares de pessoas num comício no Porto**

Porto — Também o povo do Norte quis expressar o seu apoio à vanguarda do povo irmão de Angola. Enchendo completamente o pavilhão do Académico, ontem à noite, milhares de pessoas testemunharam a sua solidariedade ao MPLA e à sua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo.

Cerca das 22 horas começou uma jornada de luta que mais não era que uma voz revolucionária de milhares de bocas gritando “Um só povo, uma só nação sob a bandeira do MPLA”.

Presidindo ao comício, encontravam-se representantes do MES¹⁴⁷, LCI¹⁴⁸, LUAR¹⁴⁹, PRP¹⁵⁰, MDP/CDE, FSP¹⁵¹, PCP, CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), Comité Português para a Paz e Cooperação, Associação de Amizade Portugal-Moçambique e USP¹⁵²/Intersindical, organizações promotoras daquela manifestação de internacionalismo. Também elementos do PAIGC, da FRETILIN e do Órgão Coordenador para a Europa do MPLA, veementemente aplaudidos pelos presentes, tiveram lugar na mesa, bem como membros do Conselho Municipal.

Muitas organizações políticas, de poder popular e sindicais, enviaram palavras de apoio e solidariedade ao MPLA, denunciando, ao mesmo tempo, as manobras imperialistas que, em Angola como em Portugal, pretendem impedir a libertação dos povos dos dois países.

¹⁴⁷ Movimento de Esquerda Socialista, partido português fundado em fevereiro de 1975, na sequência de uma cisão à esquerda na Comissão Democrática Eleitoral.

¹⁴⁸ Liga Comunista Internacionalista, partido fundado em 1973, como secção portuguesa da IV Internacional, de cariz trotskista.

¹⁴⁹ Liga de Unidade e Ação Revolucionária, movimento político português, fundado em Paris em 1967, sob a liderança de Hermínio da Palma Inácio.

¹⁵⁰ Partido Revolucionário do Proletariado, organização política socialista revolucionária portuguesa, criada em 1973.

¹⁵¹ Frente Socialista Popular, movimento português que depois seria integrado no PS.

¹⁵² União de Sindicatos do Porto.

As palavras dos militantes do MES foram de apologia do poder popular, enquanto que a mensagem lida pelo representante do PCP exigia o reconhecimento, por parte do VI Governo Provisório, da independência de Angola e da entrega dos seus destinos ao povo angolano e ao ser verdadeiro defensor, o MPLA.

A ETA¹⁵³, PSAN¹⁵⁴ e UPG¹⁵⁵ expressaram, através de uma mensagem, toda a justeza da luta do povo de Angola contra o imperialismo e o neocolonialismo, luta que, afinal, é a luta de todos os povos oprimidos e explorados, como são os de Espanha. Muitas palmas e um impressionante e demorado “Espanha vencerá” coroaram as palavras daquelas três organizações revolucionárias do país vizinho.

Também trabalhadores do Banco de Angola, Ajudantes de Despachantes da Alfândega, do Secretariado Estudantil do Porto da LCI, das bases estudantis do MDP/CDE, das células estudantis do MES e da Organização do Porto da União dos Estudantes Comunistas endossaram textos que exprimiam a sua solidariedade com o verdadeiro representante do povo de Angola.

Por entre o entusiasmo geral, foi lida uma moção de jovens eletricitistas do Norte, após o que um representante da FSP denunciou as manobras políticas nacionais e internacionais que pretendem a submissão de Angola ao jugo imperialista, através dos movimentos de “libertação” fantoches (FNLA e UNITA) e assinalou que o povo do novo país e o nosso povo têm um inimigo comum.

“Portugal, Angola, revolução socialista” — respondeu vibrantemente a assistência. Um elemento da LCI leu a mensagem do seu partido, cuja tónica foi o desmascaramento do capitalismo, o repúdio da atitude do governo português em não reconhecer o MPLA como único movimento de libertação de Angola e as consequências que podem advir para o futuro da nossa revolução se tal não for feito.

Durante o comício, as mensagens e declarações focaram temas mais ou menos comuns. Assim, todas as organizações presentes consideraram unani-

¹⁵³ Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade), organização nacionalista basca fundada em 1959 que evoluiu para a violência armada e o terrorismo.

¹⁵⁴ Partit Socialista d’Alliberament Nacional (Partido Socialista de Libertação Nacional), partido comunista e independentista catalão, fundado em 1968.

¹⁵⁵ Unión do Povo Galego, partido comunista e nacionalista galego, fundado em 1963.

memente o MPLA como o verdadeiro representante do povo de Angola e garantia de independência e liberdade para esta nação. Simultaneamente, declararam-se dispostas a exigir do governo português o imediato reconhecimento do governo de Angola, formado por aquele movimento.

Mas, a par destas posições de solidariedade para com o MPLA, a maior parte dos textos continha acusações diversas contra os vários governos de Lisboa, especialmente o atual, que foi classificado de neocolonialista. Referências a Melo Antunes, Vítor Crespo e Leonel Cardoso provocaram longos assobios e apupos.

Antes da meia-noite, falaram ainda os representantes da União dos Sindicatos do Porto e do Conselho Português para a Paz e Cooperação e foram lidas mensagens da FRELIMO, dos SUV¹⁵⁶ e de um grupo de soldados do RASP¹⁵⁷.

À hora a que fechámos esta edição, o comício prosseguia, não se tendo registado, até então, quaisquer distúrbios que durante o dia se tinham prognosticado.

“É preciso fazer a guerra para conquistar a paz”

“É preciso fazer a guerra para conquistar a paz” — gritou, em Luanda, a mais de vinte mil quilómetros daqui, o locutor do Rádio Clube Português. Nesse momento, a multidão que enchia o edifício do Académico, vitoriou o MPLA e clamou numa só voz: “MPLA, a vitória é certa.”

No ar, bandeiras do movimento que encarna a luta do povo angolano pela sua libertação e independência nacional, e as vermelhas do internacionalismo proletário. Luanda: “Viva o presidente Agostinho Neto!”. No Porto: “Viva! Viva!”. Segundos antes, todos os que ali estavam se tinham levantado e, em silêncio, escutado o hino nacional da nova nação, a República Popular de Angola.

Depois de terem ouvido mensagens de numerosas forças progressistas do país e de dois partidos que conquistaram a independência para os respetivos povos — a FRELIMO e o PAIGC —, os portuenses que vieram ao comício

¹⁵⁶ Soldados Unidos Vencerão, organização clandestina no interior das Forças Armadas constituída em agosto de 1975 pelo PRP. Os grupos atuavam no interior dos quartéis com vista a promover a auto-organização política dos militares.

¹⁵⁷ Regimento de Artilharia da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, que teve um papel importante na revolução do 25 de Abril e foi palco de diversos confrontos.

estiveram bem próximos, através da radiodifusão, do povo de Angola. Enquanto aqui se vitoriava o MPLA, lá cantava-se nas ruas, dançava-se e ouvia-se o estralejar dos foguetes.

Expresso, 12 de novembro de 1975, p. 1 e 16

Governo português não reconhece governo do MPLA

Portugal não reconhecerá, ao menos por enquanto, o governo do MPLA, tal foi a conclusão do debate havido a nível do Conselho de Ministros e do Conselho da Revolução. O Conselho de Ministros reuniu-se duas vezes para o efeito, tendo nele participado os três secretários-gerais dos partidos representados no governo. Na reunião de domingo à noite o presidente da República começou por ler o relatório elaborado pela Comissão da Descolonização sobre Angola que concluía dever reconhecer-se o governo instalado em Luanda. Defenderam esta tese o presidente Costa Gomes e o ministro Vítor Crespo. Atacaram-na Campinos, Mário Soares, Magalhães Mota, Sá Carneiro e outros.

Neste primeiro Conselho de Ministros, votaram todos contra esta fórmula, exceto Vítor Crespo e Veiga de Oliveira. Os três secretários-gerais não tiveram direito a voto.

Na reunião que se seguiu do Conselho da Revolução gerou-se uma maior polémica, tendo sido aprovada uma fórmula diferente: no caso de vários movimentos declararem a independência e de formarem governo, Portugal não reconheceria nenhum; no caso de ser apenas o MPLA a formar governo, e depois de um grande número de países o reconhecerem, o governo português alinharia com a corrente internacional, reconhecendo-o também.

Foi esta a opinião prevalecente embora com uma grande divisão de votos. Seguiu-se, na madrugada de anteontem para ontem, uma outra reunião de Conselho de Ministros que acabou por confirmar a resolução que saiu do Conselho da Revolução, tendo, no entretanto, emitido o seguinte comunicado: “Reunido, extraordinariamente, sob a presidência de S. Ex.^a o Presidente da República, no momento em que Angola assume a plenitude da sua soberania, o Conselho de Ministros saúda o povo angolano e expressa o seu regozijo — que reflete o sentimento generalizado do povo português — por esse facto de transcendente significado histórico para os dois povos, para a África e para o mundo.

O Conselho de Ministros julga oportuno realçar o vivo empenho do povo português no estreitamento de laços de cooperação ativa e perene amizade com

o povo angolano, independentemente das contingências conjunturais que momentaneamente ameacem ou provisoriamente comprometam a generalizada esperança numa Angola unida, independente, progressiva e livre.

O Conselho de Ministros considera do maior significado para as futuras relações entre os dois estados que mais um país de língua portuguesa tenha atingido a independência e junte agora a dignidade de estado soberano à de todos os países africanos que viram coroada de êxito a sua luta pela emancipação de África.

O governo português condena veementemente a ingerência de forças e países estranhos ao povo angolano, que têm contribuído para pôr angolanos contra angolanos, assim comprometendo as possibilidades de uma plataforma de entendimento e cooperação condicionante de uma verdadeira independência em liberdade, em progresso e paz.

Sob a égide do MPLA

Em ambiente de tensão no território angolano com as forças militares a digladiar-se, Agostinho Neto proclamou, em Luanda, a República Popular de Angola que, segundo as suas palavras, é “a expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui, acrescentou Agostinho Neto. O objetivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um homem novo”.

O novo país, no dizer de Agostinho Neto, caminhará progressivamente para um estado de democracia popular, tendo por núcleo a aliança de operários e camponeses — e acrescentou que todos os patriotas estarão unidos na luta contra o imperialismo e seus agentes, na luta pela edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Agostinho Neto proclamou a República Popular de Angola às zero horas do dia 11, dizendo: “Em nome do povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola proclama solenemente perante a África e o mundo a independência de Angola”... “Durante o período compreendido entre o encontro de Alvor e esta proclamação, continuou Agostinho Neto, só o MPLA não violou os acordos assinados. Aos lacaios internos do

imperialismo, de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito pelos acordos de Alvor é manifesto. Entre outros, o facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso país é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exercem a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso movimento enfrenta no terreno várias forças reacionárias, que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o povo angolano. Nessa aliança incluem-se forças reacionárias portuguesas, que participam na invasão do Sul do país, e o governo português não só as não combateu como legitimou tacitamente pelo seu silêncio e passividade. Não obstante as organizações fantoches conluídas com os exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português primou em considerá-las como movimentos de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora poderemos cimentar relações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objetivo: a liberdade”.

FNLA-UNITA proclamam o seu regime

Entretanto, em Lisboa, o delegado da UNITA, Fernando Wilson Santos, do Bureau Político do Comité Central, anunciou a constituição de um governo UNITA-FNLA nos seguintes termos:

“Se hoje vemos constituído em Angola um governo do MPLA, que nós não reconhecemos, e um governo conjunto da UNITA-FNLA, este último não constitui senão a melhor forma de os compatriotas do MPLA se compenetrarem do seguinte: o seu governo pode ter o reconhecimento internacional de certos países; esse reconhecimento é, no entanto, minoritário e constitui um ato de encorajamento da divisão de Angola”... “Nós prometemos aos angolanos lutar contra o colonialismo e o imperialismo, na medida em que se pretende introduzir no nosso país, vindas do Leste ou do Oeste, novas formas de opressão através da ingerência externa.

O povo português e a opinião internacional devem compreender que não é o objetivo de eliminar o MPLA que nos move, pois nós considerámo-lo uma força patriótica. Isso seria mesmo um erro político, pois nós sabemos que ainda há quem não queira o socialismo em Angola e nós sabemos também que somos socialistas.

O nosso combate pelo socialismo tornou-nos indiferentes ao insulto do novo colonialismo de certa esquerda portuguesa e internacional. Mas prometemos-lhe que Angola não será desses senhores. Angola será do povo angolano”.

Entretanto, segundo a AZAP (agência noticiosa zairense), a FNLA e a UNITA criaram um Conselho Nacional da Revolução integrando 24 membros. Assinaram, segundo a mesma agência, “um ato constitucional para introduzir nesta altura necessárias alterações às leis básicas do país que definem os órgãos de soberania que detêm o poder político na República de Angola”.

Reconhecimentos

A situação militar, pelo menos aparentemente, agrava-se para o MPLA, se atendermos a que, segundo as últimas informações, caiu em poder das forças mistas (ver p. 8 e 9) Novo Redondo. Foram já alguns os países que reconheceram a independência proclamada pelo MPLA, não tendo chegado ao nosso conhecimento que tenha havido reconhecimento do governo UNITA-FNLA. Entre aqueles conta-se o Brasil, que nomeou seu embaixador em Luanda Ovídio de Melo¹⁵⁸ ali já atuante, há muito, com a categoria de embaixador, sendo conhecidas as suas boas relações com elementos do MPLA. O *Expresso*, aliás, já há três semanas havia anunciado que o Brasil reconheceria o governo sediado em Luanda. Além deste reconhecimento, contam-se o do Congo Brazzaville, Mali, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Cuba.

Entretanto, em Kampala, o marechal Idi Amin Dada declarou que “não respeitará nenhum dos países que reconhecerem um governo angolano com um único movimento.”

Por sua vez, a Suécia saudou a entrada de Angola na família das nações independentes, mas reservou o seu reconhecimento até que as condições políticas estejam estabilizadas em Angola, segundo afirmou o seu ministro dos

¹⁵⁸ Ovídio de Andrade Melo (1925- 2014).

Negócios Estrangeiros, Svn Anderson. Idêntica posição anunciou também a Holanda. Referindo-se a Portugal, afirmou o ministro sueco: “os novos líderes de Portugal cumpriram as suas promessas de descolonização e este acontecimento tem grande apoio na Suécia, que saúda por isso com satisfação a entrada de Angola na família das nações independentes”.

Kurt Waldheim manifestou o seu apreço pelos “incansáveis esforços feitos pela OUA para obter um cessar-fogo e a reconciliação nacional em Angola e a sua recomendação para a formação de um governo de unidade nacional”.

É de crer que continuem os reconhecimentos a nível diplomático e que ulteriores esforços venham a ser desenvolvidos no sentido da pacificação de Angola, onde agora deparamos com dois regimes e governos: a República Popular do MPLA e a República Popular e Democrática da FNLA/UNITA instituída no Ambriz, com sede provisória em Nova Lisboa, continuando no entanto a considerar Luanda como a sua capital.

Expresso, 12 de novembro de 1975, p. 8

Os líderes dos três movimentos

Apresentamos a seguir um breve perfil dos drs. Agostinho Neto e Jonas Savimbi, respetivamente do MPLA e UNITA, e de Holden Roberto, da UPA-FNLA, de acordo com o livro editado em Luanda *Angola, o Governo de Transição*¹⁵⁹, cujo planeamento e direção literária pertence a Carmo Vaz.

Agostinho Neto

O Dr. Agostinho Neto, licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra e de Lisboa, poeta consagrado nos países lusófonos e com larga projeção no mundo pelo tónus revolucionário da sua poesia, conferencista brilhante, considerado uma alta figura internacional na luta anticapitalista e anti-imperialista, nasceu na aldeia de Icolo e Bengo (Angola), em 1922, filho de um pastor protestante, pai de uma numerosa família pobre.

O camarada Neto (militantes e simpatizantes do MPLA tratam-se entre si por camaradas) fez os seus primeiros estudos na Missão e os secundários, trabalhando desde muito novo para os pagar. Findo o curso secundário, trabalhou em Luanda, nos Serviços de Saúde, durante três anos, até 1947, para ajudar a família, conseguindo com o auxílio de amigos e camaradas seguir para Portugal, onde fez os primeiros três anos de Medicina em Coimbra, completando o curso em Lisboa, em 1958.

Desde muito novo, em Luanda, a sua índole antifascista e revolucionária fora detetada pela PIDE portuguesa, que em 1952 o lança numa masmorra (Caxias), alertada pela força subversiva dos seus versos. A verdade é que desde a sua chegada a Coimbra, em 1947, Neto milita clandestinamente na ala esquerda da oposição portuguesa ao ditador Salazar, no MUD juvenil, representando a juventude socialista portuguesa no Congresso da Juventude Rural, em Viena, em 1954. De regresso, é novamente preso pela PIDE, que o mantém encarcerado até 1957, no Porto. Assim se explica que só se tivesse formado

¹⁵⁹ *Angola Rumo à Independência: o Governo de Transição: documentos e personalidades*. Luanda: Livrangol, 1975.

em 1958. Lutando contra a oposição da PIDE, que o vigia de perto, Neto regressa a Angola em 1959, assumindo a presidência do MPLA, que Salazar tolera esperando poder criar um partido negro africano burguês disposto a colaborar com os colonialistas.

Neto regressa discretamente à sua aldeia de Icolo e Bengo onde a sua ação de médico e amigo do povo, paralela à sua ação política de difusão do MPLA, leva a PIDE a prendê-lo novamente, em 1960, provocando um movimento de protesto de toda a população, que a polícia reprime ferozmente fazendo umas dezenas de mortes e mais de cem feridos. Mas Neto é logo deportado para Cabo Verde, primeiro em Santo Antão e depois em Santiago, com tratamento benévolo, não só pela sua qualidade de doutor, mas pelo receio de repercussões mundiais.

Entretanto, em 1961 (4 de fevereiro), o MPLA desencadeia o ataque armado em Luanda, com um golpe de mão à penitenciária e ataques a quartéis. A repressão fascista em Luanda foi ferocíssima e sanguinária. Neto foi logo transferido para Lisboa (Aljube) mas libertado pela pressão das forças progressistas portuguesas e estrangeiras, ficando sob vigilância da PIDE.

Em 1962, Neto consegue evadir-se de Portugal para assumir o pleno comando da luta de libertação que o MPLA vai travar, quer no mato angolano quer no tablado internacional, em que a tónica posta no socialismo e na independência total do povo angolano das garras da exploração capitalista, colonialista e imperialista, granjeiam ao presidente uma larga audiência em todo o mundo e o apoio franco e decidido dos países socialistas eslavos, germânicos e asiáticos, e progressistas africanos. O presidente do MPLA correndo infatigavelmente as capitais de todo o mundo, defendendo a causa do povo angolano, solicitando auxílio e apoio na luta nacionalista, alcança tornar-se uma figura mundialmente celebrizada na grande batalha internacional contra o capitalismo, o imperialismo e o colonialismo. Tem participado em dezenas de congressos e conferências socialistas e é membro do Comité Presidencial do Conselho Mundial da Paz, representando as colónias portuguesas.

Quando do 25 de Abril português (1974), Neto, na altura no Canadá, declarou à imprensa que não aceitaria nenhuma “plataforma” proposta pelo “nazi Spínola”, como o etiquetou, e que o MPLA continuaria a luta até à libertação total do povo angolano, sem admissão de qualquer forma de neocolonialismo, por mais disfarçado que fosse.

O apoio que o presidente Agostinho Neto tem recebido de vastas camadas populares angolanas, particularmente no setor rural e operário, e do vasto setor de intelectuais revolucionários angolanos e portugueses que simpatizam com o MPLA, fazem deste poeta-político, “um homem austero e taciturno”, na opinião de um dos seus panegiristas (Basil Davidson), uma personalidade cimeira nos movimentos de libertação de Angola, que dedicou toda a vida à salvação e redenção do seu povo.

O presidente Agostinho Neto é casado com uma portuguesa, pai de filhos, e fala fluentemente português, francês, inglês, russo, kimbundo e umbundo.

Jonas Savimbi

O Dr. Jonas Malheiro Savimbi, o *Muata* da Paz, como é conhecido em Angola, nasceu em 1934, no Munhango (Bié), filho de um empregado dos caminhos de ferro; fez os primeiros estudos no Lutano (Missão do Dôndi) e depois no Andulo (aldeia de Atende). Continuou os estudos nos Centros Missionários, primeiro em Caliuque (centro protestante), depois no Centro de Liapunda e finalmente na Missão de Chillesse, de 1948 a 1951, ano em que transitou para o Instituto do Dôndi, na Bela Vista, onde estudou até 1954. Continuou os seus estudos secundários no Instituto Liceal e Técnico do Bié (Silva Porto) até 1956 e devido aos seus invulgares dotes de inteligência e capacidade de trabalho, passou para o Liceu de Sá da Bandeira, onde completou o 6.º ano dos liceus.

Completoou o 7.º ano dos liceus em Portugal, no Liceu Passos Manuel (Lisboa) em 1959, saindo para a Suíça em 1960. Em Friburgo e depois em Lausanne, fez os dois primeiros anos de Medicina, passando depois para o Instituto de Ciências Políticas e Sociais, completando o seu curso de Direito em 1965 com alta classificação.

Já em 1960, Savimbi havia-se filiado na UPA, sendo logo promovido em 1961 a secretário-geral deste movimento de libertação de Angola. É um dos fundadores da FNLA/UPA conjugado com o PDA (Partido Democrático de Angola) em 1962 e do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) em 1963; mas em 1964 desliga-se destes movimentos e, com os outros dissidentes, Dr. José João Iauca, Alexandre Magno e Calundungo, procura um entendimento com o MPLA e o Dr. Agostinho Neto, em Brazzaville. Graveemente empenhado na luta armada pela libertação de Angola, Savimbi segue

um rigoroso treino militar durante nove meses na China Popular e regressa à Suíça, onde completa a sua licenciatura em 1965. Na China se organiza um grupo eficiente de combate, onde sobressai o atual comandante-geral das FALA, major Samuel Chiwale, grupo este que audaciosamente pretende desencadear a luta no interior de Angola, libertando “efetivamente” parcelas do seu território, com a entrega total das suas vidas à causa da libertação popular de Angola. Nascia a UNITA (1966).

As vicissitudes do combate na selva travado pela UNITA e da luta diplomática empreendida por Savimbi é um romance cujos pormenores dramáticos são já conhecidos. Dois momentos importa, porém, assinalar: a prisão de Savimbi na Zâmbia quando regressa da China Popular e a sua fabulosa viagem de três meses, do Cairo ao santuário do Luso (Angola), através de países hostis, sem vistos, acompanhado por Miguel N’Zau Puna¹⁶⁰. Em 1968, pisando já solo da pátria, Savimbi e os seus mais próximos colaboradores enfrentam dificuldades de toda a ordem, ataques concentrados das forças portuguesas e dos guerrilheiros do MPLA, e só em 1969 a situação da UNITA melhora, pois, se sofre a traição e a deserção de alguns dos seus elementos, leva também a efeito um ataque vitorioso contra os “Flechas” (forças negras armadas e treinadas pela PIDE portuguesa), que lhes permite apoderarem-se de muito armamento, incluindo metralhadoras G-3, que não possuíam. Escarmentada pelas deserções e traições, caldeada pelo fogo, a UNITA vê aumentar a sua coesão e capacidade de combate e começa a sua organização interna, que se pode considerar hoje modelar, pela sólida disciplina, nível intelectual e eficácia.

Em 1972 a retirada da frente leste do MPLA e da FNLA criou uma situação difícil à UNITA, que teve de enfrentar sozinha não só a guerra colonial, mas o tremendo esforço de aliciamento levado a cabo pelas autoridades portuguesas, que prometiam mundos e fundos em troca de rendição e da colaboração. Savimbi e os seus homens resistem a tudo e em 1973 realizam o seu 3.º Congresso em solo angolano, que assinala um grande êxito, continuando a luta, agora muito mais fortes e tomando a iniciativa de ataques contra as forças portuguesas. Ocorre então o 25 de Abril português (1974) e Savimbi, analisando com os seus colaboradores a situação política portuguesa, aceita a mediação

¹⁶⁰ Miguel Maria N’Zau Puna (1933-2022), secretário-geral da UNITA de 1966 até 1992. Abandonando esse movimento, ingressou no MPLA, desempenhando depois funções governamentais, diplomáticas e parlamentares.

primeiro do Padre Oliveira¹⁶¹ e numa decisão histórica, arriscada mas confiante nos portugueses, decreta o cessar-fogo. Começara o processo de descolonização de Angola.

N. de R. Esta biografia, porém, não diz os contactos estreitos entre Savimbi e as autoridades colonialistas portuguesas. UNITA e Portugal combatiam, de mãos dadas, o MPLA, enquanto Savimbi recebia ajuda militar dos portugueses, em munições e víveres. Depois viria a justificação política.

Holden Roberto

Filho de pequenos lavradores, Holden Roberto nasceu em S. Salvador, em 1925, e com um ano de idade acompanhou os pais no exílio ao Congo Belga, onde se refugiavam milhares de angolanos do povo, não podendo mais suportar a miséria e opressão em que se vivia na colónia portuguesa. Em Thysville¹⁶², o pai, Garcia Roberto, empregou-se na “Petrocongo”, mas breve a família se transferia para Léopoldville (hoje Kinshasa), onde Holden fez os seus estudos primários e secundários, começando a trabalhar muito novo na “Unilever”. Regressando a Angola em 1934, continuou os seus estudos na “British Missionary Society”, e depois em Léopoldville, o que lhe deu uma formação mental de raiz religiosa e moralista, sem ser puritana. Com efeito, o presidente Roberto não bebe nem fuma, e possui uma capacidade de trabalho excecional, sem prejuízo de um génio liberal e amante das artes e letras, sendo dotado de sentido de humor e simpatia.

Findos os estudos secundários, o irmão Holden (militantes e simpatizantes da FNLA tratam-se entre si por irmãos) entrou como funcionário da administração belga, cargo que breve deixaria, para trabalhar no setor privado e continuar os seus estudos, visitando Angola muitas vezes, em 1934, 1940, 1951 e 1956, ano em que passou a dedicar-se exclusivamente à política, gravemente impressionado pela opressão colonialista em que vivia mergulhado o seu povo angolano. Esta primeira fase da sua atividade de político combatente desen-

¹⁶¹ António de Araújo Oliveira (n. 1943), missionário claretiano. Publicou em, 2017 o livro *O Padre de Savimbi* (Lisboa: Alêtheia).

¹⁶² Hoje Mabanza-Angungu.

rola-se paralelamente à luta de libertação dos congueses do jugo colonialista belga.

Militante ativo da UPA desde a sua fundação em 1954 pelos nacionalistas angolanos Eduardo Pinnok, Francisco Borralho Lulendo, Barros Nekaka (tio de Holden e herdeiro do trono do Congo), Luís da Costa e Garcia Roberto, o futuro presidente da UPA-FNLA desenvolve em Léopoldville uma atividade política intensa e perigosa, porque era estrangeiro, em estreita colaboração com os nacionalistas congéneres do MNC¹⁶³, ABAKO¹⁶⁴ e outros partidos. É nesta altura, no chamado “Círculo dos Excluídos” de Stanleyville¹⁶⁵, que Holden conhece Patrice Lumumba, a quem o ligariam laços de amizade e trabalho comum na libertação dos povos angolano e congolês, entendimento que os levou, em 1958, em Acra, a fazer um solene juramento de que o primeiro que ascendesse à independência (ninguém acreditava ao tempo que Portugal isolado insistisse em manter o seu domínio nas colónias africanas) ajudaria decisivamente o outro a sacudir o jugo do colonialista europeu.

Em 1958, com o capital obtido por subscrição entre os militantes da UPA, Holden Roberto, como delegado do movimento, segue para Acra (Gana) para participar na conferência africana de Acra, matriculando-se aí no Instituto Superior de Ciências Políticas e partindo depois para os Estados Unidos da América, tanto para advogar a causa dos nacionalistas angolanos como para completar os seus estudos superiores de política e economia. Em 1960, já em Acra, Holden Roberto é eleito por aclamação presidente da UPA, trabalhando como conselheiro particular de Kwame Nkruma e com George Padmore¹⁶⁶ no departamento de negócios africanos.

Foi no decurso destes anos que se pôs aos nacionalistas da UPA e ao seu presidente uma grave opção na estratégia da luta: desencadear a violência e a guerra de guerrilha ou insistir na negociação com o governo português. Repugnava ao espírito de Holden Roberto a violência, mas perante a obstinação do ditador português Salazar, parecia não haver alternativa. Foram os argelinos

¹⁶³ Movimento Nacional Congolês.

¹⁶⁴ Associação dos Bacongos para a Unificação, a Conservação e o Desenvolvimento da Língua Congo

¹⁶⁵ Atual Quissangane.

¹⁶⁶ George Padmore (1903-1959) foi um jornalista e ativista do pan-africanismo que trabalhou durante algum tempo como colaborador de Kwame Nkrumah.

amigos de Roberto (Boumendjel¹⁶⁷, Dr. Franz Fanon e Dr. Mustaphai¹⁶⁸) que influíram em afastar os últimos escrúpulos de Roberto. Em 1960 foi aprovada a luta armada e seguem para Argel muitos militantes da UPA para treino de guerra subversiva e guerrilha.

Em 1961, o massacre de 4 de Fevereiro na Baixa do Cassange foi a gota de água que fez transbordar um copo cheio de horror, miséria e opressão. Em 15 de março, a UPA lançou o ataque nas zonas do norte de Angola contra os colonos portugueses brancos donos das terras e do povo angolano, procurando uma solução rápida, através do pânico gerado pelos meios utilizados. Começava a longa guerra de emancipação angolana que duraria 14 anos de sangue, sacrifício, dor e devastação para os povos português e angolano.

O presidente Holden Roberto durante todos este tempo comandou a FNLA com fria determinação e ânimo inquebrantável.

¹⁶⁷ Ali Boumendjel (1919-1957), advogado e revolucionário argelino, morto pelas forças francesas.

¹⁶⁸ Chawki Mostefai (1919-2016), médico e independentista argelino.

Expresso, 12 de novembro de 1975, p. 8-9

Síntese dos caminhos sinuosos que conduziram a esta independência

“Durante os longos anos de luta contra o domínio colonial, o povo angolano, exprimindo a sua vontade de libertação, afirmou e conquistou o direito à libertação.

A partir de 25 de Abril de 1974, o povo português, ao encetar o caminho da sua própria libertação, redescobriu a sua verdadeira vocação histórica de paz e fraternidade com todos os povos.

Pôde assim Portugal iniciar um processo de descolonização autêntica, baseada no reconhecimento do direito do povo das colónias a constituir-se em estados soberanos e a decidir livremente dos seus destinos, sem sujeição a novas formas de domínio.

O reconhecimento do direito dos povos das colónias à independência foi expressamente declarado pela Lei Constituinte n.º 7/74 de 17 de julho.

No Acordo de Alvor, assinado em 15 de janeiro de 1975, o estado português reafirmou solenemente o direito do povo angolano a constituir-se em estado soberano, no território uno e indivisível de Angola.

A partir desse momento, o estado português partilhou o exercício do poder com os movimentos que mutuamente se reconheceram no Acordo do Alvor, confinado ao propósito de estabelecer a transição para o pleno exercício da soberania pelo povo de Angola.

Apesar de todas as vicissitudes entretanto ocorridas, Portugal nunca pôs nem poderia pôr em causa a data histórica de 11 de Novembro fixada para a independência de Angola, que não lhe compete outorgar, mas simplesmente declarar.

Nestes termos, em nome do presidente da República Portuguesa, proclamo solenemente (com efeito a partir das zero horas do dia 11 de Novembro de 1975) a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no povo angolano, a quem pertence decidir as formas do seu exercício.

Doravante, a comunidade internacional conta pois entre os seus membros um novo estado, que ao lado da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Cabo Verde

e de S. Tomé e Príncipe, irá prosseguir a construção de um progressivo continente africano. E assim Portugal entrega Angola aos angolanos depois de quase 500 anos de presença durante os quais se foram cimentando amizades e caldeando culturas com ingredientes que nada poderá destruir. Os homens desaparecem mas a sua obra fica. Portugal parte sem sentimentos de culpa e sem ter que se envergonhar. Deixa um país que está na vanguarda dos estados africanos. Deixa um país de que se orgulha e de que os angolanos podem orgulhar-se. Que os interesses do povo angolano sejam postos acima de quaisquer outros para que possa usufruir da paz, da felicidade e da justiça social que tanto merece. Que a luta fratricida termine em breve e os instrumentos de trabalho substituam para sempre os sentimentos de destruição e morte; que Angola seja una, indivisível e verdadeiramente independente, isenta de ingerências estrangeiras e de preconceitos de cor, etnias e credos e que os nossos dois povos continuem ligados por uma sólida, desinteressada e fraternal amizade, baseada no respeito mútuo, são estes os votos muito sinceros do último representante da soberania portuguesa que partirá sem celebrações, mas de cara levantada. Viva Portugal. Viva Angola independente.”

Esta foi a proclamação de independência feita pelo Comissário da República Portuguesa em Angola, almirante Leonel Silva Cardoso, feita anteontem, em Luanda, pondo assim termo à colonização portuguesa depois de cinco séculos de presença.

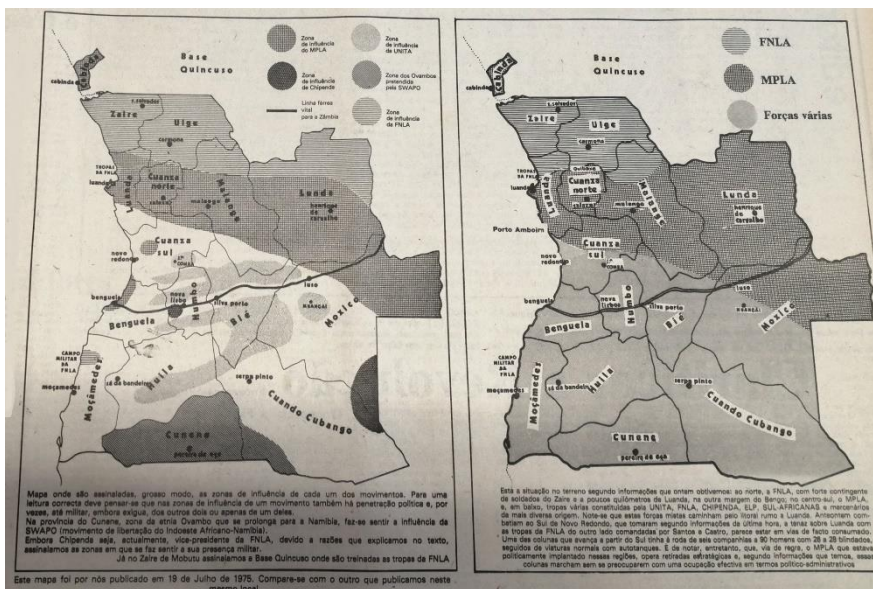
Os últimos 2000 soldados portugueses que ainda se encontravam na capital já embarcaram para Lisboa, juntamente com o alto-comissário.

A este ponto chegou Portugal depois de, uma vez reconhecido o direito à independência, não ter conseguido, apesar dos inúmeros esforços diplomáticos, congregar as forças políticas atuantes em Angola à volta de uma única bandeira. Gorou-se, inclusivamente, o projeto que acalentava de um governo de personalidades que pudesse ser aceite pelos três movimentos, projeto que a OUA havia recomendado.

Crítica contra Portugal

O facto de Portugal não haver reconhecido abertamente o MPLA como o único e legítimo representante do povo angolano tem-lhe valido muitas críticas, dentro e fora do país, a última das quais e talvez a que mais duramente

atingiu o governo de Lisboa foi a resultante do encontro que terminou no dia 9 em Lourenço Marques, encontro este em que esteve presente o Comité das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), no qual participaram representantes das seguintes organizações-membros: PAIGC, MLSTP, MPLA e FRELIMO. Esta reunião, segundo o comunicado, foi convocada com o objetivo de estudar o grave problema resultante da agressão imperialista contra o povo angolano e o seu legítimo representante, o MPLA, e para determinar as modalidades de uma ação solidária comum no quadro do CONCP.



Nessa reunião foi condenado “o comportamento do governo português no processo de descolonização de Angola, que criou condições que possibilitaram a ocupação de parte do território pelas forças estrangeiras, o que constitui uma cumplicidade objetiva de agressão contra o povo angolano”.

Foram estas palavras as mais duras pronunciadas, em conjunto, pelos membros da CONCP, todos eles já hoje independentes e em cuja independência o Portugal de hoje colaborou ativamente, através de um processo que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, ainda há dias, exaltou em assembleia da OUA, comparando-o ao britânico.

Para se compreender, da parte portuguesa, o coroamento que colocou no final da descolonização de Angola importa, se bem que sumariamente, analisar todo o processo, sobretudo a partir do 25 de Abril de 1974. Antes, porém, e a talhe de foice, é necessário lembrar que três foram os movimentos que combateram contra o colonialismo português e três foram os movimentos que logo a seguir ao 25 de Abril se credenciaram para discutir com Portugal a entrega de uma soberania que ilegítimamente o nosso país vinha exercendo. E tanto assim foi que esses três movimentos se reconheceram mutuamente em mais do que um instrumento jurídico como legítimos representantes do povo angolano.

O mito da pacificação

Em abono da verdade nunca Angola esteve completamente pacificada pela dominação portuguesa, embora a sua libertação comece a tomar contornos mais claros nos últimos anos da década de 40 e sobretudo a partir de dezembro de 1956, com a fundação do MPLA.

O MPLA, porém, dava indícios, logo desde início, de ameaçar os interesses imperialistas e surgem, pouco depois, outros agrupamentos que haviam de combater Portugal, mas cujo combate não ia na mesma direção. Estão, neste caso, a UPA/FNLA de Holden Roberto e Mobutu e a UNITA de Jonas Savimbi que, brevemente, havia de entrar em conluio com os portugueses neocolonialistas que nunca mais largou: melhor, nunca mais se largaram, embora para tal atitude sempre a UNITA encontrasse justificações políticas.

Um país rico como Angola e de grande importância estratégica tinha assim dentro de si atuantes os ingredientes que lhe haviam de dificultar a independência nacional, enquanto os interesses estrangeiros facilmente neles se poderiam prolongar e incrustar. É assim que vamos assistindo à agressão contra o país, não apenas de forças regulares do Zaire e África do Sul, mas também de mercenários das mais diversas proveniências inclusive fascistas do ELP/MDLP. Uma agressão que começa camuflada, como que envergonhada, para depois atuar às claras. Com pregão e tudo. Veja-se o caso da recente tomada de Lubango pela UNITA-FNLA-CHIPENDA-ELP-e-MERCENÁRIOS.

Há que acrescentar a posição de charneira que Angola joga no contexto da libertação dos povos da África Austral, sendo ela o fiel da balança que pode fazer pender os pratos para um lado ou para o outro: para o do imperialismo

ou para o da independência nacional. Mas quanto ao imperialismo, nem todos o entendem da mesma maneira, como, por exemplo, veremos daqui a pouco, com a China.

Linha correta em caminhos sinuosos

Útil se torna nesta altura fazer uma breve síntese do processo de descolonização de Angola a partir do 25 de Abril de 1974 para assim podermos melhor ajuizar do seu caminho e das soluções que foram dadas pela parte portuguesa, pois apenas desta tratamos neste momento, já que em sucessivas edições focámos detalhadamente todo o processo interno do povo que caminha para a sua libertação. Nele descortinamos uma linha política correta, sempre e em todos os momentos a tentar ser desviada.

Os caminhos sinuosos que foram percorridos depois do 25 de Abril no relativo à independência de Angola são reflexos daquilo a que chamam processo revolucionário português. Neste nos aparece, em primeiro lugar, um 25 de Abril com duas correntes emergentes: uma de golpe de estado rumo a democracia burguesa e outra de revolução rumo a uma mudança total de estruturas sociopolíticas. No referente à descolonização e certamente por exigência do general Spínola, o programa do Movimento das Forças Armadas apenas dizia: “A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em conta que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar.
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino.
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.”

Tudo isto se bem que representasse um progresso em relação ao fascismo, era demasiado vago e alimentava em muita gente veleidades federativas a que concediam um certo jus o facto de à frente dos destinos da Nação portuguesa estar colocado por vontade das Forças Armadas o autor de *Portugal e o Futuro* que propugnava a federação como um meio, a seu ver viável, para a independência das colónias. A esta ideia se opunha já explicitamente o presidente do MPLA, dr. Agostinho Neto em entrevista que o *Expresso* publicou em 4 de maio de 1974 (aliás é através do *Expresso* que Agostinho Neto fala aos portu-

gueses, fora da clandestinidade lusa, pela primeira vez como presidente do MPLA) e ainda em Bruxelas, onde, ao regressar de Londres, o *Expresso* o encontrou, disse claramente: “Nós somos colonizados desde 1482. Nós queremos a nossa independência completa. A nossa esperança reside essencialmente no povo de Portugal, que, depois de ter sofrido, durante mais de 48 anos, deve ter isto em conta e obrigar a Junta a adotar uma atitude democrática e realista”.

A tese spinolista e a tese dos movimentos de libertação entraram em confronto, sendo esta apoiada por uma boa parte dos oficiais progressistas do MFA.

A OUA, perante ambiguidades na Casa Lusa, não acreditava na nova ordem instalada em Lisboa para conduzir por si só à independência os territórios africanos. Para o efeito o então secretário-geral Nzo Ekwangaki afirmou: “O que vai libertar o nosso continente é a luta dos movimentos de libertação, apoiados em toda a África através da OUA. Vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para reforçar o aparelho combatente dos movimentos de libertação com vista a assegurar o êxito total da nossa causa”. Estas palavras pronunciou-as o secretário-geral da OUA em fins de abril de 1974. O secretário-geral tinha plena razão, como a história o demonstra, quando punha nos movimentos de libertação a garantia número um contra o colonialismo e o neocolonialismo, já que as autoridades portuguesas, com especial destaque para o general Spínola, desenrolaram manobras neocolonialistas para Angola e tentaram-no noutras paragens, algumas das quais se sujeitaram depois aos diversos tipos de imperialismo. Para Moçambique, por exemplo, essas manobras foram desenroladas com premência, conseguindo a força interna e coesão da FRELIMO desbaratá-las por completo, apoiada pelo alto-comissário, almirante Vítor Crespo. Angola pode ser presa mais fácil, porque tem três movimentos a digladiarem-se no seu interior, movimentos esses de sinal ideológico contrário.

Spínola e Rosa Coutinho

As autoridades portuguesas, enquanto Spínola presente, começaram por enredar o processo e continuaram, na sua maioria aparente, a fazê-lo durante muito tempo, alimentando todas as esperanças nas forças neocolonialistas. Exemplar típico daquilo que afirmo é o comunicado da Junta de Salvação Nacional de 9 de agosto de 1974 em que estabelece as linhas gerais de desenvolvimento do processo angolano e em que se diz textualmente: “Obtido um acordo de cessar-fogo, o governo português constituirá imediatamente um go-

verno provisório de coligação em que se encontrem representados todos os movimentos de libertação em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do estado de Angola, o que incluirá a etnia branca.”

O conteúdo rático deste documento é evidente e nele ainda se descobre o modelo britânico de descolonização, na medida em que quer desenhar para o futuro da nação os instrumentos de soberania que hão de condicionar a sua vida interna, ao estabelecer que será eleita uma assembleia constituinte no prazo aproximado de dois anos por sufrágio universal direto e secreto à qual competirá a elaboração da Constituição do novo estado e a definição das ligações que desejará estabelecer com Portugal. Aprovada a constituição do novo estado, a assembleia constituinte dissolver-se-ia automaticamente, procedendo-se a novas eleições, de acordo com a constituição, donde resultaria a formação de uma assembleia legislativa e de um governo legitimamente representativo da vontade soberana do povo angolano. Governo cujas decisões seriam estritamente respeitadas pelo governo português, de acordo, como dizia, com os seus princípios democráticos.

O caminho continuava a abrir-se para o fortalecer de organizações locais as mais diversas e da mais diversa índole, campo aberto a todas as manobras.

A reforçar o que acabo de dizer, atente-se naquilo que, em Luanda, um secretário de estado do Governo de Transição declarou ao *Expresso* de 27 de julho de 1974: “Repare que se estão a cometer por aí muitas injustiças: morreu vitimado por um ataque cardíaco um homem que prestou mais serviços à nação que a maioria dos 9 milhões de portugueses. Morreu de desgosto. Refiro-me ao inspetor São José Lopes da DGS. Agora querem pôr na rua ou no desemprego 1300 funcionários da DGS que mais não fizeram do que cumprir o seu dever”. Nessa mesma altura, anota o *Expresso* que em ambientes militares de Luanda se continuava a usar a linguagem “nós e o inimigo”, sendo o “inimigo” ainda, a nível de terminologia, os movimentos de libertação.

Todas estas contradições haviam de tornar mais difícil ainda o processo de descolonização, na medida em que no interior do próprio sistema elas se faziam sentir com toda a força. De notar que nesta altura os jornais portugueses seguiam docilmente tudo o que lhes cheirasse a MFA sem terem o cuidado de fazer ressaltar os desvios ou incorreções políticas que se avolumavam da maneira que acabámos de ver e que o presente demonstra à saciedade. Estávamos no tempo em que os partidos se procuravam colar às fardas e a imprensa, via

de regra, voz fiel do dono, não contestava os desvios nem sequer os denunciava. Hoje os partidos de esquerda clamam contra Spínola e quejandos, mas na altura calavam-se a todas as manobras de Spínola. Recorde-se que MDPs e PCs estavam representados no governo. E já que falámos em Spínola, temos de mencionar aqui o encontro com Nixon nos Açores, porta aberta para o Sal em que, mais uma vez, o general do monóculo que havia chamado a si a descolonização de Angola, conversava com Mobutu e com delegados de Holden Roberto e Chipenda, este já feito com Mobutu e seu afilhado, com a traição consumada ao MPLA. Mobutu tudo fez para obter do então general Spínola a marginalização do MPLA, que este, contudo, não poderia fazer *tout court* apesar de os considerar os moscovitas angolanos. Mais uma vez se cala a imprensa portuguesa e mais uma vez se calam os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista Português que, agora, se arvora em campeão da descolonização.

Fervilham, entretanto, partidos políticos em Angola. Os jornais solidarizam-se com o movimento de 7 de setembro em Moçambique, enquanto organizações financeiras angolanas detentoras de pelo menos um diário, em Angola, declaram aos quatro ventos que ali não há de acontecer o que aconteceu nas margens do Índico, onde o processo de descolonização vai conhecendo alguns sobressaltos, mas encontra a conduzi-lo a FRELIMO e um alto-comissário que ainda agora foi dos poucos a votar pelo reconhecimento imediato do governo sediado em Luanda, que é, como quem diz, do governo do MPLA.

Spínola manobra para trazer os movimentos de libertação aos Açores para conferência, nisto instigado por Mobutu, já que o MPLA ainda não havia dado resposta. Mobutu insiste com o presidente da República Portuguesa para fazerem a reunião com a UNITA e a FNLA, deixando para trás o MPLA. “Que este, se quisesse aparecer, que aparecesse”, dizia então Mobutu.

Mas os Açores foram adiados à última da hora. Rosa Coutinho é já alto-comissário em Angola, tendo substituído, há meses, Silvino Silvério Marques. Rosa Coutinho não tem conhecimento dos assuntos abordados na ilha do Sal, nem tão-pouco teve conhecimento dos vários emissários que Mobutu mandava a Lisboa para tratar com o general Spínola. Aliás era Rosa Coutinho homem a abater pelo general Mobutu, que protestou algumas vezes junto da presidência da República portuguesa contra a sua presença em Angola, por, segundo dizia, a julgar parcial. O órgão da FNLA insultava-o de todas as formas e feitios. A ele e ao seu gabinete. E a campanha foi de tal ordem que em

Lisboa chegou a pensar-se mesmo na substituição de Rosa Coutinho ainda antes dos Acordos do Alvor. Estamos mesmo em crer que foi uma notícia publicada no *Expresso* que impediu que Rosa Coutinho deixasse Angola nessa altura: estávamos em época em que as pressões eram constantes em Lisboa e *Expresso*, conhecendo-as, escreveu que Mobutu insistia junto da presidência da República para que tirassem Rosa Coutinho de Angola. Nessa semana vários telegramas vindos de Kinshasa haviam chegado à presidência da República.

Rosa Coutinho, ao chegar a Angola, deparou com uma campanha tremenda para marginalizar o MPLA no campo diplomático. Essa campanha era conduzida por Mobutu e encontrava em Spínola um eco repetidor e potenciador. “Eram os homens de Moscovo”.

O trabalho do “almirante vermelho”, como já lhe chamavam, concentrou-se, então, em equilibrar os pratos da balança, trazendo ao de cima o MPLA. Para isso serviu-se de uma tática simples: meteu a UNITA entre a FNLA e o MPLA. Como cunha. Agostinho Neto encontra-se com Savimbi e Savimbi passa a ser o negociador com Holden e com Neto. A UNITA, que estava a desfazer-se, é de novo potenciada pelos portugueses (desta vez via Rosa Coutinho), que ainda hoje sofrem do seu complexo.

Manobra-se também no sentido de acabar com os grupos partidários que surgem um pouco por toda a parte, com fortes laivos de racismo e no sentido de apenas serem reconhecidos aqueles que combateram de armas na mão contra o colonialismo português.

Neste teatro de operações entra a África do Sul, o Zaire, os Estados Unidos, a França, a Espanha, etc. Estão demasiados interesses em jogo e uma geopolítica em termos de blocos que os ocupantes não querem perder. A África do Sul contempla a UNITA e nela vê um braço angolano capaz de moderar o MPLA, já que da FNLA se haviam encarregado definitivamente os americanos, depois de Savimbi haver declinado o convite do Departamento de Estado a visitar o país, convite esse feito não diretamente mas através de uma universidade. À África do Sul interessa-lhe enfraquecer o sistema de Moçambique e para isso prejudica-a, definitivamente, a hegemonia do MPLA em Angola que serviria de bastião contra o seu regime, apoiando abertamente a luta dos negros pela libertação do seu regime. Os seus estrategas são por demais inteligentes para favorecerem em Angola ou em Moçambique um regime de minoria

branca. Isso seria desencadear uma guerra aberta contra toda a África. Interessante, sim, uma espécie de social-democracia à europeia que permita, inclusivamente, que o regime do apartheid evolua para formas menos rígidas sem contudo romper com a ditadura das forças ali atuantes.

A atitude da China

Quanto às nações progressistas, nem todas veem da mesma forma o cenário angolano. A República Popular da China, por exemplo, em 26 de setembro de 1974, pronuncia-se na 30.ª assembleia geral da ONU na intervenção de Kiao Kuan-Hua¹⁶⁹ que resume à sua maneira peculiar como sempre viu a luta angolana:

“O ano passado foi um ano em que os povos africanos alcançaram novas e importantes vitórias na luta pela independência e libertação nacional. O desabar do sistema colonial português e o glorioso nascimento de uma série de países independentes conduziram o movimento de libertação nacional em África a uma etapa nova, e o último bastião do colonialismo da África Austral encontra-se assim completamente cercado pelos numerosos povos que persistem no combate.

Mas, ao mesmo tempo que o velho colonialismo ainda não desapareceu completamente, as duas superpotências intervieram já em África. Desde há muito, os Estados Unidos apoiam a dominação colonial em África, nomeadamente na África Austral. E a União Soviética, arvorando o estandarte do “socialismo”, infiltrou-se no movimento de libertação nacional para semear a discórdia e criar tumultos, com o sinistro desígnio de o colocar na órbita do social-imperialismo.

A guerra civil em Angola aflige todos os povos revolucionários do mundo. A existência de divergências no seio do movimento de libertação nacional é normal. A atitude justa que convém adotar consiste em exortar à unidade para o combate contra o inimigo comum e derrotar os colonialistas. Efetivamente a OUA reconheceu e apoiou as três organizações de libertação em Angola empenhadas na luta armada e trabalhou sem descanso para promover a sua unidade. Pelo contrário, o governo da União Soviética, colocando-se em padrinho

¹⁶⁹ Ch'iao Kuan-hua (1913-1983), político e diplomata chinês que foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1974 e 1976.

do movimento de libertação, ignorou, com desprezo, o acordo realizado entre as três organizações angolanas para a luta unida contra o inimigo, e pelas manipulações dos seus instrumentos de propaganda, qualificou uma organização de revolucionária, procurando deliberadamente fomentar a cisão. A acrescentar a isto enviou a uma das organizações importantes quantidades de armamento, incluindo armas pesadas, provocando assim a guerra civil em Angola. A outra superpotência, por seu lado, não se deixou distanciar. A situação em Angola complica-se, portanto, cada vez mais.

A China concedeu desde o início o seu apoio ao movimento de libertação em Angola. Forneceu assistência militar às três organizações de libertação no seu combate contra o colonialismo português. Sabendo que existem divergências entre elas, nós aconselhámo-las sempre a unir-se face ao inimigo. Depois dos movimentos de libertação nacional de Angola terem concluído um acordo de independência com Portugal, nós cessámos a nossa ajuda militar às três organizações angolanas. Isto são factos. E os factos são mais eloquentes do que as palavras. Ao proferir mentiras difamatórias contra a China, a União Soviética não faz mais do que revelar-se tal como é. A guerra civil provocada pela União Soviética em Angola, é uma coisa má; mas é também uma coisa boa, precisamente porque pode servir de material de aprendizagem pela negativa. Qualquer movimento revolucionário conhece necessariamente fluxos e refluxos. Temos a convicção de que o povo angolano, instruído pelos reveses e vicissitudes, poderá, com toda a certeza, unir-se firmemente numa luta perseverante, livrar-se das manobras das superpotências, sobretudo do social-imperialismo, e adquirir a independência e a libertação. As suas dificuldades temporárias e os seus sacrifícios não somente lhe permitem aumentar consideravelmente o seu nível de consciência, mas constituem também uma séria lição para os movimentos de libertação das nações oprimidas do mundo inteiro”.

Preliminares do Alvor

Esta posição da China como a de muitos outros países, bem como a dificuldade do governo português no reconhecimento imediato do MPLA como único e legítimo representante do povo angolano, assenta numa série de factos que, para além da constituição dos próprios movimentos em si mesmos considerados, têm as suas raízes nos Acordos do Alvor em que eles implicitamente

se reconhecem uns aos outros e bem assim nos protocolos prévios de Kinshasa e Luso e na plataforma de Mombaça. Em 25 de novembro de 1974, encontraram-se em Kinshasa Holden Roberto pela FNLA e Jonas Savimbi pela UNITA e comprometeram-se mutuamente a “pôr termo a toda e qualquer forma de ataque e propaganda suscetível de prejudicar a uma das partes signatárias; instalar depois do presente comunicado uma cooperação e assistência militar mútuas no intuito de fazer face a toda e qualquer eventualidade dos extremistas de toda a espécie que ameaçam as aquisições da revolução e o processo normal da ascensão do nosso país à independência total; estabelecer uma Comissão Mista encarregada de elaborar uma plataforma que regulamente as tarefas políticas que se referem à reconstrução de Angola independente”. Os dois movimentos comprometem-se a transcender tudo o que pudesse vir a retardar a tão esperada aproximação dos movimentos de libertação de Angola.

Em 18 de dezembro de 1974, reúnem-se no Luso, os drs. Agostinho Neto e Jonas Savimbi, de cujo encontro resulta um comunicado de que selecionamos alguns considerando: “A unidade dos movimentos de libertação de Angola é essencial à luta contra o colonialismo e o imperialismo e o instrumento de salvaguarda da independência nacional; considerando que a ingerência de interesses estrangeiros na vida política e a existência de uma reação interna em Angola constituem uma ameaça à independência e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana... o MPLA e a UNITA decidem pôr termo a toda a espécie de hostilidades e de propaganda que dificultem a colaboração franca e sincera entre as duas organizações...; procurar estabelecer em conjunto com a FNLA neste momento crucial da história do nosso povo uma plataforma política comum que sirva de base à discussão com o governo português sobre a formação do Governo de Transição”.

Esta plataforma comum foi o Acordo de Mombaça em 4 de janeiro de 1975 sob os auspícios do presidente Kenyatta¹⁷⁰. Antes deste acordo com os três presidentes, o MPLA e a FNLA (os outros já o haviam feito) comprometeram-se a não agravar os problemas recíprocos “tendo em conta que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é um fator primordial na luta contra o colonialismo e um instrumento de salvaguarda da independência de Angola.”

¹⁷⁰ Jomo Kenyatta (1894-1978), primeiro-ministro do Quênia entre 1963 e 1964 e o primeiro presidente do país de 1964 até 1978.

Ali ficou resolvido pôr termo a toda a espécie de hostilidade e propaganda hostil que dificultem a colaboração franca e sincera entre o MPLA e a FNLA.

Depois deste acordo entre a FNLA e o MPLA os três movimentos constituíram uma forma comum constante duma declaração de princípios em três pontos que lhes havia de servir de base para negociarem com Portugal, o que veio a acontecer na Cimeira do Alvor, acordo assinado em 15 de janeiro de 1975. Este Acordo havia de ser por várias vezes contrariado na prática até que acabou por dele se fazer letra morta não obstante a reunião de Nakuru que apenas serviu para mais um encontro sem resultados práticos. Tudo aquilo que o Acordo estabeleceu foi, no aspeto de organização, letra morta. Os movimentos envolveram-se em guerra aberta em Luanda e não só, tendo cada um deles regressado praticamente às suas zonas de maior influência, não sem que horrores ficassem semeados pelo caminho e neste particular com evidência para a FNLA que fez lembrar os velhos tempos da UPA.

Depois do Acordo de Alvor abateu-se a guerra civil sangrenta sobre todo o território, uma guerra em que há sementes de libertação e na qual já morreu mais gente que em toda a guerra colonial. A OUA empenhou-se em conseguir uma reconciliação entre os movimentos, mas as posições eram antagónicas e os ventos exteriores sopravam fortes a enfunar os problemas locais, agudizando-os. A posição de Portugal, já explicada na OUA e a que o *Expresso* se referiu largamente nos últimos números, voltou a ser explanada pelo alto-comissário Leonel Silva Cardoso.

Entretanto tem estado reunido o governo e o Conselho da Revolução e sobre tal esperamos fornecer pormenores na primeira página desta edição do *Expresso*, sendo natural que a questão angolana influencie, fortemente, a atual política interna portuguesa.

O último discurso

O alto-comissário, em Angola, Leonel Silva Cardoso, explicitou, no seu último discurso, as razões portuguesas. E falou assim:

“Angolanos,
Portugueses,

Dirijo-me a vós, neste momento único na história dos nossos povos em que Angola vai nascer para a comunidade das nações e Portugal se retira definitivamente do continente africano.

Senhoras e senhores membros dos órgãos de informação:

Dirijo-me também, por vosso intermédio, ao resto do mundo, para que tome conhecimento da forma pela qual Portugal se viu na necessidade de proceder à concretização do importantíssimo ato que hoje se realiza.

Lamento sinceramente não me ser possível tomar parte em qualquer cerimónia comemorativa da hora maior na vida do povo angolano, dado que fazê-lo nas atuais circunstâncias equivaleria da parte de Portugal a uma ingerência nos sagrados direitos que assistem àquele povo de decidir o seu próprio futuro.

Lamento-o, mas Portugal tudo fez durante longos meses, primeiro para manter vivos o espírito e a letra do Acordo de Alvor e, mais tarde, para encontrar, ainda, uma solução política para a situação que se criou; quando todas as esperanças se perderam em virtude da irredutibilidade das posições políticas internas e da progressiva internacionalização do problema, atuou diretamente junto das três forças políticas angolanas e, pelas vias diplomática e política, junto de países africanos, da OUA e da ONU.

Portugal tudo tentou, mas o impasse manteve-se até ao fim. Vai ser agora fácil — e até conveniente — atribuir-lhe todas as culpas do insucesso. Mas Portugal repudia desde já — veementemente — essas acusações. A única re-crimação que poderá aceitar é a de ter dado provas de extrema ingenuidade política quando concordou com certas cláusulas do Acordo do Alvor. Daí em diante os acontecimentos foram progressivamente fugindo do seu controlo, à medida que o conflito se internacionalizava e melhorava rapidamente a qualidade e aumentava a quantidade do material de guerra que entrava em Angola por todos os meios.

As cúpulas dos três movimentos, reunidas em Nakuru há pouco mais de quatro meses — desta vez sem a presença de Portugal —, fizeram uma honesta autocrítica em que, unanimemente, se consideraram os únicos responsáveis pelo insucesso na execução do Acordo de Alvor. Mas foram demasiadamente austeros para consigo próprios, pois as culpas cabem muito menos aos movimentos do que às potências que colocam nas suas mãos armas mortíferas com que o povo angolano se destrói.

Os verdadeiros culpados pelos milhares de mortos que ensangüentam Angola não fazem autocríticas e mantêm as suas posições de espectadores interessados — mas bem longe do alcance das armas que fornecem.

Portanto, considero que Portugal correspondeu, na medida em que era possível, às suas responsabilidades de país descolonizador e procurou arduamente um caminho de paz, rumo à independência.

Mas a própria riqueza de Angola constitui neste momento a sua maior desventura.

Os interesses económicos, estratégicos e ideológicos que se debatem nos bastidores da política mundial e se projetam sangrentamente no solo angolano, fazem com que parta preocupado — não vão os velhos colonos um tanto rudes, por vezes, mas de alma bondosa, ser substituídos por outras gentes bem diferentes e movidas por interesses bem mais ambiciosos.

Portugal deseja ardentemente pôr nas mãos de um governo de unidade nacional a soberania que dentro de horas deixará de exercer. Desejava sinceramente que este promissor país atingisse a sua independência — pela qual tão dura e longamente lutou — sem divisões internas nem sujeições a ingerências ou pressões externas.

Procurámos concretizar aqueles desejos com uma preocupação dominante: a de não interferir na escolha do caminho que o povo angolano deseja seguir; e fomos acusados de intransigentes, de reacionários e até de bem pior, mas esta posição de Portugal era inevitável para sermos coerentes com os acordos feitos, com as posições das organizações internacionais e com o sagrado princípio da não ingerência nos assuntos que aos angolanos cabe decidir.

Esta posição teria inevitavelmente que se manter como posição de estado, independentemente de simpatias ou afinidades políticas até hoje à meia-noite. Amanhã já será um novo dia em que os parâmetros da situação se terão alterado.

A despeito das convulsões e controvérsias dos últimos meses, houve porém um aspeto do processo de descolonização que nunca esteve em causa desde janeiro deste ano: a data da independência.

Assim, faltando apenas algumas horas para o momento tão desejado pelo povo angolano, cabe-me a honrosíssima missão, da qual me desempenho com imenso júbilo, de, em nome do presidente da República portuguesa, proclamar solenemente a independência de Angola.”

Expresso, 12 de novembro de 1975, p. 16

O caso do avião que não aterrou em Luanda

Razões de segurança com base em notícias de que a cidade de Luanda estava a ser bombardeada deram origem ao retorno a Lisboa do avião da TAP que transportava delegações e convidados especiais que deveriam assistir em Luanda à cerimónia da proclamação de independência.

A preocupante situação que se tem vivido na capital angolana paralelamente com o alvejamento de aeronaves comerciais, entre elas uma da TAP na semana passada, exigiam a adoção de medidas de segurança que prevenissem o grave risco de este voo especial ser apanhado por eventual barragem de fogo antiaéreo. O eng.º Manuel Norton, contactado a propósito do incidente, declarou que a companhia fora informada de que um avião TAP havia sido alvejado ao entrar na área de influência de Luanda. “Todo este conjunto de circunstâncias — comentou — levou a companhia a rodear o voo especial dos maiores cuidados, dando-se conta das preocupações ao gabinete do Ministério dos Transportes e Comunicações”.

A posição do eng.º Walter Rosa, transmitida à TAP era de que “a não haver razões técnicas impeditivas, o voo devia realizar-se”. Descolou por isso um Boeing 747 dotado de reforço em autonomia para a hipótese de escalas de alternativa em Kinshasa ou Salisbúria, únicas possíveis à hora de previsão de aterragem para o tipo de aeronave.

O administrador da TAP, eng.º Manuel Norton, analisando os factos recorda que “o avião descolara de Lisboa às 18,35 e às 22,30 fora contactado por um dos membros da comissão administrativa informando que recebera indicações provenientes do ministro dos Transportes segundo as quais Luanda estava a ser alvo de bombardeamentos”.

“A dificuldade na obtenção de comunicações rápidas com Luanda — prossegue o eng.º Norton —, mesmo via telex, não permitiu a confirmação da notícia, solicitando-se embora que o delegado da TAP em Luanda entrasse em contacto com Lisboa. Dado que na aviação comercial o fator segurança assume carácter prioritário sobre qualquer outro, foi decidido entrar em contacto com

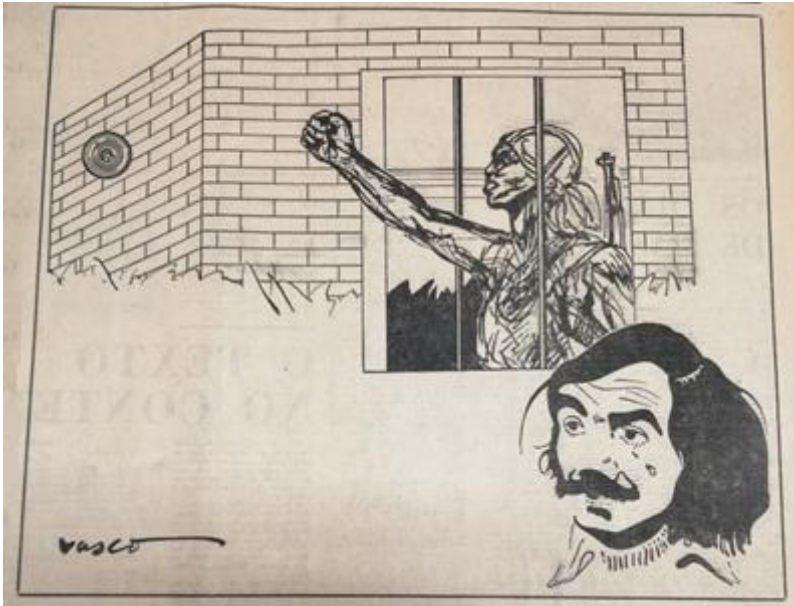
o avião, à altura com quatro horas de voo, determinando-lhe o retorno a Lisboa ou a utilização de uma das alternativas. O comandante de bordo — explica ainda o administrador da TAP — recebeu a mensagem cerca das 23,30 e contactou com o vice-presidente da Roménia, a individualidade de maior destaque a bordo, dando-lhe a escolher entre três alternativas: Lisboa, Kinshasa ou Salisbúria, decidindo-se aquela entidade pelo regresso a Lisboa.

No dia imediato o delegado da TAP em Luanda entrava em contacto com Lisboa anunciando que “as condições, de momento, eram estáveis”, pelo que a companhia decidiu voltar a operar o voo.

Ainda segundo as informações que colhemos, os passageiros manifestaram o seu descontentamento ao chegar a Lisboa, insistindo para que uma delegação se avistasse com a comissão administrativa, o que viria a acontecer algumas horas depois. A delegação foi notificada das razões que conduziram ao regresso do voo, que seria retomado logo que garantida a segurança do espaço aéreo e aeroporto de Luanda, o que ocorreu a partir das informações procedentes da capital angolana através da delegação da TAP.

Diário de Notícias, 13 de novembro de 1975, p. 13

Luandino Vieira



Colagem de Vasco

Luandino Vieira ganhou em 1965 o *Grande Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores*, prémio no valor de 50 000\$00, soma inteiramente subscrita pela Fundação Calouste Gulbenkian. No entanto, o Prémio não chegou a ser entregue, porque Luandino Vieira estava então preso em Luanda e a SPE, por causa da atribuição deste prémio, foi dissolvida por ordem ministerial e a sua sede assaltada e destruída por “comandos” fascistas. Agora, a Fundação Calouste Gulbenkian acaba de entregar à Associação Portuguesa de Escritores (legítima sucessora da SPE) a verba necessária para a entrega do Grande Prémio de Novelística a Luandino Vieira, assim como a verba (também 50 000\$00) para a entrega do Grande Prémio de Ensaio, referente também a 1965, ao Prof. Dr. Armando de Castro.

Os prémios serão entregues pela APE em sessão a anunciar em breve.

O *DN* congratula-se por dar esta notícia em primeira mão e felicita a Fundação Gulbenkian e a APE pelo ato de justiça que indiscutivelmente é a entrega destes prémios, tão violenta e estupidamente proibidos pelo fascismo.

Tempo, 13 de novembro de 1975, p. 1 e 4

Angola já não é nossa

A independência de Angola, que acabou por se traduzir em três declarações de independência (a do governo português, a do MPLA e a conjunta da FNLA/UNITA), foi assinalada em Lisboa com manifestações de regozijo por parte de muitas centenas de militantes dos movimentos liderados por Holden Roberto e Jonas Savimbi, que se manifestaram em cortejo desde o Rossio até à delegação da UNITA na capital portuguesa, no Campo Grande.

Sob intensa chuva, e enquanto milhares de refugiados angolanos acantonados no aeroporto internacional da Portela “viviam” a hora da independência angolana com amargura e tristeza, os militantes da UNITA e da FNLA deram largas à sua alegria até às primeiras horas da madrugada de terça-feira, concentrando-se depois frente às instalações da delegação da União Nacional para a Independência Total de Angola, de cuja varanda o membro do Bureau Político do Comité Central da UNITA, Fernando Wilson Santos, se dirigiu aos manifestantes com palavras de confiança e fé numa verdadeira independência para o martirizado povo angolano.

Ao mesmo tempo que em Luanda se registava a declaração da independência de Angola pelo movimento chefiado por Agostinho Neto, que em 11 de Novembro somente conseguia controlar cinco dos 16 territórios do rico território onde até segunda-feira esteve hasteada a bandeira portuguesa durante mais de cinco séculos, naturais da ex-colónia portuguesa e refugiados à guerra civil que ali vem alastrando repetiam em Portugal as suas acusações aos “lacaicos de Moscovo”, ao “almirante vermelho” e aos “inimigos do povo angolano”.

Viveram-se horas de alegria, mas também de tristeza: de alegria, por uma independência que todos desejavam e que desde há muito deveria ser reconhecida; de tristeza, pelas condições em que o governo português abandonou à sua sorte milhares e milhares de angolanos de diferentes cores, credos e condições sociais.

Muito antes das zero horas de terça-feira (11 de Novembro), a independência angolana havia começado a ser festejada no Rossio, sala de visitas da capital portuguesa, quando centenas de militantes da UNITA e da FNLA se manifestavam ordeiramente junto à estátua de D. Pedro V de Portugal, gritando palavras de ordem a favor dos movimentos (liderados por Holden e Savimbi) que dominam hoje a quase totalidade do território angolano.

A própria chuva e o ambiente ordeiro em que se desenrolava a manifestação não impediram que alguns provocadores, cuja “cor política” era facilmente adivinhada, estivessem na origem de cenas de pugilato e correrias, que se saldaram em meia dúzia de rostos esmurrados.

Depois, ao aproximar da meia-noite, os manifestantes (agora já em número elevado) subiram a Avenida da Liberdade e dirigiram-se ao Campo Grande.

“Angola para os angolanos”

Com palavras de ordem como “angolanos unidos jamais serão vencidos”, “Angola para os angolanos”, “viva a independência nacional”, “morte ao almirante vermelho”, “viva a UNITA e a FNLA, abaixo o MPLA”, “viva Angola independente”, “Savimbi e Holden, os defensores do povo”, “Angola é do povo e não é de Moscovo”, “unidos venceremos”, “viva a liberdade do povo angolano”, “não aos lacaios de Moscovo” e “abaixo os inimigos do povo angolano”, entre outras, os manifestantes concentraram-se, depois, defronte da delegação em Lisboa da União Nacional para a Independência Total de Angola.

Da varanda do edifício, e enquanto os manifestantes gritavam continuamente “Angola para os angolanos”, o dr. Fernando Wilson Santos dirigiu algumas palavras aos militantes (negros, mulatos e brancos) da UNITA e da FNLA, salientando que o povo angolano não aceitava qualquer tentativa de balcanização do país agora tornado independente, e que “apesar de ser hoje a data formal da independência, continuaremos a lutar pela verdadeira independência do povo angolano”.

Entusiasticamente aclamado pela multidão, o membro do Bureau Político do Comité Central da UNITA salientou, depois, que “Angola necessita do regresso dos portugueses agora refugiados em Portugal”, pois “a UNITA e a FNLA irão criar condições para que todos os angolanos hoje exilados voltem à sua terra”.

Foi depois respeitosamente guardado um minuto de silêncio em memória dos militantes da FNLA e da UNITA que ajudaram a atingir a verdadeira independência nacional de Angola, após o que os manifestantes corresponderam entusiasticamente aos vivas gritados por Fernando Wilson Santos: pela unidade do povo angolano, pela UNITA, pela FNLA, pelo governo conjunto da UNITA e da FNLA, e por Angola independente.

Por último, a terminar a manifestação, ouviram-se no Campo Grande três gritos de “KWACHA”, que milhares de pessoas repetiram com o maior entusiasmo.

Ordeiramente, os militantes da UNITA e da FNLA haviam assinalado assim em Lisboa a independência de Angola, após cerca de 14 anos de luta contra o colonialismo fascista.

Ao mesmo tempo, em Luanda, Agostinho Neto proclamava a independência não reconhecida pelo governo português, afirmando que o país passaria a designar-se por República Popular de Angola.

Em Ambriz, os dirigentes da UNITA recebiam a independência cedida por Portugal, formando um governo conjunto sob a designação de República Democrática de Angola.

Após cinco séculos de administração portuguesa, Angola está independente.

Mas teatro de uma indesejável e cruel guerra civil.

Tempo, 13 de novembro de 1975, p. 6

Independência de Angola em análise

Na semana passada consultámos alguns dos principais interlocutores sobre os múltiplos reflexos que a concessão da independência de Angola veio trazer, nas condições em que foi feita e como resultado da absoluta irredutibilidade das posições radicais assumidas pelos três movimentos de libertação em face do desejo expresso pelo governo português em cumprir a data fixada pelo ultrapassado acordo de Alvor.

Entretanto, por deficiências técnicas, não nos foi possível publicar na íntegra os depoimentos recolhidos, do que nos cumpre apresentar desculpas, não apenas aos nossos leitores, como, muito particularmente, aos autores dos referidos textos.

Considerando a repetida oportunidade do tema versado, decidimos hoje publicar, em esquema analítico, os pontos de vista expressos pelos depoentes que nos quiseram distinguir com a sua colaboração.

Versão FNLA

O Bureau Político da FNLA alerta os leitores para o “perigo de Angola deixar de obedecer a Lisboa para passar a acatar as ordens de Moscovo”. É nesta perspetiva que assenta o depoimento que recebemos e passamos a transcrever, não deixando de referir a falta de acesso que este movimento tem tido aos órgãos de comunicação social metropolitanos.

Um dos espetáculos mais tristes de África

“O regime colonial implica uma subalternização do povo colonizado pelo povo colonizador. Descolonizar é quebrar este veículo de subordinação e, teoricamente, isso pode fazer-se com independência ou sem ela. Mas, relativamente a uma terra como Angola, que já hoje a própria imprensa portuguesa considera muito mais importante que o pequeno retângulo europeu de Portugal, o vínculo da subordinação colonialista só pode ser quebrado pelo acesso à plena soberania.

Tal soberania deve ser real e completa, pois se Angola deixasse de obedecer a Lisboa para aceitar as ordens de Moscovo, nada mudaria senão para pior. E por esta independência verdadeira e completa nos batemos há quase 15 anos, e não só contra o colonialismo, porque desde o início foi necessário lutar também contra os agentes do comunismo internacional.

Se algum país africano entra na independência com as condições ideais para a concretizar em toda a realidade e plenitude, esse é Angola. Efetivamente, Angola está num surto de progresso que todos os observadores consideram espetacular. O valor das suas exportações, com um aumento de cerca de 150% nos últimos três anos, alguns dos melhores portos da costa ocidental africana, quase metade do único caminho de ferro transcontinental ao sul do Sahara, uma indústria transformadora em rápido crescimento, uma enorme superabundância de energia, um rico subsolo em bom começo de exploração, enormes potencialidades agropecuárias e uma razoável infraestrutura sanitária.

A estas realidades materiais, rapidamente expressas, há a acrescentar algo de muito mais precioso: nos quase seis milhões de negros e mestiços e nos 600 000 brancos que até há pouco habitavam o território (e que, esperamos, hão de regressar), há os valores humanos perfeitamente capazes de continuar a obra em curso, acelerando ainda mais o ritmo já atingido, visto estarmos agora já libertos das grilhetas do velho Terreiro do Paço.

Riquíssima em recursos materiais de toda a espécie, Angola possui os quadros necessários, a todos os níveis, para fazer andar as suas próprias estruturas políticas, sociais e económicas. E esta constitui a sua melhor defesa contra os perigos do neocolonialismo.

Algo, porém, veio ensombrar tão belas perspectivas.

«Assistimos hoje em Angola — escreveu o nosso presidente Holden Roberto, numa sua recente carta ao povo português — a um dos espetáculos mais tristes que a África teve ocasião de presenciar no decorrer deste século: angolanos fugindo à miséria e à morte em todas as localidades em que o MPLA pode exercer a sua influência. Milhares deles têm pago com a vida a sua oposição ao totalitarismo de Agostinho Neto. Paralelamente, milhares de portugueses, uns nascidos na Europa, outros nascidos em Angola, têm sido reduzidos à mais injusta miséria e são assim, também, vítimas da mais inumana descolonização que jamais a África conheceu.»

Como foi isto possível?

Tudo isto foi possível porque houve, da parte de certos governantes de Lisboa, a infeliz veleidade de impor as suas próprias simpatias políticas ao povo angolano e o Partido Comunista Português pensou que podia atuar em Luanda como atua em Lisboa.”

General Silvino Silvério Marques

As implicações de uma evolução pró-FNLA

Do documento submetido pelo último governador-geral de Angola, extraímos a seguinte passagem, relativa à galopante marxização das colónias portuguesas:

“As implicações políticas (e, talvez, até militares) de uma evolução em Angola pró-FNLA podem ser profundas. Tanto aqui como no antigo ultramar português. A chamada descolonização foi, em parte, uma marxização, sem consulta formal das populações. Houve certo grau de imposição. Daí uma natural sensibilidade a um choque como seria o êxito da FNLA em Angola.

Face à simpatia generalizada dos refugiados pelo grupo FNLA, será de admitir o regresso de muitos, no caso de esse êxito se concretizar e desde que a vida em Angola encontre certa estabilidade.

Se, pelo contrário, o MPLA conseguir, apoiado no poder popular, nas suas milícias armadas e no auxílio exterior, impor-se — então pensamos que a marxização do antigo ultramar português será um facto, com vigorosas repercussões aqui. E os refugiados de Angola procurarão outro meio de sobrevivência que não o regresso ali; certamente a emigração para outros países.”

Derrota ou recusa?

O general Silvino Silvério Marques analisa, em seguida, a transformação operada no consenso geral da população sobre o problema da descolonização, dentro dos novos parâmetros político-sociais:

“Saudades do ultramar abandonado? Resquícios de uma espécie de neocolonialismo ideológico, baseado na marxização generalizada do que foi o mundo português? Complexo.

A ser complexo, não pode ser o referido pelo dr. Salgado Zenha, no interessante trabalho publicado em *A Luta*, nas suas edições de 7, 8 e 9 de outubro passado. O complexo não pode resultar de uma derrota que até 25 de Abril não

sofreu — nem na Guiné nem em Moçambique, e de forma alguma em Angola; e muito menos em Cabo Verde, S. Tomé e Timor, onde nem houve conflito.

Ao aproximarem-se da ideologia inimiga, ao tentarem confundir-se com ele (inimigo) a ponto de se desejarem realizar como movimento de libertação, o complexo a haver teria de ser outro que não o de uma derrota não sofrida. Em lugar da recusa de derrota, por confusão com o próprio inimigo, há talvez lugar a recusa de toda uma formação sintetizada numa consciência própria e no juízo de camaradas e concidadãos.”

A autoridade, a devoção e a firmeza que faltaram

A possibilidade de concretização do referendo previsto no programa original do MFA e o erro de se querer, a partir de determinado momento, favorecer um dos movimentos mereceram do general Silvino Silvério Marques os seguintes comentários:

“O Programa do MFA, esclarecido, quanto à evolução do ultramar, pelos mais altos responsáveis, visava obter, por referendo a prazo, a vontade das populações e respeitá-la.

A situação concreta em Angola era, em todos os aspetos, inclusivamente o socioeconómico e o militar, favorável a que negociadores que conhecessem e que quisessem, efetivamente, entregar os destinos do território, segundo a vontade das suas populações, o conseguissem. Exigia-se autoridade, devoção e firmeza. Infelizmente, assim não aconteceu. Não só aqueles requisitos foram falhando, como, a certa altura, parece ter-se desejado privilegiar um dos movimentos de libertação. Foi um erro. O referendo de Angola era possível. As negociações que a ele deviam conduzir estavam facilitadas pela própria situação político-militar em 25 de Abril.”

Professor Freitas do Amaral

A guerra em vez da paz

Também o presidente do CDS acedeu ao nosso pedido para transmitir aos leitores do *Tempo* o ponto de vista do seu partido sobre a delicada questão da independência de Angola sem necessária garantia de uma plataforma de acordo político-militar entre os três movimentos. A sua tese assenta em quatro pontos fulcrais: a guerra em vez da paz; a internacionalização em vez da inde-

pendência; a desorganização em vez do progresso; o êxodo em vez da permanência; e o vácuo político em vez da transferência da soberania.

“A descolonização portuguesa tem sido considerada por alguns como uma descolonização exemplar. O caso de Angola mostra, porém, que ela foi, pelo contrário, uma descolonização escandalosa. Uma descolonização exemplarmente escandalosa.

Foi-o, sem dúvida, num duplo sentido: isto é, nos seus efeitos e na atuação dos seus responsáveis.

Nos seus efeitos, a descolonização de Angola produziu a guerra, em vez da paz; a internacionalização da luta política, em vez da independência nacional; a desorganização da economia e da vida social, em vez do progresso e do bem-estar; o êxodo da população branca, em vez da paz racial; e, enfim, o vácuo político em termos de governo, em vez da definição clara dos centros de poder a quem transferir a soberania.

E, todavia, as coisas estavam facilitadas, no caso de Angola, pela existência de três movimentos e não apenas de um, pela celebração da plataforma do Alvor, pela via eleitoral prevista para a elaboração da Constituição angolana, pela fórmula encontrada para a criação do exército multilateral integrado e pela aceitação, por todos os interessados, da função arbitral de Portugal no desenrolar do processo.

Falharam, em primeiro lugar, as nossas Forças Armadas. Pois, tendo sido capazes de lutar durante catorze anos por um sonho, não souberam lutar durante catorze meses por uma realidade. Participaram no prolongamento do passado, mas não quiseram contribuir para a construção do futuro. Bateram-se pela guerra, mas não foram capazes de se bater pela paz. Em suma: apenas transformaram uma guerra colonial numa guerra civil.

Falharam, em segundo lugar, os nossos governantes. Pois não souberam exercer a autoridade que revolucionariamente conquistaram nem encarnar o estado de que sem capacidade se apossaram. Esperava-se que governassem, absteram-se; aguardava-se que mandassem, humilharam-se. E onde deviam ter-se mantido neutros, objetivos, imparciais, tomaram partido, entregaram-se a preferências, desequilibraram os pratos da balança. Em suma: não assumiram a tradição de dignidade do povo português.

Falhou, enfim, Portugal. Porque destruiu Angola como país, porque atirou os angolanos negros para uma luta fratricida, porque empurrou os angolanos

brancos para um exílio de miséria e porque, afinal, em vez de fazer de Angola uma nova zona de paz, fez dela um novo Congo, senão mesmo um novo Vietname. Em suma, não honrou a sua história.

Manda a verdade que se reconheça, a terminar, os esforços que o VI Governo Provisório tem feito, até hoje, nas poucas semanas que leva de vida, para encontrar uma solução mais justa e mais digna do que aquela que encontrou preparada quando tomou posse. É louvável. Mas é tarde.

É tarde, pelo menos, para a responsabilidade de Portugal. Esperemos que não seja demasiado tarde para o futuro de Angola.”

Diário de Notícias, 19 de novembro de 1975, p. 1 e 9

Agostinho Neto ao povo português por intermédio do DN
Assegurada a vitória

Agostinho Neto, presidente do MPLA e da República Popular de Angola, o dirigente que a vanguarda revolucionária do novo país reconheceu como chefe da sua revolução, endereçou ao povo português uma mensagem de saudação. Para tanto, escolheu o *Diário de Notícias*. Escolheu o nosso jornal para dizer aos portugueses que sabe que a posição do governo português ao tentar “desconhecer a genuinidade desta nova República não é a do conjunto do povo”, do qual sublinha ter “o maior apoio e compreensão”.

Agostinho Neto, porém, muito mais disse, na certeza de que a luta dos dois povos se inspira “no mesmo desejo de liberdade e de paz”. E as suas palavras aqui ficam. Para que reforçemos “a nossa solidariedade na luta comum contra o imperialismo” e pelo “poder popular”.

“Mensagem ao povo português”

“Por intermédio do *Diário de Notícias* tenho a grande alegria de endereçar ao povo português, nesta nova etapa da luta, as mais calorosas saudações.

E seja-me permitido saudar no seu conjunto este mesmo povo, que após um convívio secular com o povo angolano e depois de ultrapassadas as barreiras do colonialismo e do fascismo, portanto de relações injustas, está predeterminado a estabelecer laços fraternos e de amizade com o povo angolano.

Declarada a independência do nosso país e proclamada a Constituição da República, o povo angolano recusa a posição oficial do governo português que ainda tenta desconhecer a genuinidade desta nova República, o povo angolano reconhece que esta posição não é a do conjunto do povo português. Sabe que deste tem o maior apoio e compreensão e que também luta contra a reação interna e externa.

O nosso país foi invadido a Norte e a Sul por forças estrangeiras e mercenárias, atacado por zairenses, sul-africanos, portugueses reacionários do ELP, e pelos fantoches angolanos. Por isso, o MPLA mobilizou o povo para organi-

zar a resistência generalizada. E, assim, apesar da superioridade material e técnica do inimigo e da campanha psicológica infernal, a jovem República Popular de Angola resiste, tendo assegurada a vitória. O apoio maciço da população e o grande apoio externo são fatores estratégicos consideráveis.

Tanto a resistência portuguesa contra o neofascismo como a resistência angolana contra o neocolonialismo inspiram-se no mesmo desejo de liberdade e de paz, o mesmo anseio a uma existência de que se elimine a exploração do homem pelo homem.

É a luta pela justiça.

Luta longa, mas que em cada etapa oferece vitórias e momentos de alegria.

E é porque a reação interna e porque as forças imperialistas sabem que a vitória é inevitável que elas desesperadamente estrebucham de violência em violência, procurando ainda salvaguardar por algum tempo o regime de exploração.

Reforcemos pois a nossa solidariedade na luta comum contra o imperialismo. Lutemos pelo poder popular.

A luta continua.

A vitória é certa.”

Agostinho Neto, presidente do MPLA e presidente da República Popular de Angola

Tempo, 27 de novembro de 1975, p. 23

O general Silvério Marques responde ao comandante “Juju” do MPLA

Visado em declarações do comandante “Juju” do MPLA, as quais foram publicadas num dos diários da manhã de Lisboa, o general Silvino Silvério Marques solicita-nos a publicação da seguinte carta:

No dia 17 passado, um dos diários da manhã de Lisboa publicou, creio que na íntegra, uma longa exposição, a que deu relevo, de um elemento do MPLA na qual me é atribuída a responsabilidade de um “golpe de estado”, quando da minha última estadia em Angola como governador-geral. No sentido de repelir o que se apresentava como evidente disparate, escrevi, em 18, ao diretor do mesmo diário, na convicção de que teria interesse em esclarecer os leitores com o meu depoimento. Infelizmente assim não aconteceu e concluo que o interesse estaria em deixar pairar a dúvida. Nestas circunstâncias, peço guardada nas páginas do *Tempo* para a minha resposta ao autor da exposição, o comandante Juju do MPLA.

É puramente fantasiosa e muito ingénua a referência que o Juju (retribuiu-lhe o tratamento com que me distingue) me faz. Ninguém pensaria, a não ser o Juju, que um governador-geral de Angola e general já antes do 25 de Abril planeasse “golpes de estado”, não com camaradas seus e pessoas responsáveis de Angola, mas com o seu secretário, um jovem, com o eng.º Pompílio da Cruz¹⁷¹, com quem nunca tivera relações especiais, e com o indefinido Dr. Moreira (ou Monteiro) que ninguém parece conhecer.

É verdade que levei como meu secretário Nuno Cardoso da Silva (os governadores-gerais podiam escolher um secretário e um ajudante de campo como colaboradores pessoais). Trata-se de um jovem de excelente formação,

¹⁷¹ Venceslau Pompílio da Cruz (1908-?), engenheiro maquinista naval da marinha de guerra, estabeleceu-se em Angola no final da década de 40 do século passado. Opondo-se à descolonização do território, foi um dos membros da FRA (Frente de Resistência Angolana). Já em Portugal, concorreu pelo CDS em eleições legislativas e tentou candidatar-se, em 1976, às primeiras eleições presidenciais, tendo acabado excluído por insuficiência de assinaturas.

que combateu em Angola e se deixou como tantos outros prender por ela. Pedi-me que o levasse e assim o fiz com muito gosto. As suas qualidades devem ter justificado que o presidente da Junta Governativa que me sucedeu o mantivesse no posto após a minha partida, creio mesmo que durante mais tempo do que aquele em que serviu comigo (estive em Angola, então, de 15 de junho a 20 de julho). De resto, tal como manteve o meu chefe de gabinete que somente não é envolvido no “golpe” por ser pessoa importante do MPLA, segundo me dizem. Fosse da UNITA, da FNLA ou da 4.^a Força e não teria escapado...

Durante a minha curta estadia em Angola (35 dias), creio ter falado uma só vez com o eng.^o Pompílio da Cruz, que foi tratar de um contencioso antigo que tinha com os SMAE¹⁷² de Luanda, nos quais servira. Não houve tempo, nem disposição, nem intimidade para planejar golpes. O Dr. Moreira, ou Monteiro, referido pelo Juju é um fantasma.

Somente ouvi alusões à FRA e à ESINA¹⁷³ depois de ter deixado Angola, na imprensa. Foi já naquele tempo em que a província foi mantida na tranquilidade e na prosperidade pela Junta Governativa, segundo o seu presidente de então.

Nas escolas que frequentei — Liceu de Camões, Politécnica, Escola do Exército e Instituto de Altos Estudos Militares nos cursos de Estado Maior e Altos Comandos —, em dezoito anos de trabalho intenso, aprendi muita coisa, mas nada me ensinaram de “golpes”. Os generais do meu tempo, com raríssimas exceções, não se interessaram pelo assunto. Já o mesmo não parece acontecer com gente mais moderna que até deixa, por vezes, transparecer não saber de outra coisa. Pelos vistos, o MPLA nisso também está a alinhar com os maus hábitos de Lisboa, correndo perigo de um neocolonialismo ideológico e técnico-revolucionário.

Mas porquê esta tentativa aparentemente despropositada do Juju?

Talvez pela afirmação que tenho feito, reitero, e não agrada a Juju, de que o MPLA em 25 de Abril de 74 era um movimento derrotado militarmente (o horror daquele Leste, com essas, então sim, gloriosas Forças Armadas Portuguesas e com aquela logística impossível a partir de um porto no Índico...) e

¹⁷² Serviços Municipais de Água e Eletricidade de Luanda.

¹⁷³ Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola.

politicamente destroçado com a facção presidencialista isolada dos militares da Revolta Leste e dos Intelectuais da Revolta Ativa. É a verdade, que dizem ser revolucionária, embora os revolucionários, por vezes, parece, dela não gostem.

A alteração imposta da relação das forças então existentes privilegiando o MPLA e perseguindo e destruindo a 4.^a Força, constituída pelos elementos de todas as etnias que não haviam alinhado nos movimentos durante os treze anos de guerra (4.^a Força de que são alguns componentes os “retornados” e os chamados “mercenários” que, coisa considerada ignóbil por revolucionários de Lisboa, não sendo russos nem cubanos avançam do Sul empunhando a bandeira de Portugal), foi um erro e um crime. A guerra a que assistimos e que já teria causado mais vítimas em onze meses, e muitos mais danos materiais, que a guerra anterior ao 25 de Abril em treze anos, e a perda de centenas de milhar de portugueses que tudo abandonaram em Angola (quase, até agora, sem um queixume, sem um desabafo, o que surpreende em homens de Angola, que ali permaneceriam, em cima ou debaixo da terra), no mais trágico êxodo da história do nosso povo, são consequências diretas desse erro e desse crime que consistiu na alteração imposta da relação de forças existente.

Que ninguém pretenda enganar a história. Não era o instinto nem o incontável conhecimento de eventuais comprometimentos que consentiam fazer, em Luanda, de jato, a avaliação ajustada da relação de forças. Só o conhecimento da evolução da guerra de Angola e a sua profunda vivência poderiam basear tal avaliação, para além da realidade a todos patente. O que ali se fez, ou se tentou fazer, foi impor uma ideologia, o que constitui, pelas suas consequências evidentes, um erro e um crime. Instigou-se uma solução original? Nem isso. A técnica era conhecida e estava experimentada, já após o 25 de Abril: bandejamento das forças militares e sua destruição; desmantelamento das estruturas públicas e privadas por expurgos, ocupações e reivindicações arbitrárias; distribuição de armamento militar e paramilitar a “boas mãos” civis.

O tempo que permaneci em Angola, no meu segundo governo-geral, não chegou para pensar em golpes, que não têm estado, até agora, na minha vocação. A contas com o impacto do 25 de Abril na população e nas forças militares, como o desencadear das primeiras greves e das primeiras reivindicações laborais, algumas sérias como a dos bancários, a do Caminho de Ferro de Benguela e a da Companhia dos Diamantes, não fiz nem planeei golpes. Mas creio

ter sofrido pelo menos um: tal como agora, no ataque à Embaixada de Espanha, também nas seis ou sete mortes ocorridas após o assassinio do taxista, as forças armadas e o seu movimento estavam prevenidos do que poderia acontecer naquela noite. E o que poderia acontecer não pôde ser evitado que acontecesse?!

Silvino Silvério Marques

Reportagens

Angola: À espera do dia “D”

Carlos Pina

Benguela, 25 — Chegar a Angola e ficar boquiaberto perante o manancial a explorar nesta terra admirável era já o lugar-comum repetido no tempo da outra senhora.

Chegar a Angola e ficar boquiaberto perante o manancial de problemas que atualmente fervilham à espera de resolução é o outro lado da questão, que mais que nunca terá de ser devidamente encarado. Há aqui, porém, uma vontade, uma determinação das populações muito diferente daquela que encontramos, por exemplo, em Moçambique.

Os angolanos não abdicam da sua herança e estão a preparar-se com alma e coração para trilhar com verdadeira idoneidade os caminhos do futuro, caminhos de paz — como não se cansa de repetir o ministro Almeida Santos.

Um pequeno parêntesis para assinalar somente a têmpera do nosso governante (que às palavras tem preferido sempre os atos): em Lourenço Marques, como na Beira, em Luanda, em Nova Lisboa, ou ainda há poucos momentos aqui no aeroporto e no Palácio do Governo de Benguela, as discursatas foram banidas apenas não deixando, porém, de corresponder ao entusiasmo das populações, com breves palavras de saudação. Essas palavras têm sido, no entanto, aguerridos convites à ação: “Nova Lisboa — vamos trabalhar”, “Benguela — a hora não é de palavras, é de atos”. Foram estes os remates para as saudações dirigidas às populações locais nesta sua primeira visita oficial ao interior de Angola. O resto do dia, como aliás desde a passada segunda-feira, foi trabalho árduo, recebendo quem lhe quis ir pôr os seus problemas, quem quis fazer sugestões para a próxima etapa da governação de Angola.

Herança pesada

Este promissor país dependerá muito da vontade e da ação dos atuais habitantes. Os problemas, que se acumulam, são sem dúvida inúmeros e de urgente

solução, mas as perspectivas que de súbito se abrem às populações poderão contribuir para as tranquilizar enquanto o caminho não seja conveniente e claramente traçado. Três graves obstáculos serão com certeza fontes de problemas para os futuros governantes de Angola, sobre ele se tendo de debruçar com clarividência, a fim de evitarem males desnecessários. Assim, em primeiro lugar, ninguém tem dúvidas sobre a enorme concentração do poderio económico nas mãos de uma minoria branca; em segundo lugar, vêm as lutas intestinas, entre os vários movimentos emancipalistas, que poderão criar sérias dificuldades; finalmente, o antagonismo tribal, que o antigo regime salazarista procurou até à exaustão exacerbar, de modo a poder exercer mais facilmente o seu *contrôle* e, assim, jamais perder o pé. Esta será, pois, uma questão a tratar com muito escrupulo e, sobretudo, com a cabeça fria.

Na nova jornada de ontem pelo interior de Angola pudemos a esse respeito tirar conclusões elucidativas, procurando ouvir ou forçando a indiscrição entre as populações que têm ocorrido à chamada para passar à ação.

O Portugal até agora chamado “metropolitano” tem vivido completamente à margem dos problemas que os seus territórios ultramarinos tiveram de enfrentar e doutros dos quais as próprias entidades governamentais, mesmo locais, se demitiram há muito. Este estado de coisas complica agora substancialmente a resolução de casos até normais noutras circunstâncias, e irá sobretudo agravar e dificultar a consecução, que todos desejamos rápida, da futura independência total de Angola.

Jornal de Notícias, 13 de junho de 1974, última página

Angola: os abutres estudam o futuro

José Saraiva, enviado *JN*

Treze anos de luta armada são, não podem restar quaisquer dúvidas, a autêntica credencial do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), fundado em 1956 e cuja direção pertence desde o início ao dr. Agostinho Neto. No entanto, a existência de outros grupos que afirmam lutar para a independência prejudica o entabular de conversações do governo português com representantes dos nacionalistas — apesar de Mário Soares me haver dito que, de acordo com o programa do MFA, tem na sua agenda essa obrigação. Reside, porém, a grande dificuldade no facto de o governo português pretender sentar à mesa do diálogo representantes não só do MPLA mas também da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Aparentemente o objetivo é comum, mas os processos são diferentes, as ideologias divergem e os interesses manobrados do exterior... também são contraditórios. Curiosamente recorde-se que esta posição do governo português é, aparentemente, um contrassenso, porque na cimeira de Lusaca não foram aceites representantes da COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique¹⁷⁴) nem de outros grupos minoritários... Até mesmo Keneth Kaunda intercedeu para que apenas a FRELIMO estivesse no frente a frente com Mário Soares.

Tudo isto tem, naturalmente, uma outra explicação. Vejamos: Angola é a maior (1 246 000 km² e uma população de 5 800 000 habitantes, dos quais apenas 600 000 são colonos) e também é a mais rica de todas as possessões portuguesas de África. Geograficamente bem situada, desperta por isso o interesse dos abutres da África Austral — designadamente a República do Zaire, chefiada pelo ex-sargento Mobutu Seso Seko.

¹⁷⁴ Movimento de luta armada fundado em 1965 em Lusaca, resultante da união de dissidentes da FRELIMO.

Por tudo isso, em 1971, a OUA (Organização da Unidade Africana) decidiu estabelecer uma comissão para a reconciliação dos três movimentos, procurando estabelecer uma frente unida.

Apesar do descontrolo dos interesses dos membros dessa comissão, formada pelo Zaire, pelo Congo, pela Zâmbia e pela Tanzânia, ela estabeleceu uma linha de ação que culminou com a assinatura, a 13 de dezembro de 1972, em Kinshasa, de um acordo entre Agostinho Neto (MPLA) e Holden Roberto (FNLA). Bastante estranho, este encontro — segundo me garantiram homens do MPLA, particularmente Alexandre Bastos¹⁷⁵, comandante militar de uma das regiões libertadas — não passou nunca do papel... É que Holden Roberto, um capitalista que no Zaire vive explorando cadeias de táxis e hotéis, surgiu na senda política angolana em 1954, como fundador da UPA (União dos Povos de Angola), apoiado em elementos bacongos e que causou massacres em outras etnias. Estas atitudes e outras subseqüentes acarretaram-lhe ser olhado pelos demais movimentos como um aliado da reação e, mais grave ainda, do imperialismo ianque...

Convirá frisar que no seio do MPLA existem, atualmente, contradições internas, designadamente a de um grupo orientado pelo ex-jogador da Académica Chipenda, cuja contestação, segundo me sustentaram em Lusaca, assenta em problemas puramente tribais. Um outro grupo encabeçado pelos irmãos Mário de Andrade e Joaquim Pinto de Andrade acusa o movimento de não procurar ouvir a opinião das bases. Sobre este conflito, disse-me um partidário do dr. Agostinho Neto:

— “É preferível que isto suceda agora que mais tarde... Procuraremos estar atentos, até porque as conversações de Londres, do governo português com os camaradas do PAIGC, não têm sido tão claras que demonstrem bem as intenções do governo de Portugal. Estando atentos e procurando solucionar os nossos próprios problemas, estaremos mais aptos para, quando chegar a nossa vez de dialogar com Portugal, podermos ficar bem esclarecidos sobre as posições já assumidas.”

Esta é a situação conjuntural a que, portanto, a riqueza do subsolo angolano não é alheia... Mas a questão que se levanta é: quem é o inimigo?

¹⁷⁵ Alexandre António Mota Coelho Moreira Bastos, mais tarde general, conhecido por “Sacha”.

— “O inimigo é o colonialismo, o sistema colonial, o imperialismo que sustenta o primeiro, sendo até o inimigo principal.”

Isto afirmou em Dar es Salaam o dr. Agostinho Neto em 7 de fevereiro. O mesmo me disse em Lusaca o dr. António Vakulukuta¹⁷⁶, membro do Comité Central da UNITA, num diálogo que fica para mais tarde. Ambos sustentam, contudo: “Não é o branco o inimigo de África.”

Perante o futuro, os homens que lutam estoicamente pela independência de Angola garantiram-me, porém, que as prováveis conversações com Portugal apenas se efetuarão após o 1.º Congresso do MPLA, que está em fase de preparação. Portanto, só lá para setembro será possível encetar o diálogo. Isto, porém, não significa que com o derrube do governo salazarista-marcelista os homens da África Austral não tenham rodopiado em torno de uma unidade dos movimentos de Angola. Dias antes de chegar a Lusaca estivera em diálogo com Keneth Kaunda, o líder do Zaire, que era acompanhado por Holden Roberto. Entretanto, Mário Soares deixou a Zâmbia e o ministro dos Negócios Estrangeiros da terra do cobre, Vernon Mwaanga¹⁷⁷, voou para Brazzaville para avistar-se com Marien Nguabi¹⁷⁸. Ao mesmo tempo, chegava Henri Lopes¹⁷⁹ para dialogar com Keneth Kaunda. E mais tarde todos foram para Dar es Salaam falar com Julius Nyerere — o líder da Tanzânia e homem extremamente respeitado na África Austral. O objetivo era exatamente conseguir a fórmula para a unidade que em Mogadíscio a OUA iria sancionar. Por isso na capital da Somália decide-se em grande parte o futuro de Angola, dado que o processo é irreversível, como me disse o major Otelio Saraiva de Carvalho: “A independência será o ponto final destas maratonas políticas.”

¹⁷⁶ De origem cuanhama, António Vakulukuta formou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Grenoble. Regressado a Angola, em 1974, integrou a delegação da UNITA aos acordos de Alvor. Faleceu em 1985, em circunstâncias não totalmente esclarecidas.

¹⁷⁷ Vernon Johnson Mwaanga (n. 1944), político e diplomata da Zâmbia, foi ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país entre 1973 e 1975, cargo que voltaria a ocupar entre 1991 e 1994.

¹⁷⁸ Marien Ngouabi (1938-1977) foi um político e militar do Congo-Brazzaville que ocupou o cargo de presidente da República entre 1969 e 1977.

¹⁷⁹ Henri Lopes (1937-2023) foi um escritor, diplomata e político do Congo-Brazzaville que desempenhou a função de primeiro-ministro entre 1973 e 1975.

Jornal de Notícias, 14 de junho de 1974, última página

Angola não é apenas diamantes e petróleo

José Saraiva, enviado *JN*

“O problema que se nos põe neste momento, a nós, africanos, é como transformar as relações injustas, geralmente de subordinação política e económica, com outros países e povos do mundo, sem que essa transformação se faça em desfavor do progresso social que necessariamente deve estar inoculado na ação pela liberdade e sem que o comportamento do homem seja de quem sai de uma forma de discriminação para cair numa outra forma, tão negativa como a primeira, como pura inversão dos fatores intervenientes. Dentro da mesma sociedade africana, o movimento de libertação nacional tem também de procurar que as forças socioeconómicas internas, isto é, aquelas que se desenvolvem no interior do país, se reestratifiquem no sentido do progresso” — estas ideias foram expostas em Dar es Salaam, pelo dr. Agostinho Neto, durante uma conferência na principal universidade da Tanzânia.

Refletem no seu todo o pensamento do dirigente do MPLA empenhado como tantos outros nacionalistas angolanos em subtrair-se ao jugo do “paleo-colonialismo” que existe, afinal, nas possessões portuguesas mas que é, subtilmente, dominado por uma vasta associação imperialista protegendo, de maneira injusta, interesses egoístas de homens, organizações económicas ou países — os tais abutres de que falei...

Neste momento, o povo em armas de Angola já controla 400 000 km². Comparativamente à superfície do “estado” será pouco, mas toda a colónia está minada em cada africano explorado desde 1482... Não tenhamos dúvidas: travando lutas em várias frentes, os nacionalistas africanos perseguirão a vitória total.

É, contudo, na análise económica que se deve procurar a pedra fundamental dos interesses que se jogam na África Austral em torno de Angola.

Os monopólios estrangeiros “exploram avidamente e sem piedade as colónias” — afirmava-se num documento da ONU, em 18 de novembro de 1965.

A situação não se modificou — antes pelo contrário: facilitar maiores investimentos para maiores lucros foi o lema de uma política retrógrada de um governo carcomido nas suas próprias estruturas. É errado pensar-se que apenas o pequeno *jardim do ocidente europeu* tem interesses em Angola. “Portugal é, quando muito, o gerente de uma série de combinações político-económicas. Não é o principal inimigo — sustenta o dr. Agostinho Neto —, apenas o inimigo direto. Portugal é o mais fraco elo de toda a cadeia instituída para a dominação dos povos.”

Não se podendo equacionar o problema angolano senão à luz de uma perspetiva puramente económica, deve-se apontar que o problema das matérias-primas é hoje questão prioritária na África — como aliás em todo o Terceiro Mundo. Nesse emaranhado está a riqueza do subsolo angolano, que é fundamental para a elucidação completa do problema, que não se confina apenas à luta armada.

Angola é o 4.º produtor mundial de diamantes — a produção tem vindo a aumentar extraordinariamente (556 mil contos em 1962; 1.163 mil contos em 1966). No entanto, a “Diamang” que tinha um contrato desde 1937 para a exploração mineral conseguiu em 1970 um novo *deal* com características bem curiosas: foi criado um consórcio, “Condiama”, cujo capital pertence em 50% à “Diamang” e outro tanto à “Beers Consolidated Mines Ltd.” (empresa sul-africana). Ficou tudo na mesma em relação ao governo português, que tem apenas investido três mil contos nessa empresa e poderá usufruir de 15% das ações logo que a “Codiamo” explore outro jazigo...

O governo marcelista primava em ser perdulário.

Em relação ao petróleo o caso é ainda mais curioso: Cabinda — o novo Kwait — está sob as garras da “Gulf” — companhia americana com sede em Willington —, que tem o direito de explorar durante 50 anos (!), suscetível de ser alargado esse período por mais 20 (?), a região. O governo português tem, somente, 12 mil ações cujo valor nominal é de 723\$75 cada... recebendo um *royalty* de 12,5%. Tem ainda o *direito* de adquirir 37% do petróleo bruto extraído em cada ano. Por outro lado, a companhia está isenta dos direitos aduaneiros! A produção é tanta que dos 4 milhões de toneladas em 1971 se passou, dois anos depois, para o dobro. A “Gulf” pensa poder atingir — segundo um seu relatório — as 100 milhões de toneladas!!!

Relacionando agora o interesse de Mobutu por Angola, basta dizer que nacionalizou todas as companhias petrolíferas do Zaire menos a “Gulf”... Daí

que Holden Roberto seja um precioso aliado do imperialismo *made in USA*. Não existem sombras sobre este panorama e acentue-se que, num documento intitulado *position paper*, a “Gulf”, sob pressões, declarou: “mantemo-nos politicamente neutros no que respeita à política interna de Portugal”; e considera nesse folheto de ocasião: “condenamos todas as interferências na política dos países estrangeiros”; e ainda: “a Gulf reconhece o direito fundamental de todos os povos à autodeterminação”. Haverá sinceridade nisto?

O governo marcelista contentava-se com pouco: em 1972 retirou apenas 22 mil contos pelo aluguer da concessão e para o Fundo de Desenvolvimento Mineiro. Foram apresentados mais de 20 pedidos ao governo para a exploração petrolífera, principalmente para a bacia de Benguela e de Moçâmedes — tudo foi rejeitado em favor dos interesses dos súbditos do sr. Nixon. Mas Angola não é só diamantes e petróleo. É também ferro, manganésio, asfalto, café, algodão, sisal, açúcar, tabaco... e o que ainda não se explora: cobre, ouro, bauxite, urânio, volfrâmio, fosfatos... Haverá ou não interesse em manter acesas divisões entre os nacionalistas? Terá ou não o Zaire — que ocupa a maior área fronteiriça — interesse efetivo em estabelecer um regime em que possa manter a pata sobre Angola? Lembre-se que o porto de Lobito é o seu canal para o exterior! Por tudo isto, o Programa Mínimo do MPLA assenta em três pontos:

“1 — Continuar a luta por todos os meios para a liquidação da dominação colonial e de todos os vestígios do colonialismo ou do imperialismo, para a independência imediata e completa da pátria angolana.

2 — Defender essencialmente e de forma constante os interesses das massas rurais e dos trabalhadores — os dois grandes grupos mais importantes do país, que constituem em conjunto a quase totalidade da população angolana.

3 — Aliar-se a todas as forças progressistas do mundo e conquistar a simpatia e o apoio de todos os povos à causa da libertação do povo angolano.”

Jornal de Notícias, 15 de junho de 1974, última página

Uma máquina revolucionária que luta em várias frentes

José Saraiva, enviado *JN*

Não é apenas nas zonas de guerra que os militantes do MPLA travam as batalhas que lhes abram as portas da Independência. Todo o processo revolucionário implica outras lutas, outros campos de ação — nem por isso menos importantes. Os nacionalistas de Angola trabalham duramente e cautelosamente na prossecução dos seus objetivos. Têm apoio do exterior, mas a chama que os anima, o fogo interior que os comanda é, fundamentalmente, a libertação do jugo colonialista.

Dez mil guerrilheiros — segundo me disse o comandante Alexandre Bastos — bastam ao MPLA para controlar seis vastas áreas militares: Cabinda; frente Norte; Moxico-Cuando-Cubango; Lunda-Malanje; Bié-Huambo. A sexta é uma região do Leste (Huíla-Cunene), que não está totalmente controlada e onde o fantoche do capital americano, Holden Roberto, aproveita para atuar...

Este quadro militar é, porem, acrescido de um outro mais importante que é o da educação revolucionária. Neste momento o MPLA, que tem a sede em Brazzaville (República Popular do Congo), mantém aí o seu primeiro liceu — em Dolisie. O curso é de quatro anos e cada ano tem dois semestres. A base do ensino, segundo um militante me informou, consiste em recusar as fórmulas feitas, dizendo não às mentalidades *robots*. No entanto, nas áreas libertadas funcionam escolas primárias nas quais os alunos, durante cinco anos, são orientados, a partir do ensino da língua portuguesa, dos mecanismos da Matemática e, principalmente, para a observação da natureza, do meio social — à luz dos primeiros rudimentos políticos. Só no 2.º ano o aluno aprenderá a ler e observará também gravuras, trabalhos agrícolas e outros de tipo coletivo. Dedicam-se igualmente à prática de jogos e a representações de sociodrama... O facto de a língua portuguesa ser a ensinada fundamenta-se no facto de existir grande quantidade de dialetos — os mais importantes são *khoi-khoi* e o *saan*

— e, como se sabe, a língua é um poderoso elemento de união — extremamente necessário no estágio atual da evolução revolucionária.

Aponte-se ainda que centenas de militantes do MPLA estudam nas universidades e centros culturais europeus — até mesmo em Portugal. “Esta é uma linha de reforço da retaguarda, pois enquanto durar o domínio colonialista ou neocolonialista... cada militante do MPLA tem de pegar em armas e seguir para a frente — fá-lo-á, todavia, de forma consciente.”

Questão fundamental também é a da saúde. Pois também o MPLA mantém em Dolisie o seu hospital. Efetivamente, não têm grande número de médicos mas, mesmo assim, a sua assistência revela-se de valor altamente importante. Segundo um relatório relativo a julho-agosto de 1972 que manuseei em Lusaca, a mortalidade infantil é maior entre os angolanos (125/1000) do que nos filhos dos colonos (45/1000); e a maior percentagem de tratamento de doenças é do tipo tropical (paludismo), ocupando um lugar pouco importante o tratamento dos feridos de guerra — apenas 2,0% numa longa escala. Os militantes do MPLA nutrem uma grande admiração pelo primeiro diretor nacional do SAM (Serviço de Assistência Médica), dr. Américo Boavida¹⁸⁰, que morreu sob os bombardeamentos do exército português.

Já que falei em bombardeamentos, quero recordar alguns factos que, na capital da Zâmbia, partidários do dr. Agostinho Neto me relataram. Em certa altura destes longos e terríveis anos de guerra, o governo português procurou, intransigentemente e de todas as formas, aniquilar as infiltrações e as ocupações do “inimigo”. Recorreu a tudo... até a herbicidas e a desfolhantes: a chamada guerra química, tão do agrado dos americanos no Vietnã.

É curioso lembrar que, em 1969, na assembleia geral da ONU, apenas três países se opuseram à utilização de herbicidas e desfolhantes: os Estados Unidos, a Austrália e Portugal. Um ano depois é, pela primeira vez, denunciado pelos guerrilheiros do MPLA no seu órgão *La Victoire est Certaine* a utilização da guerra química pelo exército “colonialista”. O governo marcelista gastou em 1969 na aquisição de desfolhantes e herbicidas 660 contos; em 1970 aumentou para 7.700 contos; em 1971 só 6 mil contos e igual quantia em 1972...

¹⁸⁰ Américo Alberto de Barros e Assis Boavida (1923-1968) foi um médico e ativista político angolano.

Utilizando estas poderosas e terríficas armas, o governo marcelista conseguiu travar o ímpeto dos guerrilheiros e provocar-lhes problemas de toda a ordem — até o desânimo nas populações que os apoiavam incondicionalmente. Mas a solidariedade não é coisa vã. E a empresa italiana “Fratelli Importatoir”, de Nápoles, enviou graciosamente sementes para um cultivo rápido da terra queimada. Para que os portugueses não soubessem destas monstruosas atrocidades, existiam as armas da repressão e do silêncio... E poucos foram — apesar de muitos... — aqueles que tiveram a coragem de denunciar abertamente estes crimes. Um dos que reagiram foi o padre Waldo García¹⁸¹, da Congregação do Espírito Santo, que durante nove anos trabalhou no Seminário Maior de Nova Lisboa. Quebrou o silêncio da igreja angolana e foi, obviamente, expulso, em 1971. Mesmo quando chegou a Angola os “flechas”-pides disseram-lhe: “Tenha cuidado — não pode falar na encíclica «Pacem in Terris».” Foi acusado de pertencer ao Partido Comunista Italiano, mas só quando o padre espanhol se referiu a uma tortura requintada foi, inexoravelmente, expulso.

Estes são dados da situação angolana. Situação que, afinal o 25 de Abril pouco veio alterar, pois, segundo me garantiu um dos homens do MPLA, os guerrilheiros continuam presos em Angola, da mesma forma que Holden Roberto consegue que, nas masmorras de Kinshasa, companheiros de Agostinho Neto estejam sequestrados às ordens de Mobutu.

Por isso, afirma o líder do MPLA que “a exploração do homem pelo homem só deixará de existir quando não houver presença de estrangeiros no território nacional”. Atenção: isto não quer dizer — segundo o próprio dr. Agostinho Neto — que haja intenção de expulsar os portugueses, pois só aqueles que sugaram ao longo de séculos o suor indígena não merecem ficar.

¹⁸¹ Padre espanhol enviado para Angola em 1966 e expulso mais tarde pelas autoridades portuguesas.

Jornal de Notícias, 17 de junho de 1974, última página

UNITA: o povo é quem faz a luta

José Saraiva, enviado *JN*

Desde 13 de março de 1966 que, perfilhando uma ideologia diferente mas com os mesmos objetivos, surgiu em Angola um novo movimento nacionalista, não menos importante mas menos representativo que o MPLA. Sob a orientação de Jonas Savimbi, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), logo que o regime marcelista foi derrubado entendeu suspender as ações de guerrilha, porque “o passado morreu e nada se pode construir sob o ressentimento e o ódio”.

Em Lusaca, manteve um contacto estreito com o dr. António Vakulukuta, membro do Comité Central da UNITA e delegado do movimento na Zâmbia. Tem 38 anos e licenciou-se em economia na Universidade Sorbonne.

— Tanto a UNITA como o MPLA e até outras forças patrióticas angolanas têm a uni-las um destino comum — a independência nacional. As diferenças que existem são relativas à estratégia e à tática. A UNITA aceita que a luta pela independência nacional, para que seja efetiva, é preciso que a liderança, a direção da luta esteja no interior do país. Os camaradas do comité político devem estar no interior para se manterem em contacto com as massas. Isso ajuda-nos imenso a conhecer as dificuldades da luta, porque estando em contacto com o povo é que contactamos com as verdadeiras dificuldades. Poderemos estudar uma estratégia global da luta que travamos.

A UNITA deseja unicamente contar com as suas próprias forças — apoiada no proletariado e no campesinato (86% da população de Angola é camponesa). Consideram ainda que “todo o apoio estrangeiro é necessariamente aleatório e sem quaisquer garantias.”

— A UNITA surgiu pelas contradições internas quer do MPLA quer da UPA, principalmente desta, que falhou os seus objetivos e que não corresponde aos verdadeiros interesses do povo angolano. Holden Roberto é, essencialmente, um tribalista e racista. Holden Roberto não lutava para libertar o povo

angolano do jugo fascista-colonialista mas contra o homem branco. A UPA fazia uma luta de fronteiras — logo as massas não participavam nessa luta... O povo angolano deve participar nessa luta de forma efetiva, pensamos nós. Rompendo com Holden Roberto fomos ter com os camaradas do MPLA em Brazzaville. Falamos com Neto, com Chipenda, com outros. Levaram-nos aos seus campos de treino em Dilolo, no Congo, e mostraram-nos o seu arsenal. Se quiserem lutar, têm este material à disposição... Mas nós pensamos: o que faz a luta não é o material — mas as massas, o povo. Por isso, instalamo-nos dentro do país.

A história da luta pela independência faz-se aos poucos. Com variáveis mas, principalmente, com verdade.

— Não é segredo para ninguém — prosseguiu o dr. António Vakulukuta — que tivemos quadros formados na China Popular. Foram esses quadros que penetraram no país e acenderam a luta popular, a luta de um povo oprimido. Não tínhamos meios e começámos a luta com azagaia, canivetes, machados e catanas. Isto é verdade e não nos envergonhamos disto. A história tem de ser dita, tem de ser. Iniciámos a politização das massas — tarefa fundamental. Acreditaram em nós porque sabiam que éramos sinceros e a nossa política correspondia às suas aspirações.

Após o grande ataque feito em Teixeira de Sousa, o povo angolano acreditou na UNITA. As dificuldades do início foram superadas.

— Tivemos de enfrentar os sobas que estavam aliados à política colonial e que eram instrumentos da PIDE, mas tínhamos apoio maciço do povo, porque vivíamos ao lado dele, sofriamos a seu lado, comíamos o que ele nos dava.

Uma luta desse tipo, necessariamente, tem de ser subsidiada. Quem será — se é que está — por detrás da UNITA?

— Só dependíamos de nós. Mesmo os países africanos que estão aquartelados na OUA, bloqueavam-nos. Não tínhamos contacto com o exterior. Tínhamos de capturar as armas ao exército para as utilizarmos — neste caso estão armas belgas, italianas e americanas que o exército português utiliza. A partir de 1970 diversas associações filantrópicas auxiliaram-nos, nomeada e designadamente o Conselho Mundial das Igrejas e um país amigo que é, não adianta esconder, a China Popular, que nunca nos deu uma bala, mas sim apoio moral e financeiro... Só recentemente os países africanos compreenderam e aceitaram a nossa posição.

Este é um breve esboço da posição da UNITA que completarei mais tarde, com uma análise possível da situação em Angola, enquadrando-a numa perspectiva que se me afigura ser a do governo português.

Jornal de Notícias, 18 de junho de 1974, última página

Angola: irá ou não prosseguir a guerra?

José Saraiva, enviado *JN*

Frequentemente os observadores catalogam os movimentos nacionalistas angolanos em três divisões distintas: MPLA, de tendência soviética; a UNITA, pró-maoísta; e a FNLA, a soldo do imperialismo americano... É evidente que todas as qualificações pecam por exagero, mas não deixam de ter uma certa lógica.

No que envolve a UNITA, o rótulo não é totalmente despido de fundamento. Efetivamente, o grupo que é superiormente orientado pelo dr. Jonas Savimbi na sua carta de “princípios” observa que “a ajuda do exterior deve ser consequência e não a causa da luta e procurar-se-á preservar o espírito de classe que é a única garantia da continuação da revolução e da vitória”. No mesmo documento acentua-se ainda que a UNITA recusa “todas as tendências ao compromisso e todas as ideias derrotistas no seio do partido e do exército”.

Ainda no diálogo zambiano com o dr. António Vakulukuta, apurei que o efetivo militar da UNITA é de cerca de 4 500 guerrilheiros. Os campos de treino continuam a ser dentro de Angola. O apoio está no campesinato e no operariado. Nos intelectuais revolucionários também. Contudo, só em 13 de abril a OUA reconheceu a UNITA como movimento nacionalista.

— “Nós temos experiência de oito anos de luta. Por isso, pensamos que a melhor escola é o treino sobre o terreno da luta. Os nossos soldados estão treinados para exercer aí a luta. Não temos ambição em ter campos de treino no estrangeiro.

“As decisões fulcrais na UNITA são tomadas a partir da base” — o que não acontece em muitos outros movimentos, partidos políticos e até no MPLA.”

— “A forma principal da nossa luta é a guerrilha campesina. Para nós as cidades são secundárias...”

Entretanto a conjuntura política do país foi completamente alterada. Qual é a posição da UNITA sobre a situação atual?

— “A nossa posição é clara. Nós estamos prontos a unir as nossas forças às restantes forças verdadeiramente nacionalistas. Mesmo na FNLA existem patriotas que podem dar a sua contribuição à luta — apesar de, como te disse, o Holden Roberto ser tribalista... Devemo-nos unir. Todos aqueles que sinceramente querem lutar devemos recebê-los e até o camarada Mao disse «de vez em quando é preciso recuar para poder saltar».”

Curiosamente, o dr. António Vakulukuta informou-me de que a UNITA mantém nas suas fileiras cerca de 20 desertores do exército colonialista, dos quais cinco ou seis são oficiais. Muito material — pude vê-lo — foi apreendido.

O governo português pretende fazer sentar à mesa das conversações sobre Angola representantes dos três movimentos nacionalistas. Trata-se — como já disse — de uma situação falsa. Efetivamente, apenas o MPLA e a UNITA são representativos... Vejamos: o grupo do dr. Agostinho Neto está na expectativa. A UNITA, através precisamente do dr. António Vakulukuta, avistou-se com o dr. Mário Soares, a quem expôs a vontade que tem de “negociar” mesmo em Lisboa — se tal fosse preciso.

As riquezas de Angola, as pressões do capital multinacional, o interesse dos abutres africanos fazem crer que o problema angolano irá prosseguir na agenda política. Evidentemente que também a posição definida na OUA, nesta reunião de Mogadíscio, poderá acelerar as etapas que visem a solução final — a independência dos povos em armas. Dizia-me, no entanto, o jornalista francês René Lefort, especialista do *Le Monde* para as questões coloniais portuguesas:

— “La guerre va continuer.”

Irá? Indubitavelmente que, neste momento, a situação é dramática. Os soldados sentem que já não estão em Angola (como na Guiné e como em Moçambique) a defender uma soberania que era própria do antigo regime. A tropa está cansada. As populações estão fatigadas. A economia parada — todos têm medo de investir, de dar execução a planos importantes que estão projetados. Uma coisa, porém, é certa: a tese federalista é completamente repudiada por qualquer militante nacionalista.

Terminará a guerra? “Se nós tivermos o poder político, poderemos ter o poder económico” — dizia-me um militante do MPLA.

Outra verdade não pode ser esquecida — até para desfazer temores infundados: “Não haverá ressentimentos contra os brancos. Deverá apenas existir uma larga campanha de mentalização que vise ultrapassar essa questão puramente medieval” — garantiram-me dirigentes nacionalistas. É de acreditar.

Diário de Notícias, 28 de junho de 1974, p. 7

Os maus dias de Chão Bom, o presídio de Cabo Verde que passa a estância turística

Cidade da Praia, 27 (da enviada especial AFP, Marie Joannides) — Oitenta quilómetros a nordeste da capital de Cabo Verde e muito perto de uma das mais belas praias do arquipélago, encontra-se o antigo campo de trabalho de Chão Bom, prisão política para os portugueses e para os nacionalistas de Angola, Guiné e Cabo Verde.

No primeiro de maio, havia aí cinquenta e dois presos de Angola e uns quinze de Cabo Verde. “O golpe de estado foi como que uma bomba para nós”, declarou-nos um ex-presos político angolano, César da Silva Teixeira¹⁸², que lá passou cinco anos e me levou a visitar o local, explicando-me a vida desses presos políticos. Há um campo fortificado, guaritas com guardas armados, um fosso, em betão, que foi cavado pelos presos políticos portugueses que lá permaneceram, de 1936 a 1956, portas metálicas com cadeado e casernas num pequeno recinto, três para os angolanos e, em frente, o dos cabo-verdianos, de delito comum e políticos, que aí viviam separadamente.

“A comida era boa para os porcos”, diz o antigo preso perante o antigo guarda, um português, vindo também de Angola, que, segundo afirma, era melhor que os outros, mais humano, e que aí prestou serviço até ao ano passado, sob as ordens do comandante do campo, Eduardo Vieira Fortes, um cabo-verdiano atualmente em Lisboa. Os presos podiam deixar as suas camaratas, fechadas com grades de ferro, algumas horas, durante a manhã, e em grupos separados.”

Poeta angolano: um ano na cela disciplinar

“As nossas condições de vida melhoraram no último ano, acrescenta Silva Teixeira. Podíamos passear no pátio durante o dia, ler na biblioteca, onde havia

¹⁸² Nascido em 1926, era empregado comercial e foi preso em 1959 na vaga de detenções que deu origem ao chamado “Processo dos 50”.

livros que ainda lá estão: obras católicas ou do governo e jornais católicos ou desportivos.

“Não tínhamos qualquer comunicação com o exterior, nem mesmo com os nossos camaradas cabo-verdianos. Podíamos trabalhar para nós ou na construção de estradas, onde ganhávamos quatro escudos e meio por dia, mas faltavam-nos sobretudo medicamentos” — prossegue o ex-presos político, combatente da UNITA, acentuando que não sente qualquer ressentimento para com os portugueses. “O regime é que era responsável e não o povo”, acentua.

Referindo-se à vida no campo fortificado, Silva Teixeira conta que havia um aparelho de projeção de filmes, mas que só funcionava quando havia visitas da Cruz Vermelha.

“Connosco estavam escritores e poetas, como António Dias Cardoso. Aqui está, de resto, a couve-flor e a vinha que ele próprio plantou” — lembra Silva Teixeira. O grande poeta angolano, de origem portuguesa, simpatizante do MPLA, passou perto de um ano na cela disciplinar de quatro metros por quatro, porque, segundo as autoridades penitenciárias, tinha atacado o comandante. Cardoso, que se encontrava na Praia, declara: “Fui preso em novembro de 1961, em Angola, e passei três anos na cadeia em Luanda e dez no Tarrafal. Torturavam-nos. Alguns de nós morreram.”

Enlouqueceu com a tortura

“Aqui faltava-nos tudo. Não éramos tratados quando estávamos doentes. Um guineense enlouqueceu com a tortura. Os guardas batiam-nos por ordem do comandante fascista que lá esteve perto de sete anos. A sua principal ação era tentar modificar as nossas ideias, mas os povos das colónias continuam a lutar e espero regressar muito brevemente a Angola para continuar essa luta. Assim como o povo português tem necessidade de ser libertado, também os povos das colónias reclamam essa liberdade”, acrescenta António Dias Cardoso, que tinha o hábito de escrever poemas no campo de trabalho, debaixo de uma árvore.

“O fascismo ainda não desapareceu de Portugal, pois os povos das colónias ainda não são livres e independentes”, prossegue. O poeta diz-nos ainda que, enquanto esteve em Chão Bom, morreram dois guineenses no campo e 34 presos políticos portugueses, entre 1936 e 1956, incluindo um dos fundadores do Partido Comunista Português.

Os traços do antigo campo, fechado em 1956, são ainda visíveis, nomeadamente os carris que permitiam aos presos políticos transportar, em pequenos vagões, a água e as pedras.

“Se me revolttei contra o diretor foi porque me recusava o tratamento da minha úlcera. Durante um ano dormi sem cama. Na cela não havia luz e não tinha o direito de ler nem de escrever cartas. Os presos angolanos não podiam receber visitas da população cabo-verdiana. Só um homem, José de Andrade, que não se ocupava de política, e cuja filha, combatente do PAIGC, casou com o ministro da Saúde do movimento, é que vinha falar, de tempos a tempos, ao diretor, que conhecia”, afirma António Dias Cardoso.

Torturas e ânsia de viver

“A população foi formidável. Ajudou-nos muito. No último ano, os presos podiam ir, em grupos separados, à praia, uma vez de 15 em 15 dias”, dizem os ex-presos políticos que ouvi.

“No domingo de manhã, o nosso diretor era mais fascista que o governo”, conta, a rir, Silva Teixeira. “Censurava ele próprio alguns discursos de Marcelo Caetano antes de distribuir os jornais. Entre nós havia um preso de 82 anos, condenado a 25 de prisão e que já tinha cumprido sete. Mas estava cheio de coragem, de vida, pronto a refazer o que tinha feito, isto é, ajudar os combatentes”, conta ainda o meu guia. “Certamente que as pessoas simples podem sentir ódio pelos brancos responsáveis pelos seus males, mas compreendemos que o povo português estava tão oprimido como nós e as suas condições de vida eram tão más como as nossas.”

Preso pela primeira vez em 1961, em Angola, e tendo estado detido durante três anos, Silva Teixeira foi torturado e tem ainda as marcas das queimaduras e as cicatrizes dos golpes recebidos.

“Conheço os meus torcionários. São dois tenentes do Exército, Teixeira da Costa e Joaquim Vaz (“Carinho” ou “Caruncho”), da 101.^a Companhia, afirma Silva Teixeira.

Visitámos, por último, a algumas centenas de metros do campo, o cemitério onde se encontram 34 túmulos de portugueses mortos na prisão e dois guineenses. O governo português espera transformar o campo em centro turístico. No jornal da ilha de Santiago, foi publicado um anúncio que diz: “Arquipélago: explorações turísticas da zona de Chão Bom, Tarrafal, adjudicação da

Reportagens

zona da antiga penitenciária, zona compreendendo um complexo residencial de seis blocos, uma casa ampla que domina um panorama muito vasto, central elétrica, reservatório de água de boa qualidade, outras construções que podem ser utilizadas para variados fins, etc.”. – (F.P.)

Expresso, 27 de julho de 1974, p. 4-5

Luanda
Segunda tentativa de uma história
ambientada com 54 mortos e 200 feridos

Luanda acorda, dia a dia, mais tranquila sob a vigilância das Forças Armadas que lá para os subúrbios controlam homens e máquinas cujo trânsito deixou de ser limitado às zonas nevrálgicas. Tiros isolados ainda quebram, por vezes, o silêncio da noite e obrigam os militares a tentar identificar a sua origem e causas. Os incidentes, qual pedrada no charco da paz imposta, vão progressivamente sendo varridos da atenção geral para serem arrecadados nas zonas mais profundas da consciência onde existe a sensação de se caminhar por sobre um barril de pólvora, que pode muito bem ser espoletado de um momento para o outro.

Que se passa na realidade?

Mergulhar na história dos mortos a partir do dia onze, é forçosamente ter de ultrapassar o mero facto em si mesmo, para o enquadrar em toda uma vivência que não é de agora, mas do passado de toda uma colonização tornada presente, em que episódios racistas de hoje vêm agravar todo o contencioso de ontem.

A nossa reportagem, por isso mesmo, tem de ser algo de diferente, para mostrar ao leitor que não conhece Angola o palco em que se desenrolam os acontecimentos.

Parti de Lisboa com a incumbência do meu diretor de contar os incidentes numa história muito simples, de maneira que toda a gente a pudesse perceber facilmente e sem grande esforço. Vim animado dessa vontade, mas quando cheguei, vi logo que era impossível contar essa história em termos simples, em termos de relações do homem que dois primos mataram por uma questão e ciúmes e depois deu origem a uma rixa familiar.

Procurei apresentar os factos principais na primeira tentativa histórica que escrevi para ser apresentada no *Expresso* do último número, a qual saiu eivada

de gralhas e de saltos de linhas, dada a impossibilidade prática de conseguir um telex direto, daqui para Lisboa.

Vou agora adotar método diverso, até porque é impossível proceder a identificações em termos de linguagem matemática. Deixarei falar homens e casos com quem contactei. Ouvi centenas de testemunhos e colhi dezenas de impressões. Vou alinhavá-los para o leitor que tiver a paciência de me seguir, em jeitos de mesa-redonda em que transformei a cidade, podendo-lhe garantir que o que escrevo é rigorosamente exato. Na página dez publicarei um artigo de opinião, a minha opinião pessoal, discutível por conseguinte.

Na maioria dos casos, não apresentarei os homens pelo seu nome. Eles mo pediram e muitos cederam a falar comigo ou a trocarem impressões para ajudar o jornalista a perceber os problemas, acrescentando que não permitiriam os respetivos nomes em letra de imprensa. Outros calo-os eu, pois temo que os meus interlocutores possam vir a ser vítimas de represálias, não de negros, mas de brancos que começam por aí a agitar-se de mil e uma maneiras, embora bastante tradicionais em histórias do género.

O centro desta reportagem, ou melhor, o seu pretexto, são os famosos incidentes de Luanda, desencadeados pela morte do motorista de táxi, a que se haviam de seguir outras mortes: retaliação inicial sobre um bairro para vingar uma morte de que foram acusados (parece que injustamente) elementos negros da população. A colocação racial é evidente: foi morto um branco (António Salgado, motorista), aliás, segundo tudo leva a crer, por um outro branco, por uma questão de ciúmes. Grupos de brancos concentravam-se no Cazenga para se vingarem dos negros, atribuindo-lhes a morte supracitada. Há confusões. Há mortes, sendo os pretos as vítimas, perante a semipassividade da PSP: e sem reforços que, pedidos, não chegaram a tempo. Há incêndios de casas comerciais no musseque. Casas de brancos e pretos que partem à procura de segurança. Muito mais estes que aqueles. Os pretos continuam a ser grandes vítimas. Há pilhagens e roubos e mortes de crianças inocentes. 54 que deixaram a vida no Cazenga, segundo atestam os números oficiais. Os pretos mais amedrontados que nunca e os brancos honestos, o cidadão da rua não habituado às complicações do racismo nem identificado com uma política de domínio colonialista, que é como quem diz exploração do homem pelo homem, começa a pensar em abandonar Angola, onde se sente inseguro porque lhe dizem e instilam que o MPLA é racista, que os pretos lhes vão cortar a cabeça a todos.

Há quem diga que tudo foi preparado por racistas brancos que quiseram provocar um banho de sangue para dar uma lição aos pretos. Há quem diga que são as organizações guerrilheiras que provocaram os incidentes para chamar a atenção para os seus planos e pressionar as negociações. Há quem fale em guerrilha urbana e há quem, pura e simplesmente, fale em conflitos ráticos, surgidos pelo facto de uma raça pretender continuar a explorar a outra.

Como as 54 mortes não surgiram por geração espontânea, mas são o resultado de todo um processo histórico, vamos penetrar na teia, tentando desvendar os fios à meada.

Cenário de tragédia

O ambiente em Luanda a começar no dia 11 de julho de 1974, dia que o calendário se encarrega de unir aos anteriores, existindo como 11 porque foi precedido pelo dez em nexos absolutamente necessários, que, se na contagem é de temporalidade, na história é quase sempre de casualidade ou geração.

Luanda, vamos lá, é uma cidade grande, com cerca de 750 mil habitantes, prolongando-se por Angola fora, onde vivem para cima de cinco milhões e meio de pessoas. Na capital, mais de 400 mil são pretos, a viver sobretudo em cubatas, espécie de barracas, ganhando salários de fome. Muita fome ancestral a ombrear com o resto de Luanda do asfalto, de lindos prédios, montras elegantes, bonitas e arejadas ruas, esplanadas maravilhosas, automóveis de todas as marcas que se cruzam com damas e cavalheiros bem vestidos e crianças a quem nada falta: uma metrópole chique a trepidar de progresso. Uma metrópole branca a olhar de cima para o musseque negro. Uma metrópole branca com muita gente armada com arma de fogo.

“Convidaram-nos a entregar as armas, mas nós fizemos um valente manguito”, disse-me um motorista de táxi. Em situações de reação atabalhoada, mesmo que não intencional, a arma mata sem tino. É dos livros e da experiência quotidiana.

Mas Luanda enquadra-se em Angola de quem Santos e Castro¹⁸³ gostava de dizer em discursos inflamados de poder material impante: “Angola é imparável”.

¹⁸³ Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983), engenheiro agrónomo e político que foi alto-comissário e governador-geral de Angola entre outubro de 1972 e maio de 1974.

Simplesmente brancos e pretos (estes na sua maioria analfabetos) não estavam nem estão em condições de igualdade perante esta imparabilidade. A distribuição e produção das riquezas tem sido filha de um sistema socio-económico-político de natureza discriminadora que marginou a grande massa negra, criando condições para a sua união perante o explorador, este que, num segundo tempo, faz racismo pela sua ação. 600 mil brancos no território de Angola, mais coisa menos coisa, a que se juntarão uns milhares largos de pretos transformados em brancos, por psicologia, conveniência, assimilação ou adoção.

O verdadeiro inimigo

Dois movimentos guerrilheiros combatem para libertar o povo daquilo a que chamam o jugo do opressor, que a maioria das pessoas identifica com o branco, embora nem todo o branco o seja. Agostinho Neto, com o MPLA, movimento de libertação que consegue a adesão da maioria das massas citadinas (suburbanas), movimento agora a debater-se numa crise interna que o Congresso tentará superar. Três programas diários de rádio trazem de Brazzaville até Angola a tônica do movimento. Poucos serão os pretos que em Angola não ouvem o MPLA, que cada vez é mais escutado entre os brancos. «Nós somos contra a exploração do homem pelo homem», martela Agostinho Neto. “O nosso inimigo não é o povo português, mas sim o colonialismo”. E outros na mesma linha: “A exploração e as opressões coloniais constituem o maior flagelo para a grande maioria dos setores sociais da nossa população, e isso independentemente da sua origem rática, étnica ou nacional. A nação Angolana está em formação e todos os que lutam realmente contra o inimigo colonialista são objetivamente nacionais angolanos. O facto de resistir à colonização cimenta a nação em construção. Constitui um dever sagrado de todos os nacionais, independentemente da sua ideologia política, local de nascimento, sexo, origem racial ou étnica, da sua religião ou da nacionalidade dos seus antepassados, lutar pela construção de uma Angola definitivamente liberta do flagelo colonial.”

Do Zaire infiltra-se em Angola Holden Roberto, com certo potencial bélico, atualmente, segundo me dizem fontes militares portuguesas, superior ao do MPLA. É apoiado por Mobutu, seu cunhado, cujas flutuações seguirá. A FNLA de Holden Roberto é praticamente despida de conteúdo ideológico,

razão pela qual encontra fraca aderência nas populações entre as quais é estrangeiro em grande parte. Holden Roberto nada diz à maioria do angolano, significando, não raro, tribalismo e racismo. Muitos dos seus guerrilheiros não falam o português, mas o francês, o que já não acontece com o MPLA, profundamente implantado, por exemplo, nas zonas urbanas e suburbanas.

No Leste imperava a UNITA de Jonas Savimbi, que se especializou a combater o MPLA, tendo já concluído uma espécie de acordo com os militares portugueses, inclinando-se para discutir abertamente o problema do futuro de Angola através do jogo democrático cujas regras são as do referendo.

Certamente os leitores se recordam de o *Expresso* haver anunciado a publicação pela *Afrique-Asie* de um conjunto de cartas trocadas entre as autoridades militares portuguesas de Angola antes do 25 de Abril, que a serem autênticas provam insofismavelmente a colaboração deste com aquelas, ficando abalado o seu prestígio de guerrilheiro. Foi então título no *Expresso*: *Enquanto o MPLA confia em Agostinho Neto, já Savimbi confiava em Marcello Caetano*.

Os brancos, por sua vez, embora dominados por um apoliticismo que já vem de trás, vão assistindo ao nascer de um que outro partido político e observando alguns movimentos que surgem. Destes, o mais claro é o movimento Democrático de Angola, cujo ideário se identifica com o do MPLA. Podemos dizer, no entanto, que a força não é relativamente grande, dadas as restrições que os alvejam ou direta ou indiretamente.

Curioso se torna notar, por exemplo, que o MDAMLA (Movimento de Apoio aos Movimentos de Libertação de Angola) teve de mudar o nome por força de imposição oficial para MDIA (Movimento Democrático para a Independência de Angola). É o clima que se respira.

Fala-se muito por aqui numa organização branca extremista, de características racistas, por conseguinte. Fala-se e apontam-se nomes e menciona-se contactos com a África do Sul para pedir auxílio de armas. A África do Sul terá ficado na expectativa para ver no que paravam as modas. Mas não disse que não. Um grupo preparado para iniciar a contraguerrilha. Algumas autoridades portuguesas com quem conversei indignaram-se ao ouvir mencionar tal. Ninguém, até hoje, conseguiu provar a existência de semelhante grupo organizado, embora o autor destas linhas haja mantido uma conversa, já em tempos, com um dos aderentes daquilo a que o meu interlocutor chamou então o “Grupo dos Seiscentos”. Sei que esta minha informação será mal recebida por

muitas das autoridades locais e regionais, sobretudo aquelas que se referem em termos despidiendos à imprensa de Lisboa: “Vamos lá a ver agora se o *Expresso*, ao menos, põe as coisas no seu devido lugar.”

Mas o que acabei de relatar passou-se comigo e, nestas circunstâncias, não o posso calar. Assim como soube por pessoa que me merece toda a confiança, e disse-mo sabendo que eu publicaria, que apareceu em Luanda um indivíduo para fechar negócio de armas, incluindo bazucas, e desapareceu, misteriosamente, não se sabendo para onde. As autoridades das fronteiras ou aeroportos conhecem, também, a entrada ultimamente de pessoas suspeitas, algumas de nacionalidades estrangeiras, que aparecem nas ocasiões de conflitos. A Polícia Judiciária terá certamente a respetiva ficha. Algumas deslocando-se entre Moçambique e Angola.

Voltando, porém ao “Grupo dos Seiscentos”, lembro-me ainda de tal personalidade me ter dito: “Estamos mesmos dispostos a embrenharmo-nos no mato”, ao que eu ripostei: “Mas não terão chance nenhuma, dado que a primeira condição básica para uma luta do tipo guerrilha é o apoio das populações. E vocês são todos brancos, facilmente detetáveis, sem apoio entre elas”.

A resposta foi pronta: “O futuro é quem ditará a nossa conduta.”

Neste cenário de Angola e, mais concretamente, em Luanda, viemos deparar com três centros de decisão — que não raro se atropelavam: o Comando-Chefe, o Movimento das Forças Armadas e o governador-geral, que seguiu para a metrópole, ao que consta sem bilhete de volta. A nova reestruturação dos quadros pode trazer benefícios para uma máquina que necessita de andar para a frente a fim de impedir a paralisação das pessoas.

Nós e o inimigo

O 25 de Abril que triunfou na metrópole com características anticolonialistas, favorável ao diálogo com os movimentos de libertação, encontra-se, por força das circunstâncias, a atuar num terreno onde se continua a usar a linguagem bélica “nós e o inimigo”. E quem é este inimigo? São precisamente os movimentos de libertação e, no caso particular de Luanda, sobretudo o MPLA, aqui fortemente implantado nas consciências e a gozar de vastos apoios populares. Um passeio pelos musseques é suficiente para nos apercebermos de tal realidade: inscrições sem conta, VIVA O MPLA, GUIA DO POVO, colam-se às barracas que nem grude. Cartazes de saudação ao MPLA apareceram no

funeral das primeiras vítimas de cor e cartazes solidarizando-se com o seu povo martirizado.

Seguiam em silêncio nesse cortejo cerca de três mil elementos de cor, das Forças Armadas, num evidente gesto de solidariedade para com os seus irmãos de raça. (Manda a fidelidade na reportagem dizer que dísticos da FNLA também se fizeram ver, embora sem o número nem o significado do MPLA).

E é neste ambiente que responsáveis pela governação e altos postos militares continuam, pela força da conjuntura repito, a usarem a velha terminologia nós-e-o-inimigo.

Consideramos, agora, as linhas mestras do Movimento das Forças Armadas a tentarem sulcar e permear este *mare magnum* de confusões e contradições, este *mare magnum* de uma complexidade extrema onde se exigem mentalidades abertas ao futuro e com capacidade para compreender os problemas que se põem no presente. Direi, no entanto, que, pelo que me foi dado observar, o homem-velho no sentido das Escrituras encontra-se largamente implantado em postos de comando (entenda-se *comando* em sentido lato), com dificuldade extrema em ler na história a evolução irreversível e visível a curto prazo.

As populações desprovidas de esclarecimento político, e são a grande maioria, sentem-se perplexas. Fala-se do MPLA em termos de inimigo e, por outro lado, pressentem que o MPLA é o principal movimento do futuro de Angola e não falta quem o continue a apresentar como racista, como cortador de cabeças de brancos que os leva, a estes, a pensar numa fuga precipitada. Esclarecimentos a nível oficial não aparecem e muito menos na imprensa, onde, pode dizer-se, o 25 de Abril chegou apenas em poucos por cento.

Entretanto começa a haver contactos entre homens do MPLA e militares portugueses em Angola, contactos que não são revelados. À guisa de exemplo, posso dizer que estava eu nas instalações do comando-chefe a conversar com um oficial, este, homem novo, quando uma rapariga que se declarou do MPLA veio pedir salvo-conduto para se deslocar a Brazzaville. Ia assistir à reunião de líderes do MPLA, a fim de tentarem ultrapassar a crise interna que os impede de atuar com tanta eficácia.

Foi-me narrado também que algures, num destacamento do mato, se apresentaram dois guerrilheiros da FNLA. Vinham armados. Conversaram com os militares. Perguntaram se os outros guerrilheiros poderiam vir ali em número maior. Foi-lhes respondido que sim. Partiram depois para os seus acampa-

mentos, retomando as armas que haviam deixado à porta. São exemplos que nos levam a pensar que contactos se multiplicam por essa Angola fora no silêncio da vastidão.

Posto isto, à guisa de cenário longo para que o leitor possa enquadrar a mesa-redonda em que transformei a cidade e ouvir as gentes de cá cujas declarações recolhi na Luanda do asfalto e do musseque, da abundância e da miséria, vamos entrar na peça. Começo por dizer que estou hospedado num dos melhores hotéis da capital, o que tem importância para a história.

Uma peça sem intervalo

UM ADVOGADO EM VIAGEM DE NEGÓCIOS — É infame dizer-se que existe racismo em Angola. Tenho-a percorrido de norte a sul e nunca me apercebi da mais leve sombra. Nunca um preto me faltou ao respeito.

O JORNALISTA PARA UM DOS EMPREGADOS DO HOTEL — Costumam hospedar-se muitos pretos de Angola neste hotel?

EMPREGADO — (Olha-me como se eu viesse de outro planeta, com uma cara em ponto de interrogação e admiração ao mesmo tempo.) O quê? Pretos aqui? De Angola? Só ali o sr. dr. Pinheiro da Silva¹⁸⁴. (E apontou para o conhecido secretário de estado de Angola, nativo de Cabinda, que almoçava numa mesa vizinha.) Mas não. Pretos de Angola, aqui, não. É muito caro. Preto não tem massa para isto.

NA LIGA NACIONAL AFRICANA — Bem... o dr. Pinheiro da Silva. Talvez seja melhor ver os seus discursos, quando passou pelo governo a primeira vez precisamente, se não erro, no mandato de Silvério Marques. Veja esta passagem (Angola, 1962-66, Acção Governativa, 1.º vol., editado na imprensa Nacional de Angola, págs. 230-231):

“E assim desta arte, senhor Governador-Geral, creio que posso sentir-me à vontade em Angola em todos os aspectos, considerando mesmo a feição política, porque, nesta, eu não tenho outra que não se filie nas tradições nacionais. Independentemente das minhas próprias preferências de regime, tenho sido sempre e sê-lo-ei sempre um incondicional colaborador, um incondicional admirador de Salazar, não só de Salazar, mas de toda a sua obra. Chego quase a

¹⁸⁴ José Pinheiro da Silva (1924-2012) foi secretário provincial da Educação entre 1964 e 1971.

parecer um fanático, chego quase a considerar-me no tocante à obra e à personalidade de Salazar alguém destituído de espírito crítico. Mas não sou. Só que as obras como as personalidades não podem ser apreciadas senão no conjunto e esse conjunto terá, necessariamente, de englobar os próprios colaboradores”.

INTERROGANDO UMA EMPREGADA BANCÁRIA — Acha que os pretos são tratados em pé de igualdade connosco?

EMPREGADA — Em Luanda, aliás pouco saio daqui, não. Mas não escreva o meu nome. Na minha empresa, ainda há dias fomos aumentados. Acontece que há pretos da mesma categoria dos brancos, fazendo os mesmos serviços. Mas só os brancos foram aumentados. Não sei como é que o patrão acabou por resolver o problema, pois eles já aí andam a trabalhar outra vez.

JORNALISTA — E os brancos não se solidarizaram com os seus colegas?

EMPREGADA — Não. Parece-me que não. (A cara da senhora exprimia fisionomicamente a possibilidade inesperada de atenção sobre um problema que nunca havia considerado.) São pretos, sabe?

PANFLETO EXTREMISTA — (Numa das ruas principais da cidade encontro um panfleto amarrotado. Desdobro e leio.)

“Como se vende Angola”, era o título. Depois o texto:

“A — O que está feito:

1. Greves, protestos, agitação!
2. Acusações aos extremistas brancos!
3. Desautorização daqueles que mais têm lutado por Angola!
4. Extinção da polícia de informação militar!

B — O que se segue:

1. Extinção da OPVDCA?!
2. Extinção dos “Flechas”?
3. Desarmamento total da população?!
4. O MPLA no governo?!

Até onde irão os comunistas do governo de Lisboa? Até onde os deixarmos! É tempo de dizer não!”

Ao fundo as iniciais: FRA.

NA POLÍCIA — Brancos armados, devem ser cerca de 40 mil. Que a gente saiba.

JORNALISTA — E pretos?

Polícia — Bem, também há muitos, mas menos. Não conseguimos controlar porque podem roubar as armas.

JORNALISTA — Nestes dias as pessoas foram convidadas a entregar as armas.

TAXISTA — Sim, convidaram-nas. Mas, cá por mim, fiz-lhes um valente manguito. Deixam andar esta pretalhada à solta, agora que os dominem. Rédea curta é o que eles precisam. Eu cá entendo que as coisas deviam ser assim: dar-lhes o mesmo nível de vida que os brancos, que também não está certo que eles vivam como vivem. Pagar-lhes bem, mas nunca os deixar chegar ao governo, senão está tudo estragado.

JORNALISTA — O comerciante do musseque é um dos elementos de tensão permanente no meio. Não se diga apenas que os pretos os assaltam continuamente. É verdade que há muitos assaltos, praticados por uma população que vive, em geral, na extrema penúria. Mas quanto à especulação de que são vítimas os musseques, onde inclusivamente água não existe na maioria dos lugares e esta é cedida pelos comerciantes a troco de dinheiro, campeia o reino do desenfreamento perante a passividade das autoridades. Compreende-se que no ano da graça de 1974, depois de cerca de quinhentos anos de maravilhosa civilização cristã que deu novos mundos ao mundo nos dizeres tradicionais, exista um aglomerado populacional de cerca de 500 mil almas sem água, dependendo dos comerciantes, que certamente não foram para ali para fazer beneficência? Pertence à autoridade criar condições públicas de desenvolvimento são. Essas condições foram desenvolvidas em boa parte no setor ou zona branca. Porque não nos musseques?

Recuemos aos anos 63. Deambulava eu então por estas terras de África onde imperava o poder luso. Mais despótico então. Um governador de distrito recebeu-me e comigo cavaqueou descontraidamente. Às tantas, desferi-lhe à queima-roupa: estive hoje com o diretor da escola, que me disse que as instalações escolares são pequenas para tamanho afluxo de alunos. Há dificuldades na sua ampliação?

GOVERNADOR — Bem, o senhor não é daqui e, por isso, não compreende determinados pormenores: temos de dar instrução a esta gente, mas muito devagar, senão viram-se contra nós.

MPLA — Os chefes só são chefes quando as massas querem que o sejam; e as massas querem-nos quando os chefes as sabem dirigir. A exploração e a opressão coloniais constituem o maior flagelo para a grande maioria dos setores sociais da nossa população.

MPLA (Revolta Ativa) — A arma mais preciosa para combater a dominação colonial que persiste em prevalecer sob outra forma no nosso país, reside na constituição urgente da mais Vasta Frente Unida para a Independência de Angola, integrada por todos os que em Angola lutam efetivamente pela independência e na qual cada membro, indivíduo ou organização, seja realmente livre de bater-se por uma Angola livre, unida, democrática, próspera e africana.

NA LIGA NACIONAL AFRICANA — Repare: andam para aí a querer fazer acreditar que os incidentes no Cazenga foram desencadeados pelos movimentos de libertação. No entanto, foram apanhados brancos a incitar à revolta. Sabe-se que o taxista foi morto por um branco, ou pelo menos há fortes razões para crer em tal. Foram avisados o governo-geral e o comando-chefe que se preparava uma retaliação sobre os negros nessa tarde. Descuraram-se as medidas para tal evitar. As medidas eficazes, claro, não digo meias-medidas deixando-se apenas efetivos da PSP. Permite-se que taxistas, camionistas e outros se manifestem em frente do governo-geral quando tais manifestações são proibidas, em contraste com o que acontece no dia seguinte connosco, os negros. Os negros no Cazenga são espancados barbaramente. E alguns mortos. Note bem: os negros. Depois ainda há quem se atreva a dizer que foi o MPLA quem tudo organizou. É ter os olhos cegos. É não querer ver o ódio rácico que se acumula em determinadas pessoas contra nós, instigadas por gente que nos explora há séculos contra a qual vamos opondo a resistência que nos é possível. Brada aos céus meter o MPLA nesta desgraça. Veja como a nossa gente vive aterrorizada, com medo de apanhar um tiro. Houve carros que passavam a grande velocidade e disparavam. Foi visto, por exemplo, um Citroën ID.

Uma cidade transformada em mesa-redonda

PROVÍNCIA DE ANGOLA DE 24 — Os agitadores urbanos continuam a atuar nas zonas urbanas. Por razões que desconhecemos, cometem as proezas com efeitos perniciosos, desaparecendo sem que alguém lhes ponha a mão sobre os ombros. Ontem à tarde, cerca das 14 e 45 horas, dois europeus apresentaram-se na engraxadoria da Mutamba. Junto à tabacaria. Interrogaram os

rapazes que ali trabalham. Certo. A determinada altura, a conversa azedou e não houve incidente porque o telefone para a polícia não funcionou...

Os ativistas incitaram os “graxas” a que cortassem a cabeça ao seu patrão. Foi tudo muito rápido e, como referimos, o telefone da tabacaria junto à engraxadoria, não conseguiu ligação para a Primeira Esquadra. Foram-se embora deixando atrás de si a preocupação, até mesmo para os rapazes, que mal se aperceberam da intenção dos brancos...

CONVERSANDO COM GENTE BRANCA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA — Antigamente falava-se por aí em portugalidade com orgulho e ai de quem dissesse alguma coisa contra. Agora os fervorosos da portugalidade não querem ouvir falar em Portugal, porque dizem ou pensam que todos os males vêm de Lisboa.

IMPRENSA LOCAL — O tom da imprensa de Luanda afina, via de regra, pelo mesmo diapasão: mostrar que em Portugal a vida é um caos. Foi entretanto suspenso, parece que por falta de papel, o *Comércio*, órgão, segundo me disseram, dos mais pluralistas da capital. Consta que vai ser dirigido pelo conhecido jornalista José Manuel Pereira da Costa que, a ser verdade, deixará de exercer as funções de diretor interino do *Diário de Luanda*, cuja empresa proprietária era a mesma da falecida *Época* de Lisboa. José Manuel Pereira da Costa, como é sabido, foi presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas no tempo de Salazar e ocupou cargos de responsabilidade na chefia da redação do *Diário de Notícias*, de Lisboa, de onde transitou para Angola. O *Comércio* depende do grupo Champalimaud. Raposo de Magalhães fez do último número um panfleto contra a presença da comissão de inquérito enviada de Lisboa.

UM TAXISTA — Dizem que fomos nós quem desencadeou as histórias do Cazenga. É verdade que foi morto um nosso colega. É verdade, também, que três dias antes um outro havia sido roubado e balearam-lhe o carro. Manifestámo-nos em frente do governo-geral a pedir providências. É verdade que eu ouvi dizer a alguns que era preciso ir ao Cazenga e incendiá-lo. Mas à hora a que aconteceram as mortes, estávamos quase todos no Sindicato, portanto não é justo que sejamos nós os culpados.

UM ELEMENTO DAS FORÇAS ARMADAS — Os taxistas são um ótimo rastilho para espoletar conteúdos políticos que os transcendem. Podem

ser manejados sem darem por isso, servindo-se os outros das suas raivas para agirem a coberto.

JORNALISTA — Na sua opinião, comandante, tratou-se duma guerrilha urbana ou suburbana?

COMANDANTE — Inclino-me mais para conflitos ráticos. Não vejo realizadas as condições de uma guerrilha, embora aparecessem por lá panfletos do MPLA e da FNLA. Foram presos, inclusive, alguns indivíduos que não falavam o português. Alguns falavam o francês, língua muito praticada pelos guerrilheiros da FNLA.

PERSONALIDADE POLÍTICA DE RELEVÓ — Embora se não tenha tratado de uma guerrilha urbana propriamente dita, houve toda uma ambiência de guerrilha de que os movimentos emancipalistas se souberam aproveitar e souberam desencadear. A guerrilha explora as motivações em seu favor e sabe, perfeitamente, que o terreno taxei-ro é elemento próprio.

JORNALISTA — Mas sabia também que o presumível branco ia matar o motorista? Já se sabe quem o matou para poder avançar planos e conjeturas mais fundamentais?

PERSONALIDADE POLÍTICA — Ainda se não conhece. Desconfia-se apenas. Repare no plano: semeia-se o terror nos subúrbios. Incita-se a população a incendiar a loja do comerciante que os abastece. As populações não têm onde comprar géneros nem onde se abastecer de água. São uma massa enorme. Espera-se que, esfaimada, avance sobre a cidade e então poderia acontecer uma carnificina. Já viu o que isso era?

JORNALISTA — Sim, ao nível da imaginação. Mas também podemos pensar noutra hipótese que até os guerrilheiros terão previsto, já que a tática do inimigo, bem como o lançamento de contratáticas de conquista de populações, deve ser pensado em guerra, com cabeça. Repare: eu, que nunca fui guerrilheiro, surge-me, agora, de repente: semeia-se o pânico, não há víveres, não há água, o governo, que pode dispor de meios como ninguém e, num instante, mobilizá-los, decreta que os subúrbios sejam abastecidos por meios extraordinários, fornecendo os alimentos de primeira necessidade a preços mais baixos, já que não acredito que em tal operação o governo vá especular com o quilo de açúcar ou com o litro de água. Depois combina com as grandes empresas que abastecem o mercado e inclusive que se preparam, num segundo tempo, mediante rede apropriada, para proverem às necessidades de toda aquela gente.

O governo sai prestigiado de toda esta operação e a tal guerrilha resultou em dano dos movimentos de libertação. Não me parece que eles, habituados como estão a situações do género, hajam pensado que o governo cruzava as mãos ante uma situação de alta de fome perante a qual só usaria a metralhadora.

PERSONALIDADE POLÍTICA — Cada qual interpreta as coisas à sua maneira.

JORNALISTA — O que me parece necessário é procurar todas as maneiras possíveis de interpretar a realidade sempre que se trate de fazer conjecturas. Acontece que, na realidade, o governo procedeu como descrevi acima e, segundo me consta, está em contacto com grandes empresas para que estas criem as suas redes de distribuição no musseque.

ALFERES MILICIANO EM PATRULHAMENTO — Quem dera! Desaparecia um dos elementos de maior tensão no musseque, que é o comerciante.

UM OUTRO TAXISTA — Ponho entre aspas a frase, pois tive o cuidado de interrogar este homem por mais de uma vez, e por mais de uma vez me repetiu o mesmo: “Mataram aí um colega meu. Nós juntámo-nos. Nós, não é bem assim, que eu não. Os taxistas e os comerciantes dos musseques juntaram-se e começaram a dizer: vamos incendiar tudo...”

AMBIENTES GOVERNAMENTAIS — Para os ambientes governamentais de Angola houve a tentativa de instalar uma guerrilha suburbana. Silvino Silvério Marques afirmou mesmo que se trata de guerrilha urbana. Que a FNLA não se quer atrasar em relação ao MPLA, para quem vão as preferências das populações nos musseques. Aparentemente a situação está controlada, mas só aparentemente. Por outro lado, Agostinho Neto quer mostrar aos seus rivais do MPLA que constituem a Revolta Ativa, grupo de que fazem parte nomes como Mário de Andrade, Eduardo Santos, Castro Lobo e outros, que ele ainda é o verdadeiro líder.

UM COMUNICADO DA “REVOLTA ATIVA” — O regime colonial atual põe as suas esperanças na criação de uma infinidade de chefes, partidos e organizações intolerantes que se disputam ferozmente o poder. Espera, assim, conseguir a divisão da nação, para asfixiar-nos por meio de alianças oportunistas com uns e com outros, como nos primeiros tempos da ocupação colonial. Espera reduzir a nossa luta a um simples e inútil debate político, entrando assim a constituição de uma poderosa aliança entre as forças armadas

patrióticas, arma efetiva para fazer recuar, uma vez mais, a obstinação opressiva e exploradora do colonialismo.

UM ENGENHEIRO QUE HÁ POUCO COMEÇOU A INSTALAR UMA INDÚSTRIA E POUCO DADO A POLÍTICA — Comecei, agora, a minha fábrica e não sei o que vai ser. Ninguém nos elucida e ninguém nos diz para onde vamos caminhar. Querem estrangular isto? O que está a funcionar, funciona por inércia. Correm os boatos mais alarmantes. Ouço-os todos os dias por todos os lados. Bem sei que a maior parte são boatos, mas geram um clima. Temos, ou melhor, tem o governo que definir com clareza a política que vai seguir, se não quiser deixar Angola de rastos. A independência que parece que vem aí considera os nossos interesses? Não vão os pretos correr-nos? O setor da construção civil é um exemplo típico. Está praticamente tudo paralisado e os prédios que ainda se estão a construir é porque os contratos já haviam sido celebrados.

JORNALISTA DE LUANDA — Acredito que cerca de 20 por cento da população branca abandone definitivamente Angola. São pessoas que ainda não estão radicadas. Mas as outras ficarão. Concordo também que a indefinição política em que estamos a viver e a falta de esclarecimento das populações de que se aproveitam os extremistas para as manobrar em prol dos seus interesses, está a contribuir para um enorme clima de instabilidade. Estivemos 50 dias sem governo. É nomeado um governador-geral. Quando estava a ultimar a formação do seu governo, é chamado a Lisboa e parece que não volta. Depois o 25 de Abril não assentou arraiais em Angola. Temos as mesmas pessoas e as mesmas estruturas. Quem paga as favas é naturalmente o povo e mais fortemente o menos esclarecido. Quanto à existência dessa Força Racista branca de que tanto se fala, pois acredito que ela exista. Provas concretas? Frutos e sintomas.

PERSONALIDADE POLÍTICA — Não creio na existência de tal força branca enquanto grupo, embora admita perfeitamente a existência de indivíduos que tal desejam e manobrem nesse sentido.

NO COMANDO-CHEFE — Não conhecemos, mas estamos atentos. E serão expulsos tais indivíduos de Angola, aliás de acordo com a legislação em vigor.

PERSONALIDADE POLÍTICA — Quero frisar-lhe o seguinte, a propósito da tal Força Branca: ela não existe enquanto grupo. Disso estou conven-

cido. Mas, se se criar em Angola o clima de que o governo a vai abandonar à mercê dos movimentos emancipalistas, é mais natural que a outra etnia que se sente ameaçada, se organize. E repare que se estão a cometer por aí muitas injustiças: morreu vitimado por um ataque cardíaco um homem que prestou mais serviços à nação que a maioria dos nove milhões. Morreu de desgosto. Refiro-me ao inspetor São José Lopes da DGS. Agora querem pôr na rua ou no desemprego 1300 funcionários da DGS que mais não fizeram que cumprir o seu dever... Assim não vamos lá...

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA — Ainda não foi desmontado entre nós o aparelho repressivo do estado fascista. Por outro lado, no que nos diz respeito, estamos praticamente boicotados nos órgãos de informação. Para esclarecer as populações quanto aos nossos objetivos, temos de nos socorrer de panfletos, o que não é agradável, até porque as casas impressoras têm receio de os imprimir.

JORNALISTA — Qual o vosso tipo de atuação primordial?

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA — Não é um apenas. O nosso ideário é convergente com o do MPLA, como já lhe dissemos. Não somos um partido, mas um movimento. Lutamos, com todas as forças, para a democratização de Angola, que só se obtém pela libertação do colonialismo, libertação essa que só pode acontecer com a independência. Sabemos realmente que a população está pouco esclarecida. Os órgãos de informação não ajudam. Teme-se uma independência.

JORNALISTA — E quanto aos acontecimentos dos musseques que causaram 54 mortes e cerca de duas centenas de feridos?

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA — Nós julgámo-los tão importantes e tão sintomáticos de um estado de coisas que estamos a preparar um relatório minucioso que será publicado. É o Bobela da Mota¹⁸⁵ quem está encarregado de o redigir. Isto para além de o entregarmos à Comissão de Inquérito que veio de Lisboa.

JORNALISTA — Esta Comissão de Inquérito que veio de Lisboa recebe, normalmente, no Comando Naval e é formada pelos seguintes elementos: coronel Cardoso da aeronáutica, capitão de mar-e-guerra Ramos Rocha, major Figueira, dr. juiz Gouveia e juiz Pereira de Castro. Tem recebido pessoas da

¹⁸⁵ Alfredo Bobela-Motta (1905-1978), jornalista e escritor.

mais diversa proveniência, sendo a sua ação caracterizada por isenção na procura da verdade. Quais as principais modificações operadas em Angola, depois do 25 de Abril, pergunto eu ao MDA?

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA — Sem termos em conta as que resultam da constituição da Junta Militar cujas funções para nós, hoje, ainda não são claras, houve a libertação dos presos políticos e descompressão quanto à repressão. As pessoas deixaram de ter medo da Pide. Quanto às equipas que têm governado e por essa Angola detêm os postos de administração, ainda não houve qualquer espécie de saneamento. Além disso, as manifestações públicas continuam a ser proibidas e os comícios controlados.

JORNALISTA — Qual é a vossa posição quanto a um possível referendo?

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO — Somos contra o referendo se com ele se quer saber se vamos ou não para a independência. A independência considerámo-la um direito natural dos povos que não se referenda. Para que o plebiscito fosse válido e autêntico, seria necessário alterar as estruturas coloniais e, uma vez alteradas, já o plebiscito seria inútil pois que essa alteração substancial é a independência.

ELEMENTO POLÍTICO — Se a população branca tiver a sensação de que a deixam abandonada, poderá organizar-se e a guerra civil ser um facto.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO — Temos uma boa parte da população branca connosco, mesmo daquela que não adere explicitamente ao nosso movimento nem comunga do nosso ideário total. Há outros movimentos que no capítulo da independência pensam como nós. Guerra civil? Não nos parece. A não ser que as autoridades não estejam suficientemente vigilantes e alerta e deixem que grupos racistas se armem.

Diário de Notícias, 21 de novembro de 1974, p. 7-8

Angola na hora da descolonização (1)

Uma reação em moldes diferentes

Manuel Beça Múrias

Utilizando o avião, o *jeep* e o helicóptero, um enviado especial do *Diário de Notícias*, graças à cooperação do presidente da Junta Governativa de Angola, do seu secretário de estado da Comunicação Social e dos militares em geral, bem como dos chefes dos diversos movimentos, percorreu, além da capital, vários pontos do estado, que entrou convulsivamente em nova fase do seu processo de descolonização. Este artigo é o primeiro de uma pequena série com que o jornalista remata as reportagens já enviadas de Luanda e Cabinda.

Acabada — ou suspensa — a guerra em Angola, os três movimentos combatentes saíram da clandestinidade e abriram, em Luanda, os seus escritórios, para enveredar pela luta política. Nem a FNLA, sem dúvida aquele que possui o aparelho militar mais forte, nem o MPLA ou a UNITA consideram os seus quartéis-generais políticos na capital angolana mais do que *delegações*. As sedes, propriamente ditas, só serão transferidas para Luanda quando, formando uma frente comum, os movimentos tiverem suficiente confiança uns nos outros, no governo português e na população local, de modo a que Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA) possam circular nas ruas de Luanda sem receio de receberem um tiro pelas costas. Para já, a FNLA continua em Kinshasa, no Zaire, o MPLA instalou a sede central algures no interior de Angola, como acontecia já com a UNITA. Por outro lado, nenhum dos movimentos abandonou ainda as posições militares que conseguiram ocupar ao longo dos anos de guerrilha. O MPLA, por exemplo, desenvolve grande atividade de doutrinação, promoção político-social, educativa e militar nas suas zonas libertadas, quer em Cabinda quer no interior de Angola. A UNITA está a fazer o mesmo, enquanto a FNLA desenvolve, em Luanda, intensa campanha de recrutamento, sendo os jovens aderentes enviados para treino político-militar no Congo-Brazzaville.

O Exército português, por seu turno, está a reagrupar as suas forças, alargando bastante a malha de ocupação territorial, de modo a evitar a proliferação de destacamentos isolados. Já não há necessidade de tentar cortar as vias de reabastecimento e de acesso junto das fronteiras, para além das quais se acoitavam os santuários dos nacionalistas. O ambiente político-militar fora de Luanda é, efetivamente, de tréguas, não de cessar-fogo. Visitei uma importante posição militar portuguesa nos Dembos e, lá, o comandante explicou-me precisamente isto mesmo: que está rodeado de companhias da FNLA, as quais controlam vários milhares de negros, que continuam, nas matas, sem qualquer *controle* por parte das autoridades portuguesas; e tal como acontecia na área desde 1961. Os comandantes da FNLA visitam, regularmente, o acampamento militar, depositando, primeiramente, as suas armas numa sanzala dos Grupos Especiais que se abriga à sombra protetora dos pavilhões pré-fabricados do batalhão. As posições relativas são idênticas às que precediam o cessar-fogo, com a grande diferença de as metralhadoras estarem cobertas e de, ocasionalmente, a tropa ser solicitada a prestar auxílio a um doente ou a satisfazer alguma ocorrência grave, mas sem nunca penetrar nas áreas libertadas.

Formas diversas de contacto

Nas regiões de predomínio político-militar dos outros partidos, o MPLA e a UNITA, a convivência entre o exército e os guerrilheiros e militantes é mais íntima. Veja-se o que aconteceu em Cabinda, a 2 de novembro, em que foi precisamente uma ação conjunta do MPLA e das tropas comandadas por jovens oficiais progressistas que expulsou a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) das ruas da capital do distrito, por onde se passou impune armada, e exigiu a substituição do governador e comandante do setor. Posteriormente, os acontecimentos vieram a provar o carácter reacionário da FLEC, que pretende separar o enclave do território de Angola e para tal utiliza armas modernas (fornecidas por quem?) e mercenários brancos. Segundo o MPLA, estas manobras são fomentadas por imperialistas gulosos, que desejam controlar a imensa riqueza da plataforma continental do enclave — o petróleo.

Quanto à UNITA, as suas relações com as populações e os militares do Leste são amistosas, o que, aliás, falta saber se é novidade, pois muita gente continua a considerar este partido, apesar da sua capa pró-chinesa, como aquele que mantinha entendimentos com o governo colonial fascista, coisa que os seus *leaders* desmentem indignados, conforme ontem disse aqui.

No xadrez político-militar de Angola, a FNLA é a força, o MPLA a democracia popular, mas a UNITA continua a ser uma grande interrogação, o que, na dúvida, leva os brancos profundamente reacionários a dar-lhes o seu apoio, numa união de extremos que pode mudar a lei do inédito...

Uma série de “coincidências”

Instalados os movimentos em Luanda, sem que antes tivesse sido garantido o seu desejo *sincero* de formar uma plataforma de negociação para entrar num governo provisório, a capital angolana começou a viver uma época de profunda instabilidade, com especial incidência nos musseques, nas não apenas aqui. Os bairros suburbanos, de que nos falou Luandino Vieira e Sara Maldoror, passaram a ser infestados por desordeiros de grupos marginais que se dizem simpatizantes do MPLA. O chefe da delegação deste partido, Lúcio Lara, personalidade aliás bem conhecida dos meios progressistas lisboetas, negou sempre tais acusações, chamando a atenção para o facto insólito que seria o de um movimento de libertação que, querendo enveredar pela agitação urbana, ao mesmo tempo identificasse como seus os militantes postos ao serviço de tarefa tão nefanda... A FNLA, por seu turno, logo após a entrada em Luanda, não perdeu uma oportunidade de lançar sobre o MPLA e o governo a responsabilidade de tais atos, enquanto se assistia ao fenómeno curioso que é o de a população branca acorrer a pedir a proteção da gente de Holden Roberto, esquecida já de que, em 1961, foi precisamente este movimento que abriu as hostilidades em Angola, massacrando quanto à sua frente lhe aparecia e não era de pele pelo menos tão negra como a das suas hordas. Paralelamente, na cidade do asfalto, através da imprensa e do boato, era lançada uma campanha de descrédito da Junta Governativa, que aumentou de tom quando, em Lisboa, foram postos a circular boatos de que Rosa Coutinho estava prestes a ser “despedido”, o que aliás foi desmentido pelo próprio e pelo conselheiro de estado capitão Vasco Lourenço, entretanto chegado a Angola com uma delegação do MFA, aparentemente por motivos que nada tinham a ver com toda esta questão. Para engrossar o lote de “coincidências” estranhas, rebentam os acontecimentos em Cabinda... e é então que Rosa Coutinho decide ordenar às suas tropas, não só que disparassem *sem aviso* sobre sabotadores e incendiários, como, em Cabinda, lança uma operação de “comandos” que desaloja os reacio-

nários, fugindo estes para o Congo-Brazzaville, onde o governo os prende e devolve os 20 reféns portugueses...

Como se tudo isto não bastasse, e já no início desta semana, o almirante Rosa Coutinho anunciou a prisão de três figuras dominantes dos meios económicos luandenses, membros, aliás, de um grupo de pressão colonialista que já no tempo de Marcelo era considerado reaccionário... Recai sobre tais elementos a suspeita de praticarem a sabotagem económica.

Defesa da posição de classe dominante

Em duas conferências de imprensa sucessivas, o corajoso presidente da Junta Governativa faz frente a tais manobras, que denunciou, com maior ou menor clareza, consoante lho permitem as provas já acumuladas e, talvez, até a necessidade de manter uma certa prudência verbal, numa altura em que, em diversos locais do mundo, enviados de Lisboa (ou *a Lisboa*) renovam os seus esforços para conseguir entendimento entre os movimentos de libertação. Mas vai dizendo que a *reação*, em termos *angolanos*, não tem necessariamente uma cor política. É, antes de mais, uma campanha de indivíduos que procuram desesperadamente conservar os privilégios que o colonial-fascismo lhes facilitou.

Desta afirmação pode-se concluir, sem grande risco, que os reaccionários angolanos estariam dispostos a assumir os factos imaginários, a subvencionar todas as campanhas por mais sinistras, desde que fosse acesa perante os seus olhos uma luz de esperança na continuidade da sua presença à frente da classe dominadora e exploradora do povo de Angola.

Diário de Notícias, 22 de novembro de 1974, p. 7-8

Angola na hora da descolonização (2)

Que pretende a FNLA

Manuel Beça Múrias

Luanda — Depois do 25 de Abril, dizer-se que Angola constituía um caso especial tornou-se um lugar comum — e tantas vezes foi repetido que ainda não se cuidou de fazer uma crítica séria ao processo de descolonização previsto para o imenso estado, partindo do princípio, talvez, que ele contemplava essa *especialidade*. Acontece, porém, que a realidade já provou que esse processo está largamente ultrapassado e que deve ser substituído por fórmulas mais dinâmicas de aplicação do espírito do programa do Movimento das Forças Armadas.

É evidente que um aumentar da cadência no ritmo da descolonização antes mesmo de começar a verificar-se na prática, e não passando, ainda, de convicção que se apercebe no espírito de alguns responsáveis, foi motivo bastante para que fosse montada uma ponte reacionária, com os seus principais pilares em Angola, mas com outros apoios firmemente implantados no exterior da colónia.

Será difícil provar as cumplicidades tecidas e denunciar claramente os responsáveis por estas manobras — mas parece-me evidente que as forças reacionárias, face à coragem demonstrada pelo almirante Rosa Coutinho e pelos seus colaboradores, estão apostadas em destruir a sua imagem, e convencer Lisboa e o povo angolano de que, na sua função de árbitro, está a fazer batota ou a apitar mal. (Isto para utilizar as imagens utilizadas ainda há dias na minha presença pelo presidente da Junta Governativa.)

A acusação básica é a de que a Junta Governativa está disposta a entregar Angola ao MPLA. Os reacionários, olhando para a Guiné-Bissau e para Moçambique, onde os partidos-irmãos do MPLA subiram ao Poder e presidem aos destinos do povo em estreita colaboração e no melhor entendimento com o governo português, concluíram que o almirante Rosa Coutinho estava prestes a lançar Angola nos braços de Agostinho Neto.

Tal afirmação gratuita que ouvi, com maior ou menor clareza, várias vezes formulada em Luanda, pelos colonos brancos, mas não só, serve de móbil às forças reacionárias para lançar uma campanha de descrédito e de subversão e a um tempo de tentar impor figuras mais moldáveis aos seus desígnios à testa da Junta Governativa e ao mesmo tempo desacreditar e procurar dismantlar o MPLA. Isto é, acusando as autoridades de favoritismo em relação ao MPLA, pretendem os reacionários e os oportunistas e racistas (brancos e negros) criar condições difíceis à vida daquele partido e instituir situações preferenciais, agora sim, mas para eles próprios...

A tentativa da FLEC em Cabinda, as greves dos camionistas em Luanda e outras paralisações de trabalho com características “selvagens”, a onda de boatos, difamações e insultos, os bárbaros atentados contra vidas e pessoas nos musseques por indivíduos que se fazem passar por militantes do MPLA, a “notícia” sabidamente explorada da substituição do almirante Rosa Coutinho estariam assim integrados num todo que havia de culminar no dia 15 com um comunicado da FNLA, transmitido pela Rádio de Kinshasa e que o partido de Holden Roberto tentou sem êxito fazer publicar nos órgãos de informação de Luanda, no dia 16.

Posições contraditórias

A esse documento referir-me-ei mais adiante, mas, para melhor o entender, é necessário fazer a análise das últimas posições políticas assumidas pela FNLA, após a abertura em Luanda da sua delegação.

Tal como Hendrick Vaal Neto declarou ao *Diário de Notícias* em Luanda (edição de 16-11-74), o partido considera urgente o estabelecimento de uma frente comum de negociação com o governo português — mas rejeita essa frente sem a presença de um MPLA unificado. Só um milagre diplomático poderá fazer com que os dissidentes do MPLA, nomeadamente Chipenda, que até já se declarou disposto a retomar as hostilidades e introduziu recentemente um grupo armado no interior de Angola, para cometer descalços em Dalatando (entrevista de Lúcio Lara ao *Diário de Notícias* em 14-11-74), se acolham à presidência única de Agostinho Neto (veja-se a mesma entrevista, onde Lúcio Lara declara que Chipenda se excluiu a si próprio do movimento). E a FNLA não ignora esse facto, nem tão-pouco que a posição portuguesa é a de reconhecer Agostinho Neto enquanto chefe democraticamente eleito e considerar

as cisões como questões internas dos partidos (declarações de Vasco Lourenço ao *Diário de Notícias*, em 18-11-74, confirmadas anteontem em entrevista à Radiotelevisão Portuguesa).

Quanto à situação de instabilidade que se vive em Luanda, a FNLA (veja-se a entrevista já citada de Vaal Neto) considera que os movimentos, dada a sua experiência de catorze anos de luta clandestina, têm a capacidade de detectar determinados fenómenos que escapam à observação das polícias, mas em contrapartida define como pertencendo ao governo português a manutenção da ordem e rejeita a sua obrigação de tomar qualquer iniciativa para denunciar os culpados da agitação suburbana, culpados esses que insinua a todo o momento ser o MPLA. Mas a verdade é que a FNLA passeia por Luanda os seus militantes armados, em evidente desafio aos acordos estabelecidos, motiva as populações para que solicitem o auxílio dos seus soldados negros impecavelmente uniformizados e bem armados... (O MPLA, conforme noticiámos ontem, organizou milícias que agarraram alguns agitadores e os entregaram às autoridades, fazendo prova, pelo menos, de que não eram seus militantes).

O “documento” da FNLA

Quando, na capital angolana, se procurava fazer a interpretação fria de tais posições, em conjugação com os factos que se iam desenrolando, mas precisamente num momento em que a insegurança nas ruas, devido à ordem de atirar sem aviso dada aos militares, parecia querer decrescer, a FNLA leu, através da Rádio de Kinshasa, e pretendeu publicar nos jornais de Luanda, o tal comunicado de teor altamente insultuoso para com as autoridades portuguesas em Angola, que acusavam de estar a trabalhar para entregar a colónia ao “imperialismo internacional”.

Numa linguagem digna do mais apurado redator do *Bandarra*¹⁸⁶, a proclamação da FNLA punha como alternativa para a guerra civil o total bloqueio à ação da Junta Governativa, pois “correr com eles para Lisboa é assegurar o direito do povo a dirigir os seus próprios destinos e vitória, pois só isso poderá ser chamado propriamente libertação. (...) O sangue derramado pelos nossos irmãos negros e brancos, desde o dia 15 de março de 1961, não pode ter sido em vão, mas, se foram já ultrapassadas as maiores veleidades por parte de

¹⁸⁶ Revista do Porto que se destacou pelos ataques ao processo de descolonização.

personalidades que não reconhecemos como dirigentes de Angola no pleno uso dos seus direitos”, afirmava ainda o documento, no que podia ser entendido como um desejo de contactar diretamente com o governo de Lisboa. E, num apelo à “maioria silenciosa”:

“Soldado angolano, funcionário público, comerciante, industrial, agricultor, intelectual — oferecemos-te os caminhos da paz e da justiça, pois a guerra civil é um terrível monstro que nos querem impor; é essencial para tanto que te apresentes de coração aberto para melhor poderes aceitar a responsabilidade a que o momento presente te obriga.”

São conhecidas as tendências do setor económico de Angola — lembre-se que algumas das suas figuras foram trazidas para Caxias, por suspeita de sabotagem económica do processo de descolonização. Pois também a alta finança é contemplada no documento com um apelo alarmista:

“O setor económico sabe que tem a destruição pela frente, conduzida por homens que são dirigidos pelo imperial-socialismo e por parcelas de movimentos que o povo não reconhece...”.

Este documento, de cujo conteúdo foram informados os dirigentes dos principais movimentos e partidos angolanos, era de tal forma inesperado que as autoridades começaram por duvidar dele, e consideraram-no apócrifo. Mas, posteriormente, foi confirmado pela delegação da FNLA em Luanda, cujos dirigentes, também por mim abordados, quando se retiravam de uma reunião de emergência no Palácio do Governo, o não desmentiram.

Um pouco de pré-história

Os próximos dias serão fundamentais para a definição das verdadeiras intenções da FNLA, e justifica-se fazer um pouco de pré-história, recuando à época em que o movimento se intitulava UPA (a FNLA nasceu em 1966 da fusão com o Partido Democrático Angolano — PDA). Holden fez várias viagens aos Estados Unidos, onde a recém-instalada administração Kennedy decidira apoiar o nacionalismo africano. O objetivo de Washington era encontrar “chefes não-comunistas a quem pudessem dar a sua bênção”, segundo afirma o prof. Michael Samuels, que num artigo publicado no volume *Portuguese Africa — A handbook* (Pall Mall Press, London), cita ainda uma afirmação de Helle Pick, no *Manchester Guardian* em 22 de março de 1962, pela qual Roberto teria obtido o apoio da Casa Branca. Outro autor, James Duffy (*Portugal*

in Africa, Londres, 1962), escreveu que “uma autoridade sobre comunismo internacional, a Central Intelligence Agency parece ter feito uma investigação sobre a UPA, dando-se por satisfeita por ela ser um autêntico partido nacionalista africano, livre de qualquer associação com o comunismo”. Quando Kinshasa se chamava Leopoldville — afirma Michael Samuels —, Holden Roberto gozava de livre acesso à embaixada americana, que lhe passava os seus vistos para visitar a América, no passaporte tunisino que o acompanhava sob o nome de José Gilmore.

Se não apoio oficial, a América deu-lhe suporte indireto, através do American Committee on Africa, da Fundação Ford e da AFL — Co, tendo Irving Brown, um dos seus chefes, conferenciado com Holden Robert em Leopoldville, em 1961.

Será por acaso que um importante dirigente da CIA, que, ao que parece, esteve em Portugal antes do 28 de Setembro, também terá passado há pouco por Luanda? Será por acaso que um jornal sul-africano “noticiava” há dias que Portugal havia pedido auxílio internacional para sustentar a onda de violência em Luanda, sem que ninguém sequer suspeite onde o periódico foi buscar “informações” para fundamentar a sua mentira?

Estas perguntas ficam no ar — e, por certo, que a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros ao Zaire, o grande sustentáculo (direto) da FNLA, e a vinda a Lisboa do conselheiro de Mobutu irão contribuir para repor as coisas e a FNLA no lugar que lhe compete.

Diário de Notícias, 23 de novembro de 1974, p. 7

Angola na hora da descolonização (Conclusão)
O colonialismo deve acabar e não apenas mudar de cor

Manuel Beça Múrias

Luanda — Quando, na instrução primária, nos meteram à força na cabeça que Angola é catorze vezes e meia maior do que o continente, não cuidaram de nos ensinar que a mais vasta das colónias portuguesas (ou “províncias ultramarinas”, consoante a época) resultou de fronteiras arbitrariamente traçadas sobre o mapa da África Austral pelas potências cobiçosas, sem ter em conta quaisquer considerações de caráter étnico, social ou geográfico.

No último quartel do século passado, a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Bélgica, bem como Portugal, terçaram armas diplomáticas pelos territórios da África Austral, até que a Conferência de Berlim (1884-85) gizou um “Ato Geral” segundo o qual “a ocupação efetiva vinha a substituir os direitos históricos”, “forçando os Portugueses a um esforço rápido e praticamente impossível de envio de tropas e funcionários civis para todas as áreas que pretendiam suas” (*História de Portugal*, Oliveira Marques, volume II. p. 170).

“Em 1887, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo progressista de José Luciano de Castro, Henrique Barros Gomes, apresentava à Câmara dos Deputados um «Mapa da África Meridional Portuguesa» (datado de 1886), segundo o qual Angola e Moçambique apareciam ligados... Em termos de hoje, atribuíam-nos quase toda a Zâmbia, o Malawi e a Rodésia.” (Obra citada, p. 171). Este sonho imperialista contrariava as aspirações inglesas, que Cecil Rhodes sintetizara no lema “domínio inglês do Cabo ao Cairo”. “Entre os dois aliados as relações alteraram-se com rapidez e, em 11 de janeiro de 1890, o governo conservador de Lorde Salisbury enviava um ultimato a Portugal exigindo-lhe a retirada imediata de todas as forças atuantes na região de Chire (Niassalânida) e das terras quer dos Macololos quer dos Machonas (atual Rodésia). A alternativa era uma quebra de relações diplomáticas, com o provável recurso à força” (idem). Seguiram-se diversas conversações e tratados entre os

“velhos aliados”, mas as fronteiras de Angola só chegaram ao que são hoje em 1920, embora o mapa da África portuguesa estivesse praticamente delineado desde 1891.

Jogo do empurra

As populações autóctones também participavam no jogo do empurra, em escaramuças com os ocupantes europeus, que começaram por ocupar as zonas costeiras, apenas se aventurando pelo chamado “sertão” em expedições militares e comerciais que desde o século XVI lhes garantiam a exploração da mais preciosa das riquezas — o marfim negro, como lhe chamou um cronista de setecentos, o tráfico dos escravos.

“O desenvolvimento moderno da África, quando se estancou a fonte de receitas da sua principal receita — a escravatura —, baseou-se em produtos de rendimento, que se uma ou outra vez foram obtidos pelos processos de agricultura indígena, a maior parte delas deram origem à criação de companhias capitalistas onde os pobres camponeses negros não tinham qualquer participação. Desde os quadros da Economia até aos da Administração, o branco ocupou todos os lugares” (Orlando Ribeiro, “Problemas Humanos de África”, *Estudos de Ciências Político-Sociais*, n.º 51).

(Hoje temos ainda a Gulf no petróleo, a De Beers nos diamantes, a Krupp no ferro, os japoneses e soviéticos nos mares de Benguela — ou a internacionalização da exploração das riquezas sem contrapartida para o povo.)

Quando a organização da vida moderna permitiu aos brancos trazerem consigo a família, uma cidade como Luanda pôde criar-nos a ilusão de viver “numa espécie de bairro novo de Lisboa” (idem).

“Um longo passado de escravatura, seguido de formas mais ou menos encobertas de servidão, ajuda a compreender como os pretos passaram da humildade e do servilismo ao ressentimento e a formas brutais e desumanas de o manifestar. O mesmo passado explica que os mesmos brancos tenham dificuldade em compreender que na África de hoje lhes está reservado um papel de construtores do futuro, mas não de perpétuos e exclusivos senhores.” (idem).

“É necessário não esquecer que o Africano tem direito à terra que lhe pertenceu e em muitos lugares dela se fez tábua rasa para instalar a propriedade ou a colonização europeias. É necessário recordar que o *status* social do Negro, a solidariedade em que vivia na aldeia, na tribo, na classe de idade, está hoje

profundamente abalado pelas condições de uma nova economia, pelas concentrações de trabalho, não raro ainda compulsório, pela atração da cidade — a cidade, criação dos Brancos, que acumula em roda do seu núcleo europeu uma massa de destribalizados a quem se negam a higiene e o conforto, a ordem e até o trabalho e que, como todos os homens desenraizados do seu mundo, ondulam ao sabor de propagandas aliciantes. É necessário não esquecer que esta gente tem atrás de si uma tradição de poder discricionário de sobas ávidos e cruéis, de grandes levas de escravos para exportação, a que se seguiram formas desumanas de recrutamento para o trabalho, que os arrancava às suas sanzalas, às suas famílias e às suas culturas...” (idem).

Lembramos os versos do poeta angolano António Jacinto, atualmente nas zonas libertadas orientando a promoção educacional e política do seu povo, e que ainda há dias vimos na mesa da conferência de imprensa do MPLA, algures em Luanda: “Quem se levanta cedo? Quem vai à tonga? / Quem traz pela estrada longa / a tipoia ou o cacho de dendém? / Quem capina e em paga recebe desdém? / Fuba podre, peixe podre, / panos ruins, cinquenta angolares / por-rada se refilares?”

Contra a corrente da história

Um governo que se dizia continuador da chamada “missão civilizadora dos portugueses” pretendeu, contra a corrente da história e o despertar dos povos para os seus direitos, impor pela força, até ao 25 de Abril, este tipo de estrutura social em que uma classe auferia de todas as regalias e oportunidades e a outra nascia condenada a uma vida de escravatura e fome. Como ainda ontem afirmou o presidente da República, “os governos não tinham ... capacidade para compreender que iam empenhar as Forças Armadas numa luta sem glória, prosseguindo num objetivo injusto, numa luta sem solução, porque as armas podem abafar mas não alteram as correntes do pensamento”.

Estas correntes, que levaram à formação no último quarto de século dos movimentos africanos de libertação, e deram ânimo à resistência antifascista portuguesa, conjugaram-se para a queda do fascismo. Mas a vitória do Movimento das Forças Armadas veio encontrar em Portugal e nas colónias sociedades que são profundamente diferentes, pelo que os caminhos da liberdade, para o objetivo comum que é a devolução do poder ao povo, podem seguir rumos diversos, embora, como é evidente, quanto se passar aqui se reflita no continente e vice-versa. É preciso vir até cá para o compreender.

O “barril de pólvora”

No caso específico de Angola — como ainda ontem declarava o militante do MPLA Lúcio Lara, primeira figura do partido na capital angolana — vive-se em cima de um “barril de pólvora”.

Os partidos que os portugueses combateram durante 14 anos e que, hoje, pretendemos prestarem-se à constituição de um governo provisório estão ainda armados e alimentam profundas rivalidades. A estrutura colonial permanece intacta. Os brancos, assustados, quando não enveredam pela manobra reacionária para tentar protelar a posição de classe dominante, batem no peito protestos de fé antirracista e estão maduros para embarcar nas promessas de qualquer falso profeta negro que lhes prometa uma sociedade em que o capitalismo não tenha cor... — mas exista ainda —, enquanto uma pequena parte está disposta a apoiar (e já apoiava antes do 25 de Abril) os angolanos que querem efetivamente devolver ao povo o direito à sua terra.

Às novas autoridades antifascistas portuguesas coube a fraterna tarefa de arbitrar a luta, que se pretende apenas política, para o encontro de uma plataforma comum, mas estão firmemente decididas — e ainda há dias o ouvi afirmar ao almirante Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa — a evitar a todo o custo que, em Angola, se substitua o colonialismo português por um colonialismo angolano. E por isso o acusam de partidário...

Jornal de Notícias, 23 de junho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (1)
Luanda mártir — campo de reacionários

Luís Alberto Ferreira

É domingo. Quase meio-dia. No Bairro Operário está tudo na mesma. Eu explico ao leitor: em 1955 acontecia nestes musseques de Luanda o que... continua a acontecer hoje, vinte anos decorridos — entre canseiras mil do proletariado negro, entre lágrimas pesadas e silenciosas, pé descalço, matacanhas nos dedos dos pés, o *imposto* exigido pelos “administradores” colonialistas, a falta de água, a falta de tudo. Quem foi, do Gabão reacionário, que chegou a Luanda e concluiu, criminosamente, que “uma cidade tão importante não poderia ser de forma nenhuma uma cidade de colonialistas e exploradores”? Trata-se de um juízo peregrinamente reacionário e “maldito” — mas os nacionalistas angolanos, ombro a ombro com os progressistas de todo o mundo, saberão pegar em tal juízo e situá-lo devidamente nos quadros atuantes do internacionalismo proletário.

Na verdade, Luanda não é uma cidade de angolanos para angolanos — é antes uma cidade angolana saboreada até às entranhas por ondas de exploradores. Nesta confusão, os progressistas portugueses dificilmente conseguem uma razoável movimentação ideológica. São poucos, mas bons. O que, é evidente, não resolve. O que é que, em relação ao proletariado negro, mudou de facto em Luanda? Apenas o modo como se processa a presença do “calcinhas” nos bares e esplanadas da baixa, onde eles passam o tempo a bebericar cerveja e refrescos. Pergunta-se: de que vivem esses indivíduos? Onde vão buscar o dinheiro que o comerciante-colono avidamente embolsa ou faz desaparecer metalicamente nas goelas da “caixa”? Pode, entretanto, verificar-se que as “mulheres do mercado”, as *quitandeiras*, as peixeiras, gente negra, continuam marginalizadas em benefícios das vendedeiras de tamancos e pulseira de oiro. Isto é, naturalmente, um tema que o Jonas Savimbi não encaixa nos seus discursos. Se a paz (tema obrigatório dos seus discursos) fosse borracha, Savimbi

fabricaria pneus da marca “Kwacha” e faria o seu comércio sem olhar a quem e com quem.

Vinte anos decorridos sobre a última experiência presencial do repórter — os musseques de Luanda estão na mesma, o proletariado negro continua embiocado nas casas rasas de pau a pique, de caniços, de barro, de zinco. As lixeiras estão lá, pontualíssimas, ao pé de cada porta. Os cajueiros é que já são poucos, certamente porque ninguém se interessa pelas tarefas de preservação das faunas vegetais angolanas. A miudagem lá anda, ao deus-dará, musseques fora, sem alimentos, sem escolas para todos. O pouco que há deve-se ao trabalho incansável da JMPLA. A juventude nacionalista faz o que está ao seu alcance, rodeada de ameaças físicas e dificuldades de toda a classe. Onde se meteu o Governo de Transição angolano? Quem é o poder central? Quem está, verdadeiramente, empenhado em defender Angola e o povo de Angola? Em Luanda, o povo politizado e apto a responder, a tratar as coisas pelo seu próprio nome, tem medo (físico) de se pronunciar.



A eliminação do nacionalista Manuel Van-Dunen

Foi em pleno dia e numa área citadina de grande movimento que elementos da FNLA abateram a tiro o jovem nacionalista angolano Manuel Pereira Van-

-Dunen¹⁸⁷, libertado das prisões da Machava, em Moçambique, há cerca de um ano. Quer dizer, Manuel Van-Dunen viveu em liberdade depois da entrada dos movimentos de libertação em Luanda apenas um ano. A sua vida, o seu exemplo, vão entrar na história de Angola, da luta do povo angolano. Van-Dunen colaborara com a FRELIMO e com o Partido Comunista Português, o que demonstra a profundidade vocacional da sua inteligência e da sua formação política.

Um relatório dimanado de fontes da JMPLA, em Luanda, precisa que Manuel Pereira Van-Dunen foi barbaramente abatido a tiro na Alameda de D. João II, em zona de grande movimento da capital angolana e em pleno dia, pois pouco passava das 15 horas. Segundo o mesmo documento, um pequeno bando de indivíduos da FNLA encarregou-se do assassinio, cometido na presença de numerosas testemunhas oculares, quer de peões quer principalmente de automobilistas que na altura passavam no local em marcha lenta, por se ter formado na ocasião uma bicha enormíssima.

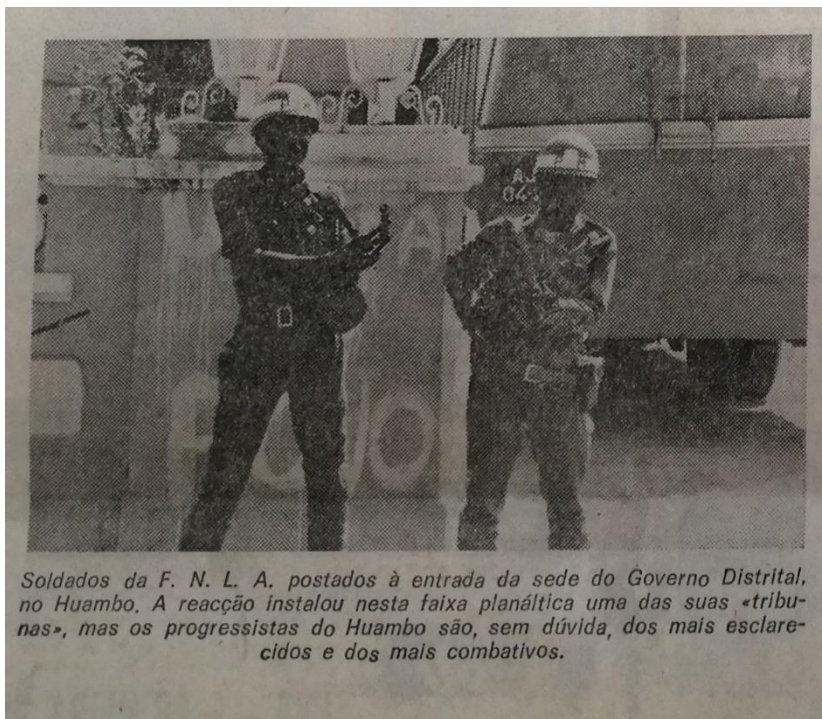
É evidente que a eliminação do jovem nacionalista angolano estava na “agenda” daqueles que combatem o MPLA e faz parte de um plano de erosão apontado aos militantes de vanguarda. A imprensa local, subsidiada, alimentada pelo grande capital, não fez comentários. Ignora a tradição moral, de rara combatividade, de Manuel Van-Dunen, limita-se a aceitar o anúncio pago pela família do nacionalista. Isto é sintomático, tão sintomático como a farsa laudatória das 40 assinaturas de jornalistas (!) de Luanda solidários com o alto-comissário (os nomes não vinham nos jornais, não se sabe porquê...) e os insultos sistemáticos dirigidos à democracia portuguesa, aos progressistas portugueses, aos órgãos de informação portugueses.

Avanço reacionário

A reação está implantada sobretudo em Luanda, Uíge, Malanje, Nova Lisboa. Em Luanda, a reação portuguesa corporiza-se em gente rude, que vive de expedientes, certos marginais, comerciantes analfabetos que ganharam a “massa” impingindo a pior jinguba, o óleo estragado, a farinha podre, nos museques hoje devastados pela metralha do invasor, motoristas de táxi que mataram gente no período tremendista e inaugural da onda de massacres, certas

¹⁸⁷ Manuel Pereira dos Santos Van-Dunem (1946-1975).

vendedeiras do mercado da Baixa, certos polícias e, naturalmente, os magnatas, os Cirilos, os Venâncios da Huíla, com negócios chorudos a deitar por fora, e também os lambujeiros da magra imprensa, que faz, naturalmente, o elogio da reação e cultiva as demagogias pacóvias.



Soldados da F. N. L. A. postados à entrada da sede do Governo Distrital, no Huambo. A reacção instalou nesta faixa planáltica uma das suas «tribunas», mas os progressistas do Huambo são, sem dúvida, dos mais esclarecidos e dos mais combativos.

No âmbito das Forças Armadas portuguesas aquarteladas em Luanda há também reacionários, naturalmente encapotados uns, naturalmente insinuantes muitos outros. Os progressistas não se mostram muito, mas a sua influência começa a tornar-se um tanto significativa no esclarecimento de alguns setores de Lisboa. Isto é tão importante quanto é certo que já corre, em Lisboa, em determinados areópagos, que os acontecimentos terríveis das vésperas do 1.º de Maio em Luanda deveriam levar à responsabilização das forças progressistas angolanas! Isto é só uma pequena amostra da capacidade dos elementos corrosivos... Isto é apenas uma gota de água no oceano...

Jornal de Notícias, 25 de junho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (2)
O labirinto dos desaforos e os sofrimentos do povo

Luís Alberto Ferreira

De facto, os laboriosos reacionários trabalham em Luanda e noutros pontos do território angolano com a preocupação de fazerem chegar a Lisboa os frutos desse empenhamento diabólico. É assim que, a propósito das últimas confrontações armadas na capital angolana, uma certa imprensa aparece a invocar, em tons angelicais, “os acordos do Alvor”, o seu texto, as suas implicações! O desaforo é comovedor: quando a metralha do invasor e da reação se abateu impiedosamente sobre os musseques de Luanda, visando o *Poder Popular*, ninguém se lembrou das conversações da Penina...

É, sem dúvida, significativo que essa mesma imprensa, aludindo a uma manifestação de exploradores fugidos das terras do Cuanza Norte, tenha carregado nas tintas reacionárias pedindo, praticamente, a intervenção dos Estados Unidos da América do Norte, para valer aos fugitivos de Dalatando, Bula Atumbo, etc., “uma vez que o governo português não ligava nenhuma ao caso”. Convém saber quem é que foge, em pânico, dessas regiões para Luanda, onde desembarca aos gritos de “Passagens para Portugal!”, fumegando o desespero próprio de quem vê subitamente emurchece a decantada árvore das patacas. Porque a verdade é esta: se há portugueses honestos, trabalhadores, que nunca exploraram fosse quem fosse, que se limitavam a tentar amealhar algum dinheiro para um dia o levarem para a sua terra (e eles têm sem dúvida todo o direito de ser portugueses), se há portugueses, com alguns dos quais conversei longamente em Luanda, em Nova Lisboa, em Sá da Bandeira, nesta digressão emocionante, que participam, esclarecidos, nas tarefas revolucionárias, entregando uma boa colaboração mental à vanguarda revolucionária do povo angolano, também há alguns milhares abertamente reacionários, colaboradores do invasor a troco de dinheiro e de estranhas “garantias”. Esses tentam,

por todas as formas, denegrir as ações do MPLA — e a sua primeira intervenção, chegados a Lisboa, é precisamente impulsionada nessa direção.

Os verdadeiros sofrendores

Quem for a Luanda e tiver a preocupação de reunir elementos reais sobre a situação das camadas populares, verá que o sofrimento físico e moral é o seu pão de todos os dias, sofrimento acentuado pelas tremendas devastações dos últimos tempos. Quem sofre em Luanda? As gentes do Marçal, do Cazenga, do Bairro Popular, do Sambizanga, do Lixeira. Os bombardeamentos e as selvajarias (elementos da Polícia Militar portuguesa poderão ser convidados a pronunciar-se relativamente aos crimes hediondos praticados nos últimos dias de abril), deixaram feridas tremendas no seio de centenas de famílias. Não há pão em muitos lares. O crime espreita em cada esquina. O abastecimento é quase impraticável para muita gente. Há casas completamente destruídas. Há gente traumatizada e intimidada, mas continua a sentir-se a força do Poder Popular. Uma jovem militante declarou-me, a propósito da situação nos musseques: “Sei do caso impressionante de uma mulher que veio para o meio da rua gritar palavras de ordem do MPLA menos de vinte e quatro horas decorridas sobre o assassinato do filho. Isto revela o grau de consciencialização do povo dos musseques, que continua a sofrer e a lutar”.

No Bairro Operário há lixeiras e casas pobres, mas a curta distância uma faixa rodoviária de asfalto “justifica” um vasto aglomerado de edifícios que a exploração colonial implantou e quer manter, custe o que custar. Há apartamentos e boas cervejarias para o explorador de camisa “desportiva” e calças bem engomadas; os musseques são metralhados pela reação, pelos invasores, porque o inimigo do MPLA é precisamente o inimigo do povo angolano. A pequena burguesia de cor continua tão entaipada como há vinte e há trinta anos. São as pessoas “sossegadas”, herdeiras de uma tradição de pacatez resignada. Essas pessoas, esses angolanos, tentam renascer. Para alguns já é tarde. Muitos apresentam-se estupefactos, traumatizados, nunca os seus olhos haviam testemunhado cenas tão esmagadoras; as urnas, hoje, em Luanda, são um bom negócio; muitas famílias não puderam sequer identificar os seus mortos queridos; no torvelinho ácido das ruas de Luanda sentimos que existe uma diferença fundamental, mas grávida de indiferença, entre ser um negro dos musseques e ser um negro ao serviço da reação ou um branco privilegiado,

oportunista e sem escrúpulos ou então ser simplesmente um indivíduo branco, burguês atento, bem empregado, com o pensamento nas férias a gozar na “metrópole”.

A farândola dos anúncios e a caça ao escudo

Os anúncios, nos jornais de Luanda, são autênticas charangas. Uma barulheira infernal, oferecendo trespases de lojas, de residências, oferecendo mobílias inteiras, louças, cães e gatos. Há uma pressa desabrida da parte de milhares de portugueses que ignoram o “centro” da luta, que se sentem perdidos, precisamente porque a imprensa não orienta, a imprensa está nas mãos da reação. Portugueses sem cultura, despolitizados até à medula, embarrancados numa rotina de ganhar a vida, de ganhar o dinheirinho, aprendem toscamente a dizer mal do processo português e a despejar baforadas de ódio sobre o MPLA, sobre os nacionalistas angolanos, esquecidos de que eles próprios também são povo, nunca serão mais do que povo, as migalhas que conseguiram em Angola, restos dos tubarões como Venâncios, Moutinhos, Cirilos, Vinhas & Companhia não representam nada, são cascas para os incautos escorregarem.

A caça ao dinheiro português, aos escudos, é outra atividade frenética, não subterrânea, em Luanda. Pode ver-se à luz do dia, no centro da cidade. Por uma nota de mil escudos portugueses pagam dois mil e oitocentos escudos do Banco de Angola! A marcação de passagens de avião e de barco para Lisboa também movimenta muitos alcapões, muitos exageros, muitos rasgos de histerismo individual e coletivo. Está na moda praguejar contra Portugal, contra os progressistas portugueses. Muitos vieram para Angola dizendo que a África é que era bom, só os parvos aterravam em Lisboa, no Porto, em Celorico, em Macedo de Cavaleiros. Agora, apetece Portugal. Querem voltar, precipitadamente, e o seu oportunismo, a pingar medo e pânico, revolta e frustração, ainda “legítima” uma palavra de ódio, derradeiro, para os que quiseram levantar a cabeça em Angola — e para os progressistas do país ao qual regressam. Para darem a Portugal que espécie de contribuição?...

Jornal de Notícias, 26 de junho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (3) **Sobrevivência da UNITA nos rumos do oportunismo**

Luís Alberto Ferreira

Para nós que acompanhamos, que acabamos de acompanhar, um dos períodos mais agitados do problema de Angola, a cimeira de Nairobi não transcende um vasto conjunto de incompatibilidades que, nestes últimos três meses, tornaram extremamente melindrosa a situação política, económica e social do colosso que se estende de Cabinda ao Cunene. Nós não somos dos que dispensam uma vigilância analítica rigorosa sobre cada um dos eventos gerados, ultimamente, na vida angolana. Pensa-se, por um lado, que a UNITA está a aproximar-se do MPLA e por outro atribui-se ao movimento que corporiza a verdadeira vanguarda revolucionária um avanço fulgurante em diversas frentes do problema visceral que se equaciona em Angola, mesmo quando, quase simultaneamente, se pretende que as bases, no MPLA, escapam ao pulso de uma cúpula que para muitos estaria a mostrar-se inadequadamente moderadora e discursiva. Pensa-se também que a UNITA mais não tem feito do que espreitar os ressaltos das confrontações diretas entre o MPLA e a FNLA, que os célebres exércitos de Jonas Savimbi carecem de uma “tradição operacional” — mas o importante para nós, em relação à UNITA, são as tremendas contradições da sua política, contradições engarrafadas nos longos discursos pastosos de Savimbi e até mesmo na posição assumida pelo ministro da Educação, Jerónimo Wanga¹⁸⁸, no tocante à crise do ensino em Luanda.

A simpatia dos reacionários — desde quando e porquê

As movimentações do oportunismo da UNITA têm sido muito claras. Quando o enfermeiro Bengé¹⁸⁹, nacionalista angolano, foi selvaticamente aba-

¹⁸⁸ Jerónimo Elavoko Wanga (1934-2007), membro da UNITA e professor, licenciado em Matemática.

¹⁸⁹ João Pedro Bengé, nacionalista angolano negro de 39 anos, foi morto em Luanda, a 5 de junho de 1974, por um colono.

tido a tiro por um reacionário português que, por sinal, já se encontra em liberdade (!!!), os gemidos fraternais de Savimbi não se fizeram ouvir. Benge teria já manifestado o seu pendor para a linha do MPLA. Benge não seria, para a UNITA, o tipo de nacionalista “ideal”.

Aquela história repelente do taxista europeu assassinado em Luanda, pretexto para uma eclosão de violência sobre o proletariado negro indefeso nos musseques, penetra igualmente os vários tecidos que enformam as “contradições” da UNITA, nessa altura o “movimento” que passou a andar na boca dos reacionários, nos planos dos reacionários, na agenda das conveniências sujas e inconfessáveis dos reacionários. Taxistas e comerciantes que haviam participado, com rara ferocidade, nos massacres de populações negras dos bairros do areal, “estavam” com a UNITA, lambujavam as discursatas de Savimbi. Mas lá viria o tempo em que Jonas Savimbi (no Lobito), em mais um comício, acabaria por dizer: “Nós não lutamos, nós não enterramos os nossos camaradas para podermos ser neocolonizados. Recusamos a neocolonização desta terra e deste povo. Eu vim aqui para vos garantir que aqueles que tiveram a coragem de pegar em armas para combater o neocolonialismo ainda estão dispostos a combater para que nesta terra não haja neocolonização, venha ela de onde vier”. Não se percebe bem isto, uma vez que o presidente da UNITA, ontem como hoje, revela a grande preocupação de conquistar o voto dos europeus, dos reacionários, a grande preocupação de lhes transmitir a certeza de que a árvore das patacas não secou ainda. A UNITA tem sabido explorar, com artes labirínticas, os safanões emocionais provocados em Luanda e no Cuanza Norte pelas confrontações armadas entre o MPLA e a FNLA, abeirando-se dos portugueses mais reacionários com ofertas de auxílio episódico, desejosa de tornar esses portugueses adeptos da sua política, agentes de propaganda fácil. O aeroporto de Lisboa é um cenário testemunhal que convém não ignorar: é lá que os reacionários desembarcados de Angola se mostram afinadinhos no coro de vociferações contra o MPLA e de elogios ao movimento de Jonas Savimbi. É junto desses reacionários que a gente compreende melhor, talvez, o significado deste pedaço de um dos discursos recentes do presidente da UNITA, como sempre avidamente captados pela imprensa reacionária do território: “Nós já afirmámos várias vezes que Angola é para todos aqueles que a amam”. Depende do conceito de *amor* savimbiano (!), depende principalmente do seu conceito de Angola. É preciso que o *amor a Angola* se exerça no desinteresse absoluto pelas garantias materiais que a nação oferece. Savimbi deve saber que

os nacionalistas angolanos conhecem o valor, a essência e o peso das palavras na movimentação global dos instrumentos históricos, políticos e sociais. Por isso terá tudo a ganhar se falar menos.



O «centrismo» da U.N.I.T.A., que muito comove os falsos revolucionários portugueses, progride essencialmente ao longo das paredes... Mas Angola é o Povo, não são paredes. É o Povo consciente dos seus problemas e das suas opções. (Foto de Rui Ochoa)

Os labirintos penumbrosos da “Cidade Alta”

Está provado que aquele Palácio do Governo, na chamada Cidade Alta, trecho da Luanda de sempre, só dá azar. Foi lá que se encafuaram figuras sinistras da governação colonialista, gente que, salvo raras exceções, se governou à grande. Ainda por lá deve pairar, também, a sombra terrificante de um decantado “monsieur” que, por tudo e por nada, metia o bico insaciável nos assuntos da pandemónica governação da colónia.

Os homens da UNITA nunca se furtaram à tentação de “fazer o jogo” da FNLA nos corredores desse palácio colonial da Cidade Alta, por muito que, às vezes, se dissesse e se pensasse precisamente o contrário. A UNITA, tanto

quanto se pode concluir das movimentações reais, nem sequer estranhou o ataque ao ministro Mingas, nas barbas da sua residência, nem franziu o sobrolho, fortemente, como se lhe impunha, quando o caso Abrigada deixou de ser chocante para se tornar escandaloso. É muito estranha, sem dúvida, a UNITA do dr. Savimbi, das gritantes acumulações de cartazes com larachas pseudorrevolucionárias em quase todas as paredes (de estabelecimentos reacionários) da região do Huambo; a UNITA aclamada pelos funcionários bancários que choramingam em Lisboa, entre duas taças de capilé, o seu medo de verem para sempre partida ao meio o raio da árvore das patacas.



O dr. Wanga, ministro da Educação, também da UNITA, diz que “quem ocupa as escolas de Luanda não quer a solução do problema” mas talvez não queira pronunciar-se sobre os ataques, as perseguições cerradas aos estudantes e aos professores progressistas que se batem, dentro e fora das escolas, pelo triunfo da opção revolucionária angolana. E quando Jerónimo Wanda diz que “muitos professores vão partir e temos necessidade de saber quantos vão ficar”, fica no ar uma questão intrigante: apetece perguntar quantos professores reacionários gostaria o ministro de ver permanecer em Angola.

Jornal de Notícias, 27 de junho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (4)
Os caminhos sombrios duma contrarrevolução desafinada

Luís Alberto Ferreira

“Quem ocupa as escolas de Luanda não quer a solução do problema”, insistia, portanto, o ministro da Educação, Jerónimo Wanga, em declarações ao *Comércio de Angola*

Partindo da convicção de que existe uma situação angolana, uma atualidade angolana ou um caso angolano, deve haver da parte dos governantes a coragem de intervir, doutrinariamente, em função dessa realidade, em vez de procederem ao isolamento das questões, pretendendo encará-las como questões muito especiais e, portanto, separadas do bloco da vida nacional.

A neutralidade demonstra que no Governo de Transição a vida dos representantes do MPLA tem sido extremamente dura por existirem forças combinadas flagrantemente reacionárias, pedalando com fúria numa direção que não é a direção dos interesses das massas populares. Por isso à linha do MPLA e ao poder popular se atribuem carências de qualidade política e moral com as quais nunca os seus dirigentes e militantes transigiram a longo ou a curto prazo. As dificuldades levantadas, na Cidade Alta, ao MPLA explicam diversos quadros da vida angolana, diversas mentiras, diversas contradições aqui e além espelhadas no comportamento dos setores armados. Os exemplos de incoerência e de incapacidade do bloco governamental não poderiam ter outro reflexo, não poderiam propiciar outras repercussões na vida de Luanda e de todo o território angolano. É por isso que a questão pró-sindical dos estabelecimentos de ensino em Luanda não pode ser analisada longe de outras áreas de crise onde a incapacidade do Governo de Transição angolano se manifesta. A quem aproveita afinal fechar os olhos a um certo número de ocorrências?

Se as escolas estão ocupadas, o competente ministro recorda que “esses senhores estão a praticar um ato de sabotagem do ensino, estão a cometer um crime contra a nação e além disso não estão dispostos a dialogar”. Mas se a

fronteira com o Zaire, numa quantidade inapreciável de quilómetros, é devassada por criminosos e mercenários, por toda a classe de oportunistas que movimentam toneladas de mercadorias, ninguém aparece a propor diálogos, ninguém, a nível da cúpula angolana, além das intervenções oriundas do MPLA, surge com ares mais ou menos decididos a denunciar a sabotagem e o crime contra a nação. Tudo isto deixou de ser estranho: o povo angolano compreende perfeitamente o que está a acontecer, todas as máscaras tenebrosas foram caindo, a seu tempo, ajudando a revolução angolana a encetar uma nova e decisiva etapa. Tudo isso sem contar com os novos instrumentos sugeridos pelas conversações de Nairobi.

As inexplicáveis situações referenciais

Não se sabe nem se explica. Não se sabe, eis a questão, como a FNLA surgiu a dominar a fortaleza de S. Pedro da Barra, em Luanda, transformando-a numa das suas bases operacionais. Como esse mistério, a nível de “autoridade suprema”, não foi deslindado, a FNLA ter-se-ia sentido em excelentes condições de mobilidade e poder de persuasão para se apoderar, igualmente, em Luanda, do chamado “lote 22”, um dos pontos mais altos da “cidade das buganvílias”, o que só não aconteceu porque houve quem se opusesse categoricamente a esta nova manobra. Assim se evitou mais um golpe preferencial, descaradamente preferencial.

Também não se explica o silêncio (cúmplice?) e a improficuidade das tarefas (?) destinadas a defender certos valores na terra angolana, o que em larga medida legítima que, por exemplo, em S. Filipe de Benguela os serões para trabalhadores continuem a afinar pelo diapasão reacionário, pelas formas decadentes, mantendo-se portanto o figurino estafado das “castanholadas”, das “espanholices” folclóricas, dos “boleros” rebuscados, das anedotas sujas e destituídas de um mínimo de imaginação. Em Benguela, onde as forças revolucionárias conseguiram já um avanço considerável, a reação dá-se ares de um reformismo adocicadamente parvo, utiliza falas (e iniciativas) mansas para manter vivo um corpo irremediavelmente condenado. Daí que se justifique plenamente a iniciativa há pouco anunciada pelo ministro da Comunicação, Rui Monteiro: jornais de parede para o povo estar informado o mais corretamente possível e para o povo fazer a sua afirmação cultural, para o povo angolano, através da recuperação da sua cultura, recuperar também, inteiramente, a sua dignidade. Luanda, principalmente Luanda, muito precisa de

jornais de parede orientados por nacionalistas angolanos, orientados por gente culta e honesta. Luanda e os grandes centros do interior, o Huambo, por exemplo, onde a JMPLA está realizando um admirável trabalho de mentalização apoiado na vontade popular.

Os célebres cartões da UNITA e os métodos de persuasão

Em Benguela, no bairro negro de Massangarala, um militante dizia-nos: “As FAPLA’s não batem, não ameaçam, não insultam nem obrigam ninguém a ser do MPLA. Por isso o povo gosta dos soldados das FAPLA’s e a gente percebe que o MPLA é o povo”.

Digno ou não de ser tratado no laboratório da maior ou menor implantação popular dos movimentos de libertação angolanos, este facto estimula em nós todo o interesse possível em analisar certas afirmações que, por outro lado, registamos noutra faixa da região Centro, a faixa do Huambo, onde o comerciante reacionário e ganancioso, tal como no Bié, continua a ser um emblema social dardejante.

De acordo com diversos depoimentos, face ao comportamento social e às afirmações de trabalhadores angolanos vindos do Bié para “Nova Lisboa”, a UNITA consegue em certos pontos uma implantação, um tipo de implantação que não privilegia a espontaneidade dos chamados aderentes. Há cartões (de identidade?) e há cartões... da UNITA que, na região do Bié e mesmo em zonas do Huambo, significam uma só coisa, dando (ou não dando), ao portador, a possibilidade de andar de comboio ou de usufruir outras regalias que ainda hoje, como podem deduzir, se pautam pelas estruturas do colonialismo, amputando a liberdade individual de cada trabalhador. De resto a faixa Huambo-Bié resulta muito difícil de “entender” se quisermos adotar como sendo a verdadeira, a mais correta, uma certa versão do movimento de Jonas Savimbi. Nessas terras vem acontecendo, sistematicamente, que os trabalhadores sem cartão da UNITA só podem ser da FNLA, não lhes sendo respeitada a condição de neutralidade. Essa neutralidade cheira a... MPLA, cheira a progressismo, cheira a ideal nacionalista de pendor revolucionário, o que não agrada, necessariamente, pelo menos não tem agradado aos pregoeiros da Paz.

Jornal de Notícias, 29 de junho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (5)
Da Camunda ao Bié — Do peixe seco à opressão

Luís Alberto Ferreira

Estávamos no bairro suburbano da Camunda, em Benguela, quando ouvimos, pela rádio, que o ministro angolano da Saúde ia deslocar-se ao Brasil “para estabelecer contactos com os meios ligados à saúde pública, no sentido dum intercâmbio mais vivo. E para encontrar nas estruturas do Brasil respostas às dificuldades que se levantam neste setor em Angola”.

Simplesmente impressionante essa ideia peregrina, sem dúvida, do “intercâmbio mais vivo” com o Brasil no setor da saúde. Como os senhores sabem, resulta sempre muito difícil, para não dizer redondamente que se trata mesmo de uma pequena tragédia, ir buscar exemplos, no campo da saúde, da assistência social, aos países onde os vivos pobres e os pobres vivos dão graças a Deus, diariamente, por acordarem... vivos — não obstante o desprezo cruel a que se encontram votados pelas tais estruturas assistenciais do país em que tiveram o azar de nascer. O povo angolano, tão martirizado, desde sempre, pela exploração colonialista, pela terrível praga dos oportunistas e dos sugadores do seu esforço, teria de carregar, no futuro, com mais uma carga oprobriosa se em Angola fossem aplicados, no campo da saúde, os esquemas tenebrosos inspirados pelas concepções sociais e tecnológicas dos Brasis. Estávamos todos bem arrançados em Angola, pobre do poder popular que se desarticulava, ao cabo de uns meses, por nefastas e nefandas carências de injeções e transfusões que são o pão nosso de cada dia em qualquer trivial estrutura assistencial, em países onde os governantes acionam as suas intervenções mediante um mínimo de honestidade. Já se vê, pois, qual seria a resposta que do Brasil um qualquer proletário das favelas escuras do Rio enviaria para os musseques de Luanda, se alguma camarada do Cazenga ou do Marçal pretendesse saber como funcionam, lá pelo Brasil, as alavancas da saúde em relação ao Zé Povinho.

Precisamente na Camunda e ao ar livre

O bairro da Camunda, em Benguela, tem uma expressão própria. No coração deste bairro negro está profundamente implantado o ideal do poder popular. Homens e mulheres, a juventude principalmente, têm uma consciência vivíssima do que representa o poder popular, a participação das massas na montagem do socialismo, da democracia, dos esquemas que conduzirão, brevemente, o povo angolano até às tribunas onde a sua dignidade não será mais aviltada e espezinhada.

Paulo Guilenda tem 48 anos, é um homem negro, alto, expressão calma: “A gente compreende que o Poder Popular não é para fazer mal a ninguém; muitas pessoas é que querem pensar assim. É uma forma de lutar contra os interesses do povo, quando afinal os interesses do povo até são bastante humildes. Nós, por exemplo, aqui na Camunda, queremos só água em casa mesmo, um teto melhorzinho, já por causa das crianças, e poder comer mais do que o peixequinho seco e o óleo de palma mais a farinha, que é todos os dias a mesma coisa. E ter também escola e hospital para os grandes e prós miúdos principalmente”.

Na Camunda, nesta Benguela de tradição democrática, como referem muitos naturais, as casas são baixas, casas de barro e de chapa de zinco. Aqui não dizem *musseques*, dizem mesmo bairros. No Huambo os *kimbos* reunidos determinam aquilo que se conhece pela designação de *embalas*, mas num lado ou noutro as pessoas são as mesmas, são os explorados de sempre, os braços que rasgaram estradas através de Angola, que fizeram as esplanadas nos grandes centros para o explorador bebericar a loira e fresca cervejinha, que continuam a erguer as pedras para os grandes edifícios, que continuam a ser arrasados, à força, do Sul para o Norte do território angolano para entregarem o seu esforço àqueles que pretendem, ainda, explorá-los e subjugar-los.

A Penina tem as costas muito largas

Logo que se precipitaram, em S. Paulo de Assunção de Luanda, as graves confrontações armadas dos primeiros dias deste mês, um dos aplicados escrevinhadores reacionários que pululam em jornais da capital levantava-se, mais ou menos nestes termos: “Isto não pode continuar. Os acordos da Penina estão a ser violados. Há que respeitar os acordos da Penina. O povo angolano está farto. Basta! Na Penina...”.

Curioso, sem dúvida, este feixe de lamentações. A Penina! A Penina quando se afirmava que o MPLA decidira atacar, no Cuanza Norte, delegações do FNLA — mas nem Penina nem Mombaça quando, covarde e criminosa-mente, as armas pesadas da reação se viraram para os bairros populares, arrastando o Marçal e outras faixas de elevada densidade populacional, matando barbaramente milhares de pessoas indefesas.

No Huambo, um jovem licenciado progressista dizia-nos, indignado, no regresso de uma viagem ao Bié: “Convém frisar que a atuação da UNITA nos mais diversos domínios se assemelha muito à atuação dos representantes do poder colonial nos outros tempos, na medida em que se verifica que em certas zonas, principalmente em zonas ditas de predominância da UNITA, caso do Andulo, caso do Bié, etc., nós vamos encontrar delegados desse movimento que têm um tipo de atuação muito semelhante ao da FNLA, por exemplo, no Norte de Angola: espancamentos, proibição de as moças andarem de minissaia, obrigatoriedade de terem cartão da UNITA, dizendo que o mesmo representa o bilhete de identidade e quem não o tiver «está tramado», etc. Eles dizem que por estarem numa zona de predominância da UNITA as populações não têm que possuir cartões de outros movimentos, só podem ter cartões da UNITA por isto ter sido acordado na Penina. Os delegados deste movimento agem como os antigos chefes de posto. Batem, espancam, matam feiticeiros sob o pretexto de estes não agradarem às populações, fazem trinta por uma linha. Inventam-se feiticeiros de acordo com as conveniências, sobas simpatizantes do MPLA são acusados de feitiçaria, perseguidos, espancados ou mortos.”

Fernando Terra concluiu o seu depoimento frisando: “Por ocasião dos últimos incidentes no Huambo, a UNITA lançou mão do seguinte expediente: os seus elementos dirigem-se aos populares e alegando que o MPLA e a FNLA não se entendem e como a zona «é» da UNITA, toda a gente teria de possuir cartão desse movimento”. E aproveitavam para impor ainda o seguinte: “Para a FNLA não lhes bater, as populações não poderiam ser nem do MPLA nem neutras, tinham mesmo de ser da UNITA.”

Jornal de Notícias, 1 de julho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (6)
Mística do MPLA — Argamassa do poder popular

Luís Alberto Ferreira

De facto, jornalistas portugueses e estrangeiros têm podido constatar com os seus próprios olhos que as estruturas do MPLA não têm nada para esconder, para subtrair aos valores físicos e morais suscetíveis de uma análise em termos sociopolíticos.

Esta conclusão obtém-se no contacto direto com os militantes, com os simpatizantes, com o povo, porque não é em vão que se afirma que “o povo é o MPLA e o MPLA é o povo”. Basta olhar e conversar com as gentes do Bairro Operário, do Marçal, do Cazenga, em Luanda, com as multidões de populares da Camunda e da Massangarala, em Benguela, com os camaradas e as camaradas de Makolokolo, em terras do Huambo. Não há câmaras de tortura nas delegações, nas subdelegações, nos escritórios, nos centros do MPLA, lugares realmente do povo, onde o povo confraterniza com os soldados das FAPLA’s, porque, como nos dizia em Benguela o jovem camarada Eurico, um “pioneiro” esclarecidíssimo a despeito dos seus verdes 15 anos, “as FAPLA’s são o povo, esses camaradas vêm do povo e são do povo, não andam aí a perseguir as pessoas, a obrigar o povo a ser do MPLA. Eu gosto das FAPLA’s porque os soldados falam com a gente e ajudam a gente”.

O poder popular não se resigna a assistir. E, para legitimar a sua intervenção num processo que exige um grande fôlego telúrico e mental, o povo que adere ao movimento procura aprender. Estuda e ouve os “mais sabidos, os mais adiantados”.

É comovente e galvaniza qualquer um a mística do MPLA entre as massas populares, entre a juventude, entre os nacionalistas calmos da pequena e média burguesia da terra angolana. A camarada Ângela foi muito direta ao dizer-me, em Luanda: “Há o caso daquela mulher dos musseques a quem tinham assassinado o filho no dia anterior. Ela veio para a rua gritar com a sua gente as

palavras de ordem do nosso movimento, indiferente ao perigo, disposta a lutar pela causa que considera justa. Já não era a morte do filho convidando-a a lamentar-se, era antes uma viva consciência da situação em que tem vivido, com os seus compatriotas, a movê-la, a animá-la, a fazê-la vibrar naquele instante”.



As camaradas de S. Filipe de Benguela dão o exemplo

Por toda a parte, em S. Filipe de Benguela, as camaradas da JMPLA dão o exemplo. Estão sempre descontentes com as tarefas que já produziram, querem sempre produzir mais e melhor. São corajosas e firmes. A camarada Suzi, a camarada Helena, a camarada Esperança, a camarada Mela, a camarada Madi. “Eu vim para o MPLA porque entendi que era o movimento que interessava aos angolanos, ao povo angolano”, disse-me, muito simplesmente, a camarada Tina. Este é o verbo visceral dos que militam, em S. Filipe de Benguela, nas fileiras do MPLA, com alegria, com redobrado fervor.

O dia a dia nas delegações do MPLA traduz motivação, doação e entrea-juda. Muitos dos colaboradores do trabalho burocrático têm ocupações certas, no funcionalismo ou no comércio, mas não deixam de comparecer, todos os

dias, para ajudar a resolver os problemas. São pessoas informadas, pretos, mestiços, brancos, todos revelando “uma atitude moral” perante os apelos da sua opção, da sua vinculação ideológica.

Benguela, diz-me um estudioso que milita no MPLA, é um caso muito especial no conjunto das expressões que marcam a sociedade angolana. “Benguela, pelas suas tradições, tem sido sempre uma cidade muito democrática. Aqueles que viriam a ser os primeiros colonos vieram para Benguela politicamente desterrados. De maneira que criaram sempre no seio das classes nativas, do povo, aquele espírito democrático, de revolta, de irreverência. Pode mesmo dizer-se que Benguela foi a única cidade de Angola em que o governo fascista não conseguiu camuflar o resultado da votação quando foi das eleições em que participou Humberto Delgado. Em Benguela, oitenta por cento da população votou a favor de Humberto Delgado e não houve qualquer possibilidade de adulterar essa imagem tão real.”

Onde se implanta o chamado ideal do poder popular nesta velha Benguela, baluarte do nacionalismo angolano? Camunda, Fronteira, Massangarala podem ser apontados como expressões candentes, peitudas. São bairros onde o povo está a caminhar depressa na sua consciencialização. “Poder popular não é mesmo p’ra lixar ninguém, é só o povo a querer defender-se, ter a sua organização, saber ver onde estão mesmo os seus problemas, como é que ele deve de organizar-se para não deixar-se vencer por todas essas coisas como o pão de cada hora, a sua casa, o bem-estar dos seus filhos, os medicamentos, a escola pr’os miúdos, os nossos miúdos e os miúdos do nosso vizinho”, como nos dizia, na Camunda, Paulino João, pai de oito miúdos. “Vamos comendo uma farinhazita, as crianças deviam mesmo de comer carne e beber leite, como fazem com os filhos do meu compadre dos Caminhos de Ferro de Benguela”.

As camaradas da JMPLA andam por esses bairros ensinando os miúdos a ler, conversando com as mães deles, desafiando até os *matumbos* (os de compreensão mais lenta, porque os tornaram lentos e inibidos de acordo com uma estratégia orientada) para um exame geral dos problemas das classes desfavorecidas, que são essas gentes da Camunda e de Massangarala, da Lixeira, na Benguela de hoje. Massangarala é um reduto onde poderemos encontrar muitos cabo-verdianos e homens de outros povos, é um bairro bastante heterogéneo. Na Camunda há uma definição mais concreta de origens, de raças. A Camunda é o bairro mais populoso; seus braços de *kimbos* humildes envolvem

também a Cambanja, o bairro a sul do cemitério; a antiga Lixeira está ao lado. Até há bem pouco tempo a escola da Camunda não possuía instalação elétrica mas havia uma necessidade absoluta de sistematizar o ensino noturno. Estes militantes do MPLA, radicados em Massangarala, na Camunda, na Lixeira, começaram a comer carne, muitos deles, depois da entrada dos movimentos nos centros urbanos. Paulino, João, Helena, a camarada Esperança, decidiram-se pelo MPLA “porque era o movimento com a cara toda voltada para o povo e até hoje ainda não nos enganou”. A camarada Magda, do Lobito (“meu pai morreu num desastre de aviação, sou uma rapariga da pequena burguesia, talvez, e quero lutar, quero entrar nestas lutas”), está convencida de que “a coisa mais bela de ver no MPLA é a sua cúpula não ter medo do poder popular”. Ela e as outras camaradas levam a mensagem desta certeza aos seus familiares, aos seus amigos, num trabalho interligado que representa os sustentáculos da sua corajosa opção.

Jornal de Notícias, 2 de julho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (7)
“Mundo em Guerra” e outros camaradas fogosos

Luís Alberto Ferreira

Muito objetivamente, a questão angolana é esta: a unidade física e mental do território, o perfeito e viril entendimento de todos os aspetos do nacionalismo, da identidade coletiva, da massificação cultural, das necessidades e aspirações reais do povo, têm sido escamoteados, lesados e desmentidos por aqueles que contrariam a doutrina da vanguarda revolucionária, que metem na luta os instintos mais descomandados do tribalismo, aqueles que nada têm a ver com Angola, com o povo angolano, que receiam o malogro irreparável dos seus planos, a frustração da sua cobiça sem limites.

Já vimos, nestas crónicas, como os coloristas “sinfónicos” da “paz”, pairando incessantemente ao longo da faixa geográfica que se lhes oferece “mais à mão”, têm procurado atrasar o processo de galvanização das massas populares impingindo-lhes tudo o que aprenderam nas aulas de paternalismo odioso dos seus mestres do social-fascismo, dos seus conselheiros sempre à espreita de réditos a longo prazo. Porque Angola é rica...

Os angolanos procuram na sua luta revolucionária
o seu lugar no mundo

É evidente que quando um povo está a nascer novamente e compreende, no meio do ribombar de morteiros e granadas, com as costas e o ventre devassados pelas baionetas das hordas assassinas, que a afirmação da sua personalidade continua a ser tolhida, manietada por grilhões mais ou menos visíveis, interessará antes do mais amestrá-lo e mentalizá-lo para a luta, para as iniciativas verdadeiramente corajosas, para as afirmações de serena combatividade, animando-o, fazendo com que ele se organize e encontre, na luta revolucionária, o seu lugar no mundo. É assim, de facto, que se entende o poder popular, que se edifica uma consciência nacional fecunda e preparada para o resto dos desafios que marcam todo um processo de independência nacional e popular.

A grande e cega preocupação dos “estilistas do pluralismo”, em Angola, tem-se traduzido, com mais ou menos rigor, em ações abertas ou verdadeiramente repressivas sobre as massas populares. Simultaneamente, enganar o cidadão português, tanto o explorador, o racista, o oportunista, como o trabalhador honesto, recorrendo ao tipo mais execrável de oportunismo, também representa um dos instrumentos fulcrais dos programas destrutivos da vontade e da consciência populares. Mas a vontade popular, em Angola, é substância que nos últimos meses deu já lugar a um grande património mental, gerou uma verdadeira fortaleza de valores em torno do MPLA — a OMA, a JMPLA, os “Pioneiros”, alargando surpreendentemente a faixa revolucionária e nacionalista, mau grado as hesitações e os vícios de certa burguesia, receosa duma “nova educação” e altamente prensada pelos rebates do mais elementar instinto de conservação, aterrada por falta de esclarecimentos continuados que uma imprensa reacionária, manejada, comprada, incapaz, está longe de poder assegurar.

Mortos gloriosos ensinam aos angolanos nova atitude vital

Há uma vanguarda revolucionária, o MPLA, a fazer de espinha dorsal num processo de comovedora grandeza. Há uma corrente energética a alastrar “de Cabinda ao Cunene” — o poder popular. E existe, ainda, uma outra força a progredir, dia a dia, para o eixo da grande mística da luta revolucionária — o exemplo dos mortos gloriosos, Valódia¹⁹⁰, Gika, Manuel Van-Dunen, tantos outros mortos gloriosos que hoje galvanizam, no espírito do povo angolano, uma nova conceção da vida e da morte, da dignidade e do opróbrio, ou simplesmente ensinam aos nacionalistas angolanos, no Makolokolo ou na Funda, no Cazenga ou na Camunda, um novo modo de viver, de pisar o solo pátrio, de construir uma (nova) atitude vital.

Arde neste espantoso rapaz da Funda, o camarada “Mundo em Guerra”, uma humildade enobrecedora, silenciosa e forte. O odor do seu corpo magro, maleável, tronco de bambu abraçado à espingarda, metido na farda sóbria de combatente, é uma fonte de aproximações e entendimentos fraternais, é o cântico, é mesmo o cântico da raça, é a selagem do renascer duma dignidade coletiva. O bambu do corpo treinado de “Mundo em Guerra” estremece só de

¹⁹⁰ Artur Fernando da Silva Rodrigues, que ficaria conhecido como Comandante Valódia, foi uma figura da luta de libertação angolana.

serena, talvez respeitosa emoção, só aí, quando passa, no terreno da delegação de Benguela, o comandante Kassanje, ave de guerra e do pensamento.

“Mundo em Guerra” é moço mesmo, “eu sei que nós, das FAPLA’s, somos bem recebidos no coração do povo, o povo diz com toda a razão que as FAPLA’s são o povo, pegam nas armas p’ra defender mesmo o povo, eu só posso mesmo vestir esta farda, pegar neste emblema e nesta arma p’ra ajudar a minha gente, defender o povo, defender a paz dele e o direito dele de viver a sua vida e ter o seu pão, o seu milho, o seu livro, ter a sua alegria. O camarada quê que pensa deste pensar? Não há maldade nisto, as FAPLA’s são do povo, a gente quer assim e o MPLA quer assim também”.

“Mundo em Guerra”, magro, risonho e bom, puro de alma, agradecido ao peso da sua arma, à responsabilidade da sua tarefa honrosa.

O camarada Chinganeca é peito aberto p’ra quem quer falar com ele, falar com os olhos nos olhos, moer bem na frente dele o fruto seco da terra que há de dar amanhã já outro fruto porque “a luta continua”. Chinganeca está na luta e com a luta, ferve dentro deste bravo das FAPLA’s o culto sereno, o fervor admirativo dos mortos grandes do movimento, “comandante Valódia, apreciei a sua grandeza, consciência de revolucionário, era um homem simples. Comandante Gika é outro valor que temos de ter presente, a sua formação política, a sua vocação de combatente revolucionário. A gente tem de aprender com eles, a gente tem de aprender na experiência de cada dia e fazer avançar a nossa luta, ao lado do povo angolano. A luta é de nós todos, das FAPLA’s e do povo angolano”.

Os camaradas crescem com a revolução popular.

Jornal de Notícias, 3 de julho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (8)
Reaprender os sofrimentos, recusar humilhações,
garantir o triunfo da revolução

Luís Alberto Ferreira

A cimeira do Quénia não acrescenta nem subtrai seja o que for ao essencial deste depoimento.

Há coisas que terão, fatalmente, de ficar na história de Angola, com ou sem lunetas assestadas sobre reuniões de alto nível em Mombaça, Penina ou Nakuru. Logo, nem um só trecho da agenda que os três presidentes abriram na cimeira do Quénia serviria para emprestar um “novo tom” ao conjunto de situações que analisamos no território angolano nos últimos dias de maio e na primeira quinzena de junho.

É imperiosamente necessário estudar, sem paixões, sem determinados impulsos de cegueira emocional, sem raivas gratuitas, o fenómeno dos “civis armados”. As habilidades excessivamente provincianas, toscas mesmo, de certa imprensa e de certos malabaristas da reação, já não conseguem mais do que fazer sorrir os observadores atentos. Pretende-se, num esforço irado, medíocre e trapalhão, criar e divulgar dentro e fora de Angola a imagem de um feixe de musseques armados até aos dentes e disparando em todas as direções. E, caso curioso, quem morreu, quem morre, é gente dos musseques, principalmente. Entretanto, comerciantes, reacionários e outros sujeitos não têm hesitado em andar de pistolão metido no cinto, à luz do dia, em diversos locais da capital angolana, sob o pretexto de que se preparam ataques nesta e naquela banda...

Nós concluímos, em Luanda, que não são poucos os civis armados. Eles existem, também, nos musseques, mas a imagem material mais verdadeira corresponde a um proletariado que se mune do que tiver à mão para se defender de ataques cuja crueldade não tem nome. Devemos então associar a este capítulo as grandes e médias questões do poder popular? Pensamos que sim. A população angolana, falamos de todas as etnias, de todos os níveis sociais, tem

tropeçado naquilo que lhe é facultado e imposto pelos canais da reação organizada. Assim, a burguesia atira para as costas do poder popular a autoria de uma série de ações criminosas. Fala-se em braçadeiras do MPLA exibidas pelos agressores em certa fase anterior aos morticínios monstruosos de fins de abril cometidos pelas hostes reacionárias. Os desmentidos do MPLA não encontraram, naturalmente, de portas abertas as redações dos jornais reacionários. O poder popular expulsava, sem contemplações, dos musseques, os comerciantes “barrigudos”, os racistas implacáveis, desde sempre beneficiários de uma proteção que aglutinava o governo, a polícia, o exército colonialista e a PIDE/DGS, não falando dos sinistros “informadores” entranhados na barriga da pequena burguesia nacionalista.

Já não é possível desalojar da vanguarda as massas populares

Não se pode questionar, gratuitamente, no terreiro das vigorosas opções populares. Se a um desenvolvimento histórico das sociedades correspondem situações incontornáveis de sofrimento e de luta, forçoso é compreender que um povo temperado principalmente no sofrimento nunca recua depois de lhe ter sido indicado, depois de ele próprio ter conquistado, o acesso à liberdade. Aceita novos sofrimentos, próprios da luta, mas não suporta novas humilhações. É o caso do povo angolano, familiarizado, até às entranhas, com toda a classe de chicotadas. O povo angolano está a avançar com uma firmeza irreduzível, as massas populares adestraram-se rapidamente para a luta ideológica, conhecem com exatidão o seu papel na revolução e a importância da sua força moral. Benguela e Luanda são dois pontos coruscantes da consciência revolucionária do proletariado angolano. Foi precisamente em Benguela, nos areais do bairro de Fronteira, que o camarada Pedro Augusto, militante da vanguarda mais jovem, teve para mim estas afirmações de palpitante desassombro, de pujante consciência revolucionária e nacionalista: “Nós, realmente, ao entrarmos em Benguela, vindos do Lobito, vemos extensos terrenos cultivados com cana de açúcar, e depois mais à frente com bananais. Para quem vê aquilo, *a priori* pensa que são grandes terrenos cultivados, pois claro, conclui que há muita cana de açúcar, possivelmente pensará também que há muito açúcar em Angola. Mas se formos para o mercado, veremos que há escassez de açúcar. Isso é logo uma contradição. Muita cana de açúcar e pouco açúcar no mercado. Esta contradição deixa logo transparecer que há algo de anormal aqui. Realmente, o que é que podemos notar? Muita cana de açúcar, não só aqui no

Cassequel como no Dombo Grande, no Caxito, e pouco açúcar no mercado. Para onde é que vai esse açúcar? Será para o consumo interno? Não é. É exportado, grande parte. No mercado interno há um conjunto de especulações, todas elas em detrimento do povo. E quando falo do povo refiro-me a que ele tem de defender a sua força de trabalho, o povo é portanto o grande prejudicado. Afinal nós sabemos bem que a Companhia do Cassequel é uma companhia possuidora de uma autêntica tradição colonial, e como a Cassequel estão as outras companhias, a Tentativa, por exemplo. Salários de fome, não há condições nenhuma de trabalho, não há regalias sociais para os trabalhadores. Aliás nós sabemos muito bem que o operariado e o campesinato são as camadas de povo angolano mais exploradas.”

Esta consciência, cada vez mais viva, torna-se também atuante, no povo angolano, que decidiu juntar-se à vanguarda revolucionária pegando em armas, pegando nas palavras de ordem com a extrema aplicação resultante do facto de, comovidamente, entender bem o seu significado. Pela primeira vez ao longo de muitos decénios, o proletariado angolano pôde aderir, recorrendo à plenitude das suas forças intelectuais, a uma voz forte, igual à sua própria voz, à sua própria ansiedade. Pela primeira vez o povo angolano pôde juntar-se em torno de um ideal onde ele encontra a argamassa das suas próprias aspirações, ecos sagrados e vibráteis da sua condição humana.

Quem é o povo, quem são os explorados

Pedro Augusto é, na verdade, um progressista angolano identificado com os problemas da sua pátria, é um jovem informado, um estudioso das inquietações do seu povo. Ele conhece, como poucos, a profundidade da implantação da vanguarda revolucionária no seio do povo angolano: “É no quadro dos musseques, dos subúrbios, é lá mesmo que as FAPLA’s encontram grande parte dos seus efetivos, isto em relação às cidades. Operários, estudantes de nível primário, secundário, médio, superior, são os indivíduos que sentem realmente na carne a exploração, são esses indivíduos que sentem realmente as injustiças de que são vítimas. É, pois, neste quadro que nós encontramos os efetivos das FAPLA’s. Vieram da “cidade de areia”. Quando nós quisermos verificar as grandes contradições da sociedade angolana em que vivemos, é vermos esse ambiente urbanizado e vermos o ambiente da «areia». Essas contradições mostram claramente as injustiças sociais que existem em Angola.”

A tradição democrática de Benguela merece também de Pedro Augusto um punhado de reflexões que aviventam aspetos cruciais da realidade angolana: “Essa tradição existe, mas eu desejaria que essa Benguela democrática deixasse de ser só uma tradição para se tornar algo de concreto no campo da promoção das classes desfavorecidas até hoje.”

Para denegrir o poder popular todos os argumentos servem, escuras do oportunismo e da mentira trabalham a soldo de um falso gramaticalismo ideológico. Pedro Augusto, analisando o fenómeno benguelense, é muito objetivo nas suas conclusões: “Parece-me bem que essa tradição atualmente não passa mesmo duma tradição, deixou de ter um significado prático. Porque nós vemos que as FAPLA’s, o MPLA, encontram ainda uma certa oposição junto de um certo setor que é considerado tradicionalmente como democrata, embora possa dizer que de facto um vasto setor de Benguela já viu que o MPLA é realmente um movimento, uma organização de vanguarda e que vai libertar o povo angolano. Eu gostaria de ver ultrapassadas todas essas contradições.”

Jornal de Notícias, 4 de julho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (9)
“O camarada presidente e a dignidade do MPLA”

Luís Alberto Ferreira

A criação de uma Frente Angolana de Libertação sugerida pelo programa do MPLA não poderia, naturalmente, ignorar a dominação colonial, os imperialismos tenebrosos. Atrás dessas designações havia os factos. A dominação colonial traumatizou o povo angolano. Violentou, por mil formas, a sua dignidade. Usou e abusou da sua força de trabalho. A dominação colonial manteve o povo angolano, ao longo de muitos anos, encafudado na sombra, oprimido na “geral”, amontoado nos musseques, acorado sem esperança à porta dos hospitais, mendigando um lugar nas escolas, empurrado para os pobres e bafientos cinemas suburbanos, sem transportes públicos porque os *machimbombos* andavam na baixa e eram só para as burguesias lazarentas e comodamente arrumadas. Cada um dos privilégios facultados à população da “areia”, por exemplo o acesso dos *machimbombos* que ligavam a baixa aos musseques, veio corresponder a um novo modo de exploração, mais um. As lojecas dos musseques rendiam muito aos seus proprietários, habituados a pontapear, esmurrar, insultar o pobre cliente quando este protestava contra as manhas fraudulentas, o roubo descarado, as moscas no vinho palheto. No Hospital Central de Luanda morriam, anualmente, milhares de crianças recém-nascidas e não se captava o zumbido de um só protesto. A polícia branca “domesticava” os sipaios nativos e estes eram sabiamente levados a espancar, por tudo e por nada, os seus irmãos, os seus compatriotas.

Os dois grupos mais importantes do país

Por isso o MPLA entendeu que seria urgente, inadiável, “defender consistentemente e essencialmente os interesses das camadas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país, constituindo no conjunto a quase totalidade da população angolana”.

Por isso o MPLA entende que “a soberania do estado angolano pertence inteira e unicamente ao povo angolano, sem distinção de etnia, de classe, de raça, de sexo, de idade, de tendências políticas ou de convicções filosóficas”.

Por isso o MPLA defende o estabelecimento de uma “união popular”, o povo ciente das opções, o povo inteirado da sua própria condição.

O jornalista, qualquer que seja a sua formação moral, o seu credo político, o seu pendor estético, a sua fome de espaço ideológico, chega a Angola e compreende rapidamente tudo isto. Faz uma leitura fácil de todo o xadrez situacional neste território perscrutado por olhos terrivelmente gulosos. E logo conclui da necessidade imperiosa de evitar que se adulterem com interpretações malévolas uma proposta de “luta em comum com todas as forças patrióticas num vasto movimento popular, com vista à tomada do poder pelo povo angolano e a instauração dum regime republicano e democrático, com base na independência total”.

É necessário que a comunidade internacional entenda correta e virilmente a moral da implantação de uma “união popular” destinada a liquidar toda a tentativa de agressão imperialista e todos os atos e manobras que visem lesar a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de Angola — trouxemos de Luanda, de Benguela, da Huíla, do Huambo, esta certeza vibrátil; tem de estar preparada para compreender os novos impulsos da vanguarda revolucionária do povo angolano.

Num dos seus discursos de militância dirigida, o presidente do MPLA dizia muito concretamente: “A impaciência provém principalmente do nosso próprio povo que não pode mais sentir o colonialismo e quer uma solução rápida, mas uma solução que vá ao encontro das suas aspirações de liberdade e de dignidade”. Encontrava-se Agostinho Neto numa Conferência Inter-regional de Militantes. As suas palavras de então despertam hoje vibrações novas — mas o nacionalismo do MPLA, realista e forte nas suas projeções retilíneas, tem sempre rumado numa direção, numa única direção. (Ainda a voz do presidente: “Segundo as tradições do nosso movimento temos de, mais uma vez, adaptar a nossa organização às tarefas para o futuro imediato e delinear a orientação apropriada para o momento”).)

O lugar das massas é o centro da luta

Para o jornalista, ainda, o grande binário Luanda-Benguela reflete toda a eloquência moral da implantação do MPLA no seio das massas populares.

Pedro Augusto, aquele jovem progressista que interpelámos em S. Filipe de Benguela, é a viva consciência de “como as massas edificam o socialismo”. Ele conhece as terapêuticas e os acidentes da luta revolucionária, sabe exatamente como vive o povo angolano, quem é o povo angolano, quem semeia os perigos e os safanões pequeno-burgueses impeditivos da unidade energética total, da “submissão da minoria à maioria”, do “cumprimento das decisões da maioria mesmo pela minoria discordante”. Era ele, Pedro Augusto, quem nos asseverava, ao sol do meio-dia, num grupo em que sobressaíam, entre outros, os camaradas N’Gongo e Xinganheca: “Há um verdadeiro trabalho que vai da teoria revolucionária à prática revolucionária. Esta politização, a aliança dos conhecimentos teóricos ou da teoria revolucionária e da prática revolucionária na nossa organização fazem com que realmente não se possa esmorecer quanto à participação efetiva nas tarefas revolucionárias inspiradas pelo movimento. O trabalho avança, dialeticamente. Isso contribui poderosamente para que o povo de Benguela, neste caso em particular a camada jovem, esteja cada vez mais unida ao MPLA.”

Em todos os setores progressistas de Angola o nacionalismo apresenta formas realistas, duma impetuosidade que aumenta dia a dia no calor das práticas revolucionárias. Pedro Augusto não admite qualquer confusão dos valores: “Em todas as regiões do nosso território encontramos, nas fileiras da nossa organização, camaradas perfeitamente esclarecidos, e isso é uma prova de que constituímos uma organização de carácter nacional. Temos por toda a parte comissários políticos que dominam o kikongo, o ambundo, o kioko, o muíla, o kuanhama. Falando esses dialetos, podem esclarecer as populações, chegar até elas. A Frente Leste do MPLA está profundamente enraizada nas massas populares. Nós vemos perfeitamente que há uma ligação Povo-MPLA. E isso é indesmentível.”

As articulações que penetram e dinamizam os espaços populares representam capítulos da consciencialização global. De cada caso especial, a violência, as novas formas de opressão no trabalho, tiram-se nas fileiras do MPLA as ilações que definem as verdadeiras motivações dos militantes: “Após a primeira onda de violência, em março, o povo procurou esconder os emblemas e tudo o que pudesse relacionar-se com o movimento. Mas na sequência dos últimos incidentes, a população toda de Luanda apareceu nas ruas em força, as camaradas da OMA com as suas camisolas, os “pioneiros” com as suas cami-

solas, tudo exibia o *crachat*, numa avalanche impressionante. Isso deixou imediatamente ver que o povo estava consciencializado. Depois de adquirir consciência política em volta de uma certa organização, a força já não faz recuar seja quem for.”

“A dignidade do MPLA — sublinhava, por fim, Pedro Augusto, religiosamente escutado por alguns «pioneiros» de cabeça quase rapada — lateja um pouco por toda a parte, nos comportamentos, na sinceridade de todas as ações. Essa dignidade assenta no próprio presidente. Eu digo, muitas vezes, que o camarada presidente é a dignidade do MPLA.”

Jornal de Notícias, 5 de julho de 1975, última página

Angola com o coração nas mãos (10)
O Lubango e o Cunene — esta terra prodigiosa

Luís Alberto Ferreira

Quando os revolucionários pegam no mapa de Angola, quando os progressistas angolanos cruzam o território, de avião ou por estrada, acontece-lhes cair numa série de reflexões quase patéticas. O território angolano é imenso, as suas feições geofísicas entrelaçam-se num corpo assombroso que envolve recursos naturais duma pujança impressionante. Ao espírito do repórter aco-dem os mesmos sobressaltos. O seu coração e a sua inteligência deixam-se trepar e tocar pelas mesmas reflexões.

Nessa viagem aérea de Benguela pra o Lubango, para as terras da Huíla, a questão desafiou-nos a ambos, a mim e ao camarada Rui Ochoa, que manejou as suas máquinas fotográficas com o ardor das invencíveis alianças do internacionalismo proletário, que fixou rostos humanos, gestos revolucionários e paisagens impetuosamente belas com a alegria quase cruel da descoberta e da volúpia carnal. Rui Ochoa, que escreve e pensa com a “imagem”, alertava-me, mais tarde, noutra viagem por terra a caminho do Huambo, com os camaradas Xinganheca e “Mundo em Guerra”: “Onde conseguiram eles meter o povo angolano que nunca usufruiu estas terras, nem sequer um palmo do que elas produzem?”.

Hoje, o povo angolano comparece para todas as lutas, aceita as tarefas mais ingratas do aparelho revolucionário, disposto a “combater o tribalismo, o regionalismo, o racismo e todas as taras que constituam obstáculo ao desenvolvimento da luta”. E começa a conhecer, verdadeiramente, a sua terra, o que ela vale, até onde se estende. Começa a ter, enfim, noção correta dos bens de que esteve sempre escamoteado. Inicia, entre sucessivos deslumbramentos, uma espécie de noivado telúrico, como que uma recuperação de si próprio.

A parte resistente (ou só indiferente) das burguesias mansas

Reparámos que o MPLA, no Lubango, atrai os grupos mais sãos e mais evoluídos da pequena e da média burguesias, além, evidentemente, das gran-

des faixas do proletariado nacional, com uma tradição de vida obscura e esforçada.

As organizações de massas do movimento têm em “Sá da Bandeira” uma expressão muito própria. A OMA e a JMPLA, mesmo os “Pioneiros”, deixam a vicejar, nos desfiles, o entusiasmo e a jovialidade dos que têm esperança, sentem os seus passos norteados e estão tomando consciência duma profunda realidade — a realidade nacional. Mas a gente desembarca naquela cidade também por alguns considerada como “democrática” e logo compreende que o Lubango é também um lugar de reacionários. A burguesia bem instalada movimenta-se numa pastosa indiferença, longe dos cursos revolucionários, acionando os bons automóveis, empanturrando-se de saudosismos vários na mansuetude colonial de certas confeitarias e cervejarias e de outros ambientes marcadamente conservadores. As suas conversas estão viradas para ontem. No Lubango parece prevalecer um pacto de não agressão entre os blocos sociais, e haverá um certo paternalismo convivencial dos que interpretam unilateralmente a paz e a ordem reinantes nestas paragens angolanas. Eles pensam, talvez, pensam mal, já se vê, que os dramas da exigência revolucionária “são coisas lá das gentes de Luanda e do Norte”.

Sentem-se igualmente no Huambo, em “Nova Lisboa”, as palpitações das burguesias mansas. O comércio reacionário oferece alegremente as suas montras e as suas fachadas às “pinturas” publicitárias da UNITA e a toda a classe de exaltações baratas. “Nova Lisboa” está cheia de armazéns que vendem “aos montes”. Neles se alinham montes de fazendas e artigos de primeira necessidade. A mão e a mentalidade do comércio colonial abatem-se, ainda, com conta, peso e medida, sobre o ambiente da terra. O separatismo e o elitismo e outras formas de dizer “não” às maiorias estão aí claramente pronunciados na cidade de “Nova Lisboa”. Felizmente para o nacionalismo, para a revolução angolana, a atividade dos progressistas, nomeadamente dos jovens, atinge no Huambo proporções fabulosas. Há progressistas por todo o lado entre o operariado, os estudantes, os indivíduos possuidores de cursos médios. A sua combatividade e a sua cultura revolucionária contrastam enormemente com o cínico calculismo das burguesias nitidamente “distanciadas” do processo hodierno.

Uma economia para redescobrir e tratar honestamente

Um funcionário muito experimentado dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes assegurou-me, em “Sá da Bandeira”, que a economia da importante faixa geográfica angolana vai depender, em certa medida, da “aceitação que o minério vier a ter lá fora”. Concretamente, dizia-me: “Se o minério voltar a ter a aceitação que já teve lá fora, o Caminho de Ferro de Moçâmedes terá uma maior projeção. Essas possibilidades, atualmente, não são muitas, há contratos entre as empresas e o estado que em meu entender não servem a verdadeira economia do caminho de ferro, principalmente o caminho de ferro. Nós até estamos a ter que enfrentar bastantes dificuldades porque as percentagens atribuídas para a desvalorização dos materiais não são compensadoras. É certo que a Companhia Mineira do Lobito é que investiu e portanto esses contratos fazem parte de um desconto para pagamento desse investimento que se fez com locomotivas, vagões para transporte dos minérios e até material de via”.

Pelo menos 6 mil pessoas fazem parte dos quadros do Caminho de Ferro de Moçâmedes. A valorização do equipamento, segundo o mesmo funcionário, não deve tão-pouco ser descurada. O Caminho de Ferro de Moçâmedes precisa de ser revitalizado. Os minérios da Jamba e de Tchamutete serão a alavanca de todo o processo de reconversão económica mas impõe-se que os homens contribuam, que o governo de Angola comece a ter uma atuação altamente realista e honesta. No xadrez económico do território angolano, casos como o do Caminho de Ferro de Moçâmedes começam a proliferar.

O Lubango, o Cunene, são “regiões fantásticas” desta Angola prodigiosa. O distrito da Huíla, com capital no Lubango, é particularmente rico em espécies pecuárias, como afirmava Fernando Gastão, um dos progressistas mais combativos da região: “A pecuária encontra-se bastante desenvolvida nesta região de Angola, com animais de raça selecionada, sobretudo vindos da África do Sul. Os criadores de gado desta zona capricharam em dar um contributo válido para a economia de Angola. Temos aqui boas explorações, com um armentio altamente selecionado, e temos até criadores que estão já a exportar toiros, para criação. Portanto, os cruzamentos sucessivos com o gado gentio foram sempre melhorando a qualidade e hoje podemos dizer que os criadores da Huíla estão numa situação privilegiada”.

Gastão reportou-se, ainda, com entusiasmo, ao projeto do Gabinete do Plano do Cunene, que prevê a irrigação desta vasta zona do distrito, indo

permitir exatamente a fixação de novos criadores de gado. A transumância do gado, pelos criadores nativos do Cunene, é uma fator, diz-nos também Fernando Gastão, a considerar numa nova dinâmica de trabalho e de enquadramento social dessas populações. Tudo tarefas que exigem estudo, coragem, honestidade, uma política verdadeiramente nacional que promova os “agricultores nacionais”, que faça desta terra o que ela pode ser e merece ser. Defendem estes princípios os militantes e os simpatizantes do MPLA, fortemente implantado nestas grandes regiões. “Ideologicamente devemos considerar o distrito da Huíla conquistado pelo MPLA”, afirmava, numa reunião de jovens angolanos, um elemento particularmente identificado com os problemas económicos e sociais da Huíla. São dele igualmente estas penetrantes reflexões: “Continuam implantadas nesta região empresas de grande envergadura que não olham com simpatia nenhuma as ideias progressistas. Um tal Mário Moutinho, que enriqueceu comprando brancos para vender pretos, comprando as autoridades administrativas para negociar carne humana, é um dos expoentes da reação. E pode calcular-se que espécie de reação.”

Jornal de Notícias, 8 de julho de 1975, última página

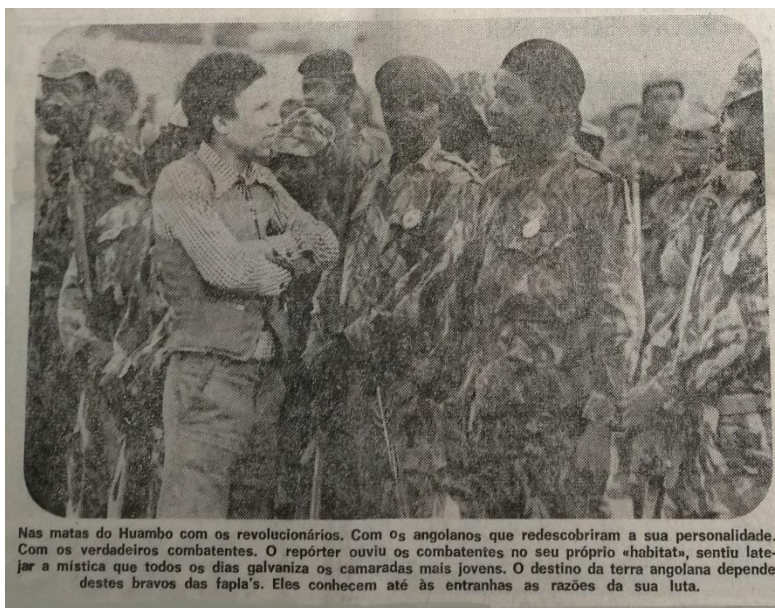
Angola com o coração nas mãos (Fim)
Nas matas do Huambo com os revolucionários

Luís Alberto Ferreira

Estávamos no Huambo, entre os mais jovens intelectuais progressistas, entre aqueles que sabem situar e explicar o papel duma vanguarda da classe operária, aqueles que, a despeito de manusearem com desembaraço ideológico os materiais revolucionários, continuam a saber movimentar-se entre os costumes tradicionais da terra angolana, entre os problemas das humildes populações dos *kimbos* e por isso estão habilitados a acionar essas alavancas fundamentais, a provocar a participação ativa das massas populares na luta revolucionária.

Foram eles que nos conduziram, numa memorável tarde de princípios de junho, lá para os interiores do vasto Huambo, ao encontro das mais fortes e nobres emoções deste contacto com a prodigiosa faixa de revolucionários e nacionalistas angolanos. Visitámos um Centro de Instrução Revolucionária do MPLA, em terrenos ligeiramente acidentados. Foi mais do que uma visita, muito menos uma simples reportagem com homens fardados e largamente familiarizados com as exigências da luta nas matas; foi o contacto emocionado com mais uma página quente da realidade nacionalista. O repórter tacteou os sentimentos vibráteis dos combatentes revolucionários, conheceu a profundidade das motivações, a mística do movimento de vanguarda quando trazida para lugares como este, onde os homens, mais concentrados pela disciplina das tarefas, medem de alto a baixo o significado e o porquê das suas doações mais generosas, mais desligadas dos conflitos e dos apetites existenciais. Um céu azul, belo, eucromático, dominava a tarde levemente soalheira. Os recrutas, no termo da instrução da jornada, entoavam um hino, sob o arvoredor, cantavam as suas esperanças. Um quadro tocante: eram rapazes simples, gente do povo, pequenos operários, estudantes, pequenos camponeses e também alguns moços errabundos das cidades onde os grupos proletários andam permanen-

temente esbulhados dos seus direitos mais subterrâneos. Desabafo de um moço do Bié: “O meu pai trabalha na câmara de Silva Porto. Ele estava de acordo que eu viesse para as fileiras do MPLA, estava de acordo e eu vim. Mas nem houve despedidas. Eu vim porque entendi que o lugar de luta de um jovem angolano, de todo o jovem angolano, é aqui nas fileiras do MPLA. No sábado vou a casa, vão-me levar a Silva Porto. Vejo a família e volto para o CIR. Volto aqui para o nosso Centro com mais um primo meu e três amigos que também querem alistar-se no MPLA”.



Os recrutas, durante a instrução política, têm um ar profundamente concentrado. As palavras do monitor são captadas, sentidas com um alvoroço que se estampa vigorosamente nos rostos serenos, todavia, de rapazes e raparigas que vieram até ao Huambo desde remotas paragens angolanas, vieram do Cunene, vieram de Mpungo-Ndongo, atravessaram os campos da Lunda e do Bié, esquivaram-se às ciladas criminosas nos labirintos do Uíge, estão aqui verdadeiramente cientes de que escolheram a revolução. Jorgito é outro dos bravos angolanos que preferiram esse caminho, esta rampa difícil, este percurso grávido de esperanças relacionadas com a libertação, com a independência total da nação angolana. A COP, Comissão de Organização Política, encontra em lugares

como este o terreno ideal para fazer em Angola homens verdadeiramente informados, preparados para detetar ao primeiro impulso as manobras do inimigo comum, do que se propõe agora vibrar palmadinhas “amigáveis” nas costas dos camaradas, dos que dizem que “já eram contra o colonizador antes do 25 de Abril”, daqueles que preparam na sombra a teia viscosa do neocolonialismo. Neste Centro de Instrução Revolucionário há soldados “feitos”, largamente rodados nos espinhos da luta de guerrilhas, moços que passaram pela 1.^a e 2.^a Regiões Militares do MPLA, moços que receberam preparação na União Soviética e noutros países, que conheceram as agruras da fome e de outras privações no seio áspero das matas angolanas. Jovens que viram com os seus próprios olhos o comandante Valódia em ação. É o caso do camarada Hynkaka, que me falou do gigante Valódia nestes termos de fervorosa admiração: “Eu era um dos elementos do nosso grupo quando em Luanda se deu o ataque da facção Chipenda. Eu participei no combate quando foi da morte do camarada comandante Valódia. O camarada Valódia foi um bom comandante para as FAPLA’s, foi um comandante muito ativo, que se dedicou enormemente aos problemas da disciplina militar, procurando mentalizar e orientar os elementos do seu esquadrão para o melhor, mostrando-se ainda muito realista nas táticas de combate.”

Ajudar a formar revolucionários “completos”

O diretor deste Centro de Instrução Revolucionária esteve, em quatro ocasiões, detido pela PIDE/DGS, conheceu na sua própria carne o preço do ideal revolucionário, do nacionalismo atuante. “Mas nunca fiquei desmoralizado e estou certo de que, daqui para a frente, nós havemos de empurrar a revolução porque a vitória é certa”, disse-me o notável combatente das FAPLA’s diante de uma parede onde os meus olhos foram redescobrimdo pedaços da “linguagem moral” das forças revolucionárias: “O MPLA é o povo”; “África livre”; “Independência real — um só povo, uma só nação”. A dois passos ficava a cozinha do CIR, entaipada por grandes chapas de zinco e paus de tunga, com os seus doze monumentais caldeirões enegrecidos de lenha ainda fumegantes. Uma vida dura, nimbada de uma viril poesia humana. Uma vida ao ar livre, para homens revolucionários, homens que já são de hoje. A revolução angolana é uma coisa verdadeiramente atual, é uma exigência presente, o seu processo avança na espuma de todos os dias, ontem, hoje, amanhã. “Isto é fundamental, nós temos emitido muitos esforços no sentido de desenvolver neste

local atividades de promoção sociopolítica e militar de todos os nossos jovens militares”, disse-me o diretor do CIR noutra fase do diálogo que mantivemos ao princípio da tarde. As suas preocupações, as suas definições, reaparecem a cada passo na voz de outros camaradas aqui radicados. “A nossa vontade de dar instrução vai aumentando, dia após dia, ao verificarmos que os jovens camaradas também vão aumentando o seu gosto em aprender para depois serem uns bons militantes e uns bons combatentes. Os recrutas vêm para o CIR, a grande maioria, por entusiasmo, conhecedores do ideário do movimento. Vêm principalmente empurrados pelo entusiasmo natural. Só depois de aqui estarem eles compreendem porque se deve lutar e contra quem é que se luta. A partir daí aumenta o seu entusiasmo, aumenta a sua dedicação e a sua vontade de combater até à nossa vitória, que é certíssima”, asseverava-me, pouco depois, um jovem instrutor político-militar, o artilheiro Tukeia, oriundo das terras do Dondo.

Os camaradas cruzam-se constantemente no imenso terreiro, têm tarefas a cumprir. As tarefas de instrução absorvem muitos elementos: “Os camaradas mais novos começam a aprender aqui os objetivos da luta. Aprendem os primeiros passos para saírem daqui uns revolucionários completos. Aprendem a distinguir, de facto, quem é o inimigo. Porque hoje em dia nota-se em Angola tendência para tentar desviar as pessoas dos verdadeiros objetivos da nossa revolução. Estão ali duas camaradas, duas jovens. O problema do sexo, na nossa linha política, está posto de parte. Nós procuramos dar às camaradas consciência de que elas próprias devem lutar, para adquirirem os mesmos direitos dos homens neste país com todas as características coloniais e onde a mulher tem sido ostensivamente espezinhada e anulada. Estão neste Centro de Instrução Revolucionária pelo menos umas setenta camaradas. A mulher angolana está presente na luta revolucionária. Politiza-se e pega em armas. Esta é uma luta de todo o povo angolano.”

O entardecer amadurecia mais, nos longes. A instrução continuava. A voz do monitor ecoou forte. Os recrutas ouviam religiosamente concentrados: “Não é com a morte do camarada Valódia que a nossa luta vai acabar. Os camaradas vejam o caso da FRELIMO. Morreu o camarada Mondlane e a luta continuou...”.

Tempo, 24 de julho de 1975, p. 9

Angola: extensão de uma tragédia

Varela Soares, enviado especial

“Os movimentos de libertação de Angola — FNLA, MPLA e UNTA —, reunidos em Nakuru de 16 a 21 de junho de 1975 (...), conscientes da gravidade da situação que o país atravessa e de que o interesse nacional deve necessariamente sobrepor-se a quaisquer divergências políticas e ideológicas, afirmam solenemente renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes das conclusões do acordo...”.

Já assim fora acordado e escrito na cimeira do Alvor. Mas de belas palavras e de boas intenções está Angola farta, bem como de violência, morte e destruição. Menos de um mês após Nakuru, toda a cintura suburbana da capital de Angola — bem como diversas localidades, nomeadamente no norte e centro do país — foi sacudida por uma onda de violência de rara intensidade, comendo-se crimes indescritíveis motivados por um racismo cego e por um desenfreado tribalismo.

Ao falarmos de racismo devemos desde já esclarecer um ponto importante: a população branca, mantendo-se à margem dos acontecimentos, não foi alvo direto dessa escalada de violência, bem como [*sic*] os africanos militantes da UNITA. Assim, uma nova forma de racismo nasceu: de ideologia política, de clã, de regionalismo. Mas não menos feroz (bem pelo contrário) do tradicional, identificado pela cor da pele.

Reina, neste momento, uma calma aparente. Mas quem viva em Angola ou agora por lá passe não pode deixar de verificar que as raízes do ódio continuam a germinar na generosa terra angolana, adubadas pelo sangue de milhares de vítimas inocentes.

Com as luzes apagadas e as vigias cerradas, aterrámos no aeroporto de Belas, em Luanda. Eram 22 horas. Lá fora também era noite — mas uma noite cortada por clarões de medo.

Ouvia-se ao longe o rebentar dos morteiros, como se para as bandas do campo de golfe, na cintura periférica da cidade, um insólito e descabido fogo de artifício animasse a tragédia de que muito em breve iríamos tomar conhecimento.

No terminal militar, entre “páras” de rosto vincado pelo cansaço das noites perdidas, centenas de pessoas vagueavam por entre caixotes, malas, sacos e toda a espécie de volumes e objetos de uma população em êxodo que, na fuga desesperada, arrastou consigo, como pôde, os parques haveres salvos ao saque ou que conseguiu trazer na precipitação da partida.

Na sala do aeroporto militar, brigadas do IASA (Instituto de Assistência Social de Angola) encaminhavam os refugiados para três voluntários do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), vindos expressamente de Lisboa na humanitária tarefa de minorar o desespero de homens, mulheres e crianças, brutalmente forçados a abandonar a terra onde viviam.

Torna-se difícil descrever toda a extensão do drama que atingiu milhares de angolanos por nascimento ou adoção.

“Vou para Armação de Pera, no Algarve, onde tenho família. Eu e os meus dois bebés. Não tenho um escudo!”

Ao nosso lado, um homem chora. Silenciosas, acusadoras, as lágrimas deslizam-lhe pelo rosto crestado, enquanto acaricia os cabelos de uma mulher que aparentava o dobro da idade que daí a pouco viríamos a descobrir no passaporte: 22 anos apenas. Ao colo da mãe, um bebé dormia alheio ao drama da separação dos pais. “Tem calma. Fico feliz por saíres deste inferno, com o miúdo”.

No outro lado, rosto marcado pelo sofrimento, uma mulher implorava ao voluntário do IARN que a deixasse ficar em Lisboa cinco dias. “Só quero ficar cinco dias em Lisboa porque o meu marido está doente e só vai nessa altura. Por favor...” Mas tal não era possível. E o homem foi claro: “Quando chegar a Lisboa, ou vai para a sua terra ou não lhe podemos dar alojamento”.

Pouco depois, o homem abeirou-se de nós e desabafou: “Nunca vi, em 60 anos de vida, tanta desgraça junta. E não lhes posso valer...”

Um alferes (que viemos a saber não dormia há cinco dias) afirmou-nos: “Como é possível haver tanta maldade na vida?”

“Você e os miúdos apanham o comboio em Santa Apolónia”.

“Não sei onde é”.

“Não se preocupe, os nossos colegas em Lisboa indicam-lhe onde fica”.

“E eu, senhor? Para onde vou com as crianças? Sou viúva e não sei se a minha família está em Lisboa...”

“Nesse caso, a senhora e os garotos vão para o INATEL até se localizar a sua família”.

Às 23 horas, um “707” partia para Lisboa com uma centena e meia de esperanças perdidas, de vidas destroçadas, de crianças traumatizadas.

Ninguém se sentia culpado. Ninguém tinha a consciência de ter explorado fosse o que fosse para além do legítimo fruto do seu trabalho. A maioria não conhecia outra terra e apenas tinha por sua a de Angola.

“E agora? E porquê...”

Cinco famílias num bairro

Tudo o que se disser ou escrever sobre os últimos acontecimentos registados em Luanda fica aquém da realidade. Na noite em que chegámos, a cidade encontrava-se sem luz, sem água e, praticamente, sem comunicações. E sem pão, sem frescos e sem os víveres essenciais.

No aeroporto militar pedimos a um velho amigo da Força Aérea para nos levar a casa de familiares, na Terra Nova, bairro suburbano entre a Avenida do Brasil e a estrada de Catete. O seu olhar foi de espanto e depois de desengano: “Não podes lá ir. Tudo aquilo está ocupado”.

E depois, como querendo animar-nos: “Não fiques preocupado, foram desalojados. Dormes aqui esta noite e amanhã vamos localizá-los”.

Foram horas infernais. Devorámos cigarros sobre cigarros.

“Não está lá nenhum branco” — disseram-nos.

Na manhã seguinte, uma viatura militar levou-nos à cidade. Na Avenida de Lisboa o cheiro era pestilento e junto à morgue centenas de pessoas choravam na ânsia insofrida de conhecer a identidade dos mortos.

Na estrada de Catete, a Casa do Povo da FNLA estava reduzida a um bloco negro de destroços. Nas imediações não havia um vidro inteiro e as marcas das granadas mostravam bem a violência da luta em plena cidade.

À entrada do bairro Terra Nova um corpo abandonado estava inchado e coberto de moscas. Disseram-nos estar ali há três dias.

Os meus familiares ainda se encontravam na Terra Nova, traumatizados mas seguros. Eram uma das cinco famílias brancas que haviam ficado no bairro.

Na rua, tropas das FAPLA (MPLA) montavam guarda e, junto do comandante Sábata, crianças (negras e brancas) brincavam alheias ao que se passava em redor.

Luanda, cidade ensanguentada

A cidade tinha toneladas de lixo e o cheiro era desagradável. Nas ruas os papéis misturavam-se com vidros partidos e com a calça dos prédios bombardeados. Na praça dos Lusíadas algumas dezenas de camionetas, carregadas de mobília, esperavam tempos mais calmos para tomarem o rumo do sul de Angola, onde há paz e serenidade.

Todos se interrogam com o olhar e o “ainda estás vivo?” é o cumprimento normal daqueles que se reencontram e sentem o valor da vida no reino da violência e da morte.

Como um repórter-fotográfico, visitámos Luanda de ponta a ponta. A caminho do Cacuaco, onde fica o forte de S. Pedro da Barra e a refinaria da Petrangol, as Forças Armadas Portuguesas e as FAPLA não nos deixaram passar: o perigo era grande e a todo o momento as tropas do ELNA (FNLA), estacionadas no forte com os seus canhões apontados para a refinaria, ameaçavam destruí-la, o que seria uma catástrofe para a cidade de Luanda e uma perda irreparável para a economia angolana.

No bairro do Sambizanga fora aberta uma fossa e nela haviam sido encontrados corpos em estado de decomposição. Num dos quartos, uma câmara de tortura com forcas e cadeira elétrica. Numa galeria, corações e fígados humanos.

Na morgue, situada na Avenida de Lisboa, o sangue corria pelo chão onde estavam amontoadas algumas dezenas de cadáveres, uns retalhados, outros baleados.

No final da Avenida dos Combatentes, alguns corpos estendidos eram prova evidente do julgamento sumário, seguido de fuzilamento, efetuado por um “esquadrão da morte”.

As pessoas tinham medo de falar e a cidade estava dividida em asfalto e areia, ou seja, a zona urbana e suburbana. No largo fronteiro ao palácio, onde se encontra o alto-comissário e o Governo de Transição, desalojados dos musseques, afetos à FNLA, clamavam por transporte para o norte do país. Qualquer pessoa que circulasse pelo largo estava sujeita a ser maltratada, tendo como única salvação recolher-se no palácio, onde uma força policial e elementos das Forças Armadas portuguesas montavam guarda.

Os ministros e secretários de estado afetos à FNLA haviam abandonado Luanda, esperando-se o seu regresso a qualquer momento.

Luanda viveu uma semana de morte e destruição. Segundo observadores credenciados, foram cerca de três mil os mortos. O saque campeou em toda a cidade e a destruição de bens atingiu o auge neste cenário de guerra urbana que o angolano ainda não conhecia na força total da sua violência e crueldade.

“Que virá a seguir? Porquê tudo isto?”

São respostas que o povo angolano não conhece ainda.

Os guerreiros

De casa para casa, saltando pequenos muros de “aduelas” ou furando pelos buracos das habitações do musseque, seguimos atentamente a progressão de uma patrulha militar das FAPLA que tinha como objetivo um quartel da ELNA, onde, segundo constava, se tinham efetuado torturas e feito prisioneiros entre a população civil.

Um jovem, branco angolano, no último ano de arquitetura, com barbas e cabelos à guerrilheiro cubano, orientava o fogo de uma bazuca colocada nos restos de uma habitação de musseque. A seu lado, dois negros do exército das FAPLA pareciam alheios à fogachada que desabava das ruínas da velha casa de adobe e que, dias antes, albergara uma família que esperava ter a felicidade de ver nascer o dia da paz e da independência da sua terra.

Numa das dependências, uma criança estendida com uma rajada no ventre mostrava todo o drama daquela família, sepultada num amontoado de vigas de madeira, zinco, pedra e velhos trastes queimados. Ao seu lado, uma enfermeira que, segundo nos disseram, era uma heroína, abria o seu bernal de primeiros socorros sem notar o cair da areia provocado pelos tiros que, pouco a pouco, iam destruindo o precário abrigo onde nos encontrávamos. “Com este, é o décimo recontro a que hoje assisto... Há quatro dias que não sei o que é dormir.”

Os tiros, mais espaçados, mostravam-nos que a resistência do outro lado estava prestes a terminar. Meia hora depois, o ataque consumava-se com a perda de trinta vidas. No interior, uma autêntica câmara de suplícios testemunhava os horrores que ali se teriam registado. Não há palavras que possam descrever o choque que sentimos, mesmo depois de termos assistido a outros quadros desumanos (em 1961) no Catanga e no Songo. Agora, encontrávamo-nos em Luanda, em julho de 1975.

Mama-sumé

“Mama-sumé” foi o grito que se ouviu no terminal do aeroporto militar de Luanda, quando os refugiados viram desembarcar dum “707”, da Força Aérea portuguesa, uma companhia de “Comandos”.

A enorme satisfação do povo ao ver chegar as tropas portuguesas foi de imediato substituída pelos desabafos daqueles que tudo tinham perdido sem ter quem lhes desse proteção. Caras sérias, olhar frio, boinas cobrindo cabeças rapadas, os “Comandos” portugueses pareciam máquinas criadas por um “Coronel Raspeguy” arrancadas das páginas do livro *Os Centuriões*, de Jean Latéguy.

Horas passadas, a cidade de Luanda via “Comandos” a patrulhar as ruas do asfalto. Homens duros, feitos para a guerra, talvez, não condizentes com a política de paz que em Lisboa é apregoada.

Eficientes ao máximo, os “Comandos” foram em apoio da população branca de Luanda, que sentiu neles, mais que a defesa, o apoio moral por ver que em Portugal ainda há quem não a esquece.

O homem que viu horrores

Alguém da imprensa angolana afirmara-nos: “Tu que és do «Puto» (designação popular em relação a Portugal) vê se falas com aquele rapaz que viu o que poucos viram”. Perto de nós, um jovem mestiço, com ar ausente, desenhava traços numa mesa, utilizando um dedo e a água que escorria. Pareceu-nos cabo-verdiano.

Com o conhecimento do crioulo que adquirimos em terras da Guiné, conseguimos, a muito custo, falar com ele:

“Estava na administração de Bolongolo quando nos atacaram. Dos oito funcionários de cor que lá estavam, fui o único que escapei. Os outros foram assassinados”. Após uma breve pausa, disse: “No colonato de Banga mais de 750 homens atacaram o povo à meia-noite. Mataram quem lá se encontrava e

houve raparigas de dez, doze anos que foram violadas por mais de vinte homens. Escondido no capim, chorei de vergonha e de medo. Depois fugi para Luanda, vim para o Sambizanga. O senhor não acredita. Eu vi com os meus olhos. «Bô cá crê esse couza» (você não acredita nisto?).”

As lágrimas correram pelas faces do jovem cabo-verdiano. Os seus dentes rangeram quando nos contou: “Eu vi os gajos transformados em canibais...”. E narrou-nos algo tão horripilante e desumano que omitimos referi-lo aqui.

“Eu vi. Eu vi com os meus olhos. Mas agora só quero é regressar à minha terra, para Cabo Verde. Isto não é terra para viver. No Norte não deixam trabalhar e matam toda a gente.”

E agora para onde vou?

“Chamo-me António Henriques Sousa de Meneses, sou natural de Goa e nada tenho”.

Um homem acompanhado por um velho de barbas brancas e por uma anciã cheia de rugas estava à nossa frente.

“Em Goa, fui prisioneiro das tropas da União Indiana, mas como era e quero continuar a ser português, consegui ser repatriado para Lisboa. Mais tarde, em Angola, continuei a vida militar. Fui ferido nesta terra e evacuado para o Hospital da Estrela. Ultimamente tenho sido guarda-noturno por não conseguir arranjar outro emprego. Agora, perdi tudo. Só tenho o meu pai e a minha mãe, já em avançada idade, para sustentar”. As lágrimas corriam-lhe pela face quando concluiu: “Esta é a segunda vez que sou refugiado. O que vou fazer? Sou português. E agora, para onde vou?”

Jornal de Notícias, 11 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (1)
Tribalismo e racismo na trincheira dos oportunistas

Luís Alberto Ferreira

Esta é a primeira de uma nova série de crônicas e reportagens sobre a situação, o problema angolano. Corresponde, como as restantes, ao produto de novas jornadas de observação direta, em Luanda, em Benguela, em Nova Lisboa, onde já estivéramos em maio-junho. “Tormenta em julho” reflete a subida vertiginosa dos sobressaltos emocionais, a opção revolucionária do Movimento Popular de Libertação de Angola, as contradições dos blocos reformistas e reacionários, as dificuldades dos deslocados e dos refugiados angolanos e portugueses.

Os engulhos provocados pela primeira série estão nitidamente localizados em faixas da reação portuguesa, do “reformismo local” e da intervenção estrangeira. Quando os verdadeiros progressistas radicados, neste momento, em Angola aludem ao oportunismo viscoso da UNITA e falam de erupções racistas, tribalistas e fascistas, os olhos dos observadores têm necessariamente de se voltar para o binário Benguela-Lobito e para os pontos axiais das regiões do Huambo e Bié (Nova Lisboa e Silva Porto). É nessas regiões que se ouviu um Jorge Valentim¹⁹¹ elogiar o culto do tribalismo e do racismo. Que o MPLA seja o alvo preferido dessas manifestações frenéticas, não surpreende. O MPLA aglutina nas suas fileiras homens das três etnias. Tinha de ser, fatalmente, o alvo ideal para aqueles que já vão destapando a cara com menos receio, com menos delongas, quando têm de dizer que antigamente nos liceus de Angola havia 600 brancos e 9 negros e que, no futuro, no novo país, terá de ser ao contrário, 600 negros e 9 brancos. É a política da UNITA, a política das sinuosidades, das agressões veladas, das lamúrias preparadas com vigor. O

¹⁹¹ Jorge Alicerces Valentim (n. 1938) estudou Ciências Políticas na Suíça e aderiu mais tarde à UNITA, de que se afastaria depois, acabando por ser expulso do movimento. Viria a ser ministro da Hotelaria e Turismo de Angola, num governo do MPLA.

aeroporto de Nova Lisboa é um chiqueiro de propaganda savimbista. As paredes carregam pachorrentamente montanhas de retratos do “presidente”, montanhas de larachas ideológicas. Os militantes da UNITA dão, eles próprios, a entender, em Nova Lisboa, que o seu papel é esperar pelos despojos, por qualquer coisa que os outros dois movimentos considerem de somenos. Ao mesmo tempo que apregoa a Paz (!), a UNITA espreita os locais onde o “inimigo”, o “seu inimigo”, o MPLA, se apresenta em inferioridade numérica, para ataques e provocações surdas, acabando, geralmente, por constatar (e o preço dessa verificação material são as vidas de muitos dos seus esmalmados “guerrilheiros”) que à inferioridade numérica do MPLA corresponde sempre uma inelutável superioridade operacional e técnica. Os combates da região do Luso, os mais recentes, portanto posteriores à interceção de material de guerra do MPLA por forças da UNITA, constituem uma clara imagem da situação, traduzindo esta, sob diferentes aspetos, também, a ardorosa mobilização ideológica dos militantes da vanguarda revolucionária do povo angolano.

Porquê a guerra? Os reacionários fingem não compreender

Dizia-nos, em Nova Lisboa, um militante do MPLA: “Ainda hoje devemos agir por forma a termos bem presente no espírito que a definição correta de quem é verdadeiramente inimigo continua a reclamar toda a atenção possível, o máximo realismo, porque disso depende, em grande parte, a forma como os avanços da luta ideológica se processam”.

De facto, quem é o inimigo do povo angolano? Quem são os inimigos, os detratores, cenhudos e “convictos” ou de ocasião, do MPLA? E porquê a guerra que agita o vasto território angolano?

Não é preciso ter os olhos muito abertos para compreender o significado das muitas coisas que acontecem em Angola. As confrontações entre o MPLA e a FNLA, em Malanje, N’dalatando, Quibaxe, Porto Amboim, Novo Redondo, despistaram muita gente, do ponto de vista ideológico, porque o peso da guerra, quando se abate sobre determinados estratos sociais, desmobiliza muita gente, torna-a tremendamente permeável aos venenos reacionários. Naturalmente a guerra é a guerra: não há uma guerra diferente, em Angola, diferente duma guerra possível de acontecer em qualquer região do planeta onde muitos homens sejam permanentemente esmagados pela botifarra de meia dúzia de privilegiados com as costas quentes. A violência é sempre a violência,

mas há necessariamente várias formas de violência, isso sim. As incidências duma guerra dependem muito da construção mental de quem nela se envolve, mas também oscilam muito segundo o grau de motivações sociopolíticas. O MPLA apresenta-se altamente motivado. Isso torna-o “diferente para melhor” numa guerra que pertence, moralmente, aos quadros do internacionalismo proletário. Se o MPLA reclama o avanço do Poder Popular é porque sabe que sobre as cabeças do homem angolano pesam os gumes da ameaça de um conluio internacional. A alegação de que o Movimento Popular de Libertação de Angola utiliza armas de fabrico russo não desloca do eixo da verdade a posição ideológica e política do MPLA: os diálogos e as aproximações entre povos de diversos continentes vão tendo, cada vez mais, à sua disposição, abundância e meios práticos e teóricos para exprimirem as suas vinculações, as suas propostas, as suas sugestões. As bases do MPLA têm tido, através dos sucessivos contactos pessoais com Agostinho Neto, Nito Alves, Lopo do Nascimento, uma informação transparente e verdadeira dos meios utilizados e dos objetivos a alcançar. As coisas não são assim tão difíceis de compreender: se o MPLA é o único movimento de verdadeira expressão angolana, de verdadeira expressão proletária, justifica-se a convocatória ampla das massas populares para o processo que interessa ao país. Os portugueses desalojados das suas casas, dos seus empregos, dos seus lares, foram arrastados pela tormenta. A guerra é assim. Gente honesta e trabalhadora viu a sua vida alterada em termos abruptos. Para essas pessoas, o “inimigo” assume um rosto determinado, assume feições próprias, criadas na pressa da fuga, na solidão das reflexões íntimas. Essas feições são insistentemente identificadas com o MPLA, porque o MPLA tem avançado muito nessa guerra angolana. O poder popular, quando nasce, não pode apresentar-se supereducado. Em parte nenhuma. Mas a história de uma guerra, de um conflito que opõe forças nacionalistas e forças exploradoras ou oportunistas, jamais esteve dissociada de determinados graus e classes de exagero. O proletário que foge, agora, fá-lo numa atitude instintiva de autodefesa, mas seria difícil, pela sua impreparação, também, fazê-lo compreender já quanto ele, um dia, irá identificar-se com as razões que acionam o poder popular angolano. As grandes responsabilidades futuras do MPLA incidem precisamente na tarefa imensa de educar, aglutinar e disciplinar estas massas, estes rios humanos sacudidos pelo deslumbramento de uma grande porta aberta para a liberdade, para o fim da exploração e da opressão.

Porquê a guerra? Linguagem retrógrada e reacionária é dizer que os “três movimentos” deveriam procurar entender-se. O povo angolano já escolheu. Só aqueles que continuam a dormir nos “kimbos”, à sombra dos fantasmas de certa idolatria fraudulenta, continuam longe do miolo da verdade angolana. O povo angolano quer ser livre e já compreendeu com nitidez qual é o movimento de libertação que privilegia, que lateja na própria carne dos seus sonhos, das suas aspirações. Por isso estamos em presença de uma guerra necessária, de uma guerra impossível de evitar. A força ideológica que reúne os verdadeiros angolanos, os progressistas, foi obrigada a transitar para a força das armas. E cada intervenção armada da vanguarda revolucionária do povo angolano vai traduzindo, cada vez mais, um altíssimo nível de motivação ideológica.

Jornal de Notícias, 12 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (2)
Portugueses bloqueados e enganados pelo tribalismo

Luís Alberto Ferreira

Era uma madrugada de julho. O aeroporto de Luanda era um mar de gente. À minha frente, um jornalista que nos últimos vinte anos serviu dedicadamente os órgãos de informação reacionários, que ainda há pouco militava no ainda reacionário *A Província de Angola*, explicava a morosidade dos serviços: “Isto é o resultado da angolanização dos quadros”. Opus-lhe, sugeri-lhe, outra coisa: “Não, não é nada o resultado da angolanização dos quadros. É, sim, o resultado do boicote sucessivo, da sabotagem a cargo dos reacionários”.

Àquele aeroporto babilónico chegam, constantemente, indivíduos delirantes, cheios de brechas na consciência. Muitos deles reclamam lugares, com urgência, “muita urgência”, para Lisboa, dizendo-se perseguidos por este ou aquele movimento de libertação. Perseguidos porquê? Isto daria pano para mangas. Tinha de dar, naturalmente. Também invadem, periodicamente, as instalações do aeroporto de Luanda indivíduos disparados na peugada de passageiros em fuga por não cumprirem determinados compromissos. Aconteceu, não há muito tempo, quando um português, certinho e honrado no seu mister, tentou barrar o embarque a um seu compatriota, um “doutor” radicado no Sul de Angola e que bateu, furtivamente, em retirada, para não pagar o que devia. O lesado gritava em pleno aeroporto: “Eu mato esse gatuno, não deixo partir o avião”. Mas faltava um “papel” da Judicária e assim o “doutor” pôde seguir viagem, a salvo, rumo a Portugal.

Na confusão do aeroporto de Luanda podem escutar-se as opiniões mais desconcertantes e mais ridículas sobre o que se passa no território angolano. Pode por aí avaliar-se o grau de despolitização, de desmobilização dos milhares de portugueses que trabalhavam e viviam no interior de Angola. Muitos deles, a esmagadora maioria, medem os acontecimentos unicamente por meio dos instrumentos emocionais. Eles trabalharam no duro, por espaço de três,

cinco, dez anos, não chegaram a amearhar grande coisa. São também parte integrante das chamadas grandes vítimas do fenómeno angolano —, mas sob o chão de Luanda, de Carmona, do Negaje, de Malanje, de Kifangondo, estão milhares de patriotas angolanos triturados pelos crimes do invasor, dos neocolonialistas. É preciso, numa linha de solidariedade social, de internacionalismo proletário, entender as situações do sofrimento elementar e do sofrimento transcendente, do sofrimento que enriquece o homem e realiza nele a abertura maravilhosa que o torna, também, combatente duma grande frente de libertação universal. É preciso não confundir o assassinio a frio de crianças, mulheres, homens, com os tumultos e a anarquia cívica que, fora de um contexto armado, comoveriam e ofenderiam o comum dos cidadãos.

Ultimamente, o MPLA tem sido fortemente visado por ações cometidas por indivíduos que se intitulam seus militantes. É uma velha tática. Em Luanda e noutras partes do território angolano. Excessos e erros também os militantes do MPLA os cometem, é evidente. Não há esquema promocional, não há chamamento a energias e reservas adormecidas ou criminosamente invalidadas que atinja, de imediato, a pureza funcional, a prática regrada ou quase infalível. Mas as movimentações do MPLA fazem-se nas circunstâncias mais ingratas, mais espinhosas. Estamos a falar de um movimento que privilegia, acima de tudo, o povo angolano e o nacionalismo angolano, e que por isso mesmo é abocanhado e agredido pelas forças reformistas, pelas forças nitidamente empenhadas em contrariar a promoção desse povo. Há dirigentes negros que não se importam nada de vestir, e já hoje a vestem, de resto, as roupas do novo explorador, do novo “mandão” onnipotente. Eles andam muito atarefados na “obra” esdrúxula e delirante de oferecer, no planalto do Huambo e no Bié, a sensação de que tudo corre à feição dos seus interesses gulosos. Por isso em Nova Lisboa há residências sumptuosas para albergar um pelotão de inúteis encabeçado por um “ponta de lança” ideológico... de cartolina. Esses, ao menos, não esperaram pela independência para se definirem como tribalistas neocolonialistas. Se alguém toma a iniciativa de atacar, entretanto, em Nova Lisboa, as instalações do Corpo de Polícia de Angola, apoderando-se criminosamente das armas lá existentes, a voz desses “doutrinadores” do Huambo não se levanta, eles estão coniventes com todas as ações neofascistas. Por isso se compreende que nas respetivas fileiras armadas os pobres “combatentes” andem a definhando, atacados de tuberculose, morrendo à fome. A lagosta,

em Nova Lisboa, é muito boa e recomendável para os “dirigentes” que andam, coitados, cansados de tantas viagens, de tantas discursatas sem pés nem cabeça ou então denunciadoras de um melancólico estilismo tribalista-racista.

Apanhar a faixa Benguela-Nova Lisboa-Silva Porto é o grande objetivo desses “doutrinadores” mansos. Já seria bom, para eles. Dividir Angola é a solução dos oportunistas. Dos mercenários. Isso explica a sua posição charlatanesca face ao caso de Cabinda: que sim, que não, que talvez, que torna, porque deixa. Os “doutrinadores” tribalistas vivem no “planalto”, o Huambo e o Bié, as terras de Benguela, “isso é que é bom?” Cabinda? Que se arranjem... os outros. Em todo o caso, todos falam em unidade, em “Angola com Progresso”, numa confrangedora carência de ímpeto revolucionário, matrimoniando a falta de imaginação com a falta de honestidade e de sinceridade.

Como tratar os portugueses

A caça à simpatia dos portugueses fez com que, logo de entrada, os tribalistas, os campeões do oportunismo, não hesitassem em dar as mãos aos setores mais reacionários, aqueles que se opunham a qualquer política de libertação do povo e do trabalhador. Em dois grandes grupos de portugueses se tem exercido a caça à simpatia. Concretamente, entre a burguesia muito bem instalada e os setores do proletariado. Estes últimos assumem atitudes reacionárias que decorrem da sua impreparação política, dos zelos descomandados do seu instinto de fixação rotineira. Os primeiros, mais conscientes, querem simplesmente continuar a tratar os colaboradores, nos empregos, por “meu empregado”, “meu funcionário”, etc. Nos dias mais “quentes” de julho, os gráficos da tormenta angolana mostravam que as advertências sociais do atual conflito eram peregrinamente escamoteadas e alteradas pela raiva surda de uns e as convicções neofascistas de outros. Para uns e outros, o inimigo só pode ser um: o MPLA, que fala em poder popular. Nada mais injusto. Nada mais chocante. Quem é que admite que não havia em Portugal uma política social criminosa, classista, agressiva? Sendo que todos os portugueses honestos, em Angola havia e há muitos, estão ao corrente da inviabilidade da aceitação de uma via neocolonialista por banda dos progressistas, dos nacionalistas angolanos (a quem poderia interessar uma federação sujeita a toda a classe de conveniências e compromissos?), porque não atender aos apelos de um ideário, o

da vanguarda revolucionária do povo angolano, voltado para os “novos destinos” da humanidade?

Os cidadãos portugueses têm sido, sucessivamente, traumatizados desde o 25 de Abril. Alguém tratou de os narcotizar e seduzir, logo de início, prometendo-lhes mundos e fundos, mentalizando-os para a ideia, extremamente perigosa, de que era possível uma certa aliança, de teor maquiavelicamente reacionário, capaz de travar o caudal avassalador da vontade nacionalista. Confundir o MPLA, travar o MPLA, desacreditar o MPLA, caluniar o MPLA, eram tarefas muito bem “paginadas” entre os portugueses, recusando-se estes, a partir de certa altura, a acreditar na força anímica, indetível, das hostes revolucionárias. Poucos cuidaram de se mentalizar para o que, mais tarde ou mais cedo, teria de acontecer. Eles foram nitidamente confundidos e enganados pelas artimanhas do invasor, pelas promessas açucaradas dos tribalistas neocolonialistas. E a tormenta apanhou-os desprevenidos, totalmente enfiados no capote da sua boa fé. Da sua honestidade. Totalmente amordaçados pela manha dos oradores que têm vindo a servir-se, sistematicamente, do homem português para suporte dos seus malabarismos periclitantes.

Jornal de Notícias, 13 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (3)
Começam a descarrilar as “vagonetas” do Centro-Sul

Luís Alberto Ferreira

A história, valiosíssima para subsidiar com força e verdade a questão “quem é o inimigo, quem são os inimigos do povo angolano”, foi-nos contada na cidade de S. Filipe de Benguela num dos últimos dias de julho por um funcionário superior dos CTT.

Um belo dia apareceu-lhe na repartição um humilde português pedindo que se encarregasse da redação de uma carta para a mulher que ficara em Portugal, numa terra da província. A carta, entre outras recomendações, particularizava com particular sinceridade: “Olha, Maria, mando-te esses mil escudos para cumprires o que te disse. Quinhentos são para o sr. prior, para abater no dinheiro que ele me emprestou para embarcar para Angola, e os outros quinhentos são para as tuas despesas da casa, no mês. Vou estar algum tempo a vencer 1.250\$00 por mês, vou ter de trabalhar muito.” Perante este quadro, o funcionário, que escrevia a carta, agitou-se na sua secretária e interpelou o humilde português: “Mas então o senhor vive aqui em Benguela com duzentos e cinquenta escudos por mês? A sua comida como é? Não come vegetais? É só o peixe a que se referiu há bocado? Olhe que qualquer dia está com as gengivas «queimadas», dá-lhe qualquer dia o escorbuto, homem!”

Isto foi há anos. Entretanto, esse humilde português melhorou largamente a sua vida, o seu nível de vida. Quando os setores verdadeiramente progressistas de Angola se debruçam para uma análise de classes no território, a questão “quem é o inimigo” não menospreza factos como esse que ouvimos na breve narrativa de um funcionário dos CTT de Benguela. Como esse e muitos outros, que não escapam às tenazes concetuais, à mentalidade revolucionária, que determina: “Saber quem é o inimigo e quais as forças com que as classes revolucionárias podem contar para atacar é uma condição indispensável para o triunfo da revolução”. Por isso o MPLA, nos textos que privilegiam a “análise

das classes em Angola”, estabelece: “Temos de ver quem são os inimigos da democracia popular e quais as forças que podem ser chamadas a lutar por este objetivo. Isto é possível se fizermos em Angola uma análise científica das classes existentes no território”.

Uma análise desse teor não pode esbarrondar-se nas fragas do racismo e do tribalismo. Ou o homem (revolucionário, crítico, evoluído e sedento de justiça social) tem olhos para abranger, em toda a sua dimensão, a “cintura” dos problemas humanos duma sociedade heterogénea — ou essa mesma sociedade está, inelutavelmente, condenada a sofrer as mais violentas agressões físicas, ideológicas e morais. As palavras, já alguém o afirmou muito recentemente a propósito do caso angolano, estão a interessar pouco, estão a valer muito pouco — por serem muitos os que as utilizam criminosamente para fabricar novas mentiras e exercer novos abusos sobre as mentalidades secas, a impreparação cultural, política, de muitos angolanos e de muitos portugueses que têm feito a sua vida em Angola.

Onde se finge não conhecer o peso das realidades definitivas

Já em maio, portanto antes desta nossa digressão de julho, os acontecimentos revelaram claramente que não haverá, jamais, acordos possíveis entre o MPLA e a FNLA — situação ideal para as práticas do raquitismo ideológico dos oportunistas, dos tribalistas, em suma. Esses, enquanto discursam no Lobito, em Benguela, em Nova Lisboa, espream como os abutres a queda de um dos contendores. E atiram cá para fora, em umbundu, em português, coisas deste género: “Esta guerra é a guerra contra as eleições, porque uns já tardaram, têm medo do voto e agora atiram Angola no abismo”...

Os portugueses, os cidadãos portugueses, qualquer que seja a sua inclinação ideológica, facilmente compreenderão o sentido destas insinuações torpes de um certo Valentim: “Se Portugal tentar namorar e animar a guerra civil como aqueles vagabundos jornalistas em Portugal que só passam o tempo a mentir, a dizer que a UNITA é um partido dos colonos e traiu as massas populares, então aquele Portugal vai perder a amizade com o povo de Angola...”.

Estes considerandos só poderiam partir de quem não tem a mínima preparação, a mínima consciência política. Já o gemebundo *Kiwacha*, órgão dito da União Nacional para a Independência Total de Angola, ardorosamente apregoava: “A cimeira de Nakuru, a cimeira da «paz», «cresceu» e vai dar frutos.

A cimeira foi já enaltecida por todos quantos a entenderam no seu verdadeiro significado. Não seremos nós que adiantaremos nada de novo. Até porque o dr. Savimbi (!!!) esteve sempre em foco desde que a ideia da sua realização começou a ganhar forma. Angola ficará a dever mais este serviço ao presidente da UNITA e aos demais presidentes dos outros movimentos de libertação. Eles provaram, uma vez mais, que são e merecem ser os verdadeiros representantes do povo angolano”, etc., etc.

Ora, é bom frisar que a UNITA “já foi”, não é, o “partido dos colonos”. Os portugueses radicados em Angola, muitos deles, já perceberam claramente o que pretendia a UNITA quando lhes foi segredar “tentações”. A UNITA vai sobrevivendo fundamentalmente à custa dos milhares de negros iletrados, incultos, que se espalham pelo Centro-Sul de Angola. São esses os únicos a deixarem-se levar em cantilenas deste jeito: “A cimeira resultou em pleno” (!!!). É impressionante, na verdade, a desfaçatez com que os plumitivos do *Kiwacha* fingem não conhecer a força, o conteúdo, o peso das realidades definitivas. Fingem não conhecer a índole das verdadeiras movimentações desencontradas e hostis que estão na base do conflito armado. Fingem, na cara das massas populares, não estar a viver de um oportunismo viscoso, malbaratando, vulgarizando, o tema da Paz em função da gordura dos seus interesses. A UNITA vai cacarejando, agora, ameaças, porque *conta*, neste momento, na região do Huambo, com o apoio de pelo menos 5 mil homens da FNLA, se a FNLA quiser amancebar-se com a coluna de oportunistas-tribalistas em termos também definitivos... E tais ameaças só confirmam o seguinte: o mundo do *Kiwacha* encontra-se, agora, numa irremediável confrontação com o mundo da realidade, onde cabem a guerra, a política, as diversas capacidades de atuação do homem, contra a mentira, os truques, as habilidades pacóvias, as frases gastas — a incapacidade total.

São precisamente os oportunistas, os que se escondem nas costas do povo angolano, os fabricantes irresponsáveis de frases como estas: “Se Portugal não tomar cuidado vai-se encontrar mais uma vez na guerra colonial”. O “doutrinador” em questão refere-se, evidentemente, ao novo Portugal, já não alude àquele Portugal junto de cujos dirigentes, civis e militares, eram possíveis certas alianças tenebrosas, certas combinações diabólicas, em plena guerra de libertação do território angolano. O Portugal de hoje não é grato à “mentalidade”, à sensibilidade dos tribalistas que transudam paz por todos os poros. O

outro Portugal, esse, sim, era o ideal para estimular e proteger ações venenosamente reformistas e neocolonialistas...

Jornal de Notícias, 16 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (4)
Uma independência que interessa à humanidade

Luís Alberto Ferreira

Os dias cacimbosos de julho mostraram-me uma cidade quase desmembrada nas suas “qualidades naturais”, separada por meio de diversas violações do conjunto das suas características mais fortes. Mas Luanda podia ao menos considerar-se uma cidade quase livre, quase totalmente livre. Acabara o hediondo da famigerada Avenida do Brasil, o povo começava a descontraír-se e já arriscava um sorriso no dia a dia. Os carrascos dos nacionalistas e dos simpatizantes do Movimento Popular de Libertação de Angola tinham sido riscados da capital. Com isto beneficiou, igualmente, a população burguesa do “asfalto”, que deixou de estar exposta a um certo tipo de confrontações entre os movimentos em guerra. Mas não deixou de pingar sobre a cidade de Luanda qualquer coisa que poderia designar-se por insegurança esquisita: afinal, continuavam a andar misturados na multidão civil os reacionários de diversos padrões, entre os quais os decantados brasileiros “chamados a cooperar com Angola”.

Para compreender um pouco do que se passava em Luanda, do ponto de vista emocional, do ponto de vista revolucionário, ideológico, só percorrendo os bairros suburbanos, da “Vila Alice” para cima. Ali, um qualquer sujeito compreende que ao MPLA se colocam duas questões de peso avassalador: a libertação do país e a libertação do povo-trabalhador. Daí o tronco mais recente da linha MPLA: “resistência popular organizada”, o acionar das forças viscerais que enformam uma retaguarda popular, fiel à ideia de uma revolução popular. É o dique para segurar dois “movimentos de libertação” nitidamente distanciados da vontade popular e um número incalculável de mercenários recrutados em mosaicos claramente definidos, politicamente. Porquê o ódio implacável sobre os progressistas da região de Luanda? Porquê o recrudescimento do fosso tribalista em Carmona, Negaje, Silva Porto, Nova Lisboa? Evidentemente que não se trata de mero acaso. Qualquer *mussequeiro* de Luanda

possui uma consciência viva dos problemas classistas, conhece, de alto a baixo, toda a tabela das subalternizações premeditadas. Profundamente chegado aos esquemas urbanos, o proletário luandense apanhou, mesmo do chão, até das lixeiras, toda a sorte de “testemunhos” filosóficos, políticos, sociais, que o tornaram muito difícil de confundir nas horas imediatamente posteriores ao termo da guerra colonial. O homem dos musseques de Luanda, marginalizado embora, teimou sempre no escarafunchar de todos os lugares e situações onde a sua curiosidade pudesse ser satisfeita. De um certo modo, ele aprendeu a situar-se nos problemas, entre os outros homens, que viviam infinitamente melhor do que ele. A subordinação alimentar de peixe seco e de farinha de mandioca não arrefeceram nele a vontade de lançar sempre para o fundo da sociedade local os tentáculos, às vezes fragilíssimos no seu poder de captação, da sua curiosidade. Foi o esforço de muitos deles para chegarem à condição de pequeno-burgueses que determinou um certo apetrechamento para o registo e definição das injustiças e contradições criminosas da sociedade angolana. Foi o terem podido chegar a certos núcleos de profissões especializadas a alavanca impulsionadora de certas aquisições no campo dos valores sociopolíticos. O povo radicado em Luanda foi sempre, e acima de tudo, permeável às soluções de unidade, o seu comportamento foi sempre norteado por um claro pendor nacionalista. Os muitos “pés descalços” do Ambriz que chegavam a Luanda, nos anos 30/40, para servirem em diferentes profissões, prontamente se integravam nesse espírito aglutinador. Luanda nunca foi inspiradora de divisões, de concepções tribalistas. O elitismo de uns, o racismo ditado pela classe branca (em determinado bloco historicamente definido, de resto), o reformismo adocicado de outros, nos diferentes quadros étnicos, foram sempre denunciados por blocos extremamente coesos do proletariado, dos pequeno-burgueses e da média burguesia intelectual. A luta de classes, em Luanda, esmaltoou-se de práticas diversas — mas nunca o tribalismo teve na capital angolana o mais leve assomo de raízes.

Onde os problemas mostram claramente que o povo não desarma

Até há bem pouco tempo, em fins de julho, o colonialismo tinha, ainda, as suas unhas cravadas com força na carne dos trabalhadores angolanos. Os operários de “Lourenço Empreiteiros, SARL” não recebiam ordenado havia já três meses. Na empresa SADIL, a exploração capitalista lançava mão de todos os argumentos para não pagar 3.500\$00 mensais aos operários que mourejavam

de sol a sol. Salários de 34\$00 (trinta e quatro escudos angolanos) por dia continuavam a ser a coisa mais natural deste mundo nas plantações da CADA (Gabela). Em Benguela, os operários da fábrica Farolda mostravam-se mais ou menos organizados numa luta reivindicativa, pedindo revisões salariais e a sindicalização e proteção contra acidentes de trabalho. Em Saurimo “só os ricos comem carne”, protestava a população local, nos primeiros fôlegos reivindicativos.

Estes sinais vivos da consciencialização das massas populares não poderiam contar com o apoio dos “novos ricos” de pele negra, aliados ao colonialista de sempre, em condições mutuamente enganadoras. Os que outrora haviam sido postos a correr das fileiras da UPA ou dela se haviam dissociado por não verem promovidos os seus sonhos de grandeza, de poderio, foram mediocremente “organizar-se” num pseudomovimento de libertação que passa a vida a apregoar reformismos repugnantes aprendidos nos labirintos do social-fascismo. Bom terreno humano para as suas prospeções e “doutrinações” carecidas de um mínimo de impacto revolucionário são essas pobres populações dos “kimbos” de Silva Porto, de Capelongo, de Mutumbo, do Chinguar, completamente à mercê de qualquer demagogia. Ensinar-lhes a alimentar o tribalismo nem custa nada. Abrir a boca não custa nada, tão-pouco. Em Luanda, dois representantes da FNLA tinham afirmado, solenemente, em conferência de imprensa: “A nossa guerra é dirigida contra os inimigos do povo”. E fica-se sem saber quem é esse *povo*. Ou talvez seja o povo que certos maquinismos diabólicos trituravam e dilaceravam em Luanda? Não se consegue perceber se o homem, um dos homens, da conferência de imprensa estaria mesmo a referir-se ao povo angolano. Faz uma certa confusão, é evidente que faz, porque o povo angolano está a legitimar com toda a coragem as intervenções daquele que representa de facto o seu defensor, o seu único e verdadeiro defensor, está a sancionar todo o trabalho da vanguarda revolucionária, onde se contam homens de diversas tendências ideológicas. Do povo eram as militantes do MPLA barbaramente assassinadas muitos antes do termo das lutas coloniais: Deolinda¹⁹², Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Teresa Afonso, Lucrécia Paim.

¹⁹² Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida (1939-1967 ou 1968), que usava o nome de guerra Landidila e que viria a ser chamada Mãe da Revolução, foi uma socióloga e militante nacionalista angolana. Era membro do MPLA e tinha sido uma das fundadoras da sua secção feminina, a Organização da Mulher Angolana. Foi capturada, torturada e executada pela FNLA. O percurso e o destino das restantes quatro mulheres foram semelhantes: Engrácia Gaspar dos Santos (1947-1967 ou 1968), também conhecida pelo nome de guerra

O que ilustra a difícil trajetória da luta de libertação empreendida pelo legítimo representante do povo angolano são estes factos, dolorosos, sim, mas assumindo a verdadeira força condutora da verdade. De resto, sentimo-lo em Luanda, nesses dias graves de julho. Quando se fizer a história das lutas e dos movimentos de libertação de Angola, ficará a ser conhecida a origem, a essência e a profundidade dos conflitos que hoje sacodem o vasto território, emocionando e sacrificando milhares de cidadãos. Hoje as pessoas olham precipitadamente para o que está a acontecer e reagem de acordo com a intensidade dos desgostos, das contrariedades morais, dos prejuízos materiais que a retirada de Angola lhes acarreta. Mas há por detrás de todos estes fenómenos uma história inteira por contar. Em última análise, digamos que a vanguarda revolucionária do povo angolano já sofreu o suficiente nos caminhos de Songololo, na República do Zaire, atravessando, a pé, rios e caniçais cerrados, passando fome, e posteriormente dentro do próprio território nacional — para não hesitar em sofrer mais, até ao fim, na luta por uma independência total, por uma libertação total do povo. Os rumos dessa luta estão definitivamente traçados — e nesta objetividade residem os substratos do drama que se vive hoje em Angola. Uma luta revolucionária, quando verdadeira e intensa, privilegia a vida e privilegia a morte. Esta luta do povo angolano vem dos limites e das barreiras do peixe seco e do pé descalço e da cubata peneirada pela chuva até à consciência pequeno-burguesa reclamada, visceralmente, por todos os entusiasmos da liberdade humana. A questão de Angola cada vez se põe mais no xadrez duma luta que interessa a toda a humanidade. E interessa muito a Portugal — porque Portugal está precisamente aprendendo, com dificuldades dramáticas, a ser livre.

Lukotcheka; Irene Cohen de Brito Teixeira (1939-1967 ou 1968), conhecida pelo nome de guerra Luzolo; Teresa Afonso Gomes (1946-1967 ou 1968); Lucrécia Paim (1939-1967 ou 1968).

Jornal de Notícias, 19 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (5)
Do “exército angolano” ao aeroporto de Belas

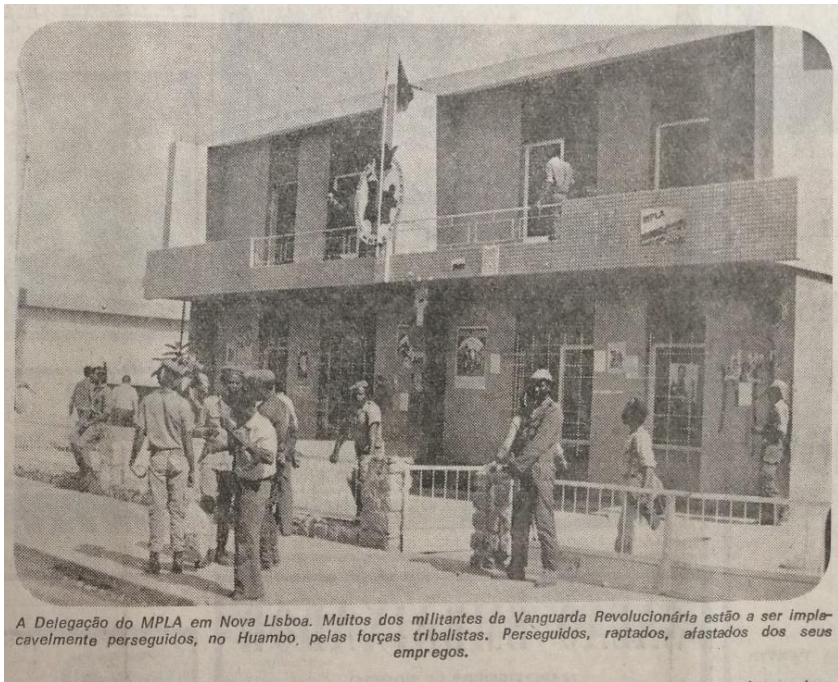
Luís Alberto Ferreira

Julho ficou sendo um mês de “conferências de imprensa” em turbilhão, um mês consagrador das palrações baratas e impetuosas de certos “membros do Governo de Transição”, mobilizadores de um batalhão de plumitivos cegamente servis e moldados pelas forças capitalistas reacionárias, claro. Diariamente, a imprensa local traduzia a sua posição de incapacidade para analisar os factos. De agressivamente reacionária passava a um estado de “subtileza reacionária”.

Pontualíssima para ouvir os que mais se tinham definido nos últimos meses como totalmente incapazes de governar. Dando vivas patéticas à formação do chamado “Exército Angolano”, particularmente depois da cerimónia da apresentação em Cabinda, da “primeira companhia completamente angolana das Forças Mistas”. A um ritmo desconcertante, provas e mais provas de incapacidade para orientar a opinião pública. Vaal Neto regressara a Luanda nos primeiros dias de julho, em pleno rescaldo da jornada de Nakuru, e dissera aos jornalistas: “Os movimentos de libertação saberão encontrar sempre as melhores soluções para Angola”. O matutino *A Província de Angola*, hoje designado, um tanto singularmente, *Jornal de Angola*, referindo-se ao alargamento dos quadros médicos angolanos, comentava, numa das edições de julho: “Mais médicos para mais e melhor saúde. A saúde é, efetivamente, um dos bens mais essenciais ao homem. Angola, no campo da saúde, deixa muito a desejar. Todas as soluções das carências merecem, por isso, o registo devido. O Ministro da Educação (!), em despacho agora divulgado, aumenta aos quadros médicos do País diversos elementos. Fá-lo, certamente, a pensar no bem-estar das populações”...

Ora, essas apreciações de cátedra, escritas no remanso burguês e colonialista das proximidades da esplanada cervejeira, a *Portugália*, distanciam-se

muito do clima de vivências diretas que se desprende de uma reportagem da revista *Angola* em pleno bairro Cazenga-2, também chamado Bairro dos Ex-Presos Políticos. A certa altura, o entrevistado, um morador do Cazenga-2, frisava: “No nosso bairro não há luz, nem nas casas nem nas ruas. À noite é uma escuridão total. E os bandidos atuam à vontade. Não temos água canalizada. Para irmos buscar água ao chafariz temos de andar quase um quilómetro e ainda temos de ficar na «bicha». Não há recolha de lixo. No nosso bairro o lixo acumulava-se por todo o lado, com perigo de apanharmos a cólera. O que vale é que nós pudemos comunicar o facto ao MPLA, que mandou logo a câmara tirar o lixo todo”. Isto acontecia em março deste ano, quando as pesadíssimas agressões sobre os cidadãos dos bairros populares ferviam na terrina ácida dos preparativos. O bairro Cazenga seria, posteriormente, teatro de agressões incontáveis. Morreram milhares de cidadãos. O que não desmobilizou as pessoas, mesmo em relação a tarefas promocionais de natureza social. É neste quadro que se registam, em julho, num mês de tormenta emocional, as principais iniciativas da JMPLA.



A Delegação do MPLA em Nova Lisboa. Muitos dos militantes da Vanguarda Revolucionária estão a ser implacavelmente perseguidos, no Huambo, pelas forças tribalistas. Perseguidos, raptados, afastados dos seus empregos.

Mas porquê a insistência dirigida ao decantado e nada atuante “Exército Angolano”? Nitidamente para enganar os cidadãos, em particular os cidadãos portugueses, os mais desorientados naquela fornalha de julho. Em primeira análise, o “Exército Angolano” representa a armadilha para laçar os participantes do MPLA entalados, entaipados pelos homens da FNLA e da UNITA. A ideia da criação de um “Exército Angolano” quando o território se encontra a ferro e fogo mercê da total impossibilidade de aproximação entre forças nacionalistas e tribalistas, explica, sob muitos ângulos, uma situação de falsidade que a imprensa local, reacionária e oportunista, nunca teve a coragem de dissecar. Tal como Nakuru servia, de imediato, os objetivos de Savimbi e da FNLA: o “presidente” tribalista para se pavonear, uma vez mais, na qualidade de *elemento conciliador*, de rapaz esperto, nostálgico dos tempos em que, subalternizado embora nos quadros da UPA, servia obedientemente as linhas de atuação “kinkuzuanas” na futura república do Zaire, naquele tempo em que os verdadeiros progressistas angolanos do lendário esquadrão Kamy¹⁹³ calcorreavam, penosamente, centenas de quilómetros, fugidos à trama assassina dos compinchas do nababo do *Kwacha*: a FNLA, para se refazer dos fortes recontros assinalados no Cuanza Norte, favoráveis ao MPLA. A educação militante nas fileiras do MPLA colide brutalmente com o que se usa nas fileiras dos outros... “movimentos”. Por isso a “ideia peregrina”, diríamos antes maquiavélica, do “Exército Angolano” só poderia corresponder a interesses criminosos dos que não desejam a luta em termos diretos e limpos. Pode, pois, concluir-se que o “Exército Angolano” é mais uma das muitas habilidades provincianas do conluio tenebroso contra o Movimento Popular de Libertação de Angola.

Mentir, falsear situações, em Angola, tem sido a coisa mais fácil deste mundo. Quando se afirmava que “em maio transato 300 mil refugiados políticos angolanos entraram em território nacional” (*A Província de Angola*), brincava-se, certamente, com a política. Os cálculos oficiais referiam-se a milhão e meio de refugiados prestes a “regressar” ao território angolano. Era uma forma de alargar a “cortina de fumo” protecional das infiltrações zaienses. Foi assim que se praticou a “grande invasão de Angola” por forças totalmente estranhas ao território. Vieram, esses “oriundos” (quantos oriundos verda-

¹⁹³ O Esquadrão Kamy foi uma coluna guerrilheira formada por membros do Exército Popular de Libertação de Angola, durante a luta pela independência.

deiros?), do Congo, do Baixo-Zaire, da Zâmbia, do Sudoeste Africano, do Katanga. E foram ficando em Cabinda, Malanje, Uíge, Moxico, Cuando-Cubando. Alguns jornalistas pagos por Cirilo gabavam deste modo a atuação do chamado Ministério da Saúde: “Tem sido o Ministério da Saúde que, a par de muitos e inúmeros problemas da Saúde Pública propriamente dita, tem procurado e conseguido em certa medida atender às necessidades dos refugiados angolanos”. Mas a verdade era outra, bem diferente — para pior. Enquanto “funcionou”, em Luanda, o Ministério da Saúde esteve mais interessado em negociatas fantasmagóricas com os brasileiros do que beneficiar, por meio de programas de emergência minimamente honestos, as populações pobres, as pessoas tradicionalmente votadas ao abandono, ao esquecimento.

O quadro e outras situações

Julho, tal como vem acontecendo nos dias que correm, foi um mês dramático para os deslocados, para os que foram expulsos dos lugares onde viviam e se encontraram, subitamente, a braços com o problema da guerra. Os muitos portugueses que iniciam, agora, em Lisboa e noutros pontos do país, uma luta reivindicativa que tem de ser encarada muito a sério, sofreram nesse terrível mês de julho as tremendas punhaladas resultantes de uma situação trabalhada por elementos que sempre estiveram dissociados dos problemas populares. As falsas palmadinhas nas costas da UNITA aos cidadãos portugueses não resolviam nada. Quem denunciou, lá das fileiras dos tribelistas, o espetáculo impressionante das ruas de Luanda, palco de negociatas criminosas como a compra e venda de dinheiro da “metrópole”? Muitos portugueses criticavam as posições doutrinárias do MPLA e, ao mesmo tempo, exploravam e roubavam cidadãos também portugueses que estavam em Angola a viver unicamente do seu trabalho e que se encontravam em situação desesperada, sem dinheiro, com a mulher e os filhos estendidos, amontoados, no aeroporto de Belas, à espera de aviões que não se descortinavam no horizonte, sem carinho, sem o mínimo apoio fosse de quem fosse, porque toda a gente, no aeroporto de Luanda, com pouquíssimas exceções, anda ali para ganhar dinheiro, quando não é o caso de alguns “valentões” de passagem e que, bem pagos, com o regresso a Portugal garantido, dão-se à baixeza de *perseguir*, por todos os cantos, pobres mulherzinhas traumatizadas pela dúvida, pelo choro dos seus filhos pequenitos, pela falta de higiene.

Vimos, em Luanda, pelas esquinas vizinhas das agências de viagem, esgueirando-se, furtiva ou descaradamente, indivíduos que cobravam aos cidadãos portugueses coisa como cinco contos de reis pela consecução de um OK da TAP para o voo Luanda-Lisboa, acontecendo, porém, muitas vezes, que o OK era redondamente falso, produto de jogos fraudulentos nos quais participam elementos das próprias agências. Autênticas aves de rapina gravitando sobre as cabeças dos seus compatriotas angustiados. Outros, ainda, reclamavam, entre sorrisos “compostos”, cinco mil escudos pelo simples encaixotamento de uma modesta peça de mobiliário destinada a embarque. Obra de pelintras sem quaisquer escrúpulos, tocando em Angola todos os instrumentos da ganância sem limites. O território está em guerra, para uns, e apresenta-se com facetas de novo filão para outros. Muita coisa que poderia ser feita pelos menos absorvidos pelas tenazes do conflito armado fica simplesmente por fazer ou então recebe a “colaboração interessada” de determinados irresponsáveis.

O mês de julho teve o condão de revelar ângulos “impossíveis” do problema angolano. Foi mais uma reveladora fonte de novas argamassas para o internacionalismo revolucionário daqueles que, qualquer que seja a cor da sua pele, são os eternos bonecos de palha nas mãos e nos pés dos que não têm escrúpulos nem abrandam nos seus intentos de *viver à grande*, sem olhar aos meios.

Jornal de Notícias, 21 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (6)
O perfil de Valódia e a profundidade da luta

Luís Alberto Ferreira

Nos últimos dias de julho, a UNITA mostrava-se, mais do que nunca, “entusiasmada” com a ideia de “ficar a mandar” em Benguela, onde as “baboseiras concetuais” de Valentim transudavam tribalismo e separatismo, e nas terras do Huambo, do Cuando-Cubango, do Bié, do Moxico. Em Luanda, o funcionalismo em fuga andava entretido com as papeladas, que exigiam certa capacidade de resistência nas “bichas” intermináveis, com os dinheiros (3.500\$00 angolanos, e mais, para obter coisa inferior a 1.000\$00 portugueses), com as “transferências” para Portugal. Um secretário de Finanças, de 1.^a ou 2.^a classe, indicara, no momento de preencher os papéis indispensáveis, a importância de 900 contos para transferir. Seria um dos poucos funcionários verdadeiramente tranquilos com a opção do quadro de adidos. Tratava-se de um elemento do Tribunal de Execuções Fiscais. Em Luanda as pessoas andavam preocupadas com um sem-número de coisas totalmente afastadas das questões da guerra: estratégias, movimentações de tropas, êxitos ou derrotas deste ou daquele movimento.

A viagem de Benguela para Nova Lisboa, com passagem pelo posto de controlo do Alto Hama, ofereceu-nos a possibilidade de logo compreender que não seira já o desencadear da ofensiva do MPLA em terras do Centro-Sul. Tinha-se dado, havia pouco, uma grave confrontação entre o MPLA e a UNITA, em terras do Luso. O movimento centro-sulista intercetara armas, um carregamento destinado à vanguarda revolucionária. O MPLA utilizara a força para recuperar esse armamento. Algum tempo antes, o ministro Rui Monteiro, da Informação, manifestara por palavras a sua estranheza quanto à “ocupação” do aeroporto de Nova Lisboa por forças da UNITA que nele se arrastam lazarosamente. A UNITA iria, posteriormente, aproveitar-se da presença materialmente numerosa de elementos da FNLA para criar as condições indispen-

sáveis à saída do MPLA da região e poder perseguir à vontade os militares do movimento progressista. Os discursos de Neto na Muxima, no porto de Luanda, em N'Dalatando, estavam a “cair mal” e a UNITA viu alargar-se a faixa de êxito do seu veneno tribalista, atraindo a curiosidade (já não atraía a confiança) duma burguesia trespassada de dúvidas, compreensíveis de resto. Nos círculos militares afirmava-se que a FNLA dispunha de 7 mil homens na região Huambo-Bié, com particular incidência, mesmo de material, na região “capitaneada” por Nova Lisboa, onde os dirigentes (o séquito obediente de Savimbi) se banqueteiavam e realizam toda a classe de alardes de novo-rico diante dos funcionários dos principais organismos, particulares ou do estado. Muita gente, no Huambo e no Bié, sabe que a UNITA se “droga” na força da FNLA. Se a FNLA considerar, um dia, de somenos a “questão do Huambo e do Bié”, começará decididamente a faltar a lagosta para os exigentes comensais da UNITA, até há relativamente pouco tempo divertidos a ver os combates entre a FNLA e a vanguarda revolucionária do povo angolano. A expectativa popular, aguçada pelos mais recentes assomos da UNITA, já compreendeu até que ponto esse “movimento” centro-sulista irá assumir, corpórea e moralmente, as suas responsabilidades. Estamos perante um tipo de aventureirismo que, para muitos e para já, pode parecer capaz de gerar otimismo gárrulos.

O MPLA tem diversas bases nesses territórios aos quais não fez chegar, ainda, o seu domínio e autoridade. Entre Silva Porto e o Luso pode o movimento progressista acionar muitos homens e considerável material de guerra. A sorte dos inimigos dos progressistas angolanos reside no facto muito singular, de resto, de ninguém ter assumido, até agora, nas zonas de poder exteriores aos movimentos de libertação, um papel de vigilância e arbitragem rigorosa no controlo das fronteiras com a República do Zaire, a Zâmbia e o Sudoeste Africano. O MPLA não pode, naturalmente, fazer tudo, mesmo quando a ação da vanguarda, em vários campos e simultaneamente, corresponde a um impressionante agigantamento, só possível onde existem fundas motivações ideológicas e afetivas. Assim, a convocação do poder popular surge aos nossos olhos recortada num mármore mais transparente. É que o MPLA terá sempre contas a prestar aos milhares de nacionalistas angolanos — responsabilidade que não se põe em qualquer zona moral dos outros... “movimentos”, ferreamente consagrados à recuperação integral dos materiais da exploração popular. Entre “Sá da Bandeira” (Lubango) e Moçâmedes, atingindo o coração do

Cunene, a vanguarda revolucionária dispõe igualmente de compartimentos militares. Um pouco por toda a parte floresce, em Angola, desde Cabinda, passando pela Lunda, por Malanje, o culto dos célebres “esquadrões Valódia”, homenagem ardente ao herói assassinado, traiçoeiramente, em Luanda, quando caminhava para uma negociação de paz. Valódia, nome de guerra do cidadão Joaquim Domingos Augusto, nascera em Nambuangongo, filho de camponeses. Iria completar, em dezembro próximo, 37 anos de idade. Meteu-se nas matas angolanas, altamente consciente das condições de vida do povo angolano, para travar as grandes lutas revolucionárias. Sob a chefia do célebre comandante Benedito¹⁹⁴, Valódia constituiu-se, em 1961, um dos pilares de oiro da bela resistência nacionalista de Nambuangongo, uma página de valor que durou seis meses e conduziu à fixação daquele baluarte nas faixas do território livre de Angola. A vida do comandante Valódia é particularmente apaixonante. O povo português, o verdadeiro, compreenderá nessa vida um dia o sabor e o significado das potentes alianças do proletariado dos homens que querem justiça social e que entregam a sua vida, a sua mocidade, a esse objetivo.

Uma tarefa colossal exige tempo

É o caso de Cabinda, por um lado. São as fronteiras devassadas por bandos de mercenários, de estrangeiros. É o ondear viscoso dos corpos reformistas e tribalistas. É a espregueira ofegante e mole dos saudosistas do colonialismo. É a burguesia “desinteressada” ou oportunista, a envenenar pela calada. A tarefa que se coloca diante da vanguarda revolucionária do povo angolano é simplesmente colossal. São os imperialismos acolitados por “amigalhões” hoje entrincheirados nas bainhas da OUA. São os “conselheiros” gulosos de recompensas caudalosas. São os traidores do povo angolano, facilmente comprados entre analfabetos e alcoólicos.

Em julho não se levantava ainda a questão, a viabilidade, da declaração unilateral para a independência do território. Mas andavam a recrudescer os falhanços governamentais, os espetáculos de incompetência e reacionarismo dos tribalistas, as “caneladas” de Jerónimo no problema da Educação depois das ameaças aos estudantes em Luanda, Nova Lisboa, Lubango. Não se pode

¹⁹⁴ João Gonçalves Benedito foi uma figura histórica da 1.ª Região Político-Militar do MPLA durante a luta de libertação nacional de Angola.

governar com tantos oportunistas num governo. Não pode haver sossego e ritmo revolucionário articulado a todos os níveis quando muitos dos governantes se encontram de antemão comprados para vigarizar o seu próprio povo e se escudam atrás de falsos “doutoramentos”. Não pode haver ritmo revolucionário, galvanizado, no seio de um poder constituído, quando se sabe que as fronteiras não estão seguras, quando os próprios governantes se empenham em privilegiar a incompetência, a incapacidade, o tribalismo, unindo-se para descreditar e rasteirar os representantes do movimento progressista.

É uma tarefa colossal, que exige tempo. A nossa convicção, fruto destes últimos contactos directos de julho, é a de que “a luta continua”, a vanguarda revolucionária não consentirá em partilhas, em “distribuições” parcelares do território, da pátria angolana. Só os invasores, os tribalistas, condescendem com aquilo que, pare eles, é já uma fatia grossa no campo das ambições. Os progressistas angolanos entendem que o tribalismo é particularmente humilhante para um povo que deseja, finalmente, realizar a afirmação plena das suas capacidades naturais, numa base unitária de património social e cultural, de expressão nacionalista.

É uma tarefa colossal que exige, na realidade, tempo. E coragem. E unidade revolucionária, acionando o fogo sagrado das bases, das grandes massas populares. A vanguarda revolucionária sustenta que “Um exército unido ao povo é invencível”. Ela encontra-se perante uma luta de proporções gigantescas, que exige o emprego de um realismo constante e perfurador: “O facto de a nossa independência estar à porta não quer dizer tudo. Não é a independência que fará com que os trabalhadores e os camponeses angolanos, as maiores vítimas da exploração colonial-fascista, deixem de ser barbaramente explorados como têm sido. Neste contexto, podemos concluir, e muito corretamente, que o maior inimigo do povo angolano é neste momento o imperialismo mais os seus lacaios, com os quais a luta continua”.

Jornal de Notícias, 23 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (7)
A farsa de Nakuru e os milionários do “capoloto”

Luís Alberto Ferreira

A “tormenta angolana”, avivada em julho, vinha assumindo aspetos de recrudescimento da análise das situações políticas, daí resultando um considerável avanço qualitativo das posições defendidas pelos trabalhadores de Luanda, Malanje, Benguela, Golungo Alto, Gabela, onde estavam largamente consumadas ações mais ou menos decisivas do MPLA.

Em Luanda, os progressistas, nomeadamente os mais desempoeirados doutrinadores da revista *Angola*, insistiam nas tarefas de análise dos famigerados “acordos de Nakuru”. Certa burguesia irresponsável tinha alinhado, desde a primeira hora, com os oportunistas do Centro-Sul, na exaltação desses acordos verdadeiramente sinistros: “De facto, ao contrário do que alguns diziam, os acordos de Nakuru não constituíram uma vitória do povo angolano sobre o inimigo imperialista, constituíram antes uma vitória desse mesmo imperialismo e dos reacionários, pois neles não foi reconhecida a legalidade das Organizações Populares (Comissões Populares) nem foi tão-pouco reconhecida a obrigatoriedade das eleições dentro de prazos estabelecidos”.

Essa foi a “grande jogada” de Nakuru: os do Centro-Sul cozinharam com a representação enconchada no Kinkuzu todos os meios possíveis de neutralização do crescimento político e social do povo angolano. O falso “herói” das matas do Centro-Sul, sedento de lagosta e contactos cetinosos com os seus patrões da Grande Europa e dos Estados Unidos, não estava, de resto, em Nakuru para outra coisa que não fosse empacotar, uma vez mais, em papel grosseiro, as razões legítimas invocadas pelas massas populares. Logo, o povo angolano foi naturalmente conduzido à formulação destas questões: “Se em Nakuru ficou estabelecido que as eleições «podem falhar» e que nesse caso se tem de ir para outra solução, como vai então o povo eleger os seus representantes? Se não há eleições, que tipo de governo é que vamos ter depois da inde-

pendência? Um governo igual àquele que tinha de ser convocado pela rádio para governar? Um governo de «comunicados»? Por outro lado, o acordo de Nakuru não reconhece ao povo o direito de se organizar apartidariamente nas suas comissões, nos seus órgãos populares de base.”

Repórteres de todo o mundo chegam a Angola, estabelecem os seus contactos, percorrem o território em diversos sentidos e, quando não se trata daqueles repórteres “previamente convidados” para a lagosta savimbiana, não hesitam em manifestar que o problema de Angola se apresenta hoje mais claro, mais transparente, do que nunca: de um lado, os neocolonialistas, os “Zés Ninguém” de ontem rapidamente empurrados para a frente, a soldo do capital estrangeiro, dispostos a transformar-se em exploradores de cor negra; do outro lado, os nacionalistas, os progressistas, prontos para o que der e vier, na firme disposição de travarem um longo e implacável combate revolucionário, em todas as frentes. Aqui o MPLA.

Nas matas que, há anos, circundavam “Silva Porto”, os pobres negros, mais do que subdesenvolvidos, atrasadíssimos, comiam morcegos caçados pelos pequenos estudantes da cidade, aos quais ofereciam goiabas do interior. Esses infelizes envergavam simplesmente uma tanga, andavam descalços. O “herói” das matas do Centro-Sul era assim em pequenino? Se era, a transformação foi “brutal”? Substituiui o morcego pela lagosta...? E esqueceu-se, pronta, diligentemente, dos seus pobres compatriotas, aos quais passa a vida a impingir discursatas de demagogia pastosa: “Unidade com luta”, “Progresso com paz”. Onde está o perfil criador, onde está a pujança das organizações populares aconselhadas por esse burilador do chicotinho manso? Onde está a grande ligação com as massas? Onde está a espontaneidade da adesão a “manifestações” que metem camionetas e outras viaturas dos latifundiários e comerciantes barrigudos do Centro-Sul, nomeadamente do Huambo e Bié?

Eis o depoimento de um trabalhador do Golungo Alto, como poderia ser o de um trabalhador da Gabela ou de Nova Lisboa: “As cantinas vendem única e simplesmente vinho e cerveja, quando a sua missão deveria ser de abastecimento de peixe, fuba, sal, sabão, óleo de palma e outros produtos de que o povo necessita na realidade. Assim, em vez de combaterem a fome, estão tentando intensificar o alcoolismo junto de nós. Quando ao povo subalimentado se teima em fornecer apenas bebedeiras, assistimos ao degradar da situação em que vivemos mergulhados há já muito tempo, os senhores sabem. Um

cantineiro ganha mais vendendo uma grade de cerveja que um saco de farinha. É a ganância, é o desejo de ganhar muito em pouco tempo, roubando ao trabalhador. Enquanto se vende um litro de vinho cujo preço oscila entre os 45\$00 e os 60\$00 (conforme a cara do cliente e o dia da semana) e uma cerveja por 10\$00 no Golungo, 12\$00 em Cambondo e 15\$00 na Canhoca, o povo, que precisa de comer, continua a ter que palmilhar vários quilómetros para comprar os géneros. No que respeita ao açúcar, tão necessário à nossa alimentação, os comerciantes sem escrúpulos, e na mira de lucros chorudos, apressam-se a vendê-lo aos fabricantes de “capoloto” ou “nhanha” (aguardente), uma atividade criminosa, mais uma entre tantas outras que visam minar as estruturas populares.”

Desde sempre o negócio das bebidas alcoólicas criminosamente fabricadas por sinistros exploradores do povo angolano constituiu manancial de riquezas fáceis. Beber “capoloto” é consumir veneno. Fabricantes e vendedores unem os seus esforços para fazer prosperar a exploração. O dito ministro da Saúde, empenhado em sujos “intercâmbios” com o Brasil, nunca pensou nestas e noutras situações. Os tribalistas da UNITA, por seu lado, limitam-se a berrar, no Lobito e no Huambo: “O povo, este nosso povo, já sofreu muito. Queremos progresso com paz”. É o verbo atarracado e gasto da nova criadagem ao serviço das ambicionadas manobras do estrangeiro. Falar em organizar o povo não é com eles. O inimigo número um dos tribalistas é aquele que se afoita na organização das cooperativas de consumo, das assembleias populares, das comissões populares de bairro, das frentes de quimbo. Nas regiões de Caluquembe e Uaba criaram-se, em pouco tempo, mais de 400 frentes de quimbo e assembleias populares de quimbo. Para quê? Naturalmente, muito naturalmente, para combater em várias frentes, arrancar as massas populares às garras de uma exploração que continua a envolver aspetos criminosos. Na fazenda do Súpua (Bocoio), há crianças e mulheres que trabalham de sol a sol, recebendo as crianças 5\$00 e as mulheres 7\$50 diários. No Monte Belo, onde em tempos 500 camponeses foram barbaramente assassinados por agentes da PIDE, os comerciantes recusam a compra de produtos ao camponês para que este acabe por ter de vendê-los a preços baixíssimos. Em Catete, durante o tempo de espera que vai da sementeira à colheita, os trabalhadores são obrigados a comprar tudo por vale ao comerciante. Este, criminosamente, transforma vales de 3.000\$00 em vales de... 6.000\$00, socorrendo-se de todas as “habilidades

possíveis”. Quando chega a altura da colheita, os camponeses ficam ainda *a dever* ao comerciante! No Huambo as mesmas práticas do explorador resplandecem, ainda hoje, aos olhos dos dirigentes (!!!) tribalistas, a quem as gratificações do estrangeiro permitem levar vida faustosa na capital da região. Na COTONANG, em Malanje, os trabalhadores estão cansados: a exploração vem de longe. Como na fábrica Macambira, em Luanda. Norteados pelo ideário do MPLA, procuram agora pôr em prática formas de luta legal contra a exploração desenfreada.

A luta do trabalhador angolano para vibrar um safanão definitivo nas grossas correntes que o atanzam e subjugam desde sempre, tem sido, nos últimos tempos, fortemente caluniada. A FNLA vinha “sugerindo”, em comunicado, que os “acontecimentos” de Luanda só poderiam ser (!) o resultado da atuação do social-imperialismo. Em resposta, os trabalhadores de Luanda formularam as seguintes questões. “Que é isso de social-imperialismo? Vejamos, compatriotas. O que a FNLA nos quer dizer é que o nosso principal inimigo é o comunismo. E vai mesmo mais longe: diz que o comunismo é imperialista e tem os seus lacaios angolanos. Compatriotas: já em Angola alguém viu algum imperialismo comunista? O povo angolano alguma vez foi explorado, oprimido, tiranizado, por alguém em nome do comunismo? Pelo contrário: quem escravizou, quem massacrou, quem oprimiu barbaramente o povo angolano foi o capitalismo e o seu sistema imperialista e colonialista. As minas, as grandes fábricas, as grandes plantações, tudo o que é riqueza e luxo de Angola pertence aos comunistas? A quem pertence tudo isso em Angola? Aos imperialistas americanos, ingleses, franceses, etc. O Zaire quer rebentar com a nossa pátria. Quem o manda fazer isso? São os comunistas? Ou são os imperialistas americanos? O regime racista da África do Sul está interessado num regime racista em Angola. Quem o manda fazer isso? São os comunistas? Há forças internacionais que querem separar Cabinda do resto de Angola. Quem está interessado nisso? Os comunistas?...”

Jornal de Notícias, 26 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (8)
Das lutas dos estudantes ao grande executivo militar

Luís Alberto Ferreira

Pode explicar-se facilmente a barragem física e ideológica levantada em S. Filipe de Benguela, e no próprio Lobito, aos gatimanhos palavrosos da UNITA e da FNLA; da UNITA sobretudo, arvorada, nos últimos tempos, em pregoeira de esquemas sociais pouco menos que destinados à beatificação massiva das populações negras, impingindo-lhes um curso vinagroso de ideias tribalistas. As FAPLA, ou seja, os militares que se batem nas fileiras do MPLA, vanguarda revolucionária do povo angolano, suportaram briosamente, em Benguela e Lobito, o ímpeto criminoso e covarde da aliança UNITA-FNLA, ficando a região sensivelmente defendida do perigo de cair, desenhada, nas mãos de neocolonialistas.

O que é, socialmente, a região de Benguela? Quando o “ministro” Jerónimo, da UNITA, carpinteara os assuntos da Educação lançando-se em perseguições tenebrosas sobre os estudantes e os professores progressistas, muitos dos quais indivíduos de raça branca, tarefas claramente apoiadas pelo dono da UNITA, costumava sistematizar na sua esquelética demagogia os ataques à pequena burguesia, eivados de vibrações racistas. Um seu parceiro (indevidamente metido no Colégio Presidencial) sustentava, ronceiramente: “É talvez o vento das greves e dos grevistas espalhados pela Europa que chega até estes estudantes burgueses ou europeus, cansados de aprender, integrados numa classe altamente rica. Mas não podemos considerar de forma alguma revolucionismo e muito menos progressismo quando essa greve é feita por estudantes pertencentes às classes e castas mais privilegiadas de Angola, aqueles que ontem para frequentar a Universidade os pais deviam ter sido informadores da Pide, negros de serviço, funcionários, excluindo o verdadeiro povo, quer dizer, o dos meios rurais e dos «bairros da lata» dos grandes centros urbanos” (!!!).

Imagine o leitor: um tal verbo aquecendo o intelecto de um membro da FNLA. Preocupado com o “verdadeiro povo”, com os “meios rurais”, com os

“bairros da lata” (ele ter-se-ia esquecido de dizer “musseques”). Mas eram precisamente esses “terríveis” estudantes, “pertencentes às classes e castas mais privilegiadas de Angola”, quem acionava, impulsionava, em Luanda, em Benguela, no Lubango, no Huambo (!!!), tarefas identificadas com as novas etapas da luta revolucionária em Angola. Os estudantes criminosamente pontapeados por Jerónimo, Eduardo & Companhia, alimentados pelos dinheirões do patronato estrangeiro, propunham-se, e propõem-se, contribuir para a solução “dos problemas de todo o povo angolano e não dos seus próprios problemas”. Bateram-se e batem-se pela criação de cursos livres em todas as escolas angolanas, centros livres “para funcionarem como centros de discussão política abertos a todo o povo angolano e onde, com a participação dos trabalhadores, se discuta a situação política geral do país, o papel dos estudantes na luta anti-imperialista, a criação de um ensino ao serviço do povo, etc.”. Em Luanda, o apoio da classe operária à luta dos estudantes progressistas era flagrante. A educação ideológica dos estudantes ultrapassava a do “ministro” (?) Wanga, tribalista engravatado ao serviço de “patrões” cuja cara nunca viu. Por isso o cavalo de batalha dos criados do neofascismo era a “burguesia privilegiada”, o “europeu”, o “negro de serviço”. As palavras dos estudantes e dos professores progressistas eram propositadamente deformadas no “Ministério da Educação” dominado pelos tribalistas da UNITA. Os estudantes defendiam, muito objetivamente: “A reforma do ensino não pode ser um estudo feito sobre os antigos programas por meia dúzia de doutores escolhidos pelo Ministério da Educação; a reforma do ensino tem que passar por uma ampla discussão popular”. Estas linhas de fundo não agradavam aos neofascistas, que canalizaram para a pequena burguesia angolana todos os sobressaltos da sua mentalidade tribalista. Como se da burguesia angolana não tivessem saído muitos e bons combatentes verdadeiramente progressistas, todos eles habilitados a compreender o problema das classes oprimidas, em Angola, todos eles comprometidos na aplicação e defesa de um ideário que percorre por inteiro todo o planeta das inquietações do proletariado. O comandante Gika, traiçoeiramente assassinado no Norte de Angola, procedia da classe pequeno-burguesa. Na “Vila Alice”, em Luanda, no “Feijão Mistura”, em Benguela, a pequena burguesia constitui uma das traves-mestras da luta revolucionária, representa um dos laboratórios mais ricos em experiência, vivências sociopolíticas, e tem conduzido trechos fundamentais do processo que hoje galvaniza todos os verdadeiros nacionalistas angolanos, ocupando posições fundamentais da luta

política e da luta armada. A pequena burguesia angolana enviou para os esquadrões das FAPLA muitos dos seus filhos. Contra estas barreiras nada puderam, em Benguela, os aliados tribelistas. É que a “resistência popular generalizada” já chegou a Benguela, já chegou aos setores burgueses e, principalmente, aos “quimbos” do Lobito. A pequena burguesia de Benguela e da Catumbela conhece, profundamente, as razões, as mil e uma implicações da luta. Por isso escolheu os caminhos que conduzem à libertação, à independência total de Angola, escolheu o MPLA, legítima vanguarda revolucionária. No Luso, em linha quase retilínea com “Silva Porto”, sede do grande “pomar do Bié”, 3 500 voluntários brancos, negros e mestiços ofereceram-se ao MPLA para combater, para repelir os tribelistas acorrentados pelo veneno savimbista. O Luso aponta para mais uma faixa fronteiriça de importância fundamental. Não se desmobilizam, facilmente, do ponto de vista ideológico, pessoas que vivem nessas regiões e que, todos os dias, são intérpretes de um certo figurino de vida, de relações sociais, de relações de produção e consumo. O MPLA é, sempre, em termos físicos, um alvo mais largo, porque aglutina milhares de civis, o corpo de uma nação. Eles representam uma extraordinária força política e decidirão do futuro do país. Angola terá de ser, pois, um país de profunda expressão democrática, construindo, educando, recuperando para a vida milhares de seres humanos que têm sido criminosamente subalternizados.

Forças progressistas em zonas fundamentais

Vitorioso no Cuanza Norte e no Cuanza Sul, na Lunda, em Benguela, no Lobito e sem problemas de maior no Cuando-Cubango, no Cunene e em Moçâmedes, o Movimento Popular de Libertação de Angola pode neste momento considerar-se preponderante em relação à faixa que se estende do Leste até ao litoral angolano. A UNITA andava a viver dos réditos duma neutralidade falsa como Judas, calculista como a jiboia, venenosa como o camaleão. A “neutralidade”, a “Paz” eram parte energética (?) da sua movimentação “gangsterina”. Neutralidade? Fazia o jogo, sempre que possível, dos subsidiados do Norte, com os quais manipulava pontos comuns, “aproximações fraternas”: o tribalismo, o racismo, a engorda assegurada por capitais de origem sinistra. Quanto à FNLA, anda a “equivocar-se”, cada vez mais, em relação às sinuosidades da UNITA. No domínio das “ciências tenebrosas”, a UNITA balbucia um amorismo pacóvio e obtuso, capaz de comprometer a sanha, o profissionalismo implacável da FNLA, que ainda se arrepende de andar a trabalhar com maus

amadores, esses oportunistas do Huambo para quem a “importância estética” de Luanda residia nos cabarés e nos bares mal frequentados. É preciso ver que uma aliança político-militar não é, precisamente, uma combinação para um piquenique nas matas do Leste ou para uma “ramboiada brutal” no cosmopolitismo subterrâneo de “Nova Lisboa” ou “Silva Porto”, nomenclatura piedosamente colonialista.

Hoje, sabendo-se embora que o MPLA corre muitíssimos riscos, que o MPLA vai ter de esgotar todas as suas energias possíveis, de dar o máximo, de jogar tudo, face à quantidade e variedade das bocarras infernais que espreitam os seus passos, o avanço das forças progressistas para zonas inequivocamente essenciais do território angolano é uma realidade. A UNITA, emoldurada pela FNLA, protegida pela FNLA, encontra-se, por enquanto, sem sono tranquilo, nas regiões do Huambo e do Bié. Persegue e fuzila os militantes civis do MPLA, afinal os únicos que têm programado e ativado, nas respetivas regiões, ações de promoção social e cultural que ultrapassam, facilmente, todos os confrontos. O objetivo é, toda a gente o sabe, a balcanização do território, deixar o Zaire, a África do Sul, a França, os Estados Unidos, aguçar os apetites, sonhar com o petróleo de Cabinda, por exemplo...

Jornal de Notícias, 27 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (9)
... Vultos de verdadeiros heróis

Luís Alberto Ferreira

Não é certamente em vão que os comandantes do MPLA, os homens das FAPLA, falam pouco ou apenas “o indispensável”, aproveitando sabiamente o tempo, inclinando-se mais para as realidades práticas da guerra, da politização e da movimentação das massas — porque nas fileiras do MPLA as obrigações de guerra não subalternizam nem arrefecem as tarefas da mentalização e da politização dos quadros. Os repórteres que, a cada passo, demandam o território angolano, viajados dos vários continentes, sentem por esses comandantes uma atração e um respeito especiais, reações essas governadas pela observação direta e nas circunstâncias mais desencontradas, como nessa palpitante jornada em terras de Benguela, primeiro, e posteriormente no Huambo, com os camaradas Basova e Ngakumona, o comandante Monti, largamente prestigiado na região, pelo seu talento, a sua filosofia de político e de militar, os camaradas “Sapo” e Bandeira, todos eles homens firmes, confiantes, serenos, conhecedores dos problemas angolanos, metidos nas raízes da sua pátria, do seu povo.

Tínhamos deixado para trás, pouco antes, no clima salgado e forte do Lobito, o comandante Kassangi, um espírito fortemente realista, tão realista quanto as problemáticas determinam. Kassangi, no dizer das populações de Benguela, tem sido um dirigente de extrema prudência e, indubitavelmente, aquele que mais preservou a tranquilidade e a ordem na velha cidade de S. Filipe, mau grado as sucessivas provocações de elementos reacionários, bandos de criminosos que mais de uma vez semearam o pânico e a morte nos bairros populares, nomeadamente na grande faixa da Camuna, império benguelense dos sacrifícios e da resistência populares. No Lobito, igualmente, havíamos deixado o camarada Gonzaga, conhecedor profundo da “epopeia social dos quimbos”, entusiasta irredutível das “frentes de quimbo” e das comissões po-

pulares de bairro, e a camarada Rita, possuidora de uma espantosa experiência de militante nas matas do Norte de Angola e no próprio território congolês, quando os militares do MPLA, empenhados na luta contra a repressão colonialista, eram ao mesmo tempo obrigados a iludir as perseguições da UPA, sancionadas pelos fascistas zairenses.

As FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) estão solidamente organizadas nessa Frente-Centro do MPLA, tão responsável, tão inteira, tão essencial — e tão reclamada e decisiva nos últimos acontecimentos da faixa Lobito-Benguela. Dominando a flagrante aliança UNITA-FNLA precisamente quando Savimbi afirmava, no estrangeiro, a inexistência de pactos e “cozinhados” com o agressor nortenho, o MPLA garantiu a operacionalidade sobre as “chaves” do porto do Lobito e, simultaneamente, assegurou os fornecimentos dimanados da imensa horta de Cavaco, importantíssimos numa altura em que a UNITA, amanhada nas costas da FNLA, tudo faz para impedir as ligações rodoviárias com Luanda e amordaçar o esquema de transporte de géneros, nomeadamente legumes e frutas.

A chamada *tradição democrática* de Benguela abre agora, generosamente, os seus pulsos, os seus pulmões, determinando avanços impressionantes de solidariedade popular. A má vontade, ou a *indisposição ideológica*, de uma certa burguesia, soçobra totalmente nesta movimentação ardente das massas populares de Benguela e Lobito, uma vez mais, como em Luanda, elemento decisivo para entaipar a fúria do inimigo, do verdadeiro agressor do povo angolano. O povo alinhou com as FAPLA, no Lobito e em Benguela. Não foi em vão que o comandante Kassangi advertiu, não há muito, num discurso memorável: “Não basta dizermos que as FAPLA são o braço armado do povo, que as FAPLA são um Exército Popular. É necessário em todo o lado lutarmos de facto para que as FAPLA sejam cada vez mais um Exército Popular, pois que o Exército Popular é uma das armas indispensáveis para que o povo vença o Imperialismo e conquiste o Poder. Mas o que é um Exército Popular? Um Exército Popular é um exército ligado às massas, que faz trabalho político junto das massas, é um exército que estuda, que combate e que produz para abastecer-se a si próprio. É ainda um exército no seio do qual se pratica a democracia, a crítica e a autocritica e no qual se aplica a mais firme disciplina revolucionária”. Por isso, na delegação de Benguela do MPLA os camaradas se debruçam, em certas horas, sobre os livros, fazem as suas reflexões, apoiam-

-se mutuamente, discutindo os problemas. Vi em S. Filipe o camarada “Mundo em Guerra” limpar com zelo inefável a arma que lhe está confiada e, um pouco mais tarde, com igual fervor, devorar, no silêncio calmoso da camarata, trechos de literatura revolucionária. A paciência eurítmica destes jovens combatentes é já uma atitude filosófica, um assumir grave do ideal angolano de libertação, de independência total. Os nacionalistas angolanos responsabilizam-se cada vez mais, cientes de que o inimigo, o colonialista, promoveu atrasos incomensuráveis, que é necessário ultrapassar, em todos os campos.

Jornal de Notícias, 28 de agosto de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (10)
Os progressistas não morrem em vão

Luís Alberto Ferreira

O povo angolano esteve muitos anos em situação estática, desautorizado, desalojado de todos os terrenos de luta onde ele poderia impulsionar a afirmação da sua personalidade. É preciso recuperar todo esse tempo — eis a convicção dos próprios combatentes, os bravos das FAPLA, a quem a guerra endereça todos os riscos, todos os tipos de urgência, de Cabinda ao Cunene, entre sucessivas recargas, hoje no Lucala, contra a FNLA, amanhã no Luso, contra a UNITA, ou no Lobito contra ambas as forças. Inimigas duma sociedade mais justa para Angola. Inimigas da verdadeira “civilização angolana”.

É por isso que os “pioneiros” marcham com decisão redobrada, nos musseques e não só, carregando as suas armas improvisadas. O povo angolano está habilitado a enfrentar qualquer inimigo, entre os mais reacionários, principalmente entre os que insistem no racismo e no elitismo. Em Angola essas máquinas iracundas não mais triunfarão. Hoje, qualquer mulherzinha angolana das faixas suburbanas pega numa arma e enfrenta o inimigo. Que o digam os zairenses da FNLA, completamente aturdidos pela veemência dos sentimentos nacionalistas, da serena coragem dos musseques.

Os progressistas angolanos não morrem em vão. Se os zairenses metem cada vez mais gente pela fronteira Norte, se os racistas sul-africanos querem definitivamente meter-se num tremendo sarilho insistindo em acariciar com reforços de tropas as terras fronteiriças do Cunene, o ideal nacionalista galvaniza mais do que nunca os progressistas angolanos, prepara-os para novos combates. Os progressistas angolanos não morrem em vão. O comandante Gika defendia, com a sua inteligência culta, com o seu ardor nacionalista, com a sua impetuosidade revolucionária, essa nobre convicção. Gika era natural do Bié, estudara em Benguela e no Lubango, passara pela Universidade (Medicina) de Coimbra.

Profundamente situado no seu tempo, no cerne dos problemas do povo angolano, Gika desenvolveu intensa atividade clandestina, em prol da vanguarda revolucionária do povo angolano, durante a sua permanência em Coimbra e até ao dia em que, com outros companheiros, conseguiu fugir para Marrocos a bordo de um pequeno barco pesqueiro. Em 1972, o comandante Gika contava-se entre os elementos mais dinâmicos do Movimento de Reajustamento da Frente Leste do MPLA. Dois anos mais tarde, Gika foi eleito membro do comité central do movimento. Imediatamente, foi-lhe atribuída a qualidade de comissário político do Estado-Maior General do MPLA. O comandante Gika, herói nacional, seria nomeado ainda membro do Conselho Superior da Defesa. Com os melhores do MPLA, o comandante Gika idealizou e dinamizou muitos dos valiosos *saltos qualitativos* da conduta do movimento nestes últimos anos. Estava apetrechado para essas tarefas, passara por diversas Regiões Político-Militares do MPLA, estudara e documentara-se no estrangeiro, travara inúmeros combates, na primeira linha, contra os colonialistas, contra os opressores do povo angolano. A morte de Gika, herói nacional angolano, em Cabinda, assume, vigorosamente, dimensão doutrinária, exige espaço na história do povo angolano e da libertação e independência total de Angola. Foi pela sua vida que o comandante Gika se alcandorou a essa qualidade inefável que distingue os verdadeiros heróis populares — morreu e deixou nos outros angolanos a vocação da luta sem tréguas, da invulnerabilidade moral, do realismo nacionalista, do ardor competitivo que traduz, antes do mais, “a defesa intransigente dos interesses mais profundos das massas exploradas”.

Jornal de Notícias, 2 de setembro de 1975, última página

Angola — tormenta em julho (11)
Mais frentes de luta — Mais gente motivada

Luís Alberto Ferreira

Certamente que as lutas operárias no Lobito, marcados por um alto sentido de consciência política e social, puderam situar-se, com eloquência, numa importante faixa moral dos combates travados naquela importante cidade portuária, outrora um grande centro gerador de elitismos e separatismos que tinham como expoente máximo a paisagem social diretamente relacionada com os quadros do decantado Caminho de Ferro de Benguela. Que o desenvolvimento dessas lutas da classe operária em empresas como a Cassequel, a FINA, as Construções Técnicas, o porto do Lobito, a Lumel, a Somóveis, se tenha processado em estreita ligação ideológica com o nacionalismo atuante do MPLA e que, por outro lado, as FAPLA, braço armado do povo angolano, tenham vitoriosamente recargado sobre as lazentas formações *militares* da UNITA, sempre ou quase sempre gabardinadas nas costas da FNLA, não representa uma simples coincidência, é antes a reafirmação de fortes linhas convergentes no mapa das grandes e vigorosas opções populares.

Decorridas precisamente duas semanas sobre a conclusão da nossa jornada de maio-junho por terras angolanas, a cidade de S. Filipe de Benguela foi cenário de uma manifestação durante a qual o povo trabalhador aprovou uma moção em que se afirmava que “a política de conciliação com os inimigos das massas populares, com os lacaios angolanos do imperialismo, não serve os interesses das massas exploradas, dos operários e camponeses que continuam a ser massacrados, chacinados e ainda mais criminosamente explorados”. Esta advertência era tanto mais clara quanto é certo que todos os nacionalistas de Benguela tinham consciência do significado da criminoso agressão cometida no bairro suburbano da Camunda, onde duas dezenas de populares encontraram a morte em circunstâncias tenebrosas. O povo recreava-se, na Camunda, num recinto de festas, quando homens da FNLA provocaram, no local, a ex-

plosão de uma granada. Daí que as pessoas rapidamente concluíssem pela adoção de uma atitude mais do que nunca realista, nessa manifestação de 25 de junho, em Benguela: “Devemos reafirmar que a única resposta à guerra de agressão imperialista é a guerra popular prolongada sob a direção da vanguarda do povo e da ideologia das massas exploradas”.

Correr riscos para encontrar e consagrar a verdade

Quais são os riscos dominantes a que um homem se expõe quando procura a verdade insofismável e total? São muitos e nem sempre afinam por um diapasão comum. A verdade sobre o caso angolano não escapa a estas “generalidades” — mas a sua procura não pode ser um processo acomodatório nem feito de solavancos emocionais. Compreender o caso angolano exige apetrechamento. E este transcende o mero facto de se *ter passado* por Angola ou de se *ter estado* em Angola, *ter vivido* em Angola. O apetrechamento em questão aponta para estádios diversos, nomeadamente a capacidade de entender um processo sociopolítico que reclama inúmeros recuos no tempo e no espaço. Nestes termos, fica combinado que a história dirá, oportunamente, quem estava dentro da razão e quem, de facto, colocou os instrumentos mais justos ao serviço da verdade, da procura da verdade. Esta não iria, necessariamente, não irá, servir apenas o povo angolano. O que acontece hoje em todo o mundo é apenas o seguinte: contra todos os obstáculos e negligências criminosas, os oprimidos de cada parcela fazem esse intercâmbio energético que permite o tratamento vigoroso das opções comuns, o planeamento das lutas comuns, o reforço ideológico dessas lutas comuns. As informações, os gráficos, a cadência dessas lutas, chegam depressa aos seus destinos — e o homem que luta vai estando cada vez menos só e menos exposto às traições neocolonialistas e a outros golpes de exploração organizada. Há o caso dos explorados, dos miseráveis de ontem que também passaram a explorar, logo que a situação se lhes apresentou favorável à engorda — mas há, sobretudo (e aqui a advertência é mais forte), o caso dos exploradores de sempre, dos exploradores eviternos, armados de dispositivos poderosíssimos, as colunas que sustentavam ou sustentam uma DIAMANG, uma Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG), uma Companhia Angolana da Agricultura (CADA), uma PE-TRANGOL, uma PURFINA, tantas, tantas outras bocarras sugadoras.

A verdade angolana, no pensamento do repórter e no círculo inatacável da justiça universal, está encontrada e as suas definições passam exaustiva e dolorosamente pelos caminhos horríveis do crime e da traição.

Algumas questões para reflexão (com resposta certa)

Basta ler alguns trechos do “Acordo de Nakuru”. Quem acompanha a evolução do caso angolano, está habilitado a entender o que significam “impulsos” desta natureza: “Colaborar ativamente com o governo na elaboração de um programa comum mínimo, político, económico e social, com base em princípios comuns aos programas dos movimentos de libertação”; “Exigir do governo a reestruturação do aparelho judicial e pôr termo a todas as formas de justiça privada”; “Desencorajar e combater as preferências partidárias no seio dos serviços dependentes dos ministérios”; “Exigir do governo a aplicação integral do seu regimento e a introdução de votos de censura e desconfiança como sanções a faltas graves definidas por regulamento especial criado para o efeito”; “Exigir do governo medidas de austeridade económica e financeira”; “Exortar os trabalhadores e empresários para o real aproveitamento da capacidade das forças produtivas disponíveis no nosso país”; “Não impedir a livre circulação de pessoas e bens por todo o território nacional”; “Exigir ao governo a constituição de uma comissão de inquérito encarregada de detetar os agentes da ex-PIDE/DGS e os colonos notoriamente fascistas que participaram nos massacres das populações, no intuito de acelerar a sua expulsão do país; os agentes ou informadores angolanos devem ser detidos, julgados e castigados ou reeducados”.

Não resisto a levantar, aqui e já, algumas questões das tais *questões pertinentes*. Quando se fala em “colaborar ativamente com o governo” estará porventura a legitimar-se e a consagrar-se o roubo dos cem mil contos do dinheiro do povo? E sobre a “reestruturação do aparelho judicial”? A ideia é peregrina, sem dúvida. Mas quem desautorizou o próprio ministro da Justiça com alardes preferenciais tribalistas?

Por outro lado ainda, quando se “exigem do governo medidas de austeridade económica e financeira” estará a consagrar-se, de novo, a teia viscosa de atividades fraudulentas a cargo de membros do Governo de Transição que, oportunamente, bateram em retirada, deixando no terreno as marcas da sua cumplicidade criminosa com os agressores imperialistas?

Quando se manda “detetar os agentes da ex-PIDE/DGS e os colonos notoriamente fascistas que participaram nos massacres das populações”, pretende louvar-se a absorção desses criminosos no seio de determinado “movimento de libertação”? E quando, noutra faixa dos problemas locais, se fala de “forças produtivas disponíveis”, pretende-se uma alusão aos setores do proletariado perseguidos na tristemente famigerada “Avenida do Brasil” e depois torturados e abatidos sem dó nem piedade?

Tal como o malabarismo sinistro do imperialismo e seus lacaios, o texto do “Acordo de Nakuru” transformou-se numa exuberante e descarada consagração da mentira, da fraude e do crime, num charco pantanoso onde os interesses mais elementares e mais legítimos do verdadeiro — do verdadeiro! — povo angolano, daquele a quem *realmente* compete decidir da sorte da nação angolana, apenas dispunham de míseras jangadas impróprias para qualquer tipo de travessia sob a tempestade que diariamente, e de todos os lados, sacode o país.

Ficam, pois, aqui mais temas, mais convites à reflexão sobre o caso angolano. Reflexão que pode — e deve —, imediatamente, alargar-se até às terras do Cunene, onde tropas sul-africanas, com o emblema de sangue do racismo, do imperialismo, do colonialismo, a dardejar ao sol, passeiam, impunemente (para já), o despudor duma ingerência gravíssima. Mas os angolanos estão atentos. E vigilantes. E prontos para a luta.

Expresso, 4 de outubro de 1975, p. 16-17

Angola, 38 dias antes da independência
Nova Lisboa: a agonia (lenta) de uma cidade semifantasma

Alexandre Cordeiro

A crónica que a seguir se publica deveria ter sido inserida na passada edição, não fora ter acontecido que o nosso colega de redação Alexandre Cordeiro, enviado especial a Nova Lisboa, foi feito prisioneiro na madrugada do dia 20 de setembro, por elementos da FNLA (Esquadrão Chipenda), e arbitrariamente mantido nos seus cárceres durante seis dias. No entanto, e embora refundido, atualizado e aumentado, o texto não perdeu qualquer oportunidade em toda a sua extensão.

Nova Lisboa — Deverá ficar concluída no início da próxima semana (segunda ou terça-feira) a ponte aérea de evacuação de desalojados angolanos para Portugal, a partir desta cidade. Para tal concorreu o facto de se ter estabelecido uma miniponte aérea entre Nova Lisboa e Luanda, que se iniciou no passado fim de semana através das aeronaves dos TAM (Transportes Aéreos Militares) — dois Boeings 707 — e a que se deveria ter juntado já o apoio de algumas unidades da frota da TAP, não fora o problema levantado em Lisboa pelo Sindicato do Pessoal de Voo acerca da segurança do pessoal, que seria obrigado a repousar em Luanda, diferendo que à hora em que escrevemos ainda não encontrou o seu epílogo.

Imediatamente a seguir à conclusão da referida ponte aérea abandonarão Nova Lisboa os últimos elementos das Forças Armadas portuguesas aqui estacionados, cuja evacuação se iniciou já esta semana em direção a Luanda e/ou Lisboa.

As razões aduzidas para este abreviar da ponte aérea deverão residir no facto de a situação político-militar no centro e sul de Angola não ser de molde a possibilitar o afluxo ao Huambo de um número maior de candidatos ao regresso a Portugal oriundos de zonas dominadas (segundo as últimas informa-

ções fidedignas) pelo MPLA, movimento rival tanto da UNITA como da FNLA, que partilham o controlo do Huambo, Bié e Cuando-Cubango, o caso de Sá da Bandeira, Moçâmedes, Porto Alexandre, etc.

Por outro lado, a tensão iminente entre a UNITA e a FNLA em Nova Lisboa, a que aludimos na nossa crónica anterior (vd. *Expresso* de 20 de setembro) explodiu já vigorosamente em meados da semana transata, registando-se agora confrontos armados cada vez mais intensos e habituais entre as forças militares dos dois movimentos, particularmente durante a noite e que, geograficamente, se aproximam vertiginosamente da “fronteira” entre a cidade “do asfalto” e os seus bairros periféricos. Confrontos estes que ultrapassam os problemas de saque e/ou intimidação efetuados pelas tropas de qualquer dos dois movimentos que eram dados amiúde como razões para certas escaramuças, uma vez que qualquer dos movimentos reforçou e tomou medidas de segurança (em relação às instalações de que cada um dispõe ou controla) até aqui nunca vistas, isto é, verdadeiramente excecionais.

Complementarmente, as recentes afirmações de Savimbi segundo as quais a tropa portuguesa deveria abandonar imediatamente o Huambo foram acolhidas com intranquilidade e receio pela esmagadora maioria da população, já de si preocupada com a tensão crescente do ponto de vista militar que lhe augura fracas perspectivas de segurança até ao momento da evacuação. Os próprios elementos do exército português que viram impedida pela UNITA e pela FNLA a realização de algumas colunas de desalojados e respetivos haveres para Luanda, por via terrestre, não escondem na sua maioria uma certa apreensão pelo clima emocional e psicológico que reina nestes últimos dias da ponte aérea.

Há também quem pense que esta evacuação para Luanda se destina a alimentar uma espécie de “tampão humano” naquela cidade, já que foi obtida pelas autoridades portuguesas a garantia de que a FNLA não atacará a capital angolana enquanto lá permanecerem desalojados, e ultimamente diminuiu um pouco o ritmo da ponte aérea para Portugal a partir de Luanda. Também quer a UNITA quer a FNLA não verão logicamente com bons olhos o estabelecimento de várias ligações diárias entre Nova Lisboa e Luanda, pois isto abre potencialmente as portas às infiltrações “marca MPLA” que tanto temem. Vistas as coisas sob este prisma (para o qual não conseguimos confirmação oficial), a ponte aérea e o seu processamento adquirem, na sua ponta final, um

significado político inequívoco, ao qual poderão não ser estranhas as prisões de dois jornalistas portugueses e as perseguições a membros do CNDA que a FNLA (Esquadrão Chipenda) levou a cabo em Nova Lisboa, decerto despeitada por um tal eventual golpe de astúcia diplomática.

Factos estes a que também a maioria dos observadores não deixa de ligar a presença no aeroporto de Nova Lisboa de três indivíduos de nacionalidade norte-americana que se ocupam de um rádio emissor-recetor que dizem ao serviço da ponte aérea.

Intitulam-se funcionários do *State Department*, distribuem por toda a gente desde a sua chegada muito tabaco, *whisky* e cerveja, produtos que escasseiam bastante, tratam-se mutuamente por *number one* — *number two* — *number three* (o que parece ser igualmente o indicativo de chamada do posto de rádio) e apenas dão algumas informações sobre as horas de chegada de alguns aviões portugueses e estrangeiros à pista do aeroporto, cuja torre de controlo continua nas mãos da FNLA.

Até 30 de setembro tinham sido preparados cerca de 275 voos de desalojados em Nova Lisboa, envolvendo um total de quase 50 mil pessoas. Os voos de adidos deverão rondar os 120 a 130, repatriando entre 25 e 30 mil pessoas.

Um dos últimos problemas a resolver neste momento reside no transporte de cerca de 20 toneladas de carga que falta trazer para Lisboa. Ao que parece já estarão no entanto fretados dois cargueiros para o efetuar.

A importância do aeroporto

Entretanto, a situação político-militar não sofreu alterações de vulto. A UNITA e a FNLA não tinham ainda há uma semana chegado a qualquer entendimento sobre a distribuição das instalações e do equipamento militar que as Forças Armadas portuguesas deixarão em Nova Lisboa. Trata-se de três aquartelamentos, de um bairro militar e do edifício da messe e clube militar, com o respetivo recheio, e ainda diverso material automóvel. Segundo alguns observadores, não será de prever que, sobre este aspeto, os dois movimentos cheguem a acordo antes da retirada total das Forças Armadas portuguesas do Huambo, devendo a distribuição de tal equipamento vir a processar-se por ocupação pela força, dando origem a recontros que poderão vir a catapultar todas as tensões latentes ao nível militar e político entre a UNITA e a FNLA,

que até aqui têm procurado a convivência pacífica, obviando qualquer deles à abertura de uma segunda frente de combate.

A presença das FALA (UNITA) no aeroporto de Nova Lisboa (a torre de controle é controlada pela FNLA) tem como único objetivo garantir a ocupação do mesmo aquando da retirada do exército português. Com efeito este aeroporto é vital para o abastecimento da UNITA em material bélico, o que só poderá processar-se por via aérea. Para além de Nova Lisboa, apenas a pista de Serpa Pinto poderia servir para tal. No entanto, situa-se a 300 ou 400 quilómetros de pontos-chave como Nova Lisboa e Silva Porto (atualmente uma verdadeira cidade militar), o que, dada a tremenda escassez de combustível, torna impraticável a sua utilização para esse fim.

Caminho de Ferro de Benguela

Escrevemos na nossa última crónica que a estratégia militar da UNITA em relação ao CFB parecia aclarar-se progressivamente, apenas lhe faltando dominar as pontas, inicial e final, da linha em território angolano. No entanto, a progressão militar que se esperava nesses dois pontos não se verificou, continuando o porto do Lobito — ponto fulcral e coração de toda a linha férrea — sob controlo do MPLA.

O trânsito na linha está praticamente paralisado, apenas se tendo realizado ultimamente um que outro comboio (chamados “fantasmas”) que trazem funcionários da companhia desde vários pontos da linha até Nova Lisboa a fim de receberem o seu vencimento (o respeitante a julho foi pago até há poucos dias) e se abastecerem no armazém de víveres da empresa, regressando depois às localidades de origem. Na importante estação ferroviária de Nova Lisboa encontram-se estacionadas várias importantes e compridas composições que circulavam aquando da paralisação e que incluem essencialmente mercadorias destinadas à Zâmbia compradas através do porto de Lobito. Podem ver-se por exemplo duas locomotivas *diesel* absolutamente novas destinadas aos *Zambia Railways* (ZA), numa base de lagartas para um canhão giratório, vários vagões-cisterna (vazios) da Petrozaire e variadíssimos vagões com mercadorias de todo o género.

Chantagem e coação psicológica

Embora a UNITA e a FNLA tentem a todo o custo manter e assegurar sob o seu controlo a vida administrativa do Huambo e distritos circundantes (que

militarmente dominam), o êxodo maciço das populações compromete e complica progressivamente o alcance desse objetivo, já de si difícil, na medida em que, também inevitavelmente neste aspeto, o isolamento tende a acentuar-se, devido à confusão e sobreposição de poderes que é consequência direta da situação factual da balcanização (vd. nossa crónica na edição de 20 de setembro).

Neste contexto, assumem especial relevância todas as atividades que direta ou indiretamente concorrem para o processamento e arrecadação de receitas públicas, bem como a própria atividade bancária, que terá de ser o suporte de qualquer tentativa de reanimação da economia regional. Disto têm consciência os dirigentes e responsáveis de qualquer dos dois movimentos que em momentos por vezes patéticos de desespero se reúnem com alguns dos já pouquíssimos funcionários públicos (fazenda, alfândega, etc.) e bancários, tentando convencê-los a não abandonarem os seus postos, prometendo-lhes e tentando garantir-lhes a segurança física e uma situação económica desafogada.

Alguns casos houve em que chegaram mesmo a usar de chantagem ou de métodos chantagistas e de coação física e psicológica para lograrem alcançar os seus objetivos.

No entanto, como de facto o clima de insegurança de pessoas e bens não só não diminuiu como se acentua quotidianamente, o êxodo dos funcionários prossegue aceleradamente apesar das promessas e/ou ameaças dos dirigentes políticos locais. Não raras vezes pudemos apreciar sob o teto do hangar do aeroporto de Nova Lisboa cenas aflitivas e dramáticas tendo como personagens alguns desses funcionários vítimas de chantagem ou coação psicológica que, na maior parte dos casos com a roupa que trazem no corpo, pretendem embarcar imediatamente para Luanda ou Lisboa como única forma de escapar a tal tipo de processos e garantir a sua sobrevivência.

Perante estes casos, tanto as autoridades militares portuguesas como os elementos do CNAD, do IARN, da Cruz Vermelha, do Depósito Geral de Adidos e da TAP têm sido unânimes em facilitar e promover a evacuação imediata destes funcionários. Ao ter conhecimento destes factos, os responsáveis da UNITA e da FNLA, que nunca declaradamente se mostraram contrários à evacuação das populações, acabam por censurar energeticamente tais atitudes, alegando que “lá estão eles a facilitar a fuga de mais um MPLA, de um FAPLA ou de um poder popular”. Estas censuras estenderam-se nalguns casos a verda-

deiras perseguições a elementos civis responsáveis pelo processamento da ponte aérea que, perante isso, se viram coagidos a “salvar a pele”, adotando o mesmo procedimento de evacuação de emergência que haviam facilitado aos referidos funcionários.

A guerra da informação

Acompanhando a divisão político-militar e administrativa do território angolano, também os meios de Informação se encontram divididos e controlados por este ou aquele movimento de libertação. Tendo praticamente deixado de existir a imprensa regional das cidades do interior do território, permanece apenas a de Luanda, controlada efetivamente pelo MPLA.

Neste contexto passou a assumir uma importância muito especial o papel desempenhado pelas emissoras de rádio. E, se a Emissora Oficial de Angola, pela localização da sua sede principal (Luanda) é controlada efetivamente pelo MPLA, assim como o Rádio Clube de Benguela e o Rádio Clube do Lobito, já o mesmo não se passa em relação ao importante Rádio Clube do Huambo e à Radio Libertas, de Nova Lisboa, controladas respetivamente pela UNITA e pela FNLA.

Dada esta situação de controlo partidário, estabeleceu-se uma guerra aberta no campo da Informação entre a Emissora Oficial, em Luanda, e o Rádio Clube do Huambo, em Nova Lisboa, únicas estações cuja potência é suficientemente elevada para abranger a quase totalidade do território.

Quem procura, em Nova Lisboa, onde não chegam normalmente os jornais de Luanda, informar-se concretamente sobre a situação e evolução da vida político-militar angolana, e para isso recorre às referidas estações de rádio, cedo verifica que por essa via apenas deteta uma intensa luta informativa com evidentes intuítos de mentalização e propaganda partidária. Mais do que uma vez nos aconteceu ouvir notícias as mais contraditórias sobre o mesmo assunto, a escassos minutos de intervalo, nas duas emissoras. Foi o caso, por exemplo, da situação militar na cidade do Luso, no leste angolano, a qual durante vários dias era dada como favorável ao MPLA pela Emissora Oficial de Angola, que inclusivamente relatava pormenores relativos à debandada das forças da UNITA, e que o Rádio Clube do Huambo informava estar sob o total controlo das FALA (UNITA), relatando igualmente pormenores relacionados com as baixas e a perda de posições militares por parte das FAPLA (MPLA) e dos célebres catangueses que a seu lado lutavam na zona.

Por outro lado, a Emissora Oficial de Angola não se cansava de, insistentemente, anunciar o avanço vitorioso das FAPLA (MPLA) sobre as posições detidas no Sul pelos “reacionários” das FALA (UNITA) e pelos “imperialistas” do ELNA (FNLA). Simultaneamente, e com não menos “ardor” informativo, as emissoras de rádio controladas por estes dois últimos movimentos noticiaram, quase nos mesmos termos, idêntico avanço das suas forças sobre a zona ao norte controlada pelos “lacaio soviéticos” do MPLA, nomeadamente em direção a Luanda.

A nível ideológico os ataques mútuos via rádio que se dirigem principalmente à UNITA e ao MPLA revestem na maior parte dos casos a forma de ataques pessoais em tom de asco e verrina, em linguagem por vezes bastante grosseira.

No meio de toda esta confusão, torna-se extraordinariamente difícil aquilatar da realidade concreta dos factos circundantes ao espaço concreto da cidade. As poucas dúvidas que se conseguiam desvanecer, nomeadamente em relação à situação militar, apenas o eram através dos escassos relatos de civis ou militares do exército português oriundos das várias zonas do centro e sul de Angola.

Esta guerrilha na informação via rádio promete prosseguir e mesmo adquirir dimensão e acutilância, uma vez que, segundo fontes bem informadas, e na sequência da viagem pela Europa do ministro Jaka Jamba da UNITA (há duas semanas), a potência e o raio de alcance do Rádio Clube do Huambo (atualmente com 15 Watts) vai ser reforçado com a instalação a breve trecho de dois novos emissores de 100 e 50 Watts, ao que se supõe em Nova Lisboa e Silva Porto, e que terão sido oferecidos à UNITA pela República Federal da Alemanha.

A FNLA controla apenas a Rádio Libertas (frequência modelada), cuja reduzida potência (1 ou 2 Watts) lhe confere um raio de ação estritamente local, sendo esta a razão pela qual não intervém como um terceiro elemento na contenda informativa alimentada pelo MPLA e pela UNITA.

A agonia (lenta) de uma cidade

A cidade de Nova Lisboa torna-se dia a dia mais desértica do ponto de vista humano, à medida que avança a evacuação das populações por via aérea. Nota-se diariamente a diminuição do movimento diurno da capital do Huambo, já

que o noturno, que era ainda há dois anos muito superior ao de Lisboa — praticamente desapareceu.

As longas avenidas ladeadas de estabelecimentos comerciais de todo o género, na esmagadora maioria fechados, com ou sem existência de mercadoria visível do exterior, conhecem largas horas mortas. Os estabelecimentos industriais — e a industrialização do Huambo tinha-se acelerado bastante nos últimos anos — estão absolutamente inertes e abandonados na sua maioria.

As unidades hoteleiras, que eram abundantes, podem considerar-se praticamente paralisadas. A funcionar apenas se encontra o Hotel Almirante, acabado de construir e que só foi aberto para acolher o pessoal da TAP, do IARN, da CNAD, alguns jornalistas, etc., o Hotel África e uma ou outra pensão ou residencial, com um movimento muito reduzido ou mesmo nulo.

A maioria dos poucos estabelecimentos que durante a totalidade ou parte do dia abrem as suas portas, abastecem a população de produtos alimentares diversos, a que se junta um abundante mercado diário de produtos hortofrutícolas e o funcionamento de alguns talhos onde não escasseia carne de porco e de vaca de boa qualidade. Por esta razão não se podia falar, até pelo menos há uma semana, de problemas de abastecimento alimentar. Acontece apenas que quando se aproxima a escassez de qualquer produto que não seja de origem local, os preços sobem inexoravelmente em progressão geométrica com a respetiva velocidade de esgotamento.

Como o Huambo e todo o sul de Angola são bastante ricos do ponto de vista agropecuário, passou o abastecimento que dessa zona se processava para Luanda e todo o norte de Angola. A situação, dentro do atual condicionalismo, pode considerar-se como quase normal.

Aliás, no que se refere ao abastecimento alimentar, verifica-se igualmente um certo retorno à “troca direta”. O oficial português que tem estado ultimamente a dirigir e coordenar a messe dos oficiais em Nova Lisboa chamou-nos a atenção para o facto de lhes estarem diretamente a ser oferecidos por agricultores desalojados cabeças de gado a troco de uma garrafa de *whisky* ou de um pacote de tabaco. Ainda que ele queira pagar o justo preço em dinheiro local, os vendedores preferem normalmente aquele tipo de géneros como retribuição.

A maioria dos desalojados que saiu de Nova Lisboa para ser evacuada para Portugal trouxe consigo reservas de alimentos que mais ou menos lhes permitiram subsistir enquanto aguardavam embarques. Casos houve, no entanto, em

que a precipitação dos acontecimentos e a consequente urgência da fuga impediram famílias inteiras de o fazer.

Em relação a estes casos, a Cruz Vermelha de Angola, em estreita colaboração com várias equipas de apoio da Cruz Vermelha Internacional, tomou a seu cargo a garantia do abastecimento alimentar dessas famílias, ao mesmo tempo em que superentendia em tudo quanto dissesse respeito ao alojamento em Nova Lisboa.

Nesse sentido, e como tivemos ocasião de verificar, os aviões da TAP utilizados na ponte aérea transportaram para Nova Lisboa durante algumas semanas várias centenas de toneladas de géneros alimentícios diversos e de medicamentos que, a partir de certa altura, começaram a acumular-se em excesso, notando-se já alguns efeitos de deterioração, pelo que foi mandada suspender tal ponte de abastecimento.

Um BMW por três maços de tabaco

Os problemas do abastecimento público surgem apenas, e de forma aguda, em relação a produtos como o tabaco, as bebidas, combustíveis, etc., não produzidos localmente, e que a situação político-militar (a balcanização do território...) impede que afluam das respetivas zonas de produção ao interior do território.

A falta dos combustíveis é de longe o problema mais dramático e o principal elemento responsável pela agonia lenta da segunda maior cidade de Angola. O trânsito automóvel é quase nulo, excetuadas as viaturas dos movimentos de libertação que apreenderam em diversos locais enormes quantidades (de gasolina e gasóleo) das Forças Armadas portuguesas (abastecidas todas pelo Comando Territorial de Nova Lisboa, através de fornecimentos quase diários que a FAP está a fazer no sentido de não comprometer a ponte aérea).

São dezenas de milhar as viaturas de todas as marcas, modelos, números e cores paradas pelas ruas da cidade, na maior parte abandonadas, pois os seus proprietários já abandonaram Angola. O mais curioso é que o seu valor depende do volume de combustível que têm no depósito. E assim pudemos assistir pessoalmente à troca de um BMW 2002 TI, com pouco mais de sete mil quilómetros, por três maços de cigarros que se destinavam a compensar os 5 litros de gasolina que ainda tinha em depósito!

Banca quase paralisada

Dos vários bancos com agência ou delegação em Nova Lisboa, neste momento apenas um deve estar em funcionamento, mas não por muito tempo, se é que ainda está. Trata-se do Banco Inter-Unido, ligado ao *City Bank* em alguns círculos bancários portugueses.

Ainda há uma semana acompanhava-o o Banco de Angola (central e emissor), que notícias fidedignas indicam ter sido assaltado no início desta semana por elementos do Esquadrão Chipenda (FNLA), que após aprisionarem todos os funcionários, abriram com o auxílio de maçarico a casa-forte de onde levaram cerca de 160 mil contos.

Este facto, devido à posição do Banco de Angola como banco central, implicou já ou acarretará inevitavelmente o encerramento do Banco Inter-Unido que nele tem depositadas as suas disponibilidades de caixa, e que assim se verá impedido de se manter a funcionar. Como saldo de tudo isto, regista-se a paralisação da atividade bancária na cidade, com as inevitáveis consequências de toda a ordem que tal facto acarreta.

Aliás a atuação dos bancos tornara-se já absolutamente isolada, como se de pequenos bancos se tratasse, já que, em virtude da situação político-militar, as respetivas sedes em Luanda se viam completamente impossibilitadas de proceder à natural coordenação central de atividades. Por isso quase desaparecera a circulação de cheques dentro da cidade, a concessão de créditos, a cobrança com / ou protestos de letras e toda uma série de operações bancárias de rotina. As poucas que se realizavam revestiam-se de natureza estritamente local e sem qualquer importância de vulto.

Os saques continuam

Um dos graves problemas que se vive em Nova Lisboa é o dos saques levados a cabo em grande parte por elementos militares, uns pertencendo efetivamente aos movimentos de libertação aqui presentes — FNLA e UNITA —, outros sendo apenas elementos civis oportunistas que envergam uma farda, com ou sem emblema, que se intitulam do movimento A ou B, e que armados, disso se valem para saquear as populações, principalmente as dos bairros periféricos, de cor predominantemente negra.

Sobre este assunto muitas culpas devem ser lançadas sobre a completa desorganização e indisciplina militar que qualquer leigo no assunto, como nós,

verifica existir tanto nas FALA (UNITA) como no ELNA (FNLA), cujos elementos atuam em controlos e patrulhas de sua livre iniciativa. Ambos os movimentos se acusam mutuamente, nos mesmos termos, de responsabilidades diretas pelos saques, de [falta de] iniciativa na sua repressão, etc. “O que acontece, no entanto, é que os saques acabam por ser um motivo para que tropas dos dois movimentos matem a sua ávida sede guerrilheira” — como nos foi referido por um angolano de cor negra. Enquanto estes se entretêm “mimoseando-se” com umas balas, uns *rockets*, umas granadas, uns morteiros, etc., o saque continua...

A minha prisão pela FNLA (Chipenda) em Nova Lisboa, durante 6 dias

Embora dispondo de papel e esferográfica comigo, achei prudente não me servir deles ao longo dos dias em que fui prisioneiro da FNLA (fação Chipenda) em Nova Lisboa, nas instalações da ex-Casa de Saúde do Huambo, uma unidade hospitalar exemplar (apetrechada como poucas aqui em Portugal) que os militares daquele movimento de libertação angolano “sacrificaram” para quartel-sede no Huambo.

Com efeito, todo e qualquer papel (inclusive bilhetes de autocarro que tinha no porta-moedas) tinham sido passados a pente fino, dando origem a diversas perguntas durante alguns interrogatórios. Não desejava nem acentuar o ritmo destes nem tão-pouco alongá-los no tempo, pelo que preferi, não sem algumas dificuldades decorrentes de um clima e atmosfera psicológica compreensivelmente pouco propícios, usar a banda magnética cerebral para registo de dados ou notas de cárcere.

Por tal razão, as notas que consegui recolher no texto cronológico que se segue não serão completas nem exaustivas, podendo um ou outro aspeto ser mais ou menos empolado em relação à sua dimensão real, o que será apenas devido à pressão psicológica do momento da sua vivência.

A cronologia dos acontecimentos começa e acaba várias horas antes e depois do período de prisão, o que ajudará talvez ao seu melhor enquadramento.

• Sexta, 19

Depois de todo o dia completamente dedicado a visitar todos os locais onde, em Nova Lisboa, se encontram alojadas as famílias que aguardam voos de evacuação para Portugal, e a trocar impressões (amiúde longas) com dezenas de desalojados oriundos das mais diversas partes do centro e sul de Angola,

experiência humana que considerei de grande alcance e significado, sou acordado pelas 9 horas e tal da manhã no Hotel Almirante onde estava alojado.

Era o secretário pessoal de N'zau Puna, secretário-geral da UNITA, com quem havia conversado demoradamente havia dois dias, que me convidava a acompanhá-lo até ao Bailundo (Teixeira da Silva), onde nesse dia se realizava um comício da UNITA. Acedi ao convite.

Depois de um breve encontro com N'zau Puna à saída da sua residência, a 10 km da cidade, segui no Peugeot do eng.º Weickennen integrado na coluna militar que se dirigia ao Bailundo. Pelo caminho, na estrada em direção ao Alto-Hama, importante rodoviário [sic] ao norte de Nova Lisboa, parámos para um minicomício imposto a N'zau Puna por um grupo de pessoas que barricavam a estrada. Aliás, após o Alto-Hama, já na estrada asfaltada para o Bailundo, o mesmo voltaria a acontecer.

E foi aí que tomei conhecimento e falei com vários elementos das milícias populares, armadas de zagaia e arco e flecha, que a UNITA tem em organização naquela região.

Após um longo e entusiástico comício no Bailundo, almocei com o secretário-geral da UNITA, com o eng.º Weickennen e os dirigentes locais e mais destacados do movimento. Eram já 4 horas da tarde. Assistimos a uma representação dos *changenges*, ou palhaços, e regressámos até Nova Lisboa.

Após o jantar, tive ocasião de encontrar no bar do hotel, sala de visitas bastante acolhedora e sossegada, dois responsáveis locais de uma das unidades bancárias ainda em funcionamento, com quem troquei impressões sobre o respetivo setor e os seus problemas concretos.

Surgiram outros dois seus amigos, negros, que eles convidaram a sentar-se, e que me apresentaram como sendo da FNLA. Enquanto prosseguíamos conversando, surgiu a ideia de ir até uma *boîte* local (ainda aberta), de que é proprietário o próprio dono do hotel, e onde está a atuar um conjunto negro com alguma reputação.

• Sábado, 20

Pouco passaria da meia-noite quando chegámos à referida *boîte* — a *Kaudumbo*, onde, com um *whisky* e efetivamente em boa companhia musical, continuámos o serão de “cavaqueira” iniciado havia quase duas horas.

Seriam duas horas ou pouco mais, quando um sujeito alto e magro, de óculos, se me dirige e, tocando-me no ombro, me dá a conhecer que gostaria de trocar umas impressões comigo. Acedi quase de imediato, escusando-me por momentos aos meus companheiros.

De pé, afastados da mesa onde eu estava sentado, o sujeito identificou-se com um cartão do “serviço de segurança da FNLA”. Disse-me que gostaria de falar comigo para que eu levasse uma impressão mais completa do que se passava em Angola.

Retorqui que faria questão de, no dia seguinte, sábado, procurar o comissário político da FNLA no Huambo, antes da minha partida, mas que de qualquer modo não me importaria de falar com ele. Apenas lhe pedia que marcássemos uma hora para a manhã seguinte, uma vez que estava um pouco cansado.

Neste entretanto, surge no interior da *boîte* uma patrulha da FNLA (Esquadrão Chipenda) e o referido indivíduo ordena-me que o acompanhe ao quartel-sede, na antiga Casa de Saúde do Huambo.

Um tanto assustado com todo aquele aparato, resolvi que o mais seguro seria não oferecer resistência e aceder.

Chegados ao Esquadrão Chipenda, na casa de saúde, fui recebido na sala n.º 12 por um outro militar e uma senhora bastante forte, ambos brancos, e por um negro ainda jovem, que desde o início me pareceu ser o “chefe”, ou um dos “chefes”.

Pediram-me toda a minha identificação. Ao retirar do bolso a carteira, para o fazer, a mesma foi-me arrancada das mãos e imediatamente esbulhada de tudo quanto continha. Foi-me imediatamente dito que estava ilegal no país porquanto não levava comigo o passaporte nem uma credencial específica do jornal para trabalhar em Angola. Retorqui apenas que até 11 de Novembro não seria necessário passaporte para entrar em Angola e que, seguindo esse critério à risca, a esmagadora maioria da população, e talvez eles próprios, estariam do mesmo modo em situação de ilegalidade.

Quanto à credencial específica emitida pelo jornal, voltei a mostrar o cartão emitido e autenticado pelo mesmo, bem como o bilhete de identidade para efeitos de conferência, afirmando que em toda a parte apenas estes dois documentos tinham sido suficientes para a minha identificação profissional como jornalista.

Perguntaram-me onde estava hospedado. Depois de ter referido o nome do hotel, ordenaram-me que os acompanhasse, pois iriam fazer uma busca no meu quarto. Uma vez ali, revistaram pormenorizadamente o aposento (incluindo a casa de banho) e apoderaram-se de tudo quanto nele tinha, à exceção de peças de roupa e alguns mantimentos. Pediram-me que retirasse o rolo que estava dentro da máquina fotográfica, tendo recolhido ambos. Entre o espólio aprisionado encontravam-se duas encomendas que um familiar meu, oficial do exército português, me havia pedido que transportasse para Portugal. Embora perfeitamente identificadas externamente, e tendo eu alegado não serem efetivamente haveres meus, as duas encomendas acabaram por seguir o mesmo destino de tudo o resto, com a garantia de que só seriam deslacradas na presença do interessado. Seguidamente o indivíduo negro que me parecia ser o chefe e que na altura soube chamar-se Graça disse-me que não havia problemas, que poderia dormir descansado, pedindo-me que no dia seguinte de manhã passasse pela casa de saúde para solucionar todo o problema. No entanto, os dois brancos — o tal militar e a tal senhora forte — opuseram-se a que eu permanecesse no hotel, segundo alegaram “por razões de segurança”. Regressei, assim, com eles à casa de saúde, onde o referido oficial me pediu para aguardar uns minutos na sala de visitas. Passados que foram cerca de 20 minutos, chama-me e conduz-me ao quarto n.º 1 da casa de saúde (uma verdadeira *suite*) que me indica serem os meus aposentos.

Estendi-me na cama e, meia hora depois, abre-se novamente a porta e o mesmo oficial (acompanhado de um outro) pede-me para os seguir. Chegados a um pequeno *hall* em frente da sala de visitas, é aberta a porta de uma dependência para onde sou empurrado sob o eco de um grito de que “aqui é que é a prisão!”.

Às escuras, procurei a luz, que acendi, dando uma vista de olhos pela pequena sala de 5X4 metros onde se encontravam onze pessoas. Eu era o segundo branco, e acertava o número de prisioneiros para a dúzia. Escolhi um local onde ficar, fechei a luz e sentei-me no chão, pensando em todo o sucedido, e sem conseguir dormir.

Cerca das nove horas é-nos servido um parco “mata-bicho” — um copo de café bastante aguado e um papo-seco algo duro. Dei em seguida uma pequena volta pela sala, que não constituía mais, afinal, do que uma pequena sala de

tratamentos do 1.º piso da casa de saúde que, tal e qual como estava, passou a servir de prisão.

Entre o meio dia e a uma servem o almoço. Uma montanha de pirão num prato de alumínio, onde dificilmente detetei uma pequena lâmina de carne envolvendo um robusto osso.

A seguir ao almoço, pouco passaria das duas horas, entram na sala dois ou três oficiais da patrulha que nos prenderam na véspera. Mostram-me uma pequena peça metálica que se contrai e distende quando pressionada como uma mola e dois bocados de cabo de uma arma, perguntando-me se sabia o que aquilo era. Respondi negativamente no que diz respeito à primeira peça, e no que toa às segundas afirmei que me pareciam ser dois canos de uma arma qualquer.

Imediatamente um pontapé, ao qual me tentei esquivar e que apenas me atingiu a parte interna da coxa esquerda. O mesmo oficial volta a fazer as mesmas perguntas. Respondo de forma idêntica, e em vez de nova pergunta sou agredido em dois pontos da cabeça, no queixo e num braço com os canos da aludida arma. Com uma dessas pancadas quebrou-se-me a lente direita dos óculos, tendo-se espetado alguns estilhaços na pálpebra. Seguidamente o mesmo oficial, cujo nome desconheço, incitou-me por várias formas a lutar corpo a corpo com ele, ao que eu desarmado e com a serenidade possível no momento, apenas retorqui que não tinha qualquer razão para tal, posto o que ele próprio desistiu dos seus intentos brigões.

Algo atordoado pelas pancadas, fizeram-me seguir para o gabinete de segurança e informação, onde se encontravam as mesmas pessoas que na véspera, acompanhadas por um outro, que reconheci como o gerente da *boîte* em que fora preso. Aí, houve quem tentasse esbofetear-me, ao que se opôs o negro Graça, que imediatamente se mostrou bastante aborrecido com o facto das visíveis agressões que ainda há momentos havia sofrido.

Interrogaram-me sobre a arma “e outros fardamentos militares” que tinha comigo. Riposto perguntando onde, e soube que se encontrava nas tais duas encomendas, que, portanto, já haviam aberto, faltando à palavra dada, sem a presença do interessado.

Acreditando na versão que me era dada, expliquei não ter conhecimento do conteúdo dos referidos volumes. Sobre o fardamento, apenas consegui que me mostrassem algumas meias e cuecas em estado novo. Nada mais.

Este pormenor, verdadeiro “acidente de percurso”, na medida em que pouco mais sobre ele insistiram os meus carcereiros, ficou aqui praticamente sanado. Já sentado, ouvi um extenso, pormenorizado e minucioso relato sobre as minhas atividades e contactos desde que há uma semana chegara a Nova Lisboa. Pedem-me a confirmação do mesmo, o que eu faço na generalidade, desmentindo alguns pontos como incorretos ou falsos.

Dois dos oficiais presentes transportaram-me depois de *jeep* durante algumas horas pela cidade, procurando encontrar algumas pessoas com quem eu havia contactado. Não encontraram nenhuma delas, com o que intimamente me congratulei, pois a minha presença forçada nessa “rusga” poderia ser desagradavelmente entendida como delação ou qualquer coisa parecida.

Ao jantar, apenas comi a custo dois pedaços de carne e duas ou três batatas semicozidas. Durante a noite consegui descansar algo, apesar de uma certa intranquilidade e preocupação com que me debatia.

• Domingo, 21

Seriam, talvez, três ou quatro horas da madrugada — uma das pancadas da véspera avariara o meu relógio — quando à porta da prisão percebo uma violenta e longa cena de pancada, no fim da qual se abriu a porta e entraram verdadeiramente “projetados” mais três prisioneiros barbaramente espancados.

À hora habitual foi servido o “mata-bicho”, desta vez melhorado, talvez por ser domingo: uma chávena de café com leite e um papo-seco com duas fatias de marmelada. A manhã passou-se calmamente. Houve um prisioneiro que varreu a sala, e eu entretive-me em mais algumas observações sobre o material existente na sala: um armário de medicamentos, uma balança, agulhas, seringas, sistemas de soro e de sangue, mapas de serviço do pessoal, um livro de registo de partos, radiografias diversas, etc. Para além disso, das três janelas da prisão observei durante bastante tempo o escasso movimento de toda a parte traseira da Casa de Saúde, que o Esquadrão Chipenda da FNLA transformara em seu quartel-general na cidade.

Depois do almoço consegui voltar a descansar um pouco até que pelas 15:30 fui de novo chamado ao Gabinete de Segurança e Informação para novo interrogatório.

Começaram por tentar que eu confessasse que tinha uma “missão especial” a cumprir em Nova Lisboa, ao que retorqui peremptoriamente que apenas levava comigo a incumbência profissional de tratar do ponto de vista jornalístico a situação dos desalojados, os problemas da ponte aérea e a situação político-militar em geral.

Perguntaram-me em seguida com que partido político me identificava, ao que respondi que não militava em nenhum mas era o que se pode considerar simpatizante do partido “X”. Inquiriram-me se sabia o que era MRPP. Respondi que sim, acrescentando o significado da “sigla”.

Um dos inquiridores — o gerente da *boîte*, de nome Vasco — estranhou que eu, como jornalista, não me tivesse feito acompanhar da “ferramenta” profissional — a máquina de escrever. Argumentei que, trabalhando num jornal semanal e fazendo tenção de regressar a meio da semana, não seria necessário fazer-me acompanhar da máquina. Não regressei, e nem por isso o problema (?) se não solucionou, pois inclusivamente tinham em poder deles uma [sic] publicada na edição de 20 de setembro.

Após algumas outras questões de pormenor, informaram-me que estavam dois elementos do MRPP à minha procura na cidade, onde já corria o boato de que eu havia sucumbido às mãos da FNLA. Disse apenas que me era impossível saber tal pois há quase 48 horas estava detido sem quaisquer comunicações com o exterior.

Seguidamente, predispõem-se alguns dos meus quatro inquiridores a dar-me uma explicação exaustiva sobre o que era a FNLA, qual a sua linha ideológica, as suas posições e organização militar, etc. Tomei algumas notas em três folhas de papel que guardei.

Caberá aqui referir que o “irmão” Graça (este é o tratamento entre eles) me ofereceu um *whisky* da garrafa que tinha em cima da secretária, que me facultou a tomada de um banho, alguns cigarros e autorização (a meu pedido) para ir à estante da sala de visitas buscar um ou dois livros da coleção “Verbo RTP” que lá existiam, para matar o tempo, lendo qualquer coisa, apesar de ter uma lente a menos nos óculos.

Regressei pouco antes do jantar à prisão. Conversei algum tempo com outros presos, e tentei descansar, após uma feijoada que comi com apetite relativo.

• Segunda, 22

A meio da noite repetiu-se uma cena de violência idêntica à da véspera, embora mais ruidosa. Pouco tempo depois, entram mais quatro presos, escorrendo sangue dos mais variados sítios do corpo. Um espetáculo de barbarismo e desumanidade, dificilmente descritível por palavras, que vivamente me impressionou.

Na pequena sala de tratamentos dormiram nesta noite cerca de 20 pessoas. O cheiro de sangue derramado em conjunto com o da urina recolhida em dois baldes, pois de noite não havia nem sentinela nem sargento de guarda a quem se pudesse pedir que conduzisse os presos às instalações sanitárias, tornou a atmosfera e as condições bastante precárias.

De manhã, quando nos levaram o pequeno-almoço, achei que o oficial de dia tinha “boa tinta”, e avancei pedindo-lhe que verificasse essas mesmas condições, o que ele fez, e, dando-me razão, proporcionou que nos fossem fornecidos meios para efetuarmos uma limpeza geral (e desinfecção) da sala. E que, para além de mais, só pulgas que detetei e matei num resto de manta que consegui arranjar, contaram-se por algumas dezenas.

O comandante Luís (esse era o nome do oficial) disse-me ainda que já estava a tratar de arranjar uma outra prisão, pois era gente de mais para uma sala com tão poucas condições de espaço. E depois do almoço, veio ele mesmo procurar-me e, com mais alguns presos, fomos começar a desobstruir a “Câmara de Gases” no rés-do-chão da parte traseira do edifício. Retirámos as garrafas de oxigénio, hidrogénio e azoto, bem como o compressor de ar que faziam parte da instalação central da Casa, além de todo um depósito de medicamentos e de diverso material clínico. Após isto, os oficiais destruíram a tubagem blindada que restava agarrada à parede.

Procedeu-se à limpeza da sala, com 10X5 metros mais ou menos, e do depósito anexo (3X1 metros), que estava separado por uma grade.

Entrámos nas novas instalações. O número de presos diminuíra de 20 para 16. No entanto, 8 deles, considerados os “maus”, ou “piores”, ou “os mais perigosos”, são encarcerados no pequeno depósito, cujas grades são encerradas a cadeado. Do lado de fora ficam os restantes, 8.

Teria passado cerca de meia hora sobre o fecho do cadeado da porta quando o sargento de dia (negro) me vem chamar e me conduz ao Gabinete de Segurança e Informação, no primeiro piso.

Ao entrar, deparo com dois oficiais portugueses, o que me fez nascer uma certa esperança e tranquilidade. Tratava-se do major Fernandes Tomás e do alferes Salgado, que, soube depois, já lá estavam desde as 2 horas da tarde, havia portanto mais de três horas.

Repetem-me algumas perguntas já anteriormente feitas, a que respondo da mesma forma, e contam (à sua maneira) a “minha” história aos dois oficiais.

Isto tudo se passa durante mais de uma hora, finda a qual eu, vendo que as coisas se propiciavam, propus que me deixassem sair em liberdade com os oficiais portugueses ali presentes, deslocando-me lá no dia seguinte para resolver tudo.

O “irmão” Graça não pareceu em princípio contrário à ideia, mas depois argumentou que já tinha tido problemas internos por o acusarem de “proteger os brancos”, etc., etc. E assim, apenas permitiu que fosse ao hotel buscar alguma roupa lavada e uns objetos de higiene, que tomasse um banho e que dormisse no quarto de um oficial do esquadrão que estava presente na altura na sala. Assim aconteceu, e consegui dormir, pela primeira vez em 72 horas, razoavelmente, depois de um banho reconfortante, mas sem o jantar, pois com a ida ao hotel, havia passado a hora a que o mesmo fora distribuído.

• Terça, 23

De manhã, quando acordo, dou uns passos na varanda do quarto, que estava fechado por fora.

Por volta das onze horas, o oficial de dia vai buscar-me e conduz-me de novo à prisão, na tal “Câmara de Gases”. Depois do almoço, e sempre aguardando que me chamassem para resolver a situação conforme o prometido na véspera, observei o movimento pelas janelas da prisão. Ficava perto aquilo a que os homens da FNLA chamavam o “Parque-Auto”. Havia dois camiões-cisterna para combustível, um da Texaco e outro da Mobil, decerto combustível apreendido, cerca de 14 *jeeps* estacionados, 3 camionetas de carreira (os “machimbombos”), várias carrinhas utilitárias, etc. Lá um pouco mais à frente, fazia-se lume, e alguns soldados com o “irmão cozinheiro” preparavam já as coisas para o jantar.

Descansei um bocado após certo exercício físico dentro da prisão, e pus-me a ler, coisa que fazia aos bocados, para não cansar demasiado a vista pois estava desfalcado de uma lente.

Como as janelas não tinham rede, como acontecia na anterior prisão (sala de tratamentos), vimo-nos forçados a fechar as janelas para obviar tanto quanto possível à entrada dos abomináveis mosquitos, o que não consegui. E para além de um calor infernal (os vidros escorriam vapor de água da respiração condensado), esses mesmos animais impediram-me de dormir durante a noite toda.

• Quarta, 24

Mais um dia começava, e com ele a minha esperança de que o problema seria resolvido. Aliás todos quantos, pela janela, comigo falavam me prometiam a maior brevidade possível. Durante a manhã, e durante uns exercícios físicos que teimava em fazer, para desentorpecer os músculos, dei comigo a pensar na forma como estava a reagir a todo o sucedido. Efetivamente a reação foi positiva e consegui manter a calma necessária em situações de apuro como a que vivia pela primeira vez.

Depois do almoço voltei a descansar sobre a manta esfarrapada e a metade de um tapete velho de que dispunha. Desde segunda-feira, quando mudámos as instalações, que eram prometidas camas para a prisão (pelo menos na frente dos prisioneiros), que no entanto teimavam em não surgir.

Lia já uma novela de Júlio Dinis quando soaram fortes no ar alguns disparos soltos, logo seguidos de rajadas de metralhadora, não muito longe das instalações no Esquadrão Chipenda.

Na prisão, assustámo-nos todos. Fora, no quartel-sede, passou-se da acalmia a uma agitação febril que só parou perto da 1 hora da manhã. Pela janela chega-nos a informação de que a UNITA havia provocado a FNLA. O combate durou talvez meia hora. Isto aconteceu sensivelmente entre as 5 e as 6 da tarde, pouco antes de o sol descer no horizonte.

Como resultado do sucedido, desapareceu o sargento da guarda com as chaves da prisão, e ficámos sem jantar e sem uma pinga de água no interior da prisão, com o calor habitual, uma dose “reforçada” de mosquitos e um ambiente bastante nervoso.

Talvez por isso foi maior o apoio que tivemos de dar aos nossos colegas de presídio que ficavam por detrás das grades que separavam o ex-depósito de medicamentos da sala maior onde me encontrava. Esse apoio destinava-se a facilitar-lhes o urinar por entre as grades para uma lata de que dispúnhamos

do outro lado, e que depois despejávamos para fora por uma janela, com o objetivo de não conspurcar, tanto quanto possível, a prisão, defendendo-nos dos respetivos perigos.

Como curiosidade relembro que na tarde deste dia tive uma lição de “um-bundo” (língua local) que me foi dada por um jovem negro colega de presídio, a troco de lhe ensinar umas palavras de francês. Recordo: prisão — “vokalia-voso”; obrigado amigo — “tabandula ocuetu”, etc.

• Quinta, 25

Depois de uma noite sem dormir, e após o “mata-bicho” que nos foi entregue pelas grades da janela (o sargento com as chaves apenas surgiria cerca das onze horas), veio à prisão um funcionário do “serviço de segurança”, que reconheci como sendo o empregado da *boîte* onde fora detido, de nome Santos, para proceder à elaboração de uma ficha individual dos presos. Alguns já lá estavam há duas semanas, sem sequer serem ouvidos, e só agora é que alguém se preocupava em averiguar da sua identificação, data da prisão, razões aparentes, etc.

Foi este funcionário da “segurança” que me disse que desde segunda-feira se pretendia fazer sair toda a gente da cadeia, alegando que “é muita gente a comer”. Ainda nada havia sido resolvido, pois só agora haviam regressado da África do Sul alguns “comandantes” importantes.

Esse inquérito, a que igualmente respondi, deu-me novas esperanças de que estaria para breve a resolução do problema. E foi às 5 e tal da tarde que o homem que me prendera, quase 6 dias antes, me vem comunicar que estava “lá em cima” o oficial português meu familiar que queria falar-me.

Levado que fui ao piso superior, verifiquei que de facto assim era. Durante alguns minutos falei com ele na sala de visitas, e regressámos depois ambos à sala do serviço de “Segurança e Informação”.

Falou-se do problema da arma que estava numa das duas encomendas que ele me entregara, e a seguir do problema da minha detenção havia já seis dias. Travaram-se razões com certa violência e tom de voz elevado de parte a parte. Eu como espectador (embora o principal interessado) cheguei a temer que o retrocesso se verificasse.

Eis senão quando o “irmão” Graça afirma ao oficial português meu familiar — o capitão António Júdice — que considerava o incidente de há minutos como sanado e que (cito de cor) “atendendo à neutralidade e isenção da tropa portuguesa no Huambo e à pessoa do comandante militar” eu poderia sair com ele, apenas nos devendo comprometer a passar por lá no dia seguinte às 10 horas para ultimar a resolução do assunto.

Os colegas brancos do “irmão” Graça, que sempre mostraram — uns mais, outros menos — uma certa má vontade na resolução do problema, mostraram-se surpreendidos. A senhora “gorda”, de nome Dinora (dona do Hotel Excelsior) ainda chegou a insultar vigorosamente a pessoa do capitão Júdice.

Uma vez liberto, escrevi imediatamente uma nota para Lisboa que foi enviada por um elemento da tripulação de um avião TAP dando notícias minhas para a família e para os colegas do jornal que tinha a certeza estarem bastante preocupados com a minha sorte.

Jantei e dormi na Messe de Oficiais, onde fui calorosamente acolhido por vários oficiais que isoladamente se haviam interessado pela minha sorte, já que “oficialmente” (e embora com conhecimento desde o início da semana — na manhã de segunda-feira) o exército português não havia intercedido junto da FNLA para que eu fosse libertado e resolvido o problema.

• Sexta, 26

Às dez da manhã, conforme o combinado, dirigi-me à Casa de Saúde do Huambo. Não havia ninguém do serviço de “Segurança e Informação”.

À hora do almoço consegui recuperar as encomendas que me tinham sido confiadas pelo capitão Júdice, que estava comigo (aliás deixei de andar sozinho, a não ser no interior da Messe de Oficiais).

Quanto às minhas coisas, estavam no cofre da “irmã” Dinora, no Hotel Excelsior, e ela estava fora da cidade e não se sabia quando regressava. As várias tentativas mostraram-se infrutíferas durante todo o dia. Durante a tarde fiz algumas compras e voltei a pernoitar na Messe de Oficiais.

• Sábado, 27

Prossegui as tentativas de recuperação dos meus haveres, que consegui obter da tal “irmã” Dinora depois de almoço, no “seu” hotel. Alguns contos em

dinheiro angolano, 550 escudos portugueses, a máquina fotográfica e alguns rolos de película, utilizados e por utilizar, não me foram devolvidos, com a desculpa de que “o que aqui não está, é porque ficou no hotel”.

Paga a conta no Hotel Almirante, fui para o aeroporto onde aguardei algumas horas e embarquei para Lisboa no primeiro voo da TAP. Escala em Luanda e Acra, para abastecimento, e finalmente, após 11 ou 12 horas de voo, Lisboa — ponto final para um episódio, uma “aventura profissional” de que não poderei guardar boas recordações.

Preso pela primeira vez na vida, durante seis dias, numa terra onde cada um dita a sua própria lei, nem sequer consegui saber a acusação que me era dirigida ou o fundamento para tão longa detenção.

Lisboa, 30 de setembro de 1975

CONGO BELGA

Jornal de Notícias
12 de novembro de 1974

"O MPLA não é só
um "Movimento".
É uma consciência.
É uma biblioteca de
costumes, de saudades,
de pudor viril. É uma
Voz da Honra de pessoas
e de valores culturais."

Luís Alberto Ferreira

Expresso

25 de outubro de 1975

"Nós não vamos receber
uma independência de
bandeja. Nós conquistámos
esse direito à independência
e o reconhecimento de
Portugal do nosso direito à
independência só chegou
depois de catorze anos de
luta."

Agostinho Neto

Expresso

12 de novembro de 1975

"Esta nova guerra de
independência, certamente mais
feroz do que a primeira e, quem
sabe, provavelmente tão longa
como ela, criará também novas
condições de vida e não poderá
deixar de levar a uma
radicalização e modificação
profunda das forças antagónicas,
contribuindo para que venham a
ser completamente impossíveis
quaisquer situações de
compromisso..."

Vasco Vieira de Almeida

ISBN: 9 789895 399758



9 789895 399758



★ Capital